



UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

ISCTE IUL  
Instituto Universitário de Lisboa



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA



## PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

### **A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004**

**Rufino Carlos Gujamo**

Orientador: Prof. Doutor António Costa Pinto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

**2016**



UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

ISCTE IUL  
Instituto Universitário de Lisboa



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA



## PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

### **A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004**

**Rufino Carlos Gujamo**

Orientador: Prof. Doutor António Costa Pinto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

#### **Júri**

##### **Presidente:**

**Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida**, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

##### **Vogais:**

- **Eric Morier - Genoud, PhD**, *Lecturer, School of History, Anthropology, Philosophy and Politics, Queen's University Belfast*, Reino Unido;
- **Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva**, Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- **Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues**, Professor Associado com Agregação, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;
- **Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes**, Professor Auxiliar Convidado, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa;
- **Doutor António Jorge Pais da Costa Pinto**, Investigador Coordenador, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador.

Tese financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do Programa Ciência Global

Referência da Bolsa: SFRH/BD/51469/2011

**2016**

## **PALAVRAS-CHAVE**

Moçambique, FRELIMO, RENAMO, Etnicidade, Transição Democrática, Eleições,  
Manutenção da Paz, Maturação de Conflito, Otimismo, Motivação

## **RESUMO**

Após 16 anos de guerra civil, no dia 4 de Outubro de 1992, em Roma, Itália, o governo moçambicano liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP) que pôs termo ao conflito. O acordo resultou de um processo de negociação iniciado na sequência do empate militar mutuamente doloroso entre as duas partes, sinalizando a maturação do conflito. As cedências mútuas que caracterizaram o processo de negociação do AGP fortaleceram a cooperação entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, realçando a interdependência entre ambos. Esta situação aliada ao forte apoio da comunidade internacional liderada pela ONU concorreu para a geração do otimismo das duas partes em relação aos resultados da implementação do AGP. O otimismo contribuiu para a geração da motivação das duas partes em relação ao seu engajamento ativo no processo de democratização e na manutenção da paz entre 1992 e 1994. No âmbito da dupla transição de regime de partido único para a democracia multipartidária e da guerra para a paz, os resultados das eleições gerais de 1994 e 1999, por um lado, e por outro lado, os resultados das eleições locais de 1998 e 2003 fortaleceram o otimismo do governo da FRELIMO e da RENAMO em relação ao resultado do seu apoio à democracia e à paz. Neste contexto, para as duas partes a conquista do poder político por via de eleições democráticas mostrou-se como um mecanismo mais atrativo e menos oneroso do que o recurso à violência. Assim, as duas partes sentiram-se motivadas a engajarem-se na manutenção da paz e da democracia entre 1992 e 2004.

## **KEYWORDS**

Mozambique, FRELIMO, RENAMO, Ethnicity, Democratic Transition, Elections, Peace Maintenance, Conflict Ripeness, Optimism, Motivation

## **ABSTRACT**

After sixteen years of civil war the Mozambican government led by the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) and the Mozambican National Resistance (RENAMO) have signed the General Peace Agreement (GPA) in Rome, Italy, on 4<sup>th</sup> October 1992. The agreement that ended the war resulted from a negotiation process initiated following the hurting stalemate situation between the two conflicting parties. Such hurting stalemate was a signal of conflict ripeness. The mutual concessions that characterized the peace agreement negotiations have strengthened the cooperation between FRELIMO's government and RENAMO. Such cooperation reinforced the perception between the two sides about their interdependency. This situation and the significant support from the international community led by the United Nations contributed to generate optimism between the two conflicting parties regarding the results of the peace agreement implementation. Such optimism contributed to generate the motivation between FRELIMO's government and RENAMO regarding their active commitment to the democratisation process and peace maintenance in Mozambique, from 1992 to 1994. Within the context of a dual transition from one party system to multiparty democracy as well as from war to peace, the electoral results during the general elections in 1994 and 1999 as well as the results of the local elections in 1998 and 2003 have strengthened FRELIMO's government and RENAMO's optimism regarding the results of their commitment and support to peace and democracy in Mozambique. Therefore, for FRELIMO and RENAMO the access to political power through democratic elections became more attractive and less expensive than the resort to the use of force or violence as a mechanism to reach political power. In this context, the two sides felt much more motivated to support democracy and peace maintenance in Mozambique from 1992 to 2004.

## AGRADECIMENTOS

Quero dirigir as minhas primeiras palavras de agradecimento ao Prof. Doutor António Costa Pinto cujo papel na qualidade de orientador revelou-se de importância fundamental para a materialização desta tese. Ao longo destes anos de trabalho, o Professor António Costa Pinto foi para mim um mestre sempre disponível não só para as discussões sobre o projeto de investigação mas também para ajudar na resolução de todas as questões burocráticas próprias do percurso de um programa doutoral. Não posso deixar de sublinhar o apoio do Professor para a minha integração na comunidade científica, estimulando a minha sensibilidade em relação a importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento da investigação. Muito obrigado.

Quero manifestar o meu sincero agradecimento ao Prof. Doutor Nuno Gonçalo Monteiro pelo apoio prestado desde a altura em que eu estava em Moçambique até a minha chegada a Lisboa. Foi o Professor Nuno Gonçalo Monteiro que apresentou-me ao Professor António Costa Pinto que prontamente aceitou a orientação da tese. A minha candidatura ao PIUDHist resultou dos primeiros contactos estabelecidos com o Prof. Doutor José Vicente Serrão. Quero, pois, expressar o meu agradecimento ao Professor pelo apoio e pelo encorajamento da minha candidatura ao PIUDHist. À Prof<sup>a</sup> Doutora Mafalda Soares da Cunha endereço o meu agradecimento pela atenção que sempre dedicou às questões que coloquei desde a altura em que me encontrava em Maputo, nomeadamente, o meu pedido no sentido de iniciar o programa de doutoramento no segundo semestre do ano letivo 2011-2012.

Ao Prof. Doutor José Luís Cardoso, Director do Instituto de Ciências Sociais (ICS) - a minha instituição de acolhimento, quero manifestar o meu profundo agradecimento por todo o apoio e acarinhamento que recebi desde o primeiro momento. À Dra. Maria Goretti Matias e à Susana Mela, às equipas da biblioteca e de informática do ICS quero manifestar o meu sincero agradecimento pelo inestimável apoio que sempre me proporcionaram de forma incondicional, tornando o meu trabalho bastante agradável.

Quero dirigir uma palavra de agradecimento ao Prof. Doutor Michel Cahen e ao Prof. Doutor Bruno Reis pelas importantes discussões sobre o meu projeto de investigação e sobretudo pelas sugestões enriquecedoras para o trabalho. Estendo o meu agradecimento ao Prof. Doutor Elísio Macamo e ao Prof. Doutor João Paulo Borges Coelho pelas discussões e sugestões que enriqueceram a abordagem do tema tese. À Edalina Sanches e à Cláudia Generoso endereço o

meu agradecimento pelas longas horas de discussões calorosas e enriquecedoras sobre o meu projeto de investigação, em particular, e sobre a política em África, no geral. Não poderia deixar de dirigir a minha palavra de gratidão às professoras dos seminários de acompanhamento, nomeadamente, a Prof<sup>a</sup> Doutora Maria João Vaz e a Prof<sup>a</sup> Marília dos Santos Lopes pelos seus importantes contributos para a materialização da tese. Aos professores do PIUDHist e aos colegas de curso quero dirigir o meu agradecimento não só pela riqueza das discussões e pela aprendizagem que me proporcionaram mas também pelo seu inestimável apoio na minha integração e adaptação no programa de doutoramento e na sociedade.

O desenvolvimento deste trabalho não teria sido possível sem o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através do Programa Ciência Global. Por isso, quero expressar o meu profundo agradecimento à FCT. À minha família endereço o meu agradecimento pelo apoio aos meus estudos. À Romáita e ao Kenneth vai a minha gratidão por tudo aquilo que eles representam na minha vida.

## INDÍCE

LISTA DE ACRÓNIMOS .....	1
<b>CAPÍTULO I</b> - Introdução.....	5
1.1 Problematização.....	5
1.2 Objetivos da Investigação.....	10
1.3 Subquestões de Pesquisa .....	11
1.4 Delimitação do Tema.....	11
1.5 A Relevância do Estudo .....	12
1.6 O Estado da Arte.....	13
1.6.1 A Democratização e Manutenção da Paz em Moçambique.....	13
1.6.2 A Noção de Democracia .....	18
1.6.3 A Transição Democrática: Conceitos .....	19
1.6.4 As Causas das Transições Democráticas: Debates Teóricos .....	24
1.6.5 A Abertura das Partes à Resolução Pacífica de Conflitos: Questões Teóricas.....	31
1.6.6 A Intervenção de Múltiplos Atores na Resolução Pacífica de Conflitos: Da Track One Diplomacy à Multi-Track Diplomacy.....	36
1.6.7 A Manutenção da Paz e da Democracia em Sociedades Pós-Conflito: Questões Teóricas.....	38
1.7 Metodologia de Investigação.....	50
1.7.1 Métodos de Recolha de Dados.....	53
1.7.2 A População .....	60
1.7.3 A Amostra.....	60
Método de Análise Qualitativa dos Dados .....	61
<b>CAPÍTULO II</b> - Da Luta Anticolonial à Guerra Civil em Moçambique: As Etnicidades Contam? .....	63
2.1 O Equadramento Teórico e Conceptual.....	63
2.1.1 Sobre Etnicidades e Violência .....	63
2.1.2 Sobre o Nacionalismo .....	64
2.2 A Emergência do Nacionalismo em Moçambique .....	68
2.3 A Criação da FRELIMO.....	72
2.3.1 A Construção da Unidade .....	75
2.4 Os Conflitos na FRELIMO: Etnicidades ou Competição pelo Poder? .....	77

2.5 A Proliferação de Partidos Políticos entre 1970 e 1975 .....	82
2.6 O Nacionalismo e Nação Territorial em Moçambique.....	84
2.7 A Transferência do Poder para a FRELIMO .....	86
2.8 O Período Pós-Independência: O Estabelecimento do Regime de Partido Único .....	87
2.9 As Origens da Guerra Civil em Moçambique .....	89
2.10 Conclusão .....	94
<b>CAPÍTULO III - A Longa Caminhada pela Construção da Paz em Moçambique, 1979-1992.</b>	<b>95</b>
3.1 Enquadramento Teórico e Conceptual .....	95
3.2 Procurando a Paz: Da Independência do Zimbabwe ao Acordo Geral de Paz.....	95
3.2.1 A Independência do Zimbabwe e a Esperança de Paz para Moçambique, 1979-1981	96
3.2.2 Construindo o Acordo de Nkomati, 1982-1984.....	99
3.2.3 A Ação Diplomática e Militar, 1985-1987: Continuando o Espírito de Nkomati .....	113
3.2.4 A Maturação do Conflito, 1988-1992.....	123
3.3 Conclusão .....	128
<b>CAPÍTULO IV - Da Abertura do Diálogo ao Acordo Geral de Paz: A Intervenção de Múltiplos Atores .....</b>	<b>131</b>
4.1 Enquadramento Teórico e Conceptual .....	131
4.2 A Intervenção das Igrejas na Procura da Paz .....	131
4.2.1 O Conselho Cristão de Moçambique (CCM).....	132
4.2.2 A Igreja Católica em Moçambique .....	138
4.2.3 A Comunidade Muçulmana em Moçambique .....	143
4.3 A Unidade Entre as Religiões.....	146
4.4 Os Atores Estatais Regionais e Internacionais .....	148
4.5 Preparando o Caminho para as Negociações: A Construção de Consensos Internos .....	154
4.6 As Negociações de Paz: De África à Roma .....	159
4.7 Conclusão .....	163
<b>CAPÍTULO V - Caminhando Rumo à Transição Democrática: As Reformas Económicas e Políticas em Moçambique .....</b>	<b>165</b>
5.1 Enquadramento Teórico e Conceptual .....	165
5.2 As Reformas Económicas.....	165
5.3 As Reformas Políticas .....	178



5.4 Conclusão .....	182
 <b>CAPÍTULO VI - A Manutenção da Paz em Moçambique: Da Implementação do AGP às</b>	
Primeiras Eleições Multipartidárias, 1992-1994 .....	185
6.1 Enquadramento Teórico e Conceptual .....	185
6.2 A Intervenção da Comunidade Internacional na Implementação do Acordo Geral de Paz .....	185
6.3 A Desmobilização, Reintegração Social dos Combatentes e a Formação do Exército Único .....	192
6.3.1 A Desmobilização dos Combatentes.....	192
6.3.2 A Reintegração Social dos Desmobilizados .....	199
6.3.3 A Formação do Exército Único .....	201
6.4 A Administração Territorial, 1992-1994 .....	207
6.5 A Construção das Instituições e Garantias Eleitorais .....	211
6.6 O Governo de Unidade Nacional.....	219
6.7 As Primeiras Eleições Multipartidárias, 1994: Preservando a Paz e a Democracia.....	225
6.7.1 A Campanha Eleitoral.....	225
6.7.2 O Súbito Boicote Eleitoral da RENAMO: Dos Receios da Guerra à Proclamação e Aceitação dos Resultados Eleitorais .....	231
6.8 Conclusão .....	241
 <b>CAPÍTULO VII - As Primeiras Eleições Autárquicas em Moçambique: Do Boicote da</b>	
Oposição à Preservação da Paz e da Democracia .....	247
7.1 As Primeiras Eleições Autárquicas: A Construção do Quadro Legal e Institucional .....	247
7.2 As Contradições Entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO.....	249
7.3 As Primeiras Eleições Autárquicas: A Posição da Comunidade Internacional.....	258
7.4 O Boicote Eleitoral .....	261
7.5 As Eleições e a Vitória da FRELIMO .....	265
7.6 As Implicações Políticas das Primeiras Eleições Autárquicas .....	268
7.7 Conclusão .....	272
 <b>CAPÍTULO VIII - A Competição Eleitoral, a Manutenção da Paz e da Democracia, 1999-2004</b>	
.....	275
8.1 A Revisão Constitucional, 1995-1999.....	275

8.1.1 Os Principais Propósitos da Revisão Constitucional .....	277
8.1.2 A Elaboração do Anteprojeto de Revisão Constitucional.....	278
8.1.3 A Intervenção dos Doadores Internacionais .....	278
8.1.4 As Divergências e Convergências entre a FRELIMO e a RENAMO .....	279
8.2 O Aborto da Revisão Constitucional .....	283
8.3 A Construção do Acordo sobre a Legislação Eleitoral, 1998-1999 .....	286
8.4 O Recenseamento Eleitoral .....	288
8.5 A Observação Eleitoral.....	292
8.6 A Campanha Eleitoral: Os Principais Protagonistas Acreditam na Vitória .....	295
8.7 Da Votação à Proclamação dos Resultados Eleitorais .....	302
8.8 As Contestações da RENAMO-União Eleitoral.....	308
8.8.1 A Violência Pós-Eleitoral .....	316
8.9 O Impacto das Eleições de 1999 sobre a FRELIMO e a RENAMO.....	323
8.9.1 A RENAMO .....	323
8.9.2 A FRELIMO .....	327
8.10 Conclusão .....	332
<b>9. CONCLUSÕES FINAIS .....</b>	<b>335</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>347</b>
1. Fontes Manuscritas .....	347
Fontes Audiovisuais .....	347
3. Fontes Impressas.....	347
3.1. Legislação .....	347
3.2 Documentos sobre a Intervenção da ONU no Processo de Construção da Paz e da Democracia em Moçambique .....	348
3.3 Periódicos.....	348
3.4 Outros Documentos .....	348
4. Fontes Orais.....	350
5. BIBLIOGRAFIA .....	353

## LISTA DE ACRÓNIMOS

AGP - Acordo Geral de Paz  
AJC - Aliança da Juventude Cristã  
ALC - Comité de Libertação Africana  
AMODE - Associação Moçambicana de Desenvolvimento  
AMODEG - Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra  
AMULEID - Mulher, Lei e Desenvolvimento  
ANC - African National Congress  
AWEPA - Associação dos Parlamentares Europeus Ocidentais  
BCM - Banco Comercial de Moçambique  
BPD - Banco Popular de Desenvolvimento  
CCF - Comissão de Cessar-Fogo  
CCFADM - Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique  
CCM - Conselho Cristão de Moçambique  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CEM - Conferência Episcopal de Moçambique  
CIA - Central Intelligence Agency  
CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha  
CIO - Central Intelligence Organisation  
CNCAT - Comissão Nacional Conjunta para a Administração Territorial  
CNE - Comissão Nacional de Eleições  
COMECON - Conselho para Assistência Económica Mútua  
COMINFO - Comissão Nacional de Informação  
COMPOL - Comissão Nacional de Assuntos Policiais  
CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas  
CORE - Comissão de Reintegração  
COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique  
CPR - Comissão de Paz e Reconciliação  
CSC - Comissão de Supervisão e Controlo  
DINFO - Divisão de Informações  
EAR - Esquema de Apoio à Reintegração  
EUA - Estados Unidos da América

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique  
FAM - Forças Armadas de Moçambique  
FAP – Frente de Acção Patriótica  
FECIV - Fórum de Educação Cívica  
FICO - Frente para a Independência e Continuidade com o Ocidente  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FPLM - Forças Populares de Libertação de Moçambique  
FRECOMO - Frente Comum de Moçambique  
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique  
FUMO - Frente Unida de Moçambique  
FUNIPAMO - Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique  
GD - Grupos Dinamizadores  
GUMO - Grupo Unido de Moçambique  
GUN - Governo de Unidade Nacional  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
IPADE - Instituto para a Paz e Desenvolvimento  
JPC - Juntos Pela Cidade  
KANU - Kenya African National Union  
MANCO - African National Congress  
MANU - União Nacional Africana de Moçambique  
MFA - Movimento das Forças Armadas  
MNR - Mozambique National Resistance  
MONAMO - Movimento Nacionalista Moçambicano  
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola  
NESAM - Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique  
OIM - Organização Internacional das Migrações  
OJM - Organização da Juventude Moçambicana  
OMM - Organização da Mulher Moçambicana  
ONG - Organizações não-governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
ONUMAZ - Operação das Nações Unidas em Moçambique  
OTM - Organização dos Trabalhadores Moçambicanos  
OUA - Organização da Unidade Africana  
PADEMO - Partido Democrático de Moçambique

PAFMECA - Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa  
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde  
PAPOMO - Partido Popular de Moçambique  
PCN - Partido de Coligação Nacional  
PCN - Partido da Convenção Nacional  
PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPI - Plano prospetivo Indicativo  
PRE - Programa de Reabilitação Económica  
PROL - Programa de Reforma de Órgãos Locais  
PT - Partido Trabalhista  
RDA - República Democrática Alemã  
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana  
RENAMO-UE – RENAMO União Eleitoral  
RM - Rádio Moçambique  
RTP - Rádio Televisão Portuguesa  
RUMO - Resistência de Unidade Moçambicana  
SADF - Forças de Defesa Sul-africanas  
SAFTO - South Africa Foreign Trade Organization  
SINTIC - Sindicato Nacional de Trabalhadores do Caju  
SNASP - Serviço Nacional de Segurança Popular  
STAE - Secretariado Técnico de Administração Eleitoral  
SWAPO - South West Africa People's Organization  
TANU - Tanganyika African National Union  
TVM - Televisão de Moçambique  
UD - União Democrática  
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique  
UNAMI - União Africana de Moçambique Independente  
UNAMO - União Nacional Moçambicana  
UNAR - União Nacional Africana da Rombézia  
UNAVEM II - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola  
UNEMO - União Nacional dos Estudantes Moçambicanos  
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola  
UNOHAC - Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária

UNTAC - United Nations Transitional Authority in Cambodia.

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZANLA - Zimbabwe African National Liberation Army

ZANU - Zimbabwe African National Union

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Problematização

O período imediatamente posterior à proclamação da independência em Moçambique foi marcado pela eclosão de uma guerra civil devastadora que opunha a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) às forças governamentais. O conflito resultou da conjugação entre fatores de ordem externa e interna. Entre os fatores externos destacam-se a Guerra Fria, o interesse da Rodésia do Sul e da África do Sul em desestabilizar Moçambique devido ao apoio que o último país concedia ao *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e ao *African National Congress* (ANC). Os dois movimentos nacionalistas lutavam contra os regimes minoritários brancos na Rodésia e na África do Sul, respetivamente.<sup>1</sup> O apoio de Moçambique à ZANU e ao ANC representava uma ameaça à segurança dos regimes minoritários brancos em alusão. Relativamente aos fatores internos, os autores destacam a implantação do regime de partido único, afastando qualquer projeto alternativo à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a hostilização das religiões e das autoridades tradicionais, a criação das aldeias comunais, a predominância de elementos provenientes do sul do país na liderança da FRELIMO e o abandono da democracia participativa que tinha sido a característica nas zonas libertadas durante a luta armada pela independência.

No dia 4 de Outubro de 1992, as principais partes em conflito, nomeadamente o governo moçambicano liderado pela FRELIMO e a RENAMO assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP), colocando fim à guerra civil que durou 16 anos, causando cerca de um milhão de mortes, um milhão e setecentos mil refugiados no estrangeiro, cerca de quatro milhões de deslocados internos, profundas fraturas sociais e a destruição de infraestruturas económicas e sociais do país. No âmbito da implementação deste acordo, em 1994 realizaram-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias cujos resultados foram reconhecidos e respeitados pelos cidadãos e pelos partidos políticos em todo o país, incluindo a RENAMO apesar de contestações apresentadas por esta organização política, sobretudo na véspera das eleições. Entretanto, depois das eleições, a RENAMO não chegou a apresentar nenhuma reclamação ao Tribunal Eleitoral Internacional.<sup>2</sup> Os deputados da RENAMO tomaram posse na Assembleia da República, um gesto que representava o reconhecimento dos resultados. Aliás, no dia 14 de Novembro de 1994, duas

---

<sup>1</sup> João Bernardo Honwana, *The United Nations and Mozambique: A Sustainable Peace?* (Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995); Jeremy Weinstein e Laudemiro Francisco, «The civil war in Mozambique: the balance between internal and external influences», em *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*, ed. Paul Collier and Nicholas Sambanis (Washington DC: The World Bank, 2005).

<sup>2</sup> Sérgio Vieira, *Participei, Por Isso Testemunho* (Maputo: Ndjira, 2010), 724.

semanas após as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, enviou uma mensagem ao Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, sublinhando que iria respeitar os resultados eleitorais e que estava preparado para cooperar com o governo resultante da votação.<sup>3</sup>

Em 1998, tiveram lugar as primeiras eleições autárquicas em Moçambique, boicotadas pela RENAMO e por outros partidos da oposição. Este escrutínio foi marcado pela vitória da FRELIMO em todas as autarquias, embora, sublinhe-se, com níveis muito baixos de participação na votação. Mesmo assim, os resultados eleitorais foram respeitados em todo o país. Seguiram-se as segundas e as terceiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) de 1999 e 2004 bem como as eleições autárquicas de 2003. Apesar dos protestos da RENAMO em relação aos resultados das eleições gerais de 1999 e de 2004 este partido político e o seu principal adversário (FRELIMO) engajaram-se na manutenção da democracia e da paz alcançada em 1992 após a assinatura do AGP, em Roma, Itália.

O facto de Moçambique ter registado, simultaneamente, o fim da guerra civil e a manutenção da paz, por um lado e, por outro lado, a transição democrática sem o retorno à guerra, durante um período relativamente longo, colocou o país como um exemplo de «sucesso» ao nível de pacificação e de transição democrática em África, em particular e a nível internacional, em geral. O «sucesso» que se traduziu na manutenção da paz e da democracia por um período relativamente longo em Moçambique tem sido explicado em diversa literatura, a partir de quatro fatores, nomeadamente, (i) o fim da Guerra Fria; (ii) o colapso do regime do apartheid na África do Sul; (iii) o processo de desmobilização e reintegração dos ex-combatentes que precedeu as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias e; (iv) o apoio da comunidade internacional sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU) ao processo de implementação do AGP.<sup>4</sup> Igualmente, a literatura sublinha a importância das cerimónias tradicionais de purificação dos espíritos realizadas sobretudo no meio rural com vista a reintegração dos ex-combatentes na

---

<sup>3</sup> Richard Synge, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-94* (Washington: United States Institute Of Peace, 1997), 136

<sup>4</sup> João Bernardo Honwana, *The United Nations and Mozambique: A Sustainable Peace?* (Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995); Fernando Gonçalves, «Ideological shifts, economic imperatives: Southern African states and the Mozambican peace process», em *The Mozambican Peace Process in Perspective*, ed. Jeremy Armon, Dylan Hendrickson and Alex Vines (London: Conciliation Resources, 1998); Michael Turner, Nelson Sue e Kimberley Clark, «Mozambique's vote for democratic governance: A land touched by regional conflicts», em *Post-conflict Elections: Democratization and International Assistance*, ed. Krishna Kumar (Colorado: Lyanne Rienner Publishers, 1998); Barbara Walter, «Designing transitions from civil war: demobilization, democratization and commitments to peace», *International Security*, Vol.24, n°1 (1999); Jeremy Weinstein, «Mozambique: fading UN success story», *Journal of Democracy*, Vol.13, n°1 (2002); Marc de Tollenaere, «Fostering multiparty politics in Mozambique», em *Promoting Democracy in Post-conflict Societies*, ed. Jeroen de Zeeuw e Krishna Kumar (London: Lynne Rienner Publishers, 2006).



comunidade, assegurando a sua aceitação e a construção da harmonia social.<sup>5</sup> Sem dúvidas, os fatores acima apresentados são parte importante da explicação, porém, não permitem a compreensão mais completa dos processos, simultaneamente de transição democrática, de manutenção da democracia e da paz em Moçambique por um período relativamente longo.

Existem trabalhos académicos que assumem a disputa democrática em sociedades multiétnicas, como é o caso de Moçambique, como um terreno fértil para a ocorrência da instabilidade política e de conflitos. Até muito recentemente, os cientistas políticos mostravam-se cautelosos e céticos em relação a possibilidade de ocorrência de transições democráticas bem-sucedidas e pacíficas, e mais incrédulos, ainda, sobre a possibilidade de consolidação democrática em África. Estas reservas parecem resultar da visão dominante na literatura de ciência política segundo a qual a etnicidade é o fator determinante da política e da ação dos partidos políticos em África, embora estudos mais recentes de autores como Sebastian Elischer comecem a revelar a existência de outros fatores que influenciam a política nos estados africanos.<sup>6</sup> De acordo com alguns autores as lealdades de ordem étnica podem inevitavelmente transformar-se em base para a solidariedade partidária, fomentando, desta forma, as divisões étnicas, e conseqüentemente, tornando provável a ocorrência de conflitos.<sup>7</sup> Esta posição é claramente reforçada por Juan Linz e Alfred Stepan, argumentando que a transição democrática revela-se difícil em estados multinacionais marcados por uma enorme diversidade étnica.<sup>8</sup> Aliás, analisando o fracasso da institucionalização do regime democrático no Uganda, Juma Okuku identificou o processo de construção da nação e as profundas divisões étnicas como uma das principais causas.<sup>9</sup> Contudo, é importante sublinhar que a literatura que se ocupa do fracasso da institucionalização de regimes democráticos nos estados

---

<sup>5</sup> Alcinda Manuel Honwana, *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique* (S.l.: Promédia, 2002); Lucia van den Bergh, *Porque Prevaleceu a Paz: Moçambicanos Respondem* (Maputo: AWEPA, 2011), 129.

<sup>6</sup> Sebastian Elischer, *Political Parties in Africa: Ethnicity and Party Formation* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013).

<sup>7</sup> Robert D. Kaplan, *The End of the Hearth: From Togo to Turkmenistan, from Iran to Cambodia, A Journey to the Frontiers of Anarchy* (New York e outras: Vintage Books, 1997); Donald L. Horowitz, *Ethnic Groups in Conflict* (Berkeley e outras: University of California Press, 2000); Michael Mann, *The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005); Ian Bremmer, *The J Curve: A New Way to Understand Why Nations Rise and Fall* (New York e outras: Simon e Schuster Paperbacks, 2007); Joseph Rudolph, *Politics and Ethnicity: A Comparative Study* (New York: Palgrave Macmillan, 2006); Peter Lewis, «Nigeria votes: more openness, more conflict», *Journal of Democracy*, Vol. 22, n°4 (2011).

<sup>8</sup> Juan Linz e Alfred Stepan, «Towards consolidated democracies», em *Debates on Democratization*, ed. Larry Diamond, Marc F. Plattner e Philip J. Costopoulos (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010).

<sup>9</sup> Juma Okuku, «Ethnicity, state power and democratization process in Uganda», *Nordiska Afrikainstitutet Discussion Paper*, n°17 (2002).

africanos pós-independência aponta outros fatores explicativos, entre os quais o legado histórico colonial<sup>10</sup> e a ausência de uma sociedade civil e económica forte e moderna.<sup>11</sup>

Mais relevante ainda para o tema da tese é a literatura que discute a transição democrática em sociedades multiétnicas, particularmente, em contextos pós-conflito. Segundo Edward Mansfield e Jack Snyder as democracias emergentes com instituições políticas fracas, tendencialmente retomam a guerra ou a violência. De acordo com estes autores as democracias emergentes tendem não só a cair em guerra a nível interno mas também a envolver-se em guerras com outros estados. Esta situação resulta, geralmente, de uma conjugação de fatores que oscilam entre a retórica nacionalista e de inimigos externos. Neste contexto, estes autores sublinham que o estabelecimento da democracia num Estado passa primeiro pela implantação das instituições políticas que a democracia precisa como o Estado de direito, devendo as eleições acontecer posteriormente.<sup>12</sup> Numa perspetiva similar, Larry Diamond destaca que o apoio ao desenvolvimento democrático em estados pós-conflito tende a enfrentar desafios, nomeadamente, a necessidade de preenchimento do vazio em termos de ordem resultante do colapso do Estado e do declínio da sua autoridade e capacidade resultante do conflito interno.<sup>13</sup> Na mesma esteira de pensamento, Lotte Ten Hoove e Álvaro Pinto Scholtbach defendem que a democratização é sempre um processo politicamente contencioso, facto que é particularmente acentuado em sociedades pós-conflito. De acordo com estes autores, sem instituições políticas e um Estado forte, aspetos importantes da democratização como as eleições e a competição entre os partidos políticos podem exacerbar as tensões que, em casos extremos, contribuem para o retorno à guerra.<sup>14</sup> Aliás, a literatura que analisa o fracasso da institucionalização de regimes democráticos nos estados africanos pós-independência aponta, entre outras causas explicativas, a fragilidade das instituições políticas e a ausência do Estado de direito.<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> Ruth Berins Collier, *Regimes in Tropical Africa: Changing Forms of supremacy* (Los Angeles: University of California Press, 1982); Robert Fatton Jr. «Liberal democracy in Africa», *Political Science Quarterly*, Vol.105, n.º3, (1990); Frederick Cooper, *Africa Since 1940: The Past of the Present* (Cambridge: University Press, 2002); Elikia M'bokolo, *África Negra: História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias* (Lisboa: Edições Colibri, 2007).

<sup>11</sup> John W. Harbeson, «Civil society and political renaissance in Africa», em *Civil Society and the State in Africa*, ed. John W. Harbeson, Donald Rothchild e Naomi Chazan (Colorado: Lyanne Rienner Publishers, 1994).

<sup>12</sup> Edward D. Mansfield e Jack Snyder, *Electing to Fight: Why Emerging Democracies Go to War?* (Cambridge: Belfer Center for Science and International affairs, 2005).

<sup>13</sup> Larry Diamond, «Promoting democracy in post-conflict and failed states: Lessons and challenges», *Taiwan Journal of Democracy*, Vol. 2, n.º2 (2006);

<sup>14</sup> Lotte Ten Hoove e Álvaro Pinto Scholtbach, *Democracy and Political Party Assistance in Post-conflict Societies* (S/l.: Netherland Institute for Multiparty Democracy, 2008).

<sup>15</sup> Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz, *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (London: The International African Institute, 1999); Nicolas Van de Walle, *African Economies and Politics of Permanent Crisis, 1979-1999* (Cambridge: University Press, 2001).

Entretanto, Robert Dahl identificou as condições fundamentais para o estabelecimento da democracia, nomeadamente, (i) o controlo da polícia e do exército por governos eleitos de modo a evitar o uso destes instrumentos para a coerção e perseguição de opositores; (ii) a existência da crença na democracia e cultura democrática no sentido de que mesmo que tenha que ocorrer uma mudança de regimes esta deve ser feita através de processos democráticos; (iii) a inexistência de uma força de intervenção externa que não apoie a democracia; (iv) a existência de uma economia de mercado capitalista, a sociedade dela resultante e o crescimento económico que concorrem para a criação do ambiente necessário para o desenvolvimento e manutenção de instituições políticas democráticas e; (v) a homogeneidade cultural dos estados que contribui para o desenvolvimento e consolidação das instituições democráticas pois a concorrência democrática pode exacerbar as diferenças étnicas, linguísticas e culturais.<sup>16</sup>

As condições apresentadas por Dahl espelham, de algum modo, os principais debates teóricos sobre os fatores determinantes da democratização, nomeadamente, internos e externos. Entre os fatores de ordem interna destacam-se as teorias estruturalistas que sublinham a importância dos elementos económicos, sociais e culturais para a ocorrência da democratização. Entre as teorias estruturalistas destaca-se a teoria da modernização defendida por Walt Rostow, entre outros autores segundo a qual o crescimento económico ou a passagem de uma economia tradicional para a moderna revela-se fundamental para a ocorrência da democratização.<sup>17</sup> Portanto a melhoria das condições socioeconómicas é uma das principais condições para o estabelecimento da democracia. Relativamente aos fatores de ordem internacional sublinham-se as teorias do contágio, controlo, consentimento e condicionalidade desenvolvidas por Laurence Whitehead e as teorias de Jon Pevehouse sobre a influência das organizações regionais ou internacionais nos processos de democratização.<sup>18</sup>

Contudo, conforme nota Carrie Manning, dada a ausência das condições políticas, económicas, sociais e culturais definidas pela literatura como fundamentais para a ocorrência da democratização, dificilmente se poderia esperar que a democracia ganhasse forma em Moçambique.<sup>19</sup> Neste contexto, e tendo em consideração a heterogeneidade étnica e cultural da

---

<sup>16</sup> Robert A. Dahl, *On Democracy* (USA: Yale University Press, 1998).

<sup>17</sup> Walt Rostow, *Stages of Growth: A Non Communist Manifesto* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960).

<sup>18</sup> Laurence Whitehead, «International aspects of democratization», em *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, ed. Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead (Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986); Jon C. Pevehouse, *Democracy From Above: Regional Organizations and Democratization* (Cambridge: University Press, 2005).

<sup>19</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000* (London: Praeger Publishers, 2002), 4.

população em Moçambique, o carácter eminentemente contencioso do processo de democratização em sociedades pós-conflito como é o caso moçambicano, o profundo antagonismo entre os ex-beligerantes e as fraturas da sociedade moçambicana resultantes da guerra, quais foram os fatores determinantes do processo de transição democrática, da manutenção da democracia e da paz no País entre 1992 e 2004? Ou melhor quais foram os fatores que concorreram para a ocorrência da transição democrática, para a durabilidade da democracia e da paz entre 1992 e 2004, evitando que as tensões políticas exacerbadas pela competição eleitoral degenerassem em violência e guerra? Estas são as questões exploradas na investigação no âmbito da tese de doutoramento intitulada «A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique, entre 1992 e 2004.»

## **1.2 Objetivos da Investigação**

A investigação em torno do tema acima apresentado foi conduzida com os seguintes objetivos gerais: Primeiro, identificar e compreender os fatores determinantes das transições democráticas em sociedades pós-conflito. Segundo, compreender o cruzamento entre transições democráticas e a manutenção da paz em sociedades pós-conflito.

A investigação no contexto desta tese foi orientada com vista a alcançar os seguintes objetivos específicos: Primeiro, identificar os fatores que determinaram a transição democrática em Moçambique. Segundo, identificar e compreender o contexto e os fatores determinantes do processo de construção da paz em Moçambique. Terceiro, descrever as dinâmicas políticas que caracterizaram a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004. Quarto, compreender o cruzamento entre a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique.

### 1.3 Subquestões de Pesquisa

OBJETIVOS	QUESTÕES DE PESQUISA
1. Identificar os fatores que determinaram a transição democrática em Moçambique;	a) Quais foram os fatores que determinaram a democratização em Moçambique?
2. Identificar e compreender o contexto e os fatores determinantes do processo de construção da paz em Moçambique;	a) Quais foram as razões que levaram o governo da FRELIMO e a RENAMO a optar pela solução negociada do conflito?  c) Quem foram os intervenientes-chave que influenciaram o processo de construção da paz em Moçambique?  d) Quais foram os elementos que determinaram a assinatura do Acordo Geral de Paz?
3. Descrever as dinâmicas políticas que caracterizaram a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004;	a) Qual foi a dinâmica política que caracterizou o processo de transição democrática e manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004?  b) Quais foram as razões que contribuíram para que a transição democrática em Moçambique não conduzisse ao retorno à violência?
4. Compreender o cruzamento entre a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique.	a) Quais foram os fatores determinantes da manutenção da democracia e da paz em Moçambique, evitando o retorno à violência, entre 1992 e 2004?  b) Ou melhor que fatores terão contribuído para que as tensões políticas exacerbadas pela competição eleitoral não degenerassem em violência, mesmo numa situação em que o vencedor fica com tudo ( <i>winner-takes-all</i> ) tal como foi o caso moçambicano?  c) Qual é a relação (ou cruzamento) entre o processo de transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004?

### 1.4 Delimitação do Tema

A análise do processo de transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique compreende o período que se estende de 1992 à 2004. Este recorte temporal resulta das seguintes razões:

O marco inicial da análise é 1992 pelo facto de, no dia 4 de Outubro do mesmo ano ter sido assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma, Itália, marcando o fim da guerra civil em

Moçambique e abrindo o caminho para a sua implementação. Foi no contexto da implementação do AGP que se desencadeou um processo político complexo que culminou com a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias em Moçambique. Portanto, o AGP teve um papel importante no processo de transição democrática em Moçambique. Segundo, 2004 é o marco final da análise pelo facto de terem sido realizadas no ano em referência as terceiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) após as segundas eleições gerais realizadas em 1999 cujos resultados foram fortemente contestados pela RENAMO e pelos restantes partidos da oposição.

Apesar das profundas contestações em relação aos resultados das eleições gerais de 1999, a RENAMO decidiu participar, pela primeira vez, nas eleições autárquicas realizadas em 2003 depois de boicotar as primeiras eleições locais realizadas em 1998. Igualmente, a RENAMO e os restantes partidos da oposição decidiram participar ativamente nas terceiras eleições gerais realizadas em 2004 não obstante os protestos apresentados contra os resultados eleitorais de 1999. Portanto, tendo em consideração que as segundas eleições gerais realizadas em 1999 foram as mais disputadas entre a FRELIMO e a RENAMO, e considerando que os respetivos resultados foram os mais protestados pela RENAMO, resultando em manifestações que fizeram renascer os receios de retorno à guerra, porém, mantendo-se a paz e a democracia, a análise até 2004 permite captar as razões que conduziram a manutenção da paz e da democracia nos primeiros 10 anos de exercício democrático em Moçambique.

### **1.5 A Relevância do Estudo**

O problema central e as subquestões desta tese foram desenvolvidas pelo facto de grande parte da literatura que procura explicar as razões do «sucesso» dos processos de paz e transição democrática em Moçambique destacar quatro fatores, nomeadamente, (i) o fim da Guerra Fria, (ii) a queda do regime de Apartheid na África do Sul, (iii) o processo de desmobilização e de reintegração dos ex-combatentes e, (iv) o apoio da comunidade internacional ao processo de implementação do Acordo Geral de Paz. Estes fatores são importantes na medida em que ajudam a explicar o fim da guerra e a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, em 1994, porém, mostram-se limitados ou insuficientes para explicar a manutenção da democracia e da paz entre 1994 e 2004. Isto é, os fatores acima referidos não ajudam a explicar a razão pela qual Moçambique não experimentou novamente a violência entre 1994 e 2004 mesmo perante as tensões políticas exacerbadas pela competição eleitoral, numa situação de *winner takes all*, de heterogeneidade étnica e de fratura da sociedade moçambicana pós-conflito.

O ressurgimento da tensão política e dos confrontos militares entre as forças do governo da FRELIMO e os homens armados da RENAMO, desde 2013, causando dezenas de mortes, destruição de viaturas e bens, a paralisação de algumas das principais vias rodoviárias do país, escolas e hospitais, sobretudo na região centro do país, o surgimento de deslocados internos e de milhares de refugiados moçambicanos no Malawi revela que os fatores acima referidos são insuficientes para a explicação da manutenção da paz e da democracia em Moçambique entre 1994 e 2004. Neste contexto, sem desvalorizar os 4 fatores dominantes na literatura, esta investigação procura identificar e explorar outros elementos que possam ajudar a explicar e a compreender cada vez melhor a manutenção da paz e da democracia (durabilidade da paz e da democracia) em Moçambique, entre 1992 e 2004.

Por um lado, a identificação e a compreensão dos fatores determinantes da manutenção da paz e da democracia no período em alusão constitui-se como um importante contributo para o debate científico sobre os fatores determinantes da durabilidade da paz e da democracia em sociedades pós-conflito, e por outro lado, fornece instrumentos teóricos e analíticos que podem informar melhor as intervenções de *peacebuilding* levadas a cabo em sociedades pós-conflito e em transição democrática como Moçambique.

## **1.6 O Estado da Arte**

### **1.6.1 A Democratização e Manutenção da Paz em Moçambique**

A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique têm suscitado um interesse crescente entre os cientistas sociais. João Pereira e Yul Davids analisaram as atitudes dos moçambicanos em relação à democracia, tendo constatado que cerca de 70% da população moçambicana apoiava o estabelecimento e a manutenção da democracia no país pois esta era entendida como a forma de governo que melhor protegia os interesses e os direitos do cidadão.<sup>20</sup> Segundo estes autores mais de metade da população manifestou a preferência em relação à democracia do que qualquer outra forma de regime. Este é um estudo muito importante na medida em que capta as atitudes dos cidadãos moçambicanos em relação ao regime democrático no período imediatamente posterior à realização das eleições presidenciais e legislativas de 1994 e 1999, bem como a realização das primeiras eleições autárquicas de 1998 cujos resultados foram no geral respeitados em todo o país. Os resultados do estudo acima referido sugerem o que Brazão

---

<sup>20</sup> João Pereira e Yul Derek Davids, «Political reforms in Mozambique: Attitudes to democracy among ordinary people», em *Measuring Democracy and Human Rights in Southern Africa*, coord. Henning Melber (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2002).

Mazula considera ser uma correlação positiva entre a democracia e a paz e entre a democracia, paz e desenvolvimento em Moçambique.<sup>21</sup> Segundo este autor numa sociedade multicultural como é o caso de Moçambique é fundamental o estabelecimento de uma ordem política que privilegia o respeito pelos direitos humanos e a participação inclusiva de modo que a paz possa ser preservada. Dando continuidade a esta ideia, numa perspetiva comparativa, Brazão Mazula defende o argumento segundo o qual a democracia popular reduz os cidadãos à qualidade de massas e numa democracia liberal as massas não existem. O autor sublinha que a história mostra que as organizações democráticas de massas não tomam decisões pois elas são instituições orgânicas dentro dos respetivos partidos.<sup>22</sup> Segundo o autor a democracia multipartidária emerge como um ambiente importante para a promoção da estabilidade política e social, desenvolvimento e manutenção da paz.

Igualmente, ao analisar o processo de democratização em Moçambique, Marc de Tollenaere sublinha a importância da democracia multipartidária na promoção da estabilidade política, desenvolvimento e manutenção da paz. De acordo com este autor, para a consolidação da democracia em Moçambique revela-se importante a ajuda técnica e financeira internacional para o fortalecimento dos partidos políticos como atores fundamentais na democratização do país.<sup>23</sup> Deste modo o autor sugere que o fortalecimento dos partidos políticos contribuirá para a consolidação da democracia e da paz. Esta ideia parece dar suporte aos argumentos de Michael Turner, Nelson Sue e Kimberley Clark que concluem que o sucesso do processo de paz em Moçambique resultou da conjugação de vários fatores, entre os quais o apoio aos partidos políticos, a realização das eleições após a desmobilização dos militares, a reintegração dos antigos combatentes, o repatriamento dos refugiados, a elevada concertação entre os atores externos no apoio ao processo de implementação do AGP sob a coordenação das Nações Unidas bem como a criação do ambiente político e logístico necessário para a realização de eleições.<sup>24</sup> Esta tem sido a perspetiva mais dominante na literatura que analisa as razões do «sucesso» dos processos de paz e de transição democrática em Moçambique.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> Brazão Mazula, «Mozambique: The challenge of democratization», em *Democratic Reform in Africa: The Quality of Progress*, ed. E. Gyimah-Boadi (Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2004).

<sup>22</sup> Brazão Mazula, *Na Esteira da Academia: Razão, Democracia e Educação* (Maputo: Texto Editores, 2006).

<sup>23</sup> Marc de Tollenaere, «Fostering multiparty politics in Mozambique», em *Promoting Democracy in Post-conflict Societies*, ed. Jeroen De Zeeuw e Krishna Kumar (London: Lynne Rienner Publishers, 2006).

<sup>24</sup> Michael Turner, Nelson Sue e Kimberley Clark, «Mozambique's vote for democratic governance: a land touched by regional conflicts», em *Post-conflict Elections: Democratization and International Assistance*, ed. Krishna Kumar (Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998).

<sup>25</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building*, New York: Palgrave, 2001); Chris Alden, «The United Nations, elections and the resolution of conflict in Mozambique», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998); Carrie Manning e Monica Malbrough, «Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict



Como se pode constatar parte significativa da literatura existente não explora a razão pela qual o carácter multiétnico da sociedade moçambicana associado à competição eleitoral não conduziu ao retorno à violência e à guerra em Moçambique durante e após as eleições multipartidárias, entre 1994 e 2004. Grande parte da literatura que procura analisar e compreender não só a transição democrática mas também a manutenção da democracia e da paz em Moçambique destaca quatro fatores, nomeadamente: (i) o fim da guerra fria, (ii) a queda do regime de Apartheid na África do Sul, (iii) o processo de desmobilização e reintegração dos ex-combatentes e, (iv) o apoio da comunidade internacional ao processo de implementação do AGP. Esta tendência de abordagem em grande parte da literatura existente parece resultar da forte influência do paradigma realista na análise e compreensão dos conflitos internos e internacionais durante a Guerra Fria e no período imediatamente posterior.

Aliás, é importante notar que as negociações de paz iniciaram oficialmente em 1990 após os primeiros contactos entre o governo da FRELIMO e a RENAMO no final da década de 1980, período em que a Guerra Fria conhecia o seu fim. Este facto pode ajudar a explicar a tendência dominante de explicação do «sucesso» da transição democrática e da manutenção da paz em Moçambique a partir do fim da Guerra Fria e do apoio concertado da comunidade internacional ao processo de implementação do AGP. Subentende-se na literatura em referência a presença da ideia segundo a qual o fim da Guerra Fria contribuiu para a criação do ambiente necessário para que fosse possível o apoio concertado da comunidade internacional à implementação do AGP.

Contudo, é importante notar que existem outras abordagens sobre a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique que, embora reconheçam a importância dos quatro fatores predominantes na literatura procuram explorar outros determinantes. Por exemplo, Barbara Walter sublinha a importância da geração de garantias credíveis de uma terceira parte aos atores envolvidos no conflito de que os acordos de paz serão cumpridos integralmente por ambas as partes.<sup>26</sup> Segundo esta autora a existência destas garantias desempenha um papel determinante para o engajamento dos ex-beligerantes na manutenção da paz após a assinatura dos acordos de paz. Barbara Walter sublinha que este foi o caso de Moçambique. Por sua vez, Carrie Manning apresenta uma abordagem inovadora, procurando explicar o processo de democratização em Moçambique no período pós-conflito bem como a manutenção da paz, centrando a sua análise em

---

peacebuilding: the case of Mozambique», *Journal of Modern African Studies*, Vol.48, nº1 (2010); Sam Barnes, «Humanitarian assistance as a factor in the Mozambican peace negotiations: 1990-2», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998); Richard Synge, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-94* (Washington: United States Institute of Peace, 1997).

<sup>26</sup> Barbara Walter, «Designing transitions from civil war: demobilization, democratization and commitments to peace», *International Security*, Vol. 1, nº 1(1999):127-155.

fatores e dinâmicas de ordem interna, nomeadamente, o processo de habituação das elites ao contexto democrático do pós-guerra e a transformação da RENAMO de movimento armado em partido político bem como a transformação da FREELIMO de partido único para um contexto de multipartidarismo.<sup>27</sup>

Anna-Maria Gentilli defende que a implementação com sucesso do acordo geral de paz em Moçambique deveu-se aos seguintes fatores: a construção de confiança, a delimitação temporal, a credibilidade, a imparcialidade e as habilidades da equipa de mediação para além do apoio institucional e financeiro coordenado por parte da comunidade internacional de doadores liderados pela Itália com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, França, Alemanha, Canadá, países nórdicos, Suíça e Holanda.<sup>28</sup> A autora sublinha outros elementos, nomeadamente: o facto de Moçambique não ter sido um Estado falhado mesmo durante a guerra civil, o papel da sociedade civil, a importância do sector empresarial bem como o apoio dos países da região austral de África com destaque para o Zimbabwe e Malawi. Anna-Maria Gentilli destaca o papel dos mediadores, da comunidade internacional e da ONU no processo de negociações e de implementação do AGP.

Entretanto, no contexto do tema da presente tese de doutoramento e da principal questão que esta se propõe discutir e responder, é importante sublinhar o trabalho desenvolvido por Lucia van den Bergh sobre as razões que determinaram a prevalência da paz em Moçambique durante os 15 anos posteriores à assinatura do AGP. Baseado na metodologia da história oral, o trabalho de van den Bergh concluiu que existiam 8 fatores que determinaram a prevalência ou a durabilidade da paz em Moçambique. Primeiro, o AGP foi negociado genuinamente pelas partes moçambicanas do conflito, respeitando os seus interesses, por um lado, e por outro lado, o acordo assinado entre o governo moçambicano e a RENAMO continha passos muito detalhados que seriam desenvolvidos no período de transição da guerra para a paz e de regime de partido único para a democracia multipartidária. O AGP foi implementado porque era aceite por ambos os lados do conflito. Segundo, devido ao fim da Guerra Fria e do apartheid na África do Sul e na sequência da seca severa que assolou Moçambique entre o final da década de 1980 e princípios da década de 1990, as motivações para a continuidade da guerra começaram a desaparecer. Ademais, Moçambique adoptara o sistema multipartidário na sua constituição aprovada em 1990. Terceiro, o estabelecimento da amnistia para todos aqueles que estiveram envolvidos no conflito, evitando-

---

<sup>27</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000* (London: Praeger Publishers, 2002).

<sup>28</sup> Anna-Maria Gentilli, «Lessons learned from the Mozambican peace process», *Working Paper, Istituto Affari Internazionali* (2013):10.

se, assim, o estabelecimento de comissões de verdade ou de tribunais para o julgamento de crimes de guerra concorreu para o engajamento das partes na implementação do AGP. Quarto, a atitude manifestada de aceitar o inimigo quer entre o governo e a RENAMO quer entre os ex-combatentes e a sociedade em geral, pondo fim ao ódio e à divisão jogou um papel importante para a prevalência da paz. Quinto, as organizações da sociedade civil jogaram um papel importante na construção do espírito de reconciliação entre os moçambicanos. Sexto, o fracasso do processo de paz angolano em 1992 contribuiu para o alargamento do período de transição por mais um ano permitindo a realização das tarefas complexas como a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes e a formação do novo exército unificado antes da realização das primeiras eleições multipartidárias. Sétimo, a intervenção da comunidade internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo a componente humanitária através da Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC) concorreu para o sucesso do processo de paz moçambicano. Oitavo, no novo Parlamento eleito em 1994, os dois principais negociadores do AGP, Armando Guebuza da FRELIMO e Raúl Domingos da RENAMO eram os novos chefes das respetivas bancadas parlamentares. Os dois líderes estavam habituados um ao outro, lutando pela sua causa, mas no fim conseguindo compromissos. Eles queriam que a nova experiência resultasse e por isso, nos momentos mais tensos procuravam encontrar soluções.<sup>29</sup>

O trabalho de Lucia van den Bergh, baseado em entrevistas aos principais intervenientes no processo de paz em Moçambique, nomeadamente do governo e da FRELIMO, da RENAMO e da sociedade civil revela-se importante na medida em que se propõe compreender a durabilidade da paz em Moçambique num recorte temporal longo que vai para além do período da realização das primeiras eleições multipartidárias. Neste contexto, trata-se de um trabalho com uma perspetiva inovadora e singular sobre o estudo do processo de paz moçambicano.

Embora seja assumidamente importante sobretudo no contexto do tema da presente tese de doutoramento e do principal problema que esta procura compreender, o trabalho de Lucia van den Bergh centra-se somente na prevalência da paz e não explora suficientemente a interligação entre o processo democrático e a manutenção da paz em Moçambique. Ademais, a autora limita-se a apresentar a lista de fatores que determinaram a prevalência da paz em Moçambique, contudo, sem explorar a interligação entre os mesmos. Esta situação resulta, eventualmente, do facto de a autora se ter preocupado em dar voz aos protagonistas entrevistados conforme elucida o seguinte título do livro: «Porque Prevaleceu a Paz: Moçambicanos Respondem». Portanto, trata-se de um

---

<sup>29</sup> Lucia van den Bergh, *Porque Prevaleceu a Paz: Moçambicanos Respondem* (Maputo: AWEPA, 2011).

trabalho com um importante pendor descritivo, contudo, sem preocupações de natureza necessariamente teórica. Ainda assim, o trabalho de Lucia van den Bergh revela-se importante para a presente tese de doutoramento que se propõe compreender, simultaneamente, a durabilidade (prevalência) da democracia e da paz em Moçambique entre 1992 e 2004.

### 1.6.2 A Noção de Democracia

A discussão sobre a transição democrática e a consolidação da paz em Moçambique passa inevitavelmente pela reflexão sobre a democracia, um conceito que tem as suas origens nos filósofos da Grécia antiga. Contudo, o uso moderno deste conceito data das revoluções registadas nas sociedades da Europa ocidental nos finais do século XVIII.

Em meados do século XX três abordagens gerais surgiram nos debates sobre o conceito de democracia, nomeadamente: democracia definida em termos de (i) fonte de autoridade do governo, (ii) propósito servido pelo governo e, (iii) procedimento para a constituição do governo. O debate em torno destas três abordagens viria a ser ganho por Joseph Schumpeter, defendendo a terceira abordagem que assume a democracia na perspectiva de procedimento para a constituição dos governos. Segundo Schumpeter a democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa).<sup>30</sup> De acordo com Schumpeter a democracia não pode ser entendida como o governo do povo. A democracia deve, sim, ser entendida na perspectiva de procedimento, como sendo o governo aprovado pelo povo através da competição eleitoral.<sup>31</sup> Contudo, o autor atribui um papel de destaque às eleições e explora menos outros elementos fundamentais para a democracia como o Estado de direito, a participação inclusiva dos cidadãos entre outros.

A formulação de Schumpeter sobre a democracia tem sido adotada por vários autores como Robert Dahl ao destacar a competição e a participação como elementos fundamentais em democracia.<sup>32</sup> Igualmente, Samuel Huntington adota o conceito de democracia na perspectiva de procedimento. Segundo Huntington a definição de democracia em termos de fonte de autoridade ou propósitos servidos pelos governos levanta sérios problemas de ambiguidades e imprecisões.<sup>33</sup> Contudo, Dahl e Huntington atribuem um lugar de destaque ao Estado de direito, a existência da sociedade

---

<sup>30</sup> Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961), 291.

<sup>31</sup> Schumpeter, *Capitalismo...*, 296.

<sup>32</sup> Robert A. Dahl, *On Democracy* (New Haven and London: Yale University Press, 1998).

<sup>33</sup> Samuel Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (S/L.: University of Oklahoma Press, 1993), 6.

civil forte, a homogeneidade cultural, o desenvolvimento do capitalismo e as sociedades modernas como elementos importantes para o estabelecimento e consolidação da democracia.

Partindo da perspetiva de procedimento, Larry Diamond distingue a democracia eleitoral da democracia liberal, sublinhando que a última incorpora as liberdades individuais, as restrições do poder executivo, a existência do poder judicial independente e Estado de direito, liberdades de expressão e de associação, participação política bem como a competição eleitoral.<sup>34</sup> De acordo com este autor, na democracia eleitoral os governos resultam de eleições relativamente livres e justas mas os direitos e liberdades fundamentais estão escassamente protegidos. Esta formulação de Diamond suscitou o questionamento sobre a importância e valor das eleições na democracia.

Partindo das noções de Schumpeter, Huntington, Diamond e Dahl poder-se-á entender a democracia como um sistema político no qual os governos são aprovados pelos cidadãos através da votação em processos eleitorais que envolvem a competição entre diferentes grupos ou atores políticos dentro de um Estado caracterizado pelas liberdades de expressão e de imprensa, liberdade de associação, Estado de direito, separação entre os poderes judicial, executivo e legislativo, garantias contra possíveis arbitrariedades dos governos como as perseguições políticas e o uso abusivo da força contra os cidadãos.

### **1.6.3 A Transição Democrática: Conceitos**

Após a Segunda Guerra Mundial que marcou o início da segunda onda de democratização sobretudo na Europa e América Latina, os estudos visando compreender e teorizar os processos de transição democrática ganharam uma enorme vitalidade. Esta foi reforçada a partir da década de 1970 com o surgimento da terceira vaga de democratização que se estendeu ao longo das décadas de 1980 e 1990, atingindo grande parte dos estados africanos que estavam sob o controlo de regimes autoritários ou de partido único.

Analisando os casos da Inglaterra, França, Alemanha, EUA, Japão e Índia, Barrington Moore sugeriu que a transição democrática é o processo histórico e complexo conducente ao estabelecimento da democracia numa dada sociedade ou Estado.<sup>35</sup> Robert Dahl considera que a transição democrática é o processo de modificação de um regime de hegemonia fechada que conduza ao estabelecimento da poliarquia, representando um grau de democratização.<sup>36</sup> O autor

---

<sup>34</sup> Larry Diamond, «Is the third wave over?», *Journal of Democracy*, Vol. 7, n° 3 (1996): 20-37.

<sup>35</sup> Barrington Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (Lisboa: Edições 70, 2010).

<sup>36</sup> No contexto deste trabalho, o regime político é definido segundo Michael Bratton e Nicholas van de Walle, como sendo o conjunto de procedimentos políticos (as regras do jogo político) que determinam a distribuição do poder.

considera que a poliarquia é um regime relativamente democrático, porém, não completamente democrático. Isto é, as poliarquias são sistemas substancialmente liberalizados e popularizados, muito representativos e francamente abertos ao debate público.<sup>37</sup> Este entendimento de Robert Dahl resulta da sua conceção sobre a democracia. Para o autor a democracia é um sistema político cujas características são, entre outras, a disposição de satisfazer por completo ou quase completamente todos os cidadãos, tendo estes a oportunidade de formular as suas preferências, manifestá-las publicamente, de forma individual e coletiva e receber a igualdade de tratamento por parte do governo.<sup>38</sup> Ao sublinhar que a transição democrática não resulta necessariamente no estabelecimento de uma democracia na sua plenitude, Dahl deixa a entender que há um processo subsequente e necessário que conduz ao estabelecimento de um regime completamente democrático.

Michael Bratton e Nicholas van de Walle entendem que a transição de regime é a mudança de um conjunto de procedimentos políticos de características mais antigas para outros novos, tratando-se de um intervalo de intensa incerteza política durante o qual a construção de novos arranjos institucionais é influenciada pela disputa entre as elites no poder e a oposição.<sup>39</sup> De acordo com estes autores a transição pode ocorrer através de uma rápida e curta transformação (quando o regime autoritário colapsa e é substituído por um outro regime) ou através de um processo incremental (quando o regime autoritário reduz de forma gradual as medidas de controlo e repressão, fomentando, deste modo, a abertura e a sua liberalização).

Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter definem a transição como sendo o intervalo entre um regime político autoritário e um outro, podendo este ser democrático.<sup>40</sup> Assim, segundo o entendimento destes autores a transição democrática será o intervalo entre o regime político autoritário e o regime democrático. De acordo com estes autores a transição é delimitada, por um lado, pelo lançamento do processo de dissolução de um regime autoritário e, por outro lado, pelo estabelecimento de uma forma de democracia, o retorno a alguma forma de autoritarismo ou

---

Estas regras definem quem pode engajar-se na atividade política e não só mas também a maneira como tal engajamento pode ser feito. As regras mais relevantes podem estar codificadas na constituição ou em outros instrumentos legais. Por outro lado as regras podem ser informais, incluindo hábitos e costumes aos quais todos os participantes se adaptam. Assim podem apresentar-se como exemplos de regimes políticos, o autoritarismo e a democracia. Michael Bratton e Nicholas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), 9-10.

<sup>37</sup> Robert A. Dahl, *La Poliarquía: Participación y Oposición* (Madrid: Editorial Tecnos, 2002), 18.

<sup>38</sup> Dahl, *La Poliarquía...*, 13 e 14.

<sup>39</sup> Michael Bratton e Nicholas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), 10.

<sup>40</sup> Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies* (Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986), 6.

emergência de uma alternativa revolucionária. Uma das características da transição é que durante o seu curso as regras do jogo político não são claramente definidas, por um lado, e por outro, são arduamente contestadas. Igualmente, os autores explicam que durante o período de transição os atores políticos procuram a todo o custo satisfazer os seus interesses imediatos ou daqueles a quem pretendem representar e não só, mas também definir as regras e os procedimentos cuja configuração determinará quem será potencialmente o vencedor ou derrotado no futuro. As regras definirão os recursos que poderão ser legitimamente usados na arena política assim como os atores que serão autorizados a participar no jogo político. A definição de O'Donnell e Schmitter revela-se bastante útil na medida em que permite situar e delimitar com mais precisão a transição democrática. Porém, a definição destes autores parece enfermar de limitações resultantes da enorme restrição que se confere a um processo histórico relativamente longo e complexo que não inicia necessariamente com a dissolução do regime autoritário e nem termina, inevitavelmente, com a instalação de uma forma de democracia que muitas vezes pode ser mais formal do que a *praxis* democrática cuja materialização acontece num período de tempo comparativamente mais longo.

Samuel Valenzuela define a transição democrática como sendo o movimento de um regime autoritário para o regime democrático.<sup>41</sup> Scott Mainwaring reitera este entendimento, sublinhando que a transição para a democracia implica a mudança de regimes. Para o autor a democratização significa o movimento no sentido da democracia, isto é, no sentido de um regime diferente.<sup>42</sup> Estas definições são bastante abertas podendo permitir a captação de um processo mais longo, porém, a ausência de uma delimitação mais precisa do processo pode dificultar a análise da transição. Entretanto, Nancy Bermeo propõe um conceito de transição democrática entendido como o período entre a quebra da ditadura e a conclusão das primeiras eleições democráticas nacionais.<sup>43</sup> A definição proposta por Bermeo revela-se importante na medida em que delimita a transição tendo como marco inicial o colapso do regime autoritário e o marco final a realização das primeiras eleições. Este é o conceito que tem orientado a intervenção da comunidade internacional no apoio aos processos de transição democrática, particularmente em sociedades pós-conflito, encerrando a ajuda à democratização uma vez terminadas as primeiras eleições democráticas. Esta abordagem conceptual de Bermeo revela-se problemática na medida em que limita a transição

---

<sup>41</sup> J. Samuel Valenzuela, «Labor movements in transitions to democracy: a framework for analysis», *Comparative Politics*, Vol. 21, n°4 (1989): 445.

<sup>42</sup> Scott Mainwaring, «Transitions to democracy and democratic consolidation: theoretical and comparative issues», *Working Paper*, n°130, (1989).

<sup>43</sup> Nancy Bermeo, «Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions», *Comparative Politics*, Vol. 29, n°3 (1997): 305.

democrática à mera realização das primeiras eleições quando estas são apenas uma etapa de um processo mais complexo e longo de democratização. Aliás, o apoio da comunidade internacional ao processo de transição democrática, sobretudo em sociedades pós-conflito, tendo como base a abordagem conceptual acima apresentada tem sido objeto de imensas críticas, propondo-se uma abordagem mais integrada e prolongada no tempo.

As definições de transição democrática acima apresentadas parecem convergir na ideia de que trata-se de um processo que inicia com o colapso do regime autoritário culminando com o estabelecimento da democracia sinalizado pela realização das primeiras eleições democráticas. As definições acima apresentadas tendem a colocar a consolidação democrática como um processo distinto ou separado da transição democrática. Por detrás das definições de transição democrática acima expostas está a noção de democracia eleitoral, colocando-se a democracia liberal dentro de um outro processo distinto, nomeadamente, a consolidação democrática. Este facto torna as definições em referência bastante problemáticas. Se a transição significa a mudança de um regime autoritário para um regime democrático e se as eleições democráticas, embora sejam importantes, não deixam de ser apenas um dos elementos ou etapas da construção da democracia, então a transição deve ser entendida como estendendo-se até ao estabelecimento da democracia liberal.

As respostas aos problemas conceptuais acima apresentados parecem ser encontradas, parcialmente, em Guillermo O'Donnell que sublinha que o processo de democratização implica duas transições. A primeira é a transição de um regime autoritário prévio para a instalação de um governo democrático. A segunda transição é deste governo (democrático) para a consolidação da democracia, isto é, para o funcionamento efetivo do regime democrático.<sup>44</sup> Esta definição revela-se bastante útil na medida em que parece abandonar a dimensão bastante localizada e restrita que caracterizava as noções de transição democrática anteriormente apresentadas, inclusivamente por O'Donnell e Schmitter. Com esta nova definição O'Donnell reconhece, ainda que, implicitamente, que a transição democrática estende-se para além do simples estabelecimento de uma determinada forma de democracia, devendo culminar com a consolidação democrática. Na mesma esteira de pensamento, Juan Linz e Alfred Stepan consideram que a transição democrática e a consolidação democrática envolvem o movimento de um regime não democrático para um regime democrático.<sup>45</sup> Segundo os autores a transição democrática é considerada completa quando

---

<sup>44</sup> Guillermo O'Donnell, «Transitions, continuities, and paradoxes», em *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, eds. Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell e J. Samuel Valenzuela (Indiana: University of Notre Dame Press, 1992), 18. Este autor define a democracia como poliarquia na perspetiva de Robert Dahl.

<sup>45</sup> Juan J. Linz e Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe* (Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996), 38.



é alcançado um acordo suficiente sobre os procedimentos políticos para a geração de um governo eleito; quando o governo no poder resulta de um processo de votação popular e livre; quando o governo eleito tem de facto a autoridade para produzir políticas e; quando os poderes executivo, legislativo e judicial resultantes da nova democracia não são forçados a partilhar o poder com outras entidades.

Num outro trabalho publicado posteriormente, Juan Linz e Alfred Stepan definiram a democracia consolidada como sendo o regime político em que a democracia como um sistema complexo de instituições, normas, regras, leis, incentivos e desincentivos característicos transforma-se no único jogo no Estado. Portanto, esta definição de democracia consolidada incorpora três dimensões, nomeadamente, comportamental (Quando dentro do Estado são inexistentes os grupos que atentem contra o regime democrático), de atitude (quando dentro do Estado grande parte dos cidadãos acredita que mesmo em tempo de enormes crises políticas, económicas e sociais qualquer mudança deve seguir os procedimentos democráticos) e constitucional (quando os atores políticos acreditam que todos os conflitos políticos, económicos e outros devem ser resolvidos através das instituições, leis, normas e regras estabelecidas constitucionalmente no país e que qualquer recurso aos meios não constitucionais revelar-se-ia ineficaz).<sup>46</sup> Assim, Juan Linz e Alfred Stepan sublinham que para que ocorra a consolidação democrática, após a transição democrática, é necessário o cultivo de novos hábitos e atitudes. De acordo com Leonardo Morlino, Gerard Alexander e Carsten Schneider a consolidação da democracia é o processo multifacetado através do qual as estruturas democráticas, normas e as relações entre o regime e a sociedade civil estão firmemente estabelecidas. Este processo implica o fortalecimento do regime democrático de modo a evitar possíveis crises futuras.<sup>47</sup>

A partir das perspetivas acima apresentadas e no contexto deste trabalho poder-se-á compreender que a transição democrática é um processo historicamente mais longo e complexo que se estende desde a liberalização económica e política de regimes autoritários ou de partido único, passando pela sua dissolução e instauração de alguma forma de democracia, devendo culminar com a consolidação democrática. Neste contexto, a consolidação democrática deve ser entendida como a fase superior de todo o processo de transição democrática. Isto é, a consolidação democrática é parte integrante de todo o processo de transição democrática. A utilização deste conceito de

---

<sup>46</sup> Juan Linz e Alfred Stepan, «Toward consolidated democracies», em *Debates on Democratization*, ed. Larry Diamond, Marc F. Plattner e Philip J. Costopoulos (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010), 4.

<sup>47</sup> Leonardo Morlino, *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe* (S.l.: Oxford University Press, 1998); Gerard Alexander, *The Sources of Democratic Consolidation* (Ithaca e London: Cornell University Press, 2002); Carsten Q. Schneider, *The Consolidation of Democracy: Comparing Europe and Latin America* (New York: Routledge, 2009).

transição democrática no presente trabalho permite captar numa perspetiva histórica as complexas dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais que originaram ou caracterizaram a mudança de regime de partido único para o regime democrático em Moçambique. Deste modo evitar-se-á o confinamento da transição democrática a um período e a eventos bastante localizados cuja compreensão mais global passa necessariamente pela sua interligação com um contexto histórico mais alargado ou relativamente longo. Aliás, segundo Dankwart Rustow o estudo da transição democrática levará o cientista político a mergulhar profundamente na história mais do aquilo que este comumente previa fazer.<sup>48</sup> Deste modo, Rustow sugere que a melhor compreensão da transição democrática passa necessariamente por uma abordagem histórica.

#### **1.6.4 As Causas das Transições Democráticas: Debates Teóricos**

As causas ou os fatores determinantes do processo de transição democrática parecem menos consensuais na medida em que as construções teóricas resultantes dos trabalhos no domínio das ciências sociais e humanas e sobretudo da ciência política aplicam-se a uns casos, porém, são contrariadas em outros. Não obstante a existência de um enorme volume de trabalhos e sobretudo de importantes avanços registados, esta situação tem ainda impedido, pelo menos até ao presente momento a formulação de modelos teóricos universais ou mais gerais que possam explicar na plenitude a ocorrência ou não da transição democrática e a identificação das condições determinantes.

No final da década de 1950, Seymour Martin Lipset inspirando-se em Max Weber, identificou o desenvolvimento económico, compreendendo a industrialização, a riqueza, a urbanização e a educação, por um lado e a legitimidade, por outro lado, como sendo as condições importantes para o estabelecimento e sustentação de uma democracia estável.<sup>49</sup> Para o autor, quanto mais desenvolvida for uma sociedade maior será a probabilidade desta sustentar o regime democrático. Segundo o autor a democratização inclui 4 fases, nomeadamente, (i) a urbanização, (ii) a literacia, (iii) o crescimento dos meios de comunicação social e, (iv) o desenvolvimento económico e industrial.<sup>50</sup> Para Lipset a legitimidade envolve a capacidade de um sistema político engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas para a sociedade ou são da própria sociedade. Igualmente, o autor sublinhou a importância de fatores culturais, nomeadamente o protestantismo como uma condição importante para a ocorrência da transição

---

<sup>48</sup> Dankwart A. Rustow, «Transitions to democracy: toward a dynamic model», *Comparative Politics*, Vol. 2, nº3 (1970): 347.

<sup>49</sup> Seymour Martin Lipset, «Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy», *The American Political Science Review*, Vol. 53, nº1 (1959): 71.

<sup>50</sup> Lipset, «Some Social Requisites...», 82.

democrática e manutenção da democracia.<sup>51</sup> Como se pode constatar tratava-se de uma abordagem assumidamente estruturalista.

A importância dos fatores económicos para a ocorrência da transição democrática foi posteriormente sublinhada por Barrington Moore no princípio da segunda metade da década de 1960 durante a análise que este autor fez sobre a mudança de regime em Inglaterra, França, Alemanha, EUA e na Ásia.<sup>52</sup> Entre as teorias estruturalistas destaca-se a teoria da modernização defendida por Walt Rostow, entre outros autores, segundo a qual o crescimento económico ou a passagem de uma economia tradicional para a moderna revela-se fundamental para a ocorrência da transição democrática.<sup>53</sup>

Entretanto, a abordagem estruturalista acima referida, sublinhando a existência de pré-condições de natureza económica, social e cultural para o estabelecimento e manutenção da democracia foi objeto de críticas apresentadas por Dankwart Rustow no princípio da década de 1970. Embora sem rejeitar a importância de fatores económicos no processo de transição democrática o autor criticou a exclusividade atribuída às pré-condições económicas, sociais e culturais como fundamentais para a ocorrência da transição democrática. Em contrapartida, Dankwart Rustow trouxe à superfície a importância das elites políticas e das contradições no seu seio, sublinhando o papel das suas decisões no processo de transição democrática.<sup>54</sup> Para Rustow, os fatores económicos nem sempre estão envolvidos na transição democrática, sublinhando que a democratização é fruto da luta política entre as elites políticas com interesses divergentes. Entretanto, de acordo com o autor esta luta política pode encerrar dentro de si uma dimensão económica. Neste trabalho importante que viria a influenciar os estudos posteriores sobre a transição democrática, Rustow destacou 4 fases importantes no processo de mudança de regimes no sentido de democratização, nomeadamente, (i) a fase de background marcada pela existência de unidade e consenso entre os cidadãos sobre a entidade política à qual pertencem (ii) fase de preparação caracterizada pela polarização entre as elites políticas, (iii) a fase de decisão caracterizada pela escolha pela democracia e (iv) a fase de habituação durante a qual todos são forçados a viver dentro do novo contexto resultante de tal decisão no sentido da democracia.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> Lipset, «Some Social Requisites...», 85 e 86.

<sup>52</sup> Barrington Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (Lisboa: Edições 70, 2010)

<sup>53</sup> Walt Rostow, *Stages of Growth: A Non Communist Manifesto* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960).

<sup>54</sup> Dankwart A. Rustow, «Transitions to democracy: toward a dynamic model», *Comparative Politics*, Vol. 2, n.º3 (1970): 352.

<sup>55</sup> Rustow, «Transitions to democracy...», 350-358.

Em conformidade com a crítica de Rustow, Myron Weiner defendeu que as teorias centradas nas pré-condições para a democratização, nomeadamente, a necessidade de modernização, desenvolvimento do capitalismo e crescimento económico, existência de uma cultura ou experiência democráticas, entre outros pré-requisitos não encontram a demonstração na realidade. De acordo com Weiner as teorias sobre democratização assentes nos pré-requisitos acima referidos são totalmente contrariadas pela realidade, havendo, por isso, a necessidade de se mudar o enfoque dos estudos sobre a emergência da democracia.<sup>56</sup> No mesmo diapasão, Terry Karl considerou ser fútil a procura de pré-condições para a ocorrência da democracia. Este autor apresentou o argumento segundo o qual a experiência da América Latina mostrava que não existem pré-condições singulares suficientes para gerar ou não a democracia. Nem os fatores internos nem externos sozinhos explicavam a ocorrência ou não da democracia, reiterando que a identificação de tais condições levaria muitos anos. Por isso, o autor sugeriu que os investigadores abandonassem aquela tarefa e explorassem as abordagens contextuais em que ocorre ou não a democratização.<sup>57</sup>

Samuel Huntington reconheceu que a crítica de Dankwart Rustow ajudou a implementar uma visão mais equilibrada sobre a complexidade do processo de democratização.<sup>58</sup> Embora admita que as pré-condições económicas, sociais e culturais sejam importantes para a emergência da democracia numa sociedade, Huntington sublinha que nenhuma das pré-condições é suficiente para conduzir ao desenvolvimento democrático.<sup>59</sup> Assim, Huntington destaca o papel dos atores políticos, reiterando que a democracia tende a ser mais o produto da oligarquia do que da contestação contra a oligarquia, sendo que as elites decidem optar pela democratização no contexto da aceitação da diversidade na unidade ou unidade na diversidade. Ademais, as elites políticas decidem optar pelo estabelecimento da democracia como um meio para alcançar os objetivos como o seu prolongamento no poder, a legitimidade internacional, minimizar a oposição doméstica e reduzir a possibilidade de ocorrência de violência civil da qual elas próprias (elites) podem sofrer. Igualmente, o autor sublinha que a democratização pode resultar de um processo de substituição das elites ou da transformação.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> Myron Weiner, «Empirical democratic theory and the transition from authoritarianism to democracy», *Political Science*, Vol. 20, nº4 (1987).

<sup>57</sup> Terry Lynn Karl, «Dilemmas of democratization in Latin America», *Comparative Politics*, Vol. 23, nº1 (1990): 5.

<sup>58</sup> Samuel P. Huntington, «Will more countries become democratic?», *Political Science Quarterly*, Vol. 99, nº2 (1984): 198.

<sup>59</sup> Huntington, «Will more countries...», 198-214.

<sup>60</sup> Huntington, «Will more countries...», 212-213.

Na sua análise sobre a transição democrática, Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter sublinharam o papel das elites políticas na abertura dos regimes autoritários em direção ao estabelecimento da democracia. Segundo os autores o sinal típico do início da transição surge quando as lideranças do regime autoritário, por qualquer razão decidem modificar as leis e as regras no sentido de providenciar as garantias mais seguras de direitos aos cidadãos e grupos. Este processo é classificado pelos autores como liberalização.<sup>61</sup> Ao processo de liberalização liga-se a democratização entendida como o processo através do qual as regras e procedimentos de promoção da cidadania aplicam-se às instituições anteriormente governadas por outros princípios (como a coerção e controlo) ou expandidas para incluir pessoas que anteriormente não gozavam estes direitos ou ainda às instituições que anteriormente não eram sujeitas à participação dos cidadãos.<sup>62</sup> Segundo O'Donnell e Schmitter, a transição democrática é um processo que resulta das contradições entre as alas mais duras e as moderadas dentro do regime autoritário, culminando com a vitória do segundo grupo. Assim, estes autores destacam que os fatores internos têm um papel determinante na transição democrática, contudo, reconhecem a existência de influências internacionais sobre a percepção dos atores domésticos.<sup>63</sup> As contradições entre a ala dura por um lado e a moderada, por outro são impulsionadas pelas crises económicas, políticas ou sociais dentro do regime autoritário.

Segundo Jan Teorell, as crises económicas no seio do regime autoritário favorecem a emergência da democracia na medida em que perante as dificuldades o regime tende a perder a sua legitimidade e o apoio popular, gerando-se, internamente, uma rotura ou fragmentação entre as elites dura e moderada, sendo a última favorável ao processo de democratização e mais próxima ao povo. Entretanto, Teorell esclarece que os elevados níveis de crescimento económico dentro dos regimes autoritário impossibilitam ou pelo menos dificultam a ocorrência da democratização.<sup>64</sup>

Para além da ênfase sobre a agência ou a ação das elites outra literatura sobre as transições democráticas identificou o papel das massas populares como de importância fundamental para a transição democrática. Os intensos protestos populares a favor da democratização iniciados pelos estudantes no Benin, em 1989, culminando com o estabelecimento da democracia naquele país africano no início da década de 1990 é um exemplo do papel que a mobilização popular joga para

---

<sup>61</sup> Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies* (Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986), 6-7.

<sup>62</sup> O'Donnell e Schmitter, *Transitions from authoritarian Rule...*, 8.

<sup>63</sup> O'Donnell e Schmitter, *Transitions from authoritarian Rule...*, 15-19.

<sup>64</sup> Jan Teorell, *Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972-2006* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

a ocorrência da transição democrática.<sup>65</sup> Entretanto, segundo a literatura, os movimentos populares de protesto em favor da democracia, marcados sobretudo pela violência, distúrbios e perturbação da ordem e segurança públicas tendem a levar o regime autoritário a aumentar as medidas de repressão e a inviabilizar a transição para a democracia.<sup>66</sup> Neste contexto a literatura sugere que a ação das massas populares deve ser moderada de modo a não inviabilizar a democratização.

Entretanto, com base num estudo comparativo Nancy Bermeio concluiu que as teorias que defendem que a moderação é uma condição importante para a ocorrência da transição democrática são mais um mito na medida em que existem casos de sociedades cuja transição para a democracia foi bem-sucedida apesar dos enormes protestos das massas populares marcados por distúrbios, violência e perturbação da ordem e segurança públicas como foram os casos de Portugal, Espanha, Equador, Filipinas, Coreia do Sul, Chile e África do Sul.<sup>67</sup>

Entretanto, para Karen Remmer, a tentativa de compreender a política nacional ou interna dos estados de forma isolada em relação às forças internacionais é muito fútil e mesmo contraproducente. Portanto, analisar o processo de democratização a partir de causas internas de forma isolada, ou a partir de questões meramente económicas ou simplesmente culturais, ou ainda a partir da ação meramente dos atores políticos (escolhas das elites) é contraproducente.<sup>68</sup> Assim, para além da ênfase atribuída aos fatores internos na explicação da ocorrência da transição democrática estudos mostraram que os fatores internacionais desempenham um papel importante na mudança de regimes no sentido da democratização. Relativamente aos fatores de ordem internacional sublinham-se as teorias do contágio, controlo, consentimento e condicionalidade apresentadas por Laurence Whitehead e as teorias sobre a influência das organizações regionais ou internacionais nos processos de democratização defendidas por Jon Pevehouse.<sup>69</sup>

---

<sup>65</sup> Michael Bratton, e Nicholas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), 1.

<sup>66</sup> Dietrich Rueschemeyer, Evelyn Huber Stephens e John D. Stephens, *Capitalist Development and Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1992) citado por Nancy Bermeio, «Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions», *Comparative Politics*, Vol. 29, n° 3 (1997): 306.

<sup>67</sup> Nancy Bermeio, «Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions», *Comparative Politics*, Vol. 29, n° 3 (1997): 311-314.

<sup>68</sup> Karen L. Remmer, «New theoretical perspectives on democratization», *Comparative Politics*, Vol. 28, n°1 (1995): 105-106.

<sup>69</sup> Laurence Whitehead, «International aspects of democratization», em *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, ed. Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead (Baltimore e London: The John Hopkins University Press, 1986); Jon C. Pevehouse, *Democracy From Above: Regional Organizations and Democratization* (Cambridge: University Press, 2005); Sobre o debate teórico em torno dos fatores internacionais determinantes da transição democrática consultar Alexandra Barahona de Brito e Andrés Malamud, «Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas», em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral *et al* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 203-223.

Reconhecendo a importância de fatores internacionais nos processos de transição democrática, Stephan Haggard e Robert Kaufman sublinham que há vários eventos que conduziram às mudanças políticas dramáticas nas décadas de 1980 e 1990, nomeadamente, as pressões diplomáticas internacionais fortalecidas com o fim da Guerra Fria, o efeito de contágio das transições nos países vizinhos e as mudanças estruturais associadas ao desenvolvimento económico de longo termo.<sup>70</sup> A este propósito, Samuel Huntington sublinhou que durante a terceira vaga de democratização a Comunidade Económica Europeia (CEE) jogou um papel-chave na consolidação da democracia na Europa do Sul.<sup>71</sup> Segundo Karen Remmer, a globalização dos processos produtivos e do mercado de capital, a liberalização do comércio caracterizada pela remoção de barreiras, o crescimento da influência das instituições financeiras internacionais e das organizações não-governamentais e outros fenómenos relacionados obrigam a população e os estados a perder a capacidade de agir de forma isolada em relação ao sistema internacional. Assim, de acordo com Remmer, qualquer análise do processo de democratização em África deve ter em consideração o colapso do comunismo, o crescimento da pressão das instituições financeiras internacionais e a habilidade das instituições financeiras internacionais ocidentais de exercer a alavancagem sobre as escolhas políticas domésticas e respetivos resultados.<sup>72</sup>

Entretanto, segundo Thomas Carothers o paradigma da transição revela-se inapropriado para a análise da mudança de regimes autoritários para regimes democráticos. Este autor critica as teorias sobre a transição argumentando que a terceira vaga de democratização revelou a sua inadequação à realidade uma vez que grande parte dos países considerados em transição não se encaixavam nas principais assunções do paradigma em alusão, nomeadamente: (i) todos os países que registam o abandono do regime ditatorial podem ser considerados em transição para a democracia; (ii) a democratização encerra um conjunto de fases, nomeadamente, a abertura do regime autoritário, o seu colapso e finalmente a consolidação; (iii) a importância determinante das eleições para o fortalecimento da democratização; (iv) a importância de determinadas condições culturais e sociais para a democratização e; (v) a transição democrática da terceira vaga foi construída em estados funcionais.<sup>73</sup> Segundo Carothers muitos países considerados em transição encontram-se numa zona cinzenta tendo-se transformado em sistemas de pluralismo precário ou em sistemas de poder político dominante, permitindo alguma liberdade à oposição e a realização regular de

---

<sup>70</sup> Stephan Haggard e Robert R. Kaufman, «The political economy of democratic transitions», *Comparative Politics*, Vol. 29, n.º 3, (1997): 266.

<sup>71</sup> Samuel P. Huntington, «Democracy's third wave» *Journal of Democracy* Vol.2, n.º2 (1991): 14.

<sup>72</sup> Karen L. Remmer, «New theoretical perspectives on democratization», *Comparative Politics*, Vol. 28, n.º1 (1995): 106.

<sup>73</sup> Thomas Carothers, «The end of the transition paradigm», em *Debates on Democratization*, ed. Larry Diamond, Marc F. Plattner e Philip J. Costopoulos (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010), 77-81.

eleições, porém, sem que ocorra a alternância do poder e sem se materializar a democracia liberal. Por isso, o autor considera que tais países não devem ser considerados como estando em transição, propondo mesmo o abandono do paradigma da transição.<sup>74</sup>

Embora as críticas de Thomas Carothers se mostrem relevantes, o argumento segundo o qual os estados que se transformaram em sistemas políticos de pluralismo precário ou em sistemas de poder político dominante não estão em transição revela-se problemático na medida em que o autor parece cair na armadilha da simplificação, uniformização e sequencialismo de um processo que o próprio autor considera ser uma enfermidade do paradigma da transição. Com este argumento Carothers afasta a possibilidade de os estados que experimentam sistemas políticos de pluralismo precário ou de poder político dominante se inserirem no contexto de um processo mais longo e complexo de transição que pode ou não conduzir ao estabelecimento de uma verdadeira democracia liberal. Portanto, o surgimento de sistemas políticos de pluralismo precário e de poderes políticos dominantes permitindo a liberdade aos partidos políticos e aos cidadãos assim como à realização regular de eleições multipartidárias não deve significar o fracasso ou a ausência da transição. Pelo contrário esta situação deve ser entendida no contexto de um processo de transição democrática mais amplo temporalmente e complexo relativamente às dinâmicas políticas, económicas e sociais que o caracterizam cujo resultado pode culminar ou não no estabelecimento da democracia liberal.

Assim, à luz do debate acima exposto e face às particularidades de Moçambique que constitui objeto de análise nesta tese, o processo de transição democrática no país em referência será analisado tendo como base as teorias centradas na agência (ação e decisão das elites políticas), no papel das crises económicas como fatores geradores de incentivos para as elites políticas no sentido da liberalização política e económica conducente ao estabelecimento do regime democrático assim como no papel do controlo, consentimento e condicionalidade como fatores internacionais que influenciam a perceção e a decisão das elites políticas em direção à democratização. Particularmente, esta abordagem teórica e conceptual informará a análise que será feita no capítulo V da tese sobre as reformas económicas e políticas que conduziram ao estabelecimento da democracia em Moçambique.

---

<sup>74</sup> Thomas Carothers, «The end of the transition...», 81-89.



### 1.6.5 A Abertura das Partes à Resolução Pacífica de Conflitos: Questões Teóricas

Duas abordagens dominam os estudos sobre a resolução pacífica de conflitos. A primeira sublinha que o sucesso do processo de construção de uma solução negociada para os conflitos reside fundamentalmente na natureza e no conteúdo dos acordos alcançados entre as partes do conflito.<sup>75</sup> A segunda abordagem sublinha que a construção de uma solução negociada para o conflito e o respetivo sucesso depende do momento escolhido para a realização dos esforços de resolução. Esta abordagem bastante predominante na literatura teórica e conceptual sobre a resolução de conflitos tem como referência principal William Zartman, entre outros autores.<sup>76</sup>

Embora a natureza e o conteúdo dos acordos sejam inequivocamente importantes para a construção e a manutenção da paz, a primeira abordagem acima referida não permite compreender as razões que determinam o engajamento das partes antagónicas na busca de uma solução baseada no processo de cooperação bilateral ou multilateral em detrimento de soluções unilaterais dominantes em todo o período de escalada do conflito. É neste contexto que a segunda abordagem baseada no momento escolhido para a resolução do conflito assume uma elevada relevância. No contexto desta abordagem, a maturação do conflito é importante para explicar o início das negociações, indicando as condições necessárias, embora não suficientes para o seu arranque.<sup>77</sup>

Segundo William Zartman a maturação é o momento em que as partes em conflito percebem que estão numa situação de empate (impasse) mutuamente doloroso, associado a uma catástrofe eminente, passada ou recentemente evitada. O conceito baseia-se na ideia de que quando os contendores estão numa situação de conflito bloqueado, sendo que nenhum deles pode alcançar os seus objetivos, satisfatoriamente, através de ações unilaterais e tal bloqueio mostra-se doloroso, as partes do conflito procuram uma saída negociada, visualizada como a melhor alternativa.<sup>78</sup> Portanto, segundo o autor, as partes resolvem pacificamente o conflito somente quando estão

---

<sup>75</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, *Crafting Peace: Power-Sharing Institutions and The Negotiated Settlement of Civil Wars*, (Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2007); Donald Rothchild, *Managing Ethnic Conflict in Africa: Pressures and Incentives For Cooperation* (Washington, D.C: Brookings Institution Press, 1997).

<sup>76</sup> I. William Zartman, «Ripeness: The hurting stalemate and beyond», em, *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, D.C.: National Academy Press, 2000); I William Zartman, «The timing of peace initiatives: hurting stalemates and ripe moments», *The Global Review of Ethnopolitics*, Vol. 1, n°1, (2001); Dean G. Pruitt, «Readiness theory and the northern Ireland conflict», *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, n° 11, (2007); Moeed Yusuf e Adil Najam, «Kashmir: ripe for resolution?», *Third World Quarterly*, Vol. 30, n° 8, (2009); Marieke Kleiboer, «Ripeness of conflict: a fruitful notion?», *Journal of Peace Research*, Vol. 31, n° 1, (1994); Bertram I. Spector, «Negotiation readiness in the development context: adding capacity to ripeness», em, *Approaches to Peacebuilding*, ed. Ho-Won Jeong (New York: Palgrave Macmillan, 2002).

<sup>77</sup> I. William Zartman, «Ripeness: the hurting stalemate and beyond», em, *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, D.C.: National Academy Press, 2000), 226.

<sup>78</sup> I. William Zartman, «Ripeness: the hurting stalemate... », 228.

preparadas para o fazer, isto é, quando a alternativa do uso de meios unilaterais para o alcance satisfatório dos seus objetivos está bloqueada e, assim, se vêm confrontadas com uma situação desconfortável.<sup>79</sup> Perante esta situação as partes do conflito procuram explorar as alternativas negociais que durante muito tempo foram negligenciadas ou rejeitadas. Neste contexto, de acordo com William Zartman, a maturação integra duas componentes, nomeadamente a perceção do empate mutuamente doloroso pelas duas partes, por um lado, e por outro, a perceção da possibilidade de uma saída negocial.<sup>80</sup> As partes externas (terceiras partes) ao conflito podem contribuir para que as partes primárias percebam o empate mutuamente doloroso ou o momento de maturação do conflito, incentivando-as a engajarem-se numa solução negocial.<sup>81</sup>

Entretanto, nem todas as situações de maturação do conflito conduzem às negociações de paz ou à resolução do conflito.<sup>82</sup> Segundo William Zartman há situações em que o empate mutuamente doloroso conduz à agudização do conflito. Estas situações resultam de problemas de comunicação entre as partes do conflito originados pelas visões estereotipadas entre os contendores, ódio, sentimento de injustiça, desejo de vingança, entre outros fatores.<sup>83</sup>

A maturação como uma condição importante para o início das negociações ou da mediação e do respetivo sucesso tem sido defendida por muitos autores. Tendo como base a teoria da maturação, Michael Greig defende que o sucesso da negociação e da mediação depende de 5 fatores fundamentais, nomeadamente: (i) a existência de custos elevados e o sofrimento resultante de um longo período de rivalidades e de conflito aumenta a possibilidade de a mediação conseguir melhorar o relacionamento entre as partes em conflito; (ii) a perceção entre os rivais sobre a sua incapacidade de alterar unilateralmente o nível de rivalidade a seu favor contribui para o engajamento em iniciativas de cooperação; (iii) o nível de ameaça percebida pelos rivais tem influência sobre a sua abertura aos esforços de mediação internacional; (iv) as mudanças políticas internas podem contribuir para o fortalecimento da possibilidade de a mediação ajudar a melhorar

---

<sup>79</sup> I William Zartman, «The timing of peace initiatives: hurting stalemates and ripe moments», *The Global Review of Ethnopolitics* Vol. 1, n°1, (2001): 8.

<sup>80</sup> I. William Zartman, «Ripeness: the hurting stalemate and beyond», em, *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, D.C.: National Academy Press, 2000), 225-228.

<sup>81</sup> Philip A. Schrodt, Ömür Yilmaz e Deborah J. Gerner, *Evaluating Ripeness and Hurting Stalemate in Mediated International Conflicts: An Event Data Study of the Middle East, Balkans, and West Africa*, Paper prepared for delivery at the Annual Meeting of the International Studies Association, Portland, Oregon, USA (2003); Fonkem Achankeng I, «Mutual hurting stalemates, ripe moments and third-party intervention: implications for the 'Southern Cameroons restoration of statehood conflict'», *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*, Vol. 101, n° 01 (2012).

<sup>82</sup> Moeed Yusuf e Adil Najam, «Kashmir: ripe for resolution?», *Third World Quarterly*, Vol. 30, n° 8, (2009); I. William Zartman, «Ripeness: the hurting stalemate and beyond», em, *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, D.C.: National Academy Press, 2000).

<sup>83</sup> Dean G. Pruitt, «Whither ripeness theory?», Institute for Conflict Analysis and Resolution, George Mason University, *Working Paper* n° 25, (2005): 3.

as relações entre as partes e (v) a crença entre as partes rivais sobre a existência de uma base para um acordo pode contribuir para o sucesso dos esforços de mediação.<sup>84</sup> O autor sublinha que a mediação realizada na fase inicial do conflito tem poucas probabilidades de ser bem-sucedida uma vez que as partes em disputa ainda acreditam que podem alcançar os seus objetivos por via unilateral. Deste modo Greig destaca que a mediação tem maiores probabilidades de ser bem-sucedida quando acontece numa fase adiantada do conflito quando as partes percebem o empate mutuamente doloroso.

Analisando o caso moçambicano, André Thomashausen sublinha que em 1988 a guerra civil atingiu a situação de empate mutuamente doloroso facto que contribuiu para o envolvimento das partes em conflito na busca de uma solução negocial para a disputa.<sup>85</sup> Igualmente, Ricardo Sousa, analisando o caso angolano, particularmente os acordos de paz de Gbadolite e de Nova Iorque concluiu que a maturação do conflito teve um papel importante na abertura das partes aos esforços visando uma solução negocial para o fim da guerra civil.<sup>86</sup>

Entretanto, Marieke Kleiboer defendeu a ideia segundo a qual a maturação é um conceito que recorre à disposição (vontade) das partes ou fações dentro destas, especialmente dos seus líderes. Assim, Kleiboer conclui que a maturação corresponde à disposição completa, isto é, ao momento em que todas as partes têm a vontade de procurar uma solução (acordo) pacífica.<sup>87</sup> Deste modo a autora sublinha que a vontade é o requisito mínimo para a resolução negocial do conflito. Na mesma perspetiva, Steven Forde define a maturação como sendo o momento em que as partes em conflito mostram-se disponíveis a aceitar uma solução negocial.<sup>88</sup> As abordagens de Kleiboer e de Forde sugerem que o empate mutuamente doloroso não corresponde necessariamente a maturação do conflito. De acordo com a abordagem conceptual destes autores o empate mutuamente doloroso deve ser entendido como um dos fatores impulsionadores da maturação entendida como a disponibilidade das partes em conflito para o início das negociações.

---

<sup>84</sup> J. Michael Greig, «Moments of opportunity: recognizing conditions of ripeness for international mediation between enduring rivals», *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 45, n.º6 (2001): 693.

<sup>85</sup> André Thomashausen, «Mozambique: a case study», *Paper Presented at The Conference on Politics of Identity and Exclusion in Africa: From Violent Confrontation to Peaceful Cooperation*, University of Pretoria on 25–26 July 2001, 104.

<sup>86</sup> Ricardo Sousa, «Mudanças multidimensionais em Angola aquando dos acordos de paz de Gbadolite de 1989», em, *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*, coord. Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues (Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012).

<sup>87</sup> Marieke Kleiboer, «Ripeness of conflict: a fruitful notion?» *Journal of Peace Research*, Vol. 31, n.º. 1, (1994): 115.

<sup>88</sup> Steven Forde, «Thucydides on ripeness and conflict resolution», *International Studies Quarterly*, Vol. 48, n.º1 (2004).

Assim, analisando os fatores determinantes do fim da guerra civil na Rodésia, Matthew Preston concluiu que embora não tenha havido uma situação de paridade militar ou de empate mutuamente doloroso entre o movimento de guerrilha e as forças de segurança rodesianas os fatores políticos e sobretudo a pressão externa, especialmente de Moçambique, África do Sul e Zâmbia, a deterioração das relações entre as forças militares e os civis e a competição pela liderança dentro das facções beligerantes contribuíram para que as partes optassem pela solução negociada do conflito.<sup>89</sup> Embora o autor reconheça a ausência do empate mutuamente doloroso como fator determinante do início das negociações entre as partes da guerra civil rodesiana, simultaneamente, sublinha o papel dos atores externos na criação da percepção das partes sobre a oportunidade favorável ao início das negociações, por sinal um elemento destacado na teoria da maturação. Deste modo, Matthew Preston fortalece o argumento implícito na abordagem de Kleiboer e Forde segundo o qual o empate mutuamente doloroso é um entre outros fatores que concorrem para a maturação do conflito.

Dean Pruitt sugeriu a *readiness theory* (teoria de prontidão). Segundo Pruitt a teoria da prontidão diferencia-se da teoria de maturação pelo facto de a primeira assentar na psicologia da liderança de cada parte do conflito e do seu pensamento, enquanto a última está centrada no pensamento das duas partes do conflito em simultâneo. Assim, Dean Pruitt esclarece que a prontidão é a característica de uma organização, refletindo o pensamento dos seus líderes relativamente ao conflito com outra organização (adversário). A prontidão é constituída por dois elementos. O primeiro é a motivação para pôr termo ao conflito no sentido de que para cada parte da disputa é impossível alcançar uma vitória ou os riscos e custos de uma vitória têm uma dimensão inaceitável. Igualmente, a motivação pode resultar da pressão de terceiras partes poderosas como os aliados. Entretanto, segundo Pruitt a motivação não é suficiente para a decisão de uma parte entrar em negociações. É necessária a presença do segundo elemento, nomeadamente, o otimismo sobre a negociação e respetivos resultados. O otimismo significa a existência da crença de que o acordo final vai satisfazer, singularmente, as metas e as aspirações das partes do conflito sem custos excessivamente elevados. De acordo com Dean Pruitt a liderança de cada parte do conflito decide entrar em negociações após o fracasso das iniciativas unilaterais visando a satisfação dos seus objetivos. O otimismo resulta da construção da confiança e da percepção de que um acordo

---

<sup>89</sup> Matthew Preston, «Stalemate and the termination of civil war: Rhodesia reassessed», *Journal of Peace Research*, Vol. 41, n.º 1, (2004).

aceitável é possível e que a outra parte do conflito está pronta para fazer as concessões necessárias.<sup>90</sup>

Entretanto, Bertram Spector entende que a motivação e a disposição (ou vontade) de negociar que configuram a maturação do conflito não são suficientes para a decisão das partes no sentido do início das negociações com vista a busca de um acordo pacífico para o fim da disputa. Por isso, Spector defende que as partes em conflito decidem entrar em negociações quando no seu seio existe a motivação, a vontade e, adicionalmente, a capacidade de negociar.<sup>91</sup> Neste contexto o autor apresenta o conceito de prontidão de negociação como sendo a combinação entre a motivação, a vontade e a capacidade de negociar. Deste modo Spector conclui que a capacidade de negociar e a maturação do conflito estão estrategicamente interligados e ambos devem estar presentes para que as partes decidam iniciar a negociação.<sup>92</sup>

Tendo como base a discussão conceptual e teórica acima apresentada, no contexto desta tese, a maturação do conflito é entendida como sendo a situação caracterizada pela percepção do empate mutuamente doloroso, da elevação dos custos da prossecução de uma solução unilateral para níveis infortáveis (ou inaceitáveis) entre as partes em conflito, gerando-se no seu seio a motivação e a disposição (vontade) para negociar assim como o otimismo em relação aos resultados da negociação. A motivação e o otimismo estão intimamente interligados. A motivação para colocar termo ao conflito encoraja o desenvolvimento do otimismo.<sup>93</sup> O otimismo em relação aos resultados da negociação ajuda a fortalecer a motivação das partes para o recurso à via negocial como mecanismo para a resolução do conflito. Por outro lado, o otimismo revela-se como um elemento importante da maturação na medida em que não só contribui para a decisão das partes do conflito em iniciar a negociação como também ajuda a explicar o seu engajamento contínuo no processo negocial e sobretudo na implementação dos acordos de paz. Isto é, o otimismo das partes em relação aos resultados favoráveis do acordo de paz sem custos muitos elevados contribui para o maior engajamento destas não só na construção dos entendimentos mas também na sua implementação, contribuindo assim para a solução negocial do conflito e para a manutenção da paz.

---

<sup>90</sup> Dean G. Pruitt, «Readiness theory and the northern Ireland conflict», *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, n.º 11, (2007):

<sup>91</sup> Bertram I. Spector, «Negotiation readiness in the development context: adding capacity to ripeness», em, *Approaches to Peacebuilding*, ed. Ho-Won Jeong (New York: Palgrave Macmillan, 2002), 79.

<sup>92</sup> Bertram I. Spector, «Negotiation readiness in...», 80.

<sup>93</sup> Dean G. Pruitt, «Readiness theory and the northern Ireland conflict», *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, n.º 11, (2007): 1529.

Esta definição de maturação revela-se útil na medida em que, primeiro coloca o empate mutuamente doloroso como um dos fatores que concorrem para a criação da situação de maturação. Segundo, dadas as dificuldades notáveis de identificar e medir o empate mutuamente doloroso a retirada da sua centralidade dominante nas abordagens de William Zartman e dos seus defensores ajuda a tornar o conceito de maturação mais objetivo, claro e operacional. Ademais, o empate mutuamente doloroso atribui muita ênfase às relações de poder entre as partes e não considera suficientemente as mudanças no seio dos contendores assim como ao nível do contexto.<sup>94</sup> Terceiro, tendo como base o modelo de Johan Galtung sobre o conflito, a motivação, a vontade e o otimismo integram-se dentro das atitudes que por sua vez influenciam o comportamento das partes no sentido da cooperação, contribuindo, assim, para a redução da escalada da situação do conflito.<sup>95</sup> Finalmente, a utilização do conceito de maturação acima proposto vai permitir a sua operacionalização na análise do processo de construção da paz em Moçambique. Este quadro teórico e conceptual será adotado no capítulo III da tese sobre o processo de construção da paz em Moçambique. As noções de otimismo e motivação informarão a análise do processo de manutenção da paz e da democracia em Moçambique entre 1992 e 2004, particularmente nos capítulos VI, VII e VIII.

#### **1.6.6 A Intervenção de Múltiplos Atores na Resolução Pacífica de Conflitos: Da *Track One Diplomacy* à *Multi-Track Diplomacy***

O envolvimento de atores não estatais em processos de resolução de conflitos como foi o caso moçambicano tem vindo a ganhar maior relevância e visibilidade nas últimas décadas em resposta à ineficácia revelada pelas intervenções exclusivas da *track one diplomacy* nos processos de busca de paz em conflitos entre estados e intraestatais. Em reação às fraquezas apresentadas pela *track one diplomacy* como mecanismo de intervenção para a resolução de conflitos surgiu a *track two diplomacy* que, posteriormente, desenvolveu-se dando origem a *multi-track diplomacy* no âmbito da qual se insere a ação de múltiplos atores, entre estatais e não estatais nos processos de construção da paz.

Os conceitos de *track one diplomacy* e *track two diplomacy* foram pela primeira vez apresentados e diferenciados por Joseph Montville e William Davidson em 1981. Segundo os autores, a *track one diplomacy* corresponde à chamada diplomacia tradicional ou diplomacia estatal (diplomacia

---

<sup>94</sup> Oliver Ramsbotham, Tom Woodhouse e Hugh Miall, *Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management and Information of Deadly Conflicts* (Cambridge: Polity Press, 2005), 167.

<sup>95</sup> Johan Galtung, *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization* (Oslo: International Peace Research Institute, 1996).

oficial) caracterizada pela interação entre representantes oficiais dos estados na procura de uma solução para os conflitos.<sup>96</sup> Igualmente, a *track one diplomacy* envolve os representantes de organizações intergovernamentais ou terceiras partes constituídas por governos que assumem o papel de interlocutores com os grupos armados no contexto do processo de paz.<sup>97</sup> Enquanto a *track one diplomacy* tem uma dimensão assumidamente oficial, a *track two diplomacy* é informal (diplomacia não oficial). A *track two diplomacy* preocupa-se menos com a negociação dos assuntos em conflito do que com o restabelecimento das relações para reconstruir a confiança entre as partes de modo a tornar a mudança ou a prevenção do conflito sustentável.<sup>98</sup>

Em 1991, John McDonald expandiu a *track two diplomacy* para *track five diplomacy*, sendo o terceiro *track* constituído pelo sector privado de negócios, o quarto *track*, pelo intercâmbio entre cidadãos nas dimensões científica, cultural, educacional e desportiva e o quinto *track* pelos media.<sup>99</sup> Entretanto, Louise Diamond e John McDonald propuseram a *multi-track diplomacy* (o envolvimento de múltiplos atores nos processos de resolução de conflitos). O novo conceito adicionava mais 4 *tracks*, perfazendo 9 *tracks*, nomeadamente, educação e treinamento, ativismo para a paz, a religião e as comunidades de financiamento ou filantropia, funcionando todos em interação.<sup>100</sup> A *multi-track diplomacy* não funciona fora do Estado mas com o Estado. Isto é, os governos não serão bem-sucedidos na construção da paz a menos que os cidadãos fora do governo façam a sua parte essencial para mudar o relacionamento humano. Portanto, no contexto da *multi-track diplomacy* a questão da gestão, resolução ou transformação de conflitos não deve ser tratada somente na perspectiva de Estado, mas é preciso incluir novos atores globais, regionais, locais, oficiais e informais, sendo esta uma das características e potencialidades desta abordagem de intervenção no processo de resolução dos conflitos.<sup>101</sup>

A *multi-track diplomacy* provou ser útil não somente em trazer atores diferentes juntos mas também em levar os assuntos regionais para o nível nacional e vice-versa. Aliás, a utilidade deste conceito é ilustrada pela criação, com sucesso, do *Institute For Multi-Track Diplomacy*, nos EUA

---

<sup>96</sup> William D. Davidson e Joseph V. Montville, «Foreign policy according to Freud», *Foreign Policy*, n°45 (1981-1982): 145-157.

<sup>97</sup> Julian Thomas Hottinger, «The Relationship Between Track One and Track Two Diplomacy», [http://www.c-r.org/sites/default/files/accord16\\_13TheRelationshipBetweenTrackOne\\_2005\\_ENG.pdf](http://www.c-r.org/sites/default/files/accord16_13TheRelationshipBetweenTrackOne_2005_ENG.pdf)

<sup>98</sup> Daniel Wehrenfennig, «Multi-track diplomacy and human security», *Human Security Journal*, Vol. 7 (2008): 82.

<sup>99</sup> John McDonald, «Further exploration of track two diplomacy» em, *Timing the De-Escalation of International Conflicts*, ed. Louis Kriesberg e Stuart J. Thorson (Syracuse N.Y: Syracuse University Press, 1991).

<sup>100</sup> John McDonald, «The need for multi-track diplomacy: ethnic violence – three theories», em *Second Track Citizens Diplomacy: Concepts and Techniques for Conflicts Transformation*, ed. John L. Davies e Edward Kaufman (Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2002), 55.

<sup>101</sup> Daniel Wehrenfennig, «Multi-track diplomacy and human security», *Human Security Journal*, Vol. 7 (2008): 81 e 83.

no início da década de 1990.<sup>102</sup> Entretanto, é importante sublinhar que apesar da relevância da *multi-track diplomacy*, estudos revelaram que os esforços da *track one diplomacy* tendem a ser mais efetivos na forma de intervenção dado o seu elevado *leverage* (poder) e recursos investidos. Igualmente, o estudo quantitativo de Tobias Böhmelt mostrou que a mediação combinada dos esforços dos *tracks* oficiais e informais pode ser mais efetivo do que a ação dos diferentes *tracks* de forma independente.<sup>103</sup> Este facto mostra a relevância da *multi-track diplomacy* como uma abordagem de intervenção no processo de construção da paz tendo como base a articulação entre os atores oficiais e informais aos mais diferentes níveis. Neste contexto, a análise que será feita no IV capítulo da tese sobre o envolvimento dos atores oficiais (estados e organizações intergovernamentais) e não oficiais entre os quais as instituições religiosas no processo de construção da paz em Moçambique terá como base a *multi-track diplomacy*. Esta abordagem permite não só sublinhar o papel das instituições religiosas no processo de construção da paz em Moçambique mas também a interligação das suas ações com as iniciativas dos atores oficiais, isto é *track one diplomacy*.

### **1.6.7 A Manutenção da Paz e da Democracia em Sociedades Pós-Conflito: Questões Teóricas**

O debate sobre os fatores determinantes da manutenção (durabilidade) da paz e da democracia em sociedades pós-guerra civil (pós-conflito) é marcado por duas correntes principais. A primeira corrente (pró-militarista) sublinha a importância da vitória militar e a segunda (antimilitarista) realça a resolução de conflitos através de negociações e de acordos de paz.

A primeira corrente sublinha que a vitória militar de uma das partes em conflito é determinante não só para o estabelecimento da paz e da democracia mas também para a sua durabilidade e estabilidade. Barbara Walter referiu que «diferentemente das guerras entre estados, as guerras civis raramente terminavam através de acordos de paz», sublinhando que «de 1940 a 1990, 55% das guerras inter-estatais foram resolvidas na mesa de negociações e somente 20% das guerras civis conheceram o mesmo método de resolução».<sup>104</sup> Segundo a autora grande parte das guerras civis terminaram através da vitória militar de uma das partes do conflito, sublinhando que neste tipo de conflitos os contendores preferem lutar até ao alcance dos seus objetivos, a menos que uma potência externa se mostre disponível a intervir para garantir o acordo de paz. Segundo Edward Luttwak, a guerra tem a virtude de resolver conflitos políticos e conduzir à paz,

---

<sup>102</sup> John W. McDonald, «The Institute for Multi-Track Diplomacy», *Journal of Conflictology*, Vol.3, nº2 (2012).

<sup>103</sup> Tobias Böhmelt, «The effectiveness of tracks of diplomacy strategies in third-party interventions», *Journal of Peace Research*, nº47, Nº2 (2010).

<sup>104</sup> Barbara F. Walter, «The critical barrier to civil war settlement», *International Organization*, Vol.51, nº 3 (1997): 335.



particularmente, quando os beligerantes atingem a exaustão e a vitória militar.<sup>105</sup> Neste contexto o autor defende que é necessário desencorajar a intervenção de uma terceira parte no conflito de modo a evitar o bloqueio da vitória militar e do seu efeito transformador vis-à-vis o estabelecimento da paz duradoura.

Na mesma perspectiva, Robert Wagner defende que é difícil pôr termo à guerra civil através da imposição de um compromisso cujos termos não serão violados, sublinhando, igualmente, que um acordo negociado pode aprofundar esta dificuldade.<sup>106</sup> Assim, de acordo com o autor, a vitória militar de uma das partes do conflito pode contribuir para o alcance da paz, estabilidade e justiça. Na mesma perspectiva, Roy Licklider defende que a paz resultante da vitória militar de uma parte do conflito sobre as outras tem menores probabilidades de registar um colapso comparativamente aos acordos de paz.<sup>107</sup>

O argumento comum aos autores que consideram a vitória militar como o meio através do qual melhor se assegura a manutenção da paz no período pós-guerra civil é o seguinte: a derrota de uma das partes do conflito baixa significativamente a probabilidade do seu rearmamento uma vez que o número dos seus efetivos diminui. Neste contexto, mesmo que o seu rearmamento tenha lugar será impossível impor custos sobre os vencedores. Igualmente, perante a derrota os combatentes da parte vencida assumem que é muito reduzida a possibilidade de existência de uma terceira parte com a disponibilidade de intervir, garantindo a sua segurança. Por isso os combatentes da parte mais fraca e perante a derrota decidem render-se mais cedo. A corrente defensora da solução militar para o estabelecimento da paz, democracia e da respetiva manutenção após a guerra civil tem como base a análise segundo a qual na história contemporânea as guerras foram muitas vezes levadas até ao fim por via militar.

A segunda corrente privilegia a resolução acordada de conflitos, considerada como um mecanismo que tende a gerar a paz duradoura no período pós-guerra e contribui para a criação do ambiente favorável à democratização. Esta posição resulta do princípio segundo o qual as partes em disputa decidem iniciar as negociações como resultado da maturação do conflito, caracterizada pelo impasse mutuamente doloroso<sup>108</sup> e pelo otimismo em relação ao resultado da solução negocial.

---

<sup>105</sup> Edward Luttwak, «Give war a chance», *Foreign Affairs*, Vol. 78, n°4 (1999): 36.

<sup>106</sup> Robert Harrison Wagner, «The causes of peace», em *Stopping the Killing: How Civil Wars End*, ed. Roy Licklider (New York and London: New York University Press, 1993), 263

<sup>107</sup> Roy Licklider, «The consequences of the negotiated settlements in civil wars, 1945-1993», *American Political Science Review*, Vol. 89, n°3, (1995).

<sup>108</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, *Crafting Peace: Power-Sharing Institutions and the Negotiated Settlement of Civil Wars* (S/L.: Pennsylvania State University Press, 2007), 21.

Igualmente, a defesa da solução negocial para os conflitos está associada ao princípio segundo o qual as partes engajam-se na negociação quando esta é percebida como a melhor alternativa para o alcance dos seus objetivos, por um lado, e por outro lado, quando as partes compreendem e assumem que a materialização dos seus interesses passa pela cooperação mútua. Isto é, a negociação e a assinatura do acordo de paz revelam a consciência da relação de interdependência entre as partes, facto que em conjugação com outros fatores pode concorrer para o seu maior compromisso com a paz. Assim, o ambiente de paz baseado na cooperação entre os ex-beligerantes pode contribuir para o estabelecimento e manutenção da democracia na sociedade pós-guerra.

Entretanto, o registo histórico de um número crescente de soluções acordadas que não resultaram no estabelecimento da paz e da democracia duráveis, pelo contrário, reacendendo a guerra, originou as críticas à corrente defensora dos acordos negociados como a melhor maneira de assegurar a paz e a democracia com a maior durabilidade no período pós-guerra civil. Monica Toft referiu que desde 1990 o meio preferencial para terminar as guerras civis era o acordo negociado, porém, este mostrou-se largamente inefetivo, sublinhando que as guerras civis cujo término foi por via do acordo de paz revelaram elevadas probabilidades de reacenderem do que as guerras terminadas através da vitória militar.<sup>109</sup> É neste contexto que surgiram autores defendendo a ideia segundo a qual o conteúdo dos acordos de paz é determinante para o sucesso ou insucesso da solução negocial, para a durabilidade da paz e da democracia.

Assim, segundo Barbara Walter no período pós-guerra civil os acordos são bem-sucedidos na manutenção da paz quando existe a garantia credível de uma terceira parte em relação ao cumprimento dos termos do acordo, resolvendo o problema de insegurança dos ex-contendores, incentivando a sua cooperação e o maior engajamento na implementação do acordo e na manutenção da paz.<sup>110</sup> Por sua vez, o ambiente de cooperação revela-se como uma condição favorável ao processo de transição para a democracia. Analisando os dados sobre o progresso democrático pós-guerra civil e sobre a durabilidade da paz entre 1946 e 2005, Madhav Joshi concluiu que as missões da ONU contribuem para a durabilidade da paz em estados pós-guerra civil através da promoção do processo democrático de modo que os ex-beligerantes procurem

---

<sup>109</sup> Monica Duffy Toft, «Ending civil wars: a case for rebel victory?», *International Security*, Vol.34, n°4 (2010):8.

<sup>110</sup> Barbara F. Walter, «The critical barrier to civil war settlement», *International Organization*, Vol.51, n° 3 (1997): 335; Barbara F. Walter, *Committing to peace: the successful settlement of civil wars*, (Princeton: Princeton University Press, 2002); Barbara Walter, «Designing transitions from civil war: demobilization, democratization and commitments to peace», *International Security*, Vol. 1, n° 1(1999).

aceder ao poder sem recorrer ao uso da violência.<sup>111</sup> À mesma conclusão chegaram David Mason e Mehmet Gurses, sublinhando que a introdução das forças de *peacekeeping* têm um efeito positivo sobre a durabilidade da paz.<sup>112</sup>

Entretanto, Karl DeRouen *at al* consideram que diferentemente dos estados fracos, os estados fortes têm maior capacidade para implementar a solução negocial. Estes autores sublinham que quanto menor for a capacidade do Estado mais elevada será a importância e a necessidade da intervenção de uma terceira parte no processo de implementação do acordo, particularmente, no contexto em que a guerra civil destruiu a aptidão do Estado responder às questões económica, política e militar, assim como aos assuntos ligados a autonomia, efetividade e prestação de contas.<sup>113</sup> Os autores sublinham que a intervenção de uma terceira parte aumenta a capacidade do Estado para a implementação do acordo, assegura a integridade do entendimento, contribuindo, igualmente, para a promoção e o fortalecimento da confiança entre os ex-beligerantes. Igualmente, Zeynep Taydas, Dursun Peksen e Patrick James consideram que quanto maior for a capacidade do Estado e a qualidade institucional menor será a probabilidade de ocorrência da guerra civil.<sup>114</sup>

Entretanto, ainda no âmbito das reflexões visando compreender as razões pelas quais alguns acordos de paz contribuíram para a manutenção da paz e da democracia no período pós guerra civil como por exemplo, na África do Sul, El Salvador, Moçambique e Nicarágua, e outros fracassaram, como em Angola, Libéria e República Democrática do Congo, um conjunto de estudos comparativos permitiram concluir que os acordos de paz que integravam as provisões de partilha de poder entre os ex-beligerantes tendiam a contribuir para a maior durabilidade da paz e da democracia, sublinhando, porém, que as soluções negociais que não integraram os mecanismos de partilha de poder tendiam a colapsar, provocando o reinício da guerra.

Segundo Philip Martin, a partilha do poder é um arranjo em que os líderes rebeldes signatários do acordo participam do governo ou em que os combatentes recebem quotas de poder em pelo menos uma das principais áreas de governação - um critério que inclui o legislativo, o judiciário, serviços civis ou qualquer outro setor que se revelar suficientemente importante.<sup>115</sup> Na mesma perspetiva,

---

<sup>111</sup> Madhav Joshi, «United nations peacekeeping, democratic process, and the durability of peace after civil wars», *International Studies Perspectives*, Vol.14, (2013).

<sup>112</sup> T. David Mason e Mehmet Gurses, «When civil wars recur: conditions for durable peace after civil wars», *International Studies Perspectives*, Vol. 12 (2011).

<sup>113</sup> Karl DeRouen *at al*. «Civil war peace agreement implementation and state capacity», *Journal of Peace Research*, Vol.47, n°3 (2010): 333 e 344.

<sup>114</sup> Zeynep Taydas, Dursun Peksen e Patrick James, «Why do civil wars occur? understanding the importance of institutional quality», *Civil Wars*, Vol.12, n°3 (2010).

<sup>115</sup> Philip Martin, «Coming together: power-sharing and the durability of negotiated peace settlements», *Civil Wars*, Vol.15, n°3 (2013):334.

Philip Roeder e Donald Rothchild definem a partilha do poder como sendo os arranjos visando permitir que a tomada de decisões seja inclusiva (como governos de coligação) ou a repartição na tomada de decisões (como a descentralização territorial, etnofederalismo, ou a descentralização fiscal), decisões pré-determinadas (como a alocação proporcional de posições burocráticas ou das receitas do Estado).<sup>116</sup> Entretanto, Matthew Hoddie e Caroline Hartzell consideram que o conceito de partilha do poder não se limita somente à dimensão formal, sublinhando que deve ser mais inclusivo, referindo-se aos arranjos e práticas informais assim como às instituições e políticas formais.<sup>117</sup> Caroline Hartzell e Matthew Hoddie definem a partilha do poder como sendo as regras e normas que determinam como as decisões serão tomadas pelos grupos dentro do Estado e não só, mas também alocam os direitos de tomada de decisão, incluindo o acesso aos recursos do Estado entre as coletividades que competem pelo poder.<sup>118</sup> De acordo com Caroline Hartzell e Matthew Hoddie existem 4 tipos de partilha de poder, nomeadamente, político, militar, territorial e económico.<sup>119</sup> Assim, a partir das definições acima referidas, no contexto desta tese, a partilha de poder é entendida como sendo os arranjos e práticas formais e informais que permitem a participação dos ex-beligerantes no processo de tomada de decisões do Estado e nas suas estruturas ou instituições.

Após examinar os dados sobre as guerras civis entre 1945 e 1999, Caroline Hartzell concluiu que os acordos entre os ex-beligerantes visando a partilha de poder ajudam a aumentar a durabilidade da paz.<sup>120</sup> A partilha de poder é vista como uma forma de resolver os conflitos e de assegurar a paz pelas seguintes razões: a partilha do poder assegura que nenhuma das partes do conflito será excluída do poder; permite estabelecer as garantias de segurança que facilitam o cumprimento do acordo de paz e; contribui para resolver o problema do cometimento credível, demonstrando sinais conciliatórios e o desejo genuíno pela paz entre os ex-beligerantes.<sup>121</sup> Igualmente, a partilha do poder promove a cooperação entre os ex-beligerantes, contribuindo para a construção da confiança

---

<sup>116</sup> Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, «Conclusion: nation-state stewardship and the alternatives to power sharing», em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 319.

<sup>117</sup> Matthew Hoddie e Caroline Hartzell, «Power sharing in peace settlements: initiating the transition from civil war», em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 83.

<sup>118</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, «The art of the possible: power sharing and post-civil war democracy», *World Politics*, Vol. 67, n°1, (2015): 40.

<sup>119</sup> Caroline A. Hartzell, Matthew Hoddie, *Crafting Peace: Power-Sharing Institutions and the Negotiated Settlement of Civil Wars* (S.I.: Pennsylvania State University Press, 2007), 28.

<sup>120</sup> Caroline A. Hartzell, «Settling civil wars: armed opponents' fates and the duration of the peace», *Conflict Management and Peace Science*, Vol.26, n°4, (2009).

<sup>121</sup> Philip Martin, «Coming together: power-sharing and the durability of negotiated peace settlements», *Civil Wars*, Vol.15, n°3 (2013):335.

mútua que por sua vez ajuda as partes a ultrapassarem a desconfiança e a hostilidade criadas durante a guerra.

De acordo com Madhav Joshi, uma vez que têm uma experiência de guerra e conseqüentemente a noção dos custos de uma ação militar unilateral, os ex-beligerantes apoiarão a transição democrática e a manutenção da paz se estiverem confiantes de que as instituições inclusivas (instituições de partilha de poder) asseguram a sua participação e o alcance dos seus interesses políticos através do processo democrático e não só mas também garantem a proteção dos interesses de grupo.<sup>122</sup> Entretanto, segundo refere o autor, se a parte vencedora das eleições no período pós guerra civil decidir dismantelar as instituições democráticas, reprimir a oposição ou restaurar o autoritarismo, a parte vencida poderá sentir-se incentivada a retomar a violência uma vez que a repressão vai contribuir para que os líderes da oposição percecionem o custo de tal ação como menos elevado. Este autor sublinha que os cálculos que norteiam a decisão das partes em regressar ou não à violência dependem, primeiro, da estimativa dos custos e benefícios de regressar à guerra e assegurar uma vitória militar decisiva e, segundo, da estimativa dos custos e benefícios do apoio à democracia.

De acordo com Caroline Hartzell e Matthew Hoddie a partilha de poder reduz o sentimento de insegurança e de incerteza em relação aos resultados da democratização e, neste contexto, os ex-beligerantes comprometem-se e engajam-se no processo democrático e na manutenção da paz.<sup>123</sup> De acordo com Caroline Hartzell e Matthew Hoddie as partes em conflito decidem estabelecer os mecanismos de partilha de poder de modo a lidar com as preocupações de insegurança com as quais se confrontam no período pós-guerra. Isto é, os beligerantes procuram assegurar que após o conflito, o poder do Estado não será usado por uma parte contra a outra.<sup>124</sup> Assim, Caroline Hartzell e Matthew Hoddie concluem que quanto maior forem as dimensões de partilha de poder especificadas no acordo de paz maior será a probabilidade de durabilidade da paz uma vez que as instituições de partilha de poder fortalecem o sentimento de segurança entre os ex-beligerantes e promovem as condições conducentes à autoimposição da paz.<sup>125</sup> Portanto, a partilha de poder

---

<sup>122</sup> Madhav Joshi, «Inclusive institutions and stability of transition toward democracy in post-civil war states», *Democratization*, Vol. 20, n°4 (2013).

<sup>123</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, «The art of the possible: power sharing and post-civil war democracy», *World Politics*, Vol. 67, n°1, (2015):38.

<sup>124</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, *Crafting Peace: Power-Sharing Institutions and the Negotiated Settlement of Civil Wars* (Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2007), 21.

<sup>125</sup> Caroline Hartzell e Matthew Hoddie, «Institutionalizing peace: power sharing and post-civil war conflict management», *American Journal of Political Science*, Vol. 47, n°2, (2003).

ajuda a resolver o problema do cometimento credível sublinhado por Barbara Walter, criando, deste modo, as condições favoráveis à implementação do acordo de paz e da democracia.

Arend Lijphart, autor de um dos mais importantes estudos sobre a partilha de poder sublinha que este arranjo contribui para o estabelecimento de períodos duradouros de estabilidade.<sup>126</sup> Wolf Linder e André Bächtiger, através de um estudo comparativo de 62 estados africanos e asiáticos, concluíram que a partilha de poder favorece a democratização, sublinhando que quanto maior for o poder político partilhado entre os atores políticos mais elevado será o nível da democracia.<sup>127</sup> Este autor explica que a partilha de poder promove a cooperação, o compromisso e as mudanças moderadas que contribuem para a elevação das probabilidades de maior sustentabilidade da democracia nos países em desenvolvimento. Na mesma esteira de pensamento, Matthew Hoddie e Caroline Hartzell consideram que a decisão de aceitar a partilha de poder é um sinal custoso da intenção das partes em respeitar os direitos de um e de outro grupo.<sup>128</sup> Assim, sublinham estes autores, a partilha de poder permite prevenir a incerteza e a imprevisibilidade da democracia, tornando-a mais atrativa como um meio para iniciar a transição da guerra civil para a paz e para as eleições.

Entretanto, têm surgido críticas devido ao facto de existirem acordos de paz baseados na partilha de poder, porém, sem produzirem a paz, a estabilidade e democracias duradouras. Segundo Philip Roeder a partilha de poder não tem sido bem-sucedida como mecanismo de manutenção da paz em sociedades etnicamente divididas. Porém, segundo o autor as instituições de divisão de poder mostram-se mais eficazes na prevenção da escalada de conflitos étnicos. A eficácia em alusão resulta da centralidade dos direitos civis que limitam o governo e da separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, criando, deste modo, os *checks and balances* que limitam cada maioria que constitui o poder executivo.<sup>129</sup> Assim, explica o autor, a divisão do poder institucionaliza a separação dos poderes entre os órgãos do Estado de modo que nenhuma maioria singular seja capaz de tomar todas as decisões.

---

<sup>126</sup> Arend Lijphart, *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration* (New Haven: Yale University Press, 1977).

<sup>127</sup> Wolf Linder e André Bächtiger, «What drives democratisation in Asia and Africa?», *European Journal of Political Research*, Vol.44 (2005): 873.

<sup>128</sup> Matthew Hoddie e Caroline Hartzell, «Power sharing in peace settlements: initiating the transition from civil war», em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 83.

<sup>129</sup> Philip G. Roeder, «Power dividing as an alternative to ethnic power-sharing», em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 52 e 60.

Tendo como objeto de análise o continente africano, Ian Spears considera que grande parte dos acordos de paz estabelecidos com o objetivo de pôr termo às guerras civis com base na partilha de poder registaram um fracasso, citando, nomeadamente, os casos de Angola, Etiópia, Ruanda e Somália. O fracasso resulta dos constrangimentos inerentes à própria partilha de poder, nomeadamente, a existência de incentivos menos arriscados para as partes ou pelo menos uma delas procurar alcançar os seus objetivos políticos unilateralmente; as partes recorrem à partilha do poder somente para incrementar o seu poder militar e político visando derrotar o adversário e não necessariamente construir a paz baseada no processo de mútua cooperação; a partilha de poder requer a cooperação entre indivíduos e grupos assumidamente incompatíveis; a partilha de poder, requer, não raras vezes que as partes renunciem parte do seu poder, uma decisão muitas vezes rejeitada pelos ex-beligerantes ou geradora de cisões entre as linhas mais moderadas e mais radicais, facto que inviabiliza os arranjos de partilha de poder; os receios das partes em relação à possibilidade do seu poder ficar comprometido mesmo dentro do contexto do acordo de partilha de poder inviabiliza o sucesso dos arranjos de partilha de poder e; a partilha de poder dentro de cada grupo pode ser vista como uma inevitabilidade pelos mais moderados e como traição pelos mais radicais.<sup>130</sup>

Na mesma perspetiva, Donald Rothchild e Philip Roeder consideram que depois de um longo conflito é muito difícil consolidar a paz e a democracia com base em instituições de partilha de poder uma vez que na fase de iniciação estes arranjos exigem o cometimento sincero das partes, porém, este é muitas vezes inexistente, particularmente num contexto em que não há um vencedor. Entretanto, Donald Rothchild e Philip Roeder consideram que há certas condições que podem favorecer os resultados positivos dos acordos de paz, nomeadamente, quando os líderes de ambas as partes asseguram uma à outra que podem impor o acordo dentro dos respetivos grupos; a existência de um compromisso básico que permite que as várias partes acreditem que podem atingir os seus objetivos incompatíveis com os objetivos de outras partes; o empate militar mutuamente doloroso pode atrair mais as partes para a adoção de uma solução baseada na partilha de poder, sendo esta vista como uma oportunidade para o alcance dos seus objetivos de forma menos onerosa; ainda que não acreditem na possibilidade de alcançarem os seus objetivos por meios pacíficos os acordos de partilha de poder são vistos pelas partes como uma oportunidade para a construção do capital que será necessário em futuras discussões ou disputas e; a existência

---

<sup>130</sup> Ian S. Spears, «Understanding inclusive peace agreements in Africa: the problems of sharing power», *Third World Quarterly*, Vol 21, n° 1 (2000).

de um Estado forte capaz de assegurar a implementação efetiva das decisões.<sup>131</sup> Entretanto, embora a partilha do poder possa ser necessária para iniciar a transição para a paz e democracia, simultaneamente, o arranjo em referência constitui-se como um obstáculo à consolidação da paz e da democracia a longo termo.<sup>132</sup>

Denis Tull e Andreas Mehler consideram que nas últimas duas décadas posteriores à Guerra Fria as potências ocidentais e as organizações internacionais passaram a demonstrar uma preferência pela partilha do poder como mecanismo de resolução das guerras civis em África, gerando, deste modo incentivos para o surgimento de muitos movimentos insurgentes no continente, recorrendo ao uso da violência organizada com o objetivo de conquistar uma parcela do poder do Estado através da partilha de poder.<sup>133</sup> Assim, estes autores sugerem que a partilha do poder nos estados africanos promovida pelas potências ocidentais reproduz a insurgência e a violência em África. Igualmente, não raras vezes, as instituições africanas têm privilegiado a partilha de poder como mecanismo de resolução de conflitos conforme ilustram os casos mais recentes do Quênia e do Zimbábue. Com a democratização dos estados africanos ao longo das últimas duas décadas tem vindo a assistir-se ao surgimento de conflitos eleitorais com contornos violentos cuja resolução promovida pela União Africana tem assentado na partilha do poder. Entretanto, de acordo com Rowland Cole as soluções dos conflitos eleitorais baseadas na partilha do poder são inconsistentes com os princípios democráticos na medida em que contrariam à legítima vontade popular, permitindo a manutenção de líderes não eleitos no poder.<sup>134</sup> Por outro lado, segundo Chandra Sriram, os arranjos de partilha de poder privilegiam os protagonistas do conflito que, não raras vezes, cometeram graves violações dos direitos humanos, porém, sem a devida responsabilização no contexto institucional pós-guerra.<sup>135</sup> Como se pode constatar, as críticas à partilha do poder sublinham que este tipo de arranjo institucional não tem, necessariamente, o efeito positivo na manutenção da paz e da democracia em sociedades pós-guerra civil. Isto é, a partilha do poder dificulta ou inviabiliza a construção da paz duradoura e a democratização.

---

<sup>131</sup> Donald Rothchild e Philip G. Roeder, «Power sharing as impediment to peace and democracy», em, *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 41-44.

<sup>132</sup> Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, «Conclusion: nation-state stewardship and the alternatives to power sharing», em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*, eds. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild (New York: Cornell University Press, 2005), 320.

<sup>133</sup> Denis M. Tull e Andreas Mehler, «The hidden costs of power-sharing: reproducing insurgent violence in Africa», *African Affairs*, Vol. 104, n°416 (2005).

<sup>134</sup> Rowland J.V. Cole, «Power-sharing, post-electoral contestations and the dismemberment of the right to democracy in Africa», *The International Journal of Human Rights*, Vol. 17, n°2, (2013).

<sup>135</sup> Chandra Lekha Sriram, «Making rights real? minority and gender provisions and power-sharing», *The International Journal of Human Rights*, Vol. 17, n°2 (2013).



Perante as críticas acima apresentadas e diante da existência de guerras civis terminadas através de acordos negociados, contendo as provisões de partilha de poder, tendo assegurado a manutenção da paz e da democracia com maior durabilidade como por exemplo a África do Sul, os estudos comparativos multiplicaram-se, resultando na abordagem segundo a qual há determinados tipos de partilha de poder, instituições e arranjos constitucionais com efeitos positivos sobre a construção e a manutenção da paz e da democracia em sociedades pós-guerra civil, enquanto outros revelam efeitos negativos. Assim, analisando 16 acordos de paz contendo provisões de partilha de poder militar entre 1980 e 1996, Caroline Hartzell e Matthew Hoddie concluíram que a implementação completa dos aspetos dos acordos relativos a partilha ou divisão do poder militar entre os antigos beligerantes aumentou significativamente a probabilidade de manutenção (durabilidade) da paz.<sup>136</sup> Estes autores defendem que a durabilidade da paz resultou do facto de a implementação da componente do acordo relativa à partilha do poder militar constituir-se não só como um gesto concreto do cometimento genuíno com a paz mas também como um sinal credível da intenção conciliatória entre os antigos inimigos. Na mesma perspetiva, Anna Jarstad e Desirée Nilsson analisaram cerca de 83 acordos de paz contendo provisões de partilha de poder, assinados por um governo com um ou vários movimentos rebeldes, concluindo que a implementação dos acordos de partilha do poder militar e territorial revelaram maiores probabilidades de durabilidade (manutenção) da paz contrariamente ao efeito negativo revelado pela implementação dos acordos baseados na partilha do poder político (executivo).<sup>137</sup> De acordo com estes autores, a implementação dos acordos de paz baseados na partilha do poder militar e territorial encerra custos muito elevados que servem como um sinal da intenção conciliatória e reflete um alto nível de cometimento das partes pela paz, reduzindo, deste modo, a probabilidade de colapso do acordo e da paz no período pós-conflito.

Na mesma linha, Philip Martin refere que as opções institucionais que permitem separar as partes beligerantes e manter a sua autonomia como a partilha do poder territorial e a proporcionalidade no exército revelam-se como fatores que aumentam a probabilidade de durabilidade da paz. Porém, o autor sublinha que a partilha do poder executivo tem um efeito negativo sobre a durabilidade da paz.<sup>138</sup> Segundo este autor, devido aos elevados custos da partilha do poder militar e territorial prevista nos acordos de paz, a sua implementação indica o cometimento elevado e

---

<sup>136</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, «Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements», *Journal of Peace Research*, Vol.40, n°3 (2003).

<sup>137</sup> Anna K. Jarstad e Desirée Nilsson, «From words to deeds: the implementation of power-sharing pacts in peace accords», *Conflict Management and Peace Science*, Vol.25 (2008): 207.

<sup>138</sup> Philip Martin, «Coming together: power-sharing and the durability of negotiated peace settlements», *Civil Wars*, Vol. 15, n° 3, (2013).

genuíno das partes com a paz, contribuindo, assim, para a redução do problema do cometimento credível, por um lado, e por outro lado, para o aumento da confiança mútua entre as partes antagónicas, concorrendo, assim, para a manutenção da paz. Pelo contrário, as partes antagónicas podem sentir-se atraídas a participar de um arranjo de partilha do poder executivo devido aos seus custos baixos, contudo, sem um cometimento genuíno com a paz. Deste modo, Philip Martin concluiu que a partilha do poder tende a ser mais efetiva como mecanismo de manutenção da paz quando as partes concordam em assumir compromissos de custos mais elevados como a reestruturação das leis eleitorais, do setor militar e a delegação do poder do Estado às subunidades regionais.

Entretanto, outros estudos têm revelado que o tipo de modelo institucional a adotar tem um papel determinante para a manutenção da paz e para o sucesso da transição democrática em sociedades pós-conflito. Madhav Joshi considera que o ambiente pós-guerra civil é desfavorável à transição democrática devido aos problemas do cometimento credível. Cada ex-beligerante receia que a vitória de um nas eleições pode conduzir à sua marginalização, exclusão ou perseguição. Assim, a transição democrática pode ser sustentada através da criação de instituições que asseguram a inclusão política. Neste contexto, duas escolhas institucionais fundamentais ajudam a reduzir os receios em relação a possibilidade de exclusão política, nomeadamente, o tipo de sistema eleitoral e o sistema de governo.<sup>139</sup>

Contrariamente ao sistema eleitoral de representação maioritária (tendencialmente baseados no princípio *the winner takes all*) o sistema de governo parlamentar e o sistema eleitoral de representação proporcional tendem a ser politicamente mais inclusivos, criando mais oportunidades para os grupos insurgentes ou minoritários conseguirem obter a representação traduzida em assentos no poder legislativo, reduzindo, deste modo, os receios mútuos de marginalização ou da monopolização do poder de Estado pelo vencedor das eleições. Esta situação contribui não só para uma maior abertura do espaço político à representação de diferentes grupos no parlamento, mas também gera incentivos para que todos (os grupos), incluindo os ex-beligerantes, apoiem o processo político democrático.<sup>140</sup> Segundo Madhav Joshi, o carácter inclusivo do sistema de representação proporcional e a sua capacidade de reduzir o problema de cometimento credível, contribui para a geração de garantias aos ex-beligerantes de que através das eleições, podem competir de forma justa e que terão a oportunidade razoável para ganhar no

---

<sup>139</sup> Madhav Joshi, «Inclusive institutions and stability of transition toward democracy in Post-civil war states», *Democratization*, Vol. 20, n°4 (2013): 746.

<sup>140</sup> Joshi, «Inclusive institutions...», 747-748.

presente e no futuro, ainda que percam as eleições correntes. Assim, o sistema eleitoral de representação proporcional gera incentivos para que todos os atores políticos apoiem a democracia e persigam os seus interesses políticos através do processo democrático. Neste contexto, conforme refere o autor, o sistema de representação proporcional contribui para que a transição democrática tenha maior durabilidade porque todas as partes têm uma participação ativa na sua preservação (como aconteceu na África do Sul pós-apartheid), contrariamente aos sistemas eleitorais maioritário e presidencial que favorecem a exclusão ou a marginalização dos grupos minoritários, culminando com o fracasso da democracia e instauração de regimes autoritários.

Na mesma perspetiva, Andrew Reynolds e John Carey consideram que o sistema eleitoral maioritário pode ser profundamente problemático na medida em que abre espaço para que o vencedor marginalize os grupos vencidos, podendo, igualmente, alterar a constituição a seu favor, enquanto o sistema de representação proporcional, embora sem resolver todos os problemas revela-se como a melhor opção nos contextos de democratização na medida em que permite a maior inclusão, reduzindo, assim, o nível de conflitualidade, e deste modo, aumentando a probabilidade de continuidade de eleições livres e justas.<sup>141</sup> Esta abordagem é partilhada por Ulrike Theuerkauf que considera que as instituições políticas que oferecem elevadas possibilidades de representação política são valiosas para qualquer grupo étnico devido ao facto de este poder ter uma voz no processo de tomada de decisão política, e não só mas também ao impacto da representação política sobre a distribuição de recursos e poderes, e os seus efeitos sobre a perceção de segurança política, económica e física.<sup>142</sup>

Entretanto, Sonia Alonso e Rubén Ruiz consideram que o estabelecimento do sistema de representação proporcional ou parlamentar, *de per se*, não é condição suficiente para assegurar a estabilidade, a paz e a democracia no período pós-guerra civil, sendo, para o efeito, necessário que o resultado eleitoral produza uma situação de equilíbrio de poder no legislativo, entre os ex-beligerantes de modo a evitar que nenhuma das partes esteja em posição de tomar decisões políticas unilaterais.<sup>143</sup> Deste modo fomentar-se-á a cultura de cooperação que por sua vez vai contribuir para a construção da confiança mútua entre as partes, reduzindo-se, assim, a insegurança ou o problema do cometimento credível. Neste contexto os ex-beligerantes sentir-se-

---

<sup>141</sup> Andrew Reynolds e John M. Carey, «Debating electoral systems: getting elections wrong», *Journal of Democracy*, Vol 23, n.º1 (2012): 164 e 168.

<sup>142</sup> Ulrike G. Theuerkauf, «Institutional design and ethnic violence: do grievances help to explain ethno-political instability?», *Civil Wars*, Vol.12, n.º1-2 (2010):133.

<sup>143</sup> Sonia Alonso e Rubén Ruiz, «Political representation and ethnic conflict in New Democracies», *WZB Discussion Paper*, n.º SP IV 2005-201 (Berlin Social Science Center, 2005).

ão incentivados a manter a paz e a democracia. Isto é, um sistema proporcional do qual resultem eleições que produzem um poder legislativo relativamente equilibrado, facilitando a cooperação e, evitando a tomada de decisões unilaterais gera o otimismo dos ex-beligerantes em relação aos resultados do seu engajamento na manutenção da paz e da democracia.

Assim, com base no debate acima apresentado, a análise do processo que conduziu à manutenção da paz e da democracia em Moçambique entre 1992 e 2004, particularmente nos capítulos VI, VII e VIII desta tese terá como referência a abordagem baseada nas soluções negociadas (antimilitarista) como o mecanismo de construção da paz e da democracia duradouras. Privilegiar-se-á o cruzamento entre a teoria sobre a partilha dos poderes militar, territorial e político, incluindo a teoria sobre o sistema político de representação proporcional e a teoria sobre o cometimento credível.

O enfoque sobre as teorias acima referidas resulta do facto de o AGP ter estabelecido a obrigatoriedade de as decisões sobre as questões de defesa e segurança do Estado, da administração territorial das zonas sob controlo da RENAMO, a formulação e a aprovação da lei eleitoral e das instituições e garantias eleitorais serem tomadas por consenso e através de um processo colaborativo ou cooperativo entre o governo da FRELIMO e o movimento liderado por Afonso Dhlakama. Deste modo, ainda que não formalmente, o AGP instituiu uma prática de partilha de poder militar, territorial e político entre o governo da FRELIMO e a RENAMO no período da transição dupla da guerra para a paz e de regime de partido único para a democracia.

## **1.7 Metodologia de Investigação**

A metodologia científica é entendida como um sistema de regras e procedimentos explícitos que constituem a base da investigação e servem para a avaliação do conhecimento.<sup>144</sup> Do ponto de vista metodológico a investigação no âmbito da tese baseou-se na metodologia qualitativa. Esta abordagem metodológica de investigação atribui enfoque especial às questões como o contexto histórico, aspetos qualitativos, valores do que indicadores estatísticos. Segundo Chava Frankfort-Nachmias e David Nachmias na investigação qualitativa procura-se compreender o comportamento e as instituições através do conhecimento das pessoas (atores sociais, políticos, económicos e culturais) envolvidas e dos seus respetivos valores, rituais, símbolos, crenças e emoções.<sup>145</sup> De acordo com Paul Have a investigação qualitativa tende a basear-se na abordagem

---

<sup>144</sup> Chava Frankfort-Nachmias e David Nachmias, *Research Methods in Social Sciences* (London: St. Martin's Press, 1992), 14.

<sup>145</sup> Frankfort-Nachmias e Nachmias, *Research Methods...*, 272.

interpretativa, no sentido de que os significados dos eventos, ações e expressões não são assumidos como autoevidentes, porém, requerem uma interpretação contextual.<sup>146</sup> Segundo este autor, a escolha da abordagem qualitativa sugere que o fenómeno que é objeto de estudo não pode ser tratado de forma numérica ou estatística por razões de ordem prática ou teórica.<sup>147</sup> De acordo com Valerie Raleigh Yow, diferentemente da abordagem quantitativa, a investigação qualitativa é indutiva, envolve uma multiplicidade de variáveis e as suas relações são consideradas não de forma isolada mas como inter-relacionadas dentro de um determinado contexto.<sup>148</sup> De acordo com a autora, a vantagem de usar a metodologia qualitativa reside no facto de o investigador não usar instrumentos imutáveis de testagem. Pelo contrário, o investigador está aberto à observação do comportamento dos informantes. Deste modo, o investigador aprende ou apreende novas coisas que não estavam necessariamente contempladas nas hipóteses originais – até porque não raras vezes, os investigadores que exploram a abordagem qualitativa não constituem hipóteses no início da investigação.<sup>149</sup>

Assim, nesta investigação, a adoção da metodologia qualitativa resultou do facto de a transição democrática e manutenção da paz em Moçambique serem processos que encerram dentro de si um conjunto de valores, práticas e expressões cuja compreensão passa necessariamente pelo recurso às múltiplas interpretações baseadas em modelos teóricos de ordem qualitativa. Esta abordagem permitiu a análise da relação entre a transição democrática e a manutenção da paz numa perspetiva histórica. Aliás, a transição democrática e a manutenção da paz são questões profundamente ligadas à perceções em determinados contextos históricos, políticos, económicos, sociais e culturais.

A metodologia qualitativa permitiu a busca da compreensão dos significados subjacentes aos eventos, ações, valores e expressões ao nível interno e externo que influenciaram o processo de transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique, apresentando a descrição e a explicação mais complexa das interligações entre os processos em estudo. Segundo o argumento de Paul Have, enquanto a investigação quantitativa atribui um enfoque central às caracterizações

---

<sup>146</sup> Paul Ten Have, *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology* (London: Sage Publications, 2004), 4.

<sup>147</sup> Have, *Understanding Qualitative ...*, 4.

<sup>148</sup> Valerie Raleigh Yow, *Recording Oral History: A Practical Guide for Social Scientists* (Thousand Oaks e outras: Sage Publications, 1994), 5.

<sup>149</sup> Yow, *Recording Oral History...*, 6.

sumárias e explicações estatísticas, a investigação qualitativa oferece uma descrição complexa e tenta elucidar as redes de significações.<sup>150</sup>

É importante referir que no âmbito desta investigação recorreu-se, ainda que de forma acessória, à história comparada enquanto método. Segundo Jürgen Kocka a comparação permite compreender as singularidades bem como a exploração de explicações ou relações de causalidade em fenómenos históricos e sociais.<sup>151</sup> Na mesma perspetiva, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos explicam que o método comparativo permite a verificação de similaridades e a explicação das divergências entre fenómenos.<sup>152</sup> Assim, o recurso ao método comparativo permite a melhor compreensão do processo de transição democrática e de manutenção da paz em Moçambique através da comparação da experiência moçambicana com outros estados que experimentaram a transição democrática em períodos pós-conflito. A identificação de diferenças e similaridades permite a busca de uma explicação sobre os fatores que determinaram o «sucesso» dos processos simultaneamente de transição democrática e de manutenção da paz em Moçambique. Conforme explica Mathew Lange o método histórico comparativo emprega a comparação como um meio de acesso às determinantes causais de um dado fenómeno. Igualmente, explica o autor, este método explora as características e as causas de um fenómeno particular.<sup>153</sup>

Sublinhe-se que no contexto da investigação foi usada a comparação orientada para o processo. Trata-se de um subtipo da comparação narrativa. Segundo Lange para usar a comparação orientada para o processo, o investigador deve destacar os processos causais de múltiplos casos e subsequentemente compará-los visando a exploração de similaridades e diferenças.<sup>154</sup> A comparação orientada para o processo normalmente entra em conjugação com as narrativas causais. De acordo com Lange as comparações orientadas para o processo têm, geralmente, um foco aberto, revelando-se como formas apropriadas da comparação narrativa. No contexto desta abertura, o investigador pode atribuir enfoque sobre diferentes elementos dos processos, incluindo o sequenciamento, interações e configurações, fatores exógenos e eventos críticos.<sup>155</sup>

---

<sup>150</sup> Paul Ten Have, *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology* (London: Sage Publications, 2004), 5.

<sup>151</sup> Jürgen Kocka, «Comparison and beyond», *History and Theory*, Vol. 42, n°1 (2003): 40.

<sup>152</sup> Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, *Metodologia de Investigação Científica* (São Paulo: Atlas, 2000), 92.

<sup>153</sup> Mathew Lange, *Comparative Historical Methods* (London: Sage Publications, 2013), 14.

<sup>154</sup> Lange, *Comparative...*, 99.

<sup>155</sup> *Idem*.

### **1.7.1 Métodos de Recolha de Dados**

De um modo geral, a recolha de dados baseou-se na consulta das seguintes fontes: (i) Fontes manuscritas; (ii) Fontes impressas (incluindo legislação e periódicos); (iii) Fontes orais e; (iv) Fontes audiovisuais. Igualmente, foi realizada a consulta bibliográfica sobre o tema da investigação.

Relativamente aos órgãos do Estado em Moçambique foi realizada a consulta aos arquivos da Assembleia da República de Moçambique, em Maputo. Nos arquivos desta instituição foi possível ter acesso às actas sobre as discussões parlamentares, legislação aprovada pelo poder legislativo assim como aos discursos dos deputados. Igualmente, foi possível consultar os arquivos da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Neste arquivo foi possível consultar as actas, sínteses e deliberações da CNE entre 1999 e 2004 sobre os processos eleitorais. É importante sublinhar que o investigador teve acesso às coletâneas dos acórdãos do Conselho Constitucional sobre os processos eleitorais em Moçambique.

Contudo, dada a natureza contemporânea do tema da tese outros arquivos de órgãos do Estado e de representações diplomáticas em Moçambique, por sinal a maioria, contendo a documentação sobre o processo de paz e de transição democrática em Moçambique mostraram-se inacessíveis. Esta situação resultou do facto de as leis e procedimentos administrativos não permitirem ainda a consulta dos documentos uma vez que estes ainda não foram desclassificados para a consulta pública. Igualmente, a cultura de secretismo que ainda prevalece nas instituições públicas concorreu para as dificuldades no acesso aos arquivos dos órgãos estatais e das organizações político-partidárias. Para fazer face à esta situação, recorreu-se à consulta dos seguintes periódicos: a revista «Tempo» e o jornal «Notícias». Igualmente, foram consultados os arquivos da Rádio Moçambique (RM) e da Televisão de Moçambique (TVM). Trata-se de fontes ligadas ao Estado. Isto é, trata-se da imprensa com um pendor oficial. Estas fontes foram cruzadas com os principais jornais independentes e de investigação que existiam em Moçambique no período que constitui objeto de estudo, nomeadamente, o jornal «Savana» e o jornal «Metical».

Em relação à sociedade civil, nota-se a ausência de instrumentos legais e administrativos que impossibilitam a consulta aos arquivos. Contudo, os arquivos das organizações da sociedade civil são menos organizados em resultado da pouca sensibilidade que estas têm em relação à importância dos arquivos, facto que torna, igualmente difícil o acesso aos documentos. Entretanto, exceção positiva é feita em relação à igreja Católica em Moçambique cujos arquivos sobre o seu envolvimento ao nível nacional no processo de paz estão melhor sistematizados e acessíveis,

embora nem todos os documentos estejam disponíveis. Assim foram consultados os arquivos da Igreja Católica em Moçambique, através do Secretariado da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) e da Caritas de Moçambique. Igualmente foram consultados os documentos no arquivo do Conselho Cristão de Moçambique (CCM).

Contudo, sem afastar o uso dos arquivos disponíveis, recorreu-se, igualmente, ao uso da história oral (enquanto método) como ferramenta de recolha de informação sobre o problema em estudo. Segundo Donald Ritchie no centro da história oral está a memória da qual os significados podem ser extraídos e preservados. De acordo com este autor, a história oral recolhe memórias e comentários pessoais com significado histórico, através de entrevistas gravadas e conduzidas pelo investigador (entrevistador).<sup>156</sup> Nesta esteira de pensamento, Alessandro Portelli sublinha que a história oral revela menos informação sobre eventos e mais sobre os seus significados. Porém, isto não implica que a história oral não tenha validade factual pois as entrevistas revelam eventos desconhecidos ou aspetos desconhecidos de eventos conhecidos.<sup>157</sup>

Embora existam correntes críticas em relação ao testemunho oral, a prática da história oral tem vindo a desenvolver-se e a consolidar-se desde tempos muito remotos. De acordo com Ritchie, há registos de recolha de testemunhos orais para a construção da história na dinastia Zhou, na China há cerca de 3000 anos e em vários séculos posteriores, Tucídides entrevistou os participantes da guerra de Peloponeso.<sup>158</sup> O ceticismo em relação ao testemunho oral tem também origens remotas. Para Tucídides os diferentes testemunhos oculares atribuem abordagens distintas sobre os mesmos eventos, sublinhando assim, a parcialidade de um e outro lado ou as imperfeições da memória como um problema do testemunho oral.<sup>159</sup> As críticas ao uso das fontes orais foram também expressivas a partir do final do século XIX quando a escola alemã de história científica promoveu a pesquisa documental em detrimento da exclusão de outras fontes consideradas menos objetivas, entre as quais as orais. Neste contexto, a verdade histórica seria encontrada no escrutínio dos documentos, sendo as fontes orais consideradas como folclore, mito e demasiado subjetivas.<sup>160</sup>

Porém, é importante sublinhar que a crítica relativa a ausência de objetividade nas fontes orais revela-se problemática e resulta da crença quase absoluta nas fontes documentais escritas. Uma análise meticulosa permite compreender que tal como os testemunhos orais, as fontes escritas não

---

<sup>156</sup> Donald A. Ritchie, *Doing Oral History: A Practical Guide* (New York: Oxford University Press, 2003), 19.

<sup>157</sup> Alessandro Portelli, «What makes oral history different», em *The Oral History Reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson (London e New York: Routledge, 2006), 36.

<sup>158</sup> Donald A. Ritchie, *Doing Oral History: A Practical Guide* (New York: Oxford University Press, 2003), 19-20.

<sup>159</sup> Ritchie, *Doing Oral...*, 20.

<sup>160</sup> Ritchie, *Doing Oral...*, 20-21.



são totalmente objetivas. O caráter subjetivo das fontes orais reside nas suas características específicas intrínsecas, entre as quais sublinha-se a artificialidade, variabilidade e parcialidade.<sup>161</sup> O conteúdo da fonte escrita é independente da hipótese e das necessidades do investigador. O documento escrito é um texto estável em relação ao qual o investigador pode apenas interpretar.<sup>162</sup> Porém, a interpretação do documento escrito é feita com base nos conhecimentos teóricos, experiência e cultura do investigador. Igualmente, o documento escrito contém dentro de si uma dimensão subjetiva ligada ao seu autor e respetivos propósitos. Nestas duas perspetivas, o documento escrito é também uma fonte subjetiva, embora seja necessário reconhecer que o conteúdo das fontes orais depende da perspetiva explorada pelo investigador durante a entrevista, diálogo ou da relação entre o entrevistado e o entrevistador.

Revela-se importante realçar que embora os documentos arquivísticos tenham a vantagem de não serem influenciados por eventos posteriores ou por mudanças ao longo do tempo como pode acontecer com as entrevistas às fontes orais, não são raros os casos em que os documentos escritos são incompletos e pouco precisos.<sup>163</sup> Perante esta situação a história oral permite o acesso à informação que não está registada nos documentos escritos, por um lado, e por outro, a história oral pode ser complementada pelos documentos arquivísticos. No caso concreto da presente investigação foram usadas as fontes orais cruzadas com as fontes documentais ou arquivísticas disponíveis de modo a enriquecer a análise. Aliás, conforme nota Alessandro Portelli, o trabalho histórico usando as fontes orais revela-se sempre inacabado devido à natureza das fontes e o trabalho histórico excluindo as fontes orais (quando disponíveis) é incompleto por definição.<sup>164</sup> Reconhecendo a falibilidade da memória da qual depende a história oral, Louis Starr sublinha que o investigador deve testar a evidência da memória no âmbito da história oral para a sua consistência interna, sempre que possível, através do cruzamento com outras fontes, incluindo as memórias no âmbito da história oral de outros intervenientes sobre o mesmo tópico.<sup>165</sup>

Entretanto, se nos EUA o movimento de história oral ganhou forma na primeira metade do século XX<sup>166</sup>, as mudanças políticas e sociais globais que marcaram a segunda metade do mesmo século,

---

<sup>161</sup> Alessandro Portelli, «What makes oral history different», em *The Oral History Reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson (London e New York: Routledge, 2006), 38.

<sup>162</sup> Portelli, «What makes...», 39.

<sup>163</sup> Donald A. Ritchie, *Doing Oral History: A Practical Guide* (New York: Oxford University Press, 2003), 26.

<sup>164</sup> Alessandro Portelli, «What makes oral history different», em *The Oral History Reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson (London e New York: Routledge, 2006), 40.

<sup>165</sup> Louis Starr, «Oral history», em *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*, ed. David K. Dunaway e Willa K. Baum, 2ªed (Walnut Creek e outras: Altamira Press, 1996), 40-41.

<sup>166</sup> Allan Nevins, «Oral history: how and why it was born», em *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*, ed. David K. Dunaway e Willa K. Baum, 2ªed (Walnut Creek e outras: Altamira Press, 1996).

entre as quais a vaga das independências na Ásia e África contribuíram para uma maior afirmação e visibilidade da história oral. Os historiadores despertaram em relação à inadequação das fontes documentais para a escrita da história dos novos estados, uma vez que aquelas refletiam apenas a visão das antigas potências coloniais. Neste contexto, as novas nações independentes privilegiaram o uso da história oral para a construção da sua história demarcada da perspectiva colonial dominante nas fontes documentais escritas então existentes.<sup>167</sup>

A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no final do século XX teve como consequência imediata o nascimento de novos estados na Europa do leste cujos historiadores recorreram a recolha de testemunhos orais para a reescrita da história das novas nações em contestação contra a então história oficial dominante. No Brasil e na Argentina assistiu-se ao recurso à história oral para a escrita da história referente à ditadura militar. A África do Sul pós-apartheid, igualmente recorreu aos testemunhos orais no contexto dos esforços visando a busca da verdade e reconciliação.<sup>168</sup> No caso de Moçambique, no período pós-colonial, a escrita da história do nacionalismo e da luta armada que conduziu à independência do país foi construída com recurso, não raras vezes, aos testemunhos orais. Portanto, é dentro deste contexto que o testemunho oral tem vindo a conquistar um lugar importante na construção da história não só no final do século XX mas também no início do século XXI. O caráter recente da independência de Moçambique e do processo de transição democrática e de manutenção da paz torna imprescindível o recurso à história oral.

Num contexto em que se mostram escassos os documentos escritos ou arquivísticos disponíveis sobre um determinado assunto, tal como é o caso do processo de transição democrática e de manutenção da paz em Moçambique, os testemunhos orais constituem-se não só como uma fonte alternativa mas também como um meio para a descoberta de documentos escritos que de outro modo não seria possível tomar conhecimento sobre a sua existência.<sup>169</sup> É neste âmbito que a presente tese recorreu ao uso das fontes orais, salvaguardando, contudo o seu cruzamento com outras fontes históricas disponíveis. Assim, no âmbito desta tese e da história oral foram entrevistados os ex-membros do governo moçambicano, representantes de partidos políticos, nomeadamente da FRELIMO, RENAMO e MONAMO, representantes das missões diplomáticas, nomeadamente dos EUA, representantes das organizações da sociedade civil, nomeadamente, a

---

<sup>167</sup> As novas nações independentes recorreram ao uso da história oral com vista a escrita da sua história a partir da sua própria perspectiva, rejeitando, assim, a visão colonial então dominante. Esta ação dos novos estados independentes inseria-se no âmbito dos esforços visando a construção da nação e da identidade nacional.

<sup>168</sup> Donald A. Ritchie, *Doing Oral History: A Practical Guide* (New York: Oxford University Press, 2003), 23.

<sup>169</sup> Paul Thompson, «The voice of the past: oral history», em *The Oral History Reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson (London e New York: Routledge, 2006), 28.

CEM, o CCM, o Conselho Islâmico de Moçambique, ex-combatentes do exército governamental e da RENAMO e oficiais superiores das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) que desempenharam um papel importante no processo de transição democrática e de manutenção da paz em Moçambique, entre 1992 e 2004. A lista das fontes orais apresentada no final desta tese indica os atores entrevistados e cujos depoimentos foram objeto de tratamento e análise para a busca de respostas para as principais questões levantadas no âmbito do projeto de investigação.

### ***A Entrevista***

A entrevista pode ser entendida como um método ou técnica de recolha de informação usada no contexto da investigação qualitativa e da história oral. O investigador usa a entrevista com vista a obtenção da informação das fontes (pessoas) para a realização dos objetivos do projeto de investigação. De acordo com Colin Robson a entrevista é um tipo de conversação iniciada pelo entrevistador (investigador) com o propósito específico de obter a informação relevante para a pesquisa, sendo que o enfoque, do ponto de vista de conteúdo, é determinado pelos objetivos e questões da pesquisa.<sup>170</sup> No contexto desta investigação foi adotada a entrevista semi-estruturada (entrevista semi-diretiva).

O recurso à entrevista proporcionou algumas vantagens, nomeadamente: o seu carácter flexível e de adaptação. A entrevista permitiu colocar às pessoas entrevistadas, diretamente, as perguntas sobre os problemas centrais em investigação. Deste modo a entrevista revelou-se como uma importante ferramenta de busca de respostas às principais questões de pesquisa. As entrevistas *face-to-face* ofereceram a possibilidade de adaptação do questionário, explorando cada vez mais as respostas que se revelavam mais relevantes e interessantes no contexto da investigação. Nas entrevistas foi possível ter o acesso não apenas à informação verbal mas também ao comportamento não-verbal.

Entretanto, é importante notar que a entrevista tem algumas desvantagens, entre as quais se pode destacar o facto de esta revelar-se bastante exigente relativamente ao tempo necessário para a sua realização. Algumas vezes o entrevistado pretende obter ganhos do entrevistador facto que faz com que a entrevista seja também um desafio para o entrevistador (investigador). Esta situação registou-se sobretudo durante as entrevistas com os ex-combatentes da RENAMO e das forças governamentais integrantes da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

---

<sup>170</sup> Colin Robson, *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioners Researchers* (Oxford: Blackwell Publishers, 1993), 228.

(AMODEG) bem como com alguns representantes de partidos políticos. Outro aspeto crucial que emerge como desafio para o investigador é o facto de, na interação pergunta-resposta existir uma elevada improbabilidade de uma das partes poder exercer um controlo total quer sobre a definição da situação quer sobre a interpretação das perguntas.<sup>171</sup>

De modo a assegurar uma maior inteligibilidade entre o entrevistador e o entrevistado, visando assegurar que a entrevista produzisse a informação necessária para a resposta aos principais problemas da investigação, o investigador teve em consideração os princípios da teoria sociológica sobre o interacionismo simbólico.<sup>172</sup> Segundo este modelo teórico, «os atores sociais, em qualquer que seja a situação, estão constantemente a negociar uma definição partilhada da situação, tendo reciprocamente em conta os pontos de vista de cada um e interpretando os comportamentos uns dos outros à medida que vão imaginando diferentes estratégias até optar pelas linhas de ação que pretendem desenvolver».<sup>173</sup>

Os princípios do interacionismo simbólico são importantes pois estes remetem para as limitações da pesquisa baseada na metodologia qualitativa tendo como ferramentas o questionário ou as entrevistas. No contexto desta teoria é importante que o investigador, quer aquele que privilegia as metodologias qualitativas, quer aquele que dedica atenção às metodologias quantitativas, prestem atenção à forma como os inquiridos perspetivam e assumem o papel do investigador quando constroem as suas respostas. Adicionalmente, é importante que o investigador preste atenção à possibilidade de a própria perceção que os inquiridos têm sobre os objetivos do investigador ao colocar as perguntas possa, igualmente, influenciar as respetivas respostas.<sup>174</sup>

Segundo William Foddy, a implicação da teoria do interacionismo simbólico para as situações de investigação traduz-se na hipótese de que o significado atribuído pelos sujeitos aos atos sociais é produzido no interior da própria relação em que estes atos ocorrem.<sup>175</sup> Portanto, durante a realização da entrevista foi fundamental que o investigador estabelecesse o contrato de comunicação e a definição da situação de pesquisa de modo a evitar que os inquiridos procurassem

---

<sup>171</sup> William Foddy, *Como Perguntar: Teoria da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários* (Oeiras: Celta editora, 1993), 20.

<sup>172</sup> O interacionismo simbólico é a teoria sociológica segundo a qual os seres humanos definem e interpretam as ações de cada um. Não reagem uns aos outros em termos de uma reação estímulo-resposta e, esta não surge em relação ao ato em si, mas em relação a uma interpretação do ato. Isto é, o significado que os atores sociais atribuem aos atos de cada um. Portanto, mais do que o ato em si, o mais importante nas relações sociais são os significados dos atos. Os significados a serem atribuídos aos atos vão depender de muitos fatores, entre os quais, o domínio linguístico, a cultura, educação, questões político-ideológicas, entre outras.

<sup>173</sup> William Foddy, *Como Perguntar: Teoria da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários* (Oeiras: Celta editora, 1993), 22.

<sup>174</sup> Foddy, *Como Perguntar...*, 22-23.

<sup>175</sup> Foddy, *Como Perguntar...*, 23.

adivinhar quais eram os objetivos da investigação, o interesse do investigador e a informação que este procura obter através da entrevista.<sup>176</sup> Deste modo assegurou-se uma maior inteligibilidade no diálogo entre o entrevistador (investigador) e o entrevistado (inquirido), evitando ou reduzindo, deste modo, as possibilidades de incompreensões de ambas as partes que pudessem comprometer a obtenção das respostas contendo a informação relevante para a investigação.

### ***Entrevista Semi-Estruturada***

No contexto da investigação foi usada a entrevista semi-estruturada (semi-diretiva). No âmbito deste tipo de entrevista, o investigador preparou antecipadamente um guião de perguntas. Conforme nota Uwe Flick as entrevistas semi-estruturadas são um dos fundamentos metodológicos da investigação qualitativa. O que é característico nestas entrevistas é a incorporação de perguntas mais ou menos abertas no guião, esperando-se que o entrevistado responda livremente às perguntas.<sup>177</sup> No âmbito da entrevista semi-estruturada e, durante a entrevista, o investigador (entrevistador) podia modificar a ordem das questões de acordo com a perceção sobre o que se revelava mais apropriado no contexto da conversação. Em alguns casos o entrevistador deixou de lado algumas questões que se mostraram pouco relevantes ou inapropriadas para determinados entrevistados ou contextos e, em outros casos o entrevistador adicionou mais questões com vista a obtenção de mais informação relevante para o estudo. O recurso à entrevista semi-diretiva revelou-se importante na medida em que permitiu a verificação e o aprofundamento do problema que constitui o objeto de investigação, conforme sublinham Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon.<sup>178</sup> No caso vertente, a entrevista semi-diretiva permitiu a verificação das hipóteses da tese e a compreensão aprofundada do cruzamento entre a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004. As entrevistas realizadas foram gravadas, tendo em atenção a necessidade de obtenção prévia do consentimento dos entrevistados.

### ***A Transcrição das Entrevistas***

As entrevistas realizadas no contexto da investigação foram gravadas e posteriormente transcritas. Foi realizada a transcrição editada de todas as entrevistas. No contexto deste tipo de transcrição

---

<sup>176</sup> No contexto do estabelecimento do contrato de comunicação e definição da situação de pesquisa, o investigador informa logo à partida ao entrevistado os objetivos da investigação, a informação que se pretende obter da entrevistas e a sua importância para a investigação, entre outras informações que o entrevistado possa eventualmente solicitar antes da entrevista.

<sup>177</sup> Uwe Flick, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (Lisboa: Monitor, 2002), 94.

<sup>178</sup> Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon, *O Inquérito: Teoria e Prática* (Oeiras: Celta Editora, 1992), 86.

foram retirados todos os elementos de oralidade de modo a assegurar a leitura e a respetiva inteligibilidade. Foram eliminados todos os termos parasitas e corrigidos os erros de linguagem e gramaticais próprios da oralidade. Com vista a assegurar a leitura compreensiva do texto, foram eliminadas as repetições de palavras inúteis bem como as palavras sem seguimento. Igualmente, sempre que se mostrou necessário foi alterada a ordem dos termos de modo a ajustar o texto às regras de escrita. Finalmente, foi introduzida a pontuação e não só mas também foram integrados alguns suplementos de informação de forma cronológica e temática.

Devido ao facto de a transcrição implicar a intervenção do investigador na entrevista, facto que implica, inevitavelmente, o desaparecimento de aspetos importante como o ritmo e tom de voz, as pausas, entre outros, foram preservadas as gravações originais de todas as entrevistas de modo que pudessem ser consultadas sempre que se revelasse necessário.

### **1.7.2 A População**

A população deste estudo é composta pelos principais atores envolvidos no processo de paz e de transição democrática em Moçambique entre 1992 e 2004, nomeadamente, ex-membros dos governos de Moçambique, representantes de partidos políticos, da sociedade civil, e da comunidade internacional.

### **1.7.3 A Amostra**

É importante sublinhar que a ideia de amostra está relacionada com a noção de população. A amostra é uma seleção da população.<sup>179</sup> No contexto da investigação para a tese a amostra é baseada na população acima apresentada.

#### ***As Técnicas de Amostragem***

No caso presente foi usada a técnica de amostragem estratificada. Segundo Colin Robson (1993) esta técnica consiste em dividir a população em grupos. Os membros de cada grupo partilham um conjunto de características particulares.<sup>180</sup> Segundo Vengesai (1995) esta técnica de amostragem é desenhada de modo a assegurar que a amostra não tenha a proporção idêntica à unidade que corresponde a população.<sup>181</sup> A escolha desta técnica resultou do fato de a amostra deste estudo ser

---

<sup>179</sup> Colin Robson, *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioners Researchers* (Oxford: Blackwell Publishers, 1993).

<sup>180</sup> *Idem.*

<sup>181</sup> C. Vengesai, *Introduction to Educational Research Methods* (Zimbabwe: Open University, 1995).

constituída por atores que pertencem a diferentes tipos de grupos ou entidades, nomeadamente, governos, partidos políticos, organizações da sociedade civil e comunidade internacional.

No contexto deste estudo foi usada a chamada *purposive sampling* com vista a identificar as pessoas específicas a serem entrevistadas. O princípio da seleção no âmbito da *purposive sampling* é o julgamento do investigador relativamente aos aspetos típicos ou de interesse. Neste contexto, a amostra foi construída de modo a permitir que o investigador conseguisse satisfazer as necessidades específicas do projeto de investigação.

#### **1.7.4 Método de Análise Qualitativa dos Dados**

Os dados foram analisados com base no recurso à codificação qualitativa como uma parte integral da análise de dados. Os dados foram organizados em categorias. Dois tipos de codificação qualitativa foram usados de forma conjugada, nomeadamente, *open coding* (codificação aberta) e *axial coding* (codificação axial).

A codificação aberta consistiu na identificação dos principais temas que emergiram das entrevistas e da consulta das fontes documentais no contexto da pesquisa. Segundo Uwe Flick a codificação aberta tem como objetivo expressar os dados e os fenómenos na forma de conceitos.<sup>182</sup> A codificação axial consistiu em apurar e diferenciar as categorias resultantes da codificação aberta conforme nota Flick.<sup>183</sup> A codificação axial consistiu, igualmente, no estabelecimento da relação entre os principais temas que surgiram das entrevistas e da consulta das fontes documentais. Portanto, no contexto desta codificação o mais importante é clarificar e estabelecer as relações entre as categorias e subcategorias.

Para analisar os dados foi usado o método ilustrativo da análise qualitativa dos dados. Este método consistiu em usar a evidência empírica para ilustrar uma teoria. Segundo Neuman com o método ilustrativo poder-se-á, por um lado, aplicar a teoria à uma realidade concreta e, por outro lado, organizar os dados com base na teoria.<sup>184</sup> Aliás, Mark Donnelly e Claire Norton sublinham que toda a escrita da história é baseada numa abordagem teórica.<sup>185</sup> Na mesma perspetiva, Michael Stanford sublinha a importância de uma abordagem analítica para a história feita não somente com base numa moda ou inspiração momentânea, mas de acordo com uma teoria pre-existente

---

<sup>182</sup> Uwe Flick, *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (Lisboa: Monitor, 2002), 181.

<sup>183</sup> Flick, *Métodos Qualitativos...*, 184.

<sup>184</sup> W. Lawrence Neuman, *Social Research Method: Qualitative and Quantitative Approaches* (S/l.: University of Wisconsin, 1997).

<sup>185</sup> Mark Donnelly e Claire Norton, *Doing History* (London e New York: Routledge, 2011), 6.

sobretudo quando se pretende seguir um procedimento mais ordenado.<sup>186</sup> De acordo com Stanford, as teorias a serem usadas podem ser importadas de outras ciências sociais.<sup>187</sup> Aliás, Fernand Braudel defende precisamente a aproximação entre a história e as outras ciências sociais, permitindo que cada uma das disciplinas se possa beneficiar do conhecimento produzido pelas outras e vice-versa.<sup>188</sup> Neste contexto, a análise e a compreensão das principais questões levantadas no âmbito desta tese teve como base as teorias provenientes da ciência política sobre as transições democráticas e as teorias do domínio dos estudos de paz e conflitos sobre a manutenção da paz, particularmente em sociedades pós-conflito. O recurso a este método de análise de dados revelou-se importante na medida em que, por um lado, permitiu a verificação da validade dos modelos teóricos acima referidos e por outro lado, permitiu compreender o processo de transição democrática e de manutenção da paz em Moçambique. Acima de tudo, o método de análise adotado nesta tese permitiu responder as principais questões levantadas no projeto de investigação no âmbito da presente tese de doutoramento.

---

<sup>186</sup> Michael Stanford, *The Nature of Historical Knowledge* (Oxford e Cambridge: Blackwell, 1986), 19.

<sup>187</sup> *Idem*.

<sup>188</sup> Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais* (Lisboa: Editorial Presença, 1986).



## CAPÍTULO II

### DA LUTA ANTICOLONIAL À GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE: AS ETNICIDADES CONTAM?

#### 2.1 O Equadramento Teórico e Conceptual

##### 2.1.1 Sobre Etnicidades e Violência

É importante referir que existem três principais abordagens teóricas que procuram explicar a etnicidade e a violência étnica. A primeira abordagem teórica é o primordialismo que explica a etnicidade em termos de características comportamentais herdadas pelo indivíduo, quer de natureza biológica e cultural. Para os primordialistas, a etnicidade é uma característica fixa dos indivíduos e das comunidades. Neste contexto as divisões e tensões étnicas têm uma origem natural. Uma das principais críticas ao primordialismo resulta do facto de este assumir as identidades como sendo estáticas. Por isso, o primordialismo é incapaz de explicar o surgimento ou as transformações das identidades ao longo do tempo.<sup>189</sup> A segunda abordagem teórica é o instrumentalismo que assume a etnicidade como sendo uma ferramenta usada pelos indivíduos, grupos ou elites de modo a materializarem os seus interesses de ordem política, económica e social. Portanto, na perspetiva instrumentalista, as identidades e diferenças étnicas, à partida não constituem nenhum problema. As etnicidades e a violência étnica surgem quando as identidades e as diferenças étnicas são mobilizadas, instrumentalizadas ou manipuladas pelas elites de modo a realizarem os seus próprios interesses quer na perspetiva defensiva ou mesmo ofensiva.

A principal crítica ao instrumentalismo incide sobre o facto de esta abordagem teórica atribuir maior enfoque ao papel dos indivíduos e das elites na ativação da etnicidade, deixando de lado o papel da sociedade no seu todo. Aliás a etnicidade só pode ser compreendida dentro de um contexto social.<sup>190</sup> A última abordagem teórica é o construtivismo. Esta abordagem sublinha a origem e a natureza social da etnicidade. De acordo com esta abordagem, a etnicidade é construída a partir de uma densa rede de interações sociais. Deste modo, o construtivismo opõe-se não só ao carácter imutável da etnicidade defendido pelos primordialistas mas também à sua permeabilidade

---

<sup>189</sup> David Lake e Donald Rothchild, «Spreading fear: the genesis of transnational ethnic conflict», em *The International Spread of Ethnic Conflict: Fear, Diffusion, and Escalation*, ed. David Lake e Donald Rothchild (Princeton e New Jersey: Princeton University Press, 1998), 5.

<sup>190</sup> Lake e Rothchild, «Spreading fear: The genesis...», 6.

em relação às manipulações sublinhadas pelos instrumentalistas.<sup>191</sup> O construtivismo é defendido por Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Terence Ranger, assim como por Crawford Young.<sup>192</sup>

Neste capítulo é explorada a abordagem instrumentalista para a análise e explicação das contradições registadas não só no seio dos principais movimentos nacionalistas moçambicanos mas também entre estes, sem prejuízo de algumas premissas fundamentais do construtivismo, nomeadamente a dimensão social da etnicidade e o carácter dinâmico das identidades étnicas. O recurso ao instrumentalismo resulta do facto de esta abordagem ajudar, por um lado a interpretar e compreender a ação das elites políticas, e por outro lado, permite explicar a dinâmica que caracterizou a ação e a atividade política dos partidos nacionalistas moçambicanos entre 1960 e 1974. Aliás, conforme nota Anna-Maria Gentili, o papel desempenhado pelos líderes políticos na construção e ativação da identidade de grupo deve ser investigado de modo a alcançar-se a compreensão sobre como é que as diferenças e tensões identitárias podem ser transformadas em conflito violento. De acordo com a autora para a compreensão das causas de conflitos violentos de natureza étnica nos estados-nação contemporâneos é fundamental entender os antecedentes históricos e estruturais que dão forma e polarizam as identidades políticas no processo de formação do Estado.<sup>193</sup> Neste contexto, e considerando que o processo de construção do Estado e da nação em Moçambique tem as suas raízes na formação dos partidos nacionalistas que no princípio da década de 1960 deram origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que dirigiu a luta anticolonial da qual resultou o nascimento de um novo Estado independente, em 1975, revela-se fundamental uma análise sobre o nacionalismo em Moçambique. Esta análise histórica mostra-se importante para a discussão sobre as etnicidades em Moçambique.

### **2.1.2 Sobre o Nacionalismo**

As origens do conceito nação remontam aos séculos XVIII e XIX na Europa, sendo, a revolução francesa o marco importante para os significados que, historicamente, o termo nação foi assumindo de lá à esta parte. Trata-se de um conceito cujo significado parece estar ainda longe de ser consensual entre os cientistas sociais.

---

<sup>191</sup> *Idem.*

<sup>192</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1983); Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984; Crawford Young, *The Rising Tide of Cultural Pluralism: The Nation-State at Bay?* (Madison: University of Wisconsin Press, 1993).

<sup>193</sup> Anna-Maria Gentili, «Ethnicity and citizenship in sub-saharan Africa: ethnicity is never what it seems», em *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, ed. Patrick Chabal, Ulf Engel e Anna-Maria Gentili (Leiden e Boston: Brill, 2005), 38-39.

Na sequência das várias iniciativas tendentes à padronização e universalização do conceito nação, duas correntes principais despontaram, nomeadamente, objetivista (culturalista ou naturalista) e subjetivista (voluntarista ou construtivista). Os objetivistas que têm como principal referência o alemão Johann Gottlieb Fichte defendem que uma nação é marcada pela presença da língua, raça, cultura e geografia comuns. Os subjetivistas cujo expoente maior é o francês Ernest Renan, surgem em reação à perspectiva objetivista alemã, defendendo a importância de determinada unidade e vontade coletiva face a um presente e destino comuns.<sup>194</sup> Na perspectiva subjetivista, as nações são construídas a partir da ação política nacionalista que mobiliza a suposta consciência nacional e o voluntarismo dos seus membros.<sup>195</sup>

Benedict Anderson considera a nação e o nacionalismo como sendo artefactos culturais de determinado tipo criados no final do século XVIII como resultado do complexo cruzamento espontâneo de forças históricas discretas. Uma vez criados, estes artefactos tornaram-se modulares e passíveis de serem transplantados.<sup>196</sup> Na mesma esteira de pensamento, Eric Hobsbawn considera que as nações são resultado de um processo de invenção e/ou construção histórica.<sup>197</sup> Nesta linha de pensamento, o autor sublinha que «não vê a nação como sendo primária nem como entidade social não alterável. Ela pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente.»<sup>198</sup> Para Anderson, a nação é a comunidade política imaginada, sendo intrinsecamente limitada e soberana.<sup>199</sup> Hobsbawn assume que o nacionalismo é o princípio que afirma que a unidade política e nacional deveria ser congruente.<sup>200</sup> Como se pode constatar, as abordagens apresentadas por Anderson e Hobsbawn inserem-se no quadro do construtivismo.

Entretanto, na sequência das lutas anticoloniais e dos processos de descolonização, a partir da segunda metade do século XX assistiu-se à proliferação de novos estados no terceiro mundo que se assumiram como nações e receberam o reconhecimento internacional como tal. Esta situação gerou o questionamento em relação à crença na universalidade e no carácter natural das nações. Igualmente, o questionamento estava associado ao facto de unidades africanas como a tribo não

---

<sup>194</sup> Adelino Maltez, *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996), 403-411; Pedro Borges Graças, *A Construção da Nação em África* (Coimbra: Edições Almedina, 2005), 21.

<sup>195</sup> Sérgio Baleira, «Noções concorrentes: estratégias de construção de identidade», em *Moçambique: Ensaio*, org. Peter Fry (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001): 161.

<sup>196</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1983), 13-14.

<sup>197</sup> Eric Hobsbawn, «Introdução: a invenção das tradições», em *A Invenção das Tradições*, org. Eric Hobsbawn e Terrence Ranger (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984): 9-23.

<sup>198</sup> Eric Hobsbawn, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780* (Lisboa: Terramar, 1998), 13.

<sup>199</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1983), 15.

<sup>200</sup> Eric Hobsbawn, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780* (Lisboa: Terramar, 1998), 13.

se encaixarem no padrão clássico europeu de nação.<sup>201</sup> É importante sublinhar que o questionamento em referência resultou, sobretudo da ambiguidade dos critérios adotados para a definição de nação. Nem as definições objetiva nem subjetiva se mostraram satisfatórias, conduzindo ambas ao erro.<sup>202</sup> Mesmo os esforços visando a construção de um conceito de nação mais equilibrado, situando-se entre o objetivismo e o subjetivismo acabam por sofrer a influência mais saliente de uma ou de outra perspectiva.<sup>203</sup> Esta situação torna ainda mais difícil a construção de um conceito de nação e nacionalismo mais consensuais. Igualmente, a ausência de definições consensuais torna difícil a análise da nação e do nacionalismo.<sup>204</sup>

Na Europa ocidental, a nação resultou da tripla revolução, nomeadamente: (i) A revolução na esfera da divisão trabalho, gerando-se a maior especialização e profissionalização, tornando a sociedade mais complexa, no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo; (ii) A revolução no controlo da administração que se tornou mais complexa e centralizada, surgindo profissionais especializados na área de administração para a recolha de impostos e outros serviços importantes para o Estado e; (iii) a revolução na coordenação cultural.<sup>205</sup>

A revolução cultural e educacional marcada, sobretudo, pela substituição da autoridade religiosa por uma autoridade do Estado civil, com um papel na promoção da educação, fazendo surgir a cidadania e a classe intelectual com a liberdade de pensar fora do quadro religioso como era no Estado absolutista, contribuiu para a padronização cultural.<sup>206</sup> Portanto, a centralização territorial, associada à consolidação dos padrões culturais, através da promoção da educação massificada, contribuiu para a formação das nações (nações-Estado) europeias, relativamente homogêneas, cujas fronteiras étnicas e culturais correspondem às fronteiras do Estado.<sup>207</sup>

Entretanto, na África subsaariana não são muito abundantes os casos de nações-Estado caracterizadas pela presença de uma população singular, falando a mesma língua, possuindo uma cultura comum e cujas fronteiras étnicas e culturais coincidem com as fronteiras do Estado. Se na

---

<sup>201</sup> Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations* (United Kingdom: Blackwell Oxford, 1986), 7.

<sup>202</sup> Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780* (Lisboa: Terramar, 1998), 10-13.

<sup>203</sup> Sérgio Baleira, «Noções concorrentes: estratégias de construção de identidade», em *Moçambique: Ensaios*, org. Peter Fry (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001): 161.

<sup>204</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1983), 12.

<sup>205</sup> Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations* (United Kingdom: Blackwell Oxford, 1986), 131.

<sup>206</sup> Smith, *The Ethnic...*, 134.

<sup>207</sup> São exemplos de nações-Estado, a Alemanha, Dinamarca, Grécia, Holanda e Portugal. Estes estados possuem algumas minorias, porém, não deixam de ser homogêneos. Entretanto, é importante referir que um estudo realizado por Walker Connor no qual são analisadas 132 unidades que até 1971 se qualificavam como estados permitiu concluir que somente 12 eram nações-Estado, sendo todos os restantes estados plurinacionais.

experiência histórica da Europa ocidental as nações deram origem ao Estado, em África o Estado é que assumiu a tarefa de criação da nação num contexto marcado pela multietnicidade.

No caso de Moçambique, existem autores que defendem a ideia segundo a qual o processo de construção da nação remonta ao período da ação colonial efetiva, uma vez que, antes desta, era inexistente a unidade nacional que abarcasse a totalidade do território moçambicano tal como é hoje conhecido. Nesta perspetiva, argumentam que as unidades políticas locais então existentes, como o império de Gaza e outros, nunca conseguiram erguer-se como estados com uma administração burocrática centralizada, um sistema de escrita, um sistema de educação e um sistema de comunicação eficiente, entre outros fatores.<sup>208</sup> Esta perspetiva está em consonância com o argumento de Eduardo Mondlane segundo o qual:

[...] a asserção nacionalista não emergiu no contexto de uma comunidade estável, marcada pela existência de uma história e línguas comuns, unidade territorial, económica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou as bases para a coerência psicológica, fundada na experiência de discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspetos do domínio colonial [...]<sup>209</sup>

Esta constatação do líder da FRELIMO ilustra o reconhecimento da existência do nacionalismo territorial em Moçambique cujas raízes encontram-se na dominação colonial. Na esteira deste pensamento, Michel Cahen argumenta que a tradição de unicidade e unidade do Estado moçambicano não resulta da independência em 1975. Resulta, sim, da herança da FRELIMO, da ideia de unicidade e indivisibilidade de Moçambique projetada pelo Estado colonial.<sup>210</sup>

Analisando a construção da nação em África, especialmente no antigo Zaire (atualmente, República Democrática do Congo), Crawford Young identificou o que chamou de nação territorial no sentido de que os diferentes grupos étnicos e os cidadãos do Zaire, mesmo reconhecendo as suas diferenças (étnicas, culturais e linguísticas) defendem a unidade do Estado. Isto é, os cidadãos do Zaire não aceitam a possibilidade de divisão do Estado, mesmo tendo como base as fronteiras étnicas.<sup>211</sup> Portanto, a identificação dos indivíduos e grupos com o território comum é o elemento central da nação territorial.

---

<sup>208</sup> Pedro Borges Graças, *A Construção da Nação em África* (Coimbra: Edições Almedina, 2005), 26.

<sup>209</sup> Eduardo Mondlane, *The Struggle for Mozambique* (S.l.: Penguin books, 1970), 101.

<sup>210</sup> Michel Cahen, «O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?», em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*, ed. José Magode (Maputo: CEEI-ISRI, 1996), 18.

<sup>211</sup> Crawford Young, *The Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010* (London: The University of Wisconsin Press, 2012).

Segundo Eric Hobsbawm, a nação «é uma entidade social somente enquanto se relaciona com certo tipo de Estado territorial moderno (Estado-nação), sublinhando que seria fútil discutir a nação e a nacionalidade fora do contexto em que ambas estão relacionados com ele».<sup>212</sup> Por sua vez, ao definir a nação como uma comunidade política imaginada intrinsecamente limitada e soberana, Benedict Anderson, sugeriu que mesmo as nações maiores em termos de dimensão populacional têm fronteiras finitas do ponto de vista espacial, não sendo possível albergar toda a humanidade.<sup>213</sup> Deste modo, quer Hobsbawm, quer Anderson destacam o papel da delimitação territorial como um elemento importante na definição da nação. Isto é uma nação não é apenas produto de um processo histórico mas também existe num determinado período histórico e em determinado espaço geográfico delimitado que pode configurar-se como Estado-nação ou nação-Estado. De acordo com Hobsbawm, um autor manifestamente construtivista, o nacionalismo aparece antes da nação. Isto é, são os nacionalismos e os estados que criam as nações e não o contrário.<sup>214</sup> Estes nacionalismos e estados que podem dar origem à nação localizam-se num determinado espaço territorial e temporal. Este argumento reforça a relevância da exploração do conceito de nação territorial, procurando, deste modo, suplantam as limitações das abordagens objetivistas ou subjetivistas e não só mas também buscar um conceito passível de operacionalização no caso moçambicano que constitui objeto de análise neste trabalho.

Assim, no contexto deste trabalho, por nacionalismo territorial entende-se a consciência que indivíduos ou grupos de indivíduos têm sobre a pertença a uma nação cujo denominador comum (ou fator aglutinador) é a partilha do mesmo espaço territorial e a identificação daqueles com o mesmo, independentemente das diferenças étnicas que possam existir. Contudo, é importante sublinhar que a despeito do facto de a partilha do território constituir-se como um importante elemento aglutinador, a consciência de pertença à nação não deixa de ter os seus alicerces históricos, políticos e culturais.

## **2.2 A Emergência do Nacionalismo em Moçambique**

Para além da repressão, o regime colonial português empreendeu outras ações com vista a evitar o desenvolvimento do nacionalismo no território moçambicano, entre as quais se destaca o controlo da informação que circulava na província ultramarina através dos órgãos de comunicação

---

<sup>212</sup> Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismos Desde 1780* (Lisboa: Terramar, 1998), 13.

<sup>213</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1983), 15-16.

<sup>214</sup> Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismos Desde 1780* (Lisboa: Terramar, 1998), 14.

social, nomeadamente a rádio e os jornais. Esta medida tinha como objetivo evitar o acesso dos moçambicanos às notícias sobre os movimentos independentistas em outras partes do continente africano e do mundo. Contudo, a existência de largos segmentos da população moçambicana trabalhando no estrangeiro (territórios vizinhos) viria a contrariar as estratégias e as manobras de controlo colonial. Os moçambicanos no estrangeiro estavam expostos às mais variadas correntes políticas e de pensamento moderno, contribuindo para que muitos se envolvessem na atividade política nos territórios de acolhimento. Aqui, os moçambicanos juntaram-se aos movimentos políticos ou às igrejas independentes e procuraram a educação que não poderiam obter em Moçambique.<sup>215</sup>

Assim, a presença de moçambicanos nos territórios vizinhos e em outros sob domínio britânico, nomeadamente, África do Sul, Rodésia do sul (Zimbabwe), Nyasaland (Malawi), Rodésia do norte (Zâmbia), Tanzânia e Quênia contribuiu para o nascimento dos primeiros partidos políticos com pretensões nacionalistas durante as décadas de 1950 e 1960. Os respetivos líderes tiveram a sua consciência política despertada e alimentada por Kwame Nkrumah no Gana, Julius Nyerere na Tanzânia, pela independência congoleza, pela luta africana contra a formação da Federação Central Africana e pela visita de Eduardo Mondlane, na altura, funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), à sua terra, em 1961.<sup>216</sup> Igualmente, é importante sublinhar a influência dos movimentos independentistas que ganharam forma e visibilidade global no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, particularmente na Ásia e, em África, com destaque para a conferência de Bandung.<sup>217</sup>

Foi neste contexto que no dia 2 de Outubro de 1960, em Bulawayo, Rodésia do Sul, os trabalhadores moçambicanos no exílio, sobretudo do centro e sul de Moçambique criaram a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO). Esta organização política que recrutava membros sobretudo do sul e centro de Moçambique era liderada por Adelino Chitifo Gwambe, ocupando a Presidência, Fanuel Guidion Mahluza ocupando a Vice-presidência, Calvino Zaquue Mahlayeye, ocupando o cargo de Secretário-geral, Jaime Rivaz Sigaúke, ocupando o cargo de Secretário da Publicidade, Tangazi M. Marapende, assumindo o cargo de Secretário de Organização e Constâncio Stanislau, ocupando o cargo de Secretário da Informação.<sup>218</sup> Outras

---

<sup>215</sup> Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (London: Hurst and Company, 1995), 521.

<sup>216</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 163.

<sup>217</sup> Conferência de Bandung realizou-se em Abril de 1955, reunindo 23 estados asiáticos e 6 estados africanos independentes visando promover a cooperação entre os novos estados independentes (estados do terceiro mundo) e a luta contra o colonialismo.

<sup>218</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.467, *Comunicado da UDENAMO*, 25/09/1961.

figuras juntaram-se à UDENAMO, nomeadamente, Marcelino dos Santos, David Mabunda, Uria Simango e Paulo José Gumane.

A União Nacional Africana de Moçambique (MANU) foi criada em 1961, em Mombasa, Quénia, a partir de uma base sócio-cultural maconde. Esta organização resultou da coligação de pequenos grupos entre os quais o mais importante era a União Nacional Africana Maconde.<sup>219</sup> Esta organização tinha como Presidente, Mateus Mmole e como Secretário-geral, Lawrence M. Millinga. Embora fossem macondes, Mmole era natural do Tanganica (atual Tanzânia) e Millinga era natural do Quénia.<sup>220</sup> A MANU foi influenciada pela Kenya African National Union (KANU) e pela Tanganyika African National Union (TANU) - partidos dos países de acolhimento dos fundadores da MANU. O facto de a primeira conferência da MANU ter sido organizada pelo político queniano C. Chockwe evidencia esta influência.<sup>221</sup> No Nyasaland, os moçambicanos oriundos de Tete organizaram a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) sob a liderança de José Baltazar da Costa Chagonga.<sup>222</sup> A UNAMI teve a sua sede instalada no Nyasaland.<sup>223</sup>

Nos territórios de acolhimento, os membros fundadores da MANU, UDENAMO e UNAMI tinham em comum as origens étnicas e/ou regionais. Este facto resultava da natureza e das características da emigração das populações moçambicanas. O crescimento económico dos territórios vizinhos e a sua relativa abertura política pode ajudar a explicar a emigração de moçambicanos da região sul para a África do Sul e da região centro para a Rodésia e Malawi onde procuravam maiores oportunidades de emprego e melhores condições de vida. A proximidade geográfica de Cabo Delgado e do Niassa à Tanzânia facilitava a ligação entre estas regiões do norte de Moçambique àquele território. Este facto, associado à relativa abertura política e à existência de maiores oportunidades a nível económico e social comparativamente à realidade em Moçambique ajuda a explicar a emigração das populações do norte de Moçambique tendo como destino a Tanzânia e o Quénia.

Em resultado desta situação assistiu-se ao crescimento de núcleos de emigrantes moçambicanos provenientes do centro e do sul de Moçambique na Rodésia, de Tete no Malawi e de Cabo Delgado

---

<sup>219</sup> Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (New York: Longman, 1983), 79.

<sup>220</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.168, *Ofício do Sr. Octávio Neto Valério, Cônsul de Portugal em Dar es Salaam, Tanzania ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 20/07/1961.*

<sup>221</sup> Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (New York: Longman, 1983), 80.

<sup>222</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 169.

<sup>223</sup> Allen Isaacman and Barbara Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982* (Colorado: Westview Press, 1983), 80.



e Niassa na Tanzânia e no Quênia. Estes núcleos de emigrantes moçambicanos organizaram-se em comunidades visando proporcionar a ajuda mútua em território estrangeiro. Como consequência da sua proveniência estes núcleos de moçambicanos acabaram por ter uma dimensão étnica e regional na sua forma e não necessariamente no seu conteúdo.

Aparentemente, foi no contexto da ausência do conteúdo étnico e regional que os partidos nacionalistas criados na Rodésia, Malawi, Tanzânia e Quênia procuraram representar as aspirações de todo o povo moçambicano. Assim, estes partidos rejeitaram qualquer forma de representação política de dimensão étnica e regional. Este facto é, primeiro, confirmado pela carta redigida por Calvino Zaqueu Mahlayeye, Secretário-geral da UDENAMO na qual afirmava que este partido «luta pela liberdade, igualdade e para a independência imediata na qual todos os cidadãos moçambicanos gozarão os mesmos direitos, sem discriminação étnica, filosófica ou religiosa.»<sup>224</sup> Segundo, o artigo terceiro dos estatutos da UDENAMO sublinha que esta formação política é constituída por moçambicanos sem distinção de sexo, origem étnica, de crença religiosa ou de lugar de domicílio e o artigo quarto refere que o partido tem como objetivo a conquista da independência imediata e completa de Moçambique.<sup>225</sup> Para a prossecução deste desígnio, o programa da UDENAMO definiu como prioridade a «união e a mobilização de todos os moçambicanos de todas as camadas sociais, residentes em Moçambique e no estrangeiro, sem discriminação de origem étnica, de condição de fortuna, de confissão religiosa ou filosófica, ou de sexo».<sup>226</sup>

Embora a MANU tivesse uma base de apoio maioritariamente maconde, este partido apresentou-se como representante das aspirações de todo o povo moçambicano. Numa carta enviada ao editor do jornal «Mwafrika na Taifa» de Tanzânia, Mateus Mmole sublinhou que «a MANU não foi formada numa base tribal mas sim com o propósito de exigir à Portugal os direitos fundamentais para todo o povo moçambicano e pôr termo às atrocidades e a má governação de modo que a unidade e a liberdade de África seja alcançada».<sup>227</sup> Portanto, a carta acima referida, entre outras redigidas por membros da MANU evidenciam, por um lado, a rejeição da natureza étnica e regional, e por outro lado, revela a pretensão do partido assumir uma dimensão nacional e multiétnica. A preocupação em criar partidos políticos com a aspiração de representar todos os moçambicanos registou-se também em Baltazar da Costa Chagonga que depois de criar uma

---

<sup>224</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.471, *Carta redigida por Calvino Zaqueu Mahlayeye, Secretário-geral da UDENAMO*, 1/08/1961.

<sup>225</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.525, *Estatutos da UDENAMO*, s/d.

<sup>226</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls. 527, *Programa da UDENAMO*, s/d.

<sup>227</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1351, fls.96, *Carta de Mateus Mmole, Presidente da MANU, dirigida ao editor do Jornal MWAFRIKA NA TAIFA*, 10/03/1962.

formação política de defesa de interesses das populações africanas de Tete, rapidamente a transformou dando origem à UNAMI, representando os interesses de todo o povo moçambicano.

Portanto, apesar da dimensão étnica e regional na sua forma durante a fase de criação por razões acima apresentadas, a UDENAMO, MANU e UNAMI entre outros partidos nacionalistas tinham em comum a pretensão de representar os interesses de todos os moçambicanos e de lutar pela independência de Moçambique em toda a sua dimensão territorial. Nenhum dos partidos nacionalistas acima referidos defendeu a criação de pequenos estados correspondentes à sua identidade étnica e regional. Pelo contrário, defenderam a criação de um Estado independente que integrasse todos os grupos étnicos e culturais existentes dentro das fronteiras de Moçambique. Este facto revela a existência do nacionalismo territorial em Moçambique.

### 2.3 A Criação da FRELIMO

Devido ao facto de os partidos com a aspiração nacionalista, criados e operando a partir do exílio, possuírem na sua forma uma base étnica e regional tornou-se difícil a reivindicação da liderança de um movimento nacionalista genuíno.<sup>228</sup> Adicionalmente, grande parte dos membros destes partidos com carácter nacionalista eram exilados, não raras vezes, desligados da realidade política, económica e social do território moçambicano. As suas ações resumiam-se, muitas vezes, às petições junto às organizações internacionais e aos apelos para a transferência pacífica do poder aos africanos, entre outras medidas de pressão sobre o regime colonial. Por exemplo, a MANU apelou ao boicote dos produtos portugueses por parte de todos os estados africanos independentes.<sup>229</sup> Igualmente, a UDENAMO enviou à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) uma petição denunciando as crueldades e as injustiças perpetradas pelo regime colonial português, condenando os regimes da Rodésia e da África do Sul e repudiando o apoio da NATO à Portugal. Nesta petição, a UDENAMO exigiu a imediata concessão da independência à Moçambique.<sup>230</sup>

Após a independência tanzaniana, em Dezembro de 1961, assistiu-se à rápida transferência das sedes da UDENAMO, MANU e UNAMI para Dar es Salaam.<sup>231</sup> Entretanto, todos os partidos nacionalistas apresentavam-se como os representantes legítimos do povo moçambicano. Consequentemente, as relações entre estes partidos foram, desde logo, marcadas por tensão, competição e conflitos pela conquista do reconhecimento doméstico e internacional como

---

<sup>228</sup> Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (New York: Longman, 1983), 80.

<sup>229</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1351, fls.101, *Boycott Portugal, MWAFRICA*, 03/03/1962.

<sup>230</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1350, fls.101-105, *Petição da UDENAMO enviada à ONU*, 02/10/1961.

<sup>231</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 169.

representantes das aspirações do povo moçambicano. A carta de Jaime Rivaz Sigauúke, Secretário da UDENAMO para a Publicidade, endereçada ao moçambicano de nome Lourenço ilustra as relações de tensão e competição entre os partidos nacionalistas moçambicanos. Na correspondência, Sigauúke sublinha que «...o nosso partido está a enfrentar no Tanganyika uma situação de sabotagem levada a cabo pelo nosso partido rival denominado MANU...».<sup>232</sup> Um telegrama assinado por Adelino Gwambe revela, também, a existência de relações conflituosas entre a UDENAMO e a MANU. Segundo o referido telegrama «...falsas declarações à imprensa imputadas à UDENAMO foram feitas pela nossa organização moçambicana rival – MANU devido à inveja deste pelo facto de termos recebido o convite do Ghana para participarmos na Conferência...».<sup>233</sup>

Uma vez instalados em Dar-es-salaam os três partidos nacionalistas foram pressionados por Julius Nyerere no sentido de alcançarem a unificação de modo a tornar viável a luta pela independência em Moçambique. Em Julho de 1961, Adelino Gwambe foi convidado a uma reunião com a Tanganyika African National Union (TANU) e a Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa (PAFMECA). Na reunião Gwambe foi convencido de que deveria coordenar as suas atividades com a MANU formando uma frente unida.<sup>234</sup> Igualmente, a pressão para a união entre a UDENAMO e a MANU foi exercida pela CONCP. Em meados de Junho de 1962, na Conferência dos Combatentes da Liberdade, em Winneba, Gana, o Presidente anfitrião, Kwame Nkrumah pressionou os representantes dos grupos moçambicanos no sentido de se unirem.<sup>235</sup> Neste encontro Adelino Gwambe Presidente da UDENAMO e Mateus Mmole Presidente da MANU concordaram com a unificação numa frente unida para a luta pela independência, porém, sem a extinção dos seus partidos. Esta posição é explicada não só pelas desconfianças mútuas mas também pelo interesse dos dirigentes dos dois partidos em manter as suas posições de liderança, influência e contactos internacionais.

As dificuldades em construir a união eram reforçadas pela ação dos agentes infiltrados da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) que semeavam a discórdia não só entre os partidos mas também no seu seio. Este facto é confirmado pelo ofício de Octávio Valério, Cônsul de Portugal na Tanzânia, enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal com o seguinte teor: «...

---

<sup>232</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls. 453, *Carta de Jaime Rivaz Sigauúke, Secretário da UDENAMO para a Publicidade, endereçada ao moçambicano de nome Lourenço, 09/02/1962.*

<sup>233</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls. 132, *Telegrama enviado por Adelino Gwambe, Presidente da UDENAMO, 17/07/1961.*

<sup>234</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n° 1349, fls.168, *Ofício de Octávio Neto Valério, Cônsul de Portugal na Tanzânia dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 20/07/1961.*

<sup>235</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 169.

Informo V.Excia que posteriormente consegui provocar o afastamento completo entre as duas organizações e que a própria MANU está em vias de se esboroar...»<sup>236</sup> Outro ofício endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ilustra a influência dos agentes portugueses nos conflitos entre os partidos nacionalistas, sublinhando o seguinte: «...Foi-nos sempre possível manobrar os esforços desenvolvidos em Dar - es - Salaam, em 1961, para a unificação da MANU e UDENAMO...», acrescentando que «...os nossos agentes têm, igualmente, continuado uma campanha junto de elementos da MANU com os argumentos de sempre sobre os desígnios da UDENAMO...»<sup>237</sup>

No final da Conferência de Dar es Salaam, realizada de 20 a 25 de Junho de 1962, foi criada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) como resultado da fusão entre a UDENAMO, MANU e UNAMI. Contudo, Adelino Gwambe rejeitou a fusão que resultasse na extinção dos antigos partidos uma vez que tal situação colocava em risco os seus interesses, nomeadamente a manutenção da posição de liderança, entre outros privilégios. Gwambe insistia na criação da FRELIMO como uma organização com um papel de coordenação, garantindo, assim, o funcionamento contínuo da UDENAMO e dos restantes partidos nacionalistas. Falando ao jornal «Mwafrika», Adelino Gwambe referiu que «...a política do seu partido visava expulsar os portugueses de Moçambique por via da violência...», tendo acrescentado que «...ele e os seus colegas do partido UDENAMO devem ser ministros no seu país...».<sup>238</sup> Estas declarações associadas à rejeição da proposta de fusão dos partidos nacionalistas revelam a ambição de Adelino Gwambe pelo poder. A sua insistência em criar uma frente unida sem a extinção dos respetivos partidos políticos e lideranças associada às acusações segundo as quais Gwambe era um agente dos portugueses e ambicioso, assim como a erosão da sua credibilidade diante dos governos africanos que apoiavam os movimentos de libertação, nomeadamente, do Gana e da Tanzania ajuda a explicar a ausência do líder da UDENAMO na direção da FRELIMO.

A influência exercida por Julius Nyerere, Kwame Nkrumah e pela CONCP para a fusão dos três movimentos pode ser explicada pela necessidade de criação de uma única organização representante do povo moçambicano na demanda pela independência e recetora da ajuda militar, financeira e diplomática. Igualmente, o apelo à unificação resultava da necessidade de evitar a existência de vários partidos nacionalistas reivindicando a representação do povo moçambicano

---

<sup>236</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.213, *Ofício de Octávio Neto Valério, Cônsul de Portugal em Tanzânia, endereçado ao Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal*, 17/07/1961.

<sup>237</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1350, fls. 12, *Ofício de Octávio Neto Valério, Cônsul de Portugal, em Tanzânia, endereçado ao Governador-geral da província de Moçambique*, 22/01/1962.

<sup>238</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1349, fls.11, *Jornal MWAFRICA*, 28/07/1961.

facto que poderia dificultar a luta pela independência e a construção de um novo Estado independente. O facto de em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA) ter reconhecido a FRELIMO como a única organização recipiente da ajuda aos grupos moçambicanos concorre para o argumento acima apresentado.

Contudo, a formação da FRELIMO não deve ser reduzida à fusão dos três partidos nacionalistas. É fundamental destacar, adicionalmente, a aderência de dois grupos de nacionalistas moçambicanos à FRELIMO, logo depois da constituição desta organização política. O primeiro grupo era proveniente do sul de Moçambique, particularmente de Lourenço Marques. O segundo grupo era constituído por estudantes moçambicanos que prosseguiam os seus estudos universitários no estrangeiro, sobretudo na Europa. Samora Machel que fez parte dos primeiros elementos a receber treinamento militar na Argélia, em 1963, é um dos integrantes do primeiro grupo e Joaquim Chissano, antigo membro do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) e da União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO) é integrante do segundo grupo.<sup>239</sup> Os dois grupos de nacionalistas em referência desempenharam um papel importante na evolução e consolidação da FRELIMO a nível político-ideológico e militar.

### **2.3.1 A Construção da Unidade**

A FRELIMO constituiu-se como uma frente no sentido de que, por um lado, era uma organização resultante da unificação de três partidos nacionalistas e por outro lado, era uma aliança de diferentes grupos e classes sociais, nomeadamente: trabalhadores, camponeses, e uma pequena burguesia com interesses não raras vezes variados.<sup>240</sup> Reconhecendo o seu carácter heterogéneo, a FRELIMO realizou o seu primeiro congresso, em Setembro de 1962, no âmbito qual condenou o colonialismo português e definiu a construção da unidade como a condição fundamental para a consolidação da nova organização e para o alcance da independência nacional - o seu principal objetivo.

A oposição ao regime colonial e a demanda pela independência revelaram-se como elementos aglutinadores dos diferentes grupos que constituíam a FRELIMO. A unidade significava a incorporação na FRELIMO dos moçambicanos de todas as classes e estratos sociais (camponeses, trabalhadores, comerciantes, artistas e líderes tradicionais) que apoiavam a luta pela

---

<sup>239</sup> Luís de Brito, «Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO», *Politique Africaine*, Vol. 29 (1988), 16-17.

<sup>240</sup> Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (New York: Longman, 1983), 82.

independência. Deste modo, os seus objetivos e composição faziam da FRELIMO uma frente nacionalista típica do terceiro mundo, unindo, ideologicamente, grupos divergentes na base do patriotismo e da oposição à dominação estrangeira.<sup>241</sup> A preocupação com a construção e a manutenção da unidade no período imediatamente a seguir à sua criação fez da FRELIMO um movimento diferente de outros movimentos nacionalistas em África.<sup>242</sup>

Assim, no contexto dos esforços visando construir e cimentar a unidade, o primeiro congresso elegeu Eduardo Mondlane como Presidente da FRELIMO com 126 votos.<sup>243</sup> Mondlane era visto como uma personalidade com elevada preparação educacional e sem nenhuma ligação política, à partida, com nenhum dos três partidos nacionalistas, exceto a sua distante ligação com a UDENAMO.<sup>244</sup> A eleição de uma figura proveniente de um dos três partidos nacionalistas poderia agudizar as desconfianças existentes entre os líderes e os membros dos mesmos, facto que poderia minar a existência e a consolidação da FRELIMO enquanto movimento que se pretendia unido para o alcance dos seus objetivos.

Os antigos membros da UDENAMO ocuparam lugares-chave na FRELIMO. Uria Simango foi eleito Vice-Presidente da FRELIMO com 69 votos. Mabunda tornou-se Secretário-geral e Gumane com 76 votos assumiu a posição de Secretário-geral adjunto. Mmole da MANU com 128 votos ocupou a pasta de Tesoureiro.<sup>245</sup> Marcelino dos Santos ocupou a pasta de Secretário para as Relações Exteriores dada a sua experiência no exílio, na Europa e as suas ligações com intelectuais de outros territórios portugueses, através da CONCP. Outros membros da liderança da FRELIMO tinham uma longa vivência em Moçambique e, conseqüentemente, muita familiaridade com a realidade política, económica e social do que os que tinham estado no exílio durante um longo período. São os casos de Silvério Rafael Nungu e Samuel Dlakama, ambos da Beira, Mateus Muthemba e Saffrudin Khan do sul de Moçambique, Jonas Namashulua e Kavandame do norte de Moçambique. Khan chegou a ser o representante da FRELIMO no Cairo e nos Estados Unidos da América (EUA). Nungu foi Secretário para a Administração.<sup>246</sup>

---

<sup>241</sup> Allen Isaacman e Barbara Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982* (Colorado: Westview Press, 1983), 83.

<sup>242</sup> Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (New York: Longman, 1983), 82.

<sup>243</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1351, fls.12, *Relatório Especial de Informações do Quartel-general*, n° I-19/62, 28/06/1962.

<sup>244</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 171.

<sup>245</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1351, fls. 12, *Relatório Especial de Informações do Quartel-general*, n° I-19/62, 28/06/1962.

<sup>246</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978),170.

Os nacionalistas moçambicanos que cedo aderiram à FRELIMO, provenientes de Lourenço Marques, particularmente de associações de estudantes e socioculturais como Samora Machel, assim como aqueles que se encontravam a frequentar cursos superiores na Europa como Joaquim Chissano ocuparam posições importantes na estrutura dirigente da FRELIMO.<sup>247</sup> Portanto, a maneira como a FRELIMO procurou fazer a distribuição do poder logo depois do primeiro congresso revela a preocupação pela construção de equilíbrios, de unidade e da estabilidade nesta organização política que se assumia como representante do povo moçambicano e da sua aspiração à independência. Assim, o primeiro congresso estabeleceu as fundações para a construção da unidade no seio da FRELIMO e do povo moçambicano.

#### **2.4 Os Conflitos na FRELIMO: Etnicidades ou Competição pelo Poder?**

A despeito do facto de o primeiro congresso ter tentado estabelecer uma plataforma de poder e de unidade aceitável para os mais diversificados interesses dentro da FRELIMO, os conflitos internos não deixaram de existir. As divergências colocaram em risco a almejada unidade no seio do movimento. Não raras vezes, as contradições internas foram percebidas e tratadas pelos atores envolvidos como manifestação de etnicidade, tribalismo e regionalismo. Esta constatação é ilustrada pelos depoimentos de alguns membros da FRELIMO durante o encontro realizado no dia 29 de Outubro de 1962, no gabinete do Ministro tanzaniano, Oscar Kambona, onde estiveram presentes, Simone Aly Makaba, Uria Simango, David Mabunda, João Munguambe, Severo Ngungu, Carlos Dewas, Paulo Gumane, entre outros. No referido encontro em que o ministro Kambona procurava compreender as divergências que ganhavam forma na FRELIMO e encontrar soluções para as mesmas, Simone Aly Makaba disse que «a questão vem desde a conferência visto que os corpos dirigentes foram nomeados na base do tribalismo e não compreendia como é que tal podia acontecer no Tanganica».<sup>248</sup> No mesmo encontro David Mabunda disse que Uria Simango acusara-o de comunista e disse isso aos refugiados, sublinhando que ele (Mabunda) queria ser o *boss* e não trabalhar no escritório. Igualmente, Mabunda sublinhou que Simango havia dito que Eduardo Mondlane não servia porque estava em Syracuse nos EUA. Estas declarações foram repudiadas por Uria Simango no mesmo encontro.

Perante a troca de acusações e a contestação em relação à liderança da FRELIMO Kambona decidiu levar à votação a manutenção ou não de Eduardo Mondlane. O grupo favorável à

---

<sup>247</sup> Luís de Brito, «Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO», *Politique Africaine*, Vol. 29 (1988), 17.

<sup>248</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1343, fls.14, *Anexo ao Relatório de Notícias, Os Movimentos Emancipalistas Moçambicanos e as Dissidências dos seus Dirigentes*, 6/04/1967.

Mondlane ficou com 11 votos contra 9 votos dos opositores. Após os resultados da votação Kambona sublinhou que a maioria ganhava e que não queria mais contradições pois só assim é que a FRELIMO poderia contar com o auxílio da Tanzânia.<sup>249</sup>

A análise meticulosa dos depoimentos acima citados, entre outros, permite compreender que os conflitos internos experimentados pela FRELIMO durante grande parte do período da luta armada, mais do que revelarem a existência de etnicidade, de tribalismo e de regionalismo, eram expressão de disputas pelo poder entre as elites provenientes dos diferentes partidos nacionalistas e grupos sociais que deram origem ao principal movimento nacionalista moçambicano. Na competição pela conquista das estruturas do poder no seio da FRELIMO as elites, sobretudo as provenientes dos partidos nacionalistas recorreram aos meios disponíveis e possíveis, incluindo as tentativas de instrumentalização e mobilização das etnicidades e dos regionalismos.

As primeiras disputas internas tiveram lugar logo após a formação da FRELIMO, quando Mondlane regressou aos Estados Unidos, deixando Leo Clinton Aldridge como o seu representante. Este iniciou a expulsão dos seus críticos, entre os quais, Gumane e Mabunda, oriundos da UDENAMO. Estes reagiram, criando a UDENAMO-Moçambique. Entretanto, o Comité Central da FRELIMO viria a expulsar Leo e Gwambe do principal movimento nacionalista moçambicano. O primeiro era acusado de ser um impostor e o segundo era considerado como um agente português infiltrado. Igualmente, Gwambe, proveniente da UDENAMO, era caracterizado como uma figura ambiciosa que pretendia alcançar a presidência da FRELIMO. Em reação Leo acusou Eduardo Mondlane de ser um agente da Central Intelligence Agency (CIA) e Gwambe refugiou-se em Kampala, Uganda, onde criou o Comité Secreto de Restauração da UDENAMO que mais tarde foi transformado em UDENAMO-Monomotapa.<sup>250</sup> Em resultado de divergências, Mmole, tesoureiro da FRELIMO foi expulso do movimento. Em resposta Mmole decidiu revitalizar a MANU.

Após um encontro em Kampala, Uganda, em Maio de 1963, Mmole líder da MANU, Gwambe, líder da UDENAMO-Monomotapa e Sebastene Sigáúke da Mozambican African National Congress (MANCO) decidiram unir os seus partidos dando origem à Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique (FUNIPAMO). A direção da FUNIPAMO foi

---

<sup>249</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1343, fls.14, *Anexo ao Relatório de Notícias, Os Movimentos Emancipalistas Moçambicanos e as Dissidências dos seus Dirigentes*, 6/04/1967.

<sup>250</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 175.



constituída por Gwambe, Mmole e Sigaúke. Este partido acusava Mondlane de ser um fomentador do tribalismo e do regionalismo no seio da FRELIMO.<sup>251</sup>

Em Fevereiro de 1965 a FRELIMO e a UDENAMO-Moçambique reuniram-se com vista a alcançar a unificação das duas organizações políticas, porém, sem sucesso, devido a falta de entendimento em torno do número de lugares no Comité Central da FRELIMO e sobre os poderes que cada parte receberia. Entretanto, em Junho do mesmo ano, com o apoio do presidente zambiano, Kenneth Kaunda, os representantes da FRELIMO e dos partidos contestatários reuniram-se em Lusaka para mais uma tentativa de unificação. As discussões foram infrutíferas - uma vez rejeitada a proposta de Eduardo Mondlane segundo a qual os integrantes dos partidos contestatários deveriam integrar-se na FRELIMO a título individual. Perante este fracasso negocial os representantes da UDENAMO-Monomotapa, UDENAMO-Moçambique, African National Congress (MANCO) e MANU decidiram superar as suas diferenças e uniram-se, dando origem ao Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) presidido por Gwambe.

A sede do COREMO foi estabelecida em Lusaka com a aprovação do governo zambiano. Contudo, devido às acusações de ligação ao regime colonial Gwambe foi expulso do COREMO, ascendendo, assim, à presidência, Gumane.<sup>252</sup> O novo movimento foi o único entre os vários que se opuseram à FRELIMO que teve alguma ação política e militar em Moçambique, embora bastante minúscula. O COREMO teve a sua atividade política e militar apenas em Tete, tendo fracassado todos os seus esforços com vista a busca do apoio financeiro e material através do Comité de Libertação Africana (ALC) da OUA. Este apoio foi sempre canalizado à FRELIMO.

Em resultado do seu afastamento do COREMO Adelino Gwambe fundou o Partido Popular de Moçambique (PAPOMO). Em 1968, outro grupo dissidente do COREMO estabeleceu a União Nacional Africana da Rombézia (UNAR), sediada em Blantyre, Malawi. Este movimento criado por Amós Sumane, Matias Tenda e Mazunzo Bobo pretendia a independência da região que vai do Rovuma até ao Zambéze (Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete e Zambézia).<sup>253</sup> Entre os vários partidos políticos que resultaram de expulsões e deserções na FRELIMO e que contestavam o principal movimento nacionalista moçambicano, a UNAR foi o único que manifestou pretensões separatistas. Os restantes movimentos, incluindo a FRELIMO tinham como objetivo a busca da independência de Moçambique como um todo.

---

<sup>251</sup> Felgas (1966) Citado por Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 175.

<sup>252</sup> Henriksen, *Mozambique...*, 176.

<sup>253</sup> Sérgio Chichava, «Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique», *Discussion Paper*, IESE, n.º 01 (2008): 5.

Os conflitos internos no seio da FRELIMO também tinham uma dimensão político-ideológica. Durante a luta armada desenvolveram-se duas correntes no seio do movimento nacionalista. A corrente tradicionalista (conservadora) dominada pelos líderes macondes como Nkavandame mostrava pouco interesse na revolução social, defendendo uma maior prossecução da guerra e menos campanhas políticas intensivas. Muitos dos apoiantes de Nkavandame ocupavam posições de liderança nas zonas libertadas.<sup>254</sup> A corrente revolucionária dominada pela ala dos guerrilheiros formados militarmente e ideologicamente na Argélia, China e União Soviética, entre eles Samora Machel, defendia a revolução social e a maior mobilização política das populações. Neste contexto, a linha revolucionária opôs-se à manutenção dos líderes tradicionais e anciãos como os principais organizadores das zonas libertadas, contrariando, assim os tradicionalistas. As disputas entre as duas correntes estendiam-se às questões como a emancipação da mulher, a alocação e o uso da terra e a autoridade tradicional com carácter hereditário.

Foi em meio às divergências que, em Julho de 1968, em Niassa, decorreu o segundo congresso da FRELIMO. A realização do encontro no interior de Moçambique visava, primeiro, projetar uma imagem vitoriosa da FRELIMO a nível interno e internacional. Em segundo lugar pretendia-se neutralizar Nkavandame e os seus seguidores. O segundo congresso representou a vitória da corrente revolucionária sobre os tradicionalistas. No final do encontro o Comité Central da FRELIMO foi alargado de 20 para 40 membros, passando a assumir funções exclusivamente legislativas. Igualmente, foi criado o Comité Executivo constituído pelo Presidente e Vice-Presidente da FRELIMO e pelos secretários dos departamentos.<sup>255</sup> Passaram a integrar o novo órgão figuras como Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Jorge Rebelo, Marcelino dos Santos e Mariano Matsinhe que viriam a assumir um lugar de destaque na liderança da FRELIMO e de Moçambique no período pós-independência.

Depois de ter boicotado o congresso, Nkavandame ficou isolado e com pouco apoio. Em Agosto de 1968, em Mtwara, Tanzânia, Nkavandame e os seus seguidores tentaram buscar a solução para as suas diferenças com Eduardo Mondlane, porém, sem sucesso. Perante esta situação, Nkavandame procurou obter o controlo das zonas libertadas em Cabo Delgado, encerrando a fronteira para os homens leais à FRELIMO, numa clara tentativa de secessão. Nesta empreitada, Nkavandame acreditava ser o verdadeiro representante da tradição maconde e dos valores moçambicanos e esperava ter o apoio da Tanzânia o que não aconteceu. Nkavandame chegou a

---

<sup>254</sup> Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (London: Hurst and Company, 1995), 524-525.

<sup>255</sup> Centro de Estudos Africanos (CEA), Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), FRELIMO, «Resoluções do 2º Congresso», Niassa, Moçambique, 25 de Julho de 1968.

defender soluções federais no contexto das quais um Estado maconde poderia emergir da destruição do regime colonial português.<sup>256</sup>

A propaganda portuguesa tentou capitalizar as diferenças étnicas, explorando a deserção de Nkavandame, porém, sem sucesso.<sup>257</sup> No conflito interno opondo os tradicionalistas e os revolucionários não havia nenhum fator étnico em jogo. Os guerrilheiros macondes nunca chegaram a desertar em massa da FRELIMO. Pelo contrário, os guerrilheiros macondes continuaram a lutar dentro das forças armadas da FRELIMO, traindo, assim, aqueles que esperavam ver sinais de fragmentação étnica.<sup>258</sup> Aliás, jovens militantes macondes como Alberto Joaquim Chipande e Lourenço Raimundo destacaram-se na hierarquia da FRELIMO e estavam menos preocupados com a perda do poder e do estatuto das autoridades tradicionais.<sup>259</sup> O seu apoio completo ao programa revolucionário da FRELIMO desafiava os argumentos dos conservadores e revelava, eventualmente, o carácter marginal da etnicidade como uma dimensão estruturante do conflito no seio do movimento nacionalista. Os guerrilheiros macondes e não macondes estavam satisfeitos em seguir a liderança de Samora Machel.<sup>260</sup> O relatório do diretor dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique reforça a ideia segundo a qual as etnicidades não eram o fator principal e determinante dos conflitos entre os movimentos nacionalistas e no seu seio. O diretor dos serviços em referência reconhecia a existência de divisões individuais e faccionárias, porém, sublinhando que, aparentemente, estas mostravam-se insuficientes para a destruição do espírito de nação em construção.<sup>261</sup>

Após a morte de Mondlane, em Fevereiro de 1969, foi constituído um triunvirato integrando Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos. Esta situação não agradou Simango que esperava ascender à presidência. Perante este cenário, Simango publicou uma carta na qual acusava a liderança da FRELIMO de ser tribalista e regionalista, dominada por gente do sul, sublinhando que se as suas demandas não fossem satisfeitas ele renunciaria.<sup>262</sup> Porém, o discurso de Simango não gerou nenhum apoio popular, nem mesmo do seu grupo étnico, colocando-se, assim, cada vez mais isolado na FRELIMO. Na sequência da publicação do documento, Uria

---

<sup>256</sup> Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (London: Hurst and Company, 1995), 526.

<sup>257</sup> Amélia Neves de Souto, *Caetano e o Caso do Império: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo, 1968-1974* (Porto: Edições Afrontamento, 2007), 232-237.

<sup>258</sup> Margaret Hall and Tom Young, *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence* (London: Hurst, 1997), 18.

<sup>259</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 179.

<sup>260</sup> Margaret Hall and Tom Young, *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence* (London: Hurst, 1997), 18.

<sup>261</sup> ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1343, fls.6, *Relatório de Notícia*, 06/04/1967.

<sup>262</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 181.

Simango foi expulso da FRELIMO e juntou-se ao COREMO. Samora Machel ascendeu à presidência da FRELIMO, marcando, assim a vitória da corrente revolucionária no seio deste movimento nacionalista.

## 2.5 A Proliferação de Partidos Políticos entre 1970 e 1975

Entre o princípio da década de 1970 e o período de transição (1974 e 1975) assistiu-se à proliferação de pequenos partidos em Moçambique, porém, sem uma expressão popular significativa. Estes partidos que assumiram a oposição à FRELIMO eram demasiado fracos para poderem organizar-se como alternativa política.<sup>263</sup> Ao nível externo, não conseguiram construir a credibilidade que permitisse a conquista de apoio político e diplomático. Em meados de 1970, Henriques Nyankale liderou a criação do Movimento de Libertação de Moçambique. Em Junho de 1971 foi estabelecida a Frente Unida de Moçambique, liderada por Marcelino Nbuile. Com o apoio do governo de Marcelo Caetano, em Fevereiro de 1974 foi formado o Grupo Unido de Moçambique (GUMO) – um grupo de *lobby* multirracial que defendia a ideia de autonomia para Moçambique, porém, com ligações económicas e políticas à Lisboa. Juntaram-se ao GUMO que tinha como Secretária-geral, Joana Simião, muitos outros grupos de interesse. Máximo Dias, um dos dirigentes do GUMO considerou que «a assinatura dos acordos de Lusaka entre Portugal e a FRELIMO significava que o GUMO tinha cumprido o seu papel e por isso a sua dissolução.»<sup>264</sup> Esta afirmação parece demasiado triunfalista. O certo é que os acordos em referência, a rejeição da FRELIMO à proposta de realização de um referendo em Moçambique e a pressão do Movimento das Forças Armadas (MFA) para a independência das colónias africanas retiraram qualquer relevância ao GUMO, resultando na sua falência.

Após os eventos de 25 de Abril, em Lisboa, Portugal, outros movimentos nasceram em Moçambique, entre os quais a Frente para a Independência e Continuidade com o Ocidente (FICO) cuja base de apoio era constituída por antigos colonos que pretendiam perpetuar a supremacia branca em Moçambique, defendendo o estabelecimento de um Estado autónomo branco. Contudo, este projeto político mostrou-se pouco viável para a realidade moçambicana.

Os Democratas Moçambicanos, um pequeno grupo de pressão constituído por brancos liberais provenientes das classes profissionais e estudantes universitários engajaram-se em campanhas de apoio à FRELIMO e na educação das populações africanas do sul de Moçambique sobre o

---

<sup>263</sup> Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992* (Maputo: Padriku e CEEI-ISRI, 1994), 36.

<sup>264</sup> Entrevista, Máximo Dias, 7 de Novembro de 2014, Maputo

movimento nacionalista. Neste período assistiu-se ao crescimento massivo do apoio popular à FRELIMO, sobretudo das comunidades africanas. Entretanto, outros africanos afirmavam a sua fé num Moçambique independente e multirracial, porém, opunham-se à FRELIMO. Elementos macuas tentaram capitalizar as rivalidades históricas entre este grupo étnico, por sinal o maior do país e os macondes. Quatro líderes tradicionais, afirmando-se como representantes dos macuas, manifestaram no jornal «Notícias» de Lourenço Marques a sua oposição à FRELIMO e expressaram a defesa de um Estado federal no Moçambique independente. Contudo, um outro grupo, assumindo-se, também, como representante dos macuas manifestou o seu total apoio à FRELIMO.<sup>265</sup>

A Frente Comum de Moçambique (FRECOMO) liderada por Joana Simião foi uma das organizações políticas que pretendeu construir a sua base de apoio no grupo étnico macua. Posteriormente, a FRECOMO e outros grupos uniram-se, em Agosto de 1974, na cidade da Beira, dando origem ao Partido de Coligação Nacional (PCN). A Comissão executiva deste partido integrava alguns dos antigos membros da FRELIMO, nomeadamente, Uria Simango que ocupou a Presidência, Gumane que tornou-se Vice-Presidente e Gwenjere que ocupou a posição de Conselheiro Nacional. O PCN manifestou a sua oposição às negociações exclusivas entre Portugal e a FRELIMO e propôs a realização de um processo democrático no qual o povo poderia expressar-se livremente.<sup>266</sup>

Parte significativa dos partidos políticos que se multiplicaram entre 1970 e 1974 bem como na década de 1960 foram constituídos por antigos membros do principal movimento nacionalista moçambicano. A trajetória política percorrida pelos líderes destes pequenos partidos foi marcada pela sua deserção ou expulsão dos partidos políticos nos quais militavam inicialmente, seguida pela revitalização dos antigos partidos e pela criação de novas organizações políticas. Porém, em resultado das contínuas clivagens internas nos novos partidos os líderes entraram em rotura e criaram outras formações políticas, assumindo, sucessivamente a liderança das mesmas. Este facto revela que estas pequenas organizações políticas que surgiram não só entre 1970 e o período de transição mas também na década de 1960, sobretudo após a formação da FRELIMO eram arquiteturas institucionais e políticas muitas vezes ao serviço de interesses individuais ou de pequenos grupos cujo objetivo principal era o acesso rápido ao poder e a respetiva manutenção. Portanto, o carreirismo político, a competição pelo poder e as traições pessoais oferecem a

---

<sup>265</sup> Thomas H. Henriksen, *Mozambique: A History* (London: Rex Collings, 1978), 222.

<sup>266</sup> Henriksen, *Mozambique...*, 223.

explicação para as características de circulação das elites do que propriamente desacordos em torno de ideologias e programas ou disputas étnicas.<sup>267</sup>

Os pequenos partidos realizaram pouco trabalho ao nível de mobilização popular. A pressa que caracterizava a sua criação, fragmentação e extinção no período em alusão, bem como a fraca capacidade de articulação entre a dimensão político-ideológica, a realidade local e internacional em constante mudança tornaram difícil a consolidação dos pequenos partidos em Moçambique. Adicionalmente, as elites que criaram e dirigiram os pequenos partidos que proliferaram em Moçambique no período em referência tinham uma cultura e experiência política de exílio, e conseqüentemente, pouca capacidade de articulação política, económica e social no contexto da realidade local moçambicana e colonial portuguesa.

## 2.6 O Nacionalismo e Nação Territorial em Moçambique

O conceito de nação territorial aplica-se à realidade moçambicana na medida em que os partidos nacionalistas, nomeadamente, UDENAMO, MANU, UNAMI, FRELIMO e todos os pequenos partidos que surgiram em oposição ao principal movimento nacionalista moçambicano, com a exceção da UNAR, tinham em comum a defesa de Moçambique independente com as fronteiras geográficas e socioculturais atualmente conhecidas.<sup>268</sup> Este facto revela, claramente, a presença do nacionalismo territorial e de nação territorial em Moçambique, no sentido de que as elites políticas e os diferentes grupos étnicos do país, mesmo reconhecendo as suas diferenças defenderam a unidade de Moçambique, enquanto Estado. Isto é, os moçambicanos não aceitaram a possibilidade de divisão de Moçambique, nem mesmo a partir das fronteiras étnicas. Portanto, o nacionalismo territorial constituiu-se como a expressão política da nação territorial. Esta ideia é reforçada pelo facto de grande parte dos partidos nacionalistas, incluindo os partidos que surgiram entre 1970 e o período de transição terem procurado traduzir nos seus nomes e acrónimos a ideia de unidade e indivisibilidade de Moçambique e do seu povo.<sup>269</sup>

---

<sup>267</sup> Peter Burnell, «The party system and party politics in Zambia: continuities past, present and future», *African Affairs*, Vol. 100, n.º 399 (2001):244.

<sup>268</sup> A UNAR defendia a criação de um Estado independente na região que vai do Rovuma até ao Zambeze.

<sup>269</sup> União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO); União Nacional Africana de Moçambique (MANU); União Africana de Moçambique Independente (UNAMI); Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); Mozambican African National Congress (MANCO); Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique (FUNIPAMO); Mozambique Revolutionary Council (MORECO); Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO); Frente Comum de Moçambique (FRECOMO); Partido de Coligação Nacional (PCN), Partido Popular de Moçambique (PAPOMO), União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO), Partido Progressista do Povo de Moçambique, União da Paz do Povo de Moçambique (UNIPOMO), Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO). Estes são alguns dos principais partidos criados em Moçambique entre 1960 e 1974, cujos nomes traduzem a ideia de unidade e indivisibilidade de Moçambique e do seu povo, independentemente das diferenças étnicas existentes no território.

Igualmente, a presença da ideia de nação territorial em Moçambique é ilustrada pelo facto de quase todos os líderes políticos que procuraram captar o apoio das massas, recorrendo à instrumentalização ou mobilização das identidades étnicas, terem visto as suas tentativas frustradas pela pouca adesão popular, nem mesmo dos grupos étnicos que se propunham representar. O fracasso de Lázaro Nkavandame em mobilizar a etnia maconde para a materialização de um projeto secessionista à semelhança de Biafra, na Nigéria e, não só, mas também o insucesso de Joana Simião e da FRECOMO em mobilizar o apoio popular macua para o seu projeto político, revela a presença da nação territorial no país. O fracasso sistemático das manobras de Uria Simango, Gumane e Guwenjere, entre outros, no sentido de manipular as diferenças étnicas de Moçambique a seu favor, confirmam a presença da ideia de nação territorial em Moçambique. Aliás, apesar da enorme heterogeneidade étnica do país e da sua longa extensão territorial, com a exceção da UNAR são inexistentes os casos de partidos com pretensões secessionistas em Moçambique. Este facto sugere a presença da nação territorial estável em Moçambique.<sup>270</sup> Sublinhe-se que a UNAR era um partido com expressão política pouco significativa, e altamente influenciado por Jorge Jardim que, por via deste pretendia instrumentalizar as sensibilidades zambezianas-macuas.<sup>271</sup> Porém, estas tentativas não registaram um sucesso significativo.

De acordo com Michel Cahen, as dificuldades em atizar ou manipular com sucesso os conflitos interétnicos em Moçambique resultavam, por um lado, do facto de até 1960 o sistema colonial não ter instrumentalizado de forma sistemática e a longo prazo as etnicidades em Moçambique de modo a evitar a afirmação de determinadas etnias, o que a acontecer, poderia transformar-se em fator de desestabilização. Por outro lado, o regime colonial português sempre evitou adotar a etnicidade como orientação política de modo a impedir a afirmação e o reconhecimento de qualquer organização africana independente de Portugal no contexto da defesa da perspectiva unitarista de Estado.<sup>272</sup>

Igualmente, a ausência de conflitos étnicos em Moçambique resultava das políticas coloniais como a assimilação e outras que visavam a integração dos indígenas na cultura e no Estado português como parte da nação portuguesa.<sup>273</sup> Só com o desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique é que Portugal despertou, tardiamente, o seu interesse pelas etnicidades. Neste

---

<sup>270</sup> Nação territorial estável é um conceito adotado para designar as nações territoriais onde não há registo histórico de movimentos secessionistas antes, durante e depois das lutas pela independência.

<sup>271</sup> Michel Cahen, «O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?», em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*, ed. José Magode (Maputo: CEEI-ISRI, 1996), 19.

<sup>272</sup> Cahen, «O Estado...», 19-20.

<sup>273</sup> Pedro Borges Graças, *A Construção da Nação em África* (Coimbra: Edições Almedina, 2005), 159.

contexto, em 1950, o regime colonial realizou o primeiro e único recenseamento através do qual procurou conhecer melhor os grupos étnicos da colónia. Na década de 1960 foram produzidas as cartas étnicas pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação e pelos Serviços de Informação Militar.<sup>274</sup>

As tentativas de manipulação das etnias Yao e Macua protagonizadas pelo regime colonial, em 1966, com algum sucesso, valeram à FRELIMO a hostilidade demonstrada por estes grupos.<sup>275</sup> Porém, o pouco enraizamento da política de instrumentalização étnica poderá ter facilitado, de algum modo, à FRELIMO, a desmobilização das etnicidades, através das suas campanhas de mobilização política das populações nas zonas rurais antes e depois da abertura das suas frentes de combate.<sup>276</sup>

## 2.7 A Transferência do Poder para a FRELIMO

Devido a fraca expressão dos partidos políticos que procuravam opor-se ou competir com a FRELIMO, o principal movimento nacionalista moçambicano conseguiu com sucesso chamar à si o lugar de único representante legítimo do povo moçambicano com quem as autoridades portuguesas deviam discutir a transferência do poder. Conforme dizia Samora Machel, «não vamos discutir a independência com os portugueses. Esse é o nosso direito inalienável. A nossa posição sobre este ponto é clara. Os portugueses têm de negociar com a FRELIMO para o estudo do mecanismo de transmissão do poder para o povo moçambicano e a chefia para a Frelimo.»<sup>277</sup>

Em 1974, Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal reuniu-se com o seu homólogo britânico a quem informou que «relativamente à Moçambique, apesar de a FRELIMO representar apenas uma minoria seria apenas com esse movimento que Portugal negociaria um período de transição, mostrando-se, no entanto, preocupado com dois cenários, nomeadamente a criação de movimentos fantoche de colonos brancos e a afirmação da FRELIMO como grupo hegemónico».<sup>278</sup> Esta posição de Mário Soares revela que para além da FRELIMO os restantes movimentos ou partidos políticos existentes em Moçambique não tinham uma expressão política significativa. Portanto, neste contexto, a FRELIMO conseguiu assumir uma posição hegemónica

---

<sup>274</sup> Michel Cahen, «O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?», em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*, ed. José Magode (Maputo: CEEI-ISRI, 1996), 20.

<sup>275</sup> Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (London: Hurst and Company, 1995), 525.

<sup>276</sup> A inexistência de conflitos étnicos violentos bem como o insucesso registado nas tentativas de instrumentalização das etnicidades não significa a ausência de tensões entre diferentes grupos étnicos em Moçambique.

<sup>277</sup> *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1974, citado por David Castaño, «Abrindo a caixa de pandora: Mário Soares e o início da descolonização», *Relações Internacionais*, n.º. 35, (2012): 070.

<sup>278</sup> David Castaño, «Abrindo a caixa de pandora: Mário Soares e o início da descolonização», *Relações Internacionais*, n.º. 35, (2012): 068-069.



no processo de descolonização. Dada a sua posição, a FRELIMO recusou com sucesso a proposta de referendo sem nenhuma resistência de relevo por parte dos movimentos e dos partidos políticos opositoristas. Assim, as autoridades portuguesas fizeram a transferência do poder para a FRELIMO.

## **2.8 O Período Pós-Independência: O Estabelecimento do Regime de Partido Único**

No dia 20 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO aprovou a nova constituição de Moçambique que entrou em vigor no dia 25 de Junho do mesmo ano, data da proclamação da independência nacional. De acordo com o segundo artigo da constituição o novo Estado assumiu-se como uma democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajavam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, sendo que, o poder pertencia aos operários e aos camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO. De acordo com o mesmo artigo, o poder era exercido pelos órgãos do poder popular.<sup>279</sup> O artigo terceiro da constituição em referência sublinhava que a República Popular de Moçambique era orientada pela linha política definida pela FRELIMO que era a força dirigente do Estado e da sociedade. A FRELIMO traçava a orientação política básica do Estado, dirigia e supervisionava a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo.<sup>280</sup> Portanto, constitucionalmente, Moçambique assumiu-se, à partida, como um Estado de partido único (ou como partido-Estado).

O surgimento dos regimes monopartidários nos novos estados pós-coloniais em África tem sido explicado pelo facto de os novos regimes se terem sentido politicamente inseguros por várias razões, nomeadamente, a fraqueza da autoridade do Estado que foi agravada por um outro conjunto de obstáculos históricos e estruturais entre os quais se destacam as divisões étnicas, o fraco sentido de pertença à nação, a fragilidade das instituições políticas estabelecidas com pouca experiência, a ausência da capacidade técnica e de gestão ao nível indígena, a dependência económica extrema e as expectativas populares revolucionárias geradas pelas lutas pelas independências.<sup>281</sup> O imperativo da construção do Estado e da nação justificou, igualmente, a eliminação da competição política em África.<sup>282</sup> Portanto, se a força unificadora dos movimentos nacionalistas tinha sido a existência de um inimigo comum - o sistema colonial, uma vez alcançada

---

<sup>279</sup> Constituição da República Popular de Moçambique, em *Boletim da República*, I Série, n°1, 25 de Junho (1975): 1

<sup>280</sup> *Idem*.

<sup>281</sup> Larry Diamond, «Introduction: roots of failure, seeds of hope», em *Democracy in Developing Countries: Africa*, ed. Larry Diamond, Juan J. Linz e Seymour Lipset (London: Adamantine Press, 1988).

<sup>282</sup> Crawford Young, «The end of post-colonial State in Africa? reflections on changing African political dynamics», *African Affairs*, Vol. 103, n°410 (2004).

a independência e, perante a ausência do agente externo que tinha um papel unificador, os líderes nacionalistas viram-se confrontados com a necessidade de buscar um novo elemento aglutinador do povo multinacional de modo a dar significado nacional ao novo Estado. Assim, a construção da nação emergiu como o novo agente unificador no período pós-independência.<sup>283</sup>

No caso moçambicano, a imposição do regime de partido único resultou do facto de a FRELIMO recear que o pluralismo político permitisse a expressão social e política de vários núcleos da antiga elite como uma força social.<sup>284</sup> Igualmente, concorreu para o estabelecimento do regime de partido único a tensão política e militar na região austral de África, resultante da presença de regimes de minorias brancas na Rodésia e na África do Sul.<sup>285</sup> A instauração do sistema de partido único em Moçambique é, também, compreendida pela necessidade do engajamento do Estado na construção da nação, num ambiente marcado pela heterogeneidade étnica, linguística e cultural. As contradições internas que marcaram a FRELIMO desde a sua criação até a primeira metade da década de 1970, caracterizadas, não raras vezes pelas tentativas de instrumentalização das diferenças étnicas e regionais, embora, sem grande sucesso, contribuíram para que no seio da elite dirigente do movimento nacionalista se cristalizasse a ideia segundo a qual o pluralismo político poderia colocar em perigo a unidade nacional e a estabilidade do novo Estado, conduzindo à situação de conflitos étnicos e regionais. Os exemplos de secessão no Katanga (Congo) e Biafra (Nigéria) aumentaram os receios em relação aos efeitos do pluralismo político.

O fracasso da democracia multipartidária e o registo de golpes de estado em vários estados africanos que ascenderam à independência durante a década de 1960 e princípio da década de 1970 influenciou a FRELIMO a estabelecer o regime de partido único e o sistema presidencialista, visando evitar os problemas decorrentes de tal realidade.<sup>286</sup> Igualmente, o estabelecimento de um Estado de democracia liberal era visto como uma aproximação ao mundo ocidental e por essa via à Portugal, por um lado, e por outro lado, como uma traição aos países socialistas. Portanto, a aliança do Estado colonial português com os países ocidentais na luta contra os movimentos nacionalistas africanos contribuiu para a produção de um problema de natureza simbólica que viria a contribuir para a opção da FRELIMO pelo regime de partido único. Esta interpretação é ilustrada pelas declarações de Lagos Lidimo, antigo combatente da luta pela independência e ex-Chefe de Estado-Maior do exército moçambicano: «Nós eramos formados e incentivados pelo

---

<sup>283</sup> Anthony Rweyemamu, *Nation-building in Tanzania: Problems and Issues* (Nairobi: East African Publishing House, 1970), 4.

<sup>284</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo

<sup>285</sup> Michel Cahen, «O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?», em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*, ed. José Magode (Maputo: CEEI-ISRI, 1996), 24.

<sup>286</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

bloco socialista. Os socialistas diziam que a revolução tem que avançar, tem que ganhar e o ocidente complicava. Nós aqui em Moçambique não podíamos sair das mãos dos portugueses e depois nos aliarmos aos portugueses pois isso seria um absurdo.»<sup>287</sup>

Portanto, as disputas internas no seio da FRELIMO e entre a FRELIMO e outros movimentos nacionalistas durante a luta armada pela independência; a proliferação dos movimentos e/ou partidos políticos durante a década de 60 e entre 1970 e 1975 num ambiente de permanente conflitualidade política; a transferência do poder para a FRELIMO num contexto hegemónico concorreram para o estabelecimento do regime de partido único em Moçambique. Igualmente, desempenharam um papel importante, o contexto político e militar regional, a influência da experiência política dos primeiros países africanos que alcançaram a independência como a Tanzânia, Ghana e Nigéria, assim como a forte influência dos países do bloco socialista sobre a FRELIMO em oposição ao bloco capitalista que apoiara militarmente o poder colonial durante a luta armada pela independência.

É importante realçar que a independência de Moçambique, tal como em muitos outros estados africanos teve lugar numa altura em que o campo do socialismo e o seu projeto atingia o seu ponto mais alto de prestígio como um instrumento de transformação rápida da sociedade. Neste período, mesmo os economistas ocidentais não negavam o crescimento económico de dois dígitos anunciados pela URSS.<sup>288</sup> Foi neste contexto que durante o seu terceiro congresso, realizado em 1977, a FRELIMO decidiu transformar-se em partido marxista-leninista, comprometido com a construção do socialismo. Para além do propósito de promover a rápida modernização do novo Estado independente, a ideologia marxista serviu, também, para a legitimação do partido no governo e constituiu-se como um importante instrumento para a prossecução do projeto de edificação da nação.<sup>289</sup>

## 2.9 As Origens da Guerra Civil em Moçambique

O período imediatamente posterior à proclamação da independência de Moçambique foi marcado pela eclosão da guerra civil. As causas e a natureza do conflito continuam a ser objeto de diferentes abordagens explicativas. Uma primeira corrente defende que o conflito que Moçambique

---

<sup>287</sup> Entrevista, Lagos Lidimo, 17 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>288</sup> Mark Beissinger e Crawford Young, «Convergence to crisis: pre-independence State legacies and post-independence State breakdown in Africa and Eurasia», em *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and Post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*, coord. Mark Beissinger e Crawford Young (Washington DC: Woodrow Wilson Center Press, 2002), 40.

<sup>289</sup> Richard L. Sklar, «Beyond capitalism and socialism in Africa», *The Journal of Modern African studies*, Vol. 26, n° 1 (1988): 3.

experimentou após a independência tinha uma origem externa. Isto é, tratava-se de uma guerra de agressão ou de desestabilização levada a cabo pelos regimes minoritários brancos da região austral de África, nomeadamente, a Rodésia e a África do Sul. Igualmente, o conflito resultava do contexto da Guerra Fria.<sup>290</sup>

Sem rejeitar a intervenção de atores externos, a segunda corrente procura explicar a guerra civil em Moçambique, sublinhando os fatores internos, nomeadamente, a marginalização das autoridades tradicionais locais e de determinados grupos étnicos e valores socioculturais. Esta corrente aponta o programa de aldeamentos comunais e o combate do Estado independente contra o tribalismo, no âmbito das suas políticas de modernização, como fatores que concorreram para a ocorrência da guerra civil em Moçambique.<sup>291</sup> De acordo com esta corrente, a FRELIMO comprometeu o poder das autoridades tradicionais ao eleger os membros da comunidade para os tribunais e comités de aldeia e ao criar as machambas coletivas e as aldeias comunais.<sup>292</sup> Paralelamente, as políticas de modernização autoritária impostas pela FRELIMO produziram uma coligação de marginalidades que se constituiu como a base social da RENAMO.<sup>293</sup> A terceira corrente procura explicar a guerra civil em Moçambique a partir da conjugação entre os fatores internos (marginalização das autoridades tradicionais, a instauração das aldeias comunais que entraram em contradição com as práticas culturais e identitárias das populações e a marginalização das identidades e grupos étnicos em Moçambique) e externos (a guerra de agressão dos regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul, assim como a Guerra Fria).<sup>294</sup>

A variedade de explicações acima apresentada reflete a dificuldade em encontrar a distinção clara entre guerra civil e a guerra entre estados. Em alguns casos, os estados tendem a intervir em guerras civis que têm lugar dentro de um outro Estado. Em outros casos a guerra civil é um

---

<sup>290</sup> Allen Isaacman e Barbara Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982* (Colorado: Westview Press, 1983); Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990); John S. Saul, *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique* (New York: Monthly Review Press, 1985); John S. Saul e Stephen Gelb, *The Crisis in South Africa* (London: Zed Books, 1986); Ken Flower, *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record, Rhodesia Into Zimbabwe 1964-1981* (London: John Murray, 1987); William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry Into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London: Zed Books, 1994); Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992* (Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1994), 164.

<sup>291</sup> Christian Geffray, *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile* (Nairobi: Éditions Karthala, 1990);

<sup>292</sup> Catherine V. Scott, «Socialism and soft State in Africa: an analysis of Angola and Mozambique», *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 26, n° 1 (1988): 27.

<sup>293</sup> Michel Cahen, «Mozambique: Histoire géopolitique d'un pays sans nation», *Lusotopie*, n° 1-2 (1994): 213-266; Michel Cahen, *Os Outros: Um Historiador em Moçambique, 1994* (Basel: P. Schlettwein Publishing, 2004).

<sup>294</sup> Jeremy M. Weinstein e Laudemiro Francisco, «The civil war in Mozambique: the balance between internal and external influences», em *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*, ed. Paul Collier e Nicholas Sambanis (Washington D.C: The World Bank, 2005): 157-192; Sayaka Funada-Classen, *The Origin of War in Mozambique: A History of Unity and Division* (South Africa: African Minds, 2013).

elemento ou a manifestação da guerra entre estados.<sup>295</sup> Do ponto de vista teórico há três fatores dominantes no meio académico para a explicação das guerras civis no mundo, desde 1945, nomeadamente, a etnicidade, o nacionalismo e a globalização. Entretanto, em todas as perspetivas o Estado ocupa um lugar central. As guerras civis surgem quando a capacidade de governar o Estado é fragilizada pelas rivalidades étnicas, reclamações nacionalistas ou pela globalização. Mas o que falta nestas perspetivas é a exploração, numa perspetiva histórica, das características particulares da formação do Estado que conduzem à guerra civil.<sup>296</sup> Esta abordagem parece útil para a compreensão das causas da guerra civil em Moçambique.

A ascensão de Moçambique à independência teve lugar numa altura em que a Rodésia estava sob o domínio de um regime minoritário branco que combatia a Zimbabwe African National Union (ZANU) - o movimento nacionalista zimbabwiano que exigia a independência. Reconhecendo a importância da solidariedade na luta contra a opressão colonial, e sobretudo, compreendendo que a consolidação da independência de Moçambique passava pela independência dos países vizinhos, as autoridades de Maputo decidiram apoiar a ZANU e o Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA). Para além do acolhimento dos militantes da ZANU e dos seus guerrilheiros em território moçambicano a partir do qual eram orquestrados os ataques à Rodésia, a adoção de sanções económicas contra o regime rodesiano, em 1976, foi outro exemplo do engajamento de Moçambique na luta pelo derrube do regime liderado por Ian Smith.

A posição do governo moçambicano constituiu-se como ameaça à segurança e sobrevivência do regime minoritário na Rodésia. Como resposta, o regime de Ian Smith criou uma unidade pseudo-terrorista cuja tarefa principal era perseguir os guerrilheiros da ZANLA no interior de Moçambique e desencorajar o apoio de Maputo àquele movimento nacionalista. Entretanto, pouco tempo depois da independência de Moçambique, os serviços secretos rodesianos transformaram a unidade pseudo-terrorista em pseudo-guerrilha de modo a ser apresentada, internacionalmente como um movimento de guerrilha moçambicano.<sup>297</sup> É neste contexto que foi atribuído à unidade pseudo-terrorista o nome de Mozambique National Resistance (MNR).

Na fase da sua criação, a MNR foi constituída por antigos membros das forças especiais portuguesas que tinham sido formadas em Moçambique para conter o avanço das forças armadas

---

<sup>295</sup> David Holloway e Stephen John Stedman, «Civil wars and State-building in Africa and Eurasia», em *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*, coord. Mark Beissinger e Crawford Young (Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, 2002), 164.

<sup>296</sup> Holloway e Stedman, «Civil wars...», 168.

<sup>297</sup> Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992* (Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1994), 165.

da FRELIMO no país. Os homens que integraram as forças especiais portuguesas foram recrutados no centro de Moçambique, sendo por isso dominadas pelo grupo étnico Ndau, predominante na região. Igualmente, fizeram parte da MNR os antigos elementos que deixaram a FRELIMO por expulsão, acusações de roubo e de corrupção ou mesmo na sequência de deserções. O facto de a Central Intelligence Organisation (CIO) rodesiana ter recrutado os antigos membros das forças especiais portuguesas, maioritariamente dominadas pelos ndaus para a formação da MNR ajuda a explicar a preponderância deste grupo étnico no movimento em referência. Ademais, a presença de maior parte das bases da ZANLA na zona centro de Moçambique que deveriam ser destruídas pela MNR ajudou a fortalecer a dominância ndau patente neste movimento.<sup>298</sup>

Com a declaração da independência do Zimbabwe, em 1980, a MNR foi transferida para a alçada do regime do apartheid na África do Sul onde se transformou em RENAMO e iniciou-se o esforço de organização política da guerrilha sob a orientação e controlo das autoridades sul-africanas. Pretória via com maus olhos o governo de Maputo devido às suas posições favoráveis ao African National Congress (ANC). Maputo representava uma ameaça à segurança do regime minoritário na África do Sul. Neste contexto, a RENAMO revelou-se ser um instrumento útil para a desestabilização profunda de Moçambique, visando pressionar Maputo no sentido de mudar a sua política externa hostil à Pretória.

Assim, contrariamente aos casos de outros estados africanos como o Zaire, Ruanda, Burundi, Nigéria, Angola e Somália, entre outros, onde a etnicidade, os nacionalismos e a fragilidade dos estados resultante da crise de legitimidade dos mesmos esteve na origem de conflitos, em Moçambique, a guerra civil resultou da contradição de interesses entre o Estado moçambicano e os regimes minoritários brancos na Rodésia e na África do Sul. Nos seus primeiros tempos de vida a RENAMO não dispunha de uma base social de apoio e muito menos de um programa político. De acordo com Joseph Hanlon se a África do Sul não tivesse prestado o apoio à RENAMO, este movimento teria desaparecido após a proclamação da independência do Zimbabwe, em 1980.<sup>299</sup>

Entretanto, na primeira metade da década de 1980 tornou-se evidente o fracasso das políticas económicas e de modernização implementadas pelo governo da FRELIMO, não raras vezes, com uma dimensão autoritária. Esta situação abriu o caminho para a construção de uma base social de apoio à RENAMO. Na primeira metade da década de 1980, por orientação dos instrutores sul-

---

<sup>298</sup> Abrahamsson e Nilsson, *Moçambique em...*, 164-165.

<sup>299</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 233.

africanos, a RENAMO tentou explorar as diferenças étnicas para legitimar a sua luta e mobilizar o apoio popular.<sup>300</sup> Todavia, à semelhança dos partidos políticos que se opuseram à FRELIMO durante a luta anticolonial, a RENAMO não chegou a conseguir mobilizar politicamente e de forma expressiva o sentimento étnico. Este fracasso é evidenciado pelo facto de o recrutamento para as fileiras da RENAMO ter sido feito, maioritariamente, através da violência e da coação.

De acordo com o instrumentalismo, o poder da etnicidade revela-se quando esta consegue levar as pessoas à uma ação coletiva na sequência da mobilização realizada pelas elites políticas, visando a conquista ou a manutenção do poder.<sup>301</sup> Segundo Evan Lieberman e Prerna Singh, o Estado revela-se como um ator importante para a ocorrência de conflitos de natureza étnica. A institucionalização das categorias étnicas por parte do Estado é que conduz à violência. Primeiro, porque a institucionalização acima referida incrementa a diferenciação étnica. Segundo, porque a diferenciação étnica cria a dinâmica competitiva dos grupos étnicos facto que aumenta a possibilidade de ocorrência da agressão.<sup>302</sup>

As tentativas tardias de institucionalização das categorias étnicas em Moçambique por parte do poder colonial, associadas à ausência da institucionalização das categorias étnicas e culturais por parte do Estado, no período pós-independência, concorreram para a existência de fluidez qualitativa nas relações políticas interétnicas em Moçambique.<sup>303</sup> Esta situação tornou difícil a mobilização e a instrumentalização das etnicidades em Moçambique. Neste contexto, de acordo com Lieberman e Singh poder-se-á concluir que a etnicidade assumiu uma dimensão importante na dinâmica do conflito, sobretudo a partir da primeira metade da década de 1980, porém, não jogou um papel central na origem da guerra civil em Moçambique. Embora alguns dados indiquem os Shona-ndau como um grupo excluído do poder entre 1975 e 1992, enquanto os tsonga-chopi e macondes assumiram o controlo do Estado, seria completamente errado assumir que a guerra civil em Moçambique resultou da exclusão dos grupos étnicos acima referidos do poder do Estado.<sup>304</sup>

A ausência de disputas étnicas pelo poder, a inexistência de grupos com interesses secessionistas, a prevalência do apoio dos moçambicanos, incluindo da própria RENAMO ao Estado

---

<sup>300</sup> Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992* (Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1994), 170.

<sup>301</sup> Turton (1997) citado por David Holloway e Stephen John Stedman, «Civil wars and State-building in Africa and Eurasia», em *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and Post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*, ed. Mark Beissinger e Crawford Young (Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, 2002), 166.

<sup>302</sup> Evan Lieberman and Prerna Singh, «The institutional origins of ethnic violence», *Comparative Politics*, Vol.45, n°1 (2012):1-2.

<sup>303</sup> Lieberman e Singh, «The institutional...»,17.

<sup>304</sup> Lieberman e Singh, «The institutional...»,16.

moçambicano tal como é conhecido, desde a independência, permite concluir que, em Moçambique, existe uma nação territorial apesar da heterogeneidade étnica. Portanto, a política não pode ser reduzida às etnicidades. É verdade que o comportamento dos políticos é a força primária da política.<sup>305</sup> Porém, no caso de Moçambique é importante não exagerar o significado da etnicidade na política.

## 2.10 Conclusão

Este capítulo permitiu concluir que a etnicidade não foi o fator determinante e estruturante dos conflitos registados no seio da FRELIMO e entre este movimento e outros partidos nacionalistas durante a luta anticolonial e nem mesmo da guerra civil ocorrida no período pós-colonial. As clivagens internas registadas na FRELIMO e entre este movimento e outros partidos nacionalistas, durante a luta anticolonial, refletiam a competição pelo poder por parte das elites políticas. Nas suas disputas, as elites procuraram mobilizar politicamente o sentimento étnico visando conquistar o apoio popular massivo. Contudo, as suas iniciativas não foram suficientes para a ativação expressiva do sentimento étnico coletivo dos grupos etnolinguísticos que se propunham representar.

Embora tenham sido registadas algumas tentativas não sistemáticas de instrumentalização das etnicidades, durante a guerra civil, o facto é que estas não definiram a natureza do conflito. A guerra civil foi, sim, a expressão da contradição de interesses, num primeiro momento, entre Maputo e a Salisbúria e, num segundo momento, entre Moçambique e o regime do apartheid na África do Sul. Contudo, é importante sublinhar que, a partir da primeira metade da década de 1980, em resultado do fracasso das políticas económicas e sociais de modernização estabelecidas pelo governo da FRELIMO, a RENAMO foi capaz de construir com sucesso uma importante base social de apoio.

---

<sup>305</sup> Peter Burnell, «The party system and party politics in Zambia: continuities past, present and future», *African Affairs*, Vol. 100, n.º 399 (2001):250.



## CAPÍTULO III

### A LONGA CAMINHADA PELA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE, 1979-1992

#### 3.1 O Enquadramento Teórico e Conceptual

Neste capítulo, a análise do processo de construção da paz em Moçambique entre 1979 e 1992 terá como referencial teórico e conceptual a maturação do conflito. Conforme foi referido no capítulo introdutório desta tese, a maturação do conflito é entendida como sendo a situação caracterizada pela perceção do empate mutuamente doloroso, da elevação dos custos da prossecução de uma solução unilateral para níveis incomportáveis (ou inaceitáveis) entre as partes em conflito, gerando-se no seu seio a motivação e a disposição (vontade) para negociar assim como o otimismo em relação aos resultados da negociação. A motivação e o otimismo estão intimamente interligados. A motivação para colocar termo ao conflito encoraja o desenvolvimento do otimismo.<sup>306</sup> O otimismo em relação aos resultados da negociação ajuda a fortalecer a motivação das partes para o recurso à via negocial como mecanismo para a resolução do conflito. Por outro lado, o otimismo revela-se como um elemento importante da maturação na medida em que não só contribui para a decisão das partes do conflito no sentido do início da negociação como também ajuda a explicar o seu engajamento contínuo no processo negocial e sobretudo na implementação dos acordos de paz. Isto é, o otimismo das partes em relação aos resultados favoráveis do acordo de paz sem custos muitos elevados contribui para o maior engajamento destas não só na construção dos entendimentos mas também na sua implementação, contribuindo assim para a solução negocial do conflito e para a manutenção da paz.

#### 3.2 Procurando a Paz: Da Independência do Zimbabwe ao Acordo Geral de Paz

O processo de procura de uma solução que pusesse fim à guerra civil em Moçambique que arrastou-se do período imediatamente posterior à proclamação da independência a 1992 conheceu quatro momentos importantes. O primeiro momento estendeu-se de 1979 a 1981. Este período tem como marco inicial a assinatura dos acordos de Lancaster House, em Dezembro de 1979, apoiada pelo governo moçambicano com a convicção de que independência do Zimbabwe e o conseqüente entendimento entre Maputo e Harare contribuiriam para o fim do apoio às ações da RENAMO a partir daquele país vizinho, levando à sua rápida eliminação em Moçambique. Entretanto, no final de 1981 o governo moçambicano constatou que a ação militar mostrava-se incapaz de pôr termo às ações da RENAMO devido ao apoio militar que esta recebia da África do

---

<sup>306</sup> Dean G. Pruitt, «Readiness Theory and the northern Ireland Conflict», *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, n.º 11, (2007): 1529.

Sul. O segundo momento estendeu-se de 1982 à 1984. Em 1982 tiveram lugar os primeiros contactos entre os governos de Moçambique e da África do Sul com vista a pôr termo ao conflito interno no território moçambicano e a tensão militar entre os dois países. Estes contactos culminaram com a assinatura do acordo de Nkomati, em Março de 1984. O terceiro momento alargou-se de 1985 a 1987. Embora o acordo de Nkomati se tenha mantido como referência principal para a procura de soluções com o objetivo de pôr termo à guerra em Moçambique, este período foi caracterizado pela prossecução, de forma combinada, de uma ampla campanha diplomática e de ações militares por parte do governo moçambicano, tendo em vista a eliminação militar da RENAMO. O quarto momento desenvolveu-se entre 1988 e 1992, caracterizando-se pelo impasse militar entre as partes e sobretudo pela elevação dos custos de uma solução militar e unilateral para níveis in comportáveis, sinalizando a maturação do conflito e, conseqüentemente, a abertura para a procura da paz através do diálogo político entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, culminando com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, Itália, em Outubro de 1992. Assim, a partir da periodização acima apresentada, este capítulo traça o processo de procura da paz em Moçambique.

### **3.2.1 A Independência do Zimbabwe e a Esperança de Paz para Moçambique, 1979-1981**

Embora os ataques da RENAMO se circunscrevessem à região centro do país sobretudo nas províncias de Manica e Sofala, no final da década de 1970, os danos causados constituíam uma preocupação do governo da FRELIMO que pretendia levar aos cidadãos a paz, a segurança e a prosperidade prometidas durante a proclamação da independência. Paralelamente, o encerramento das fronteiras com a Rodésia no âmbito da aplicação das sanções decretadas pela ONU contra aquele território produziu resultados económicos e financeiros negativos para Moçambique. O Porto da Beira um dos mais importantes de Moçambique tinha a sua vitalidade económica e financeira dependente das exportações e importações da Rodésia. Ademais, mesmo com a aplicação das sanções decretadas pelas Nações Unidas o regime minoritário da Rodésia mantinha a sua vitalidade.<sup>307</sup>

Assim, o crescente clima de insegurança causado pelas ações da RENAMO com o apoio do regime rodesiano, o aumento do número de refugiados resultantes da guerra na Rodésia, os problemas económicos decorrentes da interrupção da utilização dos corredores da Beira e do Limpopo levaram o governo de Maputo a envolver-se ativamente na procura de uma solução para o fim da

---

<sup>307</sup> Bertil Egero, *Mozambique: A Dream Undone, The Political Economy of Democracy, 1975-84* (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1987), 74.

guerra na Rodésia. É neste contexto que Samora Machel propôs ao governo britânico liderado por Margaret Thatcher uma solução negociada para o problema rodesiano, desencadeando o processo que culminou com a assinatura dos acordos de Lancaster House, em Dezembro de 1979, em Londres, conduzindo à independência do Zimbabwe.<sup>308</sup> Os acordos de Lancaster House terminaram a guerra, responderam às condições mínimas de todas as partes interessadas e estabeleceram as condições para a realização de eleições ao nível nacional. Os resultados das eleições realizadas no princípio de 1980 foram globalmente vistos como legítimos.<sup>309</sup> Assim, em Abril de 1980 o Zimbabwe alcançou a sua independência sob a liderança de Robert Mugabe.

A independência do Zimbabwe alimentou a esperança do governo moçambicano em relação ao fim da guerra em Moçambique. Neste contexto, em 1980, logo depois da proclamação da independência zimbabwiana, o governo moçambicano iniciou o diálogo com os dirigentes militares e dos Serviços de Inteligência do Zimbabwe, nomeadamente, o General Peter Walls, Comandante do Exército do Zimbabwe (ex-comandante do Exército rodesiano) e Ken Flower, chefe da CIO do Zimbabwe (ex-chefe da CIO da Rodésia) no sentido de não dispersarem as forças da RENAMO de modo a permitir a sua reintegração na sociedade moçambicana.<sup>310</sup> Foi neste contexto que Peter Walls e Ken Flower deslocaram-se à Maputo onde reuniram-se com Samora Machel e Joaquim Chissano. No final dos encontros Walls e Flower asseguraram aos dirigentes moçambicanos que não iriam dispersar as forças da RENAMO. Porém, quando Walls e Flower regressaram ao Zimbabwe não cumpriram o acordado em Maputo.<sup>311</sup>

A iniciativa liderada por Machel e Chissano não foi coroada de êxito uma vez que em meados da década de 1970, Ken Flower vinha persuadindo a África do Sul no sentido de apoiar a MNR, tendo a resposta positiva chegado em finais de 1978 após a ascensão de P. W. Botha ao cargo de Primeiro-ministro do Estado sul-africano. Assim, iniciou o apoio militar sul-africano ao MNR, incluindo o fornecimento de armas.<sup>312</sup> Alguns meses antes da independência do Zimbabwe, com o exército rodesiano reconhecendo que não podia derrotar os nacionalistas zimbabwianos, o General Magnus Malan da África do sul (mais tarde Ministro da Defesa após a ascensão de P. W. Botha) e o seu homólogo da Rodésia, General Peter Walls chegaram a um acordo segundo o qual

---

<sup>308</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ªed. (Maputo: JV Editores, 2011), 132.

<sup>309</sup> Hevina S. Dashwood e Cranford Pratt, «Leadership, participation and conflict management: Zimbabwe and Tanzania», em *Civil Wars in Africa: Roots and Resolution*, ed. Taisier M. Ali e Robert O. Matthews (Montreal e outras: McGill-Queen's University Press, 1999), 224.

<sup>310</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>311</sup> *Idem*.

<sup>312</sup> David Martin e Phyllis Johnson, «Mozambique: to Nkomati and beyond», em *Destructive Engagement: Southern Africa at War*, ed. Phyllis Johnson e David Martin (Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986), 12-13.

em caso de colapso do regime branco na Rodésia as unidades como o MNR que poderiam sofrer represálias pelas atrocidades cometidas seriam transferidas para a África do Sul.<sup>313</sup> Foi no contexto deste acordo que após a independência do Zimbábue, Ken Flower, em coordenação com os dirigentes militares sul-africanos, nomeadamente, General Pieter van der Westhuizen e o Coronel Charles van Niekerk realizaram a transferência do pessoal do MNR e dos seus equipamentos do território zimbabwiano para a África do Sul.

Apesar da falta de colaboração de Peter Walls e de Ken Flower, o governo da FRELIMO continuou a acreditar que, por via militar, eliminaria a RENAMO. Neste contexto, no princípio de 1980 o exército moçambicano lançou ataques ao complexo central das bases da RENAMO em Gorongosa e Muanza com o apoio de conselheiros soviéticos.<sup>314</sup> Em Abril, de 1980, logo depois da sua independência, o Zimbábue providenciou o apoio tático ao exército moçambicano para o ataque à base da RENAMO em Sitatonga, para onde este movimento tinha movimentado as suas forças que estavam no norte do corredor da Beira. Apesar da sua elevada magnitude, as operações do exército do governo mostraram que a capacidade de aniquilar a guerrilha da RENAMO estava longe do esperado. Aliás, a atividade da RENAMO continuou a ser reportada não só em Sitatonga mas também em outras partes de Manica e Sofala, dificultando o exercício da autoridade do governo em muitas partes da região central do país.<sup>315</sup>

No dia 16 de Outubro de 1980, a Companhia de Caminhos-de-Ferro do Zimbábue anunciou que a linha férrea entre Beira e Mutare tinha sido sabotada pela RENAMO, obrigando o seu encerramento de 21 de Setembro a 3 de Outubro do mesmo ano.<sup>316</sup> Neste contexto, em 1981, os governos de Moçambique e do Zimbábue assinaram um acordo tendo em vista fazer face à crescente insegurança no país. No âmbito deste acordo, em 1982 foram enviados, inicialmente, 1000 soldados zimbabwianos que foram colocados ao longo do corredor da Beira a fim de protegerem a infraestrutura dos ataques da RENAMO.<sup>317</sup>

Se a independência do Zimbábue acalentou a esperança de paz e segurança para Moçambique, os primeiros dois anos da década de 1980 revelaram o recrudescimento da guerra e da insegurança em todo o país, fruto da combinação entre as ações da RENAMO apoiada pelo regime de Pretória e as agressões militares sul-africanas contra o território moçambicano. A intensificação das

---

<sup>313</sup> Martin e Johnson, «Mozambique: To Nkomati and...», 13.

<sup>314</sup> João Cabrita, *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy* (New York: Palgrave Macmillan, 2000), 172.

<sup>315</sup> Cabrita, *Mozambique: The Tortuous...*, 174.

<sup>316</sup> David Hoile, *Mozambique, 1962-1993: A Political Chronology* (London: Mozambique Institute, 1994), 40.

<sup>317</sup> Alex Vines, *Renamo: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 61.

agressões contra o território moçambicano entre 1981 e 1982 levaram o governo moçambicano a recear a invasão de Moçambique por parte do exército sul-africano. Portanto, entre 1981 e 1982, o governo moçambicano percebeu que a independência do Zimbabwe estava longe de assegurar a paz e a segurança em Moçambique bem como a implementação dos planos ambiciosos da FRELIMO com vista a rápida transformação económica e social do país.

### **3.2.2 Construindo o Acordo de Nkomati, 1982-1984**

Reconhecendo a superioridade militar da África do Sul e receando a ocupação do território moçambicano pelos sul-africanos que apoiavam a RENAMO, o governo liderado pela FRELIMO viu-se obrigado a procurar uma solução que permitisse evitar a violação da soberania nacional e a confrontação militar direta com Pretória, com o risco de, por um lado, arrastar para o conflito a URSS e Cuba, e por outro lado, o ocidente liderado pelos EUA. É neste contexto que a partir de meados de 1982 o governo da FRELIMO optou pela diplomacia como a via para fazer face às agressões sul-africanas que não podia sustentar por via militar. Assim, neste período, o governo moçambicano procurou convencer o ocidente e particularmente os EUA a colocarem pressão sobre a África do Sul no sentido de parar não só as ações de agressão territorial mas também o apoio à RENAMO.<sup>318</sup>

Em Outubro de 1982, Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique manteve um encontro com George Shultz, Secretário de Estado norte-americano, na sequência do qual Washington criticou abertamente o apoio sul-africano à RENAMO.<sup>319</sup> Este encontro foi precedido da visita de Joaquim Chissano aos EUA, em Outubro de 1981, durante a qual reuniu-se com William P. Clark, Secretário Adjunto e mais tarde conselheiro de Ronald Reagan para a área de segurança nacional. Chissano propôs à Clark que Washington e Maputo discutissem as suas diferenças com vista a construir uma relação mais positiva. A proposta de Chissano resultava do facto de o governo da FRELIMO reconhecer que Washington tinha credibilidade em Pretória, podendo, deste modo, exercer influência sobre o regime sul-africano com vista a mudar a sua atitude em relação ao Estado moçambicano.<sup>320</sup> Estes contactos entre o governo moçambicano e Washington ajudaram a melhorar as relações entre os dois estados que tinham sofrido um grande esfriamento em 1981 na sequência do desmantelamento de elementos ligados à CIA em Moçambique. A visita do diplomata americano Frank Wisner a Maputo, em Dezembro de 1982

---

<sup>318</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 255.

<sup>319</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 45.

<sup>320</sup> Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood* (New York and London: W.W. Norton and Company, 1992), 236.

foi o momento que abriu definitivamente as relações entre Maputo e Washington. Com a aproximação aos EUA o governo de Maputo tinha como objetivo a conquista de apoio diplomático para fazer face à pressão militar e económica imposta pelo regime do apartheid.<sup>321</sup>

Em resultado destes contactos Washington encorajou Maputo e Pretória a dialogarem. Assim, em Dezembro de 1982 e Maio de 1983 os negociadores moçambicanos e sul-africanos encontraram-se para procurar buscar um entendimento, porém, sem sucesso devido ao fraco cometimento das autoridades sul-africanas.<sup>322</sup> A pressão americana sobre Pretória e o encorajamento de Maputo para o diálogo visando resolver o conflito que estava a registar um processo de crescente escalada resultava da nova política externa dos EUA para África, denominada *Constructive Engagement* adotada pela nova administração americana liderada por Ronald Reagan no princípio da década de 1980.<sup>323</sup>

Em 1983, Samora Machel realizou uma visita ao ocidente, nomeadamente, Grã-Bretanha, Portugal, Holanda, França e Bélgica, revelando-se como um sucesso diplomático na medida em que o Presidente moçambicano conseguiu convencer os líderes ocidentais de que a África do Sul não estava a negociar seriamente com Moçambique, sendo, por isso, necessário pressionar o regime de Pretória para a mudança de atitude.<sup>324</sup> Depois do períplo de Samora Machel, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha realizou uma visita aos países ocidentais, em Novembro de 1983, tendo sido pressionado a negociar com Moçambique de forma séria. Daí resultou a mudança da atitude de Pretória a partir das negociações de 20 de Dezembro de 1983.<sup>325</sup> Assim, em Janeiro de 1984, uma delegação do governo sul-africano deslocou-se à cidade de Maputo onde apresentou uma proposta de documento para o acordo.<sup>326</sup> No dia 16 de Março de

---

<sup>321</sup> Crocker, *High Noon in Southern Africa...*, 237.

<sup>322</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 45.

<sup>323</sup> *Constructive Engagement* é o nome da nova política externa dos EUA para África proposta por Chester Crocker após a ascensão de Ronald Reagan ao poder nos EUA. A ideia por detrás da Política de *Constructive Engagement* é de que uma diplomacia sustentada e viva funcionaria para resolver conflitos regionais e reduzir a violência. Poder-se-ia fazer isso de várias maneiras, nomeadamente: defendendo o conceito de mudança negociada e evolucionária, através do fortalecimento ativo das relações dos EUA com os líderes de toda a região austral de África e no âmbito da competição pela influência regional com a URSS e Cuba, contestar o princípio de intervenção militar comunista externa e; através do trabalho por uma região segura e próspera. Tratava-se de um caminho para a credibilidade e efetividade. Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood* (New York e London: W.W. Norton and Company, 1992), 76. No contexto da Política do *Constructive Engagement* os estados da Linha da Frente tornaram-se parceiros indispensáveis dos EUA e dos seus aliados (Grã-Bretanha, Canadá, França e Alemanha ocidental) na busca de soluções para os problemas da África austral, nomeadamente a questão da Namíbia, Angola e Moçambique. Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood* (New York e London: W.W. Norton and Company, 1992), 118.

<sup>324</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 255.

<sup>325</sup> *Idem*.

<sup>326</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ªed. (Maputo: JV Editores, 2011), 168.

1984 teve lugar a assinatura do Acordo de Nkomati por Samora Machel, Presidente de Moçambique e Pieter Willem Botha, Primeiro-ministro da África do Sul. Através deste acordo, o governo sul-africano comprometia-se a terminar o apoio à RENAMO e a cessar as ações de agressão contra o território moçambicano. Por sua vez, o governo moçambicano comprometia-se a cessar o seu apoio ao ANC e sobretudo o uso do território moçambicano para a realização de incursões contra a África do Sul.

### ***O Acordo de Nkomati: Os Interesses das Partes***

#### **Moçambique**

Com o seu engajamento no processo que culminou com a assinatura do acordo de Nkomati, cujas negociações decorreram num ambiente desprovido de publicidade, Moçambique pretendia ver terminado o apoio da África do Sul à RENAMO bem como a cessação dos ataques sul-africanos contra o território moçambicano. Na sequência do 4º congresso da FRELIMO realizado em 1983 e perante a desestabilização sul-africana, Samora Machel reconheceu que não podia mais sustentar a sua luta contra a RENAMO.<sup>327</sup> Machel estava convencido de que a através da África do Sul seria possível controlar a RENAMO e que a melhor forma de influenciar Pretória seria através do ocidente.<sup>328</sup> Assim, o acordo de Nkomati surgia como um instrumento através do qual o governo da FRELIMO pretendia cortar o apoio logístico e militar sul-africano à RENAMO, criando, deste modo, as condições para eliminação do movimento rebelde por via militar.<sup>329</sup>

Igualmente, ao assinar o acordo o governo moçambicano tinha objetivos de natureza económica - a revitalização das relações económicas com a África do Sul.<sup>330</sup> Segundo Jacinto Veloso, foi Moçambique que acrescentou a expressão «boa vizinhança» na designação do acordo de Nkomati na perspetiva de englobar o relacionamento económico entre os dois países. As autoridades moçambicanas pretendiam ver recuperado o tráfego de mercadorias da África do Sul através do Porto de Maputo assim como a abertura de novos setores de cooperação económica com Pretória. Neste contexto, em Março de 1984, poucos dias antes da assinatura do acordo de Nkomati, uma

---

<sup>327</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiation to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 9.

<sup>328</sup> Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood* (New York e London: W.W. Norton and Company, 1992), 243.

<sup>329</sup> John S. Saul, «Inside from outside? the roots and resolution of Mozambique's Un/civil war», em *Civil Wars in Africa: Roots and Resolution*, ed. Taisier M. Ali e Robert O. Matthews (Montreal e outras: McGill-Queen's University, 1999), 133; *Tempo*, «3ª Sessão do Comité Central...: prioridade é liquidar os bandidos armados, Samora Machel no encerramento da reunião», 29 de Abril de 1984, 11-12.

<sup>330</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiation to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 9.

missão dos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique manteve, em Joanesburgo, contactos de sensibilização de importadores e exportadores sul-africanos sobre a importância do Porto de Maputo para o tráfego de e para a região de Transval.<sup>331</sup>

As autoridades de Maputo tentaram incluir no acordo de Nkomati a questão do pagamento do salário dos mineiros em ouro, porém, sem sucesso porque os sul-africanos não quiseram ouvir falar sobre o assunto.<sup>332</sup> A resistência da África do Sul revelava a sua intenção de continuar a pressão económica sobre Maputo. Refira-se que após a independência de Moçambique, a África do Sul decidiu reduzir significativamente a utilização do Porto de Maputo. Igualmente, reduziu o número de mineiros moçambicanos recrutados pelos sul-africanos.<sup>333</sup> Estas medidas inseriam-se no âmbito da estratégia sul-africana de pressão económica sobre o governo de Moçambique cuja economia era bastante dependente da África do Sul.

A aproximação de Moçambique aos países do ocidente e a necessidade de demonstrar o seu não alinhamento no contexto da Guerra Fria era outro objetivo por detrás da assinatura do acordo de Nkomati. Segundo Jacinto Veloso a assinatura do acordo constituiu-se como uma «ação decisiva para romper o cerco que se apertava contra Moçambique».<sup>334</sup> Igualmente, a assinatura do acordo inseria-se no contexto dos esforços visando a captação de simpatias, de ajuda financeira e económica dos estados ocidentais numa altura em que Moçambique enfrentava uma grave crise económica e não conseguia obter o apoio da URSS e dos países do bloco socialista.

## África do Sul

A África do Sul assinou o acordo de Nkomati como resultado de fatores de ordem interna e internacional. A estratégia de agressões militares prosseguida pela África do Sul contra Moçambique e outros países da região austral de África estava a ser questionada a nível interno uma vez que os seus custos mostravam-se cada vez mais elevados para Pretória. O ataque contra Maputo na tentativa de destruir as bases do ANC, porém, destruindo uma fábrica gerou questionamentos na África do Sul sobre a validade da estratégia militar.<sup>335</sup> Por outro lado, alguns segmentos da classe empresarial sul-africana entendiam que as relações entre a África do Sul e Moçambique precisavam de ser melhoradas uma vez que a hostilidade entre os dois países estava

---

<sup>331</sup> *Tempo*, «Exportadores sul-africanos desejam utilizar Porto de Maputo», 1 de Abril de 1984, 14.

<sup>332</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 163.

<sup>333</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiation to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 8.

<sup>334</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 182.

<sup>335</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 256



a afetar de forma negativa as empresas. A situação era sobretudo crítica para as empresas cujas exportações ou importações eram economicamente viáveis através do Porto de Maputo, porém, não podiam utilizá-lo devido as relações hostis entre os dois países. Por isso, as empresas eram obrigadas a recorrer aos portos sul-africanos mais distantes e mais onerosos como Durban e Richard Bay. Poucos dias antes da assinatura do acordo de Nkomati, Neville Organ, Chefe Executivo da Manica Freight Services, uma empresa dedicada ao agenciamento de importadores e exportadores sul-africanos disse que «as nossas ligações económicas e a nossa influência nos meios comerciais da África do Sul levam-nos a dizer que o grande desejo de vários exportadores desta zona do país é o regresso ao Porto de Maputo.»<sup>336</sup>

A África do Sul precisava de novos mercados para os seus produtos nos países vizinhos, e Moçambique revelava-se estratégico dada a sua localização. É por isso que logo depois da assinatura do acordo de Nkomati muitos empresários sul-africanos visitaram Moçambique com propostas de negócios e projetos conjuntos.<sup>337</sup> Por exemplo, no dia 15 de Maio de 1984, uma numerosa delegação da South Africa Foreign Trade Organization (SAFTO) visitou Maputo para estabelecer contactos com empresários nacionais e organismos estatais.<sup>338</sup> Igualmente, o Estado sul-africano assinou o acordo de Nkomati como resultado de pressões internacionais sobretudo das potências ocidentais, entre as quais os EUA. Os diplomatas ocidentais sobretudo dos EUA que mantinham contactos mais regulares com os sul-africanos diziam que o nível de desestabilização imposto pela África do Sul não era mais aceitável internacionalmente e por isso era necessário chegar a um entendimento com Maputo.<sup>339</sup>

A África do Sul esperava que o acordo de Nkomati fosse um exemplo a ser seguido por outros estados africanos. Se o acordo de Nkomati resultasse no estabelecimento da paz em Moçambique, o governo de Botha estaria em posição mais forte para persuadir outros países africanos a estabelecerem acordos similares com Pretória.<sup>340</sup> Sublinhe-se que pouco antes da assinatura deste acordo, a África do Sul e Angola assinaram o acordo de Lusaka, em Fevereiro de 1984. O acordo previa a retirada das tropas sul-africanas do território angolano e, por sua vez, Luanda obrigava-

---

<sup>336</sup> *Tempo*, «Exportadores sul-africanos desejam utilizar Porto de Maputo», 1 de Abril de 1984, 14.

<sup>337</sup> Gillian Gunn, «Post-Nkomati Mozambique», em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*, ed. Helen Kitchen (New York: Center For Strategic and International Studies, 1987), 95.

<sup>338</sup> *Tempo*, «Queremos investir em Moçambique: Wilm Holtes, director da SAFTO», 27 de Maio de 1984, 11.

<sup>339</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 256.

<sup>340</sup> Gillian Gunn, «Post-Nkomati Mozambique», em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*, ed. Helen Kitchen (New York: Center For Strategic and International Studies, 1987), 96.

se a colocar limites sobre a presença da South West Africa People's Organization (SWAPO) na área de fronteira entre Angola e Namíbia.<sup>341</sup>

### **As Potências Ocidentais**

Os EUA pressionaram a África do Sul no sentido de chegar ao entendimento de modo a evitar que a tensão entre Maputo e Pretória conduzisse ao envolvimento militar da URSS e de Cuba, internacionalizando o conflito.<sup>342</sup> O receio dos EUA resultava do facto de Moçambique possuir relações de cooperação militar, entre outros domínios com os países do bloco socialista liderado pela URSS.

As potências ocidentais, particularmente os EUA envolveram-se ativamente na promoção do diálogo entre Maputo e Pretória porque não queriam ficar reféns do comportamento de uma África do Sul militarmente auto-suficiente, belicista e cada vez mais isolada. Os EUA não podiam alinhar-se com o regime do apartheid e nem fugir, deixando que a natureza tomasse o seu curso. A URSS tinha desenvolvido os meios para um maior expansionismo para os países vizinhos, enquanto a África do Sul desenvolveu ambos os meios e o racional para a intervenção militar para além das suas fronteiras.<sup>343</sup> As potências ocidentais viam esta situação com um elevado potencial explosivo e, por isso, era necessário encontrar uma solução que evitasse a confrontação que poderia ser catastrófica.

Segundo Chester Crocker, durante os primeiros contactos com Moçambique, o objetivo primário dos EUA era «mudar Moçambique da sua confrontação autodestrutiva com Pretória para fortalecer um novo pensamento sobre as políticas domésticas ruinosas e explorar a sua maturidade para abandonar o seu alinhamento próximo da URSS e Cuba e, comportar-se como um país independente e não-alinhado.»<sup>344</sup> De acordo com Crocker, os EUA pretendiam obter o apoio de Moçambique no tratamento com o regime do MPLA em Angola. Igualmente, é importante sublinhar que entre 1983 e 1984, a Administração Reagan estava no final do seu primeiro mandato e sob enorme pressão para soluções diplomáticas. Reagan estava a ser criticado pelo congresso americano e pelos aliados europeus devido a sua excessiva inclinação à Pretória, receando que a

---

<sup>341</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 44.

<sup>342</sup> Alex Vines, *Renamo: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 20.

<sup>343</sup> Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood* (New York e London: W.W. Norton and Company, 1992), 36.

<sup>344</sup> Crocker, *High Noon in Southern Africa...*, 237.

política de desestabilização saísse fora do controlo. Neste período, havia, igualmente a demanda por resultados em relação ao *Constructive Engagement*.<sup>345</sup>

### ***As Reações ao Acordo de Nkomati***

As negociações do acordo de Nkomati foram conduzidas de forma sigilosa ou pelo menos com pouca publicidade a nível interno e externo. Poucos membros da FRELIMO tomaram conhecimento ou estiveram envolvidos na negociação com os sul-africanos senão na fase final do processo que antecedeu a assinatura do acordo. Igualmente, a nível externo Samora Machel evitou a publicidade sobre as negociações mantendo-as numa enorme discrição até pouco antes da assinatura do entendimento. Poucos líderes regionais tomaram conhecimento sobre as negociações entre Moçambique e a África do Sul, com a exceção de Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia.

No seio da FRELIMO, o acordo de Nkomati gerou alguma divisão entre a linha mais dura constituída por pessoas como Armando Guebuza que viam o entendimento como a capitulação em relação ao regime do apartheid e a ala mais moderada com pessoas como Joaquim Chissano, por sinal, a vencedora, que via o acordo como um meio para evitar a destruição total de Moçambique.<sup>346</sup> As reações negativas em relação ao acordo de Nkomati cuja negociação foi dirigida por Samora Machel resultaram do facto de todo o processo que conduziu à assinatura do acordo ter sido sigiloso e discutido por um grupo muito restrito do partido.<sup>347</sup> Consequentemente, a negociação entre Moçambique e a África do Sul e a assinatura do acordo de Nkomati não foram amplamente debatidos no seio da FRELIMO ou da sua cúpula até a construção do consenso à volta do assunto como era a tradição que marcou o partido desde a luta pela independência.<sup>348</sup> Para os membros da FRELIMO que reagiram negativamente, o acordo com o regime de Pretória representava a traição aos princípios e a toda a retórica advogada pelo partido sobretudo depois da independência. Esta perceção dos membros da FRELIMO resultava da falta de informação que marcou todo o processo de negociação com África do Sul.<sup>349</sup>

---

<sup>345</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 43.

<sup>346</sup> Moisés Venâncio e Stephen Chan, «War and gropings towards peace», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998), 13.

<sup>347</sup> Gillian Gunn, «Post-Nkomati Mozambique», em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*, ed. Helen Kitchen (New York: Center For Strategic and International Studies, 1987), 103.

<sup>348</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 06 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>349</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 180.

A nível externo, o acordo de Nkomati foi criticado por alguns países da África austral, considerando que tratava-se da capitulação de Moçambique perante Pretória. Entretanto, outros países consideraram que a pressão debaixo da qual Moçambique estava fazia da decisão moçambicana compreensível.<sup>350</sup> Os países vizinhos e o movimento dos não-alinhados mostraram-se compreensivos, porém, não satisfeitos com o acordo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana, Archie Mogwe reconheceu que Moçambique foi forçado a assinar o acordo, sublinhando que o pacto seria fútil e de pouca duração porque não tratava as questões fundamentais do apartheid. O Comité executivo do ANC dizia que o acordo iria perpetuar o governo ilegítimo de minoria branca na África do Sul.<sup>351</sup> Embora tenha manifestado a compreensão em relação à assinatura do acordo de Nkomati por Moçambique, o ANC não deixou de expressar a sua insatisfação com a posição de Maputo na medida em que a partir de Moçambique era possível realizar operações contra a África do Sul.<sup>352</sup>

A reação negativa à assinatura do acordo de Nkomati veio principalmente dos países do bloco socialista sobretudo de Cuba e dos partidos comunistas. Muitos cooperantes, militantes, ou filiados nesses partidos deixaram então Moçambique em sinal de protesto e desagrado político.<sup>353</sup> Entretanto, outros países como a China e a Jugoslávia manifestaram o seu apoio à Moçambique pelo entendimento com Pretória. Segundo o Embaixador da China em Maputo, Wang Hao o acordo de Nkomati iria favorecer a recuperação económica de Moçambique e a política de boa vizinhança entre Maputo e Pretória, contribuindo para a paz e estabilidade na região.<sup>354</sup> Murat Agovic, Embaixador da Jugoslávia em Maputo, expressou o apoio do seu país à assinatura do acordo de Nkomati, sublinhando que Moçambique precisava de paz para realizar as tarefas históricas de vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo.<sup>355</sup>

Outros países prestaram o seu apoio à Moçambique pela assinatura do acordo de Nkomati. No dia 27 de Abril de 1984, os chefes de Estado e de governo dos países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe reuniram-se em Maputo onde manifestaram o seu apoio à Moçambique e Angola pela assinatura dos acordos de Nkomati e de Lusaka, respetivamente.<sup>356</sup> Os líderes dos países da Linha da Frente reunidos em

---

<sup>350</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey, 1994), 45.

<sup>351</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 258.

<sup>352</sup> David Martin e Phyllis Johnson, «Mozambique: To Nkomati and Beyond», em *Destructive Engagement: Southern Africa at War*, ed. Phyllis Johnson e David Martin (Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986), 28.

<sup>353</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 180.

<sup>354</sup> *Tempo*, «Acordo favorece recuperação económica de Moçambique», 22 de Abril de 1984, 32.

<sup>355</sup> *Tempo*, «Iniciativa refilete política da FRELIMO», 8 de Abril de 1984, 23.

<sup>356</sup> *Tempo*, «Cinco em Maputo: solidariedade na paz», 6 de Maio de 1984, 24-25.

Arusha, Tanzânia, no dia 29 do mesmo mês manifestaram o seu apoio às iniciativas de paz de Moçambique e Angola. O Presidente Samora Machel recebeu, em Maputo, o Coronel Ashim Mbita, Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA que expressou o total apoio ao acordo de Nkomati, considerando-o como um instrumento para a consolidação da independência do Estado moçambicano.<sup>357</sup>

Entretanto, consciente da existência de vozes críticas ao acordo de Nkomati a nível interno e externo, Samora Machel e o seu governo iniciaram uma campanha de explicação a nível interno e externo sobre as razões do entendimento com Pretória, sublinhando a necessidade de salvaguardar a soberania nacional. Esta campanha de explicação dirigiu-se prioritariamente à URSS e outros países socialistas, assim como aos países africanos amigos de Moçambique.<sup>358</sup> O apoio internacional ao acordo de Nkomati, nomeadamente dos países da Linha da Frente, da OUA, dos países africanos de língua oficial portuguesa e das potências ocidentais reforçou a legitimidade e a autoridade de Samora Machel e do governo em relação à decisão de chegar ao entendimento com o regime de Pretória. Neste contexto e após as explicações dadas sobre as razões da assinatura do acordo, os críticos no seio da FRELIMO viram-se mobilizados no sentido apoiarem o entendimento entre Maputo e Pretória, mantendo-se a coesão do partido.

### ***O Período Pós-Nkomati: O Comportamento das Partes***

Em resultado da assinatura do acordo de Nkomati o governo moçambicano restringiu o movimento dos quadros do ANC que viviam em Maputo e muitos tiveram que abandonar temporariamente Moçambique.<sup>359</sup> Entretanto, para não largar completamente os combatentes do ANC, o governo da FRELIMO transferiu-os, secretamente, de Maputo para a província de Nampula no norte do país.<sup>360</sup> Com esta medida o governo da FRELIMO pretendia colocar os quadros do ANC mais distantes da África do Sul e transmitir à Pretória a mensagem de que aqueles eram apenas refugiados. Igualmente, o governo pretendia demonstrar que Moçambique não estava a servir de base de apoio para os ataques contra o território sul-africano.<sup>361</sup>

Paralelamente, a África do Sul não cessou o seu apoio à RENAMO e tudo indica que não tinha a intenção de fazê-lo. A partir do dia 5 de Março de 1984, poucos dias antes da assinatura do acordo de Nkomati, as autoridades sul-africanas iniciaram o transporte de todos os homens e equipamento

---

<sup>357</sup> *Tempo*, «A semana», 1 de Abril de 1984, 2.

<sup>358</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 185.

<sup>359</sup> Veloso, *Memórias em...*, 183.

<sup>360</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>361</sup> *Idem*.

da RENAMO para o interior de Moçambique.<sup>362</sup> No âmbito desta operação os sul-africanos deram luz verde à RENAMO para a realização de operações em larga escala na província de Maputo. Com todos os homens da RENAMO e o respetivo equipamento no interior de Moçambique, contando com contínuo apoio logístico da África do Sul a guerra alastrou-se rapidamente para todo o país, atingindo pela primeira vez a província nortenha de Cabo Delgado.

Ao transferir as bases militares da RENAMO do território sul-africano para o interior do território moçambicano Pretória pretendia transmitir a ideia de que a guerra em Moçambique tinha razões de ordem eminentemente interna. Foi neste contexto que as Forças de Defesa Sul-africanas (SADF) recomendaram a RENAMO no sentido de controlar a população nas áreas onde o movimento rebelde realizava as suas operações. Com esta recomendação a África do Sul pretendia ensinar a RENAMO a continuar a levar a cabo operações de impacto com poucos gastos num momento em que estavam reduzidas as fontes de apoio ao movimento rebelde devido ao acordo de Nkomati.<sup>363</sup> Igualmente, é importante referir que o acordo de Nkomati obrigou a colocação de mais negros na liderança da RENAMO e posteriormente o desenho do seu programa político.<sup>364</sup> Aliás, até 1985, a RENAMO era uma organização com uma estrutura rudimentar.<sup>365</sup>

Devido a continuidade do conflito, em Maio de 1984, Moçambique reuniu-se com a África do Sul, em Cape Town, apresentando um conjunto de documentos que confirmavam o prosseguimento do apoio sul-africano à RENAMO, configurando a violação do acordo de Nkomati. Entretanto, os sul-africanos rejeitaram qualquer apoio à RENAMO e propuseram-se a servir de bons-ofícios para a negociação entre o governo de Moçambique e o movimento rebelde. Samora Machel concordou com a proposta, anunciando que a Comissão Permanente da Assembleia Popular introduziria a lei de amnistia e de integração dos rebeldes na sociedade moçambicana, claro, aqueles que se entregassem voluntariamente.<sup>366</sup> Igualmente, as autoridades sul-africanas manifestaram a prontidão em apoiar a integração dos elementos da RENAMO em projetos económicos, sublinhando, por um lado, que Moçambique não podia ser humilhado e, por outro lado, defendendo que não se devia dar à RENAMO a impressão de que se pretendia jogá-la ao caixote de lixo.<sup>367</sup>

---

<sup>362</sup> Paulo Oliveira, *Dossier Makwakwa: Renamo, Uma Descida ao Coração das Trevas* (Lisboa: Europress, 2006), 123-124.

<sup>363</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 61.

<sup>364</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 16.

<sup>365</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 14.

<sup>366</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 21.

<sup>367</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 187.

Neste contexto, em Maio de 1984, a África do Sul organizou um encontro em Frankfurt, Alemanha, entre Fernando Honwana, Assessor de Samora Machel e Evo Fernandes Secretário-geral da RENAMO. Neste encontro, Honwana apresentou a proposta do governo que foi rejeitada por Evo Fernandes, reiterando a demanda pela criação de um governo de reconciliação nacional, sistema multipartidário e lugares no governo em troca da paz. As demandas incluíam a ocupação dos cargos de importância vital para o país, nomeadamente, primeiro-ministro, defesa, finanças e transportes por elementos da RENAMO.<sup>368</sup> A posição de Evo Fernandes constituiu-se como uma surpresa para o governo moçambicano que até aquele momento desconhecia qualquer programa político da RENAMO.

No dia 1 de Outubro de 1984, uma delegação moçambicana liderada por Jacinto Veloso deslocou-se à Pretória a fim de buscar a solução que pusesse fim imediato à guerra em Moçambique. A RENAMO esteve presente numa sala e a delegação governamental noutra sala, tendo as autoridades sul-africanas feito toda a facilitação do diálogo. No dia 3 de Outubro, na sequência destes contactos resultou a chamada Declaração de Pretória na qual se afirmava o seguinte: «Samora Machel é reconhecido como Presidente da República Popular de Moçambique; Deve terminar o apoio seja de que lugar for à atividade armada e ao conflito em Moçambique; O governo sul-africano é solicitado a desempenhar um papel na implementação desta declaração; Será imediatamente constituída uma comissão para implementar a declaração.»<sup>369</sup> Esta comissão onde estariam representados o governo de Moçambique e a RENAMO seria presidida por Louis Nel, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Sul-africano.

Entretanto, no dia seguinte, 4 de Outubro, as duas partes revelaram interpretações diferentes sobre a Declaração de Pretória. O governo moçambicano entendia que reconhecendo Samora Machel como Presidente da República Popular de Moçambique a RENAMO reconhecia a legitimidade da autoridade do Estado e do governo e que a comissão visava apenas discutir os aspetos técnicos relacionados com a mecânica do cessar-fogo. Por outro lado, a RENAMO dizia que reconhecia apenas um facto corrente, porém, não desistia das suas demandas políticas. Evo Fernandes anunciou que a guerra iria continuar, podendo aumentar a intensidade das ações.<sup>370</sup>

No dia 11 de Outubro, em Pretória, quando as partes iam assinar a declaração que marcava o fim das hostilidades, Evo Fernandes teria supostamente recebido uma chamada telefónica de Lisboa

---

<sup>368</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 21-22.

<sup>369</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 190.

<sup>370</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 22-23.

orientando-o a não assinar o documento.<sup>371</sup> Entre os dias 14 e 18 de Outubro de 1984 realizou-se mais uma ronda negocial marcada pelo abandono final das negociações pela RENAMO. Em finais de Outubro de 1984, o governo moçambicano declarou oficialmente que as negociações tinham falhado. Em Novembro do mesmo ano Van der Westhuizen esteve em Maputo onde confirmou que não era possível qualquer acordo com a RENAMO.<sup>372</sup> Assim, a guerra não só continuou como também alastrou-se a todo o país. Os ataques da RENAMO começaram a fazer-se sentir nas proximidades da capital moçambicana.

No dia 24 de Dezembro de 1984, no Distrito de Manhiça, Samora Machel disse que a responsabilidade pela violência em Moçambique era da África do Sul que continuava a prestar apoio aos bandidos armados. Na ocasião, Machel anunciou que a população de Manhiça e de Marracuene receberia armas para a luta contra os bandidos armados. Machel disse ainda à população «não os capturem, matem os bandidos armados.»<sup>373</sup> Assim, o ano de 1984 terminou com o reinício da tensão entre Pretória e Maputo, com o recrudescimento das ações da RENAMO e com o encerramento das janelas de comunicação entre as duas partes moçambicanas em conflito. Esta situação evidenciava o fracasso do acordo de Nkomati relativamente ao objetivo principal do governo moçambicano, nomeadamente a eliminação da RENAMO, o fim da guerra e a construção da paz e segurança em Moçambique.

### **3.2.2.1 O Fracasso do Acordo de Nkomati: Porquê?**

O fracasso do acordo de Nkomati e das subseqüentes negociações resultou de várias razões. A África do Sul assinou o acordo de Nkomati na sequência de pressões internacionais e não em resultado da motivação e vontade endógena. O regime sul-africano influenciado pelas correntes militares ainda acreditava que a pressão baseada no uso da força era a melhor alternativa. A África do Sul assinou o acordo numa altura em que tinha a convicção de que através da utilização da RENAMO poderia obrigar o governo moçambicano a mudar a sua atitude hostil em relação ao regime do apartheid. Isto é, o governo sul-africano acreditava que por via unilateral alcançaria os seus objetivos. Igualmente, o regime de Pretória parecia acreditar menos na possibilidade de Maputo mudar a sua atitude através do acordo de Nkomati, considerada a sua determinação manifestada desde a independência, em 1975, de combater energicamente contra o apartheid. Perante as dúvidas sobre a possibilidade de Moçambique engajar-se ativamente na implementação

---

<sup>371</sup> Vines, *RENAMO: Terrorism...*, 23.

<sup>372</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 192.

<sup>373</sup> *Tempo*, «População da Manhiça e Marracuene vai receber armas: anunciou Presidente Samora Machel, em comício popular», 30 de Dezembro, 1984, 2-3.



dos compromissos de Nkomati, Pretória não abandonou as suas ações militares. Isto é, Pretória não tinha o otimismo em relação ao resultado do acordo. Por isso não se engajou para a sua implementação efetiva. Conforme nota William Minter, a África do Sul não fez nenhum esforço para implementar o acordo de Nkomati.<sup>374</sup>

Igualmente, a disponibilidade do apoio do Malawi permitindo a utilização do seu território para o abastecimento da RENAMO concorreu para o fracasso do acordo de Nkomati. Depois deste acordo a África do Sul passou a ter mais dificuldades em infiltrar homens e material da RENAMO através das fronteiras com Moçambique uma vez que tal ação seria vista como uma violação do entendimento entre Maputo e Pretória. Em resultado do elevado escrutínio internacional Pretória negociou com o Malawi, liderado por Hastings Kamuzu Banda, o uso de alguns postos malawianos através dos quais seria disponibilizado o apoio logístico à RENAMO por via terrestre e aérea. Igualmente, a ajuda proveniente de Portugal e da Alemanha ocidental, embora fosse minúscula se comparada ao apoio sul-africano contribuiu para o fracasso do acordo de Nkomati.<sup>375</sup>

A ausência de consensos no seio do regime sul-africano sobre o tipo de relações que deveriam ser mantidas com Moçambique contribuiu para que o acordo de Nkomati não conhecesse o sucesso esperado. Em Pretória existia um grupo de políticos como Pik Botha procurando intermediar a disputa entre a RENAMO e o governo moçambicano e um outro defendendo os interesses de alas militares da África do Sul que acabaram por prevalecer. Evo Fernandes negociador principal da RENAMO tinha sido capturado pelos interesses militares sul-africanos.<sup>376</sup> Ademais, a África do Sul não cortou o apoio à RENAMO de modo a evitar a desmoralização da UNITA envolvida na guerra em Angola.

A outra razão pela qual o acordo de Nkomati não trouxe a paz é que a FRELIMO que governava Moçambique cometeu o erro de justificar todo o sucesso da insurgência da RENAMO a partir de ações de atores externos, nomeadamente, a Rodésia, África do Sul, entre outros. A FRELIMO não reconheceu que algumas das suas ações e políticas internas no período pós-independência criaram um ambiente fértil para a existência de uma base de apoio e de recrutamento para a RENAMO ou para os inimigos externos de Moçambique.<sup>377</sup> De acordo com Mateus Ngonhamo, General da

---

<sup>374</sup> William Minter, *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique* (London e New Jersey: Zed Books, 1994), 42.

<sup>375</sup> Gillian Gunn, «Post-Nkomati Mozambique», em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*, ed. Helen Kitchen (New York: Center For Strategic and International Studies, 1987), 91.

<sup>376</sup> Paulo Oliveira, *Dossier Makwakwa: RENAMO, Uma Descida ao Coração das Trevas* (Lisboa: Europress, 2006), 143.

<sup>377</sup> Gillian Gunn, «Post-Nkomati Mozambique», em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*, ed. Helen Kitchen (New York: Center For Strategic and International Studies, 1987), 92.

RENAMO que liderou a equipa militar do movimento rebelde nas negociações de Pretória, o acordo de Nkomati e o diálogo com a RENAMO na África do Sul falharam porque «Samora ficou convencido de que os sul-africanos comandavam os guerrilheiros da RENAMO, o que não era verdade. A guerrilha da RENAMO foi sempre comandada pelos comandantes moçambicanos e orientados por Afonso Dlakama.»<sup>378</sup> Embora seja evidente que Ngonhamo procura reduzir a importância do apoio que a RENAMO recebia de Pretória, não deixa de ser verdade que de facto, em meados da década de 1980 a RENAMO tinha alcançado um certo enraizamento social ignorado pelo governo moçambicano. Segundo Michel Cahen, apesar da sua origem indigna a RENAMO transformou-se num autêntico corpo social guerreiro que, ainda que criado pela Rodésia e depois apoiada pela África do Sul conseguiu interferir na profunda crise social moçambicana provocada pela política de modernização das elites no poder.<sup>379</sup> De acordo com o autor a RENAMO transformou-se num corpo representando uma coligação de marginalidades em Moçambique. Assim, a rejeição da dimensão política que a RENAMO comportava levou o governo a afastar a possibilidade de realização de negociações políticas com o movimento rebelde. Esta situação contribuiu para o fracasso do acordo de Nkomati como instrumento de busca de paz para Moçambique.

A indisponibilidade do governo para a realização de negociações políticas com a RENAMO revelava que o conflito entre as duas partes ainda não tinha atingido a maturação. A enorme desconfiança entre as duas partes constituiu-se como um enorme entrave. A RENAMO rejeitou a proposta do governo segundo a qual a prioridade seria a cessação das hostilidades e a integração dos seus homens na sociedade moçambicana e, uma vez em Moçambique as partes discutiriam as restantes questões. A FRELIMO, por sua vez, tinha o receio de que a acomodação das demandas políticas da RENAMO poderia servir imediatamente os interesses sul-africanos. Maputo não tinha a certeza da independência política da RENAMO em relação ao regime de Pretória conforme ilustra a seguinte declaração de Joaquim Chissano: «Queríamos saber qual seria o papel desta nova força aqui vis-à-vis o apartheid. Como é que nós iríamos viver com o apartheid vis-à-vis a luta de libertação dos povos? Seria um pião? O que seria esta nova força? Era preciso tirar conclusões.»<sup>380</sup>

As dúvidas e desconfianças acima apresentadas revelam que o governo da FRELIMO não via com otimismo os resultados da negociação com a RENAMO. É importante sublinhar que a

---

<sup>378</sup> Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>379</sup> Michel Cahen, *Os Outros: Um Historiador em Moçambique*, 1994 (Basel: P. Schlettwein Publishing, 2004), xvi.

<sup>380</sup> Entrevista de Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

indisponibilidade do governo para a realização de negociações políticas com a RENAMO resultava, também, da falta de consenso no seio da FRELIMO sobre o assunto. No seio do governo da FRELIMO prevalecia a convicção de que uma vez interrompido o apoio sul-africano seria possível liquidar militarmente a RENAMO. Por sua vez, a RENAMO nutria a convicção de que por via da pressão militar conseguiria alcançar os seus objetivos políticos. Este posicionamento das duas partes revela que o conflito em Moçambique ainda não tinham atingido a fase de maturação (*ripeness*) uma condição importante para que as partes em disputa abandonem as soluções unilaterais e optem pelo engajamento ativo e construtivo na busca de uma solução negocial baseada na cooperação mútua.

### **3.2.3 A Ação Diplomática e Militar, 1985-1987: Continuando o Espírito de Nkomati**

Se até 1984 o governo da FRELIMO considerava a possibilidade de entendimento com a RENAMO tendo em vista a integração dos seus homens na sociedade moçambicana conforme atestaram as negociações de Pretória, a partir de 1985 até 1987 o governo moçambicano adotou a estratégia que consistia na combinação entre as campanhas diplomáticas e as operações militares para a eliminação da RENAMO.

#### ***A Campanha Diplomática***

Por um lado, através das campanhas diplomáticas o governo pretendia isolar a RENAMO ao nível regional e internacional, criando as condições para a sua derrota militar. Esta estratégia resultava do entendimento do governo segundo o qual a RENAMO era uma criação externa ao serviço de interesses externos e sem nenhum enraizamento social e político doméstico. Por outro lado, com a ação diplomática o governo moçambicano pretendia conquistar e consolidar o apoio do ocidente e de outras entidades que apoiavam ou poderiam apoiar a RENAMO devido ao rumo ideológico e político assumido por Moçambique sob a liderança da FRELIMO desde a independência. É importante referir que esta estratégia (colocação da ação diplomática ao serviço da vitória militar) que orientou a luta da FRELIMO pela independência foi reafirmada no seu 4º congresso, permitindo a assinatura do acordo de Nkomati. Foi no contexto desta estratégia que o governo moçambicano continuou a defender o acordo de Nkomati ou pelo menos o seu espírito mesmo perante as evidências de sua violação e fracasso relativamente à cessação da guerra em Moçambique.

No contexto da estratégia acima referida Samora Machel visitou a República do Malawi no final de Outubro de 1984. A visita tinha como objetivo persuadir o governo do Malawi no sentido de

pôr termo ao apoio à RENAMO conforme ilustra a seguinte declaração de Samora Machel: «Moçambique está pronto a considerar os inimigos do Malawi como seus inimigos e agora depende do Malawi considerar ou não os inimigos de Moçambique como seus inimigos».<sup>381</sup>

No princípio de 1985 o Subsecretário Adjunto do Departamento do Estado norte-americano, Frank Wisner visitou Moçambique tendo confirmado a ajuda alimentar para o país.<sup>382</sup> Washington anunciara ainda em Janeiro do mesmo ano uma ajuda militar destinada à Moçambique no valor de 1 150 000\$. Ainda no primeiro trimestre de 1985, Chester Crocker visitou a África do Sul onde reuniu-se com as autoridades sul-africanas. Estas reconheceram a existência de algumas violações ao acordo de Nkomati.<sup>383</sup> O apoio militar norte-americano anunciado para Moçambique e as visitas acima referidas revelavam a intensificação da pressão de Washington sobre Pretória com vista a respeitar o espírito de Nkomati, de modo a evitar a escalada do conflito na região, numa altura em que cresciam as pressões internas sobre a administração Reagan devido a continuidade do apartheid na África do Sul. Igualmente, os gestos acima referidos confirmavam a consolidação das relações entre Moçambique e os EUA.

De 14 a 15 de Fevereiro de 1985, os líderes dos países africanos de língua oficial portuguesa reuniram-se numa cimeira em São Tomé e Príncipe. Desta cimeira resultou a chamada Declaração de São Tomé através da qual os líderes dos países africanos de língua oficial portuguesa apoiaram os esforços de paz de Moçambique através do acordo de Nkomati e criticaram veementemente o desejo de partilha do poder manifestado pela RENAMO. Igualmente, criticaram a África do Sul pela violação do acordo de Nkomati e apelaram a comunidade internacional a tudo fazer pela paz e estabilidade em Moçambique.<sup>384</sup> Em Março de 1985, os líderes dos países da Linha da Frente reuniram-se em Lusaka, Zâmbia, para analisar o acordo de Nkomati, tendo concluído que a África do Sul estava a violar o entendimento, sublinhando que Pretória era a causa da desestabilização da África Austral.<sup>385</sup>

No segundo semestre de 1985 Samora Machel realizou uma visita aos EUA onde reuniu-se com Ronald Reagan. Ao Presidente americano Machel apresentou as provas recolhidas em Gorongosa sobre a continuidade do apoio da África do Sul à RENAMO depois da assinatura do acordo de Nkomati. A administração americana mostrou-se perturbada pelos factos e prometeu fazer tudo o

---

<sup>381</sup> *Tempo*, «Moçambique-Malawi: criadas bases para maior cooperação», 28 de Outubro de 1984, 3.

<sup>382</sup> *Tempo*, «Relações moçambicano-americanas: a dependência da estabilidade», 3 de Fevereiro de 1985, 4-5.

<sup>383</sup> *Tempo*, «Preservar Nkomati», 17 de Fevereiro de 1985, 10.

<sup>384</sup> Declaração de São Tomé, de 15 de Fevereiro de 1985, em *Tempo*, 3 de Março de 1985, 7-9.

<sup>385</sup> *Tempo*, «Linha da Frente: analisado acordo de Nkomati», 17 de Março de 1985, 4-6.

que estivesse ao seu alcance para encorajar as duas partes a encontrarem soluções.<sup>386</sup> Reagan exprimiu o seu apoio às medidas tomadas nos últimos meses pelas autoridades moçambicanas no domínio económico a nível interno e externo, sublinhando que os EUA continuariam a desenvolver um papel ativo e construtivo para promover a paz e a democracia na África austral. Este encontro entre Machel e Reagan deu ímpeto à cooperação entre Moçambique e os EUA.<sup>387</sup>

Durante a sua visita aos EUA, Samora Machel reuniu-se com o Secretário de Estado, George Shultz. No encontro Machel sublinhou que os esforços internos com vista a eliminação da RENAMO deveriam ser complementados a partir de fora uma vez que o movimento rebelde tinha apoios no estrangeiro. George Shultz reconheceu que havia pessoas nos EUA que apoiavam a RENAMO, porém, tal não era a posição de Washington.<sup>388</sup> Margaret Thatcher, Primeira-ministra britânica ajudou a influenciar os EUA no sentido de darem apoio ao governo da FRELIMO e não à RENAMO, numa altura em que o congresso americano votava, em 1985, a favor da cobertura do apoio à UNITA. Thatcher apresentou o argumento segundo o qual o apoio ao governo de Samora Machel ajudaria a levar Moçambique a um não-alinhamento genuíno.<sup>389</sup> No Clube Internacional, em Washington, Machel sublinhou que «quanto mais depressa os EUA se engajarem no combate ao terrorismo, mais rapidamente os bandidos armados serão eliminados em Moçambique».<sup>390</sup>

A viagem aos EUA e sobretudo a mensagem que o presidente moçambicano veiculou ilustra de forma clara a implementação da estratégia definida pelo governo da FRELIMO, consistindo na combinação entre a diplomacia e a ação militar para a eliminação da RENAMO. Assim, a ação diplomática nos EUA visava neutralizar os apoios e o *lobby* pró-RENAMO sobretudo das alas mais conservadoras do espectro político americano ou pelo menos evitar que estas conquistassem o espaço para a RENAMO no seio da administração americana.

Posteriormente, Samora Machel deslocou-se à Londres, onde reuniu-se com a Primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Machel e Thatcher não só discutiram as relações de cooperação entre Moçambique e a Grã-Bretanha mas também abordaram o incumprimento do acordo de Nkomati

---

<sup>386</sup> *Tempo*, «Presidente Samora Machel nos Estados Unidos: somos moçambicanos, queremos amizade com todos os países», 29 de Setembro de 1985, 3.

<sup>387</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 21.

<sup>388</sup> *Tempo*, «Presidente Samora Machel nos Estados Unidos: somos moçambicanos, queremos amizade com todos os países», 29 de Setembro de 1985, 3.

<sup>389</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 51.

<sup>390</sup> *Tempo*, «Presidente Samora Machel nos Estados Unidos: somos moçambicanos, queremos amizade com todos os países», 29 de Setembro de 1985, 3.

por parte da África do Sul. A Primeira-ministra britânica mostrou-se indignada pela atitude sul-africana em relação ao acordo de Nkomati.<sup>391</sup> Para além de assumir uma posição contra a RENAMO o Reino Unido providenciou a ajuda militar ao governo moçambicano para o combate contra o movimento liderado por Afonso Dhlakama.

Depois de Londres Samora Machel deslocou-se ao Vaticano onde manteve o primeiro encontro com o Papa João Paulo II. Machel expôs ao dirigente máximo da Igreja Católica a política de Moçambique em relação à religião e ao papel da igreja na reconstrução nacional. Por um lado, esta ação visava melhorar as relações entre a Igreja Católica e o Estado moçambicano e, por outro lado, cortar a possibilidade de desenvolvimento de simpatias e apoios por parte de círculos da Igreja Católica à RENAMO. A preocupação do governo resultava do facto de a RENAMO apresentar como uma das suas reivindicações políticas a defesa da liberdade religiosa, argumentando que a FRELIMO e o Estado moçambicano hostilizavam as religiões em Moçambique.<sup>392</sup> É neste contexto que Samora Machel endereçou ao Papa João Paulo II o convite para visitar Moçambique. Com este gesto Samora Machel procurava, por um lado, afastar as suspeitas que existiam entre a Igreja Católica em Moçambique e o governo moçambicano e, por outro lado, aproximar o Estado moçambicano ao Vaticano. Pouco tempo depois as restrições às liberdades religiosas foram levantadas.<sup>393</sup>

Da Itália, Samora Machel deslocou-se a Nairobi onde manteve um encontro com o Presidente queniano Daniel Arap Moi. Aparentemente, a deslocação a Nairobi inseria-se no contexto da estratégia de Machel visando cortar a possibilidade de apoios à RENAMO a partir do Quênia - um país que albergava muitos dissidentes da FRELIMO exilados na sequência das contradições geradas no seio deste movimento nacionalista durante a luta armada pela independência e no período de transição para a independência. Com muitos moçambicanos exilados por razões políticas, o Quênia tornava-se uma fonte de recrutamento e de apoio à RENAMO e não só, mas também constituía-se como um ator cuja colaboração poderia ajudar Moçambique a chegar a paz como viria a constatar-se mais tarde.

---

<sup>391</sup> *Tempo*, «Presidente Samora Machel nos Estados Unidos: breve retrospectiva das escalas em Londres, Roma e Nairobi», 6 de Outubro de 1985, 11.

<sup>392</sup> As relações entre a hierarquia da Igreja Católica em Moçambique e o Estado moçambicano eram bastante tensas no período imediatamente posterior à independência. Por um lado, devido ao facto de ter servido os interesses do Estado colonial em Moçambique, e por outro lado, em resultado do seu posicionamento crítico em relação às políticas do governo no período pós-independência, não raras vezes, a Igreja Católica em Moçambique foi acusada pela FRELIMO de assumir um alinhamento politicamente suspeito.

<sup>393</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 21.

A despeito da violação do acordo de Nkomati pela África do Sul, o governo de Moçambique manteve aberto o canal de diálogo com Pretória. Esta atitude do governo moçambicano decorria da sua abordagem estratégica segundo a qual uma vitória militar sobre a RENAMO passava necessariamente pela eliminação dos seus apoios externos através da diplomacia. Igualmente, não é de excluir a recomendação dos EUA à Moçambique e Pretória no sentido de primarem pelo diálogo para a busca da paz. Assim, no dia 22 de Outubro de 1985, quase um mês após a visita de Samora Machel aos EUA, as delegações governamentais de Moçambique e da África do Sul reuniram-se em Komatiport na sequência de um outro encontro realizado no dia 11 do mesmo mês entre as delegações dos dois países, em Maputo.<sup>394</sup> O incumprimento do acordo de Nkomati e a necessidade do seu respeito estiveram no centro das discussões.

Entretanto, em 1986 continuava a registar-se a escalada da tensão entre Pretória e Maputo bem como o agravamento da guerra em território moçambicano. A RENAMO intensificou os seus ataques em todo o país e a província da Zambézia ficou gravemente afetada pela guerra. Neste período o governo moçambicano constatou que as forças da RENAMO continuavam a usar o território malawiano para a realização das suas incursões em Moçambique apesar da tentativa de aproximação entre os governos dos dois países iniciada em outubro de 1984.<sup>395</sup>

Perante a atitude malawiana, no dia 11 de Setembro de 1986, os países da Linha da Frente confrontaram o Malawi com um ultimato: «Ou deixa de servir de instrumento da África do Sul na desestabilização de Moçambique ou corre o risco de ficar totalmente isolado do mundo.»<sup>396</sup> No dia 12 de Outubro do mesmo ano os países da Linha da Frente afirmaram que a guerra generalizada ameaçava a África austral e apelaram ao mundo para travar a escalada sul-africana.<sup>397</sup> Aliás, no princípio de Outubro, o governo moçambicano emitiu um comunicado informando que os militares sul-africanos estavam a preparar uma agressão direta contra Moçambique.<sup>398</sup> Foi neste ambiente de escalada do conflito que teve lugar o acidente aéreo do qual resultou a morte de Samora Machel, no dia 19 de Outubro de 1986, em Mbuzine, África do Sul.

Na sua tomada de posse como Presidente da República, em Novembro do mesmo ano, Joaquim Chissano disse que «na luta contra os bandidos armados não podem existir compromissos»,

---

<sup>394</sup> *Tempo*, «Moçambique e RAS reuniram-se em Komatiport», 3 de Novembro de 1985, 5.

<sup>395</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 56.

<sup>396</sup> *Tempo*, «Ultimato ao Malawi», 21 de Setembro de 1986, 24.

<sup>397</sup> *Tempo*, «Guerra generalizada ameaça África austral: Linha da Frente apela ao mundo para travar escalada sul-africana», 19 de Outubro de 1986, 2-5.

<sup>398</sup> *Tempo*, «Unidade e determinação são armas invencíveis para esmagar qualquer agressão: Comunicado do Governo da República Popular de Moçambique», 19 de Outubro de 1986, 5-7.

acrescentando que «a continuação desta luta sem tréguas contra o banditismo armado em Moçambique constitui a mais sagrada e fundamental das tarefas».<sup>399</sup> Deste modo, Chissano reafirmava a continuidade da linha estratégica iniciada por Samora Machel, a eliminação da RENAMO por via militar, porém combinando tal ação com os meios diplomáticos.

Assim, em Dezembro de 1986 tiveram lugar as conversações entre a delegação malawiana e moçambicana. Joaquim Chissano defendeu que o Malawi devia terminar a sua posição hostil em relação à Moçambique.<sup>400</sup> Com este diálogo Chissano pretendia cortar o apoio malawiano à RENAMO e estabelecer um acordo de segurança com o país vizinho. No mesmo mês Moçambique e Malawi assinaram o acordo de segurança.<sup>401</sup> Joaquim Chissano nutria a convicção de que a RENAMO seria eliminada militarmente, conforme ilustram as suas declarações durante a visita ao Zimbabwe, no primeiro trimestre de 1987: «não negociaremos com os bandidos... Temos que combater os bandidos até a vitória».<sup>402</sup> Esta posição foi defendida pelo governo até ao final de 1987, altura em que começou a registar-se a viragem para uma nova abordagem.

No dia 5 de Maio de 1987, Joaquim Chissano visitou a Itália onde manteve contactos com as autoridades italianas. Tratou-se da primeira visita de Joaquim Chissano fora do continente africano. Durante a visita, o governo italiano manifestou a disponibilidade em continuar o seu empenho no apoio aos programas de reabilitação económica e social em Moçambique. No mesmo dia, Chissano foi recebido pelo Papa João Paulo II. Durante o encontro Joaquim Chissano e João Paulo II passaram em revista o estágio do relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado moçambicano tendo em vista o estabelecimento de relações diplomáticas. Neste encontro, Chissano renovou o convite ao líder da Igreja Católica para visitar Moçambique.

Ainda em Maio de 1987, Chissano visitou a Grã-Bretanha onde foi recebido pela Primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher que anunciou a ajuda adicional a Moçambique no valor de 15 000 000 £. Thatcher prometeu exercer pressão sobre Pretória no sentido de deixar de promover o apoio às ações da RENAMO. Joaquim Chissano pediu que a Grã-Bretanha aumentasse a sua assistência logística à guerra contra a RENAMO numa altura em que uma equipa de peritos

---

<sup>399</sup> *Tempo*, «Na luta contra os BA's não podem existir compromissos: mensagem à nação do Presidente Joaquim Chissano», 16 de Novembro de 1986, 13-19.

<sup>400</sup> *Tempo*, «Malawi deve cessar posição hostil: apelo do Presidente Joaquim Chissano nas conversações com delegação malawiana», 7 de Dezembro de 1986, 2-3.

<sup>401</sup> *Tempo*, «África austral: tempos de ação», 28 de Dezembro de 1986, 6-7.

<sup>402</sup> *Tempo*, «Não negociamos com os bandidos - afirmou Presidente Joaquim Chissano durante a visita ao Zimbabwe», 8 de Março de 1987, 2.



militares britânicos encontrava-se a treinar oficiais moçambicanos no Zimbábue e outros na academia militar britânica.<sup>403</sup> A seguir à visita de Chissano, a Secretária britânica dos Negócios Estrangeiros, Lynda Chalker deslocou-se a Moçambique onde reafirmou a continuidade do apoio britânico ao governo moçambicano no domínio militar. Em Setembro de 1987, Joaquim Chissano realizou uma visita à França onde reuniu-se com François Mitterand, Presidente francês. Na visita foi levantada a hipótese de criação de um centro de instrução militar em Moçambique com o apoio francês.<sup>404</sup>

A campanha diplomática iniciada por Samora Machel e continuada por Joaquim Chissano permitiu a conquista de simpatias do ocidente em relação ao governo moçambicano e a redução bastante significativa do espaço de manobra da RENAMO no espaço internacional. No testemunho prestado no dia 24 de Junho de 1987 ao Comité de Relações Exteriores do Senado dos EUA, Chester Crocker sublinhou que na sua primeira viagem ao exterior como Presidente, Chissano foi à Grã-Bretanha, realçando que a Primeira-ministra britânica considerou as conversações com o líder moçambicano como tendo sido excecionalmente boas. Para além de ter destacado o facto de Joaquim Chissano ter visitado o Vaticano e a República da Itália, Crocker referiu que relativamente à RENAMO tratava-se de um movimento sem identidade política credível.<sup>405</sup> As declarações Chester Crocker não só revelavam os ganhos diplomáticos do governo liderado pela FRELIMO como também evidenciavam a indisponibilidade de Washington para prestar o apoio à RENAMO, contrariando, deste modo, o desejo há muito manifestado pelo movimento de Dhlakama - Ver o reconhecimento americano à semelhança do que acontecia com a UNITA.

Entre Setembro e Outubro de 1987, Joaquim Chissano realizou uma visita aos EUA onde foi recebido por Ronald Reagan. Durante a visita os EUA apreciaram positivamente o programa de Moçambique com vista à reabilitação económica. Igualmente, os EUA garantiram a sua colaboração na realização do programa. A República Federal Alemã (RFA) manteve um certo distanciamento no seu relacionamento com Moçambique. Porém, em Novembro de 1987, Helmut Kohl, Chanceler Alemão visitou Moçambique onde salientou o apoio do seu país à política de abertura do governo moçambicano ao ocidente.<sup>406</sup> Em Maio de 1988 os governos da Baviera e de

---

<sup>403</sup> *Tempo*, «Encontro com Margaret Thatcher», 24 de Maio de 1987, 4-5.

<sup>404</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de Um Processo de Paz, Moçambique: Um contributo para a Verdade* (S/L: ACD Editores, 2006), 53.

<sup>405</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 21.

<sup>406</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de Um Processo de Paz, Moçambique: Um contributo para a Verdade* (S/L: ACD Editores, 2006), 54.

Moçambique assinaram acordos de cooperação, selando, assim, a aproximação entre os dois estados. Se em 1980 Afonso Dhlakama e Orlando Cristina foram recebidos pelo governo da Baviera no contexto da angariação de apoio político, diplomático e militar, a aproximação entre Josef Strauss e Moçambique, em 1988, representava uma vitória diplomática do governo da FRELIMO e uma derrota para a RENAMO.

Portanto, embora a guerra tenha continuado, a campanha diplomática do governo da FRELIMO permitiu o isolamento da RENAMO a nível regional e internacional. Mesmo os apoios provenientes da África do Sul começaram a tornar-se mais difíceis para a RENAMO a partir da assinatura do acordo de Nkomati. Paralelamente, a campanha diplomática do governo da FRELIMO permitiu romper o cerco dentro do qual vinha vivendo, reduzindo os inimigos e alargando o universo de amigos (parceiros). Devido ao seu isolamento internacional a RENAMO viu crescerem as dificuldades para a obtenção do reconhecimento político externo. Igualmente, as dificuldades de reconhecimento político internacional resultavam das enormes fraquezas demonstradas pela ala externa da RENAMO nos países ocidentais.

### *As Ofensivas Militares*

Após o fracasso do acordo de Nkomati e das negociações de Pretória entre o governo moçambicano e a RENAMO, em Outubro de 1984, registou-se a escalada militar do conflito em Moçambique. Os primeiros sinais da escalada militar do conflito começaram a surgir no final de 1984. No dia 24 de Dezembro do mesmo ano Samora Machel anunciou que a população iria receber armas para combater os bandidos armados. Na mesma ocasião Samora Machel criticou a pretensão da RENAMO participar no governo.<sup>407</sup> A escalada militar agudizou-se a partir de 1985, por um lado, com a intensificação das ações armadas da RENAMO com o apoio da África do Sul e do Malawi, e por outro lado, com as campanhas militares do exército governamental que contava com o apoio das forças armadas zimbabwianas e tanzanianas.

No final de Março de 1985, o Conselho de Ministros de Moçambique emitiu um comunicado sublinhando o seu engajamento na via militar como mecanismo para a eliminação da RENAMO e para o restabelecimento da paz no país, conforme ilustra o seguinte excerto:

[...] O governo reafirma a prioridade absoluta do combate pela liquidação total dos bandidos armados, condição decisiva para devolver a paz e a tranquilidade ao povo moçambicano e para a

---

<sup>407</sup> *Tempo*, «População da Manhica e Marracuene vai receber armas: anunciou Presidente Samora Machel, em comício popular», 30 de Dezembro de 1984, 2-3.

recuperação e desenvolvimento da economia nacional. A par da ofensiva no terreno que constitui a atividade principal e determinante, desencadeámos no plano internacional ações muito importantes...O Conselho de Ministros determinou medidas especiais para reforçar a defesa da pátria, nomeadamente, a afetação de quadros e outros recursos às forças armadas, o aumento da produção destinada à defesa nacional... O Conselho de Ministros decidiu, por outro lado, tomar medidas concretas para a curto prazo, acelerar o treinamento e equipamento das milícias populares, materializando o princípio do partido FRELIMO segundo o qual o povo armado constitui a principal garantia da vitória [...]»<sup>408</sup>

Estas decisões que evidenciam a escalada militar do conflito foram reforçadas durante a 4ª sessão do Comité Central da FRELIMO realizada nos dias 10 e 11 de Junho de 1985, em Maputo. Na reunião, Samora Machel sublinhou que «é imperioso que o partido FRELIMO mobilize todo o povo para a guerra... A prioridade é a liquidação total e completa dos bandidos armados.»<sup>409</sup> Assim, Machel assumia a via unilateral e armada para o alcance da paz em Moçambique.

Na sequência das decisões acima referidas, assistiu-se ao início de uma ampla campanha de mobilização dos diferentes segmentos da sociedade moçambicana para o envolvimento ativo na luta armada contra a RENAMO e na defesa de Moçambique contra a agressão sul-africana. Esta campanha de mobilização estendeu-se até aos locais de trabalho e aos bairros. Neste contexto, no dia 11 de Maio de 1985, Samora Machel convidou os jovens de todo o país a se incorporarem nas fileiras das forças armadas moçambicanas para a defesa do país. Segundo Machel, «se é necessário para acabar a guerra, rapidamente, que se fechem os locais de trabalho, escolas e universidades, vamos fazê-lo... em situação de guerra não existe serviço militar obrigatório. Existe apenas o chamamento da pátria.»<sup>410</sup> Paralelamente, decorreu o processo de distribuição de armas à população através dos Grupos Dinamizadores (GD) dos bairros e vilas com vista a impedir a infiltração dos guerrilheiros da RENAMO.<sup>411</sup> Na 6ª Sessão do Comité Central da FRELIMO realizada em Janeiro de 1987 foi sublinhada a necessidade de os membros da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) incorporarem-se no exército moçambicano. Esta decisão tomada no período em que Joaquim Chissano ocupava a posição de chefe de Estado revelava a continuidade do processo de mobilização da sociedade para a guerra iniciado por Samora Machel.

---

<sup>408</sup> Comunicado do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, «Relançar a ofensiva política e organizacional para a resolução das nossas dificuldades atuais», 31 de Março de 1985, em *Tempo*, 7 de Abril de 1985, 21-24.

<sup>409</sup> *Tempo*, «Na defesa da pátria: dar a cada cidadão uma tarefa concreta, Presidente Samora Machel no encerramento da 4ª sessão do CC», 16 de Junho de 1985, 2-3.

<sup>410</sup> *Tempo*, «Em situação de guerra existe apenas o chamamento da pátria: Presidente Samora Machel no encerramento da semana da juventude», 19 de Maio de 1985, 8.

<sup>411</sup> Daniel Jouanneau, *Le Mozambique* (Paris: Éditions Karthala, 1995), 146-147.

As ofensivas militares levadas a cabo pelas forças do governo moçambicano culminaram com o maior ataque à principal base da RENAMO em Gorongosa, em Setembro de 1985. O ataque foi conduzido com o apoio do exército zimbabwiano. Tal como Samora Machel, o Primeiro-ministro do Zimbabwe mostrou-se satisfeito com a operação e disse que era dever do seu país ajudar Moçambique e vice-versa, tendo decidido passar ao ataque.<sup>412</sup> Entretanto, enquanto o governo moçambicano procurava eliminar militarmente a RENAMO, este movimento desdobrava-se em operações militares em todo o país. Na sequência de uma das suas maiores ofensivas na província da Zambézia, em 1986, conduzidas a partir do Malawi em direção à costa, a RENAMO conseguiu com sucesso controlar alguns distritos como Morrumbala durante cerca de 19 meses.<sup>413</sup>

A operação da RENAMO na Zambézia gerou uma grande preocupação no seio do governo moçambicano. As autoridades em Maputo receavam que a RENAMO capturasse a cidade de Quelimane e dividisse o país ao meio, abrindo a oportunidade para estabelecer um governo alternativo, o que o governo da FRELIMO queria evitar.<sup>414</sup> Perante a situação generalizada de insegurança em todo o país e o avanço da RENAMO na Zambézia, Joaquim Chissano estabeleceu contactos com os países da região com vista a obtenção de ajuda militar. Neste contexto, no dia 16 de Janeiro de 1987, Chissano visitou o Zimbabwe onde reuniu-se com Robert Mugabe. Os dois líderes reafirmaram a necessidade de continuarem a combater conjuntamente os rebeldes. Em Março do mesmo ano, Joaquim Chissano anunciou que os soldados tanzanianos começaram a chegar a Moçambique para participarem no combate contra as forças da RENAMO.<sup>415</sup> O líder moçambicano afirmou que o gesto tanzaniano iria acelerar o fim do movimento rebelde em Moçambique. Igualmente, Chissano sublinhou que outros países, nomeadamente, a Zâmbia e o Botswana - países da Linha da Frente já se tinham oferecido para apoiar Moçambique na luta contra a RENAMO.

Na sequência dos contactos de Chissano com os líderes dos países da região, o Zimbabwe e a Tanzânia apoiaram o exército moçambicano na recuperação dos distritos e vilas sob controlo da RENAMO na província da Zambézia.<sup>416</sup> Morrumbala foi um dos distritos reconquistados pelo exército governamental moçambicano em resultado das operações conjuntas envolvendo as forças

---

<sup>412</sup> *Tempo*, «É dever do Zimbabwe ajudar Moçambique», 15 de Setembro de 1985, 13.

<sup>413</sup> William Finnegan, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique* (London: University of California Press, 1992), 11 e 35.

<sup>414</sup> Margaret Hall e Tom Young, *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence* (London: Hurst and Company, 1997), 190-191.

<sup>415</sup> *Tempo*, «À semelhança dos zimbabweanos: soldados tanzanianos já estão em Moçambique, revela Joaquim Chissano à imprensa internacional», 15 de Março de 1987, 9-10.

<sup>416</sup> Margaret Hall e Tom Young, *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence* (London: Hurst and Company, 1997), 190-191.

zimbabwianas e tanzanianas, em Abril de 1987.<sup>417</sup> Em resultado das operações militares conjuntas, no mesmo ano, os distritos de Luabo, Marromeu, Mopeia e Nicoadala foram reconquistados à RENAMO. Em Sofala foram libertados os distritos de Maríngue, Caia, Chemba e Muanza.<sup>418</sup> Portanto, em 1987 registaram-se vitórias de vulto das forças governamentais e derrotas notáveis para a RENAMO. Porém, a guerra não terminou e as ações da RENAMO continuaram a semear a insegurança e a destruição em Moçambique, facto que começava a revelar a impossibilidade de uma solução militar e unilateral para o conflito.

### 3.2.4 A Maturação do Conflito, 1988-1992

Até ao primeiro trimestre de 1987, a RENAMO continuava a ganhar terreno na frente militar, enquanto as forças governamentais mostravam-se incapazes de parar a progressão do movimento rebelde. O sucesso militar da RENAMO resultava de vários fatores, nomeadamente, a posse de um sistema de rádio muito sofisticado fornecido pela África do Sul, através do qual o movimento rebelde conseguia coordenar as suas ações em todo o território nacional e evitar que as suas comunicações fossem interceptadas.<sup>419</sup> Os homens da RENAMO mostravam-se mais motivados do que as forças governamentais que enfrentavam várias dificuldades, entre as quais problemas logísticos, baixos salários, falta de disciplina, entre outras, conforme indicou um relatório secreto preparado pela inteligência zimbabwiana sobre a situação militar em Moçambique.<sup>420</sup> A baixa motivação nas forças governamentais resultava, igualmente, do recrutamento arbitrário dos jovens para o exército e da sua permanência no serviço militar para além do tempo estipulado pela lei. Na 6ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, realizada de 6 a 10 de Janeiro de 1987, o partido reconheceu a existência de problemas no recrutamento e na desmobilização dos jovens, tendo recomendado o Ministério da Defesa Nacional a tomar medidas conducentes à solução das irregularidades.<sup>421</sup> Os problemas no seio das forças armadas governamentais chegaram a gerar numerosas deserções de soldados.<sup>422</sup>

Entretanto, a partir do segundo trimestre de 1987 o exército governamental conseguiu alcançar a recuperação de importantes posições em vários pontos do país graças ao apoio dos exércitos do

---

<sup>417</sup> William Finnegan, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique* (London: University of California Press, 1992), 11-35.

<sup>418</sup> *Tempo*, «Visita presidencial: paz desponta na Zambézia e Sofala, como no passado - numa mão a enxada e noutra a arma, exorta chefe de Estado», 19 de Abril de 1987, 8-15.

<sup>419</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>420</sup> Moisés Venâncio e Stephen Chan, «War and gropings towards peace», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998), 11.

<sup>421</sup> *Tempo*, «Sexta sessão do Comité Central: reforçar e melhorar o trabalho partidário», 18 de Janeiro de 1987, 2-4.

<sup>422</sup> Michel Cahen, *Mozambique, La Revolution Implosée: Études Sur 12 Ans d'Indépendence, 1975-1987* (Paris: Éditions L'Harmattan, 1987), 71.

Zimbabwe e da Tanzânia. Se a RENAMO acreditava que por via da força militar poderia alcançar os seus objetivos políticos, as importantes vitórias das forças governamentais a partir do final do primeiro trimestre de 1987 começaram a desfazer essa crença.

Em Julho de 1987 teve lugar o massacre de mais de 350 pessoas, incluindo crianças, no distrito de Homoíne, província de Inhambane. O massacre cuja autoria foi atribuída à RENAMO captou a atenção internacional. No dia 22 de Julho de 1987, o jornal «New York Times» reportava que a RENAMO tinha massacrado 380 pessoas em Homoíne.<sup>423</sup> Para além de outras práticas violentas e macabras da RENAMO ou pelo menos à ela atribuídas, o massacre de Homoíne causou uma enorme indignação internacional, concorrendo para o encerramento das possibilidades de apoio internacional que o movimento rebelde procurava explorar. O massacre em referência e o relatório Gersony mancharam sobremaneira a imagem da RENAMO de tal sorte que a direita americana cessou o apoio ao movimento rebelde, por um lado, e por outro, cimentaram-se mais as relações entre os EUA e Moçambique. Os EUA chegaram a proibir a entrada de Afonso Dhlakama no seu território, ameaçando extraditá-lo para Maputo.<sup>424</sup> Em 1988, a imprensa britânica atacou a RENAMO sublinhando que se tratava de um movimento mal organizado, sem ideias e profundamente dividido.<sup>425</sup>

Como resultado da ampla campanha diplomática e mediática desencadeada pela FRELIMO, a RENAMO ficou completamente isolada a nível internacional. Com a celebração do acordo de segurança entre Moçambique e o Malawi, em Dezembro de 1986, a RENAMO deixou de receber o apoio a partir do território malawiano, ficando cada vez mais isolada a nível regional. As mudanças internacionais que se operavam no final da década de 1980, nomeadamente, a *perestroika*, a redução do engajamento sul-africano no apoio à insurgência em Moçambique, a aproximação de Maputo à Pretória, em Setembro de 1988, com a realização do encontro entre Joaquim Chissano e P. W Botha, em Songo, província de Tete e a assinatura do acordo entre as autoridades moçambicanas, Portugal e África do Sul para a reparação da linha de transmissão elétrica da Barragem de Cahora Bassa para o território sul-africano contribuíram para o maior isolamento da RENAMO a nível regional. Os acordos de Nova Iorque assinados em 1988, tendo em vista a independência da Namíbia revelavam uma mudança de atitude do regime sul-africano e sinalizavam a possibilidade real de Pretória abandonar o apoio à UNITA e à RENAMO.

---

<sup>423</sup> *New York Times*, 22 de Julho de 1987, citado em Lina Magaia, *Dumba Nengue: RunFor Your Life, Peasant Tales of Genocide Mozambique* (London: Karnak House, 1989), 3

<sup>424</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 51.

<sup>425</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/L: ACD Editores, 2006), 52.

Embora a ação diplomática do governo da FRELIMO tenha conseguido, com sucesso, o isolamento regional e internacional da RENAMO as ofensivas militares que eram realizadas de forma paralela não permitiram a eliminação do movimento insurgente nem mesmo a redução das suas ações militares. A lei da amnistia aprovada pela Assembleia Popular durante a sua 3ª sessão realizada em Dezembro de 1987 com o objetivo de incentivar as deserções de moçambicanos das fileiras da RENAMO não produziu os resultados esperados. Pelo contrário, no final da década de 1980 a guerra e a insegurança agravaram-se no país. Consequentemente, o curso normal da vida económica, social e política do país ficou manifestamente inviabilizado e o exercício da autoridade do Estado confinou-se sobretudo às cidades. Os ataques da RENAMO passaram a acontecer em regiões mais próximas da cidade de Maputo como Matola e Machava, localizadas a cerca de 20 Km da capital do país.

Em Dezembro de 1988 a Tanzânia decidiu retirar grande parte dos seus soldados de Moçambique devido aos elevados custos das operações e da sua pouca efetividade.<sup>426</sup> Em 1989 o número de soldados zimbabwianos em Moçambique reduziu de cerca de 10 000 para 3000. Porém, o corredor da Beira - a principal prioridade de Harare não estava completamente seguro. A redução dos soldados zimbabwianos resultava, por um lado, das pressões internas contra o envolvimento de Harare no conflito em Moçambique, e por outro lado, dos elevados custos da presença do exército do Zimbabwe em território moçambicano. Iguamente, o Zimbabwe, através de um relatório dos serviços de inteligência compreendeu que a guerra não podia ser ganha militarmente, tendo constatado a existência de baixa motivação dos soldados moçambicanos, entre outras dificuldades.<sup>427</sup> Aliás, no seu relatório ao 5º congresso realizado em 1989, o Comité Central da FRELIMO reconheceu a existências de problemas sérios no seio do exército ao nível de abastecimento e salários, falta de assistência adequada, problemas logísticos, de comunicação, dificuldades no treinamento e deficiências na cadeia de comando, cuja correção era considerada urgente.<sup>428</sup>

Paralelamente à continuidade da guerra e das dificuldades dela decorrente, o final da década de 1980 foi caracterizado pelo agravamento das já difíceis condições económicas e sociais - fruto da implementação das medidas de austeridade, incluindo cortes nos salários, aumento do desemprego, desvalorização da moeda nacional no âmbito da implementação do Programa de

---

<sup>426</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 66.

<sup>427</sup> Moisés Venâncio e Stephen Chan, «War and gropings towards peace», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998), 10-11.

<sup>428</sup> Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao 5º Congresso, «Por Um Consenso Nacional de Normalização de Vida», 1ª ed. (Maputo: Coleção 5º Congresso, 1989), 17.

Reabilitação Económica (PRE), lançado no princípio de 1987. Embora tenha reafirmado a necessidade das reformas económicas em curso no país, no seu relatório ao 5º congresso da FRELIMO, o Comité Central do partido reconheceu a existência de enormes dificuldades enfrentadas pelos cidadãos moçambicanos em resultado da aplicação do PRE. O crescimento do descontentamento popular devido ao impacto do PRE conduziu a uma onda de greves e protestos. A FRELIMO estava consciente de que a insatisfação económica era perigosa para o apoio político.<sup>429</sup>

A partir da segunda metade da década de 1980 a situação de emergência no país agravou-se. Se em 1984 o número de refugiados moçambicanos nos países vizinhos era de 44 000 e o número de deslocados internos estimado em 400 000, em 1989 o número de refugiados moçambicanos nos países vizinhos subiu de forma dramática para cerca de 1 700 000 e de deslocados internos era de cerca de 1 700 000.<sup>430</sup> A tendência crescente do número de refugiados e deslocados internos colocava o país numa situação de emergência permanente cuja sustentabilidade tornava-se difícil ou impossível mesmo com a ajuda internacional. A ajuda de emergência por parte da comunidade internacional podia mitigar a crise humanitária instalada no país, porém, não podia resolvê-la. Ademais, a ajuda humanitária disponibilizada pela comunidade internacional chegava com muitas dificuldades às populações necessitadas sobretudo no meio rural devido à crescente insegurança causada pela guerra no país. Aliás, como resultado do conflito as populações não podiam produzir, expondo-se assim à fome que se agravou em resultado da seca, tornando-se assim, endémica, perante o olhar impotente das autoridades moçambicanas.

A continuidade da guerra e a incapacidade do exército moçambicano garantir a segurança perigava a credibilidade e a legitimidade da FRELIMO. Neste contexto, para as lideranças da FRELIMO afigurava-se necessária e urgente a busca de uma solução política para o conflito uma vez que a via militar tornara-se visivelmente ineficaz.

Por outro lado, perante o seu profundo isolamento regional e internacional e dada a incapacidade de alcançar os seus objetivos por via militar, a necessidade de procura de uma via política para o fim conflito começou a emergir no seio da RENAMO como a melhor alternativa a ser considerada. Se em meados da década de 1980 a RENAMO e os militares sul-africanos nutriam a confiança na possibilidade do alcance dos seus objetivos por via militar, no final da mesma década o movimento

---

<sup>429</sup> Moisés Venâncio e Stephen Chan, «War and gropings towards peace», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998), 23.

<sup>430</sup> Mario J. Azevedo, *Tragedy and Triumph: Mozambique Refugees in Southern Africa, 1977-2001* (Portsmouth: Heinemann, 2002), 4.



rebelde reconhecia que esta solução tornara-se completamente inviável. Para chegar ao poder por via da força a RENAMO teria que conquistar e controlar as cidades e vilas, expondo-se ao risco de ataques aéreos do exército governamental. O controlo das cidades e vilas obrigaria a RENAMO a abandonar as técnicas de guerrilha para adotar estratégias de um exército convencional facto que fragilizaria a capacidade combativa e defensiva do movimento rebelde. Igualmente, a RENAMO precisaria de uma capacidade de administração pública que era inexistente no movimento.

A conquista do poder por via militar poderia custar muitas vidas humanas. Esta situação agravaria a já manchada imagem internacional da RENAMO sobretudo após o massacre de Homoine. Por isso, no final da década de 1980 os conselheiros internacionais da RENAMO desaconselharam o recurso à solução militar.<sup>431</sup> A seca que afetou a região centro do país na segunda metade da década de 1980 obrigou a RENAMO a considerar a procura de uma solução negocial para o conflito uma vez que se tornava cada vez mais difícil alimentar as suas forças perante a ausência de produção alimentar.<sup>432</sup>

Assim, a partir de 1988 o governo da FRELIMO e a RENAMO perceberam a incapacidade de alcançarem satisfatoriamente os seus objetivos por via unilateral e sobretudo através do uso da força militar - uma evidência do empate mutuamente doloroso entre as partes. Acima de tudo o governo de Moçambique e a RENAMO perceberam que o alcance dos seus objetivos por via unilateral teria custos políticos, económicos e humanitários incomportáveis a nível doméstico e internacional. A perceção de que uma solução militar estava bloqueada existiu também no seio dos atores externos envolvidos diretamente no conflito, nomeadamente, o Zimbabwe, Tanzânia e a África do Sul. Entre o final de 1988 e 1989 a Tanzânia e o Zimbabwe retiraram grande parte dos seus soldados do território moçambicano devido a constatação de que o conflito tinha atingido uma situação de bloqueio em que nenhuma das partes era capaz de alcançar a vitória e acima de tudo porque os custos da ação militar eram demasiadamente elevados.

Na sequência da perceção de que o conflito estava bloqueado o governo da FRELIMO e a RENAMO visualizaram a solução negocial como a melhor alternativa. Isto é, a perceção do empate militar mutuamente doloroso entre o governo da FRELIMO e a RENAMO contribuiu para o surgimento da motivação e da vontade das duas partes para negociar. Neste contexto, em Dezembro de 1987, Joaquim Chissano admitiu e encorajou o envolvimento dos líderes religiosos na procura da paz para Moçambique.<sup>433</sup> Este gesto sinalizava a motivação e a disposição (vontade)

---

<sup>431</sup> Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>432</sup> Entrevista, Hermínio Morais, 3 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>433</sup> Dinis Salomão Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/L.: s/ed., 1994), 13.

do governo moçambicano em buscar uma solução para o conflito por via pacífica. Igualmente, em Dezembro de 1987, através dos americanos, a RENAMO fez chegar ao governo moçambicano um documento no qual apresentava as condições para a realização das negociações.<sup>434</sup> Este gesto indicava de forma clara a motivação e a disponibilidade da RENAMO no sentido de buscar uma solução negocial para o conflito. Portanto, os gestos manifestados pelo governo liderado pela FRELIMO e pela RENAMO demonstravam que o conflito moçambicano tinha atingido a fase de maturação, proporcionando a abertura das partes para o início de negociações com vista a por termo à guerra.

A motivação e a vontade das partes e sobretudo o otimismo que estas manifestaram em relação aos resultados das negociações foi determinante para o início das conversações entre a RENAMO e o governo moçambicano, em 1989, sob a facilitação das instituições religiosas, nomeadamente, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), a Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), dos governos do Zimbabwe e do Quênia e mais tarde, entre 1990 e 1992, as negociações de paz, em Roma, Itália, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio e do governo italiano. É importante sublinhar que o final da Guerra Fria proporcionou o ambiente internacional favorável à solução política para o conflito moçambicano.

### **3.3 Conclusão**

Neste capítulo procurou-se compreender o processo de construção da paz em Moçambique, identificando quatro períodos. O primeiro período estendeu-se entre 1979 e 1981. O segundo decorreu entre 1982 e 1984. O terceiro período alargou-se entre 1985 e 1987. O quarto período desenrolou-se entre 1988 e 1992. A análise permitiu compreender que as iniciativas desencadeadas nos três primeiros períodos visando a resolução pacífica do conflito em Moçambique não resultaram no fim da guerra. Pelo contrário o conflito intensificou-se profundamente pelo facto de as partes continuarem a acreditar na capacidade de realização dos seus objetivos por via unilateral e militar. Esta situação evidenciava a ausência da maturação do conflito. Por isso a RENAMO e o governo da FRELIMO não tinham a motivação e a vontade de negociar. Igualmente, faltava o otimismo em relação aos resultados da negociação.

Entretanto, no último período o conflito entrou para a situação de empate mutuamente doloroso, no sentido que as duas partes em disputa perceberam que não poderiam alcançar os seus objetivos por via de ações unilaterais, por um lado, e por outro lado, constataram que a prossecução de uma

---

<sup>434</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 243.

via militar e unilateral acarretava custos elevados e manifestamente inoportáveis a nível nacional e internacional. Esta situação evidenciava a maturação do conflito. Perante este cenário o governo moçambicano e a RENAMO visualizaram a solução negocial como a melhor alternativa para a saída da situação de bloqueio em que o conflito se encontrava. Da situação de bloqueio resultou a motivação e a vontade do governo da FRELIMO e da RENAMO em negociar e não só mas também o otimismo que viria a ser determinante para a prossecução das negociações. Igualmente, é importante sublinhar que a distensão do ambiente internacional e regional resultante da *perestroika*, do fim da Guerra Fria e das mudanças políticas na África do Sul contribuiu para a criação e perceção da situação de empate mutuamente doloroso pelas partes moçambicanas do conflito. Portanto, a análise do processo de construção da paz em Moçambique revela que a maturação do conflito teve um papel determinante para o início das negociações visando o estabelecimento da paz.



## CAPÍTULO IV

### DA ABERTURA DO DIÁLOGO AO ACORDO GERAL DE PAZ: A INTERVENÇÃO DE MÚLTIPLOS ATORES

#### 4.1 O Enquadramento Teórico e Conceptual

O presente capítulo da tese terá como referencial teórico e conceptual a *multi-track diplomacy* apresentada e discutida no capítulo introdutório desta tese. A *multi-track diplomacy* é uma abordagem que sublinha o envolvimento de múltiplos atores, entre estatais (diplomacia oficial ou tradicional, também conhecida como *track one diplomacy*) e não estatais (diplomacia informal também designada por *track two diplomacy*) nos processos de resolução de conflitos intraestatais e entre estados. Portanto, no contexto da *multi-track diplomacy* a questão da gestão, resolução ou transformação de conflitos não deve ser tratada somente na perspetiva de Estado, mas é preciso incluir novos atores globais, regionais, locais, oficiais e informais, sendo esta uma das características e potencialidades desta abordagem de intervenção no processo de resolução dos conflitos.<sup>435</sup> No âmbito da *multi-track diplomacy* não se pretende reduzir o papel e a importância dos atores estatais na resolução de conflitos e muito menos substituí-los. Pretende-se, sim, sublinhar a importância e a necessidade da interação entre a diplomacia tradicional (que envolve estados, governos e organizações intergovernamentais) e a *track two diplomacy* (que envolve as organizações não estatais) nos processos de resolução de conflitos.

#### 4.2 A Intervenção das Igrejas na Procura da Paz

O envolvimento da comunidade religiosa na procura da paz em Moçambique remonta ao princípio da década de 1980. De 14 a 17 de Dezembro de 1982 teve lugar a reunião entre a direção da FRELIMO e do Estado moçambicano e os representantes das confissões religiosas existentes em Moçambique. O encontro tinha como o objetivo pôr termo à tensão que caracterizava as relações entre as instituições religiosas, o partido e o Estado no período imediatamente posterior à independência de Moçambique. Igualmente, a FRELIMO e o Estado moçambicano pretendiam promover o envolvimento ativo das religiões no processo de construção da nova nação e da sua unidade.<sup>436</sup>

---

<sup>435</sup> Daniel Wehrenfennig, «Multi-track diplomacy and human security», *Human Security Journal*, Vol. 7 (2008): 81 e 83.

<sup>436</sup> Anónimo, *Consolidemos Aquilo Que Nos Une: Reunião da Direção do Partido e do Estado com Representantes das Confissões Religiosas, 14 a 17 de Dezembro de 1982*, Coleção Unidade Nacional (República Popular de Moçambique: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983), 17 e 19.

Durante a reunião acima referida Dinis Sengulane, Bispo da Igreja Anglicana em Moçambique, sublinhou a necessidade de se encontrarem meios pacíficos para o fim da guerra que estava a devastar o país.<sup>437</sup> No mesmo encontro, Jaime Gonçalves, Arcebispo da Igreja Católica na cidade da Beira e membro da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) disse que «preocupam-nos as perturbações internas a partir de ações que destroem vidas e bens e impedem o progresso. Esta verificação compromete-nos a procurar com todos os moçambicanos os caminhos que conduzam à paz.»<sup>438</sup> Deste modo, os dois líderes religiosos lançavam o apelo à liderança da FRELIMO e do Estado para a procura de uma solução para o conflito tendo como base o diálogo entre as partes moçambicanas. Este foi o primeiro momento em que as confissões religiosas apelaram às autoridades moçambicanas no sentido de buscarem uma solução pacífica para a guerra. Porém, a resposta da liderança da FRELIMO e do Estado ao apelo foi de rejeição e censura.<sup>439</sup>

A reação negativa da FRELIMO e do Estado resultava, primeiro, do facto de a RENAMO não ser reconhecida como uma organização política representando interesses de segmentos da população moçambicana. Segundo, a liderança da FRELIMO considerava a solução militar para o conflito como a melhor alternativa. Terceiro, o diálogo proposto poderia significar o reconhecimento político da RENAMO, um gesto em relação ao qual a FRELIMO não estava ainda preparada. Em suma o conflito estava ainda longe da sua maturação. Entretanto, as posições dos dois líderes religiosos acima referidas marcaram o início das intervenções da diplomacia não oficial tendo em vista a resolução do conflito moçambicano.

#### **4.2.1 O Conselho Cristão de Moçambique (CCM)**

O envolvimento das igrejas integrantes do CCM no processo de construção da paz em Moçambique não deixou de criar divisões no seio das lideranças religiosas. Alguns líderes religiosos manifestaram-se contra o envolvimento do CCM no processo de construção da paz, considerando que uma tarefa do género não se inscrevia no âmbito da responsabilidade das igrejas. Entretanto, após a discussão no seio das lideranças religiosas prevaleceu a posição segundo a qual a procura da paz era uma tarefa da igreja.<sup>440</sup> Esta posição era defendida pelo grupo maioritário dentro do qual estava Dinis Sengulane, Bispo da Igreja Anglicana em Moçambique.

Em 1983, uma delegação do CCM visitou a pequena cidade de Vilanculos, província de Inhambane, onde pela primeira vez foi confrontada com o registo de fome, desabrigados e com a

---

<sup>437</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/L: s/ed., 1994), 7.

<sup>438</sup> Jaime Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Beira: s/ed., 2014), 44.

<sup>439</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 39-40.

<sup>440</sup> Entrevista, Dinis Sengulane, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

violência resultante da guerra. Tratava-se de uma situação que o governo ainda não tinha tornado pública porque, provavelmente, acreditava que ainda poderia controlá-la. Após a constatação daquela dura realidade o CCM começou a alertar as igrejas parceiras no estrangeiro sobre a gravidade e a generalização do sofrimento da população devido a guerra.<sup>441</sup>

Três meses após a assinatura do acordo de Nkomati e perante a continuidade da guerra, o CCM endereçou uma mensagem ao Presidente moçambicano, Samora Machel, sublinhando a necessidade de realização de conversações com a RENAMO tendo em vista a resolução do conflito.<sup>442</sup> Em resposta, um membro do governo mandatado por Samora Machel reuniu-se com o CCM informando que a proposta dos líderes religiosos era inaceitável. A reação do governo à proposta do CCM revela o facto de a diplomacia informal ser desprovida de poder político (ou *leverage*) e por isso não possui uma elevada capacidade de influenciar as estruturas de poder.<sup>443</sup> Entretanto, não está claro se a mensagem do CCM poderá ou não ter contribuído para o engajamento do governo moçambicano nas negociações com a RENAMO, em Pretória, propostas pela África do Sul no princípio do segundo semestre de 1984.

Após o fracasso das negociações de Pretória, em Outubro de 1984, e após o encerramento do diálogo entre o governo moçambicano e a RENAMO sob a facilitação da África do Sul, no final do mesmo ano, abriu-se uma nova fase de escalada militar do conflito. Preocupado em trabalhar para a busca da paz, o CCM estabeleceu a Comissão de Paz e Reconciliação (CPR), em Novembro de 1984. Através desta comissão o CCM pretendia dialogar com o governo tendo em vista a realização de conversações com a RENAMO.<sup>444</sup>

Em 1985, a RENAMO não só intensificou os seus ataques como também tinha conseguido alargar o seu espaço de atuação em Moçambique, paralisando a vida económica e social do país. Por seu lado, o governo moçambicano intensificou as suas operações militares com vista a eliminação da RENAMO, porém, sem sucesso. É neste contexto de continuidade e de intensificação do conflito armado que, em 8 de Maio de 1985, o CCM dirigiu uma nova mensagem ao governo, salientando a urgência de realização de conversações que contribuíssem para o estabelecimento da paz no país.<sup>445</sup> Durante a quaresma, em 1985, as igrejas integrantes do CCM organizaram estudos bíblicos

---

<sup>441</sup> Derrick Knight, *Mozambique Caught In The Trap* (Oxford: Christian Aid, 1988), 3

<sup>442</sup> Conselho Cristão de Moçambique (CCM), *Mensagem Dirigida ao Presidente Samora Machel*, 4 de Julho de 1984, Maputo, Arquivo do CCM, Maputo, Moçambique.

<sup>443</sup> Jeffrey Mapendere, «Track one and half diplomacy and the complementary of tracks», *Culture of Peace Online Journal*, n° 2, (2006): 68.

<sup>444</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/L: s/ed., 1994), 8.

<sup>445</sup> Conselho Cristão de Moçambique (CCM), *Mensagem Dirigida ao Presidente Samora Machel*, 8 de Maio de 1985, Maputo, Arquivo do CCM, Maputo, Moçambique.

sobre a paz dirigidos aos crentes. Assim, foi concebido o texto intitulado «chamados à paz» com o objetivo de ajudar os cristãos a serem instrumentos de promoção da paz durante o ano de 1985.<sup>446</sup> Esta iniciativa é um exemplo evidente da intervenção no âmbito da *track two diplomacy*, no sentido de construir a paz através de ações de cidadãos como atores não formais, procurando influenciar o comportamento dos atores oficiais. Estas iniciativas inserem-se também dentro de um contexto mais amplo da *multi-track diplomacy* que envolve, entre outros atores os chamados *private citizens* e a religião.<sup>447</sup>

No princípio de Agosto de 1985, os representantes religiosos do CCM foram recebidos em audiência por Samora Machel. O encontro foi solicitado em Junho do mesmo ano pelo CCM. Durante a reunião os religiosos liderados por Filipe Sique Banze, Secretário-geral do CCM, exprimiram a sua preocupação em relação à situação militar e de violência no país, tendo, igualmente, manifestado a sua prontidão e disponibilidade em participar ativamente na solução dos problemas nacionais. Por sua vez, Samora Machel louvou a atitude cívica e responsável manifestada pelo CCM.<sup>448</sup> Tratou-se de um encontro de natureza informativa, tendo o mesmo sido bastante cordial.<sup>449</sup>

As igrejas integrantes do CCM realizaram cultos e orações sobre e para a paz. Em resultado da continuidade da guerra apesar das iniciativas diplomáticas e militares da parte do governo, no dia 6 de Outubro de 1987, o CCM endereçou uma carta ao Presidente Joaquim Chissano realçando a necessidade de realização do diálogo entre o governo e a RENAMO com vista a pôr termo ao conflito que dilacerava o país.<sup>450</sup> Na referida carta os líderes do CCM reiteraram a disposição para usarem os seus recursos e influência junto dos crentes e irmãos dentro e fora do país com vista a buscar a paz e o progresso para o país. Esta posição manifestada pelo CCM é um exemplo evidente dos mecanismos de intervenção da diplomacia informal. A insistência do CCM na necessidade do diálogo com RENAMO mesmo perante a intransigência governamental revela de forma clara que a *track two diplomacy* não é necessariamente inibida pelo poder político ou constitucional.<sup>451</sup>

Em Dezembro de 1987 os líderes religiosos do CCM foram recebidos por Joaquim Chissano. No encontro, os líderes do CCM insistiram na necessidade do diálogo com os moçambicanos

---

<sup>446</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/l.: s/ed., 1994), 9 e 55.

<sup>447</sup> John W. McDonald, «The Institute for Multi-Track Diplomacy», *Journal of Conflictology*, Vol. 3 (2012): 67.

<sup>448</sup> *Tempo*, «Presidente Samora Machel recebe chefes religiosos», 11 de Agosto de 1985, 3.

<sup>449</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/l.: s/ed., 1994), 9.

<sup>450</sup> Conselho Cristão de Moçambique (CCM), *Mensagem Dirigida ao Presidente Joaquim Chissano*, 6 de Outubro de 1987, Maputo, Arquivo do CCM, Maputo, Moçambique.

<sup>451</sup> Jeffrei Mapendere, «Track one and half diplomacy and the complementarity of tracks», *Culture of Peace Online Journal*, n° 2, (2006): 68.



envolvidos no conflito. Joaquim Chissano apreciou o envolvimento das igrejas na questão da paz, sublinhando que uma atitude contrária dos religiosos significaria o abandono da sua vocação. Chissano reconheceu que a igreja tinha o direito de jogar o seu papel na busca da paz.<sup>452</sup> Este momento marcava a aceitação do governo em relação a necessidade do diálogo com os moçambicanos envolvidos no conflito com vista a cessação da guerra. Esta reação do governo, através de Joaquim Chissano teve lugar no contexto da perceção do impasse militar mutuamente doloroso que o conflito tinha atingido e da elevação dos custos da continuidade da via unilateral – configurando a maturação do conflito, conforme foi explicado no terceiro capítulo. Assim, a diplomacia informal conseguiu o reconhecimento pelo governo de que a RENAMO era um interveniente válido no processo de construção da paz em Moçambique. Neste contexto, em 1988, o CCM iniciou os seus contactos com vista a localização da liderança da RENAMO de modo a persuadi-la a entrar em negociações com o governo moçambicano para o fim do conflito armado.

Em 1988 uma delegação do CCM constituída por 7 líderes religiosos deslocou-se aos EUA a fim de estabelecer os primeiros contactos com a RENAMO. Esta delegação convidou para a missão, Alexandre Maria dos Santos, Arcebispo da Igreja Católica em Maputo, uma vez que a CEM se tinha pronunciado publicamente a favor do diálogo entre o governo moçambicano e a RENAMO. Este gesto é revelador do potencial e da capacidade que a diplomacia informal ou *two track diplomacy* tem de estabelecer mecanismos de coordenação nos processos de intervenção na resolução de conflitos. Nos EUA os líderes religiosos falaram com Artur Vilanculos que se prontificou em ajudar na busca de contactos com a RENAMO. Entre Abril e Dezembro de 1988 os líderes religiosos do CCM deslocaram-se em ocasiões diferentes a Nairobi onde estabeleceram contactos com Betwell Kiplagat, Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros queniano tendo em vista a localização da liderança da RENAMO.<sup>453</sup>

Após a visita aos EUA foi constituído um grupo de trabalho integrando Dinis Sengulane, o pastor Ozias Mucache do lado do CCM, Alexandre Maria dos Santos e Jaime Gonçalves da CEM.<sup>454</sup> Em Fevereiro de 1989, o grupo constituído por membros do CCM e da CEM deslocou-se ao Quénia onde manteve um encontro com o Presidente queniano, Daniel Arap Moi que manifestou o desejo de apoiar Moçambique no processo de busca da paz. Este encontro é um exemplo da interação entre os atores da diplomacia oficial e da diplomacia informal no âmbito da *multi-track diplomacy*. Dentro do sistema da *multi-track diplomacy*, as negociações tomam lugar em múltiplos níveis,

---

<sup>452</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/L: s/ed., 1994), 13.

<sup>453</sup> Sengulane, *Vitória...*, 14 e 15.

<sup>454</sup> Sengulane, *Vitória...*, 14.

com o engajamento dos diferentes *tracks* em sequência, em paralelo, de forma misturada e até mesmo com os vários *tracks* interligados.<sup>455</sup>

No mesmo mês, em Nairobi, o grupo de líderes religiosos moçambicanos reuniu-se com a delegação da RENAMO constituída por Raúl Domingos, Vicente Ululu e Francisco Nota. A deslocação de Domingos e Ululu a Nairobi resultava de um convite formulado pelas autoridades quenianas ao Afonso Dhlakama no sentido de este se deslocar ao Quénia a fim de se encontrar com os líderes religiosos para a construção da paz. Porém, devido ao receio de ser preso e entregue às autoridades moçambicanas, Dhlakama fez deslocar Raúl Domingos e Vicente Ululu a fim de verificar o grau de confiança que se poderia depositar no governo queniano. Na verdade Domingos e Ululu foram usados como cobaias. Se os 2 quadros da RENAMO fossem presos Dhlakama confirmaria a possibilidade de traição do Quénia e no caso contrário ficaria certo do cometimento do governo de Nairobi em relação a causa da paz em Moçambique.<sup>456</sup>

No encontro em referência os religiosos disseram que as partes relevantes do conflito moçambicano eram a RENAMO e o governo moçambicano, tendo sublinhado a necessidade da paz. A RENAMO apreciou os esforços e a paciência das igrejas com vista a unir as partes e manifestou o seu interesse em negociar pela paz, tendo, inclusivamente, informado que uma delegação de 6 pessoas para esse fim já tinha sido constituída pela RENAMO.<sup>457</sup> Este facto prova que a partir do final da década de 1980, do lado da RENAMO havia a perceção sobre o empate mutuamente doloroso e do elevado custo da continuidade de ações unilaterais (maturação do conflito) e a consequente necessidade de uma solução negociada para o alcance da paz.

Com o apoio do governo queniano, em Agosto de 1989, em Nairobi, teve lugar o primeiro encontro entre os líderes religiosos do CCM, CEM e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO. Neste encontro foi solicitado aos líderes religiosos no sentido de puxarem tanto o governo da FRELIMO como a RENAMO para um diálogo genuíno com vista a paz.<sup>458</sup> Esta solicitação revela o importante papel que diplomacia informal pode jogar numa situação em que diálogo oficial está bloqueado ou enfrenta constrangimentos. A solicitação da RENAMO revelava o reconhecimento

---

<sup>455</sup> Julian Thomas Hottinger, «The Relationship Between Track One and Track Two Diplomacy», [http://www.c-r.org/sites/default/files/accord16\\_13therelationshipbetweentrackone\\_2005\\_ENG.pdf](http://www.c-r.org/sites/default/files/accord16_13therelationshipbetweentrackone_2005_ENG.pdf)

<sup>456</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>457</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/l.: s/.ed., 1994), 20.

<sup>458</sup> Sengulane, *Vitória...*, 21.

de que os religiosos possuíam a capacidade para o desbloqueio de problemas que poderiam constituir-se como entraves para a realização do diálogo.<sup>459</sup>

Após os contactos acima referidos, no dia 31 de Agosto de 1989, o governo Moçambicano informou aos religiosos que havia sido constituída uma comissão para as conversações com a RENAMO.<sup>460</sup> Posteriormente, os presidentes do Quénia e do Zimbabwe, Daniel Arap Moi e Robert Mugabe, respetivamente, foram indicados como mediadores do processo com vista ao fim do conflito. Portanto, a diplomacia informal exercida pelos líderes religiosos moçambicanos contribuiu para a abertura de canais de comunicação entre as partes em conflito e para a sua aproximação tendo em vista o diálogo para a paz. A interação entre os líderes religiosos, as partes em conflitos e o governo do Quénia é um exemplo claro das sinergias que a *multi-track diplomacy* proporciona aos processos de resolução de conflitos.

Durante o diálogo que decorreu em Roma, Itália, entre 1990 e 1992, o CCM continuou a estabelecer contactos com as partes em conflito. Com esta ação o CCM pretendia apoiar a aceleração do processo negocial e o desbloqueio de impasses que dificultavam o alcance da paz na mesa de negociações. No segundo Semestre de 1991, uma delegação do CCM reuniu-se com Joaquim Chissano a quem apresentou a preocupação com a lentidão do processo de paz e com continuidade da guerra, informando ao chefe do Estado moçambicano sobre a intenção de fazer chegar a mesma inquietação ao líder da RENAMO. Posteriormente, a delegação do CCM constituída por Dinis Sengulane, João Somane Machado, Bispo da Igreja Metodista Unida em Moçambique e Lucas Amosse, Pastor da Igreja de Cristo, encontrou-se com Afonso Dhlakama, no Malawi, a quem manifestaram a preocupação em ver acelerado o processo de paz. Deste encontro resultou a conclusão de que o CCM ajudaria a tomar diligências para a realização de um encontro entre o líder da RENAMO e o Presidente moçambicano.<sup>461</sup>

No primeiro trimestre de 1992, informado sobre a possibilidade do encontro com Dhlakama, Chissano sublinhou que uma iniciativa desta natureza carecia de uma agenda concreta. Assim, em Março do mesmo ano a delegação do CCM acima referida reuniu-se com Afonso Dhlakama, no Quénia, tendo sido concordado que a agenda do encontro seria a discussão sobre os moldes e a

---

<sup>459</sup> John Davies e Edy Kaufman, «Second track citizens diplomacy: an overview», em *Second Track Citizens Diplomacy: Concepts and Techniques for Conflict Transformation*, ed. John Davies e Edward Kaufman (Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2002), 2.

<sup>460</sup> Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra* (Maputo: Ciedima, 2012), 51.

<sup>461</sup> Dinis Sengulane, *Vitória Sem Vencidos* (S/l.: s/ed., 1994), 25-26.

data para a assinatura do cessar-fogo. Tendo sido informado pelos religiosos sobre a agenda acordada com Dhlakama, Chissano manifestou a sua concordância com o encontro.<sup>462</sup>

#### 4.2.2 A Igreja Católica em Moçambique

[...] Um dos pontos do plano da Conferência Episcopal para a paz foi exatamente o de educar o governo da FRELIMO, o povo e os cristãos sobre a paz conseguida através da reconciliação e não por força das armas. Isto foi uma catequese e escrevemos 21 cartas pastorais para educar a FRELIMO, a RENAMO, o povo moçambicano e os cristãos... A nossa paz não deve ser a paz dos cemitérios. Todos vivos, unidos pela reconciliação para juntos construirmos o país [...]<sup>463</sup>

A Igreja Católica em Moçambique envolveu-se de forma ativa nos esforços com vista à persuasão do governo moçambicano e da RENAMO para busca de uma solução do conflito por via do diálogo. Se as igrejas protestantes integrantes do CCM desenvolveram as suas ações com vista a solução do conflito de forma bastante discreta, recorrendo sobretudo às cartas dirigidas à liderança do governo e aos encontros com a elite governamental, muitas vezes sem o conhecimento do público, a Igreja Católica, através da CEM desencadeou as suas ações com mesmo objetivo, porém, de forma mais pública, recorrendo às cartas pastorais, exortações e comunicados com o conhecimento de toda a sociedade. Os cultos e orações pela paz foram igualmente usados pela Igreja Católica à semelhança das igrejas integrantes do CCM.

No dia 28 de Setembro de 1983 a CEM emitiu uma exortação pastoral através da qual apelava as partes em conflito para a necessidade da paz e de reconciliação nacional. Na exortação os bispos católicos sublinharam que o alcance da paz passava pela promoção de um espírito de diálogo que fosse desde as pessoas, família, grupos e o íntimo da nação. Na missiva a hierarquia católica em Moçambique disse reprovar todos os assassinatos de todos os lados.<sup>464</sup> Em 1983, os cristãos fizeram uma oração pública pela paz, cantando e rezando processionalmente pelas ruas das cidades, vilas e aldeias, enquanto se encaminhavam para os lugares de culto assinalados em cada diocese para a celebração solene do ano santo da redenção.<sup>465</sup>

A assinatura do acordo de Nkomati foi saudada pela CEM que considerou o ato como um passo decisivo na linha da política e da razão. Segundo a Igreja Católica, além de revelar a lucidez, o realismo e a coragem, o acordo demonstrava que a alternativa sincera para a busca da paz não era

---

<sup>462</sup> Sengulane, *Vitória...*, 29.

<sup>463</sup> Entrevista, Jaime Gonçalves, 29 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>464</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Conversão e Reconciliação*, Exortação Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique Sobre o ano Santo da Redenção, 28/09/1983.

<sup>465</sup> José Augusto Alves de Sousa S. J., *A Igreja e a Paz em Moçambique, Síntese Histórica: 1979-1994* (Maputo: EdiBosco, 1995), 20.

a política da força, mas a força da política.<sup>466</sup> Os bispos católicos consideravam que o acordo de Nkomati abria as perspectivas de paz na região austral de África, colocando a necessidade do diálogo interno como o caminho para a solução do conflito. Cerca de dois meses após a assinatura do acordo de Nkomati a CEM considerou que o mesmo tinha tornado mais claro que a guerra em Moçambique era entre os filhos do mesmo povo e da mesma nação moçambicana.<sup>467</sup> Deste modo os bispos católicos contrariavam a tese governamental que negava a dimensão interna do conflito em Moçambique.

A realização das negociações de Pretória entre o governo moçambicano e a RENAMO foi objeto de elogio por parte da Igreja Católica em Moçambique que considerou a iniciativa como sendo o primeiro passo rumo à paz. Porém, devido ao fracasso destas negociações e a continuidade da guerra, no final de Novembro de 1984, a CEM renovou o apelo à paz, exigindo ao governo e à RENAMO o cessar-fogo até que as partes chegassem às conclusões que permitissem a construção efetiva da paz.<sup>468</sup> Em Fevereiro de 1985, os bispos católicos apelaram aos crentes no sentido de se empenharem com entusiasmo e fervor na oração pela paz em Moçambique.<sup>469</sup>

O fracasso do acordo de Nkomati e das negociações de Pretória conduziu à elevação da escalada militar no país. Perante a situação dramática que tinha tomado conta do país, a CEM renovou as suas intervenções com vista a construção da paz, afirmando numa exortação, em Maio de 1986 que «estamos convencidos de que esta paz verdadeira e duradoura só se pode alcançar mediante o diálogo e a reconciliação nacional».<sup>470</sup> No mesmo ano, durante a oração pela paz, em Assis, juntando as principais religiões do mundo, Jaime Gonçalves empreendeu diligências com vista a aproveitar a ocasião para tentar um encontro entre representantes da RENAMO e do governo moçambicano. Porém, esta iniciativa não produziu resultados.<sup>471</sup>

Em 1987 a escalada militar atingiu níveis alarmantes. A RENAMO intensificava os seus ataques em todo o país. Por sua vez, o governo apoiado pelos exércitos dos países vizinhos, nomeadamente, Zimbabwe, Tanzânia e Malawi realizava operações militares de grande envergadura contra a RENAMO. Ao invés de aproximar as partes a uma solução, estas ações

---

<sup>466</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Urgência da Paz*, Exortação Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique às Comunidades Cristãs, 07/05/1984.

<sup>467</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Urgência da Paz...*

<sup>468</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Novo Apelo à Paz*, Nota Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique, 25/11/1984.

<sup>469</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *A Paz é Possível*, Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique, 14/02/1985.

<sup>470</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Cessem a Guerra, Construamos a Paz*, Exortação Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique, 31/05/1986.

<sup>471</sup> José Augusto Alves de Sousa S. J., *A Igreja e a Paz em Moçambique, Síntese Histórica: 1979-1994* (Maputo: EdiBosco, 1995), 25 e 26.

agravavam o sofrimento da população e a destruição do país. É neste contexto que, em Abril de 1987, a CEM emitiu uma carta pastoral muito crítica, sublinhando que «a paz no país depende, em primeiro lugar do partido FRELIMO, do governo e da RENAMO por estarem diretamente envolvidos neste conflito e com o poder de decisão sobre o mesmo.»<sup>472</sup> Na missiva os bispos católicos sublinharam, igualmente, que o diálogo político e a reconciliação nacional eram a única via para uma paz digna e honrosa. Esta era mais uma tentativa com vista persuadir as duas partes a optarem pela solução negocial do conflito. Isto é, a CEM contribuía, assim, para que as partes em conflito percebessem o empate mutuamente doloroso ou o carácter inoportável da elevação dos custos da procura da realização dos seus objetivos por via unilateral. Entretanto, a resposta do governo foi de elevada ira porque este entendia que os bispos católicos tinham colocado a RENAMO em pé de igualdade com as autoridades governamentais, por um lado, e por outro lado, porque havia o receio de a carta ter sido redigida pelos clérigos com o inimigo.<sup>473</sup>

Em Novembro de 1987 os bispos católicos decidiram estabelecer duas comissões, nomeadamente, a comissão de diálogo com o governo com vista a propor a solução negocial em oposição à solução militar e a comissão de busca do diálogo com a RENAMO. Os três arcebispos da CEM faziam parte da primeira comissão e os bispos Alexandre Maria dos Santos e Jaime Gonçalves eram os membros da segunda comissão.<sup>474</sup> No mesmo mês, a comissão de diálogo com o governo reuniu-se com o Joaquim Chissano, tendo sido discutida a questão da paz e da reconciliação nacional de forma relativamente aceitável.<sup>475</sup>

Em 1988, Jaime Gonçalves empreendeu esforços com vista a estabelecer contactos com a RENAMO, tendo neste contexto passado por Roma e Lisboa, porém, sem sucesso. Entretanto, em Junho do mesmo ano, o bispo católico reuniu-se com Afonso Dhlakama, em Gorongosa, tendo o líder da RENAMO manifestado o desejo de dialogar com o governo da FRELIMO com vista a resolução do conflito. Igualmente, Dhlakama manifestou a vontade de contar com o apoio da igreja nesta empreitada.<sup>476</sup> No encontro, Dhlakama propôs a indicação do Togo para o apoio ao diálogo, porém, o bispo católico apresentou a contraproposta, sugerindo o Quénia - país com o qual já havia contactos com vista ao fim do conflito em Moçambique. Afonso Dhlakama respondeu favoravelmente.<sup>477</sup>

---

<sup>472</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *A Paz Que o Povo Quer*, Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique, 30/04/1987.

<sup>473</sup> Jaime Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Beira: s/ed., 2014), 60.

<sup>474</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 54 e 55.

<sup>475</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 61.

<sup>476</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 66-69.

<sup>477</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 68.

De regresso a Maputo, Jaime Gonçalves e Alexandre Maria dos Santos informaram a Joaquim Chissano sobre os contactos realizados com a RENAMO e sobre o interesse deste movimento em iniciar as negociações com o governo, tendo o apoio do Quénia. Joaquim Chissano respondeu favoravelmente à proposta de realização de contactos com o apoio do Quénia.<sup>478</sup>

Em Setembro de 1988, o Papa João Paulo II realizou uma visita à Moçambique. Durante a visita João Paulo II insistiu na mensagem sobre a necessidade da paz e da reconciliação em Moçambique, sublinhando que a igreja prestaria a sua contribuição.<sup>479</sup> A visita do Papa contribuiu muito para a mobilização do governo, da RENAMO, dos líderes religiosos e da sociedade em geral para o engajamento no processo de busca da paz. No final da visita, João Paulo II disse o seguinte aos bispos católicos moçambicanos: «...Os bispos de Moçambique, preocupados com as condições do país, diligenciaram com documentos e contactos, dar a contribuição que está ao seu alcance, para o bem comum. Estou certo que continuarão a percorrer o mesmo caminho...»<sup>480</sup> A visita de João Paulo II e a sua mensagem ajudaram a fortalecer a posição dos defensores de uma solução negocial no seio da FRELIMO, por um lado, e por outro, no seio da RENAMO.

Após o encontro realizado em Nairobi, em Agosto de 1989, entre os líderes religiosos do CCM, da CEM e a RENAMO, abrindo o caminho para a comunicação entre as partes do conflito, teve lugar o início de uma nova etapa no processo de construção da paz. Os líderes religiosos deram lugar à intervenção de Robert Mugabe e Daniel Arap Moi, atuando como mediadores do conflito sob a indicação de Joaquim Chissano com o consentimento da RENAMO.

Durante as negociações de paz, em Roma, Itália, que decorreram entre 1990 e 1992, as freiras de Moçambique enviaram à capital italiana cerca de 2000 cartas pedindo a paz para o país. Estas cartas foram vistas pelas delegações das duas partes em conflito. Armando Guebuza, chefe da delegação governamental nas negociações de paz identificou a carta de uma freira que era prima de Aguiar Mazula - um dos negociadores do governo que confirmara o facto.<sup>481</sup> Esta situação reforçava a responsabilidade das partes e a urgência da paz. As cartas mostravam que as negociações não deviam ser centradas nos interesses apenas das partes mas sobretudo do povo. Deste modo a ação da Igreja Católica em Moçambique constituiu-se como um mecanismo de pressão sobre as partes com vista ao seu engajamento na solução pacífica do conflito.

---

<sup>478</sup> Gonçalves, *A Paz dos...*, 70.

<sup>479</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 21 e 22.

<sup>480</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Esperança da Paz*, Carta Pastoral dos Bispos de Moçambique às Comunidades Cristãs e aos Homens de Boa Vontade, 06/04/1989.

<sup>481</sup> Entrevista, Aguiar Mazula, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

O envolvimento dos líderes da Igreja Católica no processo de procura da paz é um exemplo evidente do potencial e da utilidade da *track two diplomacy* no processo de resolução de conflitos. Devido ao facto de a Igreja Católica em Moçambique não possuir interesses políticos relacionados com a conquista ou manutenção do poder político, os líderes católicos conseguiram aproximar-se com credibilidade à RENAMO e ao governo de forma paciente e persistente, conquistando a confiança das duas partes em conflito. Deste modo, os líderes da Igreja Católica contribuíram para o desbloqueio dos entraves à comunicação que impediam a busca de uma solução negocial. Esta é, sem dúvidas, uma das virtudes da diplomacia informal.

A credibilidade e a confiança conquistadas pelos líderes da Igreja Católica resultava da sua atuação marcadamente imparcial em relação ao conflito.<sup>482</sup> As posições críticas e imparciais dos bispos católicos em relação à guerra e à atuação de todas as partes contribuiu para que estas encontrassem nos líderes religiosos os guardiões da lisura de todo o processo de construção da paz. É neste contexto que a voz dos líderes religiosos assumiu um valor de autoridade sobre as partes em conflito, conseguindo, através das suas mensagens e apelos demovê-las das posições que poderiam inviabilizar o alcance da paz.

Por outro lado, os contactos entre os líderes religiosos e os chefes de Estado do Zimbabwe, Quênia e de Moçambique e a liderança da RENAMO revela que o processo de construção da paz em Moçambique assentava na abordagem da *multi-track diplomacy* caracterizada pela interação entre os atores oficiais (diplomacia tradicional ou *track one diplomacy*) e a diplomacia informal. Através da *multi-track diplomacy* foi possível a manutenção da comunicação e coordenação entre os líderes da Igreja Católica, das igrejas integrantes do CCM e entre estes com os representantes oficiais das partes em conflitos e dos estados acima mencionados com interesse na resolução do conflito moçambicano, incluindo o Vaticano, assim como os crentes que se engajaram em orações pela paz.

Como se pode constatar, após um longo processo de construção de canais de comunicação para o desenvolvimento do diálogo para paz, conduzido pelos líderes religiosos, entraram em cena os estados através dos seus representantes oficiais para a prossecução do processo de intervenção na resolução do conflito moçambicano. Este facto ilustra de forma clara que a diplomacia informal não deve ser vista como uma alternativa à diplomacia tradicional (*track one diplomacy*) mas sim como um complemento.

---

<sup>482</sup> Moisés Venâncio e Stephen Chan, «War and gropings towards peace», em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio (New York: Palgrave Macmillan, 1998), 20.



### 4.2.3 A Comunidade Muçulmana em Moçambique

A comunidade muçulmana (islâmica) engajou-se no processo de construção da paz em Moçambique, embora de forma mais discreta comparativamente à atuação das igrejas integrantes do CCM e da Igreja Católica. Com base nos seus princípios religiosos, os muçulmanos procuraram contribuir para a construção da paz através da realização de cultos e orações durante a guerra e mesmo no período em que decorreram as negociações que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). É importante sublinhar a participação da comunidade muçulmana em cultos inter-religiosos pela paz, em Moçambique, realizados em várias cidades do país.<sup>483</sup>

Embora não se tenha pronunciado durante a reunião entre as confissões religiosas, os dirigentes da FRELIMO e do Estado, em Dezembro de 1982, na qual os representantes das igrejas católica e anglicana manifestaram-se de forma aberta em relação à necessidade de diálogo entre o governo e a RENAMO para a resolução do conflito em Moçambique, o líder do Conselho Islâmico de Moçambique, Sheikh Aboobacr partilhava a mesma visão.<sup>484</sup> O posicionamento menos frontal do líder do Conselho Islâmico de Moçambique pode ser explicado pelas suas relações de proximidade às autoridades governamentais. Quando os soldados da FRELIMO desembarcaram em Maputo, em 1974, a comunidade islâmica liderada pelo Sheik Aboobacr os convidou a participar da celebração do *Eid* (celebração islâmica). Assim, Alberto Cassimo e outros membros da FRELIMO juntaram-se nas celebrações do *Eid* na mesquita do Anuaril, no Xipamanine, cidade de Maputo. Igualmente, no contexto da celebração, as senhoras muçulmanas da mesma mesquita foram autorizadas a preparar as refeições para os soldados da FRELIMO num dos quartéis na cidade de Maputo. Este ato ajudou a aproximar os soldados da FRELIMO e o próprio movimento de libertação à comunidade local, em geral e muçulmana, em particular. Este facto contribuiu para a construção e consolidação da amizade entre o Sheikh Aboobacr, líder do Conselho Islâmico e Samora Machel.<sup>485</sup>

Após a proclamação da independência nacional, ainda na década de 1970, o governo liderado pela FRELIMO disponibilizou duas aeronaves das Linhas Aéreas de Moçambique para o transporte de cidadãos moçambicanos muçulmanos que participariam na peregrinação à Meca.<sup>486</sup> Na primeira metade da década de 1980, após a realização da reunião denominada «consolidemos aquilo que nos une» entre as confissões religiosas, o partido FRELIMO e o Estado, o líder do Conselho

---

<sup>483</sup> Jaime Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Beira: s/ed., 2014), 52.

<sup>484</sup> Entrevista, Muagi Momade Cabrá, 2 de Novembro de 2014, Maputo.

<sup>485</sup> *Idem*.

<sup>486</sup> Entrevista, Mahomed Essak, 3 de Dezembro de 2014, Maputo.

Islâmico de Moçambique manteve contactos com os embaixadores dos países árabes acreditados em Moçambique durante os quais sublinhou que Moçambique era um Estado laico onde existia a liberdade religiosa.<sup>487</sup> Através destes contactos diplomáticos, o Sheikh Aboobacr pretendia convencer os estados árabes a utilizarem a sua influência para parar a guerra em Moçambique ao invés de atirá-la. A iniciativa do Sheikh Aboobacr surgiu na sequência da circulação de notícias dando conta da existência de apoios provenientes dos países árabes para a RENAMO.<sup>488</sup> Aparentemente, os apoios resultavam da informação que alguns países árabes tinham segundo a qual uma das razões da luta empreendida pela RENAMO era a perseguição que a religião islâmica e outras sofriam em Moçambique.

Na primeira metade da década de 1980, particularmente, no período posterior ao encontro entre as confissões religiosas e a liderança do Estado moçambicano e do partido FRELIMO, o Sheikh Aboobacr, Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique, reuniu-se com o arcebispo de Maputo, Alexandre Maria dos Santos, nas instalações do arcebispado na capital moçambicana. O encontro tinha como objetivo a troca de impressões em torno da situação da guerra em Moçambique. Durante a reunião os participantes concordaram que o marxismo era um sistema ideológico diferente dos hábitos do povo moçambicano e que era preciso buscar caminhos para a paz e reconciliação em Moçambique.<sup>489</sup>

Em meados da década de 1980, o Conselho Islâmico de Moçambique foi recebido por Samora Machel. Durante o encontro os representantes do Conselho Islâmico liderados pelo Sheikh Aboobacr manifestaram a sua preocupação em relação à continuidade da guerra e ao sofrimento que esta provocava à população. Igualmente, o Conselho Islâmico sublinhou a necessidade de se buscar um caminho para o fim do conflito. Em resposta, Samora Machel disse que a guerra estava a ser feita para acabar a guerra causada pelos regimes minoritários na Rodésia e África do Sul com o objetivo de desestabilizar o país. Por isso, Machel reiterou que era preciso liquidar o inimigo.<sup>490</sup>

Em Janeiro de 1985, a Comunidade Maometana celebrou o seu 50º aniversário, tendo nesse contexto realizado várias atividades de carácter religioso, cultural e desportivo. Durante o evento, os maometanos manifestaram o desejo pela paz e unidade no país. A Comunidade Maometana sublinhou que a paz não significava a rendição ou abdicação de princípios. Em resposta ao apelo

---

<sup>487</sup> Entrevista, Muagi Momade Cabrá, 2 de Novembro de 2014, Maputo.

<sup>488</sup> Entrevista, Sheikh Aminuddin Mohamad, 3 de Novembro de 2014, Maputo.

<sup>489</sup> Entrevista, Muagi Momade Cabrá, 2 de Novembro de 2014, Maputo.

<sup>490</sup> Entrevista, Sheikh Aminuddin Mohamad, 3 de Novembro de 2014, Maputo.

à paz lançado pela Comunidade Maometana, Rui Baltazar, Ministro das Finanças que participou do evento em representação do governo disse que o desejo das autoridades moçambicanas era que os esforços desta comunidade e de outras confissões religiosas visem a unidade nacional e se associem ao governo na luta pelo estabelecimento da paz.<sup>491</sup>

Em Agosto de 1989, quando os líderes religiosos da CEM e do CCM se encontravam em Nairobi para contactos com a liderança da RENAMO os muçulmanos falaram com Joaquim Chissano, solicitando que este os deixasse ir ao Quénia para se juntarem aos líderes religiosos cristãos. Porém, Chissano não os deixou partir, tendo prometido uma outra modalidade de trabalho para a paz.<sup>492</sup> Não está clara a razão da posição de Joaquim Chissano nem mesmo o tipo de trabalho que esperava ver realizado pelos muçulmanos para a paz. Porém, a julgar pelo momento em que tal solicitação foi feita, pode considerar-se que o envolvimento de novos atores num processo de paz muito delicado poderia gerar alguma perturbação. Os líderes do CCM e da CEM tinham conseguido conquistar a confiança da RENAMO e do governo através de um processo relativamente longo e difícil. Embora fosse útil a existência de mais segmentos da sociedade moçambicana apoiando os esforços para a paz, o momento poderia revelar-se inadequado ou pelo menos arriscado. O carácter profundamente descentralizado da religião islâmica em Moçambique facilitava o desenvolvimento de contradições entre os diferentes interesses no seio da comunidade muçulmana, levando não raras vezes à divisões que poderiam conduzir ao fracasso do processo de paz. Embora a comunidade islâmica de Moçambique não tenha participado nas negociações de paz, a sua delegação foi uma das primeiras a chegar a Roma, Itália, a fim de testemunhar a cerimónia de assinatura do AGP, em Outubro de 1992.

Portanto, as ações da Igreja Católica, do CCM e da comunidade muçulmana em Moçambique concorreram para a abertura do governo e da RENAMO ao processo negocial. As ações da comunidade religiosa constituíram-se, num primeiro momento, como pressão sobre as partes em conflito e posteriormente como incentivo com vista ao alcance de um entendimento que pusesse fim à guerra. Poder-se-á concluir que as ações da comunidade religiosa contribuíram para despertar entre as partes em conflito a percepção de que os custos da prossecução de iniciativas unilaterais para a satisfação dos seus objetivos eram demasiadamente elevados e inoportáveis, sendo a solução baseada na cooperação (diálogo) a melhor alternativa. Não é de excluir a possibilidade de as pressões da comunidade religiosa terem fortalecido as posições dos defensores de uma solução negociada do conflito quer no seio da FRELIMO quer no seio da RENAMO.

---

<sup>491</sup> *Tempo*, «Maometanos desejam unidade e paz», 3 de Fevereiro de 1985, 7-8.

<sup>492</sup> Jaime Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Beira: s/ed., 2014), 80.

### 4.3 A Unidade entre as Religiões

O envolvimento da Igreja Católica, através da CEM, das igrejas protestantes, por via do CCM e da religião islâmica através do Conselho Islâmico e da Comunidade Maometana no processo de procura de uma solução pacífica para o conflito em Moçambique foi caracterizado por um espírito de elevada unidade. O encontro entre a liderança do Conselho Islâmico de Moçambique e os bispos católicos nas instalações do arcebispado em Maputo, na primeira metade da década de 1980 do qual resultou o consenso sobre a necessidade de busca da paz por via do engajamento dos moçambicanos no diálogo é um exemplo claro da unidade entre as religiões em Moçambique. A coordenação entre a CEM e o CCM no processo de busca de uma solução pacífica para o conflito em Moçambique também ilustra a unidade entre as religiões no país. A realização dos cultos inter-religiosos pela paz, envolvendo a Igreja Católica, as igrejas protestantes integrantes do CCM e a comunidade islâmica em Moçambique durante a guerra civil evidencia o espírito de unidade inter-religiosa.

Contrariamente aos casos da Nigéria, Sudão, Etiópia, entre outros países africanos onde a diversidade religiosa constituiu-se como um fator catalisador de conflitos político-religiosos, em Moçambique, a guerra não foi incentivada por razões religiosas. Pelo contrário, em Moçambique, as diferentes religiões conseguiram construir a unidade na ação pela paz apesar das diferenças inter-religiosas. Diferentemente da Nigéria, Sudão e Etiópia, onde, por um lado, os líderes políticos procuraram instrumentalizar as religiões ao serviço da conquista e da manutenção do poder político, e por outro lado, os líderes religiosos procuraram capturar o poder político e controlar o Estado na perspetiva de estruturá-lo com base nos seus valores religiosos,<sup>493</sup> em Moçambique, os líderes políticos defenderam a laicidade do Estado, rejeitando a intervenção das religiões na esfera política e restringindo a sua atuação à esfera eminentemente religiosa e social.

As relações tensas entre as religiões e o Estado, logo após a independência de Moçambique, resultavam do esforço das novas autoridades em negar às instituições religiosas a participação no espaço público ou político, procurando restringi-lo exclusivamente ao partido e ao Estado. A expropriação e/ou nacionalização de bens como escolas, hospitais, entre outros que estavam sob a alçada das diferentes religiões em Moçambique inscrevia-se no contexto do afastamento da possibilidade de participação e de influência da religião no espaço público (ou político) em

---

<sup>493</sup> Austin Ahanotu, «Muslims and Christians in Nigeria: a contemporary political discourse», em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*, org. Austin Ahanotu (New York e outras: Peter Lang, 1992).

Moçambique. Por via do controlo de bens e serviços como escolas, hospitais e outros as religiões passariam a ter uma maior capacidade de intervenção e influência no espaço público.

É importante sublinhar que a religião providencia o significado, direção e propósitos individuais ou coletivos em sociedade africanas, constituindo-se, assim, como uma força vital capaz de gerar consequências profundas sobre os assuntos de interesse do Estado e da sociedade.<sup>494</sup> Este poder da religião entrava em contradição com os desígnios da FRELIMO que se assumira como um partido de vanguarda com a responsabilidade de liderar o Estado e a sociedade. Por isso a FRELIMO procurou afastar as religiões do espaço político de modo a evitar que estas constituíssem um desafio ao poder do partido. Este receio era agravado pelo facto de as religiões, particularmente a Igreja Católica possuírem quadros com uma elevada formação e capacidade intelectual, não raras vezes maior do que o novo regime.<sup>495</sup>

A posição das autoridades governamentais no quadro da laicidade do Estado gerou um certo grau de marginalidade de todas as religiões no país. No âmbito da laicidade do Estado nenhuma religião emergiu como privilegiada exclusiva das políticas adotadas pelo governo da FRELIMO. Todas as religiões sentiram-se afetadas de forma negativa pelas políticas adotadas pelas autoridades do novo Estado independente em relação ao lugar e ao papel ocupado pelas entidades religiosas na sociedade. Esta situação contribuiu para a construção e consolidação da unidade entre as religiões pois estas partilhavam as mesmas dificuldades na sua relação com o Estado independente e com suas políticas.

Igualmente, durante o período colonial as igrejas protestantes e a religião islâmica foram vítimas da marginalização. Não raras vezes as igrejas protestantes e os muçulmanos foram perseguidos pelas autoridades coloniais que davam especial privilégio à atuação da Igreja Católica em Moçambique. Portanto, este passado histórico de marginalização ajudou a construir e a consolidar a solidariedade e a unidade entre os protestantes e muçulmanos. Igualmente, durante o período colonial, no seio da Igreja Católica houve uma enorme marginalização dos clérigos africanos. Com a independência, a nova hierarquia da Igreja Católica em Moçambique passou a ser constituída por africanos que tinham experimentado a marginalização na época colonial - facto que facilitava a sua aproximação aos protestantes e aos muçulmanos. A hostilidade do novo Estado independente em relação à Igreja Católica em Moçambique contribuiu para o fortalecimento da

---

<sup>494</sup> Austin Metumara Ahanotu, «Introduction», em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*, org. Austin Ahanotu (New York e outras: Peter Lang, 1992), 2.

<sup>495</sup> Mario Azevedo, «The role of the Roman Catholic Church in the politics of the colonial State in Mozambique», em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*, org. Austin Ahanotu (New York e outras: Peter Lang, 1992).

solidariedade entre a nova hierarquia católica, os protestantes e os muçulmanos. Esta situação associada aos princípios assentes no amor, justiça e paz, defendidos pelos católicos, protestantes e muçulmanos contribuiu para a unidade de ação das religiões no processo de construção da paz em Moçambique.

A existência da unidade inter-religiosa em Moçambique contribuiu para o sucesso da intervenção da comunidade religiosa no processo de resolução do conflito moçambicano. Esta unidade conferiu maior credibilidade às instituições religiosas, permitindo a conquista da confiança das partes em conflito. Deste modo, as instituições religiosas reforçaram a sua autoridade moral que viria a relevar-se de importância crucial nos processos de construção da paz e de transição democrática em Moçambique. Aliás, a religião contém a visão moral que é indispensável para a sustentação da ordem social, sendo sobretudo importante em momentos de transições políticas, económicas e sociais.<sup>496</sup> Assim, o caso moçambicano evidencia o elevado potencial que a diplomacia informal e sobretudo a *multi-track diplomacy* têm como instrumentos de intervenção na resolução de conflitos.

#### **4.4 Os Atores Estatais Regionais e Internacionais**

O processo de construção da paz em Moçambique contou com a contribuição dos EUA, URSS, Itália, França e Portugal. Igualmente, os estados africanos envolveram-se na busca da paz, nomeadamente, a África do Sul, Zimbabwe, Quênia, Botswana, Malawi, e Tanzânia. O envolvimento destes Estados na construção da paz em Moçambique, a despeito da intervenção dos líderes religiosos anteriormente referida revela de forma evidente que a diplomacia informal embora seja muito importante não substitui a *track one diplomacy*. Pelo contrário, no contexto da *multi-track diplomacy* como foi o caso moçambicano, as diplomacias tradicional e informal complementaram-se mutuamente.<sup>497</sup>

O apoio dos atores internacionais, particularmente da URSS, EUA e outros estados ocidentais ao processo de construção da paz em Moçambique deve ser compreendido à luz do fim da Guerra Fria que proporcionou as condições para a melhor cooperação entre as potências internacionais na resolução de conflitos quer entre estados quer intraestatais. O fim do antagonismo entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o socialista liderado pela URSS gerou a atmosfera e incentivos

---

<sup>496</sup> Austin Metumara Ahanotu, *Religion, State and Society in Contemporary Africa* (New York e outras: Peter Lang, 1992), 2.

<sup>497</sup> José Francisco Pavia, «A multi-track diplomacy na prevenção e resolução dos conflitos em África: o caso de Moçambique», em *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*, ed. Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues (Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012).

para o engajamento das partes do conflito moçambicano no processo de busca de uma solução pacífica. Isto é, o fim da Guerra Fria ajudou as partes moçambicanas do conflito a perceberem que os custos da continuação da guerra eram demasiadamente elevados e incomportáveis.

Durante a cimeira entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev realizada em Outubro de 1986, em Reykjavik, a URSS deixou a entender que já não estava interessada na disputa da hegemonia em África. Com a ameaça soviética reduzida ou a desaparecer, o interesse dos EUA em apoiar a rebeldia da África do Sul na ONU sobre a questão da Namíbia e sobre a agressão armada contra os países da África Austral desapareceu.<sup>498</sup> É neste contexto que, em Dezembro de 1988, foi assinado o acordo de Nova Iorque no âmbito do qual as forças sul-africanas deveriam sair de Angola, por um lado, e por outro, Luanda era obrigada a negar as facilidades ao ANC. Igualmente no âmbito do acordo estava prevista a retirada das forças cubanas de Angola.

No contexto da *Perestroika* e do fim da Guerra Fria - eventos que marcaram o final da década de 1980, a URSS passou a defender a resolução dos conflitos internacionais por via pacífica. A saída da URSS do Afeganistão, em Fevereiro de 1988, simbolizava o cometimento do governo soviético em reduzir os conflitos regionais nos países do terceiro mundo.<sup>499</sup> É neste contexto que a URSS apoiou a implementação do plano das Nações Unidas para a transição da Namíbia à independência. Igualmente, a URSS apoiou acordo de Nova Iorque acima referido e a busca da paz para Moçambique por via negocial.

Em Junho de 1989, Herman Cohen, Secretário de Estado-Adjunto para os Assuntos Africanos afirmou que os EUA estariam disponíveis para atuar como negociadores com vista ao fim do conflito em Moçambique desde que as partes assim desejassem. Igualmente, Cohen sugeriu que num contexto regional o Departamento de Estado norte-americano poderia estabelecer conversações com a URSS e com o Zimbabwe. Cohen sublinhou que falaria com qualquer pessoa desde que isso resultasse em algum benefício, reiterando que se fosse de alguma utilidade não hesitaria em conversar com Afonso Dhlakama.<sup>500</sup> Estas declarações revelavam de forma evidente o interesse e a disponibilidade dos EUA em apoiar de forma ativa o processo de busca da paz para Moçambique dentro de um novo contexto favorecido pela inexistência do antagonismo entre as duas principais superpotências. Ainda em 1989, Herman Cohen anunciou em Maputo que os EUA

---

<sup>498</sup> J.D.Omer-Cooper, *History of Southern Africa* (Oxford: James Currey, 1994), 241.

<sup>499</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 22.

<sup>500</sup> Sibyl W. Cline, *RENAMO: Em Defesa da Democracia em Moçambique* (Washington D.C: Conselho de Estratégia Global dos EUA, 1989), 75-76.

aceitariam o pedido de Joaquim Chissano para que Washington ajudasse a acabar a guerra em Moçambique.<sup>501</sup> Em Março de 1990, Joaquim Chissano realizou uma visita aos EUA durante a qual o Presidente americano encorajou a realização de encontros diretos entre o governo da FRELIMO e a RENAMO sem pré-condições.<sup>502</sup>

Em 1987 o governo da Alemanha Federal encorajou Franz Josef Strauss, Primeiro-ministro bávaro a servir de elo entre a RENAMO e o governo moçambicano com vista a encontrar a solução para o conflito entre as partes.<sup>503</sup> A França apoiava as iniciativas tendentes a busca de uma solução pacífica para o conflito. Aliás, este país se tinha mostrado mais neutral em relação à guerra em Moçambique, tendo, inclusivamente evitado o estabelecimento de um centro militar em Maputo a despeito de ser um dos maiores parceiros comerciais de Moçambique.<sup>504</sup> Embora tenha assumido uma posição de apoio ao governo moçambicano durante a guerra civil e criticado publicamente a RENAMO, o governo britânico era favorável à solução política para o conflito, por sinal uma posição que era próxima da perspectiva dos EUA.

A Itália foi desde cedo favorável aos esforços com vista a solução pacífica do conflito em Moçambique. Durante a sua visita à Itália em 1987, Joaquim Chissano manifestou a sua viva apreciação ao empenho e contribuição do governo italiano na procura de soluções negociais para os problemas da África Austral. No primeiro trimestre de 1990 a diplomacia italiana estabeleceu contactos com as autoridades americanas no sentido de encorajar Chissano em relação ao caminho do diálogo com a RENAMO.<sup>505</sup>

Portugal contribuiu para o processo de paz, primeiro através do apoio ao esforço de mediação do conflito moçambicano por parte do governo queniano liderado por Daniel Arap Moi. Neste contexto, em Agosto de 1989, a direção da Divisão de Informações (DINFO) manteve um encontro com Arap Moi com vista a troca de informações sobre o conflito moçambicano. A DINFO defendeu uma solução africana para o conflito.<sup>506</sup> As posições dos governos português e queniano sobre a questão moçambicana eram coincidentes na medida em que ambos defendiam a necessidade de trazer à RENAMO o impacto diplomático e a discussão pública do seu problema

---

<sup>501</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 28.

<sup>502</sup> Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra* (Maputo: Ciedimo, 2012), 57.

<sup>503</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 41.

<sup>504</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/L: ACD Editores, 2006), 53.

<sup>505</sup> Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra* (Maputo: Ciedimo, 2012), 57.

<sup>506</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/L: ACD Editores, 2006), 119 e 120.



ao mesmo tempo que não era desejável ter-se a FRELIMO numa posição defensiva. Igualmente a DINFO providenciou informações sobre o conflito moçambicano à CIA, tendo sublinhado a necessidade do reforço político da RENAMO de modo que ela pudesse alcançar a capacidade de sentar à mesa de negociações.<sup>507</sup> Aliás, segundo Bertram Spector, para o início das negociações é importante que as partes em conflito possuam a capacidade para negociar.<sup>508</sup> Deste modo o autor sublinha que para que uma parte do conflito decida iniciar as negociações não basta apenas a existência da maturação do conflito. A DINFO também estabeleceu contactos com a RENAMO e com as autoridades de Moçambique, procurando aproximar as partes dentro da visão portuguesa acima referida. Segundo, Portugal participou como observador das negociações de paz em Roma, juntamente com os EUA, França e Reino Unido.

As mudanças internacionais que estavam em curso (fim da Guerra Fria) e o agravamento da situação interna na África do Sul obrigaram o governo sul-africano a operar transformações profundas ao nível doméstico e externo. Assim, a África do Sul abandonou a sua anterior política agressiva contra os países da região. Neste contexto, no final da década de 1980 a África do Sul iniciou a sua aproximação ao governo moçambicano e distanciou-se da RENAMO, apoiando os esforços de Maputo com vista a resolução do conflito. Foi no contexto da aproximação de Pretória à Maputo que, em Fevereiro de 1989, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano sugeriu ao Presidente moçambicano a solicitação da mediação dos EUA para a resolução do conflito em Moçambique. Porém, Joaquim Chissano rejeitou a proposta. Mesmo, assim, Chissano sublinhou que um papel construtivo do governo americano e de outros seria bem-vindo.<sup>509</sup>

Os ataques crescentes da RENAMO contra a população zimbabwiana nas regiões fronteiriças entre Moçambique e o Zimbabwe assim como os elevados custos inerentes a presença das forças armadas zimbabwianas em território moçambicano, contudo, sem conseguirem garantir a segurança dos corredores da Beira e Limpopo - infraestruturas de importância vital para a economia zimbabwiana, levaram o governo de Robert Mugabe a envolver-se ativamente nos esforços com vista a construção da paz. Portanto, o engajamento do Zimbabwe no apoio ao processo de paz em Moçambique visava sobretudo a defesa dos interesses vitais de Harare. As transformações políticas que estavam em curso na já conturbada África do Sul faziam com que o Zimbabwe receasse a eclosão de uma séria instabilidade no território sul-africano que poderia

---

<sup>507</sup> Rodrigues, *Anatomia de um Processo...*, 121-122.

<sup>508</sup> Bertram I. Spector, «Negotiation readiness in the development context: adding capacity to ripeness», em, *Approaches to Peacebuilding*, ed. Ho-Won Jeong (New York: Palgrave Macmillan, 2002), 79.

<sup>509</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 27.

inviabilizar a utilização dos seus portos como alternativa, embora mais onerosa relativamente aos portos moçambicanos. Neste contexto a pacificação de Moçambique tornou-se prioridade para as autoridades de Harare.

Desde o final de 1986 que o Malawi estava sob pressão dos países da Linha da Frente devido à sua ligação ao regime do apartheid e ao apoio à RENAMO. Como resultado desta pressão, em Dezembro de 1986, as autoridades malawianas e moçambicanas chegaram ao entendimento na sequência do qual o Malawi foi obrigado a cessar a utilização do seu território pelas forças da RENAMO e comprometeu-se a participar na defesa do corredor de Nacala. Com estas medidas o governo de Hastings Kamuzu Banda pretendia evitar o seu eminente isolamento na região e assegurar o acesso ao mar através do Porto de Nacala – uma infraestrutura de interesse vital para o Malawi.

No final da década de 1980, perante as mudanças internacionais e da África do Sul que abandonou o apoio à RENAMO, o governo do Malawi envolveu-se nos esforços de construção da paz, disponibilizando o seu território para os encontros entre as delegações do governo moçambicano e do movimento liderado por Afonso Dhlakama. Em Junho de 1990 estava previsto um encontro entre as delegações do governo moçambicano e da RENAMO em território malawiano. Porém, o encontro não se realizou uma vez que a delegação da RENAMO não se fez presente alegando razões de segurança. O Malawi chegou a ser apontado como possível palco de negociações. Para o Malawi a paz em Moçambique era importante porque permitiria a redução do número de refugiados moçambicanos no território malawiano estimado em cerca de 1 350 000.<sup>510</sup> O número de refugiados ultrapassava a capacidade de resposta do governo malawiano.

Embora não tenha estado diretamente envolvida a Tanzânia revelou-se favorável ao processo de construção da paz por via negocial. A retirada de grande parte das tropas tanzanianas do território moçambicano, em Dezembro de 1988, devido aos elevados custos da sua manutenção, porém, sem uma solução militar à vista revelava que as autoridades tanzanianas eram favoráveis a uma solução pacífica. No seio do governo da FRELIMO, a ação tanzaniana contribuiu para o fortalecimento da perceção sobre a elevação dos custos da continuidade de iniciativas militares e unilaterais para a solução do conflito. O Botswana é outro país africano que apoiou o processo de paz moçambicano, tendo acolhido, em Julho de 1992, o encontro entre Robert Mugabe e Afonso Dhlakama, na presença do Presidente tswana, Quett Masire. Na sequência deste encontro Mugabe

---

<sup>510</sup> Mario J. Azevedo, *Tragedy and Triumph: Mozambique Refugees in Southern Africa, 1977-2001* (Portsmouth: Heinemann, 2002), 164.

e Dhlakama alcançaram o entendimento mútuo sobre o processo de paz moçambicano, tendo sido agendada para Agosto do mesmo ano a cimeira entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama.

Finalmente, o Quénia envolveu-se na procura de uma solução negocial para o conflito em Moçambique através da manutenção de canais de comunicação entre o governo moçambicano e a RENAMO. Em Outubro de 1988, Arap Moi convidou Chissano e Mugabe para um encontro em Nairobi a fim de explorar a possibilidade de negociações e, em Dezembro do mesmo ano enviou um emissário para encontrar-se com Dhlakama em Gorongosa.<sup>511</sup> O governo queniano providenciou o seu território para os contactos entre as duas partes em conflito. As reuniões realizadas em 1989 e 1990 entre representantes da RENAMO e os líderes religiosos foram facilitadas pelas autoridades quenianas. Por indicação das partes em conflito, em Dezembro de 1989, Daniel Arap Moi e Robert Mugabe formalizaram o seu papel de mediadores do conflito.

O envolvimento ativo de Moi na busca de uma solução para o conflito moçambicano inseria-se no contexto da sua pretensão de afirmação política ao nível regional.<sup>512</sup> Isto é, a participação do Quénia na resolução do conflito moçambicano constituía-se como uma oportunidade para a afirmação da sua liderança a nível regional.<sup>513</sup> O interesse de Moi em ganhar a notoriedade internacional, resultava, igualmente, da necessidade de fazer face à queda da sua popularidade a nível interno devido a problemas existentes no Quénia.<sup>514</sup> O fracasso do encontro entre as delegações do governo moçambicano e da RENAMO no Malawi, em Junho de 1990 parece ter resultado da ação das autoridades quenianas numa tentativa de levar o processo à Nairobi, trazendo a visibilidade da intervenção do Quénia.

Embora a intervenção dos atores estatais a nível regional e internacional tenha sido caracterizada pela convergência de interesses pela paz em Moçambique, as necessidades de afirmação política de alguns estados e líderes políticos como foi o caso do Quénia não deixaram de gerar contradições e perturbações ao processo de construção da paz. Igualmente registaram-se alguns interesses competitivos entre Portugal e a Itália, porém, ultrapassados sem comprometer o processo de paz moçambicano. Aliás a tendência dos atores estatais colocarem os seus interesses políticos e estratégicos nos processos de resolução de conflitos é uma das fraquezas que caracterizam a *track one diplomacy*. As ameaças da África do Sul em recorrer ao uso da força contra a RENAMO

---

<sup>511</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 26-27.

<sup>512</sup> Tomás Vieira Mário, *Negociações de Paz de Moçambique: Crónica dos Dias de Roma* (S.l: ISRI-CEEI, 2004), 61.

<sup>513</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>514</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991).

devido às suas posições irredutíveis são outro exemplo que ilustra o facto de a abordagem da *track one diplomacy* na resolução de conflitos ser potencialmente corrompida pelo poder, obrigando a supressão forçada dos assuntos das partes mais fracas no processo de paz o que, tendencialmente, compromete a sustentabilidade de um acordo de paz.<sup>515</sup> Portanto, a existência de interesses convergentes entre os atores estatais no sentido da construção da paz é uma condição importante para o sucesso dos processos de intervenção dos estados e organizações intergovernamentais na resolução de conflitos.

#### **4.5 Preparando o Caminho para as Negociações: A Construção de Consensos Internos**

Durante grande parte da década de 1980 a resolução do conflito em Moçambique por meios pacíficos foi dificultada pela ausência de consensos no seio do governo da FRELIMO e da RENAMO sobre a necessidade do recurso ao diálogo. A resistência do governo da FRELIMO em relação a possibilidade do diálogo político com a RENAMO resultava do receio da ocorrência de tensões que poderiam conduzir à cisões no seio do partido governamental cujo poder era ainda dominado pelas alas mais ortodoxas que se mostravam intransigentes em relação a construção de um acordo com o movimento insurgente e os seus apoiantes. Igualmente, a RENAMO enfrentou dificuldades em alcançar o consenso sobre a necessidade do seu engajamento construtivo nas negociações com o governo moçambicano. Porém, diferentemente da FRELIMO cujas dificuldades resultavam de algum radicalismo ideológico por parte de alguns elementos da direção do partido, a RENAMO teve dificuldades de construir o consenso sobre as negociações devido a interferência das alas militares sul-africanas que durante grande parte da década de 1980 afastaram o movimento insurgente de qualquer possibilidade de envolvimento construtivo em negociações com o governo moçambicano.

Após a sua ascensão à presidência de Moçambique, Joaquim Chissano iniciou um processo gradual e cauteloso de construção do consenso no seio da FRELIMO sobre a necessidade da busca de uma solução negocial para o conflito. Segundo Michael Greig, as mudanças políticas e particularmente da liderança proporcionam uma oportunidade para o início e sucesso da mediação e da negociação, podendo, igualmente, favorecer a perceção do empate mutuamente doloroso e da elevação dos custos da continuidade de uma ação unilateral.<sup>516</sup> O processo de construção do apoio interno às negociações consistiu em ações não só dentro do país e do partido FRELIMO

---

<sup>515</sup> Jeffrey Mapendere, «Track one and half diplomacy and the complementarity of tracks», *Culture of Peace on Line Journal*, n° 2 (2006): 68.

<sup>516</sup> J. Michael Greig, «Moments of opportunity: recognizing conditions of ripeness for international mediation between enduring rivals», *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 45, n°6 (2001): 693.

mas também através da mobilização do apoio regional e internacional. Entre 1987 e 1989, Joaquim Chissano desencadeou um conjunto de ações tendo em vista a busca de apoios externos para a recuperação da economia profundamente debilitada pela guerra. Igualmente, as ações lançaram as bases para o apoio político internacional às iniciativas com vista à busca de uma solução pacífica para o conflito moçambicano. Assim, em 1987, Chissano visitou os estados da Europa ocidental, nomeadamente, Inglaterra, Itália, França e o Vaticano. Na sequência das visitas os estados ocidentais manifestaram o apoio às reformas económicas que estavam em curso em Moçambique e expressaram a preocupação em relação à necessidade da paz.<sup>517</sup> Em Setembro de 1988, durante a sua visita a Moçambique, o Papa João Paulo II falou sobre a necessidade da paz e manifestou o apoio da igreja às iniciativas visando o fim da guerra. Em 1989, os EUA manifestaram a disponibilidade em ajudar a terminar a guerra em Moçambique.

Antes da realização do 5º congresso da FRELIMO que teve lugar em Julho de 1989, Chissano reforçou os contactos internacionais tendo em vista o alcance do consenso sobre a necessidade de negociações com a RENAMO. Como resultado dos contactos, Herman Cohen anunciou a resposta positiva dos EUA ao pedido de ajuda para terminar a guerra em Moçambique formulado por Chissano.<sup>518</sup> Igualmente, Arap Moi e Mugabe manifestaram o apoio à solução negocial. Durante a sua intervenção no 5º congresso da FRELIMO, Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia apelou aos congressistas no sentido de autorizarem o governo a negociar com a RENAMO com vista ao fim do conflito. No congresso em alusão estiveram presentes Dom Matteo Maria Zuppi e Andrea Riccardi, ambos da Comunidade de Santo Egídio. No evento, Andrea Riccardi ofereceu o apoio da Comunidade de Santo Egídio ao processo de paz «em qualquer lugar, perto ou longe».<sup>519</sup>

Em finais da década de 1980, no plano interno, Joaquim Chissano iniciou os encontros (comícios) com a população, perguntando se esta queria ou não a paz.<sup>520</sup> Com esta ação Chissano pretendia obter o apoio do povo ao processo de negociações de paz e, deste modo, fortalecer a sua posição no seio da FRELIMO em relação à necessidade de diálogo com a RENAMO. Em alguns locais do país como o distrito de Alto-Molócuè na província da Zambézia, a população manifestou a sua resistência em relação à solução negocial e Chissano teve que convencê-la sobre a necessidade do

---

<sup>517</sup> *Tempo*, «Itália cada vez mais presente», 31 de Maio de 1987, 14-15.

<sup>518</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 28.

<sup>519</sup> Arquivo da Rádio Moçambique, Maputo, 5º Congresso do Partido FRELIMO, *Apresentação dos Convidados Estrangeiros ao Congresso pelo Secretário Das Relações Exteriores do Partido Frelimo*, Cassete N° 166; Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 28; Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra* (Maputo: Ciedima, 2012)

<sup>520</sup> Entrevista, Aguiar Mazula, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

diálogo e da reconciliação para o fim da guerra.<sup>521</sup> Igualmente, a partir do final de 1987 e nos dois anos seguintes Chissano apoiou o envolvimento das igrejas em Moçambique nos esforços com vista a busca da paz. Assim, poder-se-á constatar que para construir o consenso interno, Joaquim Chissano foi buscar ao nível regional e internacional, ao povo moçambicano e às comunidades religiosas o apoio à uma solução negociada, usando-o como instrumento de pressão sobre as alas ortodoxas e mais resistentes no seio da FRELIMO conforme ilustra a seguinte intervenção de Joaquim Chissano durante o 5º congresso do partido:

[...] O nosso congresso é seguido em todo o mundo por amigos de longa data e recentes numa diversidade muito grande de opiniões e partidos. É uma responsabilidade muito grande e temos que satisfazer as expectativas que o mundo tem sobre nós. Afinal não é só o nosso povo que está com grande expectativa sobre o que nós vamos realizar nestes próximos 5 anos mas sim é todo o mundo que tem esta expectativa. Tudo isto indica que nós temos o apoio necessário para estarmos contentes e marcharmos com toda a segurança. [...]<sup>522</sup>

Como resultado do seu exercício gradual e cauteloso, Joaquim Chissano, conseguiu que o 5º congresso da FRELIMO que teve lugar em Julho de 1989 aprovasse a realização das negociações entre o governo moçambicano e a RENAMO com o objetivo de pôr fim ao conflito no país.<sup>523</sup> O apoio à iniciativa de paz foi amplamente defendido pela maioria dos membros do partido presentes no congresso e sobretudo pelas lideranças dos setores económicos como Magid Osman, entre outros. Este grupo apresentava o argumento segundo o qual o combate à pobreza que assolava mais de metade da população moçambicana e a recuperação económica do país no âmbito do PRE não seria possível sem o restabelecimento da paz. Durante a sua intervenção no congresso, Magid Osman, Ministro das Finanças sublinhou o seguinte:

[...] A pobreza no nosso país atingiu uma expressão tal que a luta contra a pobreza já não é apenas económica ou social, mas, sim, esta luta situa-se acima das ideologias e doutrinas políticas. Situa-se já no plano moral não no sentido de pura caridade ou religioso mas sim no plano de ética coletiva ou individual perante valores como o trabalho, honestidade, nacionalismo, patriotismo, modéstia e sobriedade e outros valores importantes na sociedade. São valores profundos e concretos que variam no tempo e no espaço [...]<sup>524</sup>

---

<sup>521</sup> Entrevista de Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo

<sup>522</sup> Arquivo da Rádio Moçambique, Maputo, 5º Congresso do Partido FRELIMO, *Intervenção de Joaquim Chissano, Após a Apresentação da Lista dos Convidados Especiais e Leitura de Mensagens de Apoio ao 5º Congresso da FRELIMO*, Cassete N° 166.

<sup>523</sup> Arquivo da Rádio Moçambique, Maputo, 5º Congresso do Partido FRELIMO, *Intervenção de Magid Osman, Durante o Debate das Diretivas Económicas e Sociais do 5º Congresso da FRELIMO*, Cassete N° 166.

<sup>524</sup> *Idem*.

Deste modo, Magid Osman e outros membros da FRELIMO como Mário Machungo, defensores da solução negociada para o fim da guerra e para o sucesso dos programas e projetos de recuperação económica e desenvolvimento do país pretendiam, por um lado, neutralizar os argumentos ideológicos usados pela ala ortodoxa para justificar a sua oposição à abertura do diálogo com a RENAMO. Por outro lado, pretendiam mobilizar a ala ortodoxa no sentido de apoiar a realização das negociações com a RENAMO, mantendo-se a coesão da FRELIMO.

Assim, sendo a pobreza extrema um facto no país, a continuidade da guerra uma realidade inquestionável e, perante a chamada de atenção das instituições financeiras internacionais segundo as quais era preciso terminar a guerra de modo a permitir a efetiva recuperação económica e não só mas também diante do amplo apoio regional, internacional, da população e das comunidades religiosas à uma iniciativa de busca da paz através do diálogo, a ala ortodoxa, por sinal minoritária que se mostrava resistente no seio da FRELIMO viu-se mobilizada no sentido de apoiar o diálogo com a RENAMO. Deste modo construiu-se o consenso necessário que, posteriormente, viria a revelar-se de grande importância para o sucesso do processo de paz.

Embora existissem na RENAMO alguns generais defensores da vitória militar para o alcance dos objetivos do movimento, estes estavam em minoria. Ademais a RENAMO caracterizava-se pela existência de uma liderança profundamente hierarquizada como acontece nas organizações de carácter militar, sendo todas as decisões emanadas a partir do seu Presidente. Neste contexto, a construção do consenso no seio da RENAMO para as negociações não se colocava como um grande desafio como aconteceu no seio da FRELIMO cuja organização e estrutura de liderança tinha um carácter democrático (ou colegial) – os líderes eram eleitos e as decisões eram tomadas após o alcance do consenso entre as elites dirigentes. Pelo contrário, no seio da RENAMO as decisões eram tomadas pelo líder não carecendo, necessariamente, da construção do consenso. Uma vez tomada a decisão pelo líder da RENAMO todos os membros e generais do movimento obrigavam-se ao cumprimento da mesma.

Entre 1984 e 1987 a RENAMO participou em algumas iniciativas com vista a resolução pacífica do conflito, nomeadamente o encontro entre Evo Fernandes e o representante do governo Moçambicano na Alemanha, em Maio de 1984 e as negociações de Pretória que se desenrolaram no segundo semestre do mesmo ano. Estas iniciativas foram marcadas pela falta do necessário entendimento entre a RENAMO e o governo da FRELIMO. Entretanto, com as mudanças a nível internacional e as transformações políticas na África do Sul, a partir do final da década de 1980, o regime de Pretória, principal fonte de apoio militar à RENAMO, cessou a canalização de auxílio,

deixando o movimento rebelde numa situação difícil. Neste contexto, em Setembro de 1988, Afonso Dhlakama convocou os comandantes de todas as regiões militares para uma reunião na presença de um delegado do Presidente queniano. No encontro, grande parte dos comandantes confirmou a vontade de negociar um cessar-fogo com o governo da FRELIMO.<sup>525</sup> Contudo, existiam alguns comandantes que defendiam a vitória militar. Porém, este grupo estava em minoria. Ademais, Afonso Dhlakama defendia a realização das negociações. Dhlakama apresentou o argumento segundo o qual a melhor solução para o conflito era a negociação uma vez que isso iria trazer uma paz duradoura e maior credibilidade para a RENAMO. Igualmente, Dhlakama sublinhava que a conquista do poder por via da força não só causaria um número mais elevado de mortes como também a FRELIMO deposta usaria as armas para reconquistar o poder, abrindo-se um ciclo infinito de violência.<sup>526</sup> Portanto, deste modo o líder da RENAMO revelava a percepção de que a prossecução de iniciativas unilaterais com vista ao alcance dos objetivos do seu movimento acarretava custos demasiadamente elevados e inoportáveis. O argumento de Afonso Dhlakama evidenciava a maturação do conflito.

Em Junho de 1989 decorreu em Gorongosa o primeiro congresso da RENAMO durante o qual foi manifestado o consenso em relação à necessidade do diálogo para a solução do conflito. A ala política da RENAMO era uma das principais defensoras de uma solução política do conflito com base no diálogo. Segundo este grupo, a realização de negociações com o governo moçambicano representaria o reconhecimento político da RENAMO a nível nacional e internacional, constituindo-se como uma importante vitória política da RENAMO.<sup>527</sup> Esta é a posição que prevaleceu no congresso. Falando no encerramento do encontro, Afonso Dhlakama disse que esperava que aquele fosse o último congresso em tempo de guerra, sublinhando que todas as diferenças entre o seu movimento e o governo liderado pela FRELIMO deveriam ser resolvidas pela via do diálogo e para o efeito a RENAMO estava disponível pois nenhum dos beligerantes estava em condições de vencer militarmente a guerra.<sup>528</sup> Deste modo Dhlakama revelava a percepção do impasse militar mutuamente doloroso. Assim, o congresso em alusão selou o consenso interno sobre a necessidade do diálogo com o governo moçambicano.

---

<sup>525</sup> Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/l.: ACD Editores, 2006), 67.

<sup>526</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo; Entrevista, Hermínio Morais, 3 de Setembro de 2014, Maputo; Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>527</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>528</sup> «Discurso do Presidente Afonso Dhlakama, Sessão de Encerramento do 1º Congresso da Resistência Nacional Moçambicana, Gorongosa, 10 de Junho de 1989», em *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade*, Joaquim Chito Rodrigues (S/l.: ACD Editores, 2006), 73-77.



#### 4.6 As Negociações de Paz: De África à Roma

Os consensos internos no seio da RENAMO, FRELIMO e do governo fortaleceram a abertura das partes ao diálogo tendo em vista a resolução das suas diferenças e o restabelecimento da paz no país. Mesmo assim, até pouco antes de Dezembro de 1989, a RENAMO condicionava o reconhecimento do Zimbabwe como mediador à retirada das suas tropas do território moçambicano, chegando mesmo a proferir a ameaça de realizar ataques contra o Zimbabwe. Esta posição resultava, por um lado, do facto de o Zimbabwe ser um aliado histórico do governo da FRELIMO e, por outro lado, pelo facto de aquele país vizinho apoiar as operações militares do governo moçambicano que teriam como consequência o enfraquecimento da posição negocial da RENAMO. Igualmente, a exigência visava o enfraquecimento da capacidade militar do exército moçambicano e consequentemente o aumento do poder de barganha da RENAMO através do incremento da pressão militar sobre as autoridades moçambicanas.

Entretanto, em Dezembro de 1989 foi formalizado o acordo entre Arap Moi e Robert Mugabe para atuarem como mediadores no processo de resolução do conflito moçambicano. A declaração assinada por Moi e Mugabe reconhecia as instituições moçambicanas e o interesse da RENAMO em operar mudanças em alguns aspetos políticos e constitucionais em relação aos quais estava em desacordo. Igualmente, os dois estadistas sublinharam que era tempo para o diálogo entre as duas partes com vista a resolução do conflito.<sup>529</sup> A RENAMO respondeu positivamente à iniciativa de Robert Mugabe e de Daniel Arap Moi, sublinhando que aceitava-a sem reservas, manifestando a prontidão para o início imediato das negociações diretas com o governo moçambicano com o objetivo de resolver o conflito.<sup>530</sup>

Porém, quando tudo parecia apontar para o início das negociações diretas entre as partes, um novo ponto de discórdia surgiu, nomeadamente a escolha do local para a realização do diálogo. A RENAMO propunha Nairobi e caso esta proposta fosse rejeitada apresentava Lisboa como alternativa. Embora fosse favorável a uma solução africana, o governo moçambicano mostrava-se desconfortável com a proposta de Nairobi devido a aproximação do governo queniano à RENAMO. Maputo propunha o Malawi ou Harare, propostas rejeitas pela RENAMO devido a

---

<sup>529</sup> «Declaração dos Presidente do Quénia, Daniel Arap Moi e do Zimbabwe, Robert Mugabe, sobre a Necessidade do Início das Negociações entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, 8 de Dezembro de 1989», em *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade*, Joaquim Chito Rodrigues (S/l.: ACD Editores, 2006), 152-153.

<sup>530</sup> Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), «Declaração de Afonso Dlakama sobre a Aceitação da Proposta de Início de Negociações Diretas com o Governo de Moçambique, Dezembro de 1989», em, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade*, Joaquim Chito Rodrigues (S/l.: ACD Editores, 2006), 154.

aproximação do governo de Mugabe ao governo moçambicano. A RENAMO rejeitava o Malawi por motivos de segurança. Por esta razão fracassou a tentativa de diálogo entre uma delegação da RENAMO e do governo moçambicano em Junho de 1990. Os interesses estratégicos dos mediadores contribuíram para o enfraquecimento da sua credibilidade e confiança perante as partes em conflito, levando ao fracasso da iniciativa de mediação do conflito.<sup>531</sup> Esta situação evidencia as fraquezas da diplomacia tradicional na intervenção em processos de resolução de conflitos.

Como resultado do fracasso da mediação africana, as partes em conflito recorreram à mediação da Comunidade de Santo Egídio – um exemplo da diplomacia não oficial. A escolha de Roma para a realização das negociações iniciadas em Julho de 1990, da mediação da Comunidade de Santo Egídio e do governo Italiano resultava de várias razões consideradas pelas partes em conflito. Para o governo moçambicano, Roma era um local mais confortável na medida em que Moçambique tinha relações sólidas de amizade e cooperação com o governo italiano e com a Comunidade de Santo Egídio. As negociações em sede de uma instituição religiosa não conferiam uma elevada visibilidade e reconhecimento político à RENAMO. Por outro lado, para a RENAMO a escolha de Roma e da Comunidade de Santo Egídio representava uma oportunidade ímpar para o seu reconhecimento político não só a nível nacional mas também internacional que há muito procurava, porém, sem sucesso. A ausência de interesses estratégicos no seio da Comunidade de Santo Egídio relacionados com a conquista, manutenção ou expansão de poder e influência, característica típica da intervenção dos estados em processos de resolução de conflitos e o carácter assumidamente imparcial daquela organização religiosa em relação ao conflito concorreram para a elevação da sua credibilidade e confiança perante o governo moçambicano e a RENAMO. Este facto revela o elevado potencial que a diplomacia não oficial tem de contribuir para a resolução de conflitos sobretudo naqueles onde a intervenção exclusiva da diplomacia tradicional se mostra ineficaz.

A realização de negociações baseadas na construção da confiança entre as partes e entre estas e os mediadores, livres da urgência temporal para a assinatura de acordos e sobretudo sem as ameaças do exercício do poder ou do uso da força sobre as partes para a assinatura dos acordos mostrou-se de importância crucial para o sucesso das negociações de paz em Roma Itália, culminando com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 4 de Outubro de 1992, procurando cobrir as

---

<sup>531</sup> Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra* (Maputo: Ciedima, 2012), 51.

questões essenciais para o termo ou transformação do conflito e as garantias necessárias para o contínuo cometimento das partes em relação ao entendimento alcançado.<sup>532</sup>

O AGP integrou 7 protocolos construídos pelas partes ao longo de dois anos de negociação, entre os quais revelaram-se de importância crucial, o protocolo (i) sobre os princípios fundamentais, através do qual as partes definiram o espírito que deveria orientar o diálogo com vista ao alcance da paz; o protocolo (ii) sobre os critérios e modalidades para a formação e o reconhecimento dos partidos políticos, através do qual as partes chegaram ao acordo sobre os mecanismos que norteariam a formação e o reconhecimento legal dos partidos políticos, entre os quais a RENAMO, respondendo, assim, a uma das maiores reivindicações da organização liderada por Afonso Dhlakama; o protocolo (iii) sobre os princípios da lei eleitoral, traçando todo o quadro que serviria de base para a elaboração e aprovação da lei em referência com o envolvimento da RENAMO e de outros partidos políticos; o protocolo (iv) sobre as questões militares, definindo os princípios e os mecanismos que orientariam o processo de *peacekeeping*, desmobilização das forças do governo e da RENAMO, formação do novo exército unificado para o qual cada uma das partes do conflito deveria fornecer 50% dos homens para a sua composição, a reintegração social dos desmobilizados na vida civil; o protocolo (v) sobre as garantias, através do qual eram asseguradas as garantias relativamente aos processos eleitoral, cessar-fogo, desmobilização e reintegração social dos ex-combatentes, formação do novo exército unificado, repatriamento dos refugiados, manutenção de uma força da RENAMO responsável pela segurança dos seus dirigentes e a indicação de elementos do movimento de guerrilha para a administração dos distritos localizados em regiões por si controladas até a constituição do novo governo resultante das eleições, entre outras garantias; protocolo (vii) sobre a conferência de doadores através do qual as partes acordavam sobre a necessidade de mobilização imediata de recursos financeiros para a implementação do Acordo Geral de Paz assim como para o financiamento da transformação da RENAMO em partido político, assegurando, deste modo, o fortalecimento político do movimento liderado por Afonso Dhlakama e, conseqüentemente, uma participação condigna em todo o processo de implementação do acordo em referência. Como se pode constatar, no que diz respeito ao conteúdo, AGP foi muito detalhado cobrindo as principais preocupações apresentadas pelas partes em conflito ao nível militar, político, económico e financeiro.

---

<sup>532</sup> Sobre o processo das negociações de Paz em Roma, Itália recomenda-se a leitura das seguintes obras: Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994); Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/l.: ACD Editores, 2006); Roberto Morozzo Della Rocca, *A Paz: Como Moçambique saiu da Guerra* (Maputo: Ciedima, 2012); Jaime Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Beira: S/ed., 2014); Tomás Vieira Mário, *Negociações de Paz de Moçambique: Crónica dos Dias de Roma* (S.l.: ISRI-CEEI, 2004).

Os consensos alcançados em Roma resultaram de discussões não raras vezes muito prolongadas e marcadas por contradições profundas entre as partes e no seio das mesmas. Durante a discussão sobre as questões eleitorais as partes apresentaram divergências. Embora fosse defensora do sistema de representação proporcional para o parlamento e eleição direta do Presidente da República, a delegação da RENAMO nas negociações, em Roma, apresentou a proposta segundo a qual para que um partido conquistasse assentos parlamentares em determinado círculo eleitoral deveria obter 20% dos votos, sendo 25 anos a idade mínima para a eleição de cidadãos à Assembleia da República e a candidatura presidencial deveria ser acompanhada de uma petição contendo 100 000 assinaturas. Igualmente, a RENAMO defendia que o candidato presidencial que amalhasse maior número de votos constituir-se-ia como vencedor das eleições, sendo a segunda volta apenas necessária em caso de empate entre os dois candidatos mais votados. Por sua vez, a delegação do governo defendia a posição segundo a qual para vencer a eleição o candidato presidencial deveria conquistar 50 % dos votos, sendo 4% a barreira para a conquista de assentos parlamentares e 18 anos a idade mínima para a candidatura a deputado.<sup>533</sup> O governo propunha que a candidatura presidencial deveria ser apoiada por pelo menos 10 000 assinaturas.

Relativamente ao sistema eleitoral cujo acordo foi alcançado em Março de 1992, a delegação governamental mostrou-se seriamente dividida. Uma parte da delegação defendia o sistema maioritário e a outra defendia o sistema de representação proporcional. O segundo grupo apresentava o argumento segundo o qual o sistema não podia ser maioritário, considerando que as negociações em Roma estavam a ser feitas numa base em que não havia vencidos e nem vencedores.<sup>534</sup> Devido a sua divisão em relação ao assunto a delegação governamental não conseguiu tomar de forma imediata uma posição final na mesa das negociações. Em resultado da falta de consenso a delegação governamental levou o assunto ao Presidente da República, Joaquim Chissano, em Maputo. Por sua vez, Chissano levou a questão à discussão no Conselho de Ministros na presença da delegação governamental que participava das negociações em Roma. Após a discussão no Conselho de Ministros, o órgão decidiu a favor da adoção do sistema de representação proporcional.<sup>535</sup> Alcançado o consenso, em Maputo, a delegação governamental defendeu em Roma o sistema de representação proporcional. Outras contradições que caracterizam a dinâmica de grupos tiveram lugar no seio da delegação do governo, porém, a intervenção

---

<sup>533</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 85-86.

<sup>534</sup> Entrevista, Aguiar Mazula, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>535</sup> *Idem*.

prudente e discreta de Joaquim Chissano permitiu que as diferenças entre os membros da delegação em referência fossem ultrapassadas sem comprometer as negociações de paz.

No seio da delegação da RENAMO houve poucas contradições de vulto facto que resultava do carácter e da disciplina militar dominante na RENAMO, uma organização cujas decisões eram tomadas de forma hierárquica. As boas relações entre Afonso Dhlakama e Raúl Domingos conferiam ao último maior legitimidade perante os membros da sua delegação.<sup>536</sup> Entretanto, o trabalho da delegação da RENAMO era muitas vezes perturbado devido às intervenções de Afonso Dhlakama visando criar situações de impasse nas negociações de modo a assegurar a sua aparição pública como a figura com o poder e capacidade de resolver os problemas que emperravam o diálogo.<sup>537</sup> Assim, Dhlakama pretendia projetar a sua imagem a nível nacional e internacional e não só mas também procurava limitar a projeção política que as negociações em Roma poderiam conferir ao Raúl Domingos, chefe da delegação da RENAMO.

Para além de providenciarem uma saída para o conflito que tinha atingido o impasse militar, as negociações de Roma proporcionavam uma oportunidade ímpar para a afirmação internacional da RENAMO, por um lado, e por outro, abriam o espaço para a FRELIMO e o seu governo mostrarem ao mundo a sua abertura política, sacudindo, assim, as pressões internacionais, conquistando novos amigos ou consolidando a amizade com os países ocidentais.

#### **4.7 Conclusão**

O processo de construção da paz em Moçambique que culminou com a assinatura do AGP, em Outubro de 1992, resultou da intervenção de múltiplos atores, entre estatais (*track one diplomacy* ou diplomacia tradicional) e não estatais (*track two diplomacy* ou diplomacia informal). Acima de tudo, a construção da paz foi resultado da interação entre os múltiplos atores no contexto da *multitrack diplomacy*. Assim, o processo de construção da paz em Moçambique evidenciou a importância da interligação entre a diplomacia tradicional e informal no processo de resolução do conflito. Isto é, o processo de negociação de paz em Roma marcado pela intervenção da Comunidade de Santo Egídio e outros atores não estatais, porém, com o envolvimento de atores estatais, nomeadamente Itália, EUA, França, Reino Unido, Portugal, Zimbabwe, Botswana, Quênia e ONU, evidencia a importância da abordagem de resolução de conflito assente na *multi-track diplomacy*.

---

<sup>536</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, em Maputo;

<sup>537</sup> *Idem*.

A construção de consensos no seio das partes em conflito sobre a necessidade de busca de uma solução negociada do conflito contribuiu para a abertura do diálogo. Igualmente, o consenso interno concorreu para o engajamento contínuo das duas partes no processo de construção da paz que culminou com a assinatura do AGP.

## CAPÍTULO V

### CAMINHANDO RUMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: AS REFORMAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS EM MOÇAMBIQUE

#### 5.1 O Enquadramento Teórico e Conceptual

No capítulo introdutório desta tese foi apresentada a discussão sobre os fatores determinantes das transições democráticas. À luz da discussão em referência, no presente capítulo da tese, o processo de transição democrática em Moçambique será analisado tendo como base as teorias centradas na agência (isto é, na ação e decisão das elites políticas) e no papel das crises económicas como fatores geradores de incentivos para as elites políticas no sentido da liberalização política e económica conducente ao estabelecimento do regime democrático. Igualmente, a análise terá como base a teoria centrada no papel da condicionalidade como um fator internacional que influencia a perceção e a decisão das elites políticas em direção à democratização.

#### 5.2 As Reformas Económicas

Após a proclamação da independência, o governo da FRELIMO adotou políticas de desenvolvimento de orientação socialista baseadas na planificação centralizada, definindo como parceiros de cooperação para a sua materialização a URSS e outros países socialistas que desde cedo começaram a enviar ajudas ao novo Estado africano independente. Em 1977, depois do 3º congresso da FRELIMO foi estabelecido o Plano Prospetivo Indicativo (PPI) no contexto do qual pretendia-se que a indústria retomasse os níveis de produção de 1973. Igualmente, pretendia-se desenvolver a indústria básica de modo a alterar a estrutura industrial do país.<sup>538</sup>

No âmbito do PPI, a parceria com os países socialistas ocupava um lugar fundamental. Por exemplo, no vale do Limpopo, província de Gaza, previa-se o desenvolvimento do regadio para o qual foram enviados técnicos usbeques e búlgaros para a produção de algodão. Igualmente, foi enviada para o regadio do Limpopo a maquinaria da República Democrática Alemã (RDA) e da Bulgária. Na província do Niassa havia um projeto agrícola cobrindo cerca de 400 000 ha onde estavam técnicos da RDA, Roménia, China e Jugoslávia.<sup>539</sup> Outros países socialistas envolveram-se em projetos na área de pesquisa mineira, entre outras.

---

<sup>538</sup> Carlos Nuno Castel-Branco, «Problemas Estruturais de Industrialização: A Indústria Transformadora», IESE, <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Problemas%20Estruturais%20de%20Industrializacao.pdf>, s/d.

<sup>539</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

Acreditando que os países socialistas eram detentores de tecnologia, conhecimento e recursos financeiros, e convencidos de que aqueles apoiariam os planos de desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente, o PPI, no princípio da década de 1980, o governo da FRELIMO manifestou o seu interesse em juntar-se ao Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON)<sup>540</sup>. A FRELIMO acreditava que entrando para o COMECON beneficiar-se-ia das facilidades que outros países como Cuba usufruíam, considerando a vastidão e a riqueza do território moçambicano.<sup>541</sup> A candidatura de Moçambique ao COMECON foi incentivada e apoiada por alguns países socialistas, nomeadamente a RDA. Aliás, um representante da RDA que esteve em Moçambique disse às autoridades moçambicanas que «nós vamos cooperar, mas para vocês terem maior ajuda vocês têm que se definir... Vocês não podem ser carne e peixe ao mesmo tempo.»<sup>542</sup> Com estas palavras inseridas no contexto da Guerra Fria pretendia-se que Moçambique abandonasse a sua política de não alinhamento e abraçasse claramente o bloco socialista.

Porém, em 1982, a entrada de Moçambique ao COMECON não foi aprovada. Os países membros do organismo apresentaram o argumento segundo o qual a decisão resultava do facto de o Estado moçambicano não ser socialista.<sup>543</sup> Igualmente, a URSS apresentou o argumento segundo o qual não podia subsidiar Moçambique no nível de apoio que se atribuía ao Vietname e Cuba, membros do COMECON.<sup>544</sup> Entretanto, mais do que o argumento acima apresentado, a rejeição da entrada de Moçambique para o COMECON deveu-se às limitações financeiras daquele organismo do bloco socialista. No princípio da década de 1980 as dificuldades económicas da URSS estavam a acentuar-se. Assim, a entrada de Moçambique ao COMECON abriria um precedente e a entidade poder-se-ia ver pressionada para a entrada de outros países africanos, agudizando ainda mais as dificuldades económicas e financeiras daquele organismo do bloco socialista que teria que repartir os escassos recursos disponíveis por mais estados.

A indisponibilidade do COMECON liderado pela URSS foi manifestada numa altura em que o endividamento de Moçambique era crescente, porém, sem o crescimento das exportações

---

<sup>540</sup> Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON- *Council for Mutual Economic Assistance*) foi fundado em 1949, tendo como objetivo a integração económica das nações do Leste Europeu. Os países que integraram o organismo foram a URSS, Alemanha Oriental (1950-1990), Checoslováquia, Polónia, Bulgária, Hungria e Roménia. Mais tarde outros países juntaram-se ao COMECON: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vientnam (1978). O COMECON surgiu como a resposta soviética ao Plano Marshal estabelecido pelos EUA com vista a apoiar a reconstrução económica da Europa ocidental.

<sup>541</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>542</sup> *Idem*.

<sup>543</sup> *Ibidem*.

<sup>544</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 235.



nacionais de forma a responder às correspondentes necessidades de divisas. Esta situação e a dependência em relação aos credores internacionais forçaram o governo da FRELIMO a operar reformas no domínio económico.<sup>545</sup> A recusa da entrada de Moçambique no COMECON jogou um papel decisivo para o início das transformações económicas realizadas pelo governo da FRELIMO.<sup>546</sup>

Em 1983 decorreu o 4º congresso da FRELIMO durante o qual o estado da economia nacional foi objeto de reflexão, tendo havido o reconhecimento da existência de enormes dificuldades económicas no país. Durante a apresentação do relatório do Comité Central da FRELIMO ao congresso, Samora Machel fez alusão ao crescimento registado em alguns sectores da economia, entre 1977 e 1981 como a indústria e outros.<sup>547</sup> A seguinte tabela ilustra a evolução da produção industrial em Moçambique, entre 1975 e 1984.

**Tabela N°1:** Evolução da Produção Industrial

Ramo/Produto	Unidade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Açúcar	10 <sup>3</sup> t	228,0	216,0	158,0	191,6	211,6	170,2	177,2	125,8	73,7	39,3
Chá-feito	10 <sup>3</sup> t	13,0	14,8	17,0	18,0	19,0	18,9	22,2	22,3	10,3	12,8
Algodão-fibra	10 <sup>3</sup> t	15,7	11,9	17,0	11,0	11,9	22,3	19,6	14,9	10,0	5,3
Sisal-fibra	10 <sup>3</sup> t	13,6	13,0	13,0	3,0	3,1	9,4	8,7	5,5	6,0	2,9
Amêndoa de caju	10 <sup>3</sup> t	17,2	16,5	20,2	16,7	14,7	17,6	16,9	13,3	4,6	3,8
Arroz descascado	10 <sup>3</sup> t	44,0	50,1	33,2	31,5	25,0	16,0	22,6	27,8	12,3	6,3
Peixe	10 <sup>3</sup> t	6,8	6,8	6,0	-	-	7,4	9,6	9,6	12,8	11,7
Camarão	10 <sup>3</sup> t	5,4	4,8	5,0	3,6	3,7	7,0	8,7	6,2	5,7	5,8
Energia elétrica	10 <sup>3</sup> gwh	0,5	0,4	5,8	8,7	12,4	11,1	3,6	2,4	5,97	0,3
Carvão coque	10 <sup>3</sup> t	316,0	304	178	78,5	104,5	86,1	167,0	121,8	30,3	23,5
Carvão/queima	10 <sup>3</sup> t	259,0	249,0	147,0	70,4	94,6	121,2	163,0	79,0	27,8	16,0
Peças de ferro fundido	10 <sup>3</sup> t	705,0	505,0	483,0	418,0	424,0	377,0	515,0	508,0	447,0	372,0
Enxadas	10 <sup>3</sup> peças	678,0	540,0	198,0	230,0	75,0	217,0	489,2	807,7	134,0	-
Charruas de tração mecânica	10 <sup>3</sup> peças	-	-	-	397,0	286,0	194,0	121,0	15,0	200	106

**Fonte:** Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística, *Informação e Estatística, 1975-1984* (S/l.: s/ed., 1985), 53-58. (Adaptado pelo autor)

Conforme ilustra a tabela acima apresentada, a partir de 1982 a tendência crescente da economia foi interrompida. No seu relatório, o Comité Central da FRELIMO admitiu este facto e sublinhou

<sup>545</sup> Mário Murteira, «Empresariado nacional e transição para a economia de mercado na África lusófona», *Economia Global e Gestão*, n° 1 (1996): 18.

<sup>546</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 14.

<sup>547</sup> Extratos do Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao IV Congresso, em *Tempo*, 1 de Maio de 1983.

que entre 1981 e 1982 registou-se uma diminuição bruta da produção na maioria dos setores da economia. O Comité Central da FRELIMO reconheceu que por essa razão eram maiores, naquele momento, as dificuldades no crescimento e, particularmente, sensíveis, os efeitos negativos do abaixamento da produção e da importação de bens de consumo na vida do povo.<sup>548</sup>

A tabela número 2 apresenta a evolução da balança de pagamentos global entre 1978 e 1984, ilustrando o seu sentido negativo sobretudo a partir de 1982, com a balança comercial atingindo os níveis mais baixos. A tabela em referência ilustra, igualmente, as dificuldades que a economia moçambicana tinha para gerar reservas internacionais (crise de divisas) e para sustentar o serviço da dívida sobretudo em 1983 e 1984 - o momento de pico das dificuldades. Em resultado da inexistência de reservas internacionais as importações foram cortadas drasticamente numa altura em que o financiamento da guerra era muito importante. As calamidades naturais que afetaram o país no princípio da década de 1980 e a guerra contribuíram para o agravamento da crise.<sup>549</sup>

**Tabela N° 2:** Balança de Pagamentos de Moçambique

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>Balança Comercial</b>	-11,86	-10,28	-16,63	-18,40	-22,92	-20,29	-18,84
<b>Exportações</b>	5,33	8,30	9,09	9,92	8,65	5,28	4,06
<b>Importações</b>	17,19	18,58	25,92	28,32	31,57	25,57	22,90
<b>Balança de Invisíveis e Serviços Produtivos</b>	+2,93	+1,89	+3,32	+3,24	+3,44	+3,54	+1,74
<b>Donativos</b>	+1,77	+2,16	+1,81	+2,03	+3,0	+3,6	+7,12
<b>Balança de Transações Correntes</b>	-7,16	-6,23	-11,7	-13,13	-16,48	-13,15	-9,98
<b>Balança de Capitais</b>	+3,97	+5,33	+11,16	+13,19	+12,65	+12,76	+10,93
<b>Varição de Reservas</b>	+3,67	+1,24	+1,05	+0,79	+4,44	+0,89	-0,84
<b>Erros e Omissões</b>	-0,48	-0,34	-0,51	-0,85	-0,61	-0,50	-0,11

**Unidade:** 10<sup>6</sup> contos.

**Fonte:** Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística, *Informação e Estatística, 1975-1984* (S/I.: s/ed., 1985), 40.

As dificuldades económicas eram também agravadas pelos cortes da África do Sul na contratação de mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas - uma importante fonte de receitas para Moçambique. Conforme ilustra a tabela número 3, os cortes na contratação de mão-de-obra moçambicana, registados após a proclamação da independência foram superiores a 50%. Estes cortes eram parte das pressões económicas de Pretória sobre o governo de Maputo devido ao seu apoio ao ANC.

<sup>548</sup> Extratos do Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao IV Congresso, em *Tempo*, 1 de Maio de 1983.

<sup>549</sup> Marc Eric Wuyts, *Money and Planning For Socialist Transition: The Mozambican Experience* (Aldershot: Institute of Social Studies, 1989), 67.

**Tabela N° 3:** Mineiros Moçambicanos na África do Sul

ANOS	EFFECTIVO
1975	118 030
1977	41 364
1980	45 824
1981	41 288
1982	45 491
1983	39 731
1984	45 496

**Fonte:** Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística, *Informação e Estatística, 1975-1984* (S/l.: s/ed., 1985), 45.

O relatório do Comité Central ao 4º congresso da FRELIMO apontou alguns erros que conduziram às dificuldades económicas do país, nomeadamente, a marginalização do setor familiar e o gigantismo das empresas agrícolas estatais face às capacidades de gestão, a excessiva centralização das decisões que marginalizavam o povo e arrefeciam o seu entusiasmo e criatividade bem como a secundarização de pequenos projetos e das iniciativas locais.<sup>550</sup> De algum modo, com este relatório a FRELIMO revelava o reconhecimento do fracasso das medidas económicas que tinha adotado desde a independência. Por isso, a FRELIMO apresentou propostas de reformas que deviam ser implementadas com vista a revitalizar a economia que estava à beira do colapso.

Entre as decisões do 4º congresso da FRELIMO destaca-se a necessidade de criação de incentivos para o desenvolvimento do setor privado e a valorização dos setores familiar e cooperativo.<sup>551</sup> Estas decisões que sinalizavam a viragem no sentido da liberalização foram consensuais no seio da FRELIMO. Perante a indisponibilidade do apoio do COMECON e da URSS e a necessidade de evitar o colapso total da economia patente nos indicadores económicos de 1983, facto que teria graves implicações económicas, políticas e sociais, podendo afetar a legitimidade do partido, os membros da FRELIMO, incluindo as alas mais ortodoxas compreenderam e apoiaram as reformas económicas iniciadas após o 4º congresso.

O relatório do Comité Central do Partido FRELIMO destacou a subida dos partidos socialistas ao poder nos países da Europa ocidental, afirmando que tal facto criava as condições para um novo tipo de relacionamento económico e cooperação com os países subdesenvolvidos. Deste modo, e perante a indisponibilidade da ajuda económica do COMECON, a FRELIMO sinalizava a sua viragem para o ocidente que no período imediatamente posterior à independência tinha sido

<sup>550</sup> Extratos do Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao IV Congresso, em *Tempo*, 1 de Maio de 1983.

<sup>551</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 196.

preterido como parceiro de desenvolvimento, privilegiando-se a cooperação com os países socialistas considerados pelo partido governamental como aliados naturais de Moçambique.

No 4º congresso a FRELIMO salientou o desenvolvimento da cooperação com a Itália, França e Grã-Bretanha, referindo-se, igualmente à evolução positiva das relações com os EUA e Portugal. Aliás, com a rejeição da entrada de Moçambique no COMECON, o país decidiu voltar ao não alinhamento de forma mais clara, aproximando-se aos países ocidentais com vista a busca de ajuda económica. Foi neste contexto que Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros fez um períplo pelos países da Europa ocidental e pelos EUA. Posteriormente, Samora Machel, acompanhado por Chissano viria a fazer o mesmo períplo em 1983. Na sequência destas visitas, para além do encorajamento para a busca de entendimento entre Moçambique e a África do Sul, os EUA e outros estados ocidentais recomendaram a Maputo uma posição clara de não alinhamento e o afastamento da dependência em relação à URSS como condição importante para a obtenção de ajuda.<sup>552</sup> Para os EUA a entrada de Moçambique para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) era politicamente muito importante na medida em que sinalizava a viragem do país do campo socialista para o ocidente. Aliás, esta era a condição para o fornecimento da ajuda ao país.<sup>553</sup>

Em 1983 teve lugar o início das negociações entre o governo moçambicano e as instituições de *Bretton Woods* na sequência das quais Moçambique aderiu ao FMI e ao Banco Mundial, em 1984. No mesmo ano (1984) Moçambique aderiu à Convenção de Lomé. Ao juntar-se a estas instituições o governo moçambicano pretendia buscar a ajuda económica e financeira de modo a evitar o colapso da economia nacional e promover a recuperação económica. Igualmente, a decisão permitia demonstrar ao ocidente o seu cometimento ao não alinhamento. Falando na Assembleia Popular, em Abril de 1984, Samora Machel disse que com a aproximação ao ocidente rompia-se o bloqueio internacional à volta de Moçambique.<sup>554</sup> O governo moçambicano esperava que o crescimento do investimento ocidental em Moçambique levaria os países do ocidente a pressionar Pretória no sentido de parar os ataques contra o país.<sup>555</sup> Igualmente, a aproximação de Moçambique ao ocidente visava a construção de boas relações com os países que podiam potencialmente apoiar a RENAMO conforme foi referido no terceiro capítulo da tese.

---

<sup>552</sup> Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique* (London: Indiana University Press, 1991), 51.

<sup>553</sup> Joseph Hanlon, *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique* (London: Irish Mozambique Solidarity and the International African Institute in association with James Currey and Heineman, 1996):25.

<sup>554</sup> *Tempo*, «Renegociação da dívida externa», 6 de Maio de 1984, 15.

<sup>555</sup> Joseph Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire* (London: Zed Books, 1990), 236.

Em Abril de 1984 teve lugar a 12ª sessão da Assembleia Popular durante a qual foi discutida a situação da economia do país. Durante o debate, Rui Baltazar, Ministro das Finanças explicou que para além de causas externas existiam causas internas por detrás da crise económica, nomeadamente, a tendência prevalecte de substituição das leis económicas por decisões administrativas, persistência do espírito de gratuidade, falta do espírito de austeridade e a centralização excessiva das decisões.<sup>556</sup> Durante as discussões verificou-se a unanimidade dos deputados em relação aos problemas levantados, resultando daí a seguinte decisão da Assembleia Popular: Para o funcionamento regular da economia era necessário eliminar a ingerência e o bloqueio de carácter administrativo para que a empresa se tornasse efetivamente na célula-base da economia e; em 1984 o governo devia aprovar e fazer aplicar as leis e normas económicas que libertassem as forças produtivas do país.<sup>557</sup> Assim, no contexto da implementação de uma gestão com base nas leis económicas, os deputados apreciaram satisfatoriamente a proposta de Orçamento de Estado de 1984 marcado pela introdução de medidas de austeridade. Posteriormente, outras medidas viriam a ser implementadas como a política de liberalização de preços, a separação mais clara entre o Estado e a empresa estatal, responsabilizando o gestor pelo sucesso ou fracasso da mesma, a livre circulação de mercadorias por todo o território nacional assim como a importação de determinados bens sem o monopólio do Estado.<sup>558</sup> Assim, devido à crise económica davam-se os primeiros passos rumo à liberalização económica.

Em resultado da aderência de Moçambique à Convenção de Lomé, em Março de 1985, Samora Machel recebeu as cartas credencias do primeiro representante da Comunidade Económica Europeia (CEE) em Moçambique, António Morongiu. No mesmo mês, a CEE concedeu o financiamento para Moçambique e para a Conferência para a Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC) no valor de 6 400 000 US\$.<sup>559</sup> Os dois atos acima referidos eram o sinal inequívoco do sucesso da aproximação de Moçambique ao ocidente.

No primeiro semestre de 1985, através do seu Vice-Presidente para as Regiões da África Oriental e Austral, o Banco Mundial anunciou que a partir de Junho do mesmo ano iria conceder o seu primeiro empréstimo à Moçambique no valor de 45 000 000 US\$.<sup>560</sup> No princípio de 1985 o governo norte-americano anunciou a ajuda militar para Moçambique no valor de 1 140 000 US\$ e a disponibilização de 40 000 toneladas de milho, prevendo-se que durante o ano a ajuda

---

<sup>556</sup> *Tempo*, «Transformar a empresa na célula-base da economia», 6 de Maio de 1984, 14-15.

<sup>557</sup> *Tempo*, «Transformar a Empresa...», 15.

<sup>558</sup> Jacinto Veloso, *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. (Maputo: JV Editores, 2011), 198-199.

<sup>559</sup> *Tempo*, «Financiamento da CEE para a RPM e SADCC», 31 de Março de 1985, 8.

<sup>560</sup> *Tempo*, «Banco Mundial empresta 45 milhões de dólares», 26 de Maio de 1985, 3-4.

alimentar atingisse 110 000 toneladas.<sup>561</sup> Ainda no primeiro semestre de 1985 empresários norte-americanos visitaram Moçambique com vista a explorar as possibilidades de desenvolvimento de negócios.<sup>562</sup>

Em Setembro do mesmo ano, durante a visita aos EUA, Londres e Roma, Samora Machel recebeu o apoio de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e do governo italiano às medidas económicas tomadas em Moçambique no sentido da liberalização. Deste modo confirmava-se o apoio ocidental às medidas implementadas pelo governo de Samora Machel. Seguramente, este apoio teve um papel importante no fortalecimento da posição de Samora Machel enquanto líder de todo o processo assim como conferiu maior legitimidade às reformas económicas, desincentivando a resistência das alas mais ortodoxas da FRELIMO defensoras da economia estatal centralizada. Assim, o apoio internacional acima referido contribuiu para a coesão do partido. Sem a ajuda económica do COMECON e da URSS, e perante a necessidade urgente de apoio económico e financeiro para o país oferecido pelo ocidente, ainda que com os seus condicionalismos, os defensores mais intransigentes da economia estatal centralizada ficaram sem margem de manobra se não apoiar as reformas económicas orientadas no sentido da economia de mercado.

Entre 1983, ano em que decorreu o 4º Congresso da FRELIMO e 1986 a economia moçambicana continuou a experimentar um enorme declínio na sua produção combinado com o agravamento das distorções económicas e desequilíbrios financeiros.<sup>563</sup> Neste contexto, em Janeiro de 1987 foi lançado o Programa de Reabilitação Económica (PRE). Tratava-se de um programa de ajustamento estrutural estabelecido com o apoio do FMI com o objetivo de criar as condições para a reabilitação da economia moçambicana. Pretendia-se assegurar que em 1990 o país reconquistasse os índices de produção atingidos em 1981.<sup>564</sup> No âmbito deste programa foram introduzidas medidas de austeridade e mecanismos com vista a aumentar a produção e a captação de receitas para o Estado assim como combater os desequilíbrios financeiros. A desvalorização da moeda, as reduções no setor público, os cortes nos programas de subsídios, a maior responsabilidade fiscal, a promoção de um elevado envolvimento do sector privado na economia e as privatizações foram algumas das medidas adotadas no âmbito do PRE.<sup>565</sup>

---

<sup>561</sup> *Tempo*, «Relações moçambicano-americanas: a dependência da estabilidade», 3 de Fevereiro de 1985, 4-5.

<sup>562</sup> *Tempo*, «Empresários dos EUA na RPM», 21 de Abril de 1985, 4.

<sup>563</sup> Jens Erik Torp, «Mozambique», em *Mozambique, São Tomé e Príncipe: Politics, Economics and Society*, org. Jens Erik Torp, L. M. Denny e Donald I. Ray (London: Pinter Publishers, 1989), 38.

<sup>564</sup> Chris Alden, *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building* (New York: Palgrave, 2001), 10.

<sup>565</sup> Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace, 1994), 20.

Durante a 6ª sessão do Comité Central da FRELIMO realizada de 6 a 10 de Janeiro de 1987 foram aprovadas as medidas diretivas do PRE. O Comité Central orientou todos os órgãos partidários e estatais no sentido da implementação rigorosa das medidas de austeridade com vista ao relançamento da economia. Igualmente, o Comité Central orientou o governo a prosseguir o relacionamento com os organismos internacionais com vista a reabilitação económica do país.<sup>566</sup> As recomendações do Comité Central da FRELIMO revelavam a existência de um elevado grau de consenso no seio da elite dirigente da FRELIMO sobre a necessidade das reformas económicas no país. Não se pretende com isto transmitir a ideia de que não houve membros da elite dirigente do partido que se opuseram às reformas.

No dia 3 de Fevereiro de 1987, falando aos membros da FRELIMO, em Maputo, Joaquim Chissano explicou que as negociações do governo da FRELIMO com o FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais não negavam as escolhas do partido pelo socialismo como caminho do desenvolvimento, salientando que «uns vão dizer que estamos a ter dúvidas sobre a opção socialista. Este não é o caso. Nós escolhemos o socialismo como resultado da nossa experiência.»<sup>567</sup> Este pronunciamento mostra que dentro do partido havia grupos que se mostravam pouco satisfeitos com as transformações económicas, receando que tal facto levasse ao abandono da linha socialista da FRELIMO e do Estado. De facto, no final da década de 1980 surgiram no seio da FRELIMO 3 grupos que embora tivessem em comum a concordância sobre a necessidade e a inevitabilidade das reformas económicas não deixaram de expressar posições diferenciadas sobre a maneira como tais reformas deveriam ser feitas, a sua amplitude e as suas implicações político-ideológicas e sociais. Estas posições diferenciadas revelavam que apesar da ideia de unidade apregoada na FRELIMO desde o período da luta pela independência, o partido não deixou de reunir dentro de si interesses diversificados e, porventura, contraditórios, tal como acontece em todas as organizações de natureza política.

De acordo com Anne Pitcher o primeiro grupo era constituído por membros proeminentes do partido FRELIMO e do governo ao nível nacional e provincial bem como por membros de organizações de massas como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) que embora reconhecessem a necessidade das reformas, defendiam as modificações, porém, sem o abandono dos princípios socialistas e de intervenção do Estado. Este grupo que via o crescimento do setor privado como ameaça aos seus interesses era dominado sobretudo pelos altos dirigentes da FRELIMO relativamente mais

---

<sup>566</sup> *Tempo*, «Aprovadas medidas de reabilitação económica», 18 de Janeiro de 1987, 3-4.

<sup>567</sup> David Hoile, *Mozambique, 1962-1993: A Political Chronology* (London: Mozambique Institute, 1994), 91.

ortodoxos na defesa do socialismo.<sup>568</sup> De acordo com a autora, o segundo grupo apoiava a emergência do sistema de economia do mercado e um maior envolvimento do setor privado na economia, porém, defendia que o setor estatal devia ser otimizado, reestruturado e mantido. Este grupo desejava o controlo do crescimento do setor privado e da dependência em relação aos mercados. Dentro deste grupo estavam membros do partido e oficiais do Estado que recebiam perder as mordomias provenientes do controlo do partido e do Estado.<sup>569</sup> Entretanto, juntos, os dois primeiros grupos eram muito pequenos no seio da FRELIMO e já sem muito poder, estando entre eles, Jorge Rebelo.<sup>570</sup>

O terceiro grupo era constituído por aqueles membros do partido, do governo e empresários nacionais que queriam e defendiam, sem reservas, a introdução do sistema de economia de mercado e do investimento privado. Este grupo era favorável à ligação entre a política e os negócios. Este grupo incluía os empresários nacionais que já existiam, altos funcionários do Estado sobretudo dos ministérios das finanças, indústria e comércio que estavam envolvidos na formulação das políticas de ajustamento estrutural e de remoção das restrições às atividades do setor privado.<sup>571</sup> No final da década de 1980, Eneas Comiche, Ministro das Finanças de Moçambique dizia que «não devia ser o papel do Estado gerir as empresas e que estas deviam estar nas mãos dos privados, cabendo ao Estado o papel de regulação, procurando trazer a eficiência da economia do país.»<sup>572</sup> Outro defensor das reformas económicas tendentes à liberalização da economia era Armando Guebuza, na altura Ministro dos Transportes e Comunicações que afirmou, numa conferência internacional, que «apesar do impacto no aumento de desigualdades, desemprego, baixos salários e outros efeitos negativos do PRE, tais males eram o preço que tínhamos que pagar pelo desenvolvimento do país.»<sup>573</sup> Este terceiro grupo constituído pela maioria revelou-se vencedor no debate interno, tendo contado com o apoio do ocidente e das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial - credores de Moçambique que defendiam as políticas de liberalização da economia com o maior envolvimento do setor privado e a redução do papel do Estado, mantendo-se apenas como regulador.

---

<sup>568</sup> M. Anne Pitcher, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000* (New York: Cambridge University Press, 2002), 116.

<sup>569</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>570</sup> Merle L. Bowen, *The State Against The Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique* (Charlottesville e London: University Press of Virginia, 2000), 185-202.

<sup>571</sup> M. Anne Pitcher, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000* (New York: Cambridge University Press, 2002), 117-118.

<sup>572</sup> Merle L. Bowen, *The State Against The Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique* (Charlottesville e London: University Press of Virginia, 2000), 185-202.

<sup>573</sup> Bowen, *The State Against The Peasantry...*



Assim, poder-se-á compreender que, com as suas palavras anteriormente referidas, proferidas no dia 3 de Fevereiro de 1987, Joaquim Chissano, Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique procurava tranquilizar os receios dos dois primeiros grupos acima referidos e mobilizar o seu total engajamento no apoio às reformas económicas no país. A maturidade política das alas mais ortodoxas da FRELIMO (os dois primeiros grupos acima referidos) permitiu que as mesmas compreendessem que as mudanças políticas e económicas internacionais marcadas pelo colapso da URSS e do bloco comunista e a vitória do capitalismo tornavam inevitáveis as reformas económicas adotadas pelo governo e pelo partido. Ademais, estas elites entendiam que a inviabilização das reformas poderia levar o país ao colapso económico total com profundas consequências sociais e políticas, gerando a erosão da legitimidade da FRELIMO já de si fragilizada pela guerra civil que dilacerava o país. Neste contexto, poder-se-á concluir que a atitude das elites mais ortodoxas da FRELIMO confirma o argumento de Samuel Huntington, segundo o qual as elites políticas decidem optar pelo estabelecimento de reformas como um meio para alcançar os objetivos como o seu prolongamento no poder, a legitimidade doméstica e internacional, minimizar a oposição doméstica, e reduzir a possibilidade de ocorrência de violência civil da qual elas próprias (elites) podem sofrer.<sup>574</sup>

No final da década de 1980, Joaquim Chissano convocou uma reunião do Comité Central do partido governamental. Durante o encontro que aconteceu no contexto da preparação do 5º congresso da FRELIMO, Chissano questionou aos presentes se havia uma contradição entre os princípios socialistas e um sistema de economia de mercado.<sup>575</sup> Os participantes chegaram à conclusão de que não havia contradição. No encontro sublinhou-se que podia haver economia de mercado, tanto mais que havia países governados por partidos socialistas, porém, adotando a economia de mercado.<sup>576</sup> Esta reunião parece ter servido para a formalização do consenso sobre as reformas que vinham sendo construídas desde o 4º congresso da FRELIMO em torno da necessidade de um maior envolvimento do setor privado e da adoção do sistema de economia de mercado para a recuperação económica do país. Posteriormente, no 5º congresso da FRELIMO realizado em 1989 o partido aprovou a proposta de orientar a economia moçambicana no sentido de um sistema de mercado. Esta decisão culminou com a aprovação da nova constituição em 1990 que consagrava a livre iniciativa e o sistema de economia de mercado.

---

<sup>574</sup> Samuel P. Huntington, «Will more countries become democratic?», *Political Science Quarterly*, Vol. 99, nº 2 (1984): 212.

<sup>575</sup> Entrevista, Joaquim Alberto Chissano, 12 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>576</sup> *Idem*; Entrevista, Aguiar Mazula 29 de Agosto de 2014, Maputo.

O 5º congresso da FRELIMO foi também marcado pelo incentivo à propriedade privada, sendo autorizada a participação dos membros do partido, governantes em diferentes níveis e funcionários públicos em iniciativas empresariais e de negócios privadas sem nenhuma restrição. Esta foi uma viragem significativa na medida em que até aquele momento era proibida a participação de membros da FRELIMO e do governo em iniciativas privadas pois estas eram ideologicamente conotadas com a exploração do homem pelo homem, embora tenha sido reconhecida a importância do setor privado desde o 4º congresso do partido.

Considerada a inevitabilidade da liberalização da economia por força da condicionalidade da ajuda económica imposta pelo ocidente e pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial, tornou-se imperioso para a FRELIMO assegurar a criação de uma classe capitalista (ou empresarial) nacional de modo a evitar que o tecido empresarial emergente no contexto das privatizações que tinham lugar à luz do programa de ajustamento estrutural fosse dominado, somente, pelo capital estrangeiro. Assim, as políticas e a legislação sobre as privatizações e iniciativas de investimento privado adotadas no final da década de 1980 e princípios da década de 1990, inseridas no contexto das reformas económicas, embora incentivassem o investimento estrangeiro, privilegiaram as elites locais, nomeadamente, membros e dirigentes do partido FRELIMO, dirigentes do Estado aos mais diferentes níveis, dirigentes militares e antigos combatentes, gestores das empresas estatais, tanto em funções ou não. Neste contexto, 90% das empresas estatais privatizadas passaram para as mãos dos capitalistas nacionais, o grupo acima referido.<sup>577</sup> Entre Outubro de 1989 e Setembro de 1992 foram privatizadas pelo Ministério das Finanças muitas empresas, sendo que, só de processos registados, mais de 140 empresas agrícolas e industriais das quais 70% a favor de empresários nacionais.<sup>578</sup> Em outros casos os empresários nacionais estabeleceram parcerias com investidores estrangeiros, beneficiando-se de facilidade de financiamento e investimento concedidas pelo Estado com o intuito de assegurar a consolidação de uma classe capitalista nacional.

Deste modo, pode constatar-se que grande parte da classe empresarial moçambicana que emergiu a partir do final da década de 1980 e princípios da década de 1990 beneficiou-se em larga medida das suas ligações ao partido FRELIMO e ao Estado. Tendo os membros da FRELIMO e grande parte das elites dirigentes do partido e do Estado aos mais diferentes níveis sido beneficiados pelos processos de privatização no contexto das reformas económicas tendentes à liberalização da

---

<sup>577</sup> M. Anne Pitcher, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000* (New York: Cambridge University Press, 2002), 153.

<sup>578</sup> José Fialho Feliciano, «Empresários e memória social: percursos em Moçambique, 1983, 1993», *Economia Global e Gestão*, n.º 2 (1996): 31.

economia, estes viram-se mobilizados para o apoio às transformações económicas implementadas pelo governo com o forte incentivo da comunidade internacional. Este facto contribuiu não só para a criação de um novo *constituency* mas também para o estabelecimento do ambiente necessário para coesão no seio da FRELIMO num momento de profundas transformações económicas e políticas dentro do partido e do Estado.

Neste contexto, as decisões que conduziram à introdução do sistema de economia de mercado em Moçambique foram marcadas por um elevado grau de consenso no sentido de que as elites dirigentes do Estado e do partido estavam de acordo em relação à inevitabilidade das reformas económicas profundas no sentido da liberalização, conforme nota José Luís Cabaço, antigo Ministro da Informação e dirigente da FRELIMO:

[...] Toda a gente, e eu próprio, estávamos de acordo sobre a necessidade de formular uma política que rompesse com o isolamento em que nós estávamos e também uma política que dinamizasse e estimulasse a própria vida económica. Sobre isso não havia duas opiniões. Então era necessário realmente fazer essa modificação e ela foi discutida e estávamos todos mais ou menos de acordo em relação aos princípios dessa modificação. Mas haviam conquistas e princípios fundamentais que a mudança não necessariamente ia comprometer, sei lá, as conquistas fundamentais que era preciso preservar [...]<sup>579</sup>

A declaração acima apresentada reforça a ideia segundo a qual apesar do consenso existente sobre a importância, urgência e inevitabilidade das mudanças económicas em Moçambique, havia alguns membros na direção da FRELIMO e do Estado que estavam preocupados com o surgimento da corrupção e outros males decorrentes das privatizações e de todo o processo de liberalização da economia. Entretanto, estes membros não contrariaram as reformas. Pelo contrário, estes membros, entre os quais Jorge Rebelo e Marcelino dos Santos apoiaram-nas, porém, procurando, através do seu exemplo pessoal de boas práticas de ética e responsabilidade não só evitar o surgimento da corrupção endémica, entre outros males associados à liberalização da economia mas também assegurar que as conquistas como o acesso à educação e saúde não fossem comprometidas.<sup>580</sup> Portanto, neste processo de reformas não foram registadas contestações fraturantes no seio do partido.

A cultura e a disciplina da FRELIMO baseadas no consenso obrigaram os membros e elites do partido a respeitar as decisões tomadas após as discussões nos órgãos partidários. A cultura do consenso estava enraizada na crença de que todas as vozes deviam ser ouvidas antes da tomada

---

<sup>579</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>580</sup> *Idem*.

de qualquer decisão. De acordo com Sara Lefanu trata-se de um processo inclusivo não muito diferente dos métodos protestantes de resolução de problemas.<sup>581</sup> Esta prática ajudou a reduzir ou a evitar a continuidade de contradições após a tomada de decisões, contribuindo, assim, para a coesão do partido.

Igualmente, há outros fatores importantes ligados à história da FRELIMO que ajudam a explicar a coesão do partido. As dissensões que abalaram muito a vida da FRELIMO no final da década de 1960 e início da década de 1970 ficaram na consciência das pessoas. Por isso nunca se organizaram outros grupos de tendência discordante dentro do partido FRELIMO porque poderiam ser vistos também como reacionários.<sup>582</sup> Portanto, havia uma autocensura dos militantes no sentido de não se organizarem em grupos para a manifestação de divergências. O facto de os envolvidos nas dissensões no final das décadas de 1960 e princípios da década de 1970 terem sido derrotados fez ficar cristalizada a ideia de traidor. Assim, ninguém queria ser traidor ou ser confundido como traidor.<sup>583</sup> Por outro lado, jogou um papel muito importante o trabalho coletivo no seio da FRELIMO que se intensificou após a crise que abalou o partido no período acima referido. «A FRELIMO passou a ultrapassar as opiniões divergentes através das discussões pela maioria das pessoas.»<sup>584</sup> Entretanto, a prática de construção de consensos pode também ser vista como um desejo de controlo para eliminar as contradições ou uma cobertura para o medo das diferenças e da dissidência.<sup>585</sup>

### 5.3 As Reformas Políticas

O processo de reformas políticas que culminaram com a aprovação da nova constituição em 1990 pode ser traçado a partir de 1983, ano em que foi realizado o 3º congresso da FRELIMO que admitiu que o governo estava excessivamente centralizado.<sup>586</sup> As reações negativas ao acordo de Nkomati por parte de alguns países da região austral de África e de outros sobretudo do bloco comunista associadas ao posicionamento crítico de alguns membros da FRELIMO contribuíram para que o período imediatamente posterior à assinatura do entendimento fosse particularmente difícil para Samora Machel que tinha dirigido, pessoalmente, todo o processo de negociações entre

---

<sup>581</sup> Sara Lefanu, *S Is For Samora: A Lexical Biography of Samora Machel and Mozambican Dream* (London: Hurts and Company, 2012), 195.

<sup>582</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>583</sup> *Idem*.

<sup>584</sup> *Idem*.

<sup>585</sup> Sara Lefanu, *S Is For Samora: A Lexical Biography of Samora Machel and Mozambican Dream* (London: Hurts and Company, 2012), 195.

<sup>586</sup> Rosemary Elisabeth Galli, *People's Spaces and State Space: Land and Governance in Mozambique* (Lanham: Lexington Books, 2003), 163.

Moçambique e a África do Sul. Igualmente, o momento tornou-se difícil para Machel uma vez que ele viu-se obrigado a abandonar alguns dos princípios que defendia por razões do evidente realismo político e tático que se revelava urgente para evitar a continuidade da agressão sul-africana contra o território moçambicano. Perante esta dura realidade e devido ao facto de ter conduzido, pessoalmente, e de forma bastante sigilosa o processo de Nkomati, Samora Machel ter-se-á sentido relativamente solitário na decisão sobre o acordo com a África do Sul.<sup>587</sup>

Durante as discussões que tiveram lugar dentro do Bureau Político da FRELIMO, no período pós-Acordo de Nkomati, alguns membros afirmaram que estava a perder-se a tradição de discussão e de participação de todos na tomada de decisões que caracterizava a prática do partido desde a luta de libertação nacional.<sup>588</sup> Aparentemente, na sequência das críticas acima referidas e da solidão que enfrentava no período imediatamente posterior à assinatura do acordo de Nkomati, e tendo percebido que, de algum modo, as elites dirigentes do partido demandavam mais poder, Samora Machel lançou por sua iniciativa o debate sobre a desacumulação e/ou desconcentração de poderes.

Assim, de 30 de Junho a 8 de Julho de 1986 decorreu a 5ª Sessão do Comité Central do Partido FRELIMO, em Maputo. Neste encontro foi analisado o desenvolvimento da situação do país e a crescente complexidade dos órgãos que dirigiam o Estado.<sup>589</sup> Neste encontro, Samora Machel propôs a divisão entre o poder legislativo e o executivo com vista a dar maior dinamismo à vida do país e não só mas também promover o envolvimento de mais pessoas nos cargos de direção efetiva do Estado.<sup>590</sup> Por iniciativa de Samora Machel o assunto foi discutido por diferentes grupos de trabalho constituídos pelos membros do Comité Central da FRELIMO na ausência dos membros do Secretariado e do Bureau Político do partido de modo a permitir um debate mais livre entre os membros do mais importante órgão do partido entre os congressos.<sup>591</sup>

Embora as propostas de separação entre o poder legislativo e o executivo e a desconcentração de funções tenham sido apresentadas 8 meses após a visita de Samora Machel aos EUA e a outros países da Europa ocidental e posteriormente à adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods* e à Conveção de Lomé, não é claro se estes factos terão influenciado o Presidente moçambicano e da FRELIMO a desenvolver as propostas em alusão.

---

<sup>587</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>588</sup> *Idem*.

<sup>589</sup> *Tempo*, «Mário Machungo designado Primeiro-ministro», 27 de Julho de 1986, 4.

<sup>590</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>591</sup> *Idem*.

A 5ª Sessão do Comité Central concluiu que era necessário robustecer a FRELIMO para que tivesse a capacidade de dar tarefas ao Estado e de fortalecê-lo a fim de cumprir as decisões do partido. Igualmente, o órgão recomendou sobre a necessidade de a Assembleia Popular funcionar de forma eficaz. Na sequência das conclusões e recomendações do Comité Central, Samora Machel decidiu iniciar a desconcentração de funções e a desacumulação de tarefas de modo a garantir a operacionalidade dos órgãos dirigentes do Estado.<sup>592</sup> As medidas de desconcentração e desacumulação de funções propostas e anunciadas por Samora Machel consistiram, imediatamente, na criação do cargo de Primeiro-ministro e na separação entre o poder legislativo e executivo.

A primeira implicação das medidas acima referidas foi a passagem da Presidência do Conselho de Ministros ao Primeiro-ministro que assumiu a coordenação da ação deste órgão na vida económica e social do Estado. Anteriormente, esta tarefa estava concentrada na figura do Presidente da República. A segunda implicação, bastante significativa, residia no facto de o Presidente da República deixar de ser, simultaneamente, Presidente da Assembleia Popular (órgão legislativo), um gesto que marcava o início da separação entre o poder executivo e legislativo. Assim, uma nova figura fora do executivo passaria a presidir a Assembleia Popular. No contexto destas medidas, o Presidente da República passou a concentrar a sua atenção na direção da defesa e segurança nacional e na direção do partido FRELIMO.

Numa comunicação feita no dia 17 de Julho de 1986, Samora Machel disse que «a evolução da situação política, militar, económica e social não se compadece já com esta situação se queremos assegurar a contundência e eficiência da nossa ação governativa.»<sup>593</sup> Porém, na mesma ocasião Machel sublinhou que de imediato não seria possível caminhar para uma total desconcentração de funções e, por isso, era necessário que em alguns casos se continuasse a acumular tarefas de modo a garantir que a política do partido fosse implementada pelo governo. Segundo Samora Machel as medidas de desconcentração e de desacumulação das funções e tarefas estender-se-iam também aos responsáveis aos vários níveis.

Após a aprovação da proposta de desconcentração e de desacumulação das funções pelo Comité Central da FRELIMO a mesma foi submetida à Assembleia Popular para a respetiva aprovação. Durante a 15ª Sessão da Assembleia Popular, realizada em Julho de 1986, a proposta foi aprovada com muito entusiasmo num claro sinal de que a decisão refletia a vontade e o sentimento geral

---

<sup>592</sup> *Tempo*, «Mário Machungo designado Primeiro-ministro», 27 de Julho de 1986, 4.

<sup>593</sup> *Idem*.

não expresso.<sup>594</sup> Em Agosto de 1986 um texto publicado pela revista «Tempo» sublinhava que as medidas de desacumulação aprovadas vinham com um certo atraso mas eram absolutamente necessárias, destacando que havia muito tempo que a maioria dos moçambicanos, incluindo jornalistas falava sobre o excesso de funções confiadas ao chefe de Estado, clamando pela sua desacumulação, embora ninguém tivesse ainda expressado publicamente tal vontade.<sup>595</sup> O texto assinado pelo jornalista e escritor Calane da Silva revelava que já existia vontade no seio da sociedade moçambicana e entre os membros da FRELIMO de ver as reformas políticas iniciadas no sentido de desconcentração e separação de poderes. Portanto, o desejo de ver reformas políticas operadas dentro do Estado moçambicano, no sentido de maior separação de poderes e desconcentração de funções cristalizou-se em meados da década de 1980.

Após as necessárias alterações à constituição e no contexto destas reformas políticas, em Julho de 1986 Samora Machel nomeou Mário Machungo para o cargo do Primeiro-ministro de Moçambique. No dia 13 de Janeiro de 1987, Marcelino dos Santos foi eleito Presidente da Assembleia Popular sob proposta do Comité Central da FRELIMO. Estas reformas políticas, por sinal as primeiras mais significativas depois da independência de Moçambique foram continuadas por Joaquim Chissano.

Conforme foi anteriormente referido, no final da década de 1980, Joaquim Chissano convocou uma reunião do Comité Central da FRELIMO, no contexto da preparação do 5º congresso deste partido. Durante o encontro Chissano questionou aos presentes, entre os quais os membros do Bureau Político, se queriam ou não a manutenção do conceito de socialismo científico. Dos membros ali presentes, somente um número muito reduzido respondeu à pergunta colocada. E, todos aqueles que responderam, embora fossem poucos, disseram que não queriam a manutenção do conceito. Os restantes membros mantiveram-se em silêncio.<sup>596</sup> O silêncio da maioria revelava o consentimento em relação a proposta de abandono do conceito de socialismo científico. Uma vez que ninguém se opunha à retirada do conceito de socialismo científico decidiu-se que o mesmo seria abandonado, sendo, posteriormente, substituído por um novo princípio - o socialismo democrático.<sup>597</sup>

Em 1989 decorreu o 5º Congresso da FRELIMO durante o qual o partido abandonou oficialmente o socialismo, tendo sido aprovada a necessidade de separação entre o partido e o Estado bem como

---

<sup>594</sup> Entrevista, José Luís Cabaço, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>595</sup> *Tempo*, «Desacumulação: com certo atraso mas absolutamente necessária», 3 de Agosto de 1986, 19.

<sup>596</sup> Entrevista, Aguiar Mazula, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>597</sup> *Idem*

a revisão da constituição. Na sequência deste processo, em 1990 foi aprovada a nova constituição que consagrava a democracia multipartidária, reforçava a separação de poderes e sublinhava a descentralização do poder. Estas reformas foram aprovadas de forma consensual no decurso do 5º congresso da FRELIMO e na Assembleia da República - facto que sinalizava a maturação destes princípios no seio do partido governamental. Portanto, em finais da década de 1980, no seio das elites da FRELIMO e do Estado havia um consenso dominante sobre a necessidade e a inevitabilidade das reformas políticas no país no sentido da liberalização e da introdução da democracia multipartidária, a necessária consolidação do princípio de separação dos poderes, da descentralização e desconcentração.

Embora a condicionalidade da ajuda económica e financeira imposta pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente, FMI, Banco Mundial e os estados ocidentais tenha contribuído para as reformas económicas e políticas em Moçambique, confirmando-se, deste modo, a relevância das teorias da condicionalidade apresentadas por Laurence Whitehead e sobre a influência das organizações internacionais nos processos de democratização defendidas por Jon Pevehouse,<sup>598</sup> parece certo que a vontade de ver operadas as mudanças políticas existia no interior do partido FRELIMO e do Estado.

#### **5.4 Conclusão**

Como se pode constatar as medidas de liberalização (abertura económica e política) iniciadas em meados da década de 1980, manifestamente graduais, tendo culminado com a aprovação da constituição multipartidária em 1990 e adoção do sistema de economia de mercado foram resultado de decisões tomadas pelas elites políticas da FRELIMO e do Estado. A liberalização da economia no período em alusão surgiu como a resposta do regime de partido único à profunda crise económica que o Estado atravessava desde a primeira metade da década de 1980. A condicionalidade da ajuda económica internacional, particularmente, dos estados ocidentais e das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, FMI e Banco Mundial influenciou a opção das elites políticas da FRELIMO e do Estado moçambicano pela liberalização da economia.

---

<sup>598</sup> Laurence Whitehead, «International aspects of democratization», em *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, ed. Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead (Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986); Jon C. Pevehouse, *Democracy from Above: Regional Organizations and Democratization* (Cambridge: University Press, 2005); Sobre o debate teórico em torno dos fatores internacionais determinantes da transição democrática consultar Alexandra Barahona de Brito e Andrés Malamud, «Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas», em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral *et al* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 203-223.



Igualmente, é importante sublinhar que as contradições internas no seio da elite dirigente da FRELIMO resultantes da assinatura do Acordo de Nkomati e o surgimento de segmentos no seio do partido demandando uma maior participação na tomada de decisões assim como uma maior partilha do poder então concentrado na figura do Presidente da República que, simultaneamente, ocupava o cargo de chefe do governo, Presidente da Assembleia Popular e de comandante em chefe das forças armadas contribuíram para a realização das primeiras reformas políticas significativas no Estado moçambicano a partir da segunda metade da década de 1980, tendo sido marcadas pela desacumulação e/ou desconcentração de poderes num processo relativamente longo que culminou com a adoção da nova constituição em 1990, consagrando a separação efetiva dos poderes, a descentralização e o multipartidarismo.

Assim, poder-se-á concluir que o caso moçambicano em análise confirma a abordagem de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, por um lado, e por outro lado, de Jan Teorell segundo a qual a transição democrática é um processo que resulta das contradições entre as alas mais duras e as moderadas dentro do regime autoritário, culminando com a vitória do segundo grupo. As contradições entre a ala dura, por um lado e a moderada, por outro lado, são impulsionadas pelas crises económicas, políticas ou sociais dentro do regime autoritário.<sup>599</sup> Conforme foi ilustrado neste capítulo, foram as dificuldades económicas e as dissensões posteriores ao acordo de Nkomati que levaram as elites da FRELIMO e do Estado a iniciar as reformas que conduziram à liberalização económica e política culminando com a transição democrática.

Diferentemente de outros estados africanos como a África do Sul, Benin e Zâmbia onde a mobilização popular desempenhou um papel determinante para a liberalização, em Moçambique as massas populares não jogaram um papel decisivo no processo de abertura económica e política. Contudo, não é de excluir o papel desempenhado pelas lideranças religiosas, nomeadamente da Igreja Católica em Moçambique, Igrejas protestantes integrantes do CCM e da comunidade muçulmana em Moçambique. As manifestações públicas dos líderes religiosos pela paz e pela reconciliação nacional durante a década de 1980 podem ter ajudado a fortalecer a posição e os argumentos das elites moderadas da FRELIMO manifestamente defensoras das medidas de abertura económica e política.

---

<sup>599</sup> Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies* (Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986), 15-19; Jan Teorell, *Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972-2006* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

O processo de liberalização (económica e política) decorreu durante o período em que Moçambique estava mergulhado numa profunda guerra civil perturbando bastante a ordem e segurança públicas no país, contrariando, assim, as abordagens teóricas sobre a transição democrática segundo as quais perante as adversidades em referência os regimes autoritários ou de partido único tendem a aumentar a repressão e o controlo, inviabilizando a possibilidade de abertura política ou económica.

Pelo contrário, no caso moçambicano, a RENAMO rejeitou as várias iniciativas com vista a pôr termo a guerra civil em Moçambique através de uma solução baseada na integração dos seus homens na sociedade moçambicana, contudo, sem obter o necessário reconhecimento político. Perante esta experiência factual, as elites da FRELIMO encontraram na liberalização económica e política um mecanismo através do qual seria possível criar o ambiente político e económico favorável ao fim da guerra civil em Moçambique, restaurando a paz, recuperando a economia e buscando a legitimidade ao nível interno e internacional. Assim, o caso moçambicano parece demonstrar que a ideia segundo a qual a moderação (entendida como a ausência de violência, insegurança e ameaças a ordem e segurança públicas) é determinante para a ocorrência e sucesso do processo de transição democrática é contrariada pela realidade. Aliás, Nancy Bermeo através de um trabalho comparativo concluiu que a ideia de moderação não é comprovada em muitas experiências de transição e por isso não deixa de ser um mito.<sup>600</sup>

Finalmente revela-se importante sublinhar que o facto de a transição democrática em Moçambique ter resultado de um processo de decisão das elites políticas da FRELIMO desde o momento da liberalização pode ajudar a explicar a estabilidade política e não só mas também a coesão das lideranças do partido que marcou o processo a despeito das incertezas que caracterizam a mudança de regimes. Esta coesão jogou um papel importante na prevenção do surgimento de *spoilers* do lado da FRELIMO e do governo que poderiam inviabilizar ou comprometer o processo de transição democrática.

---

<sup>600</sup> Nancy Bermeo, «Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions», *Comparative Politics*, Vol. 29, n° 3 (1997).

## CAPÍTULO VI

### A MANUTENÇÃO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE: DA IMPLEMENTAÇÃO DO AGP ÀS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS, 1992-1994

#### 6.1 O Enquadramento Teórico e Conceptual

No capítulo introdutório da tese foi apresentada a discussão das principais abordagens teóricas sobre os fatores determinantes da durabilidade da paz e da democracia em sociedades pós-conflito. À luz da discussão em alusão, a análise sobre a manutenção da paz e da democracia em Moçambique entre 1992 e 1994, a ser feita no presente capítulo da tese terá como base a teoria sobre o papel dos acordos de paz contendo as provisões de partilha dos poderes militar e territorial, assim como as teorias sobre a representação proporcional e sobre o cometimento credível como determinantes para a manutenção da paz e da democracia em sociedades pós-conflito. Igualmente, estas teorias serão cruzadas com as abordagens sobre o papel do otimismo e da motivação dos ex-contendores em relação aos resultados da implementação dos acordos de paz e da democracia como fatores determinantes da manutenção da paz e da democracia em sociedades pós-conflito. É importante sublinhar que esta abordagem teórica vai, igualmente, informar as análises que serão feitas nos capítulos VII e VIII da presente tese.

#### 6.2 A Intervenção da Comunidade Internacional na Implementação do Acordo Geral de Paz

O envolvimento da comunidade internacional no processo de implementação do AGP foi definido durante as negociações de paz em Roma, Itália, entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. No primeiro protocolo assinado em Roma, no dia 18 de Outubro de 1991, as duas partes acordaram sobre o princípio de constituição de uma comissão para supervisionar e controlar o cumprimento do AGP.<sup>601</sup> A comissão em referência seria composta por representantes do governo, da RENAMO, da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações ou governos. No dia 13 de Novembro do mesmo ano os representantes do governo e da RENAMO assinaram o segundo protocolo sobre os critérios e modalidades para a formação e o reconhecimento dos partidos políticos. Através deste protocolo as duas partes chegaram ao entendimento segundo o qual a comissão responsável pela supervisão e controlo do AGP seria, igualmente, responsável pela

---

<sup>601</sup> Protocolo I dos Princípios Fundamentais, n°5, S. Egídio, Roma, 18 de Outubro de 1991, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 8.

análise e decisão sobre os litígios que poderiam ocorrer no processo de registo dos partidos políticos.<sup>602</sup>

No dia 12 de Março de 1992, as delegações do governo moçambicano e da RENAMO assinaram o protocolo III sobre os princípios da lei eleitoral no âmbito do qual as duas partes acordaram em convidar a ONU, a OUA e outras organizações, bem como personalidades estrangeiras no sentido de atuarem como observadores, tendo em vista a garantia da objetividade do processo eleitoral.<sup>603</sup> A reafirmação da aceitação do papel da comunidade internacional na fiscalização e garantia da implementação do AGP, em particular, do cessar-fogo e do processo eleitoral teve lugar no dia 7 de Agosto de 1992, em Roma, Itália, através de uma declaração conjunta, assinada por Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO, na presença de Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe, Gaositwe Chiepe, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana e dos mediadores, nomeadamente, Mario Raffaelli, representante do governo italiano, Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, Andrea Riccardi, e D. Matteo Zuppi, ambos da Comunidade de Santo Egídio.<sup>604</sup>

O protocolo V sobre as garantias, assinado pelas delegações do governo moçambicano e da RENAMO, no dia 4 de Outubro, em Roma, Itália, reconfirmou a necessidade de intervenção da comunidade internacional no processo de implementação do AGP. Este protocolo estabeleceu que logo após a assinatura do AGP, o governo solicitaria o apoio técnico e material à ONU e à OUA.<sup>605</sup> O protocolo V criou a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) cuja entrada em funções teria lugar após a nomeação do seu Presidente pelo Secretário-geral da ONU. A CSC que deveria cessar as suas funções após a tomada de posse do novo governo resultante das primeiras eleições multipartidárias moçambicanas foi estabelecida com as seguintes funções: garantir a implementação das disposições contidas no AGP; garantir o respeito do calendário previsto para o cessar-fogo e para a realização das eleições; responsabilizar-se pela interpretação autêntica dos acordos; dirimir os litígios que pudessem surgir entre as partes e; orientar e coordenar as atividades

---

<sup>602</sup> Protocolo II dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos, n.º5, alínea d), S. Egídio, Roma, 13 de Novembro de 1991, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 17.

<sup>603</sup> Protocolo III dos Princípios da Lei Eleitoral, VI, alíneas a), b), c), d), S. Egídio, Roma, 12 de Março de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 27.

<sup>604</sup> Declaração Conjunta entre Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO, Roma, 7 de Agosto de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 81.

<sup>605</sup> Protocolo V das Garantias, I, n.º2, alínea b), S. Egídio, Roma, 4 de Outubro de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 49.

das comissões subordinadas.<sup>606</sup> De acordo com o protocolo V a CSC seria composta pelos representantes do governo de Moçambique, da RENAMO, da ONU, da OUA e dos países a acordar entre os signatários do AGP.

A defesa do envolvimento da comunidade internacional no processo de implementação do AGP por parte do governo de Moçambique e da RENAMO resultava da preocupação das duas partes em resolver o problema do cometimento credível. Isto é, perante as dúvidas de ambas as partes sobre a genuinidade do seu cometimento com a paz e, receando que a assinatura do acordo de paz e sobretudo o estabelecimento do cessar-fogo poderia ser usado por um dos ex-beligerantes contra o outro, o governo e a RENAMO viram na comunidade internacional a garantia da salvaguarda do respeito do acordo que colocava fim ao conflito. Portanto, a intervenção da comunidade internacional, particularmente da ONU e da OUA, entidades assumidamente imparciais em relação à disputa entre a RENAMO e o governo moçambicano providenciava as garantias de que nenhuma das partes em disputa retiraria, unilateralmente do processo de paz, vantagens de natureza militar e política em detrimento da outra.

Embora o governo de Moçambique e a RENAMO fossem favoráveis à intervenção da comunidade internacional no processo de implementação do AGP, as duas partes tinham posições diferenciadas relativamente à dimensão de tal intervenção. A RENAMO era defensora de uma intervenção de grande magnitude da ONU e das potências ocidentais na implementação do AGP em Moçambique. Esta posição resultava, primeiro do facto de a RENAMO nutrir o receio de que uma vez assinado o AGP e alcançado o cessar-fogo o governo da FRELIMO poderia usar o poder de Estado para perseguir, punir e eliminar o movimento liderado por Afonso Dhlakama, rejeitando o seu lugar como ator político relevante. Segundo, a intervenção de grande magnitude da ONU na supervisão e controlo da implementação do AGP contribuiria para a afirmação política da RENAMO.<sup>607</sup> Isto é, a intervenção da comunidade internacional na supervisão e controlo da implementação do AGP contribuiria para a afirmação e legitimação da RENAMO a nível internacional e doméstico, reabilitando a sua imagem vis-à-vis a sua participação no espaço político nacional, em geral, e particularmente, nas primeiras eleições multipartidárias.

Para o governo moçambicano, a intervenção da comunidade internacional era fundamental na medida em que poderia fornecer os recursos necessários para a realização das tarefas complexas e onerosas previstas no AGP como a desmobilização dos elementos do exército governamental e

---

<sup>606</sup> Protocolo V das Garantias, II, n.º1 e 5, S. Egídio, Roma, 4 de Outubro de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 51.

<sup>607</sup> Norrie MacQueen, *Peacekeeping and the International System* (London e New York: Routledge, 2006), 199.

da RENAMO e respetiva reintegração social, o repatriamento da população refugiada e deslocada, a preparação das primeiras eleições multipartidárias e a reconstrução das infraestruturas económicas e sociais destruídas durante a guerra.<sup>608</sup> Igualmente, o envolvimento da ONU e o envio das forças estrangeiras de *peacekeeping* eram vistos pelo governo liderado pela FRELIMO como a qualificação implícita da sua soberania.<sup>609</sup> O governo considerava importante a intervenção da comunidade internacional no processo de implementação do AGP na medida em que esta podia representar uma pressão para o maior comprometimento da RENAMO com a manutenção da paz em Moçambique.

Entretanto, contrariamente à posição da RENAMO, o governo moçambicano não queria uma intervenção de grande magnitude da ONU em Moçambique. O governo tinha o interesse no envolvimento da comunidade internacional no monitoramento do acordo e na disponibilização de recursos para o apoio às principais tarefas previstas no AGP, porém, sem perturbar a soberania do Estado e o seu poder. Segundo Dennis Jett, antigo Embaixador dos EUA em Moçambique, após a assinatura do AGP o governo da FRELIMO ficou chocado ao tomar conhecimento sobre os planos do Secretário-geral da ONU no sentido de enviar cerca de 7300 capacete azuis à Moçambique numa altura em que as autoridades moçambicanas acreditavam que a presença das Nações Unidas em território nacional variaria entre 100 e 300 observadores militares não armados.<sup>610</sup> É importante sublinhar que o governo moçambicano mostrava-se muito favorável a uma solução africana, nomeadamente a intervenção da OUA. O governo da FRELIMO queria evitar a todo o custo uma intervenção da ONU em Moçambique que pudesse ser semelhante à operação das Nações Unidas que decorria no Camboja, denominada *United Nations Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC). A UNTAC foi estabelecida em 1992, sendo uma das mais ambiciosas operações de *peacekeeping* das Nações Unidas, assumindo as responsabilidades administrativas civis no país, incluindo a condução das eleições, proteção dos direitos humanos, lei e ordem, repatriamento dos refugiados e a reabilitação económica do país.<sup>611</sup>

É relevante sublinhar que a dimensão da intervenção da comunidade internacional, particularmente das Nações Unidas em Moçambique foi determinada pelas necessidades imediatas do processo de paz.<sup>612</sup> Os receios em relação a possibilidade de colapso do processo de

---

<sup>608</sup> *Notícias*, «Aplicação do acordo exigirá muitos recursos: Presidente da República falando ontem ao corpo diplomático acreditado em Maputo», 5 de Janeiro de 1993.

<sup>609</sup> Norrie MacQueen, *Peacekeeping and the International System* (London e New York: Routledge, 2006), 199.

<sup>610</sup> Dennis C. Jett, *Why Peacekeeping Fails* (New York: Palgrave Macmillan, 2001), 68.

<sup>611</sup> Steven R. Ratner, *Building Peace in Lands of Conflict after the Cold War: The New UN Peacekeeping* (New York: St. Martin's Press, 1995), 3.

<sup>612</sup> Norrie MacQueen, *Peacekeeping and the International System* (London e New York: Routledge, 2006), 199.

paz em Moçambique à semelhança da experiência angolana levaram a ONU a dedicar maior atenção, recursos humanos, financeiros e materiais para a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) de modo a assegurar o sucesso do processo de pacificação do país.<sup>613</sup>

Após a assinatura do AGP, ainda no dia 4 de Outubro de 1992, Joaquim Chissano endereçou uma carta ao Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, solicitando que este tomasse as medidas apropriadas visando assegurar a participação das Nações Unidas no monitoramento da implementação do AGP, e não só, mas também providenciar o apoio técnico ao governo moçambicano na preparação e monitoramento das eleições.<sup>614</sup> No mesmo documento, Chissano convidou as Nações Unidas no sentido de presidirem a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), Comissão de Cessar-Fogo (CCF) e a Comissão de Reintegração (CORE) previstas no AGP. Igualmente, Chissano pediu a Boutros-Ghali no sentido de informar o Conselho de Segurança da ONU sobre a necessidade do envio de uma equipa das Nações Unidas para o monitoramento do acordo de paz até à realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Neste contexto, no dia 13 de Outubro Boutros Boutros-Ghali nomeou Aldo Ajello, de nacionalidade italiana e funcionário sénior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o cargo de Representante Especial do Secretário-geral da ONU em Moçambique com a tarefa de coordenar a intervenção da organização na implementação do AGP. Assim, Aldo Ajello e 21 observadores militares chegaram a Moçambique no dia 15 de Outubro de 1992.

Aldo Ajello estabeleceu, imediatamente, os contactos com Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama e privilegiou a realização de encontros regulares de consulta e informação com os embaixadores dos estados representados na CSC, nomeadamente, os EUA, Itália, França, Portugal e Reino Unido, com os embaixadores dos países acreditados em Maputo, possuindo uma representação permanente no Conselho de Segurança da ONU e outros doadores bilaterais de Moçambique. Através destes encontros todos os atores internacionais - chave eram extensivamente informados sobre o processo de paz moçambicano e as diferentes visões entre eles eram coordenadas antes do envio dos relatórios às respetivas capitais. Deste modo, os representantes dos diferentes estados e organizações em Moçambique enviavam às suas capitais o relatório refletindo uma análise política

---

<sup>613</sup> A análise sobre o fracasso da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) e a sua influência sobre a missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) é desenvolvida por Dennis C. Jett, *Why Peacekeeping Fails* (New York: Palgrave Macmillan, 2001).

<sup>614</sup> Letter Dated 4 October 1992 From the President of the Republic of Mozambique Addressed to the Secretary-General, S/24635, 8 October, 1992, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995*, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 105.

comum e compreensiva sobre o processo de paz.<sup>615</sup> Consequentemente, a comunidade internacional assumiu uma posição e ação unida sobre o processo de paz em Moçambique. Assim, evitaram-se as divergências internacionais que poderiam comprometer negativamente a implementação do AGP. Igualmente, Ajello manteve contactos com os representantes das agências e programas da ONU e com os representantes das principais organizações não-governamentais que participavam em atividades de assistência humanitária no país. Este estilo de liderança do Representante Especial do Secretário-geral da ONU revelou-se de importância crucial para o sucesso do processo de paz moçambicano.

Outras iniciativas evidenciaram a elevada disponibilidade da comunidade internacional em apoiar de forma coordenada o processo de pacificação de Moçambique. De 8 a 10 de Dezembro de 1992 decorreu a reunião do Grupo Consultivo do Banco Mundial, em Paris, França, tendo contado com a presença de uma delegação do governo moçambicano chefiada pelo Primeiro-ministro, Mário Machungo. No final do encontro o Banco Mundial atribuiu à Moçambique 760 000 000\$ em créditos e financiamentos dos quais 18% destinavam-se à assistência alimentar de emergência para as vítimas da fome e 74% destinavam-se ao apoio às importações nacionais. De 15 a 16 de Dezembro de 1992, em Roma, Itália, decorreu a conferência de doadores cujo objetivo era mobilizar o financiamento para o processo de implementação do AGP. Da conferência que contou com a participação de 33 estados (entre os quais, os África do Sul, Alemanha, China, EUA, França, Itália, Japão, Malawi, Portugal, Reino Unido, Rússia e Zimbabwe) e 12 organizações internacionais, resultou a promessa de 318 680 000\$ para a ajuda não alimentar e 76 660 000\$ de ajuda alimentar. É importante notar que o resumo das conclusões da Conferência de Doadores em Roma, enviado pelo governo italiano ao Conselho de Segurança da ONU referiu que os participantes da conferência em alusão sublinharam que o acordo de paz de Roma constitui-se como um exemplo positivo na cena internacional que se mostrava problemática e por isso devia receber todo o apoio necessário da comunidade mundial.<sup>616</sup> Este facto revela que a comunidade internacional tinha a sede de uma história de pacificação bem-sucedida, particularmente, à luz do fracasso do processo de paz angolano, resultando, daí, a convicção sobre a necessidade de uma missão de paz das Nações Unidas forte e melhor financiada.<sup>617</sup>

---

<sup>615</sup> Carrie Manning e Monica Malbrough, «Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique», *Journal of Modern African Studies*, Vol.48, n°1 (2010): 155-159.

<sup>616</sup> Letter Dated 30 December 1992 From Italy Transmitting the Conclusions of the Donors Conference for Mozambique, Held in Rome on 15 and 16 December 1992, S/25044, 4 January 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 159.

<sup>617</sup> Carrie Manning e Monica Malbrough, «Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique», *Journal of Modern African Studies*, Vol.48, n°1 (2010): 154.



Neste contexto, e dada a ausência da concorrência de interesses geoestratégicos por parte das potenciais internacionais e regionais, Moçambique passou a ser visto pela comunidade internacional como uma oportunidade ímpar para a edificação de um processo de pacificação bem-sucedido. A cooperação crescente entre o governo de Moçambique e a RENAMO na construção do AGP e sobretudo no processo de sua implementação contribuiu para incentivar o engajamento da comunidade internacional no apoio ao processo de pacificação do país. A boa vontade dos ex-beligerantes no sentido da implementação do AGP parece ter contribuído para a maior mobilização do apoio internacional na medida em que os estados tendem a envolver-se em operações de apoio à paz com maior probabilidade de sucesso. Isto é, quanto menor for a probabilidade de sucesso da sua intervenção visando pôr termo à guerra civil, os estados e as organizações internacionais intergovernamentais tendem a evitar as iniciativas de intervenção no conflito de modo a precaverem-se dos custos elevados não só financeiros e materiais sem que sejam alcançados os fins de pacificação desejados mas também prevenir os danos à sua reputação doméstica e internacional que poderiam resultar de uma intervenção fracassada.<sup>618</sup>

Foi no contexto de percepção de maiores probabilidades de sucesso do processo de pacificação que, através da resolução 797, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, no dia 16 de Dezembro de 1992, o estabelecimento da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) para a qual foram mobilizados elevados níveis de recursos financeiros, técnicos, materiais e militares. Na resolução em referência, o Conselho de Segurança da ONU sublinhou os esforços feitos pelo governo de Moçambique e pela RENAMO para a manutenção do cessar-fogo.<sup>619</sup>

A intervenção da comunidade internacional no processo de implementação do AGP viria a ter um papel importante para a criação e o fortalecimento da capacidade do Estado moçambicano para a realização das tarefas complexas previstas no AGP, nomeadamente, a desmobilização e reintegração social dos combatentes do governo e da RENAMO, a formação do novo exército unificado, o retorno dos deslocados e refugiados de guerra, a realização das primeiras eleições multipartidárias e a reconstrução nacional. Igualmente, a intervenção da comunidade internacional constituiu-se como uma garantia credível para os ex-beligerantes de que o AGP seria respeitado.<sup>620</sup>

---

<sup>618</sup> Aysegul Aydin, «Where do states go? strategy in civil war intervention», *Conflict Management and Peace Science*, Vol. 27, n.º1 (2010); Peter Viggo Jacobsen, «National interest, humanitarianism or CNN: what triggers UN peace enforcement after the Cold War?» *Journal of Peace Research*, Vol. 33 (1996).

<sup>619</sup> Security Council Resolution Establishing ONUMOZ, S/RES/797 (1992), 16 December 1992, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 158.

<sup>620</sup> Barbara Walter, «Designing transitions from civil war: demobilization, democratization and commitments to peace», *International Security*, Vol. 4, n.º1, (1999): 127-155

## **6.3 A Desmobilização, Reintegração Social dos Combatentes e a Formação do Exército Único**

### **6.3.1 A Desmobilização dos Combatentes**

A desmobilização e a reintegração social dos combatentes das Forças Armadas de Moçambique (FAM) e da RENAMO, assim como a formação do exército unificado foram os principais objetos do protocolo IV integrante do AGP, assinado no dia 4 de Outubro de 1992. De acordo com o protocolo em alusão, logo após a assinatura do AGP seria criada a CCF composta por representantes do governo, da RENAMO, dos países convidados e das Nações Unidas que assumiriam a presidência do órgão. A CCF tinha, entre outras, a missão de implementar o processo de desmobilização. Segundo o acordado no protocolo IV o processo de desmobilização deveria estar concluído no intervalo de cerca de 6 meses a contar a partir da data do estabelecimento do órgão que seria imediatamente a seguir à assinatura do AGP.

Entretanto, o período imediatamente posterior à assinatura do AGP foi marcado por atrasos no estabelecimento das principais comissões previstas no entendimento de Roma, nomeadamente, CSC, CCF e a CORE. O atraso em alusão resultou do facto de a RENAMO continuar com a sua delegação oficial em Gorongosa, província de Sofala. A RENAMO condicionava o estabelecimento da sua delegação em Maputo à criação pelo governo moçambicano das condições logísticas e de apoio à instalação dos seus quadros na capital do país, incluindo o seu líder, Afonso Dhlakama, nomeadamente, habitação, transporte e facilidades de comunicação. Contudo, parece certo que as incertezas em relação à segurança, os temores de possíveis perseguições e as dúvidas sobre o cometimento do governo em cumprir fielmente o AGP estavam por detrás dos receios da RENAMO e do seu líder em fixar-se na capital do país, por sinal uma região sob influência da FRELIMO. Igualmente, por detrás do atraso estava o facto de a RENAMO confrontar-se com a falta de quadros em número e com as qualificações necessárias para o preenchimento dos lugares previstos nas comissões que deveriam ser criadas no âmbito do AGP.<sup>621</sup> Assim, a RENAMO procurava ganhar tempo visando reunir as condições para a sua participação na fase de implementação do AGP para a qual não estava devidamente preparada.

No entanto, a pressão das Nações Unidas contribuiu para que a RENAMO e o governo ultrapassassem as suas diferenças, estabelecendo a CSC, na primeira semana de Novembro de 1992. A CSC era composta por representantes do governo e da RENAMO, EUA, França, Itália,

---

<sup>621</sup> José Luís Cabaço, «A longa estrada da democracia moçambicana», em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, coord. Brazão Mazula (Maputo: S/ed., 1995), 96.

OUA, Portugal, Reino Unido, sendo presidida pelas Nações Unidas. Após a sua primeira reunião, a CSC estabeleceu as comissões subsidiárias, nomeadamente, CCF, CORE e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM).<sup>622</sup> Todavia, após a sua formação as comissões funcionaram de forma bastante deficitária devido às dificuldades de cooperação entre o governo e a RENAMO.

Com o objetivo de acelerar o funcionamento das diferentes comissões de modo a evitar a continuidade dos atrasos que se verificavam na implementação do AGP, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama reuniram-se em Harare, no dia 11 de Dezembro de 1992. Chissano informou a Dhlakama que o assunto das casas estava resolvido. Deste modo, o Presidente da República pretendia persuadir a RENAMO e o seu líder a fixarem-se em Maputo de modo a flexibilizar a implementação do AGP. Contudo, o encontro produziu poucos efeitos na aceleração do processo de implementação do AGP. A continuidade dos atrasos fez deslocar à Moçambique o Subsecretário-geral da ONU, James Jonah, em Janeiro de 1993. Jonah reuniu-se com Joaquim Chissano, tendo defendido que a presença de Afonso Dhlakama em Maputo era importante pois facilitaria a flexibilização do processo de paz. Neste contexto, James Jonah apelou ao governo no sentido de acelerar a criação das condições logísticas necessárias para a fixação da RENAMO e do seu líder na capital do país. Igualmente, James Jonah reuniu-se com Afonso Dhlakama em Maríngue, província de Sofala. No encontro, Dhlakama reafirmou a sua intenção de fixar-se em Maputo logo que o governo assegurasse a acomodação da sua equipa, incluindo a sua proteção pessoal e de outros membros que iriam desempenhar um papel preponderante na implantação da RENAMO.<sup>623</sup>

Com o objetivo de criar um ambiente de maior segurança nos territórios sob controlo da RENAMO e, tendo em vista a sua fixação em Maputo assim como a colaboração nas comissões e atividades previstas no AGP, no princípio de Janeiro de 1993, Afonso Dhlakama propôs ao Secretário-geral da ONU o estabelecimento de 65% dos capacetes azuis em Moçambique.<sup>624</sup> Esta

---

<sup>622</sup> A CCF era constituída por representantes do governo e da RENAMO, Botswana, Egipto, EUA, França, Itália, Nigéria, Portugal, Reino Unido, sendo presidida pela ONU; A CORE era constituída por representantes do governo e da RENAMO, África do Sul, Alemanha, Comunidade Europeia, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, sendo presidida pelas Nações Unidas; A CCFADM era composta por representantes do governo e da RENAMO, França, Portugal e Reino Unido, sendo que, neste caso, a ONU não foi convidada a presidi-la.

<sup>623</sup> *Notícias*, «Na busca de soluções para a acomodação da RENAMO em Maputo: ONU apela ao envolvimento da comunidade internacional - Subsecretário-geral das Nações Unidas termina visita», 13 de Janeiro de 1993.

<sup>624</sup> Letter Dated 7 January 1993 From RENAMO President Afonso Dhlakama to the Secretary-General Requesting Urgent Deployment of United Nations Troops to Mozambique, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With an Introduction by Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 171.

exigência confirma o argumento segundo o qual a intervenção de uma terceira parte neutra e imparcial na implementação do acordo de paz ajuda a gerar as garantias credíveis de que o acordo será cumprido integralmente por ambas as partes sem a ocorrência de perseguições mútuas e nem a existência de tentativas de reforço de posições militares de uma parte em detrimento da outra.<sup>625</sup> Em resposta, no dia 22 de Janeiro de 1993, Boutros Boutros-Ghali informou ao líder da RENAMO que as Nações Unidas enviariam à Moçambique 100 observadores militares italianos até meados de Fevereiro do mesmo ano, devendo estar concluído o estabelecimento dos capacetes azuis em Moçambique no espaço máximo de 3 meses. Igualmente, o Secretário-geral da ONU disse à Dhlakama que era importante iniciar sem atrasos o processo de acantonamento e de desmobilização das tropas como parte crucial do processo de paz.<sup>626</sup>

Aparentemente, a intervenção de Boutros-Ghali gerou os resultados desejados na medida em que na noite do mesmo dia (22 de Janeiro de 1993), em Maputo, o governo e a RENAMO assinaram o acordo deferindo a proposta apresentada pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o acantonamento por fases das forças dos dois ex-beligerantes. O documento assinado contemplava a finalização do reconhecimento de 49 locais de acantonamento identificados por ambas as partes, em 4 fases, no período de 30 dias. Assim, ficou previsto para Fevereiro do mesmo ano o início do processo de acantonamento das forças governamentais e da RENAMO nas zonas de reunião pré-estabelecidas.

Entretanto, dada a continuidade do funcionamento deficiente da CSC, CCF e CORE e perante a inoperacionalidade da Comissão Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL), Comissão Nacional de Informação (COMINFO) e da Comissão Nacional Conjunta para a Administração Territorial (CNCAT) devido a fraca cooperação entre a RENAMO e o governo, em Abril de 1993, Boutros Boutros-Ghali reconheceu que a implementação do AGP (particularmente o processo de desmobilização e de reintegração social dos ex-combatentes assim como a formação do novo exército) estava atrasada. Vários fatores estavam na origem do atraso. Primeiro, o governo e a RENAMO não disponibilizavam a lista completa das forças a desmobilizar e das armas e munições existentes. Segundo, o governo e a RENAMO identificaram os seus locais de acantonamento tendo como critério o controlo estratégico de determinadas áreas e posições militares, contudo, sem ter em consideração a existência de condições logísticas exigidas para o

---

<sup>625</sup> Barbara Walter, «Designing transitions from civil wars: demobilization, democratization and commitments to peace», *International Security*, Vol. 4, n°1 (1999): 127-155.

<sup>626</sup> Letter Dated 22 January 1993 From the Secretary-General to Mr. Dhlakama on the Status of the Establishment of ONUMOZ, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 171.

efeito, nomeadamente, a disponibilidade de vias de acesso, água, entre outros serviços básicos. Por isso, as Nações Unidas viram-se forçadas a solicitar a mudança dos locais propostos pelas partes. Terceiro, a RENAMO condicionava o início do acantonamento e da desmobilização ao estabelecimento de mais de metade das forças das Nações Unidas em Moçambique.<sup>627</sup> Quarto, a RENAMO exigia a retirada das forças estrangeiras, nomeadamente do Zimbabwe e do Malawi que estavam estacionadas no território moçambicano como condição importante para o início do acantonamento e da desmobilização. Entretanto, a retirada das tropas estrangeiras que estava prevista para Outubro de 1992 não tinha sido iniciada até a primeira semana de Abril de 1993 devido ao atraso da chegada das forças das Nações Unidas que as iriam substituir na proteção dos corredores da Beira e de Nacala. Neste contexto, até Abril de 1993 nenhuma das partes apresentou o plano de concentração das forças.

Perante o atraso, no dia 14 de Abril, o Conselho de Segurança da ONU emitiu uma resolução apelando ao governo e a RENAMO no sentido de, em consultas com Aldo Ajello, finalizarem o calendário preciso para a implementação do AGP, incluindo o acantonamento e a desmobilização das forças das duas partes.<sup>628</sup> Em Junho, as Nações Unidas conseguiram estabelecer grande parte do contingente de capacetes azuis em Moçambique. Porém, a RENAMO e o governo continuaram sem dar passos decisivos no sentido do acantonamento e da desmobilização. Contrariamente ao entendimento das Nações Unidas segundo o qual o processo de acantonamento e de desmobilização seria faseado, a RENAMO e o governo defendiam que tal só poderia arrancar depois da entrada em funcionamento dos 49 centros de acantonamento previstos (dos quais 29 do governo e 20 da RENAMO). Adicionalmente, a RENAMO passou a exigir o desmantelamento das milícias e das formações paramilitares do governo como condição para o início do acantonamento e da desmobilização.

Em reação à atitude da RENAMO e do governo, no dia 9 de Julho, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu uma resolução exigindo às partes o início urgente do acantonamento e da desmobilização das suas forças sem esperar que todos os 49 centros de acantonamento estivessem prontos.<sup>629</sup> A mesma resolução estendeu o período de realização das eleições em Moçambique

---

<sup>627</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/25518, 2 April 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 174.

<sup>628</sup> Security Council Resolution expressing concern about delays affecting the timetable of peace process in Mozambique, S/RES/818 (1993), 14 April 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 180.

<sup>629</sup> Security Council Resolution Approving ONUMOZ Chairmanship of the Joint Commission for the Formation of the Mozambican Defence Force (CCFADM) and Underlining the Importance of Holding Elections in Mozambique

para Outubro de 1994 devido aos atrasos registados na implementação das principais provisões do AGP, entre as quais a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes, assim como a formação do novo exército, condições consideradas pela ONU como imprescindíveis para a realização das eleições.

No dia 21 de Agosto, Afonso Dhlakama desembarcou em Maputo para o encontro com Joaquim Chissano visando encontrar a solução para o impasse que se registava no processo de implementação do AGP. Dhlakama e Chissano discutiram sobre a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes, a formação do novo exército único e a integração das zonas controladas pela RENAMO na administração do Estado. No dia 3 de Setembro, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinaram o documento que formalizava os entendimentos alcançados entre os quais a solicitação às Nações Unidas do envio de um contingente policial para fiscalizar todas as atividades da polícia em Moçambique. O governo comprometeu-se a apresentar a lista com todo o material de guerra que a polícia possuía, incluindo a sua localização, especificando os dados necessários para o controlo dos efetivos. Por sua vez, Dhlakama considerou que o documento continha os princípios que permitiriam o início do acantonamento. O líder da RENAMO sublinhou que «sempre reclamávamos porque o que nós pretendemos é a segurança e garantias».<sup>630</sup>

No dia 20 de Setembro Aldo Ajello apresentou às delegações do governo e da RENAMO na CSC uma proposta de recalendarização das diferentes etapas de implementação do AGP cuja aprovação pelas duas partes permitiria o início do acantonamento das forças dos dois lados no mês seguinte.<sup>631</sup> Porém, esta proposta foi rejeitada pela RENAMO, prevalecendo, assim, o obstáculo ao início do acantonamento e da desmobilização.<sup>632</sup> Foi necessária a visita do Secretário-geral da ONU a Moçambique, no dia 20 de Outubro, para ajudar as partes a ultrapassar as dificuldades e a iniciar o acantonamento e a desmobilização. Boutros-Ghali conduziu os encontros separados com Dhlakama e Chissano e posteriormente realizou o encontro trilateral no final do qual convenceu as duas partes a assumirem um compromisso sobre o acantonamento, a desmobilização e a extinção das forças irregulares. No final do encontro Boutros-Ghali assegurou que as partes

---

no Letter than October 1994, S/RES/850 (1993), 9 July 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 189.

<sup>630</sup> *Notícias*, «Entre Governo e a RENAMO: rubricados entendimentos sobre administração e polícia», 4 de Setembro de 1993.

<sup>631</sup> *Notícias*, «Processo de paz: Aldo Ajello apresenta proposta de recalendarização», 21 de Setembro de 1993.

<sup>632</sup> Richard Syngé, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-1994* (Washington D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 57.

acordaram que o acantonamento e a desmobilização das forças ocorreria de forma simultânea, sendo que o calendário desta atividade seria aprovado dentro de uma semana.<sup>633</sup>

Na sequência da visita de Boutros-Ghali, no dia 22 de Outubro, o governo moçambicano, a RENAMO e as Nações Unidas acordaram sobre o novo calendário para a implementação do AGP. O documento estabeleceu o dia 30 de Novembro como a data para o início do acantonamento das forças governamentais e da RENAMO.<sup>634</sup> Segundo a nova calendarização a desmobilização dos exércitos do governo e da RENAMO arrancaria em Janeiro de 1994 com o término previsto para Maio do mesmo ano, sendo que os grupos armados paramilitares privados e irregulares seriam extintos a partir de Novembro de 1993, prolongando-se até ao mês seguinte. Assim, em Dezembro de 1993 foram abertos 35 centros de acantonamento dos 49 previstos. No final de Janeiro de 1994 tinham sido movimentados para os centros de acantonamento 16 609 combatentes dos quais 9 895 do governo e 6 714 da RENAMO, representando 30% do número total de combatentes esperados nos 35 centros de acantonamento abertos.<sup>635</sup> No mesmo mês teve lugar o início do processo de desmantelamento dos grupos armados paramilitares. Em Fevereiro de 1994 foram abertos os restantes 14 centros de acantonamento, perfazendo o total de 49 previstos no âmbito do AGP.<sup>636</sup> No mesmo mês, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução que autorizava o estabelecimento da componente policial da ONUMOZ - uma exigência apresentada pela RENAMO e acordada com o governo em Setembro de 1993.<sup>637</sup> A aprovação da componente policial da ONUMOZ pelo Conselho de Segurança da ONU contribuiu para o fortalecimento das garantias de segurança exigidas pela RENAMO. Eventualmente, este facto concorreu para o início do processo de desmobilização no princípio de Março de 1994. Embora a pressão da comunidade internacional tenha jogado um papel importante, o início do processo de acantonamento indiciava a melhoria da confiança entre o governo e a RENAMO e a existência do otimismo das partes em relação ao resultado do processo de implementação do AGP.

---

<sup>633</sup> *Notícias*, «Após encontro trilateral com Chissano e Dhlakama, Ghali quebra impasses e impulsiona processo de paz: Governo e a RENAMO acordam composição da CNE e desmobilização das tropas e milícias», 21 de Outubro de 1993.

<sup>634</sup> *Notícias*, «Processo de paz: Governo, RENAMO e ONU rubricaram novo calendário, acantonamento arranca em 30 de Novembro próximo», 23 de Outubro de 1993.

<sup>635</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/89, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 217.

<sup>636</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/511, 28 April 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 233.

<sup>637</sup> Security Council Resolution Authorizing the Creation of a Police Component For ONUMOZ, S/RES/898 (1994), 23 February 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 228.

Entretanto, a continuidade do atraso do processo de desmobilização implicou a permanência dos combatentes da RENAMO e do governo nos centros de acantonamento por um período mais longo do que o previsto. Esta situação conduziu à impaciência e à frustração dos combatentes que queriam ser desmobilizados, receber os seus subsídios e abandonar os centros de acantonamento, concorrendo para a ocorrência de motins que resultaram em mortes e destruição de infraestruturas. Não raras vezes os funcionários das Nações Unidas e mesmo alguns oficiais do exército governamental e da RENAMO foram atacados ou feitos reféns no contexto dos protestos. Os receios em relação às consequências da perda do controlo sobre as suas forças concorreram para que o governo e a RENAMO iniciassem o seu engajamento no processo de desmobilização.

Em meados de Abril de 1994 tinham sido desmobilizados 12 756 combatentes dos quais 12 195 do governo e 561 da RENAMO.<sup>638</sup> Este número revela o atraso e a lentidão que continuava a marcar a desmobilização cujo término estava previsto para Maio do mesmo ano. Esta lentidão revela que apesar da melhoria da confiança as partes engajavam-se no processo de desmobilização, porém, sem deixarem de considerar a necessidade de evitar a criação de situações de desvantagem militar. Devido ao atraso, em Maio, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução exigindo ao governo e à RENAMO a conclusão do acantonamento das suas forças até 1 de Junho e da desmobilização até 15 de Julho.<sup>639</sup> Contudo, até ao princípio de Julho, o governo tinha desmobilizado apenas 22 832 combatentes, correspondendo a 46% do número esperado e a RENAMO desmobilizou somente 5 138, correspondendo a 54% do total dos seus homens.<sup>640</sup> As discrepâncias dos números dos combatentes do governo que seriam desmobilizados, registadas a partir de Abril, resultando na redução de 76 405 para 64 110 como consequência de erros nas primeiras projeções governamentais conduziram ao reacender das desconfianças da RENAMO. O movimento de Afonso Dhlakama receava que o governo estivesse a esconder parte dos seus efetivos militares. Depois das negociações entre a RENAMO e o governo e da realização de investigações conduzidas pela CSC e CCF as duas partes chegaram ao entendimento segundo o qual 64 446 era o número dos combatentes do governo por

---

<sup>638</sup> Report of the Secretary-General on UNOMOZ, S/1994/511, 28 April 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 233.

<sup>639</sup> Security Council Resolution Renewing the Mandate of ONUMOZ Until 15 November 1994 and Urging the Mozambican Parties to Allow ONUMOZ Unimpeded Access to the Areas Under Their Control, S/RES/916 (1994), 5 May 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 242.

<sup>640</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/803, 7 July 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 243.



desmobilizar.<sup>641</sup> Deste modo foram desfeitos os receios da RENAMO. Assim, em Outubro de 1994 as duas partes concluíram o processo de desmobilização.

### 6.3.2 A Reintegração Social dos Desmobilizados

No final de 1993, o modelo de reintegração social dos desmobilizados foi objeto de muitas discussões entre os doadores. O diretor da Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC), Bernt Bernander, tendo trabalhado com a CORE desenvolveu uma proposta de esquema de reintegração cuja duração seria de 3 anos, incluindo o treinamento vocacional, o fundo de criação de emprego, a distribuição de *kits* e um esquema de crédito.<sup>642</sup> A proposta de Bernander atribuía um papel importante ao Estado moçambicano no processo de reintegração social dos desmobilizados através da criação do emprego. Entretanto, grande parte dos doadores ocidentais manifestou a sua oposição ao plano do diretor da UNOHAC. Segundo Timothy Born, chefe do Programa de Desmobilização e Desminagem da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e responsável pelas relações entre esta instituição e a UNOHOC entre 1992 e 1994: «Os doadores recusaram-se porque o que Bernander queria fazer não ia funcionar. Ele dava um demasiado papel técnico e económico ao Estado. Entretanto, nós achamos que o Estado não era capaz na altura. Mas também havia, talvez, razões políticas.»<sup>643</sup>

A oposição ao plano de Bernt Bernander resultava do facto de os principais doadores ocidentais defenderem as reformas em Moçambique no sentido da liberalização económica e da redução da intervenção do Estado na economia. Assim, na ótica dos doadores ocidentais o Estado não devia intervir no mercado de emprego. Igualmente, a posição dos doadores refletia o receio de que a canalização de recursos financeiros às instituições governamentais moçambicanas poderia propiciar o seu desvio provocado pela corrupção, podendo comprometer o sucesso da desmobilização e de todo o processo de paz. Não é de excluir o receio dos doadores de que um programa de reintegração social dos ex-combatentes no qual o Estado, através do governo, jogasse o papel central poderia ser usado para fins de mobilização política vis-à-vis a obtenção de vantagens eleitorais, podendo, conseqüentemente, comprometer de forma negativa o processo de paz. Assim, os principais doadores ocidentais, entre os quais os EUA, através da USAID, defendiam um programa de curto prazo visando incentivar o cometimento dos ex-combatentes

---

<sup>641</sup> *Idem*

<sup>642</sup> Richard Syngé, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-94* (Washington D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 65.

<sup>643</sup> Entrevista, Timothy Born, 2 de Dezembro de 2014, Maputo.

com a manutenção da paz. No contexto deste programa de curto prazo o papel central seria desempenhado pelas organizações multilaterais e pelas organizações não-governamentais (ONG).<sup>644</sup>

O debate sobre o modelo de reintegração social e económica dos desmobilizados estendeu-se até ao início do acantonamento.<sup>645</sup> Assim, perante a falta de entendimento sobre o modelo de reintegração, em Novembro de 1993, os doadores chegaram a um acordo sobre o estabelecimento do Esquema de Apoio à Reintegração (EAR) proposto pela Noruega e Holanda. O EAR consistia no pagamento de um subsídio aos desmobilizados durante 24 meses dos quais 18 financiados pelos doadores e 6 financiados pelo governo moçambicano.<sup>646</sup> O subsídio variava entre 15\$ para os combatentes dos escalões mais baixos e 130\$ para os escalões mais altos, sendo pagos através das filiais do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) espalhadas pelo país.<sup>647</sup> O pagamento do subsídio visava assegurar que os desmobilizados tivessem um rendimento por um período relativamente longo, evitando que estes fossem vistos como inúteis pelas comunidades onde se iam reintegrar socialmente. Adicionalmente, foram disponibilizados *kits* de equipamento agrícola e sementes aos desmobilizados de modo a permitir o seu autossustento alimentar. O EAR foi estabelecido tendo como foco principal as questões de segurança de curto prazo – desmobilizar o interesse dos ex-combatentes por iniciativas militares dos ex-beligerantes.<sup>648</sup> No âmbito do EAR a Organização Internacional das Migrações (OIM) providenciou o transporte dos desmobilizados e das suas famílias para os destinos por eles escolhidos visando a sua instalação. Uns preferiram regressar aos seus locais de origem e outros optaram em estabelecer-se em regiões que não eram de sua proveniência.

O EAR adotado pelos doadores, consistindo no apoio financeiro e material aos desmobilizados contribuiu para incentivá-los a optar pelo regresso à vida civil. A resposta positiva dos desmobilizados aos incentivos financeiros e materiais providenciados no âmbito do EAR resultou da existência do otimismo em relação à sua reintegração na vida civil, nas dimensões social e económica. O facto de grande parte dos combatentes do governo e da RENAMO ter optado pela

---

<sup>644</sup> Sam Barnes, «Humanitarian aid coordination during war and peace in Mozambique: 1985-1995», *Studies on Emergency and Disaster Relief*, Report n°7 (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1998): 26.

<sup>645</sup> Entrevista, Timothy Born, 26 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>646</sup> Carrie Manning e Monica Malbrough, «Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique», *Journal of Modern African Studies*, Vol. 48, n°1 (2010): 157; Sam Barnes, «Humanitarian aid coordination during war and peace in Mozambique: 1985-1995», *Studies on Emergency and Disaster Relief*, Report n°7 (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1998): 26.

<sup>647</sup> Chris Alden, «Making old soldiers fade away: Lessons from reintegration of demobilized soldiers in Mozambique», *Security Dialogue*, Vol.33, n°3 (2002): 344.

<sup>648</sup> Jeremy McMullin, «Reintegration of combatants: were the right lessons learned in Mozambique?», *International Peacekeeping*, Vol.11, n°4 (2004):626.

desmobilização, rejeitando a sua incorporação voluntária no novo exército unificado confirma o otimismo acima referido.

O estudo realizado pela *Creative Associates International* confirma o sucesso do processo de reintegração social e económica dos desmobilizados. De acordo com o estudo em referência 94% dos desmobilizados estavam casados, 86% tinham mais do que 3 pessoas no seu agregado familiar e 86% das crianças em idade escolar frequentavam a escola.<sup>649</sup> Segundo o estudo, cerca de 80% dos desmobilizados considerava-se como estando devidamente integrado. Grande parte dos desmobilizados revelaram possuir uma fonte de rendimento. Estes indicadores revelam a existência de um elevado nível de integração e estabilidade social dos desmobilizados ao nível da família e da comunidade no período pós-guerra civil. Deste modo poder-se-á concluir que, de modo geral, o processo de desmobilização e de reintegração social foi ao encontro das expectativas dos desmobilizados.

### **6.3.3 A Formação do Exército Único**

No âmbito do AGP a formação do novo exército único e apartidário, integrando as forças do governo e da RENAMO deveria iniciar no período imediatamente posterior ao cessar-fogo e no contexto da desmobilização. Segundo o AGP os membros das forças governamentais e da RENAMO seriam desarmados e identificados para a posterior seleção dos que seriam desmobilizados e dos que, voluntariamente fariam parte do novo exército único e apartidário. Porém, os sucessivos atrasos que caracterizaram o processo de acantonamento e de desmobilização das forças das duas partes conduziram ao arranque tardio do processo de formação do exército único.

A coordenação do processo de formação do novo exército foi atribuída à CCFADM cuja entrada em funcionamento foi marcada por sucessivos atrasos. A França, Reino Unido e Portugal são os países convidados que integraram a CCFADM, assumindo a responsabilidade pelo apoio ao processo de formação do novo exército, providenciando o treinamento das forças provenientes do governo e da RENAMO. A delegação do governo na CCFADM era chefiada pelo tenente-coronel Tobias Dai e a delegação da RENAMO era chefiada por Mateus Ngonhamo com o mesmo escalão militar.

---

<sup>649</sup> Final Report, *Study of Demobilized Soldiers Facing Difficulties in the Reintegration Process*, Prepared for the International Organization for Migration (Washington, D.C: Creative Associates International, 1996), 5.

No primeiro trimestre de 1993 foi concluído o acordo entre o governo moçambicano, a Renamo, o Reino Unido e o Zimbabwe sobre a realização do treinamento dos instrutores militares do novo exército nacional, em Nyanga, território zimbabwiano. O acordo previa que em Março de 1993 teria lugar a formação dos primeiros 100 instrutores dos quais 50 provenientes de cada lado. Entretanto, até Junho não tinha ainda iniciado o processo de treinamento dos instrutores moçambicanos no centro de Nyanga. O atraso resultava do facto de a RENAMO não ter enviado os seus 50 elementos à Nyanga que juntamente com os elementos das forças governamentais (disponíveis) seriam treinados no mesmo local.<sup>650</sup> Igualmente, é preciso sublinhar que o atraso que marcou o início da formação do novo exército era consequência direta do atraso do processo de acantonamento e de desmobilização das forças.

No dia 24 de Junho de 1993, George Moose, Subsecretário de Estado Norte-americano reuniu-se com Afonso Dhlakama, em Maríngue, tendo discutido a formação do novo exército único. No encontro, o líder da RENAMO garantiu ao dirigente americano que até 12 de Julho do mesmo ano iria enviar os seus homens para o treinamento militar conjunto em Nyanga, Zimbabwe. No mesmo período o governo moçambicano reafirmou que os seus homens estavam disponíveis para avançar a qualquer momento à Nyanga.

No dia 22 de Julho de 1993, a CCFADM reuniu-se sob a presidência de Aldo Ajello tendo aprovado a declaração de Lisboa, através da qual a França, Portugal e o Reino Unido estabeleceram o programa de apoio ao processo de formação do novo exército moçambicano.<sup>651</sup> No mesmo encontro a CCFADM decidiu enviar 100 elementos à Nyanga dos quais 50 do governo e 50 da RENAMO a fim de iniciarem a sua formação como instrutores militares. Estes elementos chegaram ao centro de treinamento militar zimbabwiano no princípio de Agosto do mesmo ano. O segundo contingente de elementos das forças da RENAMO seleccionados para o treinamento chegou à Nyanga no princípio de Outubro.<sup>652</sup>

O treinamento jogou um papel importante na uniformização dos princípios e práticas do novo exército, conforme ilustra a seguinte declaração de Mateus Ngonhamo: «os soldados do governo tinham um treino que era padrão e os guerrilheiros da RENAMO também tinham um treino que

---

<sup>650</sup> *Notícias*, «Apesar do impasse não há sinais de fracasso na implementação do acordo, afirma representante especial da ONU em Moçambique: delegação da RENAMO regressa próxima semana a Maputo», 27 de Março de 1993.

<sup>651</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/26385, 30 August 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 192.

<sup>652</sup> *Notícias*, «Segundo contingente militar da RENAMO chegou ontem a Nyanga: Ajello confirma a vinda de peritos da ONU para trabalhar com a PRM», 9 de Outubro de 1993.

era o padrão. Isto é as táticas, estratégias, regulamentos e o quadro orgânico eram diferentes entre as duas forças». <sup>653</sup> Este argumento é corroborado por Lagos Lidimo, explicando que «na formação não havia a componente política. A política era a obediência ao comandante em chefe. Todos nós, quer da RENAMO quer do governo deveríamos obedecer. Não se estudava política». <sup>654</sup> Assim, o treinamento conjunto das forças provenientes dos dois lados revestiu-se de importância crucial para a criação da unidade do novo exército que se pretendia apartidário.

Em resultado da visita do Secretário-geral da ONU à Moçambique, em Outubro de 1993, assistiu-se à uma nova dinâmica no funcionamento das diferentes comissões constituídas no âmbito do AGP. Assim, no dia 26 do mesmo mês a CCFADM aprovou as normas de disciplina militar do novo exército, denominado Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), a estrutura do comando superior das FADM, a estrutura do comando conjunto das FADM, o uniforme de trabalho e de instrução das forças armadas. <sup>655</sup> Estas decisões e a aprovação do orçamento das FADM pela CSC durante o encontro realizado no dia 4 de Outubro impulsionaram o processo de formação do novo exército.

Na sequência das decisões acima referidas e no âmbito do preconizado pelo protocolo IV sobre as questões militares foi constituído o comando conjunto das FADM exercido por dois oficiais generais com a mesma categoria, nomeadamente, o general Lagos Lidimo, indicado pelo governo e o general Mateus Ngonhamo, indicado pela RENAMO. Os dois oficiais generais lideraram em conjunto as FADM até a tomada de posse do novo governo que resultou das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Na sequência do protocolo acima referido as decisões de Lagos Lidimo e de Mateus Ngonhamo só eram válidas quando assinadas por ambos, pressupondo, por isso, o consenso cuja construção obrigava as partes a desenvolverem uma cultura e espírito de trabalho assente na cooperação mútua. O novo exército começou a ser construído, desde cedo, dentro de uma lógica e prática de partilha do poder militar entre o governo e a RENAMO. Assim, a partilha do poder militar ajudou a reduzir o dilema de segurança entre as partes. <sup>656</sup> Igualmente, a partilha do poder militar constituiu-se não só como um gesto concreto do cometimento genuíno

---

<sup>653</sup> Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>654</sup> Entrevista, Lagos Lidimo, 17 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>655</sup> *Notícias*, «Aprovada estrutura do EMG do futuro exército único: CCFADM esteve reunida ontem no clube militar», 27 de Outubro de 1993; Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/26666, 1 November 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 209

<sup>656</sup> Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, «The art of the possible: power sharing and post-civil war democracy», *World Politics*, Vol. 67, n°1, (2015):38.

com a paz mas também como um sinal credível da intenção conciliatória entre os antigos inimigos.<sup>657</sup>

Em Dezembro os instrutores britânicos concluíram em Nyanga, Zimbabwe, a formação de 540 instrutores provenientes das forças do governo e da RENAMO que no ano seguinte iniciariam o treinamento das forças que, voluntariamente, iriam integrar o novo exército nacional unificado.<sup>658</sup> De acordo com o AGP o novo exército moçambicano deveria ser constituído por 30 000 homens dos quais 15 000 provenientes do exército governamental e 15 000 provenientes das forças da RENAMO.<sup>659</sup> Contudo, à medida que decorria o processo de desmobilização na base do qual eram recrutados, voluntariamente, os elementos para as FADM, as duas partes confrontaram-se com uma dificuldade que parecia não ter sido prevista com antecedência: um número muito reduzido das forças dos dois lados manifestou o interesse em juntar-se de forma voluntária ao novo exército. Até Agosto de 1994 tinham sido desmobilizados 60 763 combatentes, dos quais 43 297 do governo e 17 466 da RENAMO. Porém, no mesmo período, somente 7 398 combatentes dos dois lados juntaram-se voluntariamente ao novo exército dos quais 3 901 do lado do governo e 3 497 do lado da RENAMO.<sup>660</sup>

Perante a dificuldade de constituição de um exército de 30 000 homens, em Julho de 1994, o governo e a RENAMO concluíram o entendimento segundo o qual as FADM seriam constituídas pelo número de soldados que se voluntariassem para o efeito, abandonando, assim, a meta previamente estabelecida no AGP.<sup>661</sup> Neste contexto, no final de 1994 o novo exército unificado ficou constituído por 11 579 homens. Este número representava 39% do número inicialmente acordado entre as partes no âmbito do AGP.

---

<sup>657</sup> Caroline A. Hartzel e Matthew Hoddie, «Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements», *Journal of Peace Research*, Vol.40, n°3 (2003).

<sup>658</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/89, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction by Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 220.

<sup>659</sup> Protocolo IV das Questões Militares, I, ii, n°1, S. Egídio, Roma, 4 de Outubro de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 31.

<sup>660</sup> Further Report of Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/1002, 26 August 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 252 e 253.

<sup>661</sup> Final Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/1449, 23 December 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 296.

A baixa disponibilidade das forças para o novo exército resultava de vários fatores. As forças do governo estavam manifestamente pouco moralizadas.<sup>662</sup> De acordo com Lagos Lidimo, oficial superior das forças governamentais, a guerra de guerrilha conduzida pela RENAMO era muito desmoralizante.<sup>663</sup> As condições precárias nas quais os soldados viviam, marcadas por salários baixos e não raras vezes atrasados, fracas condições logísticas e de apoio, assim como o facto de muitos soldados terem sido recrutados à força e permanecido no exército por períodos muito longos, por vezes, ultrapassando o tempo previsto pela lei do serviço militar obrigatório, mantendo-se separados das suas famílias e o desejo de experimentar uma vida sem guerra, concorreram para que muitos elementos das forças governamentais optassem pela desmobilização e pelo regresso à vida civil. Segundo Jessica Schafer menos de metade das forças governamentais tiveram a oportunidade de visitar as suas famílias durante a guerra civil. A autora sublinha que durante a guerra as forças do governo da FRELIMO permaneceram em média 8 anos sem visitarem as suas famílias.<sup>664</sup> Igualmente, o desejo de receber os apoios financeiros e materiais providenciados no âmbito do EAR concorreu para que grande parte dos soldados do governo optasse pela desmobilização, rejeitando a sua integração no novo exército.

O recrutamento muitas vezes forçado para as fileiras da RENAMO, as condições precárias nas quais as forças do movimento de Afonso Dhlakama se encontravam, a seca e a fome que agravaram as suas condições logísticas, o desejo de regressar à vida civil e o interesse em ter acesso aos apoios financeiros e materiais decorrentes da desmobilização contribuíram para que grande parte dos combatentes da RENAMO não se alistasse para a integração no novo exército. É importante notar que quase nenhum combatente da RENAMO teve a oportunidade de visitar a sua família durante a guerra e o desejo de fazê-lo era enorme. Embora os fatores acima referidos tenham jogado um papel importante, o otimismo dos combatentes do governo e da RENAMO em relação aos resultados da desmobilização e da reintegração social desempenhou um papel decisivo para que muitos não se voluntariassem para a integração nas FADM.

Entretanto, o processo de formação do novo exército foi marcado por algumas situações de tensão e de ameaças que perigavam a paz. Cerca de 75 oficiais superiores do novo exército provenientes da RENAMO foram instalados no Hotel Turismo, em Maputo, enquanto o governo procurava identificar as casas para o seu alojamento. A demora na atribuição das habitações associada ao

---

<sup>662</sup> Alex Vines, «RENAMO's rise and decline: the politics of reintegration in Mozambique», *International Peacekeeping*, Vol. 20, n.º3 (2013): 379

<sup>663</sup> Entrevista, Lagos Lidimo, 17 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>664</sup> Jessica Schafer, *Soldiers at Peace: Veterans and Society after the Civil War in Mozambique* (New York: Palgrave Macmillan, 2007), 96.

facto de grande parte dos restantes 75 oficiais superiores do novo exército provenientes do governo possuírem as residências em Maputo onde estavam alojados gerou o sentimento de discriminação e o conseqüente descontentamento entre os oficiais superiores da RENAMO. Na seqüência do descontentamento registado, e procurando explorar vantagens políticas da situação, em Setembro de 1994, Afonso Dhlakama anunciou que os oficiais superiores do novo exército, provenientes da RENAMO, tencionavam regressar à Marínguè, em Sofala, devido a falta de habitação. Em pleno ambiente de campanha eleitoral esta declaração gerou preocupação no seio da sociedade moçambicana. Entretanto, no mesmo mês os oficiais superiores do novo exército, provenientes da RENAMO reagiram, afirmando que não tinham intenções de regressar à Marínguè, porém, referindo que se não fosse resolvido o problema de habitação eles regressariam às suas casas. Igualmente, os oficiais sublinharam que Marínguè não era a sua casa e que pertenciam ao exército apartidário.<sup>665</sup>

Por um lado, as declarações de Afonso Dhlakama parecem ter sido proferidas no sentido de pressionar o governo a acelerar o processo de atribuição de residências aos oficiais provenientes da RENAMO. Por outro lado, não é de excluir a intenção de Dhlakama no sentido de demonstrar que continuava a ter o controlo sobre os seus ex-combatentes apesar da desmobilização e da formação do exército unificado. A atitude de Afonso Dhlakama deve ser interpretada à luz do problema do cometimento credível. Dhlakama procurava demonstrar que a desmobilização e a formação das FADM não o tinham enfraquecido, podendo reagir militarmente em caso de ameaça à sua segurança e do seu partido. Todavia, a reação de manifesto distanciamento dos 75 oficiais em relação ao partido de Afonso Dhlakama revelou a existência de um sentimento de pertença ao novo exército apartidário e o declínio do controlo do líder da RENAMO sobre os seus antigos combatentes. Este facto sinalizava o otimismo dos oficiais superiores provenientes da RENAMO em relação aos resultados da sua integração nas FADM.

Entretanto, reconhecendo o risco que as reivindicações dos oficiais instalados no Hotel Turismo representava, em Outubro de 1994, Lagos Lidimo e Mateus Ngonhamo, dirigentes do Comando Superior das FADM reuniram-se com os oficiais descontentes, convencendo-os a permanecer no hotel em referência até a atribuição das suas residências.<sup>666</sup> Deste modo os dois líderes conseguiram evitar o abandono do hotel pelos oficiais e a conseqüente instabilidade que tal facto

---

<sup>665</sup> *Notícias*, «Não há intenções de voltarmos a Marínguè, afirmam oficiais das FADM que ontem não foram trabalhar», 1 de Outubro de 1994.

<sup>666</sup> Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo; Entrevista, Lagos Lidimo, 17 de Setembro de 2014, Maputo; *Notícias*, «Não há intenções de voltarmos a Marínguè, afirmam oficiais das FADM que ontem não foram trabalhar», 1 de Outubro de 1994.



causaria ao processo de paz. Este exemplo ilustra o papel importante que a partilha do poder militar desempenhou na promoção da cooperação mútua entre as hierarquias militares provenientes do governo e da RENAMO, concorrendo para a redução da insegurança e para o aumento da confiança entre as duas partes. A partilha do poder militar através do estabelecimento do comando superior conjunto das FADM concorreu para o maior cometimento das forças provenientes do governo e da RENAMO com a manutenção da paz e segurança no país, particularmente, no período da realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, evitando que a competição eleitoral fosse usada para a manipulação das forças armadas.

É importante sublinhar que a partilha do poder militar estendeu-se no período posterior às primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias. Entre 1995 e 2004 a RENAMO e a FRELIMO partilhavam as posições de liderança em todos os ramos das FADM. Lagos Lidimo, proveniente da FRELIMO ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército e Mateus Ngonhamo, proveniente da RENAMO ocupou o cargo de chefe-adjunto. Entre 1995 e 2004, período que constitui objeto de análise deste trabalho, todas as decisões das hierarquias superiores do exército eram tomadas por consenso. Isto é, todas as decisões de Lagos Lidimo, na sua qualidade de chefe de Estado-Maior eram tomadas por consenso com o seu adjunto. Este facto foi confirmado em entrevistas conduzidas pelo autor aos dois líderes militares.

#### **6.4 A Administração Territorial, 1992-1994**

As questões da administração territorial foram objeto de discussão durante as negociações entre o governo e a RENAMO, em Roma, Itália, resultando no estabelecimento do protocolo V sobre as garantias, assinado em Outubro de 1992. No âmbito deste protocolo o governo e a RENAMO reconheceram que durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a tomada de posse do novo governo a administração pública continuaria a obedecer à lei em vigor em Moçambique. Igualmente, as duas partes acordaram no princípio segundo o qual as instituições previstas pela lei para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela RENAMO deveriam fazer o uso unicamente de cidadãos nelas residentes, podendo estes ser membros da RENAMO. O relacionamento entre o Ministério da Administração Estatal e a administração nas zonas controladas pela RENAMO seria feito através da CNCAT composta por representantes do governo e da RENAMO. De acordo com o protocolo V a comissão acima referida deveria entrar em vigor 15 dias após a assinatura do AGP.

Entretanto, a entrada em funcionamento da CNCAT registou um atraso bastante longo, por um lado, devido às disputas militares pelo controlo territorial entre as forças do governo e da RENAMO e, por outro lado, devido ao facto de o movimento de Afonso Dhlakama recusar-se a indicar os seus representantes para a comissão, alegando a falta de habitação para o seu alojamento em Maputo. Só na primeira quinzena de Janeiro de 1993 o governo apresentou a proposta dos seus representantes para a CNCAT. No mesmo período, em resultado do encontro que manteve com James Jonah, Subsecretário-geral da ONU, em Maríngue, Afonso Dhlakama prometeu enviar no mais curto espaço de tempo os nomes dos representantes da RENAMO na comissão em alusão. Devido a persistência do atraso, na primeira quinzena de Julho de 1993, o Conselho de Segurança da ONU lançou o apelo ao governo e à RENAMO no sentido de estabelecerem rapidamente a CNCAT.

A persistência do atraso no estabelecimento da CNCAT resultava de contradições profundas entre o governo e a RENAMO sobre o controlo e a administração territorial a despeito do acordado no protocolo sobre as garantias. Não obstante o apelo do Conselho de Segurança da ONU, ainda em Julho, Afonso Dhlakama afirmou que não haveria paz nem eleições em Moçambique se não fosse resolvido o problema da administração dos territórios, propondo a substituição de alguns governadores provinciais por elementos da RENAMO. Como forma de pressão o líder da RENAMO sublinhou que só se deslocaria a Maputo se tivesse garantias de resultados positivos no seu encontro com Joaquim Chissano sobre o assunto.<sup>667</sup> A RENAMO apresentava o argumento segundo o qual tinha o controlo de 65% do território moçambicano e que muitos distritos estavam sob sua influência, estando os governadores da FRELIMO apenas nas cidades. No dia 3 de Agosto, Afonso Dhlakama renovou a sua exigência, indicando que pretendia a nomeação de 5 governadores da RENAMO nas províncias onde detinha a maior percentagem de territórios sob sua influência, sublinhando o seguinte: «Nós controlamos as nossas zonas. É preciso que sejam integradas na administração estatal. Ora, como é que vamos aceitar que as nossas zonas fiquem sob controlo de um governador que pertence ao partido que está no poder?»<sup>668</sup>

No final de Agosto de 1993, Afonso Dhlakama realizou a sua primeira deslocação à Maputo após a assinatura do AGP. Na capital de Moçambique, Dhlakama manteve vários encontros com Joaquim Chissano durante os quais a administração territorial foi um dos temas dominantes. No final do primeiro encontro com Joaquim Chissano realizado no dia 23 de Agosto, Dhlakama

---

<sup>667</sup> *Notícias*, «Para as zonas sob controlo da RENAMO: ONU recomenda extensão da administração do governo», 10 de Julho de 1993, 1.

<sup>668</sup> *Notícias*, «RENAMO renova exigências sobre nomeação de governadores», 4 de Agosto de 1993.

manifestou a vontade de substituir a sua posição de intransigência sobre a administração territorial por uma maior convergência: «Gostaríamos de entregar as zonas que estão nas nossas mãos, as zonas que foram criadas pela guerra para que possam ser reintegradas na administração estatal, permitindo, assim, que o orçamento geral do Estado passe também a contemplar as populações que estão nessas zonas.»<sup>669</sup> A possibilidade de canalização de recursos financeiros pelo governo para a recuperação das zonas sob controlo da RENAMO ajuda a explicar a abertura de Dhlakama. A disponibilização de recursos financeiros para a recuperação das zonas sob influência da RENAMO ajudaria a fortalecer o apoio político das populações nelas residentes ao movimento de Afonso Dhlakama vis-à-vis o período eleitoral que se avizinhava.

Depois de pouco mais de uma semana de reuniões, no dia 3 de Setembro, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama alcançaram o acordo sobre a administração territorial no âmbito do qual o governo assumiu a responsabilidade de criar dentro do quadro do aparelho do Estado o lugar de assessor do governador provincial. No âmbito do entendimento o governo comprometeu-se a nomear 3 figuras indicadas pela RENAMO para o cargo de assessor do governador em cada província. As figuras nomeadas tinham a responsabilidade de assessorar os governadores provinciais em todos os assuntos ligados direta ou indiretamente com a reintegração das regiões controladas pela RENAMO, incluindo as questões económicas e sociais. Os assessores tinham o direito ao salário e outras regalias inerentes ao cargo. Logo após a assinatura do acordo, Joaquim Chissano, disse que a nomeação dos assessores provinciais custaria cerca de 2 500 000 000 Mt, faltando os planos para a determinação do valor que seria disponibilizado no âmbito do orçamento geral do Estado para a recuperação das zonas controladas pela RENAMO.<sup>670</sup> Esta declaração reforça a interpretação anteriormente apresentada segundo a qual o abandono da posição intransigente da RENAMO relativa à nomeação de governadores provinciais e a consequente aceitação da criação do lugar de assessor do governador estava ligada à possibilidade do governo financiar a recuperação das zonas sob controlo da RENAMO o que reforçaria a sua influência política sobre as populações nelas residentes vis-à-vis as primeiras eleições multipartidárias.

Entretanto, durante a sua visita ao Quênia, na primeira quinzena de Setembro, Afonso Dhlakama declarou que o acesso dos partidos políticos e dos agentes económicos às zonas sob seu controlo carecia da autorização da RENAMO. Igualmente, Dhlakama afirmou que a constituição moçambicana não seria aplicada nas zonas controladas pela RENAMO antes da realização das

---

<sup>669</sup> *Notícias*, «Gostaríamos de entregar as zonas que estão nas nossas mãos – afirma líder da RENAMO», 24 de Agosto de 1993.

<sup>670</sup> *Notícias*, «Entre o governo e a RENAMO: rubricados entendimentos sobre administração e polícia», 4 de Setembro de 1993.

eleições porque continuavam a vigorar no país as leis contra as quais lutara, por um lado, e por outro lado, porque prevaleciam os exércitos privados no país.<sup>671</sup> A declaração proferida no período imediatamente a seguir à conclusão do entendimento com Chissano sobre a administração territorial refletia o seguinte dilema de Dhlakama: por um lado, a integração das zonas controladas pela RENAMO na administração estatal abria a possibilidade de alocação orçamental do Estado para a sua recuperação e, conseqüentemente, o reforço político do movimento de Dhlakama. Por outro lado, a integração dos territórios na administração estatal acarretava o risco de perda da influência da RENAMO sobre a população neles residente a favor do governo da FRELIMO - o seu adversário nas eleições previstas para 1994. É neste contexto que o líder da RENAMO procura capitalizar os possíveis ganhos do apoio orçamental do Estado e reduzir a pressão da comunidade internacional, construindo o acordo sobre a administração territorial com Joaquim Chissano, porém, ao mesmo tempo procurava manter os territórios sob seu controlo de modo a manter a influência sobre a população neles residente, tendo em vista a extração de vantagens eleitorais nas primeiras eleições presidenciais e legislativas. Joaquim Chissano considerou inaceitável a declaração de Afonso Dhlakama no Quênia e as Nações Unidas, através de Aldo Ajello mostraram-se surpreendidas, tendo prometido trabalhar com a RENAMO para o esclarecimento necessário. A ONU advogava a integração das zonas controladas pela RENAMO na administração do Estado em conformidade com o estabelecido pelo AGP.

O interesse da RENAMO em atrasar tanto quanto possível a integração dos territórios sob seu controlo na administração estatal revelou-se através da demora no envio dos nomes dos seus membros ao governo para a nomeação dos assessores dos governadores. De Agosto até ao princípio de Dezembro de 1993, Afonso Dhlakama prometeu várias vezes enviar os nomes dos seus membros ao governo a fim de serem nomeados para os cargos de assessor dos governadores provinciais. Porém, a RENAMO só enviou os nomes ao governo em finais de Dezembro. Em finais de Fevereiro de 1994, os membros da RENAMO escolhidos para a assessoria dos governadores provinciais deslocaram-se à cidade de Maputo para uma reunião nacional dirigida por Afonso Dhlakama no âmbito da preparação da sua nomeação pelos governadores que viria a ter lugar em Março de 1994.

No mesmo ano o governo nomeou os elementos indicados pela RENAMO para o cargo de administradores nos distritos sob controlo do movimento liderado por Afonso Dhlakama. Quer os administradores quer os assessores dos governadores provinciais exerceram as suas funções até a

---

<sup>671</sup> *Notícias*, «Acesso às zonas de Dhlakama carece ainda de autorização: reitera o líder do movimento de visita ao Quênia», 10 de Setembro, 1993, 1.

tomada de posse do novo governo que resultou das primeiras eleições multipartidárias em 1994. A nomeação dos assessores dos governadores provinciais e dos administradores distritais constituiu-se como um exemplo de partilha do exercício do poder de administração territorial. Este exercício permitiu uma maior cooperação entre o governo e a RENAMO. A partilha do exercício do poder em referência contribuiu para cristalizar a cultura e a prática de diálogo entre o governo e a RENAMO. Embora cada uma das partes procurasse satisfazer os seus próprios interesses, a prática da cooperação materializada através do diálogo contribuiu para a redução das desconfianças mútuas. Igualmente, a partilha do exercício do poder de administração territorial constituiu-se como um gesto que sinalizava o cometimento do governo da FRELIMO em relação à implementação do AGP. Assim, ao estimular a cooperação e ao lançar o sinal de compromisso do governo da FRELIMO em relação à implementação do AGP, a partilha do poder de administração territorial concorreu para a geração e o fortalecimento do otimismo das duas partes e sobretudo da RENAMO em relação ao resultado do seu engajamento no processo de manutenção da paz em Moçambique.

## **6.5 A Construção das Instituições e Garantias Eleitorais**

A construção da lei eleitoral e das consequentes garantias eleitorais constituíram-se como uma das principais preocupações do governo e da RENAMO durante as negociações de paz em Roma, Itália. Em resultado desta preocupação, em Março de 1992, as duas partes assinaram o protocolo III sobre os princípios da lei eleitoral. De acordo com este documento, a lei eleitoral deveria ser elaborada pelo governo, em consulta com a RENAMO e outros partidos políticos existentes em Moçambique.<sup>672</sup> Deste modo, embora o governo fosse reconhecido, ao mesmo tempo, o AGP diminuía o seu poder, nomeadamente o de legislar.<sup>673</sup>

No contexto da implementação do protocolo acima referido, em Março de 1993, o governo moçambicano concluiu a preparação do anteprojeto da lei eleitoral. Assim, no dia 26 do mesmo mês, Mário Machungo, Primeiro-ministro de Moçambique, acompanhado por Osumane Aly Dauto, Ministro da Justiça manteve um encontro com os partidos políticos, incluindo a FRELIMO e a RENAMO (Fórum Multipartidária) durante o qual procedeu a entrega do anteprojeto da lei eleitoral cuja aprovação definiria o quadro legal para a realização das primeiras eleições

---

<sup>672</sup> Protocolo III dos Princípios da Lei Eleitoral, S. Egídio, Roma, 12 de Março de 1992, em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*, ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993), 19.

<sup>673</sup> Mark Malan, «Peacebuilding in southern Africa: police reform in Mozambique and South Africa», *International Peacekeeping*, Vol.6, n°4 (1999):173.

multipartidárias em Moçambique. Reconhecendo a importância da lei eleitoral na construção das instituições e garantias eleitorais, Mário Machungo afirmou o seguinte:

[...] A ideia é a criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) como órgão autónomo e independente dos poderes do Estado. Se os partidos políticos vão ter na CNE uma garantia de idoneidade, isenção e objetividade no que respeita à gestão dos assuntos eleitorais, também o governo precisa dessa garantia para que o debate de opiniões, e designadamente a crítica da sua atuação no exercício do poder político se faça com estrita observância da legalidade e das regras democráticas [...]<sup>674</sup>

No encontro, Mário Machungo manifestou a preocupações do governo em submeter com a maior brevidade possível o projeto definitivo da lei eleitoral ao órgão legislativo nacional a fim de ser aprovado de modo a dar-se o início aos preparativos do recenseamento eleitoral e aos atos subsequentes de todo o processo de organização das eleições. Neste contexto, Machungo propôs a realização de uma reunião de consulta entre o governo e os partidos políticos para o debate do anteprojeto da lei eleitoral. Segundo a proposta, o encontro deveria ter lugar de 13 a 16 de Abril. Entretanto, os partidos presentes no encontro, incluindo a FRELIMO e a RENAMO manifestaram a posição de que as datas propostas pelo governo deviam ser revistas. Os partidos apresentaram o argumento segundo o qual precisavam de mais tempo para discutir o anteprojeto da lei eleitoral com os seus membros e órgãos em todo o país.

Perante esta posição, o governo convocou para 27 de Abril a reunião de consulta com os partidos políticos, porém, a RENAMO não se fez presente, alegando não ter tido o tempo suficiente para analisar o documento. Os restantes partidos políticos da chamada oposição não armada estiveram presentes no encontro, porém, não discutiram o anteprojeto de lei, alegando, igualmente, que não tiveram o tempo suficiente para o estudo do documento. No encontro, estes partidos limitaram-se a exigir a disponibilização de edifícios para o seu funcionamento e o estabelecimento de um governo de transição até à realização das eleições.<sup>675</sup> Assim, instalou-se o impasse cujo desbloqueio mostrar-se-ia difícil de conseguir.

Em meados de Junho, Ossumane Aly Dauto, Ministro da Justiça e Presidente do Fórum Multipartidária chegou a acordo com os partidos políticos, incluindo a RENAMO e a FRELIMO no sentido de se reiniciar, em Julho, a discussão do anteprojeto da lei eleitoral que estava

---

<sup>674</sup> *Notícias*, «Projecto de lei eleitoral apresentado aos partidos políticos: Mário Machungo presidiu ao encontro», 27 de Março de 1993.

<sup>675</sup> Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/26034, 30 June 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction by Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 187.

interrompida. Embora as partes tenham reiniciado a discussão, o impasse prevaleceu sobretudo à volta do artigo 16 do anteprojeto da lei eleitoral. Este artigo relativo à composição da CNE estabelecia que este órgão seria constituído por um total de 21 membros dos quais 11 seriam indicados pelo governo, 7 pela RENAMO e 3 pelos restantes partidos da oposição não armada. A RENAMO e os partidos da oposição não armada rejeitaram a proposta de composição da CNE uma vez que estes entendiam que estavam numa situação de desvantagem no órgão. Em resposta defenderam que o governo indicaria 8, a RENAMO 7 e os restantes partidos 6 representantes, respetivamente, perfazendo, igualmente, um total de 21 membros. Entretanto, esta proposta foi rejeitada pelo governo.

No dia 11 de Agosto de 1993, Joaquim Chissano fez o seu primeiro pronunciamento público sobre o impasse a volta da lei eleitoral, considerando como absurda a exigência da RENAMO e dos partidos da oposição não armada relativamente à composição da CNE. Chissano sublinhou que «a proposta do governo já é em si uma grande concessão pois aceita a proporção de 11 para 10 elementos o que apenas confere uma pequena margem de supremacia ao governo devido às responsabilidades que lhe cabem na condução de todo este processo.»<sup>676</sup> Deste modo, Chissano e o governo da FRELIMO afirmavam a sua visão possessiva de democracia e a pretensão de manutenção da sua hegemonia no processo de construção das instituições democráticas em Moçambique, devendo a RENAMO e outros partidos adequar-se à iniciativa governamental.<sup>677</sup> A posição de Joaquim Chissano contribuiu para alimentar as desconfianças da RENAMO e dos partidos da oposição não armada e concorreu para a manutenção dos impasses sobre o anteprojeto da lei eleitoral.

Com vista a ultrapassar o impasse, o Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO) propôs a indicação de 10 representantes do lado do governo e 10 representantes indicados pela RENAMO e pelos restantes partidos para a CNE, sendo o Presidente do órgão, neutro e escolhido por consenso. Porém, esta proposta não chegou a ser discutida no plenário do Fórum Multipartidária, persistindo o impasse. Procurando encontrar uma saída para as divergências, no dia 27 de Agosto, o governo realizou uma reunião de concertação de posições com a FRELIMO e os partidos políticos não armados, porém, sem sucesso.

---

<sup>676</sup> *Notícias*, «Na reunião sobre anteprojeto de lei: proposta do governo é já uma grande concessão, afirma chefe de Estado em declarações à TVM», 12 de Agosto de 1993.

<sup>677</sup> Brazão Mazula, «As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia», em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, coord. Brazão Mazula (Maputo: s/ed, 1995), 38.

No dia 8 de Setembro os chefes das delegações do governo, RENAMO e dos partidos políticos não armados reuniram-se com o objetivo de encontrar uma solução de equilíbrio para a composição da CNE. Neste encontro foi apresentada uma nova proposta governamental defendendo a fórmula segundo a qual a CNE seria constituída por 10 membros indicados pelo governo, 7 membros indicados pela RENAMO e 3 membros indicados pelos partidos da oposição não armada. Porém, a RENAMO insistiu na sua proposta inicial, mantendo-se, assim, as divergências. O governo argumentava que a proposta da RENAMO não continha os elementos de equilíbrio necessários na CNE.

Com o objetivo de flexibilizar as negociações visando ultrapassar o impasse, na primeira quinzena de Setembro, o Presidente do Fórum Multipartidária, Osumane Aly Dauto, propôs a realização de encontros restritos entre o governo e os partidos não armados, considerados mais moderados, nomeadamente, o Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO), o Partido da Convenção Nacional (PCN), a Frente Unida de Moçambique (FUMO) e a Frente de Ação Patriótica (FAP). Porém, a RENAMO e o «grupo dos 12-4»<sup>678</sup> rejeitaram a proposta, defendendo a continuidade de sessões plenárias com o envolvimento de todos os partidos. Desta situação resultou mais uma interrupção das sessões do Fórum Multipartidária.

Como forma de pressionar a oposição, na segunda quinzena de Setembro, o governo anunciou que até 10 de Outubro as consultas sobre o anteprojeto da lei eleitoral deveriam estar concluídas. No mesmo período o governo decidiu retomar as sessões plenárias, por sinal, uma das exigências da RENAMO e do «grupo dos 12-4». Assim, no dia 17 de Setembro, durante a plenária do Fórum Multipartidária, o «grupo dos 12-4» propôs a adoção do mecanismo de votação sobre cada artigo do anteprojeto da lei eleitoral de modo a flexibilizar o debate, permitindo a saída do impasse.<sup>679</sup> Esta proposta que era apoiada pela RENAMO foi prontamente rejeitada pelo governo e pela FRELIMO, argumentando que a mesma feria o princípio de consenso acordado em Roma que deveria nortear a elaboração e a aprovação da lei eleitoral. O sistema de votação beneficiaria a RENAMO e o «grupo dos 12-4» que estavam em maioria e em sintonia no Fórum Multipartidária, possibilitando, assim, a aprovação da sua proposta de composição da CNE, colocando, conseqüentemente, a FRELIMO numa situação potencialmente minoritária dentro do órgão eleitoral. Factualmente, o mecanismo de votação proposto pelo «grupo dos 12-4» entrava em

---

<sup>678</sup> O «grupo dos 12-4» é uma expressão que foi usada para designar 8 partidos políticos da oposição não armada considerados menos moderados e mais próximos à RENAMO. Ao todo eram 12 os partidos da oposição que faziam parte do Fórum Multipartidária. Destes 4 partidos, nomeadamente, MONAMO, PCN, FUMO e FAP eram considerados como moderados.

<sup>679</sup> *Notícias*, «Governo anuncia encerramento da reunião sobre a lei eleitoral: executivo adotará mecanismos de consulta direta», 18 de Setembro de 1993.



contradição com o princípio de consenso estabelecido pelo protocolo III e com a metodologia de trabalho aprovada pelos participantes do Fórum Multipartidária. Perante a posição do governo, o «grupo dos 12-4» decidiu abandonar a plenária e a RENAMO recusou-se a continuar o debate na ausência daqueles. Deste modo o funcionamento do Fórum Multipartidária ficou novamente paralisado.

O impasse que se verificava na discussão do anteprojeto da lei eleitoral preocupava a comunidade internacional que apelou as partes no sentido de buscarem o entendimento sobre aquele instrumento fundamental para a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. O desbloqueio do impasse teve lugar no dia 20 de Outubro de 1993 após dois encontros bilaterais que o Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali manteve com Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama e uma posterior reunião trilateral, em Maputo. Boutros-Ghali conseguiu construir o entendimento entre os dois líderes no sentido de aceitarem a proposta segundo a qual a CNE seria constituída por um total de 20 membros, dos quais 10 indicados pelo governo, 7 indicados pela RENAMO e 3 representando os restantes partidos políticos. Segundo o compromisso alcançado entre Chissano e Dhlakama com o apoio de Boutros-Ghali, o Presidente da CNE seria escolhido pelos 20 membros.<sup>680</sup> Perante a ausência de consenso entre os membros da CNE estes apresentariam uma lista de 5 nomes ao chefe de Estado a quem caberia a escolha definitiva do Presidente do órgão eleitoral. É importante notar que o acordo alcançado sobre a lei eleitoral, relativamente à composição da CNE, correspondia a uma das propostas apresentadas pelo governo da FRELIMO à «Multipartidária». Assim, poder-se-á concluir que o governo da FRELIMO acabou ditando as condições e o direcionamento do processo de democratização.<sup>681</sup>

No entanto, até ao final de Outubro a proposta de lei eleitoral não tinha ainda sido submetida ao Conselho de Ministros, contrariando, assim, a recomendação deixada por Boutros-Ghali. Este atraso resultava da persistência de divergências entre o governo e a RENAMO sobre a lei eleitoral, embora estivesse resolvida a questão relativa à composição da CNE. Durante as negociações sobre a proposta de lei eleitoral que decorreram na primeira quinzena de Novembro a RENAMO propôs que os moçambicanos residentes no estrangeiro se deslocassem à Moçambique para se

---

<sup>680</sup> Press briefing by the Secretary-General in Maputo, UN Press Release SG/SM/5133, 20 October 1993, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction by Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 203; *Jornal Notícias*, «Após encontro trilateral com Chissano e Dhlakama, Ghali quebra impasses e impulsiona processo de paz: Governo e a RENAMO acordam composição da CNE e desmobilização das tropas e milícias», 21 de Outubro de 1993, Maputo.

<sup>681</sup> Anícia Lalá e Andrea E. Ostheimer, *Como Limpar as Nódoas do Processo Democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique, 1990-2003* (Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003), 7.

recensearem e votar. A proposta da RENAMO resultava dos receios da ocorrência de fraudes em caso de realização de eleições no estrangeiro. Na mesma ocasião, a RENAMO apresentou a proposta segundo a qual a direção do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) deveria ser constituída por um diretor indicado pelo governo e dois vice-diretores por ela indicados. Igualmente, a RENAMO propunha-se indicar 50% dos funcionários do STAE sendo os restantes 50% indicados pelo governo.

Entretanto, o governo defendia a posição segundo a qual os emigrantes podiam exercer o direito de voto nas eleições junto da respetiva representação diplomática, desde que preenchessem os requisitos legalmente estabelecidos. Igualmente, o governo manifestou as dúvidas sobre a capacidade de a RENAMO indicar 50% dos funcionários para o STAE.<sup>682</sup> A dúvida resultava da escassez de recursos humanos qualificados no seio da RENAMO. Através de Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, o governo moçambicano considerou que as questões que a RENAMO apresentava eram posteriores aos entendimentos que haviam sido alcançados entre ambas as partes durante a visita do Secretário-geral da ONU. A RENAMO reagiu através de José de Castro, afirmando que «nem tudo foi acordado durante os encontros mantidos entre Boutros-Ghali, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama. O que se desbloqueou foi o impasse que reinava em relação ao artigo 16 sobre a composição da CNE.»<sup>683</sup> De acordo com José de Castro, a RENAMO não faria mais cedências relativamente ao texto do anteprojeto da lei eleitoral de modo a evitar as fraudes e futuros conflitos como em Angola e na Somália.

Foi necessário um novo encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama para a resolução das diferenças que inviabilizavam o alcance do acordo sobre a lei eleitoral. O encontro decorreu no dia 24 de Novembro, em Maputo, tendo os dois líderes concordado na indicação de um diretor-geral do STAE pelo governo, dois diretores adjuntos do STAE, sendo um indicado pela RENAMO e outro pelos partidos da oposição não armada.<sup>684</sup> Segundo o acordo as decisões do STAE seriam tomadas de forma coordenada e consensual, sendo que todos os documentos emitidos por aquele órgão eleitoral seriam assinados pelos três diretores. Igualmente, Chissano e Dhlakama acordaram na indicação de 37.5% dos funcionários do STAE pelo governo e outros 37,5% pela RENAMO, sendo que os restantes 25% seriam indicados pelas Nações Unidas. Relativamente às comissões provinciais de eleições os dois líderes chegaram ao acordo de que o governo indicaria o presidente

---

<sup>682</sup> *Notícias*, «RENAMO apresenta novas exigências sobre a lei eleitoral: executivo mantém as suas posições», 13 de Novembro de 1993.

<sup>683</sup> *Notícias*, «RENAMO não vai ceder para evitar fraudes, diz José de Castro ao Notícias», 11 de Novembro de 1993.

<sup>684</sup> *Notícias*, «Desbloqueado impasse na elaboração da lei eleitoral: Chissano e Dhlakama avistaram-se em Maputo», 26 de Novembro de 1993.

e a RENAMO indigitaria o vice-presidente, sendo que as Nações Unidas estariam representadas nestes órgãos. Assim, no dia 9 de Dezembro a Assembleia da República aprovou na íntegra o projeto de lei eleitoral, preservando todos os compromissos e consensos alcançados entre o governo, a RENAMO e os partidos da oposição não armada durante as discussões sobre o instrumento legal em alusão.

Como se pode constatar, o acordo alcançado entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama sobre a lei eleitoral baseava-se fundamentalmente na partilha do poder entre o governo da FRELIMO e a RENAMO dentro dos principais órgãos eleitorais, nomeadamente STAE e CNE. Esta partilha do poder ganhou forma não só através da partilha de posições de liderança mas também através da adoção do princípio do consenso no processo de tomada de decisões dentro dos órgãos eleitorais. Igualmente, a própria elaboração e aprovação da lei eleitoral baseou-se no consenso imposto pelo protocolo III, consequentemente, retirando ao governo o poder exclusivo de elaboração e de aprovação da legislação em alusão. Neste contexto poder-se-á concluir que todo o processo de construção da legislação eleitoral constituiu-se como um exercício de partilha de poder político (poder de produzir a legislação) entre o governo da FRELIMO, a RENAMO e os partidos da oposição não armada. A necessidade do consenso obrigou as partes a construírem uma relação de maior cooperação mútua visando a realização dos seus interesses.

Na sequência da aprovação da lei eleitoral saudada pela comunidade internacional, Aldo Ajello anunciou a criação do *Trust Fund* para o apoio aos partidos políticos. Porém, Ajello condicionou a operacionalidade do *Trust Fund* à entrada em funcionamento da CNE, sublinhando que este órgão assumiria a gestão do fundo.<sup>685</sup> O condicionamento apresentado por Ajello para a operacionalidade do *Trust Fund* deve ser compreendido como uma forma de pressão sobre os partidos políticos no sentido de uma maior cooperação e flexibilidade visando o rápido estabelecimento dos órgãos eleitorais, nomeadamente a CNE e o STAE a todos os níveis (central, provincial e distrital), evitando os sucessivos atrasos e impasses que caracterizaram as discussões do anteprojeto da lei eleitoral.

Em Fevereiro de 1994, Brazão Mazula foi eleito Presidente da CNE. A primeira tarefa que Mazula assumiu na CNE foi a criação de um coletivo de direção baseado no espírito de consenso e não de unanimidade ou homogeneidade.<sup>686</sup> Isto é, as primeiras sessões de trabalho da CNE foram dedicadas ao estabelecimento do entendimento entre todos os membros sobre a necessidade de o

---

<sup>685</sup> *Notícias*, «Aldo Ajello congratula AR», 10 de Dezembro de 1993.

<sup>686</sup> *Savana*, «CNE busca consenso na diversidade, diz Mazula», 25 de Fevereiro de 1994.

processo de tomada de decisões dentro do órgão eleitoral basear-se no consenso, dando, assim, continuidade ao princípio que norteava a elaboração da lei eleitoral. Aliás, a própria lei eleitoral estabelecia que as decisões dentro da CNE deveriam ser tomadas com base no consenso. Este facto concorreu para que o governo, a RENAMO e os partidos da oposição não armada respeitassem as decisões da CNE conforme elucida a seguinte declaração de Mazula: «O fator importante para nós na CNE é que a lei dizia que todas as decisões deviam ser por consenso. É um processo difícil, leva o seu tempo, mas mostrou-se eficaz porque nenhuma decisão saía para fora antes de ser consensualizada. Isto dava uma autoridade à própria decisão e que ninguém contestasse enquanto todos tivessem participado da decisão.»<sup>687</sup>

No princípio de Abril de 1994, após o consenso entre os seus membros a CNE propôs ao Presidente da República a realização das eleições gerais, presidências e legislativas nos dias 27 e 28 de Outubro do mesmo ano.<sup>688</sup> A proposta foi aprovada pelo Presidente da República, fixando aquelas datas para a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique.

No primeiro trimestre de 1994, pouco tempo depois da sua constituição, a CNE iniciou a discussão sobre a informatização do processo eleitoral. A FRELIMO defendia a informatização, porém, a RENAMO mostrou-se contra, receando a ocorrência de fraudes. Por isso, a RENAMO defendeu a contagem manual dos votos, considerando-a mais segura. Visando convencer a RENAMO a mudar a sua posição, no dia 2 de Abril de 1994, Brazão Mazula reuniu-se com Afonso Dhlakama a quem explicou sobre a informatização do processo eleitoral e dos respetivos mecanismos de controlo e de segurança. No final do encontro, Dhlakama mostrou-se aberto à informatização do processo eleitoral, afirmando que ninguém lhe tinha dado uma explicação esclarecedora e, por isso, assegurou que iria instruir o José de Castro, Vice-Presidente da CNE em representação da RENAMO no sentido de aprovar a proposta em sede do órgão eleitoral.<sup>689</sup> Na sequência da decisão de Dhlakama foi possível alcançar-se o consenso no seio da CNE permitindo a aprovação da proposta de informatização do processo eleitoral.

Em Julho do mesmo ano a CNE discutiu sobre a realização da votação dos cidadãos moçambicanos no estrangeiro. A FRELIMO era favorável ao voto dos cidadãos no estrangeiro, porém, a RENAMO era desfavorável porque acreditava que a votação nas representações diplomáticas de Moçambique no estrangeiro beneficiaria a FRELIMO. Perante a ausência do

---

<sup>687</sup> Entrevista, Brazão Mazula, 28 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>688</sup> *Savana*, «Eleições nos dias 27 e 28 de Outubro», 8 de Abril de 1994.

<sup>689</sup> Brazão Mazula, «As eleições moçambicanas: Uma trajectória da paz e da democracia», em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Coord. Brazão Mazula (Maputo: s/ed, 1995), 53-54.

consenso entre os membros da CNE sobre o assunto, no dia 20 de Julho de 1994, o órgão eleitoral emitiu o comunicado sobre a decisão de não permitir a votação dos cidadãos moçambicanos no estrangeiro, tendo este merecido a lamentação da FRELIMO.<sup>690</sup>

Portanto, poder-se concluir que a partilha do poder ao nível da CNE entre o governo liderado pela FRELIMO, a RENAMO e os partidos da oposição não armada materializada através da repartição das posições de liderança e do princípio do consenso na tomada de decisões contribuiu para que, por via da cooperação mútua, as partes acima referidas conseguissem deslocar-se de uma situação de divergência para uma posição de convergência sobre diferentes matérias importantes no contexto do processo eleitoral. Assim, a construção de convergências entre as partes desempenhou um papel importante para a credibilidade e respeitabilidade da CNE entre os atores políticos, em particular, e no seio da sociedade moçambicana, em geral. A credibilidade da CNE jogou um papel decisivo para o comprometimento das partes com o processo eleitoral e respetivos resultados.

## **6.6 O Governo de Unidade Nacional**

O recomeço da guerra em Angola, em 1992, após as primeiras eleições multipartidárias marcadas pela derrota da UNITA e do seu líder, Jonas Savimbi, levou ao surgimento de vozes no seio da comunidade internacional, particularmente entre os estados ocidentais, defendendo o estabelecimento de um governo de unidade nacional (GUN) em Moçambique, no período pós-eleitoral de modo a evitar que uma possível derrota da RENAMO conduzisse o país a um novo conflito armado. Os longos atrasos que se verificavam no processo de desmobilização, de desarmamento e de reintegração social dos ex-combatentes, a resistência de Afonso Dhlakama em fixar-se em Maputo, preferindo continuar em Marínguè e a apresentação de novas demandas durante o processo de implementação do AGP reforçaram os receios da comunidade internacional sobre a possibilidade do ressurgimento da guerra após a possível derrota eleitoral da RENAMO.

Portanto, a preocupação da comunidade internacional revelava a existência de dúvidas em relação ao grau de compromisso da RENAMO com a manutenção da paz num contexto de derrota eleitoral, conforme ilustra a seguinte constatação de Aldo Ajello durante a sua visita à sede das Nações Unidas, em Julho de 1993: «Algumas pessoas em Nova Iorque pensam que o modelo de

---

<sup>690</sup> Mazula, «As eleições moçambicanas...», 51-52.

democracia ocidental do tipo *winner-takes-all* é demasiado geométrico para África e algum tipo de compromisso pré-eleitoral sobre o poder é viável.»<sup>691</sup>

Entre os países ocidentais que defenderam a construção de um acordo pré-eleitoral para o estabelecimento do GUN após as eleições destacam-se os EUA que assumiram publicamente esta posição. Em 1993, George Moose, Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos declarou que «onde não há tradição de uma oposição leal é crucial assegurar que os derrotados continuam a ter um papel no processo democrático, caso contrário vão perder a fé e iniciar uma nova forma de tirania».<sup>692</sup> Deste modo, os EUA e outros governos ocidentais foram pressionando o governo da FRELIMO no sentido de construir um acordo pré-eleitoral com a RENAMO visando o estabelecimento do GUN. Em resposta à crescente pressão ocidental, em Janeiro de 1994, Joaquim Chissano considerou que a negociação de um acordo multipartidário pré-eleitoral para a formação do GUN seria uma distorção da democracia. Para Chissano competia ao partido vencedor das eleições a definição das ações visando assegurar a estabilidade e a unidade nacionais. Adicionalmente, Chissano sublinhou o seguinte: «Alguns observadores internacionais até parecem querer dizer que a democracia não serve em África. Outros parecem estar arrependidos por terem propalado a aceleração da implementação da democracia multipartidária.»<sup>693</sup> Deste modo, Chissano rejeitava a proposta de construção de um acordo pré-eleitoral para o estabelecimento do GUN.

Procurando tirar proveito da pressão da comunidade internacional sobre o governo da FRELIMO, a RENAMO começou a apresentar-se como um partido defensor da unidade e da reconciliação nacional, argumentando que em caso de vitória eleitoral chamaria à si a iniciativa de constituição do GUN. Assim, em Maio de 1994, Afonso Dhlakama convidou os partidos políticos da oposição não armada para uma reunião na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, durante a qual defendeu a constituição do GUN após as eleições, apresentando o seguinte argumento: «Todo e qualquer processo de reconciliação nacional envolve a constituição de um GUN e nasce da ideia de que aquilo que une as forças políticas que o compõem é muito mais forte do que aquilo que os separa...

---

<sup>691</sup> Richard Synge, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-1994* (Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 48.

<sup>692</sup> Chris Alden, «The UN and the resolution of conflict in Mozambique», *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 33, n.º 1 (1995):125.

<sup>693</sup> Savana, «Deve haver ou não compromisso sobre o governo de unidade nacional? Isso é pôr a charrua em frente dos bois, afirma o Presidente da República ao Savana», 21 de Janeiro de 1994.

Para mim não haverá distinção entre vencedores e vencidos e a melhor resposta é uma vez mais a constituição do GUN.»<sup>694</sup>

Como se pode constatar, o encontro com os partidos políticos da oposição não armada visava entre outros objetivos a captação do apoio à proposta de formação do GUN. Animada pelas posições dos governos ocidentais, a RENAMO intensificou a sua campanha pelo estabelecimento do GUN. Em Junho, Afonso Dhlakama realizou a sua primeira visita aos EUA onde manteve encontros com altas individualidades do Departamento de Estado, senadores e congressistas, tendo afirmado que iria estabelecer o GUN caso vencesse as eleições de modo a promover a reconciliação nacional.<sup>695</sup> Até aqui, Afonso Dhlakama evita falar sobre a necessidade de estabelecimento de um acordo pré-eleitoral com o governo liderado pela FRELIMO, limitando-se a chamar a si a iniciativa de formação do GUN. Aparentemente, este comportamento da RENAMO inseria-se no contexto da sua estratégia visando afirmar-se como um partido aglutinador, acima de interesses partidários, procurando, assim, captar o apoio de todos os setores da sociedade moçambicana vis-à-vis as eleições que se aproximavam e ao mesmo tempo pressionar discretamente o governo para o estabelecimento do GUN.

O segundo semestre de 1994 foi particularmente marcado pela intensificação da pressão dos governos ocidentais sobre o governo moçambicano tendo em vista o acordo pré-eleitoral para o estabelecimento do GUN. Por exemplo, em Julho, Dennis Jett, Embaixador americano em Maputo colocou, publicamente, o seguinte questionamento: «A estabilidade é assegurada através de arranjos necessários para a partilha de poder ou a estabilidade é ameaçada por aqueles que somente querem acumular o poder?»<sup>696</sup> Em Agosto, Boutros Boutros-Ghali apresentou o seu relatório sobre a ONUMOZ ao Conselho de Segurança da ONU, manifestando uma posição favorável à conclusão do acordo pré-eleitoral para o estabelecimento do GUN. Boutros-Ghali sublinhou que «tal arranjo poderia facilitar o estabelecimento de um governo que poderia assegurar a consolidação da paz, estabilidade política e a reconciliação nacional.»<sup>697</sup>

---

<sup>694</sup> Discurso de Afonso Dhlakama no encontro dos partidos políticos, em Xai-Xai, 26 de Maio de 1994, em *Savana*, 27 de Maio de 1994.

<sup>695</sup> Comunicado da RENAMO, «Viagem do Senhor Presidente Afonso Dhlakama aos EUA», 8 de Junho de 1994, em *Savana*, 10 de Junho de 1994.

<sup>696</sup> Richard Syge, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-1994* (Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 124.

<sup>697</sup> Further Report of the Secretary-General on ONUMOZ, S/1994/1002, 26 August 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction by Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 257.

Tendo constatado a existência de um forte apoio da comunidade internacional ao estabelecimento do GUN, no segundo semestre de 1994, Afonso Dhlakama começou a exigir o estabelecimento do acordo pré-eleitoral para a partilha do poder político. Para a RENAMO a materialização da partilha do poder executivo representaria uma importante vitória política, podendo contribuir para legitimação da sua luta. Igualmente, ao defender a formação do GUN a RENAMO pretendia evitar a sua marginalização política em caso de derrota eleitoral. Através do GUN a RENAMO procurava encontrar o mecanismo que pudesse minimizar os efeitos políticos de uma possível derrota nas eleições.

A pressão crescente da comunidade internacional para a formação do GUN aumentou as desconfianças das autoridades moçambicanas e das elites dirigentes da FRELIMO que viam a proposta de partilha de poder como parte de esforços com vista à fragilização e o desaparecimento do partido.<sup>698</sup> Neste contexto, durante o encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, realizado em Setembro de 1994, o Presidente moçambicano rejeitou a exigência do acordo prévio sobre o GUN, a indicação do segundo candidato presidencial mais votado para o cargo de Vice-Presidente e a nomeação de membros da RENAMO para o cargo de governador nas províncias onde aquele partido conquistasse o maior número de votos. Por um lado, a posição de Joaquim Chissano refletia o seu otimismo e do seu partido em relação à conquista da vitória nas eleições. Por outro lado, a rejeição do GUN inseria-se no contexto do interesse da FRELIMO em manter a sua hegemonia política no país. Porém, é importante sublinhar que Joaquim Chissano aceitou a criação de um estatuto especial para a oposição.<sup>699</sup> Aparentemente, à medida que as eleições se aproximavam o interesse da RENAMO pelo GUN crescia, evidenciando as suas incertezas em relação ao resultado eleitoral enquanto a FRELIMO revelava-se mais confiante na vitória.

Durante a abertura da campanha eleitoral, em Setembro, Joaquim Chissano reafirmou a rejeição da proposta de GUN, declarando o seguinte: «O governo que sair das próximas eleições deve unir os moçambicanos, um governo que sirva realmente o país, que procure dialogar permanentemente com a oposição de modo a assegurar a sua participação no processo de tomada de decisões através da Assembleia da República.»<sup>700</sup> No contexto da rejeição do GUN proposto pela comunidade internacional e defendido pela RENAMO, em finais de Setembro, a FRELIMO emitiu a seguinte declaração: «Não podemos imaginar que novas formas vai revestir a tentativa de impor um

---

<sup>698</sup> Sérgio Vieira, *Participei, Por Isso Testemunho* (Maputo: Ndjira, 2011), 704.

<sup>699</sup> Richard Syge, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-1994* (Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 126.

<sup>700</sup> *Notícias*, «Discursando ontem nas Nações Unidas, Mocumbi apela ao mundo que não renegoceie AGP», 5 de Outubro de 1994.



governo à revelia das eleições, não sufragado pelo povo, manietado por divisões internas e incapacitado de realizar um programa por ter no seu seio opositores à sua implementação.»<sup>701</sup>

No âmbito da campanha do governo visando desmobilizar a pressão internacional para o estabelecimento do GUN, Pascoal Mocumbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse na 49ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, no princípio de Outubro de 1994, que as autoridades moçambicanas e a FRELIMO defendiam que o partido vencedor das eleições deveria formar um executivo que, considerando os altos interesses da nação seleccionasse indivíduos competentes, independentemente da sua filiação partidária de modo a preservar a paz e a estabilidade no país.<sup>702</sup> Na mesma ocasião, Mocumbi sublinhou que a comunidade internacional e os signatários do AGP não deviam desviar-se dos princípios legais e políticos do acordo de paz. Mocumbi apelou a comunidade internacional no sentido de encorajar as partes signatárias do AGP a implementá-lo. À margem da Assembleia Geral da ONU, Pascoal Mocumbi reuniu-se com Boutros-Ghali com quem abordou a questão do processo de paz em Moçambique. Durante o encontro, o Secretário-geral da ONU rejeitou a ideia de que pudesse estar a pressionar o governo moçambicano a assinar um acordo prévio sobre o GUN.<sup>703</sup>

Durante a cimeira dos países da Linha da Frente que teve lugar no dia 25 de Outubro, em Harare, os chefes de Estado emitiram um comunicado rejeitando categoricamente a imposição de qualquer forma de governo em Moçambique vinda do exterior, apelando a comunidade internacional a prevenir e condenar em termos firmes quaisquer interferências externas que pudessem comprometer a aplicação do AGP. Tratava-se de uma importante vitória diplomática do governo e da FRELIMO conforme ilustra a seguinte declaração de Chissano: «eu penso que valeu a pena termos esta cimeira visto que os países da Linha da Frente tomaram uma posição muito clara quanto áquilo que eles esperam destas eleições em Moçambique.»<sup>704</sup> Neste contexto, a RENAMO ficou significativamente enfraquecida em relação à sua intenção de ver estabelecido o GUN em Moçambique.

A partir de Outubro 1994 a comunidade internacional abrandou a pressão sobre o governo da FRELIMO para o estabelecimento do GUN. Por um lado, este facto resultava da campanha

---

<sup>701</sup> *Notícias*, «Futuro executivo deve receber do povo mandato para governar, considera a FRELIMO, reagindo às declarações de Dhlakama sobre o assunto», 1 de Outubro de 1994.

<sup>702</sup> *Notícias*, «Discursando ontem nas Nações Unidas, Mocumbi apela ao mundo que não renegoceie AGP», 5 de Outubro de 1994.

<sup>703</sup> *Notícias*, «Ghali rejeita pressão ao governo sobre GUN», 5 de Outubro de 1994.

<sup>704</sup> *Notícias*, «Futuro governo moçambicano não deve ser imposto de fora: defende Linha da Frente, reunida ontem em Harare», 26 de Outubro de 1994.

diplomática empreendida pelo governo conforme foi acima demonstrado. Por outro lado, era consequência da estratégia adotada pela FRELIMO durante a campanha eleitoral centrada na seguinte mensagem de Joaquim Chissano dirigida à RENAMO e à comunidade internacional: «O meu partido e eu próprio, após a vitória, garantiremos o espaço institucional para que a oposição se afirme no quadro da democracia e se sinta participante no processo de elaboração das decisões fundamentais do Estado e do controlo da ação executiva ao nível da Assembleia da República.»<sup>705</sup> Durante a campanha eleitoral a FRELIMO sublinhou que o futuro governo seria constituído por homens e mulheres competentes que não tinham que ser necessariamente todos do partido que vencesse as eleições. De algum modo, esta mensagem constituiu-se como resposta às preocupações que tinham levado a comunidade internacional a propor o GUN. Dada a disponibilidade manifestada pelo governo da FRELIMO no sentido de não marginalizar a oposição após as eleições e de assegurar a sua participação ativa na vida política do país, a comunidade internacional abandonou ou pelo menos abrandou as exigências de estabelecimento do GUN.

A rejeição da proposta do GUN resultava das seguintes razões: primeiro, a FRELIMO estava otimista em relação a vitória eleitoral. Não tendo sido possível a derrota militar da RENAMO, a vitória eleitoral da FRELIMO teria um enorme significado simbólico e político. Segundo, para a FRELIMO a aceitação do GUN representaria o reconhecimento da legitimidade política da RENAMO e da sua luta algo que o partido governamental pretendia evitar. Em resultado do otimismo em relação a uma vitória eleitoral inequívoca a FRELIMO defendeu de forma inegociável a posição segundo a qual cabia ao vencedor das eleições constituir o governo.

Perante a rejeição permanente do GUN pelo governo da FRELIMO, constatando que a pressão da comunidade internacional não tinha conseguido incentivar o partido governamental a aceitar a partilha do poder e, considerando que durante a campanha eleitoral, Joaquim Chissano assumira o compromisso de constituir um governo com a missão de garantir a estabilidade política, integrando indivíduos competentes independentemente da sua filiação partidária, a RENAMO e o seu líder viram-se obrigados a frear a exigência de partilha de poder, passando a preocupar-se somente com a conquista do poder por via eleitoral. Igualmente, a aproximação da data da realização das eleições contribuiu para que a RENAMO freasse a exigência do acordo prévio para o estabelecimento do GUN. Com o início da campanha eleitoral, em Setembro de 1994, a insistência na exigência do GUN entraria em contradição com a mensagem e estratégia eleitorais

---

<sup>705</sup> *Notícias*, Futuro executivo deve receber do povo mandato para governar, considera a FRELIMO, reagindo às declarações de Dhlakama sobre o assunto», 1 de Outubro de 1994.

da RENAMO que passavam pela sua apresentação como o fator da democracia em Moçambique. Por isso, a RENAMO deixou de privilegiar a exigência do acordo sobre o GUN. Esta leitura permite compreender que nesta fase do processo de paz e de transição democrática em Moçambique a RENAMO e o seu líder tinham o otimismo em relação aos resultados do processo eleitoral sem o qual não teria sido possível a sua moderação, conforme ilustra a seguinte declaração de Mateus Ngonhamo, dirigente militar da RENAMO: «a RENAMO acreditava que podia sim ganhar as eleições. Se não acreditasse não ia às eleições.»<sup>706</sup> Idêntica convicção foi manifestada por outros dirigentes da RENAMO entrevistados no âmbito deste trabalho.

Para a cristalização do otimismo da RENAMO contribuiu o processo de cooperação com o governo liderado pela FRELIMO, resultando em concessões mútuas em diferentes assuntos em relação aos quais as partes inicialmente divergiam, dando origem a entendimentos que ajudaram a resolver o problema do cometimento credível. Deste modo cimentou-se a confiança entre os ex-contendores. As seguintes declarações de Raúl Domingos ilustram como o processo de cooperação contribuiu para a elevação dos níveis de confiança da RENAMO em relação ao governo e ao processo de implementação do AGP:

[...] Acreditávamos efetivamente que o diálogo era um instrumento, até porque tínhamos provas disso. Depois de cerca de 16 anos de luta chegamos a um entendimento por via do diálogo. Acreditávamos no diálogo, por isso, sempre houve esta tolerância colocando o diálogo como um instrumento de resolução de qualquer diferença. O próprio AGP era a nossa crença porque antes deste acordo haviam dúvidas sobre a possibilidade de um entendimento. Assim, houve muitos impasses que nos levaram a voltar para trás e depois retomar. Alcançado o AGP tínhamos uma prova de que o diálogo era capaz de resolver as diferenças que poderiam continuar a existir. Tanto é assim que o próprio acordo recomendava que para se alcançar um acordo duradouro devíamos ter em conta o diálogo permanente entre as forças ora beligerantes e tomar a reconciliação como um instrumento para a manutenção da paz [...] <sup>707</sup>

## **6.7 As Primeiras Eleições Multipartidárias, 1994: Preservando a Paz e a Democracia**

### **6.7.1 A Campanha Eleitoral**

No dia 22 de Setembro de 1994 arrancou a campanha eleitoral que estendeu-se até 24 de Outubro do mesmo ano. A RENAMO e o seu líder iniciaram a campanha em Quelimane, província da Zambézia, manifestando o otimismo em relação a vitória conforme ilustram as declarações de

---

<sup>706</sup> Entrevista, Mateus Ngonhamo, 4 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>707</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

Afonso Dhlakama quando se dirigia à população presente no seu comício: «...Estou muito satisfeito. O voto já está. A minha vitória já chegou. Em Quelimane já ganhei...»<sup>708</sup> A mensagem dominante na campanha da RENAMO e do seu líder foi, por um lado, o combate ao marxismo-leninismo, às aldeias comunais e às guias de marcha, e por outro lado, a promessa da liberdade, nomeadamente religiosa, familiar, entre outras e a valorização da cultura moçambicana. A RENAMO e o seu líder apresentaram-se quase, invariavelmente como os progenitores da democracia em Moçambique conforme ilustra a seguinte declaração de Dhlakama durante um dos comícios no âmbito da campanha eleitoral: «...O meu partido é que trouxe a democracia. O meu partido é que trouxe a liberdade. O meu partido é que trouxe a justiça. O meu partido é que trouxe toda a liberdade e o respeito à cultura e à tradição. Foi a RENAMO, através da sua luta que obrigou a FRELIMO a acabar as aldeias comunais...»<sup>709</sup>

Durante a campanha eleitoral, Afonso Dhlakama procurou, em algumas ocasiões, instrumentalizar as identidades e diferenças étnicas para a obtenção de vantagens eleitorais. Por exemplo, no dia 30 de Setembro, no distrito de Gilé, província da Zambézia, Afonso Dhlakama afirmou o seguinte:

[...] Vamos reconhecer os grupos étnicos. Aqui vocês são lómuês. Dizer isso é tribalismo? Não. Vocês têm a sua tradição, nós não vamos dizer: Ah! Este grupo não é civilizado, vamos obrigar a vocês a aprenderem isto ou aquilo. Os macuas neste país nunca foram bem respeitados. Mas com o governo da RENAMO os macuas serão bem protegidos. Quero ganhar as eleições, vamos mudar, o povo deve sentir que houve uma mudança. O governador da Zambézia vai ser um zambeziano. Ele não irá estranhar. Nas empresas públicas não há zambezianos. Isto significa tribalismo? É preciso que a gente reconheça uma boa distribuição de poderes [...] <sup>710</sup>

Continuando a exploração das etnicidades, no dia 3 de Outubro, no distrito de Angoche, província de Nampula, Dhlakama afirmou o seguinte: «já chegou o momento para vocês macuas gozarem a vossa liberdade que a FRELIMO nunca considerou», sublinhando que nos últimos anos o partido no poder desprezou a cultura dos macuas.<sup>711</sup> Dhlakama reiterou que em caso de vitória nas eleições o governador da província de Nampula e os administradores seriam de origem macua de modo a evitar a nomeação de pessoas pertencentes a outros grupos étnicos que os escravizavam. Igualmente, acusou a FRELIMO de classificar o *emacua* como sendo a língua de quem não é gente.<sup>712</sup> No distrito de Mutarara, em Tete, Afonso Dhlakama, acusou Chissano de ter ordenado a

---

<sup>708</sup> Retrospectiva: Campanha Eleitoral de Afonso Dhlakama, 18 de Novembro de 1994, Televisão de Moçambique (TVM)

<sup>709</sup> *Idem*

<sup>710</sup> Michel Cahen, *Os Outros: Um Historiador em Moçambique, 1994* (Basel: P.Schlettwein Publishing, 2004), 15.

<sup>711</sup> *Notícias*, «Chegou o momento de gozarem a liberdade, diz Dhlakama em Nampula», 4 de Outubro de 1994.

<sup>712</sup> Michel Cahen, *Os Outros: Um Historiador em Moçambique, 1994* (Basel: P.Schlettwein Publishing, 2004), 32 e 33.

morte de milhares de crianças com a cumplicidade da força aérea zimbabwiana, destacando que um dia o povo sena pedir-lhe-ia contas. Mais uma vez, Dhlakama tentava, por um lado, instrumentalizar as etnicidades e por outro lado, responder às acusações da FRELIMO e do seu candidato presidencial segundo as quais a RENAMO era responsável pelas mortes, miséria e destruição do país. É neste contexto que, em Manica, Dhakama prometeu apresentar as provas de que a FRELIMO matou muita gente durante a guerra.

Entretanto, em Cabo Delgado onde corriam rumores segundo os quais Dhlakama entendia que os macondes tinham origens angolanas e, por isso, pretendia expulsá-los de volta à Angola em caso de vitória eleitoral, o líder da RENAMO abandonou o apelo étnico, autointitulando-se como um nacionalista e defensor da unidade de todos os moçambicanos, sublinhando o seguinte: «... O Dhlakama é nacionalista. Lutei para libertar toda a população de Moçambique sem nenhuma discriminação. Sou democrata e quero ganhar as eleições através de um voto livre...».<sup>713</sup> Dhlakama afirmou que os rumores acima referidos eram uma propaganda de Chissano. Como se pode constatar, na Zambézia, Nampula e em Tete, o líder da RENAMO tentou instrumentalizar as diferenças étnicas, porém, em outras províncias como Cabo Delgado, no norte e no sul do país, Dhlakama distanciou-se da manipulação das identidades étnicas, apresentando-se com um discurso que se pretendia de aglutinação nacional. É de assinalar aqui o facto de Dhlakama ter refutado a intenção de expulsar os changanas para a África do Sul, afirmando que foi mal interpretado pois estava apenas a responder às provocações da FRELIMO e do seu candidato presidencial.<sup>714</sup>

Embora tenha havido um considerável recurso ao apelo às identidades étnicas a campanha eleitoral não pode ser descrita como tendo sido dominada por tais apelos.<sup>715</sup> Como se pode constatar do exposto acima, os argumentos e apelos às identidades étnicas foram marginalmente utilizados pela RENAMO e por outros partidos concorrentes.<sup>716</sup> Isto é, durante a campanha eleitoral, a RENAMO e outros partidos políticos não levaram a cabo ações sistemáticas de apelo às identidades étnicas no país.<sup>717</sup> As vezes em que tais apelos tiveram lugar foram feitos de forma

---

<sup>713</sup> Retrospectiva: Campanha Eleitoral de Afonso Dhlakama, 18 de Novembro de 1994, Televisão de Moçambique (TVM)

<sup>714</sup> *Idem.*

<sup>715</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000*, (London: Praeger, 2002), 148.

<sup>716</sup> Luís de Brito, «O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique», em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, coord. Brazão Mazula (Maputo: s/ed, 1995), 495.

<sup>717</sup> Segundo Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000*, (London: Praeger, 2002), 148, a RENAMO foi o partido que fez mais apelos às identidades étnicas durante a campanha eleitoral para as primeiras eleições multipartidárias de 1994.

dispersa, assistemática e contraditória. Ao mesmo tempo que se fazia o apelo étnico fazia-se, igualmente, o apelo à unidade nacional o que à partida pode ter impedido a ativação do sentimento étnico.

Durante a campanha eleitoral, Afonso Dhlakama afirmou repetidas vezes que a RENAMO não tinha a intenção de regressar à guerra. Entretanto, não raras vezes levantou as acusações de estarem em curso ações de preparação de fraudes eleitorais em benefício da FRELIMO. À sua chegada em Nampula, Dhlakama disse aos jornalistas que os brasileiros que trabalhavam na sondagem do eleitorado do partido FRELIMO estavam a comprar cartões de eleitores, principalmente aos membros da RENAMO para não poderem votar no seu partido, sublinhando que «isto é uma forma de preparar a fraude para as eleições.»<sup>718</sup> Em Nametil, distrito de Mogovolas, província de Nampula, o helicóptero que transportava Afonso Dhlakama foi apedrejado por alguns populares no final do seu comício, facto que irritou o líder da RENAMO, levando-o a afirmar que tinha a capacidade para «fazer voar tudo em menos de 24 horas.»<sup>719</sup> Esta afirmação preocupou a todos que trabalhavam para a paz em Moçambique, tendo levado Joaquim Chissano a apelar à calma de Afonso Dhlakama.<sup>720</sup>

Entretanto, à medida que a campanha eleitoral se desenrolava e impressionado com a elevada participação popular nos seus comícios, Afonso Dhlakama e a RENAMO começaram a assumir-se como vencedores antecipados, afirmando que só a fraude eleitoral impediria a sua vitória. Durante a campanha em Lichinga, província de Niassa, o líder da RENAMO voltou a queixar-se da alegada preparação da fraude eleitoral, afirmando que não iria aceitar os resultados eleitorais ainda que a comunidade internacional considerasse as eleições como tendo sido livres e justas. Igualmente, Dhlakama sublinhou que os que não o levassem a sério não sabiam o que aconteceria depois das eleições, todavia, descartando o recurso à violência. O discurso de Dhlakama denunciava, por um lado, os receios em relação à derrota e por outro revelava a necessidade de buscar uma justificação para a eventualidade de derrota de modo a não perder a face. Igualmente, não é de excluir a ideia de que o discurso da RENAMO centrado na fraude visava manter aberta a possibilidade do GUN como solução para o período pós-eleitoral em caso da sua derrota nas eleições.

---

<sup>718</sup> *Notícias*, «Chegou o momento de gozarem a liberdade, diz Dhlakama em Nampula», 4 de Outubro de 1994.

<sup>719</sup> *Notícias*, «Decorridos treze dias, incidentes mancham campanha eleitoral», 5 de Outubro de 1994.

<sup>720</sup> *Notícias*, «Joaquim Chissano apela à calma e tranquilidade: candidato da FRELIMO inicia maratona eleitoral no centro do país», 6 de Outubro de 1994.

A FRELIMO e o seu candidato realizaram a campanha eleitoral confiantes na vitória como atestam as repetidas rejeições à proposta de um entendimento prévio para o estabelecimento do GUN. Durante a campanha a FRELIMO apresentou-se como o partido da unidade nacional alicerçada na sua experiência de luta pela independência. A FRELIMO responsabilizou a RENAMO pelas mortes, destruição de infraestruturas económicas e sociais do país e pela miséria que afetava grande parte da população como atestam as seguintes declarações de Chissano no comício dirigido na cidade de Quelimane: «A RENAMO andou a atacar a população e a destruir lojas... Todos conhecemos os problemas e ele (Afonso Dhlakama) também conhece os problemas e as dificuldades do nosso povo.»<sup>721</sup>

A campanha de Joaquim Chissano em Quelimane coincidiu com a presença de Afonso Dhlakama na mesma cidade. Na residência onde o Presidente da República estava hospedado foi descoberto um engenho que se presumia ser uma bomba. Esta situação gerou uma elevada tensão como era de esperar, particularmente no contexto de campanha eleitoral. Posteriormente, viria a concluir-se que o engenho suspeito não era uma bomba. Entretanto, outros incidentes marcaram a campanha eleitoral. Na capital do país um grupo de elementos da RENAMO invadiu, repentinamente a sede da FRELIMO com o propósito de convidar os que lá se encontravam para participar numa manifestação em comemoração do 4 de Outubro. Entretanto, os elementos da FRELIMO lá presentes entenderam o ato como uma provocação, gerando-se um ambiente de confusão. Na cidade de Chókwè, em Gaza, simpatizantes e militantes da FRELIMO inviabilizaram uma manifestação de elementos da RENAMO inserida no programa de campanha deste partido. Segundo o jornal «Notícias», cerca de 400 simpatizantes da RENAMO viram a sua marcha interrompida por um grupo que atirava pedras, tendo ferido os manifestantes.<sup>722</sup> Nas regiões sob influência da RENAMO foram registadas ameaças e casos de violência contra os militantes e simpatizantes da FRELIMO.<sup>723</sup>

No final da campanha eleitoral intensificou-se a tensão entre as partes e aumentaram os receios destas sobre possíveis manipulações eleitorais. No dia 25 de Outubro de 1994, a RENAMO, através do seu porta-voz, Rahil Khan, tornou pública a posição segundo a qual ainda não estavam criadas as condições para a realização de eleições livres, justas e democráticas, alegando a existência de deficiências na emissão dos cartões de recenseamento e de excesso de boletins de

---

<sup>721</sup> *Notícias*, «Em Quelimane, Chissano cantou, dançou e pediu votos... chegou a Maputo e foi acolhido em festa», 4 de Outubro de 1994.

<sup>722</sup> *Notícias*, «Decorridos treze dias, incidentes mancham campanha eleitoral», 5 de Outubro de 1994.

<sup>723</sup> Richard Syngé, *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-1994* (Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997), 128.

voto. A RENAMO informou que tinha solicitado um encontro com a CNE sobre o assunto, sublinhando, porém, que apesar das irregularidades não abandonaria a corrida eleitoral. Este gesto da RENAMO resultava, por um lado, da incerteza em relação ao resultado eleitoral, e por outro lado, da sua preocupação em buscar uma justificação para uma eventual derrota eleitoral, evitando a descredibilização política do partido. No mesmo período, o governo, através de Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, confirmou a existência de rumores segundo os quais existia uma operação para manipular os resultados eleitorais através do computador para que nenhum dos partidos concorrentes obtivesse a maioria parlamentar. Hunguana disse que em círculos ligados à própria ONUMOZ ouvia-se dizer que as indicações apontavam para 1/3 para a FRELIMO, 1/3 para a RENAMO e 1/3 para os partidos não armados. De acordo com o governo, o objetivo principal era neutralizar a FRELIMO a partir dos resultados das eleições.<sup>724</sup> Este posicionamento do governo era resultante das relações tensas que existiam entre este e a comunidade internacional, particularmente com a ONUMOZ. A insistência da comunidade internacional no estabelecimento do acordo pré-eleitoral para a criação do GUN contribuiu para o aumento das desconfianças do governo em relação às suas intenções em Moçambique. No seio da FRELIMO avolumou-se a percepção de que a pressão para o estabelecimento do GUN revelava a intenção da comunidade internacional favorecer a RENAMO em detrimento do partido no poder.

Portanto, enquanto a RENAMO receava a ocorrência de fraudes eleitorais engendradas pelo governo da FRELIMO, o partido no poder receava que a ONUMOZ (comunidade internacional) manipulasse os resultados eleitorais em benefício do partido de Afonso Dhlakama. Entretanto, apesar dos rumores acima referidos a FRELIMO mostrou-se confiante e otimista em relação aos resultados eleitorais conforme ilustra a seguinte declaração de Mariano Matsinha, chefe do Gabinete Eleitoral da FRELIMO, no dia 28 de Setembro de 1994: «Estamos a contar com uma vitória entre os 60% e 66%.»<sup>725</sup> Por sua vez, a RENAMO mostrava-se otimista em relação aos resultados eleitorais, porém, menos confiante na vitória como atesta a seguinte declaração de Vicente Ululu, Secretário-geral do partido, na véspera da realização das eleições: «se ganharmos vamos formar um governo. Temos pessoas preparadas para isso. Se perdermos esperamos mesmo, assim, uma boa representatividade no Parlamento.»<sup>726</sup>

---

<sup>724</sup> *Notícias*, «O país na véspera das eleições: 6,4 milhões de cidadãos vão amanhã e depois às urnas eleger os seus dirigentes», 26 de Outubro de 1994.

<sup>725</sup> Paul Fauvet e Marcelo Mosse, *É Proibido Pôr Algemas nas Palavras: Uma Biografia de Carlos Cardoso* (Lisboa: Editorial Caminho, 2004), 390.

<sup>726</sup> *Notícias*, «Cabo Delgado, Ululu garante que a RENAMO vai aceitar os resultados», 27 de Outubro de 1994.



## 6.7.2 O Súbito Boicote Eleitoral da RENAMO: Dos Receios da Guerra à Proclamação e Aceitação dos Resultados Eleitorais

Quando faltavam 48 horas para o início da votação, os líderes dos países da Linha da Frente, nomeadamente, África do Sul, Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, reuniram-se, em Harare, numa cimeira com o objetivo de discutir os últimos desenvolvimentos relativos ao processo de democratização em Moçambique, com particular enfoque para a realização das primeiras eleições multipartidárias que teriam lugar nos dias 27 e 28 de Outubro de 1994. Joaquim Chissano participou do encontro em representação do Estado moçambicano, levando consigo a informação circunstanciada sobre os preparativos das eleições. Tratava-se de uma reunião de elevada importância para o governo da FRELIMO conforme atesta a seguinte declaração de Joaquim Chissano quando partia rumo à Harare:

[...] Este é um encontro que nós sempre desejamos ter antes das eleições para darmos a conhecer o ponto de situação em Moçambique sobre os preparativos das eleições porque queremos que a coordenação política nos países da Linha da Frente continue, portanto, eles devem ter a capacidade de seguir e acompanhar o que se passa no nosso país. Temos estado a informar unilateralmente e bilateralmente a vários chefes de Estado e chegou-se a conclusão que seria bom termos uma reunião para uma informação geral [...] <sup>727</sup>

Afonso Dhlakama, acompanhado por Raúl Domingos descolou-se à Harare, na noite do dia 24 de Outubro, onde ia manter um encontro com Robert Mugabe antes da cimeira da Linha da Frente. De acordo com as declarações de Afonso Dhlakama na véspera da sua deslocação, no encontro com Mugabe seriam abordadas as questões sobre as eleições em Moçambique, tendo, igualmente, acrescentando o seguinte:

[...] Como sabem o processo de eleições é muito importante na região, daí que vamos abordar com ele as questões relacionadas com esta matéria. A minha reunião estava marcada para amanhã (25 de Outubro de 1994) mas o Presidente Mugabe enviou-me uma mensagem a dizer que preferia que eu fosse hoje (24 de Outubro de 1994) antes da cimeira dos chefes de Estado começar [...] <sup>728</sup>

Uma vez em Harare, Afonso Dhlakama foi alojado, mantendo-se a espera da realização do encontro com Robert Mugabe com a convicção de que participaria da cimeira dos líderes dos países da Linha da Frente, algo que não aconteceu, conforme refere Raúl Domingos:

[...] Na véspera das eleições houve uma reunião da chamada Linha da Frente no Zimbabwe. Nós fomos convidados a participar desta reunião. Chegados no Zimbabwe fomos levados ao *State*

---

<sup>727</sup> *Notícias*, «Hoje, em Harare, Linha da Frente discute processo eleitoral no país», 25 de Outubro de 1994.

<sup>728</sup> *Idem*.

*House*, o palácio de Mugabe, numa casa de hóspedes e fomos servidos bebida e comida e ficamos ali todo o tempo à espera e só fomos levados dali para o local da reunião quando a reunião já tinha terminado para sermos informados que a Linha da Frente reuniu-se e concluiu que as partes deviam aceitar os resultados, seja quais forem [...] <sup>729</sup>

Após o encerramento da cimeira dos líderes dos países da Linha da Frente, Afonso Dhlakama recebeu a informação contida no comunicado final resultante da cimeira, segundo o qual:

[...] A cimeira considera que estão criadas as condições fundamentais para a realização de eleições livres e justas. A cimeira apela as partes a respeitarem os resultados eleitorais uma vez declarados livres e justos e reafirma o compromisso dos estados da África austral de aceitar a decisão do povo moçambicano nas eleições. A cimeira manifesta o seu firme cometimento em apoiar o governo que resultar das eleições e em explorar os recursos da região para a consolidação da ordem democrática, paz, estabilidade e prosperidade do povo moçambicano. A cimeira decidiu continuar a monitorar a situação em Moçambique e está pronta para levar a cabo as ações apropriadas em tempo útil se assim a situação o exigir [...] <sup>730</sup>

Por um lado, Afonso Dhlakama interpretou o comunicado final da cimeira dos líderes dos países da Linha da Frente como uma ameaça à RENAMO com o objetivo de obrigá-la a aceitar qualquer resultado eleitoral e, por outro lado, como um gesto de favorecimento à FRELIMO – o partido governamental. Esta situação não só enfureceu Afonso Dhlakama como também fortaleceu a incerteza e as suspeitas de fraude eleitoral no seio da RENAMO, conforme evidencia o seguinte testemunho de Raúl Domingos:

[...] Nós não participamos da reunião. Afinal de contas chamaram-nos para nos ameaçarem como quem diz nós nos reunimos e se vocês não aceitarem os resultados a linha da frente estará do lado da FRELIMO para vos combater. Então, para a RENAMO aquela atitude foi um indicador de que a fraude já estava preparada e o vencedor seria a FRELIMO e a RENAMO estava sendo chamada à atenção para aceitar o resultado. Voltamos desta reunião e o Presidente da RENAMO estava muito chateado porque não participou em reunião nenhuma e foi apenas chamado para o Zimbabwe para ser dito que o senhor tem que aceitar o resultado. Então ele (Dhlakama) disse a fraude já está montada. Então não vale a pena ir às eleições se já se sabe quem é o vencedor, porquê ir às eleições? [...] <sup>731</sup>

Durante a sua estadia em Harare, Afonso Dhlakama manifestou o interesse em manter um encontro com Joaquim Chissano. Aliás, Raúl Domingos desdobrou-se em esforços no Zimbabwe

---

<sup>729</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

<sup>730</sup> Final Communiqué of the Summit Meeting of the Frontline States Held in Harare, Zimbabwe, Tuesday, 25 October, 1994.

<sup>731</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo.

visando a materialização do encontro entre o líder da RENAMO e o Presidente moçambicano. Entretanto, Joaquim Chissano afastou qualquer possibilidade de realização de um encontro com o líder da RENAMO. Parece certo que na véspera das eleições um encontro com Dhlakama revelava-se inoportuno para Chissano e para a FRELIMO que estavam otimistas em relação a vitória eleitoral. Eventualmente, o encontro entre os dois líderes beneficiaria a imagem da RENAMO e do seu candidato presidencial do que a FRELIMO e o seu candidato presidencial. Igualmente, a rejeição do encontro com Dhlakama visava evitar a alimentação do debate à volta do estabelecimento do GUN - uma exigência do líder da RENAMO. O facto de Joaquim Chissano ter afastado a possibilidade de realização de um encontro com Afonso Dhlakama reforçou os receios de marginalização e de insegurança da RENAMO em relação à situação política pós-eleitoral. Isto é, a posição de Chissano fez renascer na RENAMO as dúvidas sobre o cometimento credível da FRELIMO e do seu líder sobretudo no período pós-eleitoral. Assim, e contra a expectativa de muitos que acompanhavam o processo de paz em Moçambique, no dia 27 de Outubro, à última hora, Afonso Dhlakama anunciou a sua retirada e da RENAMO da corrida eleitoral, acrescentando que não iria reconhecer os resultados eleitorais que seriam anunciados pela CNE. Todavia, Dhlakama assegurou que não regressaria à guerra. Para a justificação da sua decisão a RENAMO alegou a existência de um conjunto de irregularidades que colocavam em causa o processo. Porém, o facto é que na origem da desistência estava o comunicado da cimeira dos líderes dos países da Linha da Frente que gerou desconfianças profundas no seio da RENAMO em relação ao processo eleitoral, cristalizando-se a ideia de existência de uma fraude preparada em benefício da FRELIMO.<sup>732</sup>

O receio de uma derrota que empurrasse a RENAMO à condição de marginalidade política no período pós-eleitoral e a necessidade de ver estabelecido um acordo visando o estabelecimento do GUN contribuíram para a decisão de Afonso Dhlakama. Segundo Giovanni Carbone, a liderança da RENAMO é profundamente personalizada e o partido tem uma organização muito fraca.<sup>733</sup> Esta constatação ajuda a explicar a tomada de uma decisão política de elevada importância para a RENAMO, contudo, sem a realização de uma discussão ao nível dos órgãos do partido com a competência para a análise de matérias fundamentais como era o caso. Portanto, o carácter pessoalizado da liderança da RENAMO e a sua fraca organização permitiram que Afonso Dhlakama tomasse aquela decisão profundamente influenciada pelo seu estado emocional após a

---

<sup>732</sup> Retrospectiva: Campanha Eleitoral de Afonso Dhlakama, 18 de Novembro de 1994, Televisão de Moçambique (TVM)

<sup>733</sup> Giovanni Carbone, «Continuidade na renovação? tens years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the FRELIMO-RENAMO party system», *The Journal of Modern African Studies*, Vol.43, n.º3 (2005).

cimeira de Harare, porém, sem avaliar devidamente as consequências políticas que dela podiam resultar. Contudo, não é de excluir a ideia segundo a qual, através do boicote eleitoral Afonso Dhlakama esperava, igualmente, mobilizar a comunidade internacional no sentido de pressionar o governo e a FRELIMO para a abertura da possibilidade de partilha de poder no período pós-eleitoral em caso de derrota da RENAMO.

Ao boicote da RENAMO aderiram outros partidos políticos, nomeadamente, o PCN, a UNAMO e a União Democrática. Ao mesmo tempo que afirmava repetidas vezes que a RENAMO não regressaria à guerra, Afonso Dhlakama apresentava a sua decisão como sendo a expressão da vontade do povo que o apoiava.<sup>734</sup> Tratava-se de um esforço de procura de legitimação da posição do seu partido. Igualmente, Afonso Dhlakama procurava afirmar uma posição de força. Eventualmente, esta era parte de uma estratégia da RENAMO no sentido de pressionar o governo e a comunidade internacional vis-à-vis a satisfação dos seus interesses.

Apesar do boicote da RENAMO a CNE decidiu por consenso dar continuidade ao processo de votação. O Secretário-geral da ONU emitiu um comunicado afirmando que o processo eleitoral moçambicano devia continuar de acordo com o planificado e em conformidade com o entendimento entre as partes. Boutros-Ghali reiterou que as partes deviam honrar os seus compromissos. Relativamente às reclamações da RENAMO Boutros-Ghali sublinhou que existiam mecanismos apropriados para a resolução das questões levantadas.<sup>735</sup> Na mesma perspectiva, o Embaixador dos EUA em Maputo, Dennis Jett, afirmou que «as eleições vão realizar-se tal como está planeado, independentemente das discussões que estão a decorrer entre a RENAMO e a CNE e representantes da comunidade internacional.»<sup>736</sup> O Departamento de Estado norte-americano, através da sua porta-voz, Christine Shelly afirmou que os EUA endossavam o apelo da cimeira da Linha da Frente para que todos os partidos políticos moçambicanos respeitassem os resultados das eleições desde que estas fossem declaradas livres e justas pelo Representante Especial do Secretário-geral da ONU em Moçambique.<sup>737</sup> A Presidência da União Europeia condenou o boicote eleitoral e afirmou que «a RENAMO não pode frustrar as esperanças dos moçambicanos e da comunidade internacional.»<sup>738</sup> Igualmente, a Presidência da União

---

<sup>734</sup> Retrospectiva: Campanha Eleitoral de Afonso Dhlakama, 18 de Novembro de 1994, Televisão de Moçambique (TVM)

<sup>735</sup> Statement by the Secretary-General emphasizing that Mozambique's elections must proceed, UN Press Release SG/SM/5456, 27 October 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 285.

<sup>736</sup> *Notícias*, «EUA preocupados», 28 de Outubro de 1994.

<sup>737</sup> *Idem*.

<sup>738</sup> *Notícias*, «União Europeia quer que as eleições prossigam», 28 de Outubro de 1994.

Europeia exigiu o respeito pelos resultados eleitorais. Os países da região austral de África, a OUA, a Commonwealth, entre outros atores internacionais defenderam a continuidade da votação, lançando, simultaneamente, os apelos para que a RENAMO regressasse rapidamente à corrida eleitoral. Na mesma data, o Presidente do Conselho de Segurança da ONU endereçou uma mensagem apelando a RENAMO no sentido de reconsiderar a sua decisão, sublinhando que era importante não colocar em risco aquela oportunidade.<sup>739</sup>

A decisão de abandonar o processo eleitoral mostrou-se desde cedo catastrófica na medida em que colocou a RENAMO e o seu líder sob uma enorme pressão internacional difícil de suportar. A decisão tomada por Dhlakama prejudicou sobremaneira a credibilidade da RENAMO. Conforme foi anteriormente demonstrado, de todos os quadrantes do mundo chegaram mensagens criticando a decisão da RENAMO e exigindo que o partido reconsiderasse-a. Parece certo que a decisão de Afonso Dhlakama acabou beneficiando o próprio partido no poder. Se a preocupação de Afonso Dhlakama era preservar a sua imagem internacional conforme afirmara em conferência de imprensa, o boicote eleitoral teve o efeito contrário, prejudicando a sua credibilidade internacional.

Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe, Mário Soares, Presidente de Portugal, Boutros Ghali, entre outros líderes falaram telefonicamente com Dhlakama com o objetivo de convencê-lo a regressar ao processo eleitoral, colocando o líder da RENAMO numa situação, particularmente constrangedora. Para demover Dhlakama da sua posição diplomatas seguiram para a cidade da Beira onde se encontrava o líder da RENAMO, nomeadamente, da África do Sul, Zimbabwe e Portugal. Em resultado desta movimentação diplomática e incapaz de resistir à enorme pressão internacional, ainda no dia 27 de Outubro, Afonso Dhlakama deslocou-se à Maputo onde manteve encontros com os diplomatas dos países que integravam a CSC.

Após receber as garantias da comunidade internacional segundo as quais esta investigaria as alegações apresentadas por Dhlakama este decidiu abandonar o boicote eleitoral e regressou à corrida eleitoral. Por sua vez, a CNE decidiu prorrogar o processo de votação até ao dia 29 de Outubro. A decisão de regressar à corrida eleitoral foi precedida da assinatura de uma declaração conjunta pelos embaixadores dos países representados na CSC, Aldo Ajello e pela RENAMO, através da qual foram registadas as alegadas irregularidades que levaram Dhlakama a decidir pelo

---

<sup>739</sup> Message from the President of the Security Council urging RENAMO to Reconsider its decision to withdraw from elections, UN Press Release SC/5922, 29 October 1994, em *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*, ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol. V (New York: Department of Public Information, 1995), 285.

boicote eleitoral. O líder da RENAMO afirmou que o documento assinado visava a valorização das suas queixas. Contudo, não deixa de ser certo que o documento foi um instrumento encontrado para uma saída menos catastrófica da situação política difícil na qual a RENAMO e o seu líder se tinham metido.

No dia 31 de Outubro, Afonso Dhlakama reuniu-se com Brazão Mazula, Presidente da CNE. No encontro Dhlakama prometeu que estava disposto a aceitar qualquer resultado das eleições de 27, 28 e 29 de Outubro mesmo que fossem desfavoráveis à si e ao seu partido, acrescentando que não tinha lutado pelo poder mas sim pela democracia em Moçambique. Esta afirmação inseria-se no contexto dos esforços de Dhlakama livrar-se das nódoas resultantes do boicote eleitoral e de reabilitação da sua imagem.

Entretanto, no princípio de Novembro começaram a aparecer os primeiros resultados eleitorais que davam a vantagem à FRELIMO sobretudo na região sul, nomeadamente, nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo. Esta situação voltou a ativar os receios de derrota no seio da RENAMO. É neste contexto que, ainda no princípio de Novembro, Raúl Domingos afirmou que a RENAMO não aceitaria os resultados das eleições tal como apareciam naquele momento. Segundo Domingos os resultados divulgados até aquele período eram fraudulentos e inaceitáveis, sublinhando que não acreditava que a população de Moçambique pudesse aceitá-los. De acordo com Raúl Domingos as suas declarações visavam chamar a atenção da opinião pública nacional e da comunidade internacional para o facto de que em Moçambique não tinha havido eleições. Domingos referiu que nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, a RENAMO não tinha sequer um assento o que na sua opinião era incrível.<sup>740</sup> Neste contexto, Domingos sugeriu a organização de novas eleições.

Entretanto, no dia 8 de Novembro, Afonso Dhlakama afastou a possibilidade rejeitar os resultados eleitorais, porém, admitindo que apesar da existência de irregularidades era possível encontrar soluções para as mesmas. Reagindo ao pronunciamento de Raúl Domingos, Dhlakama disse o seguinte:

[...] A RENAMO é um partido e Raúl Domingos falou como RENAMO. Eu não posso dizer definitivamente que não vamos aceitar ou que vamos exigir outras eleições. Ele diz porque de facto há problemas. Agora é preciso que haja soluções que garantam que a RENAMO venha a aceitar os resultados... A RENAMO de boa-fé, em colaboração com todas as forças políticas, com a

---

<sup>740</sup> *Notícias*, «Partido de Dhlakama poderá não aceitar os resultados: Diz Raúl Domingos à Voz da América», 8 de Novembro de 1994.

comunidade internacional poderá considerar a possibilidade de perdoar até as pessoas que fizeram a fraude [...] <sup>741</sup>

Para Dhlakama, as palavras de Raúl Domingos longe de constituírem uma ameaça eram um aviso à FRELIMO e à comunidade internacional para que não se esquecessem do compromisso rubricado pelos países membros da CSC no sentido de investigarem as irregularidades apresentadas pela RENAMO. Este posicionamento da RENAMO refletia, por um lado, a incerteza que tomava conta do partido em face dos primeiros resultados eleitorais divulgados, atribuindo uma larga vantagem à FRELIMO, e por outro lado, a sua tentativa de conseguir a abertura do partido liderado por Joaquim Chissano à possibilidade de partilha de poder perante a percepção da desvantagem eleitoral que a RENAMO começava a considerar com algum pânico conforme atestam as declarações de Raúl Domingos acima apresentadas.

Preocupada com os possíveis cenários pós-eleitorais em Moçambique, no dia 8 de Novembro, a África do Sul fez deslocar à Maputo uma delegação governamental chefiada pelo Ministro sul-africano da Defesa, Joe Modise, constituída por Sidnel Mufamadi, Ministro da Segurança, e Aziz Pahad, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os governantes sul-africanos reuniram-se em separado com Joaquim Chissano e com Afonso Dhlakama, tendo abordado o processo de paz. Para a África do Sul era importante a manutenção da paz em Moçambique pois uma crise político-militar em território moçambicano poderia gerar um impacto negativo na África do Sul que experimentava um processo delicado de transição e não só mas também a nível da região austral de África. Portanto, a delegação sul-africana deslocou-se com o objetivo de persuadir as partes a empenharem-se no processo democrático e de manutenção da paz.

À delegação sul-africana, Afonso Dhlakama explicou que a RENAMO continuava a verificar as irregularidades classificadas como fraude, sublinhado, porém, que o mais importante é a promessa de que não haveria regresso à guerra. Dhlakama destacou que apesar dos problemas que surgissem a RENAMO tinha a capacidade de diálogo. Aparentemente, como resultado dos encontros com a delegação sul-africana, no dia 11 de Novembro Raúl Domingos convocou uma conferência de imprensa durante a qual assegurou que o seu partido não romperia com o processo apesar da existência de irregularidades na contagem dos votos, insistindo que a RENAMO continuava a acreditar na linguagem do diálogo e não da guerra para a resolução dos problemas.

---

<sup>741</sup> *Notícias*, «Existem problemas mas podemos ter soluções», diz líder da RENAMO, falando do processo eleitoral», 9 de Novembro de 1994.

Entretanto, à medida que o tempo passava, e particularmente no final da primeira quinzena de Novembro, os resultados eleitorais começaram a ganhar uma forma mais clara, colocando a RENAMO em segundo lugar e numa posição bastante equilibrada com a FRELIMO. Certo de que a FRELIMO alcançara a vitória e de que a RENAMO conquistara resultados positivos e encorajadores, colocando-se como a segunda maior força do xadrez político moçambicano pós-eleitoral, Afonso Dhlakama começou a abandonar o discurso de rejeição dos resultados eleitorais, por um lado, e por outro lado, a pressão para o GUN deixou de ser a sua prioridade uma vez que a incerteza em relação aos resultados eleitorais tinha sido substituída pelo otimismo em relação ao resultado eleitoral final.

Neste contexto, no final da primeira quinzena de Novembro de 1994, através de um contacto telefónico, Afonso Dhlakama garantiu ao Secretário-geral da ONU que aceitaria os resultados eleitorais apesar das irregularidades verificadas, mostrando-se preparado e disponível para cooperar com o próximo governo de Moçambique. Esta garantia foi igualmente dada à Aldo Ajello em Maputo. No dia 15 de Novembro, o Embaixador de Moçambique, junto das Nações Unidas, Pedro Comissario foi informado pelo Embaixador da Nova Zelândia, junto da ONU, Colin Keating que o líder da RENAMO telefonou ao Secretário-geral da ONU e à Presidente do Conselho de Segurança da ONU, à Embaixadora americana na ONU, Madeleine Albright, à Secretária britânica para a Cooperação e Desenvolvimento Lynda Chalker e outras entidades, assegurando que a RENAMO nunca mais regressaria à guerra.<sup>742</sup>

No dia 19 de Novembro, o Presidente da CNE anunciou publicamente os resultados oficiais das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias. Antes do anúncio, Brazão Mazula reuniu-se com Joaquim Chissano a quem informou sobre os resultados e posteriormente reuniu-se com Afonso Dhlakama a quem também informou, previamente, sobre os resultados eleitorais. Os dois dirigentes políticos aceitaram os resultados, saudaram o trabalho da CNE e do seu Presidente.<sup>743</sup>

Segundo os resultados eleitorais anunciados pela CNE, Joaquim Chissano foi eleito Presidente da República com 2 633 740 votos correspondendo a 53,30% e Afonso Dhlakama conquistou a segunda posição com 1 666 965 votos, correspondendo a 33,73%. Nas eleições legislativas, a FRELIMO conquistou 2 115 793 votos, correspondendo a 44,33%, a RENAMO recebeu 1 803 506 votos correspondendo a 37,78 % e a União Democrática alcançou 245 793 votos,

---

<sup>742</sup> *Notícias*, «Até formação do novo executivo: Conselho de Segurança prorroga mandato da ONUMOZ», 16 de Novembro de 1994.

<sup>743</sup> Entrevista, Brazão Mazula, 28 de Agosto de 2014, Maputo.



correspondendo a 5,15%, sendo as 3 forças políticas com representação parlamentar.<sup>744</sup> A RENAMO obteve maior número de votos nas províncias do centro e norte do país, nomeadamente, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, enquanto a FRELIMO conquistou a maior votação na cidade de Maputo, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Niassa e Cabo Delgado. Entretanto, os votos foram repartidos em quase todas as províncias com a exceção da província de Gaza onde a RENAMO não conseguiu eleger nenhum deputado.

Assim, poder-se-á concluir que apesar das tentativas de instrumentalização política das diferenças étnicas e regionais pelos partidos políticos durante a campanha eleitoral o fator étnico não terá desempenhado um papel de relevo na configuração dos resultados das eleições, mesmo se, em alguns casos e em zonas circunscritas possa ter jogado um papel na formação das disposições do voto.<sup>745</sup> A ausência de ações sistemáticas de apelos às identidades étnicas pelos partidos políticos e o facto de as tentativas de instrumentalização política das diferenças étnicas terem sido dispersas e muitas vezes contraditórias contribuiu para que o fator étnico não fosse ativado durante a campanha eleitoral de 1994. Entretanto há outros fatores de natureza histórica cuja análise pode ajudar a explicar a ausência do fator étnico nas eleições de 1994.

Na primeira reação pública, Afonso Dhlakama disse que o seu partido aceitava os resultados do escrutínio, afirmando que o processo eleitoral foi caracterizado por irregularidades, porém, estas eram próprias de um país que caminhava para a democratização. Segundo Dhlakama, «estas foram as únicas eleições possíveis e que temos que aceitá-las mesmo com essas deficiências. A realidade é que o processo é novo para todos e o povo nunca conheceu esta fase da democratização».<sup>746</sup> Na mesma ocasião, Dhlakama afirmou que a realização das primeiras eleições multipartidárias e o consequente anúncio dos resultados era uma vitória da RENAMO e de todo o povo moçambicano. Estas declarações revelam a satisfação da RENAMO com os resultados eleitorais alcançados. Aliás, esta satisfação foi, igualmente, manifestada por Afonso Dhlakama no encontro acima referido em que Brazão Mazula o informou sobre os resultados finais das eleições. Na ocasião, o líder da RENAMO disse o seguinte ao Presidente da CNE: «nós que saíamos do mato não esperávamos tantos resultados. Nós pensávamos que a população não iria votar em nós... Mais do que a Presidência da República o mais importante era a Assembleia da República.»<sup>747</sup>

---

<sup>744</sup> Brazão Mazula, *Moçambique: Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994* (Maputo: STAE, 1998), 33.

<sup>745</sup> Luís de Brito, «O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique», em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, coord. Brazão Mazula (Maputo: s/ed, 1995), 495.

<sup>746</sup> *Notícias*, «Dhlakama aceita os resultados... mas afirma que as eleições não foram Justas», 21 de Novembro de 1994.

<sup>747</sup> Entrevista, Brazão Mazula, 28 de Agosto de 2014, Maputo.

No seu primeiro pronunciamento após o anúncio dos resultados eleitorais, Joaquim Chissano declarou que todos votaram para que em Moçambique não houvesse mais guerra e para que, independentemente das diferenças étnicas, religiosas, de cor ou credo político todos os moçambicanos pudessem dialogar e edificar os grandes consensos nacionais indispensáveis à consolidação da unidade e do desenvolvimento da pátria. Ainda no seu primeiro pronunciamento público, Chissano afirmou o seguinte: «a nação deve assegurar um estatuto condigno ao candidato presidencial que o voto colocou no segundo lugar, neste caso o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. É uma inovação necessária e a introduzir nos costumes e práticas políticas do país, sobretudo quando este emerge de um conflito.»<sup>748</sup> Tendo rejeitado o GUN e a vice-presidência ao segundo candidato presidencial mais votado, e em cumprimento do acordado em Setembro de 1994, com este gesto Chissano procurava evitar a marginalização política de Afonso Dhlakama, assegurando a sua integração de modo a permitir o seu engajamento no processo democrático e de pacificação do país. Após o anúncio dos resultados eleitorais pela CNE, as Nações Unidas, os observadores nacionais e internacionais do processo eleitoral em Moçambique e toda a comunidade internacional consideraram as eleições como tendo sido livres e justas.

Em seguimento à promessa feita no seu primeiro discurso após o anúncio dos resultados eleitorais, Joaquim Chissano convidou Afonso Dhlakama para um encontro que decorreu no dia 24 de Novembro, em Maputo, durante o qual os dois líderes políticos fizeram a revisão de todo o processo eleitoral. Igualmente, Joaquim Chissano usou a oportunidade para auscultar o líder da oposição sobre a formação do novo governo. No encontro, Dhlakama comprometeu-se a trabalhar de maneira construtiva, criticando e propondo ideias para a solução dos problemas do país. De acordo com Dhlakama no encontro não foi abordada a questão da governação das províncias onde a RENAMO conquistou o maior número de votos porque considerava ser ainda muito cedo. Falando no final do encontro com Dhlakama, Chissano disse que ambos estavam de acordo que o mais importante era a criação de melhores condições para o povo moçambicano.<sup>749</sup>

No princípio de Dezembro, Afonso Dhlakama aceitou o estatuto de líder da oposição, porém, exigiu simultaneamente, a nomeação de governadores da RENAMO nas províncias onde o seu partido teve maior número de votos do que os restantes partidos políticos. Na mesma ocasião, Dhlakama disse o seguinte:

---

<sup>748</sup> *Notícias*, «Chissano promete estatuto condigno ao segundo mais votado», 21 de Novembro de 1994.

<sup>749</sup> *Notícias*, «RENAMO compromete-se a trabalhar de maneira construtiva e ordeira: não vamos só criticar, vamos propor ideias, afirma Afonso Dhlakama depois do encontro com Joaquim Chissano», 25 de Novembro de 1994.

[...] Eu não gostaria de divulgar os planos da RENAMO através da imprensa, mas creio que o próprio Presidente Chissano esteja consciente de que a RENAMO ganhou em algumas províncias e na base da própria democracia é preciso que os partidos pequenos, incluindo a RENAMO comecem a governar nos distritos, províncias, até porque é o próprio modelo da democracia multipartidária. Tudo será negociado e é preciso de facto que a FRELIMO não governe sozinha, quer a nível central quer ao nível das províncias [...] <sup>750</sup>

Esta declaração confirma a esperança que a RENAMO nutria em relação à possibilidade de estabelecimento de um mecanismo de partilha de poder com a FRELIMO. A RENAMO acreditava que a pressão exercida sobre o governo da FRELIMO e os gestos reconciliadores de Joaquim Chissano contribuiriam para o estabelecimento de mecanismos de partilha do poder no período pós-eleitoral. Porém, a partilha do poder executivo foi continuamente rejeitada pelo governo liderado por Joaquim Chissano e pela FRELIMO. Entretanto, em resultado da sua satisfação com os resultados eleitorais alcançados, muito cedo a RENAMO abandonou as exigências de nomeação dos seus membros para os cargos de governador nas províncias onde esta formação política conquistara mais votos do que os restantes partidos.

## **6.8 Conclusão**

A implementação do AGP foi muitas vezes caracterizada por desconfianças entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, revelando a existência do problema do cometimento credível entre as partes. As desconfianças concorreram para o atraso da implementação das principais tarefas previstas no AGP, nomeadamente, a desmobilização e a reintegração social dos combatentes dos dois lados do conflito, a formação do novo exército unificado, a aprovação da lei eleitoral e a realização das primeiras eleições multipartidárias no país. Contudo, a intervenção da comunidade internacional na implementação do AGP contribuiu para providenciar os recursos financeiros, materiais e técnicos ao Estado moçambicano sem os quais este não poderia responder às exigências colocadas pelas tarefas complexas previstas no acordo em referência. Deste modo, a comunidade internacional contribuiu para o fortalecimento da capacidade do Estado moçambicano que estava profundamente debilitado em resultado da guerra. Igualmente, a intervenção da comunidade internacional através da ONUMOZ providenciou as garantias aos ex-beligerantes de que o AGP seria cumprido por ambas as partes, contribuindo, assim, para a redução do problema de cometimento credível. Deste modo, a comunidade internacional contribuiu para a geração do otimismo das partes em relação aos resultados de implementação do acordo.

---

<sup>750</sup> *Notícias*, «Presidente da RENAMO aceita estatuto de líder da oposição», 7 de Dezembro de 1994.

Entretanto, a construção do otimismo não foi linear. As relações entre os ex-beligerantes e a comunidade internacional foram em determinadas circunstâncias caracterizadas por tensão e desconfiança. Esta situação resultou, não raras vezes, da imparcialidade da comunidade internacional (particularmente da ONUMOZ) percebida pelos ex-beligerantes como o favorecimento ao adversário. Porém, a unidade na ação da comunidade internacional no processo de implementação do AGP concorreu para que esta conseguisse exercer com sucesso a influência sobre os 2 ex-beligerantes no sentido do respeito do acordo de paz. A intervenção da comunidade internacional com base na prática da unidade na ação ajudou a mobilizar o governo moçambicano e a RENAMO a superarem, gradualmente as desconfianças mútuas, iniciando a cooperação necessária para a implementação das principais provisões do AGP.

Segundo o AGP as questões ligadas ao processo de acantonamento, desmobilizações e formação do novo exército unificado e apartidário, assim como a aprovação da lei eleitoral e a administração dos territórios sob controlo da RENAMO deveriam ser tratadas com base no princípio do consenso e de colaboração entre o governo da FRELIMO e o movimento liderado por Afonso Dhlakama. Deste modo, e embora reconhecesse a sua legitimidade, o AGP retirou ao governo moçambicano liderado pela FRELIMO a exclusividade do exercício do poder na área de defesa e segurança, no domínio da produção legislativa bem como ao nível da administração territorial. Como se pode compreender, embora sem uma afirmação formal nesse sentido, o AGP configurou uma situação prática de partilha de poder militar, de administração territorial e de legislar entre o governo da FRELIMO e a RENAMO entre 1992 e 1994.

A partilha do poder militar entre o governo e a RENAMO no processo de desmobilização e de formação do novo exército unificado, assim como a partilha do poder político de legislar entre os ex-beligerantes e os partidos da oposição não armada, particularmente no processo de elaboração e aprovação da lei eleitoral contribuiu para reduzir o problema de cometimento credível e aumentou a cooperação mútua, fortalecendo a confiança, e deste modo, gerando o otimismo das partes em relação aos resultados do seu engajamento no processo de implementação do AGP e da democratização do país. Igualmente, a partilha de poder que caracterizou o processo de integração dos territórios controlados pela RENAMO na administração estatal contribuiu para o fortalecimento da colaboração entre a RENAMO e o governo da FRELIMO, gerando o otimismo das partes em relação ao resultado final do processo.

Neste contexto, o caso moçambicano confirma as abordagens teóricas segundo as quais o estabelecimento de acordos de paz contendo provisões de partilha do poder militar e territorial

tendem a ser mais duradouros e estáveis. Isto é, a integração dos ex-combatentes rebeldes no exército do Estado (partilha do poder militar) e a partilha do poder territorial ajudam a reduzir o problema de cometimento credível e os receios dos rebeldes em relação à possibilidade de retaliação, contribuindo, assim, para a construção da confiança mútua entre os ex-beligerantes e para a durabilidade da paz no período pós-conflito.<sup>751</sup> Devido aos elevados custos da partilha do poder militar e territorial previstos nos acordos de paz, a sua implementação indicava o cometimento elevado e genuíno das partes com a paz, contribuindo, assim, para a redução do problema do cometimento credível, por um lado, e por outro lado, para o aumento da confiança mútua entre as partes antagónicas, concorrendo, assim, para a manutenção da paz.<sup>752</sup>

A elaboração da lei eleitoral configurou-se como um processo eminentemente político. A partilha do poder entre o governo da FRELIMO, a RENAMO e os partidos da oposição não armada no processo de elaboração da lei contribuiu para cimentar a colaboração e a cooperação entre os atores acima citados e para o estabelecimento de instituições e garantias eleitorais credíveis e estáveis.

É importante notar que a FRELIMO mostrou-se confiante e otimista em relação aos resultados eleitorais e por isso a sua constante rejeição à proposta de estabelecimento do GUN. Por sua vez, a RENAMO mostrava-se otimista em relação aos resultados eleitorais, porém, menos confiante na vitória como atestam as seguintes declarações de Vicente Ululu, Secretário-geral do partido liderado por Afonso Dhlakama, na véspera da realização das eleições: «se ganharmos vamos formar um governo. Temos pessoas preparadas para isso. Se perdermos esperamos, mesmo, assim, uma boa representatividade no Parlamento.»<sup>753</sup> Aliás, é importante sublinhar que durante as negociações de paz em Roma, a RENAMO defendeu a adoção do sistema político e eleitoral de representação proporcional. Esta posição resultava, por um lado, da incerteza em relação a vitória eleitoral, e por outro lado, do otimismo em relação a obtenção de uma importante representação parlamentar.

Igualmente, a redução do problema do cometimento credível, associada ao estabelecimento do sistema político de representação proporcional e à ausência de forças políticas, económicas e

---

<sup>751</sup> Karl DeRouen Jr., Jenna Lea e Peter Wallenstein, «The duration of civil war peace agreements», *Conflict Management and Peace Science*, Vol. 26, n<sup>o</sup>4 (2009):384.

<sup>752</sup> Philip Martin, «Coming together: power-sharing and the durability of negotiated peace settlements», *Civil Wars*, Vol. 15, n<sup>o</sup> 3, (2013); Anna K. Jarstad e Desirée Nilsson, «From words to deeds: the implementation of power-sharing pacts in peace accords», *Conflict Management and Peace Science*, Vol.25 (2008): 207; Caroline A. Hartzell e Matthew Hoddie, «Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements», *Journal Of Peace Research*, Vol.40, n<sup>o</sup>3 (2003).

<sup>753</sup> *Notícias*, «Cabo Delgado, Ululu garante que a RENAMO vai aceitar os resultados», 27 de Outubro de 1994.

sociais influentes, interna e externamente, assumindo posições manifestamente hostis ou parciais em relação a uma das partes contribuiu para o aumento do otimismo destas em relação aos resultados positivos da manutenção da paz e da democracia. O estabelecimento do sistema político de representação proporcional aumentou o otimismo das partes em relação à possibilidade de alcance dos seus objetivos, nomeadamente o acesso ao poder político através do processo democrático.

Finalmente, o elemento mais determinante para a manutenção da paz e da democracia foi, sem dúvidas, a natureza dos resultados das primeiras eleições multipartidárias no período pós-guerra civil. Os resultados eleitorais geraram uma situação de quase equilíbrio de poder no órgão legislativo (parlamento) entre os ex-beligerantes. A RENAMO elegeu 112 deputados, a UD 9 deputados e a FRELIMO 126 deputados na Assembleia da República. Estes resultados mantiveram o poder da FRELIMO, porém, ao mesmo tempo conferiram um lugar e legitimidade política à RENAMO em Moçambique. Perante estes resultados eleitorais, os custos de regresso à violência quer para a RENAMO quer para o governo afiguravam-se bastante elevados do que as estimativas dos custos de manutenção da paz e da democracia.

Para o governo da FRELIMO e para a RENAMO qualquer ação militar no período pós eleitoral revelava-se difícil pelas seguintes razões: Primeiro era preciso encontrar um argumento político (objetivo e subjetivo) razoável para justificar uma ação militar perante a opinião pública doméstica, regional e internacional – Aparentemente, nenhuma das partes reunia tal argumento político. Segundo, as duas partes tinham perdido o controlo sobre a maioria dos seus efetivos militares que preferiram a desmobilização do que a continuidade na vida militar. Este facto revelava que os líderes políticos teriam dificuldades em mobilizar as forças para mais uma guerra. Terceiro, o esforço de guerra das duas partes durante cerca de 16 anos tinha sido possível graças a importantes ajudas externas quer ao nível da região, quer a nível internacional. Porém, estas fontes de ajuda para o conflito tinham deixado de existir facto que tornava mais difícil a organização logística da guerra. Quarto, a RENAMO apresentou-se como um partido que lutara não pelo poder, porém, pela democracia. Neste contexto, o recurso à guerra poderia retirar a legitimidade e o capital político que o AGP tinha conferido à RENAMO e ao seu líder quer ao nível doméstico quer ao nível internacional. Para a FRELIMO era preciso evitar a alternativa militar pois esta poderia provocar a erosão acentuada da sua legitimidade popular.

É importante sublinhar que o resultado das primeiras eleições contribuiu para a geração do otimismo das partes em relação às eleições seguintes. Este otimismo incentivou as partes a apoiar

a manutenção da paz e da democracia. Portanto, ainda que a RENAMO não tenha ganho as eleições, o otimismo permitiu que o partido de Afonso Dhlakama se engajasse ativamente no processo democrático e na manutenção da paz na esperança de poder alcançar o poder por via democrática. Igualmente, a vitória da FRELIMO e do seu candidato presidencial cristalizou no seio desta formação política o otimismo em relação aos resultados das eleições seguintes. Este otimismo contribuiu para o engajamento da FRELIMO e do seu candidato na manutenção da paz e da democracia.





## CAPÍTULO VII

### AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM MOÇAMBIQUE: DO BOICOTE DA OPOSIÇÃO À PRESERVAÇÃO DA PAZ E DA DEMOCRACIA

#### 7.1 As Primeiras Eleições Autárquicas: A Construção do Quadro Legal e Institucional

O processo de descentralização do qual resultou o estabelecimento das autarquias e a realização das primeiras eleições autárquicas em Moçambique teve as suas origens na década de 1980. É neste período que iniciaram as reflexões no seio da FRELIMO e do seu governo sobre os melhores mecanismos de reaproximação do Estado moçambicano às comunidades locais profundamente afetadas pela guerra civil e pela falência das iniciativas governamentais visando a promoção do desenvolvimento ao nível local.<sup>754</sup> Estas reflexões tiveram lugar no contexto da implementação das reformas económicas visando o reajustamento estrutural da economia apoiadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

No final da década de 1980 e princípios da década de 1990, os estudos efetuados pelo Ministério da Administração Estatal sobre a administração em Moçambique constataram o seguinte: (i) o sistema administrativo era bastante centralizado; (ii) a centralização da administração pública revelava-se inviável e constituía-se como um entrave para a participação e decisão dos cidadãos em matérias de interesse próprio; (iii) a centralização administrativa tinha sido realizada por razões ideológicas; (iv) as condições socioeconómicas internas, o programa de reajustamento estrutural e as condições regionais e internacionais tornavam a centralização da administração pública pouco viável e; (v) a centralização administrativa era pouco eficiente e mostrava-se bastante desequilibrada.<sup>755</sup>

Na sequência das constatações acima apresentadas, os estudos recomendaram aos órgãos do Estado competentes a descentralização administrativa. Esta recomendação inseria-se no contexto de uma tendência mais global que caracterizava o final da Guerra Fria – «a descentralização impõe-se como uma norma universal, estreitamente associada à universalização de uma outra

---

<sup>754</sup> Tiago Matos Fernandes, «Descentralizar é fragmentar? riscos do pluralismo administrativo para a unidade do Estado em Moçambique», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77 (2007): 151.

<sup>755</sup> José Guambe e Bernhard Weimer, «Eleições autárquicas em Moçambique: o contexto da investigação», em *Eleitorado Incapturável*, coord. Carlos Serra (Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999): 28.

norma, a democracia de mercado, único produto doravante disponível no mercado do *design* institucional e ideológico, desde a derrocada do modelo soviético.»<sup>756</sup>

Assim, em 1991, o governo moçambicano lançou o Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), financiado pelo Banco Mundial, tendo em vista impulsionar a reforma do sistema administrativo local através da criação de novos órgãos com personalidade jurídica própria, dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. No contexto do PROL foram realizados estudos nas áreas jurídica, administrativa, financeira, de infraestrutura e do ambiente.<sup>757</sup> Por detrás desta iniciativa do governo estava a convicção de que a descentralização contribuiria para a promoção da maior participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões ao nível local, na promoção do desenvolvimento local, na elevação da eficiência e eficácia administrativa, na melhoria da governação e na tomada de decisões económicas mais eficientes e eficazes. Portanto, o processo de descentralização foi iniciado internamente pelas elites políticas locais sem pressões externas e fora do quadro das negociações que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. Contudo, o discurso dos doadores ocidentais, particularmente do Banco Mundial e do FMI sobre a necessidade de devolução do poder às entidades locais e sobre sua importância na promoção da boa governação, eficiência e eficácia económica influenciou o curso e o conteúdo do processo moçambicano.

Os estudos realizados no âmbito do PROL serviram de base para a elaboração da Lei nº3/94, de 13 de Setembro (pouco antes da realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique) sobre a institucionalização dos distritos municipais, aprovada pela Assembleia da República quando esta era ainda constituída somente pela FRELIMO. A lei em referência representava uma transformação democrática profunda do sistema político administrativo de Moçambique na medida em que estabelecia a eleição dos presidentes dos conselhos municipais, administradores distritais, assembleias distritais e municipais num contexto de competição multipartidária. Esta lei instituía a divisão administrativa do país em 128 distritos municipais rurais e 23 distritos municipais urbanos, introduzindo o princípio da autonomia do governo local, substituindo a subordinação dos governos locais por uma relação de tutela ou supervisão pelo governo central. Como se pode constatar, a Lei 3/94 introduzia a descentralização política ou descentralização democrática, consistindo na transferência de alguns poderes do governo central

---

<sup>756</sup> René Otayek, «A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 77 (2007): 131.

<sup>757</sup> João Carlos Trindade, «Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos», em *Conflito e Transformação Social: Paisagem das Justiças em Moçambique*, org. Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (Porto: Edições Afrontamento, 2003): 119.

aos políticos eleitos localmente que recebem a autonomia para determinar os processos locais de desenvolvimento.<sup>758</sup> De acordo com Lina Soiri, a lei 3/94 compreendia o ideal de descentralização democrática alargada como uma mistura de descentralização fiscal, administrativa e democrática, prevendo a existência de distritos municipais urbanos e rurais.<sup>759</sup>

Segundo Nicholas Awortwi, a escolha entre os 3 tipos de descentralização envolve o cálculo político e estratégico pelos grupos de interesse que iniciam o processo de descentralização.<sup>760</sup> Isto é, os grupos de interesse que iniciam a descentralização tendem a escolher o tipo de descentralização que melhor permite manter ou expandir a sua hegemonia. Neste contexto, poder-se-á compreender que nos seus cálculos políticos e estratégicos, a FRELIMO entendia que a adoção da descentralização política não ameaçaria o seu poder hegemónico ao nível local. É importante notar que a lei em referência foi aprovada sem reservas pelos deputados da FRELIMO na Assembleia da República ainda monopartidário após a sua aceitação pela comissão política do partido. Este facto revela que no seio da FRELIMO havia o otimismo (expectativas positivas) em relação aos resultados eleitorais. Isto é, a FRELIMO tinha a convicção de que venceria as eleições autárquicas previstas para 1996 sem grandes dificuldades, mantendo, assim, a sua hegemonia ao nível local.

## **7.2 As Contradições entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO**

As eleições presidenciais e legislativas de Outubro de 1994 que marcaram a transição efetiva de regime de partido único para a democracia no âmbito da constituição aprovada em 1990 e do processo de implementação do AGP revelaram uma tendência ameaçadora da RENAMO à hegemonia da FRELIMO. Segundo os resultados eleitorais anunciados pela CNE, Joaquim Chissano foi eleito Presidente da República com 2 633 740 votos correspondendo a 53,30% e Afonso Dhlakama conquistou a segunda posição com 1 666 965 votos, correspondendo a 33,73%. Nas eleições legislativas, a FRELIMO conquistou 2 115 793 votos, correspondendo a 44,33%, a RENAMO recebeu 1 803 506 votos correspondendo a 37,78 % e a União Democrática (UD)

---

<sup>758</sup> Nicholas Awortwi, «An unbreakable path? a comparative study of decentralisation and local government development trajectories in Ghana and Uganda», *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77, n°2 (2011): 350-351.

<sup>759</sup> Lina Soiri, «Moçambique: Aprender a Caminhar com a Bengala Emprestada? Ligações entre a Descentralização e Alívio à Pobreza», (1999), IESE, [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastasgovernacao/geral/artigos\\_cientificos\\_imprensa/aprender.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastasgovernacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/aprender.pdf)

<sup>760</sup> Nicholas Awortwi, «An unbreakable path? a comparative study of decentralization and local government development trajectories in Ghana and Uganda», *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77, n°2 (2011): 352.

alcançou 245 793 votos, correspondendo a 5,15%, tendo as 3 forças políticas uma representação parlamentar.<sup>761</sup>

A soma dos votos da RENAMO e da UD nas eleições legislativas em referência totalizava 42,93% contra 44,33% da FRELIMO. Esta elevada expressão de apoio político à RENAMO, aparentemente inesperada pela FRELIMO que nutria um elevado otimismo em relação aos resultados das eleições de 1994 constituiu-se, desde logo, como uma grande ameaça à hegemonia do partido governamental ao nível local. Ademais, a RENAMO conquistou o maior número de votos do que a FRELIMO nas províncias do centro e norte do país, nomeadamente, Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Nampula, enquanto o partido governamental conquistou o seu maior número de votos nas províncias de Maputo, cidade de Maputo, Gaza, Inhambane, Niassa e Cabo Delgado. Estes resultados demonstravam que a FRELIMO e a RENAMO dividiam regionalmente a sua influência política. Para além da divisão regional, os resultados das eleições de 1994 revelaram a dicotomia entre o espaço rural e urbano. Cerca de 59% dos eleitores urbanos depositaram o seu voto na FRELIMO contra 29% de votos depositados na RENAMO. Paralelamente, no meio rural a RENAMO reuniu 41% dos votos contra 40% da FRELIMO.<sup>762</sup>

O receio de uma potencial perda do poder local à favor da RENAMO, particularmente nas regiões centro e norte do país, ricas em recursos naturais, obrigando a uma possível partilha do poder local com o principal partido da oposição, levou a FRELIMO a adotar uma nova estratégia política visando evitar que o processo de descentralização minasse a sua hegemonia política ao nível local.<sup>763</sup> É neste contexto que no seio da FRELIMO surgiu um grupo mais conservador argumentando que a lei 3/94 estava ferida de inconstitucionalidade, havendo, por isso, a necessidade de reformá-la. Embora, Alfredo Gamito, Ministro da Administração Estatal argumentasse a favor da manutenção da lei sobre a descentralização aprovada pela própria FRELIMO, acabou sucumbindo perante o grupo conservador do partido governamental e das orientações da sua Comissão Política no sentido da reforma da lei em referência através da realização da emenda constitucional corporizada na Lei nº9/96, de 22 de Novembro.<sup>764</sup> Nesta empreitada, a bancada da FRELIMO no Parlamento contou com o apoio da RENAMO que, desde

---

<sup>761</sup> Brazão Mazula, *Moçambique: Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994* (Maputo: STAE, 1998), 33.

<sup>762</sup> Domingos M. do Rosário, «Alternância eleitoral do poder local – os limites da descentralização democrática: o caso do município da Ilha de Moçambique, 2003-2008», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012).

<sup>763</sup> Jean Bossuyt e Jeremy Gould, «Decentralisation and poverty reduction: elaborating the linkages», *Policy Management Brief*, nº2, European Centre For Development Policy Management (2000): 3.

<sup>764</sup> Bernhard Weimer, «Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: mantendo a falta de clareza? conjunturas críticas, caminhos, resultados», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 87.

cedo, manifestou-se contra a lei 3/94, tendo votado com o partido governamental pela aprovação da emenda constitucional acima referida introduzindo a coexistência entre a descentralização democrática (consistindo na existência de órgãos locais democraticamente eleitos) e a desconcentração (consistindo na existência de órgãos locais do Estado nomeados pelo governo central).<sup>765</sup>

Portanto, por um lado, a emenda constitucional introduziu um novo capítulo sobre o poder local, prevendo a existência de autarquias e, por outro lado, introduziu alguns preceitos no capítulo sobre órgãos locais do Estado, prevendo a continuidade de órgãos locais do Estado nomeados e subordinados ao nível central. Assim, ao prever, por um lado, a existência de órgãos locais do Estado não eleitos e, por outro lado, a existência de autarquias cujos órgãos seriam indicados por via democrática, a emenda constitucional de 1996 representava um retrocesso relativamente à Lei 3/94 que previa a descentralização democrática em todo o país. Este facto confirma o argumento segundo o qual quando a descentralização ameaça seriamente as elites que detém o poder, esta pode ser revertida. Isto é, à descentralização pode sobrepor-se a recentralização.<sup>766</sup> Ou melhor, a descentralização só faz parte do jogo político quando pode ser instrumentalizada na forma de desconcentração para estender uma parte das rendas aos clientes locais com o fim de assegurar a lealdade dos eleitores e a hegemonia política de determinadas elites ou partidos.<sup>767</sup> Entretanto, no caso de Moçambique, as elites políticas optaram por um sistema misto envolvendo a desconcentração por um lado e a descentralização limitada por outro lado. Esta medida pode estar associada ao facto de que uma total recentralização poderia descredibilizar as elites políticas moçambicanas aos olhos dos doadores internacionais, por sinal os principais financiadores do processo de descentralização.

Se a FRELIMO aprovou a emenda constitucional com o objetivo de evitar a conquista significativa do poder local pela RENAMO, o partido de Afonso Dhlakama votou pela coexistência entre a desconcentração e a descentralização contida na revisão pontual da constituição na esperança de, por um lado, conquistar o poder local por via das eleições locais nas regiões de sua influência, e por outro lado, exercer o poder ao nível local por via do poder central

---

<sup>765</sup> Lei n° 9/96, de 22 de Novembro, *Boletim da República*, I Série, n° 47.

<sup>766</sup> Nicholas Awortwi, «An unbreakable path? a comparative study of decentralisation and local government development trajectories in Ghana and Uganda», *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77, nº2 (2011).

<sup>767</sup> Bernhard Weimer, José Jaime Macuane e Lars Buur, «A economia política do settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012).

nas regiões onde teria lugar apenas a desconcentração.<sup>768</sup> Neste contexto, poder-se-á inferir que no seio da RENAMO existia o otimismo em relação à conquista do poder local e central nas eleições seguintes. Este otimismo era alimentado e fortalecido pelos resultados eleitorais satisfatórios alcançados em 1994.

Tendo sido aprovada a emenda constitucional acima referida que alterou substancialmente a filosofia que orientava a descentralização no contexto da lei 3/94, a FRELIMO, em maioria no Parlamento, aprovou a Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro.<sup>769</sup> A nova lei aprovada com o boicote da RENAMO aplicava-se a um número restrito de cidades e vilas com estatuto de autarquia, previamente definido, e por consequência ficava de fora a grande maioria da população rural.<sup>770</sup> Isto é, no âmbito da nova lei, o estatuto de autarquia limitava-se apenas às cidades e vilas, deixando de fora o distrito. Deste modo, «a descentralização acentuava a divisão do país entre os centros urbanos dispendo de uma autonomia real de administração e uma zona rural submetida à administração e à assistência do Estado.»<sup>771</sup>

Assim, a lei 2/97 abriu caminho às profundas divergências entre os dois partidos. O primeiro ponto de discórdia estava ligado aos municípios selecionados para a realização das primeiras eleições locais. No dia 3 de Julho de 1997, a RENAMO, através do seu Secretário-geral, Francisco Xavier Marcelino, emitiu um comunicado criticando o governo e a FRELIMO pelo facto de pretenderem realizar as eleições em apenas 23 cidades e 10 vilas. A RENAMO insurgia-se contra o facto de o partido no poder propor a realização das primeiras eleições autárquicas no dia 27 de Dezembro de 1997.<sup>772</sup> De acordo com a RENAMO, a lei 2/97 limitava a realização das primeiras eleições autárquicas às áreas urbanas manifestamente favoráveis à FRELIMO, excluindo as zonas rurais onde o partido de Afonso Dhlakama tinha a sua maior influência. Assim, de acordo com a RENAMO a lei em alusão assegurava a vitória da FRELIMO.<sup>773</sup> Neste contexto, a RENAMO

---

<sup>768</sup> Bernhard Weimer, «Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: mantendo a falta de clareza? conjunturas críticas, caminhos, resultados», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 87.

<sup>769</sup> Inge Ruirock, «Mozambique's 2004 general elections», *African Security Review*, Vol 14, n.º 1 (2005): 43; João Carlos Trindade, «Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos», em *Conflito e Transformação Social: Paisagem das Justiças em Moçambique*, org. Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (Porto: Edições Afrontamento, 2003), 120.

<sup>770</sup> João Carlos Trindade, «Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos», em *Conflito e Transformação Social: Paisagem das Justiças em Moçambique*, org. Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (Porto: Edições Afrontamento, 2003): 122.

<sup>771</sup> Domingos Manuel do Rosário, «Os municípios dos "outros": alternância do poder local em Moçambique? o caso de Angoche», *Cadernos de Estudos Africanos*, 30 (2015): 143.

<sup>772</sup> Gabinete do Secretário-geral da RENAMO, Comunicado, 3 de Julho de 1997, em *Savana*, 4 de Julho de 1997.

<sup>773</sup> J. Michael Turner, Sue Nelson and Kimberley Mahling-Clark, «Mozambique's vote for democratic governance: a land touched by regional conflicts», em *Postconflict Elections, Democratization and International Assistance*, ed. Krishna Kumar (Colorado e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998), 165.

exigia o alargamento das eleições autárquicas à mais municípios sobretudo nas zonas rurais onde acreditava possuir um elevado apoio popular, podendo, por isso, alcançar resultados positivos. Aliás, em Janeiro de 1997, antes da aprovação da lei 2/97, Afonso Dhlakama confirmou a intenção da RENAMO participar nas eleições autárquicas que se avizinhavam, sublinhando que o escrutínio permitiria o equilíbrio do poder político no país.<sup>774</sup> Esta posição refletia o otimismo existente no seio da RENAMO em relação ao resultado eleitoral e ao alcance do entendimento com a FRELIMO sobre o quadro legal para o escrutínio autárquico.

O segundo ponto de divergência profunda entre a RENAMO e a FRELIMO residia no recenseamento eleitoral. A FRELIMO defendia que deveria ser realizado um recenseamento global da população em todo o país e no estrangeiro. Entretanto, a RENAMO manifestou-se contra um recenseamento global, argumentando que este não se justificava uma vez que as eleições seriam locais e não decorreriam em todo o país. Ademais, a RENAMO defendia que o país não tinha recursos para a realização de um recenseamento global, acrescentando que o partido não possuía delegações no estrangeiro para a sua fiscalização.

O terceiro ponto de divergência residia na composição dos órgãos eleitorais, nomeadamente, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Durante o debate parlamentar sobre a lei eleitoral que orientaria as eleições autárquicas a RENAMO exigiu o estabelecimento de delegações da CNE ao nível provincial e distrital, integrando os seus elementos tal como tinha acontecido nas eleições legislativas e presidenciais de 1994. Igualmente, a RENAMO exigia a sua representação no STAE.<sup>775</sup> Estas exigências visavam não só as eleições autárquicas mas também as eleições gerais (presidenciais e legislativas) de 1999. Porém, a FRELIMO rejeitou a proposta da RENAMO.

A data para a realização das eleições autárquicas também esteve no centro das discussões, constituindo-se como o quarto ponto de divergência. A CNE com o apoio do governo e da FRELIMO marcou as eleições para o dia 27 de Dezembro de 1997, coincidindo com a quadra festiva. Esta data não colhia a aceitação da RENAMO. No segundo semestre de 1997 teve lugar o adiamento das eleições para o ano seguinte. Assim, as eleições ficaram agendadas para 29 de Maio de 1998 nos 33 municípios inicialmente aprovados.

---

<sup>774</sup> Savana, «Se tivesse tempo: Dhlakama seria candidato para Maputo», 31 de Janeiro, 1997.

<sup>775</sup> Carrie Manning, «Conflict management and elite habituation in post-war democracy: the case of Mozambique», *Comparative Politics*, Vol. 35, n°1 (2002):76.

Para a FRELIMO o adiamento resultava do desgaste da sua imagem política e, por isso, não se revelava oportuna a ida do partido às eleições. O governo da FRELIMO enfrentava vários problemas, entre os quais, a crise no sector da indústria do caju resultante da adoção das políticas para a sua liberalização apoiadas pelo FMI e pelo Banco Mundial. A sucessão de greves de trabalhadores em diferentes sectores de atividade económica no país, o desemprego, a subida dos níveis de criminalidade e a gestão bastante deficiente de muitas autarquias nas mãos do partido governamental, sendo a cidade de Maputo, liderada por Baptista Cosme, um exemplo que se mostrava embaraçoso para a FRELIMO. Aliás, as críticas contra Baptista Cosme eram também dirigidas por membros da FRELIMO que chegaram a exigir a sua demissão. O caso da cidade de Maputo é apenas um exemplo que, potencialmente, poderia favorecer a oposição. Perante esta situação, é compreensível que a FRELIMO precisasse de mais tempo para a tomada de medidas que permitiriam a restauração da sua imagem vis-à-vis as eleições autárquicas. É neste contexto que, em Novembro de 1997, Joaquim Chissano, Presidente da República, nomeou Artur Canana para o cargo de Presidente da Camara Municipal de Maputo, substituindo Baptista Cosme. A nomeação de Canana deve ser interpretada como parte dos esforços visando a reabilitação da imagem da FRELIMO vis-à-vis a conquista da vitória nas eleições autárquicas que se avizinhavam. Em outras cidades, a FRELIMO iniciou um trabalho intenso de preparação das condições para a materialização da almejada vitória eleitoral.

O adiamento das eleições interessava a RENAMO uma vez que este partido enfrentava problemas materiais e financeiros que tornavam difícil a sua participação no escrutínio em Dezembro de 1997. Neste período a RENAMO ainda possuía dívidas por pagar aos fornecedores dos serviços durante as eleições de 1994. Este facto é confirmado pelas declarações do Secretário-geral da RENAMO Raúl de Castro, no final do primeiro trimestre de 1997 segundo as quais «os doadores continuam sem canalizar o dinheiro necessário para o pagamento aos fornecedores (credores) a quem a RENAMO solicitou os serviços para a campanha eleitoral de 1994.»<sup>776</sup> Segundo Raúl de Castro, se os doadores não ajudassem a RENAMO a pagar a dívida o partido de Afonso Dhlakama não teria dinheiro para suportar as despesas e, por isso, os fornecedores não aceitariam providenciar os serviços de apoio. Eventualmente, influenciada pela experiência registada nas eleições de 1994, a RENAMO esperava que a comunidade doadora internacional providenciasse o apoio financeiro para a sua participação nas eleições.

---

<sup>776</sup> Savana, «Ainda caso *trust fund* que não chegou para as dívidas da campanha: RENAMO em pulgas ataca Embaixador italiano», 7 de Março, 1997, 2.



Contudo, é importante referir que até ao primeiro trimestre de 1998, a RENAMO nutria o otimismo em relação aos resultados da sua participação nas eleições locais conforme ilustram as seguintes declarações de Afonso Dhlakama na cidade Maxixe, província de Inhambane, durante a sua digressão de pré-campanha pelo país: «Desta vez vamos dividir bem o poder com a FRELIMO aqui no sul. As populações dizem-me que estão fartas dos roubos da FRELIMO e encorajam a RENAMO a continuar o seu trabalho para derrubar a FRELIMO nas urnas.»<sup>777</sup> O otimismo do líder da RENAMO era alimentado pelos inúmeros problemas com os quais se debatiam as autarquias dirigidas pela FRELIMO, nomeadamente, o mau saneamento, deficiente sistema de transportes, insegurança, deficiências no ordenamento dos territórios municipais, desemprego no espaço urbano e a corrupção – por sinal problemas que eram denunciados e reportados na imprensa nacional. Este ambiente convencia a RENAMO de que a FRELIMO estava com a sua imagem e credibilidade beliscadas e, por isso, elevavam-se as possibilidades de dividir a governação autárquica com o partido governamental.

Apesar da objeção da RENAMO, em 1997, o STAE com a aprovação da CNE realizou o recenseamento eleitoral global da população que culminou com o registo de 7 223 937 eleitores em todo o país, sendo o universo de eleitores nos 33 locais que iriam acolher as primeiras eleições autárquicas de 1 965 530. Entretanto, no primeiro trimestre de 1998 a RENAMO apresentou a exigência segundo a qual o censo eleitoral deveria ser repetido devido ao registo de irregularidades. A RENAMO colocava a satisfação da sua exigência como condição para sua participação nas eleições locais. Esta exigência estava longe de ser satisfeita embora fossem reconhecidas pela própria CNE algumas irregularidades no processo de recenseamento. Porém, tais irregularidades estavam longe de justificar tal repetição, até porque o país não dispunha de recursos financeiros para o efeito. Tratava-se de uma exigência pouco razoável e manifestamente incomportável do ponto de vista financeiro e logístico. Para aumentar a pressão sobre as instituições eleitorais, sobre o governo e sobre a FRELIMO tendo em vista a satisfação das suas exigências, os 3 membros da RENAMO na CNE abandonaram este órgão eleitoral, em Janeiro de 1998. Para a justificação da sua decisão os 3 membros da RENAMO argumentaram que o Presidente da CNE não atendia as suas reclamações sobre as irregularidades registadas no recenseamento eleitoral.<sup>778</sup>

---

<sup>777</sup> Savana, «Vamos dividir bem o poder com a FRELIMO – é Dhlakama que assim fala», 7 de Novembro de 1997, 32.

<sup>778</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992, 2000* (Westport: Praeger, 2002), 192.

Entretanto, em Fevereiro de 1998, Leonardo Simbine, Presidente da CNE, colocou fora de hipótese a repetição do recenseamento eleitoral, sublinhando que na ausência dos elementos da RENAMO o órgão eleitoral deliberou por maioria que os resultados do recenseamento eleitoral eram legalmente válidos, não havendo evidências de qualquer conduta ou prática dos intervenientes no processo eleitoral tendente a favorecer ou prejudicar de forma intencional qualquer força política ou os eleitores.<sup>779</sup> Todavia, Simbine reconheceu que estavam em falta 79 335 registos de eleitores, correspondentes a 4,04% do total nas 33 autarquias.

Face à posição da CNE, Afonso Dhlakama reiterou que caso as exigências do seu partido não fossem satisfeitas, nomeadamente, a redefinição da composição e competências da CNE, a inclusão de figuras indicadas pela oposição no STAE a todos os níveis, a anulação do recenseamento eleitoral de 1994 e 1997 e a realização de um censo totalmente novo, o seu partido não participaria nas primeiras eleições locais.<sup>780</sup> Para a realização de um novo recenseamento a RENAMO apresentava o argumento segundo o qual em 1997 foram registados eleitores não residentes nas autarquias e também no estrangeiro como parte de uma estratégia de fraude do seu maior adversário político – a FRELIMO. Contudo, a RENAMO não apresentou as provas das suas acusações.

Perante as ameaças de boicote eleitoral anunciadas pela RENAMO, a FRELIMO reafirmou a intenção de participar nas eleições autárquicas independentemente da presença ou não da oposição conforme ilustra a seguinte declaração de Manuel Tomé, Secretário-geral do partido governamental:

[...] Se a RENAMO mantiver a sua vontade de não participar, nós vamos aceitar a sua escolha. É a RENAMO que vai perder ainda mais de sua credibilidade e as eleições terão na mesma lugar... não haverá défice democrático nenhum provocado pela ausência de uma formação política nas eleições... mas pode haver um défice democrático se o povo não participar nas eleições... e isto não vai acontecer [...]<sup>781</sup>

Igualmente, o governo, através de Pascoal Mocumbi, Primeiro-ministro, anunciou que as eleições autárquicas seriam realizadas mesmo sem a participação do maior partido da oposição, desvalorizando as ameaças de boicote apresentadas pela RENAMO e pelos restantes partidos da oposição. A declaração de Manuel Tomé e a posição do governo acima mencionadas ilustram o

---

<sup>779</sup> *Metical*, «Não haverá repetição do censo eleitoral», 20 de Fevereiro de 1998, 2.

<sup>780</sup> *Metical*, «RENAMO não vai apresentar candidatos», 26 de Fevereiro de 1998, 1.

<sup>781</sup> *Noticias*, «A realizarem-se a 29 de Maio FRELIMO diz não ao adiamento das eleições: e afirma acreditar que a RENAMO vai participar no pleito apesar da sua atual posição», 2 de Março de 1998, 4.

otimismo da FRELIMO em relação aos resultados da sua participação nas eleições autárquicas. Portanto, a FRELIMO tinha a convicção de que venceria as eleições e de que a participação dos eleitores não seria afetada negativamente pela ausência da oposição. Igualmente, o governo da FRELIMO estava convicto de que, aos olhos da comunidade internacional, a realização das eleições mesmo na ausência da oposição constituir-se-ia como um exemplo do seu elevado compromisso com a democratização do país. Por outro lado, o governo e o partido que o suportava entendiam que não participando nas eleições, a RENAMO e a oposição lançariam a sua imagem ao descrédito a nível doméstico e internacional – algo que do ponto de vista político poderia constituir-se como um ganho importante para o partido governamental.

Perante a irredutibilidade do governo e da FRELIMO, no princípio de Março de 1998, os partidos não parlamentares, nomeadamente, FUMO, PCN, MONAMO e o PADEMO aproximaram-se mais às posições da RENAMO ao considerarem a existência de irregularidades no processo de recenseamento eleitoral, sublinhando que os mecanismos de solução apresentados pelos órgãos eleitorais para as sanar eram unilaterais e, por isso, não ofereciam as garantias de isenção, seriedade e imparcialidade. Igualmente, os partidos em referência acusaram a FRELIMO de ignorar a existência das irregularidades denunciadas pela RENAMO e pelos restantes partidos da oposição, pretendendo, assim, realizar as eleições a 29 de Maio de 1998. Segundo os partidos da oposição se as eleições se realizassem na data acima referida sem que fossem satisfeitas as reclamações apresentadas aquelas seriam consideradas ilegais. Neste contexto, os 4 partidos da oposição acima referidos condicionaram a sua participação no escrutínio às soluções que o governo apresentasse para as exigências colocadas.<sup>782</sup> A existência de irregularidades foi reconhecida por outros partidos da oposição e candidatos independentes como Francisco Masquil e Philippe Gagnaux. Porém, os dois independentes defendiam a realização das eleições, argumentando que as irregularidades poderiam ser sanadas.

Na primeira quinzena de Abril de 1998, o Secretário-geral da RENAMO, João Alexandre reuniu-se com Alfredo Gamito, Ministro da Administração Estatal com o objetivo de buscar uma solução para as exigências colocadas pelo partido liderado por Afonso Dhlakama. Entretanto, o Ministro da Administração Estatal disse que as exigências da RENAMO só poderiam ser satisfeitas em relação às eleições legislativas de 1999.<sup>783</sup> Perante a posição do governo, João Alexandre reafirmou a posição da RENAMO segundo a qual se não fossem satisfeitas as suas exigências o

---

<sup>782</sup> *Metical*, «Mais uma ameaça de boicote», 6 de Março de 1998, 3.

<sup>783</sup> *Savana*, «Junto do Ministro da Administração Estatal: RENAMO bate-se pela sua integração no STAE», 10 de Abril de 1998, 32.

partido não participaria nas eleições autárquicas. Assim, perante o fracasso do diálogo visando buscar uma solução para as exigências da RENAMO e dos restantes partidos da oposição estes decidiram optar pela não participação nas eleições e pela realização de uma campanha de mobilização dos eleitores para que não participassem na votação como um gesto de protesto contra a posição do governo e do partido que o suportava. É neste contexto que em finais de Abril, os 15 partidos extraparlamentares e a RENAMO decidiram criar uma comissão coordenadora e uma brigada que iria percorrer os 33 locais onde teriam lugar as eleições autárquicas para explicar a posição dos partidos da oposição em relação às primeiras eleições autárquicas.

### **7.3 As Primeiras Eleições Autárquicas: A Posição da Comunidade Internacional**

A comunidade internacional acompanhava atentamente e apoiava o processo de descentralização em Moçambique. Inicialmente, a comunidade internacional (sobretudo os principais doadores de Moçambique) condicionava a ajuda financeira e material ao processo eleitoral autárquico ao alcance do consenso entre as principais forças políticas em Moçambique.<sup>784</sup> Preocupada com a agudização da cristação de posições entre a RENAMO e o governo liderado pela FRELIMO e perante as ameaças de boicote eleitoral, no dia 25 de Fevereiro de 1998, os embaixadores da Alemanha, EUA, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Portugal e União Europeia reuniram-se com os dirigentes do principal partido da oposição em Moçambique. O encontro serviu, por um lado, para chamar a atenção à RENAMO sobre a falta de razoabilidade em algumas das suas exigências, nomeadamente a realização de um novo recenseamento eleitoral, manifestamente incomportável do ponto de vista financeiro e logístico, e por outro lado, para que o partido de Afonso Dhlakama adotasse uma atitude de cooperação com o governo do que de boicote, visando a resolução dos problemas apresentados e a sua participação no processo eleitoral.<sup>785</sup> Em meados de Março, este apelo foi renovado por Bernard Everett, Alto-comissário da Grã-Bretanha, em Moçambique, afirmando o seguinte: «temos enfatizado sempre que ninguém deve tentar exercer um veto no processo.»<sup>786</sup>

Os apelos da comunidade doadora internacional levaram o líder da RENAMO a anunciar, na primeira quinzena de Março, o abandono de uma das suas principais exigências, nomeadamente, a realização de um novo recenseamento eleitoral nos 33 locais onde teriam lugar as primeiras eleições autárquicas – por sinal uma reclamação que se revelava pouco razoável do ponto de vista

---

<sup>784</sup> Lina Soiri, «Moçambique: Aprender a Caminhar com Uma Bengala Emprestada? Ligações entre Descentralização e Alívio à Pobreza», (1999), 12, IESE, [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/geral/artigos\\_cientificos\\_imprensa/aprender.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/aprender.pdf)

<sup>785</sup> *Metical*, «RENAMO não vai apresentar candidatos», 26 de Fevereiro de 1998, 1.

<sup>786</sup> *Metical*, «A posição da União Europeia», 17 de Março de 1998, 1.

logístico e financeiro e manifestamente inoportuno aos olhos dos doadores que providenciavam a ajuda financeira e material para o processo eleitoral. Segundo Afonso Dhlakama a sua cedência resultava do facto de o governo ter adiado as eleições autárquicas de 29 de Maio para 30 de Junho de 1998 e pelo facto de a CNE ter reconhecido a existência de irregularidades. Entretanto, Dhlakama reiterou que mantinha as restantes exigências nomeadamente, a redefinição das competências e composição da CNE assim como a integração de elementos da RENAMO no STAE, sublinhando que sem a satisfação destas exigências a RENAMO não iria às eleições.<sup>787</sup> O argumento da RENAMO para estas exigências era de que o STAE era constituído por quadros provenientes e subordinados ao Ministério da Administração Estatal e, por isso, tratava-se de quadros da FRELIMO ou ao serviço da FRELIMO e não do Estado.

Igualmente, a comunidade internacional doadora exerceu pressão sobre o governo na esperança de que este se abrisse mais ao entendimento com a RENAMO em relação ao processo eleitoral autárquico. Em meados de Março de 1998, Bernard Everett, Alto-comissário da Grã-Bretanha em Maputo (Estado que presidia a União Europeia) afirmou que os representantes da União Europeia em Moçambique entendiam que a ausência dos partidos da oposição nas eleições locais afetaria negativamente a credibilidade do processo eleitoral e a imagem do país.<sup>788</sup> A declaração Bernard Everett expressava a preocupação da União Europeia em ver assegurada a participação da RENAMO e dos restantes partidos da oposição no processo eleitoral, deixando transparecer o apelo para que o governo buscasse o entendimento com os partidos da oposição de modo a dar corpo à pluralidade política que caracteriza a democracia.

Joaquim Chissano reagiu à posição da União Europeia expressa por Everett, sublinhando que «quem legitima ou não legitima as eleições é o povo».<sup>789</sup> A resposta de Chissano revelava a preocupação em evitar a pressão sobre o governo no sentido de fazer cedências às exigências da RENAMO e dos restantes partidos da oposição. Aliás, neste período o governo e a FRELIMO procuravam a todo custo governar o país fora de um contexto de exceção (ou especial) que caracterizou o período entre 1992 e 1994, evitando a continuidade de um lugar e tratamento especial para a RENAMO. Aos olhos da FRELIMO, as pressões da comunidade internacional no sentido da satisfação das exigências da RENAMO deitariam por terra os esforços visando a normalização da governação no país.

---

<sup>787</sup> *Metical*, «Dhlakama cede», 18 de Março de 1998, 1.

<sup>788</sup> *Metical*, «A posição da União Europeia», 17 de Março de 1998, 1.

<sup>789</sup> *Idem*.

No princípio Maio de 1998, o jornal «Domingo» divulgou uma notícia segundo a qual as autoridades europeias iriam retirar os fundos para a organização das eleições autárquicas de 30 de Junho devido a ausência da RENAMO e dos restantes partidos da oposição. Em resposta, o Delegado da Comissão Europeia em Moçambique, Álvaro Neves da Silva esclareceu que a notícia não correspondia à verdade. Neves da Silva anunciou publicamente que «todos os contratos já foram assinados e que tudo estava nas mãos do governo.»<sup>790</sup> Por isso, segundo o Delegado da Comissão Europeia tratava-se de um assunto ultrapassado. Deste modo a posição da União Europeia constitui-se como a legitimação da continuidade do processo eleitoral pela comunidade internacional apesar dos protestos da RENAMO e de outros partidos da oposição. Esta declaração pública da União Europeia tinha muita relevância e valor para o governo e para o partido FRELIMO que enfrentavam uma oposição pública dos EUA em relação a realização das eleições sem a presença da oposição.

No dia 19 de Maio de 1998, Afonso Dhlakama lançou um apelo à União Europeia no sentido de mudar a sua posição de aprovação do avanço do processo eleitoral. O líder da RENAMO apresentou à União Europeia o argumento segundo o qual «apoiar um processo assim é contribuir para a instabilidade de Moçambique; é apoiar a farsa, a burla e a ditadura da FRELIMO.»<sup>791</sup> Entretanto, o apelo de Afonso Dhlakama, mesmo com um tom ameaçador não gerou os efeitos por ele pretendidos na União Europeia. Assim, no dia 29 de Maio de 1998, a Presidência da União Europeia, exercida pela Grã-Bretanha, emitiu em Londres e Bruxelas a sua posição final, dando luz verde às eleições autárquicas, porém, manifestando a preocupação devido a falta de entendimento entre o governo e a oposição e os seus efeitos adversos, por um lado, sobre a imagem e a credibilidade do país, e por outro lado, sobre o processo de reconciliação.<sup>792</sup>

Entretanto, no mesmo mês, o Embaixador americano em Maputo, Brian Curran anunciou que ao contrário da União Europeia, os EUA retiravam o seu apoio financeiro ao ato eleitoral nos locais onde não houvesse oposição à FRELIMO. Através de um comunicado de imprensa, Brian Curran afirmou que lamentava o facto de:

[...] As legítimas preocupações dos partidos da oposição, no que se refere à imparcialidade e transparência do processo eleitoral não tenham sido levadas em conta de uma forma adequada pela Assembleia da República a quando da aprovação do pacote legislativo concernente às eleições autárquicas no ano transato, nem pelo governo, em resposta a subsequentes e repetidos pedidos da

---

<sup>790</sup> *Metical*, «Não é verdade», 12 de Maio de 1998,1.

<sup>791</sup> *Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique*, «Diplomatas e igreja divididos», 21 de Julho de 1998, 11-12.

<sup>792</sup> *Metical*, «A UE e as autárquicas: posição final», 3 de Junho de 1998, 6.

oposição. Por isso, os EUA não continuarão a prestar assistência às atividades ligadas ao processo eleitoral nos locais onde não haja uma verdadeira escolha de candidatos. [...] <sup>793</sup>

À semelhança da União Europeia, os EUA manifestaram a sua preocupação com as implicações que as eleições sem a presença da oposição teriam para a imagem externa de Moçambique. Apesar de criticar severamente o governo pela sua irredutibilidade perante as reivindicações dos partidos políticos da oposição, os EUA sublinharam que lamentavam o boicote eleitoral e era de extrema importância para a democracia moçambicana que nenhuma pessoa ou partido interferisse ou privasse os cidadãos do seu direito constitucional de votar. Portanto, embora a sua posição se constituísse como um amparo à oposição, considerando válidas as reclamações da RENAMO sobre o mau desempenho do STAE, os EUA deixavam um apelo claro de que aquela situação não justificava nenhuma ação fora do quadro político vigente, remetendo para as melhorias do processo eleitoral nas eleições seguintes.

#### **7.4 O Boicote Eleitoral**

A pressão da comunidade internacional mostrou-se insuficiente para a construção do entendimento entre o governo da FRELIMO, a RENAMO e grande parte dos partidos políticos da oposição de modo a evitar o boicote eleitoral. Embora a CNE afirmasse que havia um trabalho em curso com vista a corrigir as irregularidades registadas no recenseamento eleitoral, a RENAMO e outros partidos da oposição entendiam que as medidas do órgão eleitoral eram unilaterais e por isso não proporcionavam as garantias de segurança e credibilidade necessárias. A ausência de representantes da oposição no STAE e a falta de redefinição da composição e competências da CNE continuaram a ser as principais exigências da RENAMO e de outros partidos da oposição.

Aparentemente, a posição intransigente da RENAMO e de outros partidos da oposição estava relacionada à sua expectativa de ver uma maior intervenção da comunidade internacional no processo eleitoral, exercendo maior pressão sobre o governo da FRELIMO no sentido deste fazer concessões. Igualmente, não é de excluir a expectativa da RENAMO e de outros partidos da oposição de receber dos doadores internacionais a ajuda financeira internacional para a participação no processo eleitoral autárquico. A declaração de Máximo Dias, líder do MONAMO, numa carta dirigida ao Afonso Dhlakama e ao Secretário-geral da RENAMO é ilustrativa:

---

<sup>793</sup> *Metical*, «EUA retiram apoio às autárquicas», 13 de Maio de 1998, 1.

[...] A democracia pluripartidária num país como o nosso precisa de ser apoiada economicamente e financeiramente sob um forte controlo de quem der o apoio... De momento e nos próximos dez anos e, enquanto a situação económica e cultural do país não se modificar para o melhor não será possível manter os partidos políticos através de quotizações dos seus apoiantes. É esta a verdade que os doadores internacionais ainda não foram capazes de se aperceberem ... Quero exprimir o meu desapontamento em relação à comunidade internacional que felizmente tudo tem feito para preparar o cenário do nosso teatro político mas, definitivamente, está decidido a não apoiar as respetivas companhias teatrais, os partidos políticos [...]<sup>794</sup>

Em Maio de 1998, quando a União Europeia anunciou o seu apoio financeiro e material às eleições autárquicas mesmo sem a mudança da posição governamental era demasiado tarde para qualquer tentativa de participação da oposição no processo eleitoral. Perante a falta do esperado apoio da comunidade internacional, à RENAMO e aos partidos da oposição restava apenas uma alternativa - dar continuidade ao anunciado boicote eleitoral com o objetivo de desacreditar todo o processo eleitoral e descredibilizar o governo e a FRELIMO.

Entretanto, um outro fator jogou um papel importante para a opção da RENAMO e de outros 15 partidos da oposição pelo boicote eleitoral. A RENAMO e os 15 partidos da oposição estavam otimistas em relação a vitória em um número significativo de municípios conforme ilustra a seguinte declaração de Máximo Dias em Abril de 1998:

[...] A minha opinião pessoal e a do MONAMO é que a oposição deveria jogar forte e coordenada em 5 municípios, Maputo, Beira, Chimoio, Quelimane e Nampula onde teríamos a vitória garantida, mesmo Maputo, a capital do país, onde a FRELIMO está fortemente fragilizada devido às divergências, contradições e tribalismo, tudo porque há choques de interesses pessoais e, principalmente porque se escolheu um candidato não natural de Maputo e pertencente a uma etnia diferente dos changanes ou mesmo a dos rongas [...]<sup>795</sup>

De facto, durante a primeira legislatura evidenciaram-se algumas contradições entre o governo e alguns membros da liderança da bancada parlamentar da FRELIMO. Por um lado, tais contradições tinham uma raiz marcadamente ideológica.<sup>796</sup> Por outro lado, as divergências estavam ligadas ao facto de alguns membros da liderança da bancada parlamentar da FRELIMO entenderem que a ação governativa deveria ser orientada pelos órgãos do partido. O governo opôs-se à exigência. Para o governo a satisfação da exigência poderia reduzir seriamente a sua

---

<sup>794</sup> Savana, «Máximo Dias desabafa sobre Dhlakama e RENAMO», 10 de Abril de 1998, 29.

<sup>795</sup> *Idem.*

<sup>796</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol. 40, n°1 (2002): 69.



capacidade de resposta uma vez que o exercício de governação requeria a tomada de decisões rápidas e não raras vezes urgentes.

O líder do MONAMO entendia que a vitória nas cidades acima referidas permitiria a demonstração de capacidade de organização e de governação da RENAMO e da oposição, constituindo-se como uma importante rampa de seu lançamento para a vitória nas eleições gerais de 1999. Este otimismo foi reafirmado e exteriorizado pelo Secretário-geral da RENAMO, João Alexandre, em finais de Junho de 1998 poucos dias antes da realização das eleições autárquicas. Todavia, a RENAMO e os 15 partidos da oposição entendiam que a governação nos municípios sob o seu controlo após as eleições seria alvo de uma sabotagem orquestrada pela FRELIMO. Tal ação atribuída ao partido governamental era interpretada como visando apresentar a RENAMO e a oposição como incapazes, desorganizados e irresponsáveis durante as eleições gerais de 1999 em relação às quais os partidos da oposição nutriam um elevado otimismo. A seguinte declaração de João Alexandre, Secretário-geral da RENAMO é bastante ilustrativa:

[...] A RENAMO não tem medo de assumir o poder. Só que o que pretendemos é assumir um poder verdadeiro que tenha como finalidade última a assunção das prerrogativas dos eleitores. Sabíamos que tomando parte nas atuais eleições seríamos eleitos. Mas sabemos ao mesmo tempo que a FRELIMO não nos irá deixar governar ou exercer convenientemente o poder autárquico onde fôssemos eleitos. É isso que nos revolta e que está por detrás da nossa retirada [...] <sup>797</sup>

A preocupação com as eleições de 1999 foi muitas vezes sublinhada por Afonso Dhlakama conforme evidenciam as suas seguintes declarações em Fevereiro de 1998: «Estou cansado de ser roubado. Se aceitarmos agora, em 1999 não teremos mais voz para reclamar.» <sup>798</sup> Esta declaração revela a centralidade que as eleições de 1999 tinham nas reivindicações da RENAMO em relação às primeiras eleições autárquicas.

O receio de que a FRELIMO obstruísse a governação municipal da oposição e o otimismo da RENAMO em relação à vitória nas eleições gerais de 1999 constituíram-se como a condição necessária para a decisão pelo boicote das primeiras eleições autárquicas. A falta de apoio financeiro e material e do consenso entre a RENAMO e o governo da FRELIMO em torno da composição e competências da CNE e do STAE e sobre o recenseamento eleitoral constituíram-se como condição suficiente para o boicote eleitoral. Isto é, se a RENAMO não queria assumir a governação local de modo a evitar um possível bloqueio à sua governação pela FRELIMO o que

---

<sup>797</sup> Savana, «A propósito das autarquias, descentralização está adiada para o ano 2000: posicionamento da RENAMO pela voz do seu SG, João Alexandre», 26 de Junho de 1998, 16-17.

<sup>798</sup> Matical, «RENAMO não vai apresentar candidatos», 26 de Fevereiro de 1998, 1.

comprometeria negativamente a imagem do partido de Afonso Dhlakama nas eleições gerais de 1999, então a falta de consenso sobre a composição e competências da CNE e do STAE bem como a falta de recursos financeiros e materiais foi uma oportunidade explorada pelo principal partido da oposição para justificar politicamente a sua não participação nas eleições autárquicas. Isto ajuda a explicar as exigências intransigentes e manifestamente inoportáveis da RENAMO como a realização de um novo recenseamento eleitoral, a alteração da legislação sobre a composição e competência dos órgãos eleitorais em pleno processo eleitoral e o pedido de adiamento das eleições para o último trimestre de 1998 numa altura em o processo eleitoral marcado para Junho do mesmo ano estava bastante avançado e depois de outros adiamentos desde 1996. Aparentemente, a RENAMO fazia as exigências em relação as quais sabia, a partida que nem os doadores, nem o governo poderiam satisfazer por razões de ordem financeira, logística e prática. Deste modo a RENAMO construía o argumento político que precisava para o boicote eleitoral.

Para os 15 partidos da oposição a falta de apoio financeiro e material constituiu-se como a condição necessária e suficiente para a sua adesão ao boicote eleitoral. Isto é, a falta de apoio financeiro e material sobretudo dos doadores e do Estado é que determinou a participação dos 15 partidos da oposição no boicote eleitoral. É pouco provável que perante uma eventual disponibilização de recursos financeiros e materiais dos doadores os 15 partidos da oposição tivessem participado com a RENAMO no boicote eleitoral.

Enquanto a FRELIMO que tinha vencido a batalha no campo diplomático (recebendo a luz verde da União Europeia para o apoio às eleições, embora não faltassem avisos) realizava a campanha eleitoral procurando mobilizar o eleitorado para a participação massiva nas eleições autárquicas, a RENAMO e os outros 15 partidos da oposição desdobravam-se em campanha nas 33 autarquias, mobilizando os eleitores no sentido de não participarem na votação.

Durante a campanha pelo boicote eleitoral a RENAMO reafirmou inúmeras vezes que não recorreria ao uso da violência ou da força das armas como forma de manifestação do seu descontentamento com a decisão do governo de realizar o ato eleitoral conforme ilustra a seguinte declaração de João Alexandre, Secretário-geral da RENAMO: «a verdade é que no dia 30 não nos iremos entregar a nenhuma violência para impedir que aqueles quanto ainda acreditam nas mentiras da FRELIMO vivam na sua ilusão.»<sup>799</sup> De um modo geral a campanha eleitoral pela participação dos eleitores na votação e a campanha pelo boicote eleitoral tiveram lugar num

---

<sup>799</sup> Savana, «A propósito das autarquias, descentralização está adiada para o ano 2000: posicionamento da RENAMO pela voz do seu SG, João Alexandre», 26 de Junho de 1998, 16-17.

ambiente pacífico, sem registo de violência e de perturbação da ordem e segurança públicas. Esta situação pode ter resultado do facto de que quando os ex-beligerantes nutrem o otimismo em relação aos resultados do seu engajamento no processo de paz e de democratização os custos relativos ao recurso ao uso da força para o alcance dos seus objetivos políticos afiguram-se bastante elevados e menos atrativos.

Apesar do desacordo entre a RENAMO e o governo da FRELIMO, as duas partes tinham um interesse comum: projetar-se ao nível doméstico e internacional como verdadeiros defensores da democracia. Neste contexto, perante o boicote da oposição, ao governo da FRELIMO interessava que o processo eleitoral fosse organizado de forma pacífica de modo que o ato eleitoral não tivesse a sua legitimidade questionada ao nível doméstico e internacional. Tendo em consideração o otimismo que nutria em relação aos resultados eleitorais de 1999, à RENAMO interessava tudo fazer para evitar a transmissão de sinais negativos ao nível doméstico e internacional.

### **7.5 As Eleições e a Vitória da FRELIMO**

No dia 30 de Junho de 1998 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas em Moçambique. Apesar do boicote eleitoral e dos receios de registo de violência, a votação decorreu num ambiente pacífico. Não houve registo significativo de atos de violência ou de ameaça de uso da violência de nenhuma parte do processo.

Em resultado do boicote eleitoral, a FRELIMO e seus candidatos concorreram sem oposição em grande parte das autarquias. Os candidatos da FRELIMO ao cargo de presidente de município concorreram sem oposição em 19 das 33 autarquias. Para as assembleias municipais a FRELIMO contou com concorrentes em 6 autarquias. Grande parte das candidaturas que se apresentaram à corrida eleitoral em oposição à FRELIMO eram constituídas por cidadãos ou grupos de cidadãos independentes e pelo Partido Trabalhista (PT).

Concorrendo sem a presença de grande parte da oposição, a FRELIMO conquistou a vitória em todas as autarquias. Assim, a FRELIMO viu eleitos todos os seus candidatos à liderança das autarquias assim como alcançou a maioria nas assembleias municipais, incluindo os casos em que os grupos de cidadãos independentes conseguiram conquistar alguns assentos como nas cidades de Maputo, Matola, Manhiça, Xai-Xai, Beira e Nacala Porto. No Município de Maputo o grupo de cidadãos independentes denominado Juntos Pela Cidade (JPC) conquistou 25, 58% dos votos; na cidade da Matola, a Resistência de Unidade Moçambicana (RUMO) conquistou 17,68% dos votos, na Vila de Manhiça, o NATURNA obteve 39,41% dos votos, na cidade de Xai-Xai, o PT

obteve 9,56% dos votos, na cidade da Beira o Grupo de Reflexão e Mudança amealhou 39,85% de votos e em Nacala Porto, o grupo OCINA obteve 28,85% dos votos.<sup>800</sup>

Entretanto, a vitória da FRELIMO foi ensombrada pela baixa afluência dos eleitores às urnas. A taxa de abstenção foi muito elevada, situando-se em 85,42%. Isto é, num universo de 1 965 530 eleitores inscritos nas 33 autarquias, somente 286 659 eleitores exerceram o direito de voto. Portanto, a taxa de afluência dos eleitores às urnas foi de 14,58%.<sup>801</sup> Se a FRELIMO estava otimista em relação à participação massiva dos eleitores na votação conforme declararam os seus membros e dirigentes durante o processo que conduziu às primeiras eleições locais no país, os níveis de abstenção dos eleitores surpreenderam o partido governamental. A FRELIMO pretendia alcançar a vitória numa eleição bastante participada, pois, desse modo, legitimaria melhor a sua posição ao nível doméstico e aos olhos dos doadores que não deixaram de lançar críticas e avisos de preocupação ao governo pela falta de consenso com a oposição. Igualmente, uma participação massiva dos eleitores na votação constituir-se-ia como uma pesada derrota política para a RENAMO e os 15 partidos da oposição que se engajaram na campanha pelo boicote eleitoral.

O dia da votação foi caracterizado por uma elevada desorganização denunciada por observadores independentes e pela imprensa. As assembleias de voto deveriam estar abertas à votação às 7h00 da manhã, porém, muitos postos de votação abriram tardiamente. Por exemplo, nas cidades de Maputo e Matola houve o registo de postos de votação que só ficaram abertos depois das 11h00 da manhã. Em outras partes do país houve postos de votação que só começaram a funcionar no período da tarde. Problemas de ordem logística e organizacional estiveram por detrás dos atrasos em referência.

Para a RENAMO e os 15 partidos da oposição a elevada abstenção eleitoral e a desorganização registada no dia da votação constituíram-se como uma importante vitória política, eventualmente, inesperada, apesar da campanha realizada pelo boicote eleitoral. A RENAMO declarou que a baixa afluência às urnas era o resultado da sua campanha pelo boicote eleitoral. Para a RENAMO o ato eleitoral estava despido de legitimidade devido a elevada taxa de abstenção. Por isso, a oposição liderada pelo partido de Afonso Dhlakama submeteu ao Tribunal Supremo (que na altura

---

<sup>800</sup> *Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique*, «Comissão Nacional de Eleições: resumo dos dados das assembleias municipais», 21 de Julho de 1998.

<sup>801</sup> *Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique*, «Comissão Nacional de Eleições: resumo do processo de votação», 21 de Julho de 1998.

desempenhava, igualmente, as funções de Conselho Constitucional) o pedido de anulação das primeiras eleições autárquicas.

No dia 13 de Agosto de 1998, após a análise do pedido da oposição, o Tribunal Supremo anunciou a sua decisão de validar os resultados eleitorais de 30 de Junho de 1998. Para a sua decisão, o Tribunal Supremo apresentou o argumento segundo o qual o índice de abstenção registado no ato eleitoral não tinha qualquer relevância jurídica para o efeito de validação das eleições, tendo em conta que a lei eleitoral não estabelecia nenhum limite mínimo como condição para a sua validação. Entretanto, 2 dos 6 juízes conselheiros do Tribunal Supremo, nomeadamente, Norberto Carrilho e João Carlos Trindade não subscreveram o ato de validação das eleições. Após a decisão do Tribunal Supremo, os órgãos locais eleitos tomaram posse dando-se, assim, início ao processo de governação democrática ao nível local.

A causa da elevada abstenção eleitoral foi objeto de muitas discussões no meio político, na imprensa e na sociedade em geral. O jornal «Metical» escrevia que a elevada abstenção era um sinal de que o sistema político moçambicano estava seriamente desacreditado. Igualmente, o jornal argumentava que o facto de cerca de 85% dos eleitores não terem ido às urnas era um voto inequívoco contra o sistema que era percebido como não valendo nada após a experiência eleitoral de 1994.<sup>802</sup> Outros observadores apontavam a desorganização que marcou o dia da votação como uma das razões que estiveram por detrás da baixa afluência às urnas.

Entretanto, um amplo estudo conduzido por Carlos Serra sobre a abstenção nas eleições em referência concluiu que existia um conjunto de causas que estiveram por detrás da fraca afluência às urnas, nomeadamente: o ceticismo dos eleitores em relação às promessas dos candidatos que se propunham resolver problemas futuros quando os detentores do voto tinham a necessidade de ver resolvidos os seus problemas presentes. Aliás, segundo o autor, os programas eleitorais apresentados pelos candidatos municipais eram iguais ou eram a duplicação do programa prometido pelo governo central sobre o qual os eleitores tinham muitas dúvidas. De acordo com o autor, perante a ausência de um ator político-chave no processo de paz em Moçambique, os eleitores quiseram, eventualmente contribuir para a não marginalização da RENAMO. A ação de alguns líderes religiosos a favor do boicote eleitoral foi igualmente sublinhada pelo autor que refuta a possibilidade de a desorganização que caracterizou dia da votação ter contribuído para a abstenção.<sup>803</sup>

---

<sup>802</sup> *Metical*, «Editorial: um voto contra o sistema», 2 de Julho de 1998, 3.

<sup>803</sup> Carlos Serra, «Pressupostos, resultados e conclusões», em *Eleitorado Incapturável*, coord. Carlos Serra (Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999), 45-243.

Na mesma perspetiva, José Guambe e Bernhard Weimer sublinham que a elevada abstenção eleitoral resultou da desilusão dos eleitores com a atuação do governo na realização do prometido futuro melhor; da insatisfação e da falta de confiança nas instituições, na administração e na supervisão eleitoral e; da desilusão com os partidos políticos devido ao facto de estes não conseguirem construir consensos sobre as eleições autárquicas.<sup>804</sup> Adriano Nuvunga considera que a falta de concorrência nas eleições, as desigualdades nas condições dos concorrentes devido ao mau desempenho dos órgãos eleitorais e a campanha pela abstenção levada a cabo pela RENAMO concorreram para a ocorrência dos altos níveis de abstenção.<sup>805</sup>

Como se pode constatar os autores acima citados referem-se à conjugação de vários fatores que terão estado na origem da abstenção. Nenhum estudo permitiu hierarquizar as causas enumeradas de modo a permitir a identificação das condições necessárias e suficientes que determinaram a ocorrência da abstenção. Contudo, parece certo que a conflitualidade política, os subseqüentes adiamentos e as incertezas que caracterizaram todo o processo que culminou com a realização das primeiras eleições autárquicas, bem como a desinformação que resultou das mensagens contraditórias veiculadas pelos principais atores políticos, nomeadamente a FRELIMO a fazer a campanha pelas eleições e a RENAMO a convidar os eleitores a não irem à votação concorreram para a ocorrência da abstenção eleitoral. Certamente, não é de excluir o argumento segundo o qual a abstenção foi uma forma de participação política visando manifestar a insatisfação com a governação e com a falta de consenso entre os principais atores políticos. Certamente que estudos de caso aprofundados são necessários para a melhor compressão da abstenção registada em 1998.

## **7.6 As Implicações Políticas das Primeiras Eleições Autárquicas**

Os resultados das primeiras eleições autárquicas em Moçambique afetaram a preparação e a atitude da FRELIMO, RENAMO e dos restantes partidos da oposição em relação às eleições gerais que teriam lugar em 1999.<sup>806</sup> Igualmente, os resultados das primeiras eleições locais afetaram a atitude dos doadores em relação às segundas eleições gerais. A seguir será ilustrada a maneira como a atitude dos atores acima referidos ficou afetada.

---

<sup>804</sup> José Guambe e Bernhard Weimer, «Eleições autárquicas em Moçambique: contexto da investigação», em *Eleitorado Incapturável*, coord. Carlos Serra (Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999), 36.

<sup>805</sup> Adriano Nuvunga, «Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 286.

<sup>806</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000* (Westport: Praeger, 2002), 190.

O governo insistira na realização das eleições autárquicas mesmo na ausência da oposição uma vez que nutria o otimismo em relação a uma elevada participação dos eleitores na votação. Para o governo da FRELIMO a realização das eleições com uma elevada participação dos eleitores como era esperado serviria não só para mostrar que o povo apoiava o partido governamental mas também para descredibilizar a argumentação da RENAMO e dos partidos da oposição que optaram pelo boicote eleitoral. Portanto, a vitória da FRELIMO numa eleição marcada por uma participação assinalável dos eleitores constituir-se-ia como um duro golpe político sobre a RENAMO.

Embora os resultados eleitorais tenham conferido a vitória à FRELIMO, a baixa afluência dos eleitores às urnas constituiu-se como um enorme embaraço para o governo e para o partido que o suportava. Com o registo de 85,42% de abstenção eleitoral, a vitória da FRELIMO ficou bastante diminuída politicamente, embora do ponto de vista *de jure* fosse inequivocamente válida. Aliás, no primeiro trimestre de 1998, Manuel Tomé, Secretário-geral da FRELIMO reconheceu que a fraca participação dos eleitores na votação poderia retirar a credibilidade às eleições, contudo, mostrando-se confiante em eleições bastante participadas conforme ilustra a seguinte declaração: «não haverá défice democrático nenhum provocado pela ausência de uma formação política nas eleições... mas pode haver um défice democrático se o povo não participar nas eleições... e isto não vai acontecer.»<sup>807</sup> Entretanto, perante a consumação da abstenção, Pascoal Mocumbi, Primeiro-ministro afirmou que «o que conta é o que está expresso no voto», considerando que não era decisiva a quantidade de votantes que afluíam às mesas de votação.<sup>808</sup> O posicionamento do Primeiro-ministro era, claramente, uma tentativa de minorar o embaraço à FRELIMO e ao governo causado pelos inesperados níveis de abstenção.

Apesar da validação das eleições pelo Tribunal Supremo, a FRELIMO viu-se politicamente constrangida ao nível doméstico e aos olhos dos doadores que tinham lançado vários apelos ao governo no sentido de buscar o entendimento com a oposição visando a realização de eleições participadas, e não só, mas também projetar uma imagem positiva do país ao nível internacional. Admitindo os problemas que marcaram as eleições autárquicas o Ministro da Administração Estatal, Alfredo Gamito, prometeu que nos meses seguintes realizar-se-ia um amplo debate público sobre a lei eleitoral para as eleições gerais do ano seguinte.<sup>809</sup>

---

<sup>807</sup> *Notícias*, «A realizarem-se a 29 de Maio FRELIMO diz não ao adiamento das eleições: e afirma acreditar que a RENAMO vai participar no pleito apesar da sua atual posição», 2 de Março de 1998, 4.

<sup>808</sup> *Savana*, «Cabe agora ao Conselho Constitucional responder ao seguinte: homologar ou não a brincadeira autárquica?», 3 de Julho de 1998, 2-3.

<sup>809</sup> *Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique*, «O fiasco das eleições locais», 21 de Julho de 1998, 1-2.

Os problemas registados nas eleições autárquicas não deixaram a comunidade doadora satisfeita. Por isso, nos dois meses a seguir às eleições, os doadores reuniram-se, em Maputo, no âmbito da preparação da encontro do Grupo Consultivo que teria lugar em Setembro de 1998, tendo chegado ao consenso sobre a necessidade de celeridade na revisão da constituição e da legislação eleitoral de modo que as eleições gerais de 1999 contassem com a participação da oposição, evitando, assim, os problemas verificados nas primeiras eleições locais.<sup>810</sup> Igualmente, os doadores argumentaram que parte dos problemas registados nas eleições autárquicas eram resultado de regulamentos excessivamente burocráticos que deveriam ser removidos de modo que mais partidos políticos participassem nas eleições de 1999. Como se pode constatar, apesar da vitória eleitoral, o governo da FRELIMO viu-se forçado a sujeitar-se às pressões da comunidade doadora no sentido de assumir uma postura de compromisso com a oposição *vis-a-vis* as eleições seguintes. Portanto, a elevada abstenção eleitoral e a desorganização registadas nas eleições autárquicas abriram espaço para que a comunidade doadora voltasse a jogar um papel interventivo no processo político e democrático moçambicano - algo que a FRELIMO procurava evitar após as eleições gerais de 1994. Isto é, após as primeiras eleições presidências e legislativas multipartidárias o governo da FRELIMO tentou normalizar a política em Moçambique, procurando pôr fim ao exercício de exceção que caracterizou o período entre Outubro de 1992, altura em que foi assinado o AGP e Outubro de 1994, altura em que tiveram lugar as primeiras eleições gerais multipartidárias em Moçambique.<sup>811</sup> Aparentemente, foi no contexto dos esforços visando a normalização política que a CNE proibiu a presença de observadores internacionais nas primeiras eleições locais.<sup>812</sup>

A desorganização que caracterizou o dia da votação e a abstenção eleitoral constituíram-se como uma importante vitória política para a RENAMO e para os partidos da oposição. O líder da RENAMO considerou que a elevada abstenção era um golpe duro contra o governo que decidiu forçar a realização do sufrágio. O líder da RENAMO sublinhou que a elevada abstenção era uma

---

<sup>810</sup> Metical, «Grupo Consultivo/98: o consenso dos doadores», 2 de Setembro de 1998, 1-3.

<sup>811</sup> Carrie Manning, *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000* (Westport: Praeger, 2002), 190.

<sup>812</sup> Normalização corresponde a terceira fase do processo de reconstrução pós-guerra civil. A normalização é caracterizada pela ausência de nenhuma força ou forma de intervenção externa no processo político doméstico; pelo exercício da política de forma desmilitarizada; pela existência de um sistema judicial não politizado; pela existência de respeito pelos direitos individuais e das minorias; pela ausência da cultura de violência ou pela transformação da cultura de violência e; pela ocorrência da transição pacífica do poder por via de eleições democráticas. A normalização sucede as fases de intervenção e de estabilização, respetivamente, no processo de reconstrução pós-conflito. O. Ramsbotham, T. Woodhouse e H. Miall, *Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management, and Transformation of Deadly Conflicts*, (Malden: Polity Press, 2005), 209.



vitória da sua campanha pelo boicote eleitoral.<sup>813</sup> Por isso, no seio da RENAMO, cristalizou-se a percepção de que estava a crescer substancialmente a base de apoio popular ao partido mesmo nas cidades e vilas tradicionalmente favoráveis à FRELIMO. Portanto, o elevado nível de abstenção contribuiu para a geração do otimismo no seio da liderança da RENAMO em relação aos resultados eleitorais de 1999. Isto é, aos olhos da RENAMO, as eleições autárquicas revelaram o desgaste da FRELIMO e a desilusão da população em relação ao partido governamental. Na perspetiva da RENAMO e dos 15 partidos da oposição esta situação jogaria a seu favor nas próximas eleições presidenciais e legislativas. Por exemplo, Máximo Dias, líder do MONAMO que aderiu ao boicote eleitoral considerou o número elevado de abstenção como sendo o sinónimo de que o povo estava cansado da governação da FRELIMO.<sup>814</sup> Lutero Simango, presidente do PCN partido que também fez a campanha pelo boicote eleitoral ao lado da RENAMO mostrou-se convencido de que o boicote eleitoral era o sinal de que o povo estava ao lado da oposição. Simango revelou-se otimista quanto a possibilidade de a oposição unida chegar ao poder em 1999 conforme atesta a sua seguinte declaração:

[...] O momento que atravessamos é extremamente decisivo. Abre boas perspetivas para as mudanças esperadas no país. A FRELIMO perdeu terreno nas eleições realizadas a 30 de Junho... a oposição tem agora as condições necessárias para se afirmar, se não desperdiçar as inúmeras oportunidades que o povo moçambicano lhe confere. Eu penso que este momento é decisivo e se a oposição se unir pode ganhar as próximas eleições legislativas, mas tem que começar agora a pensar nisso, trabalhando em torno de um único objetivo, a vitória... A abstenção e a ausência popular destas eleições deram-nos uma garantia de que podemos caminhar para mais além... O que se viu nestas eleições, independentemente dos resultados é que a FRELIMO e o seu governo não têm mais espaço para continuarem a impor-se [...]<sup>815</sup>

A partir das declarações de diferentes líderes políticos da oposição acima citadas poder-se-á concluir que a elevada abstenção registada nas primeiras eleições autárquicas aumentou a confiança da RENAMO e dos partidos da oposição em relação à possibilidade de conquista do poder central nas eleições gerais previstas para 1999. Isto é, a elevada abstenção para a qual a RENAMO e outros partidos da oposição fizeram campanha contribuiu para fortalecer o seu otimismo em relação aos resultados do seu engajamento contínuo no processo democrático em Moçambique. A existência do otimismo contribuiu para gerar a motivação da RENAMO e da oposição em participar ativamente no processo político democrático em Moçambique.

---

<sup>813</sup> Savana, «Cabe agora ao Conselho Constitucional responder ao seguinte: homologar ou não a brincadeira autárquica?», 3 de Julho de 1998, 2-3

<sup>814</sup> Savana, «Estas eleições foram um falhanço: Diz Máximo Dias ao Savana», 10 de Julho de 1998, 2.

<sup>815</sup> Savana, «Lutero Simango: Se a oposição unir forças pode ganhar eleições de 99», 10 de Julho de 1998, 3.

## 7.7 Conclusão

As primeiras eleições autárquicas foram objeto de muitas divergências entre o governo da FRELIMO, a RENAMO e outros partidos da oposição. As contradições alimentaram os receios de que o processo democrático e de paz em Moçambique pudesse estar ameaçado sobretudo perante a ausência da RENAMO, um dos signatários do AGP e um dos mais importantes atores no processo de democratização no país. Contudo, a existência do otimismo em relação a possibilidade de conquistar o poder central nas eleições presidenciais e legislativas que estavam previstas para 1999 contribuiu para a geração da motivação da RENAMO e dos partidos da oposição em engajarem-se ativamente no processo democrático e na manutenção da paz.

Há fatores que concorreram para a geração do otimismo no seio da RENAMO. O governo da FRELIMO resultante das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique enfrentava dificuldades na esfera económica e social que afetavam negativamente a sua imagem, podendo consequentemente causar a erosão da sua base de apoio popular. Com o apoio do FMI e do Banco Mundial o governo decidira implementar a política de privatizações das empresas estatais e de liberalização da indústria do caju, causando a destruição deste sector e levando milhares de trabalhadores ao desemprego. Durante a primeira legislatura multipartidária estas políticas foram objeto de contestações e críticas públicas, inclusive dos membros e dirigentes da FRELIMO. Assim, estas políticas deixaram em evidência as contradições existentes no seio da elite dirigente da FRELIMO e sobretudo entre o governo e a liderança da bancada parlamentar do partido governamental.

Por outro lado, o governo enfrentava elevadas taxas de desemprego, baixos salários e um elevado custo de vida. Esta situação levou a multiplicação de greves em diferentes setores de atividade económica e social no país, sinalizando a existência de algum descontentamento social em relação às políticas prosseguidas pelo governo. Diga-se, porém, que esta era uma situação previsível considerando que Moçambique acabava de sair da guerra civil. A criminalidade galopante, os problemas no sector de transportes, saúde e educação assim como a corrupção eram outros problemas que desgastavam a imagem do governo da FRELIMO.

A gestão das cidades era um dos alvos de críticas públicas. Aliás, o descontentamento em relação a gestão deficiente das cidades existia também no seio da FRELIMO. Em 1997, membros do partido governamental insatisfeitos com a gestão da capital do país exigiram ao Presidente moçambicano a demissão de Baptista Cosme do cargo de Presidente do Conselho Executivo da cidade de Maputo. Após muita pressão no seio do partido e também dos órgãos de comunicação

social este viria a ser demitido. Este gesto revelava o reconhecimento das críticas sobre a gestão da capital do país.

Portanto, o descontentamento popular resultante dos problemas acima referidos e as contradições no seio da FRELIMO e sobretudo entre o governo e alguns membros dirigentes da bancada parlamentar do partido governamental contribuíram para a geração do otimismo no seio da RENAMO e da oposição. Igualmente, o acompanhamento do processo político moçambicano pelos doadores, atuando como árbitro e com alguma imparcialidade, procurando apoiar a manutenção da paz e da democracia concorreu para o fortalecimento do otimismo da RENAMO. Deste modo os doadores proporcionavam à RENAMO as garantias credíveis para o seu cometimento no processo democrático e na manutenção da paz. O otimismo da RENAMO e dos partidos da oposição foi fortalecido pelos resultados das primeiras eleições autárquicas marcadas por uma elevada abstenção eleitoral para a qual o partido de Afonso Dhlakama fizera campanha. O otimismo da RENAMO gerou a motivação para o seu contínuo compromisso com a manutenção da paz e da democracia como sendo a melhor alternativa para a conquista do poder político no país. Portanto, o otimismo e a motivação dele resultante contribuiu para baixar os custos do apoio ao processo democrático e à manutenção da paz e elevou os custos do recurso à via da força como alternativa para o alcance do poder.

Por outro lado, a FRELIMO mostrou-se otimista em relação aos resultados da sua participação nas eleições autárquicas e daí o seu contínuo engajamento mesmo na ausência da RENAMO. Embora as eleições tenham sido marcadas por uma elevada abstenção, a FRELIMO conseguiu manter a sua hegemonia em todas as autarquias do país, renovando o seu otimismo e motivação para a manutenção da democracia e da paz.



## CAPÍTULO VIII

### A COMPETIÇÃO ELEITORAL, A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA DEMOCRACIA, 1999-

2004

#### 8.1 A Revisão Constitucional, 1995-1999

[...] O conjunto de instituições democráticas que uma nação adota é parte integral do sucesso de longo termo de qualquer regime uma vez que este estrutura as regras de jogo da competição política. Contudo, o processo através do qual estas instituições são adotadas é igualmente importante. Até que ponto é inclusivo e legítimo o processo de elaboração da constituição? Dentro do processo de elaboração da constituição poucas escolhas são importantes quanto à escolha do sistema eleitoral a ser usado uma vez que esta instituição singular ajudará a determinar o que as partes parecem, quem é representado no parlamento, e por fim quem governa [...] <sup>816</sup>

Em 1990, a FRELIMO aprovou a constituição que introduziu pela primeira vez a democracia multipartidária em Moçambique. O ato que foi objeto de uma importante apreciação positiva a nível doméstico e internacional, particularmente pelos governos ocidentais, mereceu críticas do lado da RENAMO. O movimento liderado por Afonso Dhlakama considerou a aprovação da nova lei fundamental como um ato unilateral do governo da FRELIMO. A posição da RENAMO resultava da constatação de que através daquele ato o partido governamental chamou a si a responsabilidade pela introdução da democracia multipartidária em Moçambique, negando, deste modo, qualquer protagonismo ao movimento liderado por Afonso Dhlakama.

Assim, não tendo conseguido o protagonismo e a influência almejadas, e havendo aspetos da constituição de 1990 com os quais não se identificava como por exemplo, o hino nacional que continuava a exaltar o partido FRELIMO, a RENAMO manifestou, desde cedo, o interesse em ver reformada a lei fundamental. Este interesse foi reiterado por Afonso Dhlakama durante o período de implementação do AGP (1992 e 1994). Assim, em 1995, a bancada parlamentar da RENAMO apresentou à Assembleia da República a proposta de revisão da constituição de 1990. A proposta da RENAMO encontrou o acolhimento da FRELIMO que também tinha o interesse em fazer a revisão da constituição, particularmente na questão relativa ao poder local conforme foi demonstrado no sétimo capítulo da tese sobre as primeiras eleições autárquicas em Moçambique.

---

<sup>816</sup> Andrew Reynolds e Timothy D.Sisk, «Elections and electoral systems: implications for conflict management», em *Elections and Conflict Management in Africa*, ed. Timothy D. Sisk e Andrew Reynolds (Washington, D.C: United States Institute of Peace, 1998): 19.

Em resultado do consenso entre as duas principais bancadas parlamentares, a RENAMO solicitou, com sucesso, a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia da República que decorreu de 11 a 13 de Outubro de 1995 para a discussão das questões constitucionais e de procedimento. No final das discussões realizadas durante a sessão em referência as três bancadas parlamentares, nomeadamente, a FRELIMO, RENAMO e a União Democrática (UD) cimentaram o acordo sobre a necessidade da revisão constitucional, através da resolução n.º 25/95 de 13 de Outubro, estabelecendo a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República.<sup>817</sup> Esta comissão tinha a responsabilidade de estudar todas as questões suscetíveis de uma revisão no texto da lei fundamental e elaborar o projeto de lei constitucional contendo as alterações a introduzir. Igualmente, a sessão extraordinária da Assembleia da República acima referida aprovou a resolução n.º 26/95 de 13 de Outubro, reconhecendo a necessidade de ajustar o hino nacional às transformações políticas ocorridas em Moçambique.<sup>818</sup>

De acordo com a metodologia de trabalho apresentada pela Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República a revisão da constituição seria marcada por dois momentos principais. O primeiro momento seria a revisão pontual que centrou-se no capítulo IX – Título III da lei fundamental relativo aos órgãos locais do Estado. As razões e o contexto que determinaram a revisão pontual da constituição foram discutidas no sétimo capítulo da tese referente às primeiras eleições autárquicas. O segundo momento foi a revisão ordinária da constituição. A revisão ordinária consistia na identificação de todos os artigos da lei fundamental suscetíveis de serem alterados e na apresentação de um anteprojeto de revisão da constituição que seria submetido ao debate público e posteriormente submetido à Assembleia da República para a sua discussão e aprovação.

De acordo com o programa de trabalho da Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República, a proposta de alteração pontual da constituição da República deveria ser depositada na Assembleia da República até ao dia 30 de Junho de 1996 e o projeto de revisão ordinária da lei fundamental deveria ser depositado na Assembleia da República até ao dia 30 de Junho de 1998.<sup>819</sup> De acordo com o programa de trabalho da comissão em alusão, o anteprojeto de revisão da constituição deveria ser elaborado e apresentado à Assembleia da República no prazo que se estendia entre 1 de Junho e 31 de Agosto de 1997. Entre 1 de Março e 31 de Maio de 1998 realizar-

---

<sup>817</sup> Resolução n.º 25/95 de 13 de Outubro, Cria a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República, *Boletim da República*, I Série, n.º 49, 6 de Dezembro de 1995: 231-232

<sup>818</sup> Resolução n.º 26/95 de 13 de Outubro, Cria a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão do Hino Nacional, *Boletim da República*, I Série, n.º 49, 6 de Dezembro de 1995: 232.

<sup>819</sup> Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição-Programa de Actividades, *Boletim da República*, I Série, n.º 18, 4 de Maio de 1996: 37-38.

se-ia a revisão do anteprojeto de revisão da constituição com base nas contribuições do debate público que teria lugar entre Setembro de 1997 e Fevereiro de 1998. De acordo com o orçamento submetido à Assembleia da República o processo de revisão constitucional teria o custo total de 10 854 873 062 Mt.<sup>820</sup>

### **8.1.1 Os Principais Propósitos da Revisão Constitucional**

De modo geral, a aprovação da proposta de revisão constitucional pelos deputados da FRELIMO, RENAMO e UD na Assembleia da República resultava da percepção de que embora tivesse permitido a abertura ao multipartidarismo, a constituição de 1990 que estava em vigor carecia de ajustamentos, respeitando os interesses dos diferentes intervenientes no xadrez político moçambicano. Os interesses particulares da FRELIMO e da RENAMO tinham a sua materialização dependente da revisão constitucional. Este facto concorreu para a construção de um consenso relativamente menos difícil entre as duas principais forças políticas na Assembleia da República sobre a necessidade de realização da revisão da lei fundamental.

Conforme foi discutido no sétimo capítulo da tese, o principal interesse da FRELIMO era a revisão pontual da constituição, particularmente na componente relativa ao poder local em Moçambique. Devido a elevada votação que a RENAMO obteve nas províncias do centro e norte do país e sobretudo no espaço rural, a FRELIMO decidiu fazer a revisão constitucional de modo a evitar a possível erosão da sua hegemonia ao nível local em benefício da RENAMO. Uma vez que o partido governamental não dispunha da maioria parlamentar necessária para proceder a revisão constitucional, o apoio e a cooperação da RENAMO nesse sentido afigurava-se de importância fundamental. Aparentemente, a FRELIMO apoiou a revisão ordinária da constituição que interessava a RENAMO de modo a assegurar a cooperação e a abertura do principal partido da oposição à revisão pontual da constituição. Isto é, se a FRELIMO se mostrasse contra a revisão ordinária da constituição almejada pela RENAMO, o partido liderado por Afonso Dhlakama, provavelmente, recusar-se-ia a votar pela revisão pontual da constituição, comprometendo, desse modo, o interesse do partido governamental.

Ao propor a revisão ordinária da constituição a RENAMO pretendia não só assumir o protagonismo que não conseguira obter no processo que conduziu à aprovação da constituição de 1990 como também estabelecer os mecanismos institucionais (constitucionais) que

---

<sup>820</sup> Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição – Orçamento, *Boletim da República*, I Série, n.º 18, 4 de Maio de 1996: 39-42.

proporcionassem uma elevada possibilidade de partilha de poder entre a FRELIMO e a RENAMO, particularmente, no contexto da incerteza dos resultados eleitorais em democracia.

### **8.1.2 A Elaboração do Anteprojeto de Revisão Constitucional**

De acordo com o programa de trabalhos da Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República o anteprojeto de revisão da constituição deveria ser depositado no Parlamento até ao dia 30 de Junho de 1998. No contexto da implementação do programa de trabalho, ainda em 1996, a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República iniciou o processo de revisão constitucional. Contudo, até finais de Maio de 1998 não estava sequer concluída a elaboração do anteprojeto de revisão da constituição. Isto significa que o processo de revisão constitucional registava um atraso de cerca de 12 meses.

As dificuldades em construir os consensos necessários entre as 3 bancadas parlamentares sobre o anteprojeto de revisão da constituição e as profundas divergências entre o governo da FRELIMO e a RENAMO sobre as primeiras eleições autárquicas concorreram para o atraso que caracterizou o processo de revisão da constituição. Não é de excluir o facto de que para a FRELIMO a revisão ordinária da constituição era menos importante comparativamente à revisão pontual da constituição da qual resultou a alteração do quadro relativo ao poder local em Moçambique que ficou alinhado com os principais interesses políticos do partido governamental – a manutenção da sua hegemonia ao nível do poder local. Igualmente, é importante sublinhar que de 1996 a Junho de 1998 a RENAMO investiu grande parte da sua atenção na contestação do quadro legal e político que norteou a realização das primeiras eleições autárquicas em Moçambique. No contexto das profundas divergências entre a FRELIMO e a RENAMO sobre as primeiras eleições locais, a negociação e a cooperação que se revelavam necessárias para a dinamização do processo de revisão ordinária da constituição foram sistematicamente colocadas no plano secundário.

### **8.1.3 A Intervenção dos Doadores Internacionais**

O atraso que se verificava no processo de revisão da constituição despoletou a preocupação dos doadores internacionais que prestavam apoio à Moçambique. No âmbito da preparação da reunião do Grupo Consultivo que teria lugar, pela primeira vez, em Moçambique, os doadores reunidos em retiro no país, no terceiro trimestre de 1998, elaboraram um documento intitulado «Reforçando a Democracia Sustentável».<sup>821</sup> Através do documento, os doadores sublinharam que sobre a revisão da constituição deveria haver um progresso lesto e suficiente de modo que os processos

---

<sup>821</sup> *Metical*, «Grupo Consultivo/98: o consenso dos doadores, 2 de Setembro de 1998, 1-2.



políticos e legislativos imediatamente anteriores às eleições gerais de 1999 fossem tratados de forma adequada no sentido de satisfazerem as preocupações genuínas de todos os partidos políticos. Os doadores reiteraram que a revisão da constituição deveria estar aberta à contribuição da sociedade civil por meio de um amplo debate participativo sobre o novo texto constitucional a ser levado a cabo mesmo durante a sessão parlamentar cujo início estava previsto para Outubro de 1998. Segundo os doadores a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República deveria fazer propostas substanciais à revisão até finais de Dezembro de 1998 tendo em conta a necessidade de tempo para a revisão da legislação eleitoral. A posição dos doadores era decorrente do ambiente que caracterizou a realização das primeiras eleições autárquicas boicotadas pela oposição e marcadas por uma elevada abstenção eleitoral. Os doadores defendiam a posição segundo a qual era preciso evitar que as eleições gerais previstas para 1999 fossem manchadas pela ausência dos partidos da oposição e pela repetição da elevada abstenção. Os doadores receavam que a ausência da RENAMO poderia constituir-se como um perigo à paz.<sup>822</sup>

A posição dos doadores internacionais que, por sinal, providenciaram o apoio financeiro para o processo de revisão constitucional constituiu-se como uma pressão sobre os principais atores políticos, nomeadamente, a FRELIMO e a RENAMO. A pressão dos doadores contribuiu para a aceleração do processo de conclusão do anteprojeto de revisão da constituição apresentado à Assembleia da República e sobretudo para o início do debate público da proposta do novo texto constitucional que teve lugar no último trimestre de 1998.

#### **8.1.4 As Divergências e Convergências entre a FRELIMO e a RENAMO**

No início do processo de revisão da constituição a FRELIMO mostrou-se defensora do sistema presidencial então vigente. Contudo, no decurso das discussões sobre a revisão do texto fundamental e à medida que acentuava-se a divergência entre o governo e a bancada parlamentar da FRELIMO, o partido governamental foi adaptando-se à ideia do semipresidencialismo proposto pela RENAMO. O primeiro exemplo da divergência registou-se em Dezembro de 1995 quando a Comissão de Orçamento e Plano na Assembleia da República presidida pela FRELIMO criticou o governo devido aos processos de privatização da banca. Em 1996, o Comité Central da FRELIMO emitiu uma declaração através da qual expressou a sua oposição à privatização dos setores estratégicos da economia moçambicana, incluindo a banca, os Caminhos-de-Ferro e Portos, a energia, água e outros. Através da declaração, o Comité Central da FRELIMO apelou ao

---

<sup>822</sup> Malyn Newitt, «Mozambique», em *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, org. Patrick Chabal *et al* (London: Hurst and Company, 2002): 232.

governo no sentido de ser cauteloso nos processos de privatização. Igualmente, o Comité Central da FRELIMO exortou o governo no sentido de melhorar a sua coordenação com o partido e com o seu o grupo parlamentar. Entretanto, o Primeiro-ministro, Pascoal Mocumbi anunciou que não poderia suspender os processos de privatização de importantes bancos como o Banco Comercial de Moçambique (BCM) e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD).<sup>823</sup> A posição de Mocumbi não foi recebida com muito agrado pelos setores mais conservadores das estruturas do partido FRELIMO que defendiam a necessidade de um maior controlo da ação do governo pelo partido e pelas suas estruturas.

O segundo exemplo da divergência entre o governo e a bancada da FRELIMO na Assembleia da República registou-se no dia 24 de Novembro de 1997 quando Armando Guebuza, chefe da bancada parlamentar do partido governamental condenou a política seguida pelo governo na área do caju, afirmando o seguinte:

[...] A experiência vivida sobre a indústria do caju desilude os trabalhadores, empresários, e com certeza a nossa bancada. A valorização dos nossos recursos naturais pela sua industrialização em território nacional é condição de rutura com a miséria... A nossa bancada prosseguirá com ações que promovam a indústria nacional e concertará nesse sentido com o governo [...]<sup>824</sup>

Na mesma ocasião, Lina Magaia, deputada da FRELIMO sugeriu que a Assembleia da República fizesse uma proposta de lei a proibir a exportação da castanha em bruto. Este posicionamento da FRELIMO na Assembleia da República era contrário à ação do governo que apoiado pelo FMI e pelo Banco Mundial optara pela liberalização da indústria do caju. A política de liberalização da indústria do caju que vinha sendo implementada pelo governo desde o início da primeira legislatura multipartidária, em Moçambique, era amplamente contestada pelos empresários do sector e pelo Sindicato Nacional de Trabalhadores do Caju (SINTIC). Porém, mesmo com cerca de dois anos e meio de luta dos industriais do caju e do SINTIC, o governo insistia na manutenção da política em referência. A posição da bancada parlamentar da FRELIMO sobre a indústria do caju constitui-se como um gesto político raro, particularmente, se tomar-se em conta que Armando Guebuza situou o assunto no quadro do que considerou como sendo uma preocupação legítima expressa pela sua bancada e pela oposição. Na verdade, as divergências entre a bancada

---

<sup>823</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol.40, n°1 (2002), 69-70.

<sup>824</sup> *Metical*, «Política do caju: a FRELIMO contra o governo», 25 de Novembro de 1997, 1-3.

parlamentar da FRELIMO e o governo cujos exemplos foram acima apresentados refletiam, de algum modo, as disputas ideológicas no seio do próprio partido governamental.<sup>825</sup>

Aparentemente, a impossibilidade de as alas mais conservadoras do partido FRELIMO, representadas na Assembleia da República, exercerem o controlo sobre o governo pode ajudar a explicar a paulatina adesão do partido governamental à proposta de redução dos poderes presidenciais e à adoção do sistema semipresidencialista proposto pela RENAMO. Através do estabelecimento do sistema parlamentar a bancada da FRELIMO na Assembleia da República e as alas mais conservadoras nela representados passariam a exercer o controlo e maior influência sobre a ação governativa. Igualmente, o estabelecimento do sistema semipresidencialista continha menos riscos para a FRELIMO que possuía uma importante experiência de funcionamento democrático e colegial ao nível interno do que a RENAMO. A FRELIMO entendia que a adoção do sistema semipresidencialista poderia gerar tensões e divisões no seio da RENAMO cujo funcionamento era historicamente centralizado em Afonso Dhlakama. Assim, do ponto de vista político, o sistema semipresidencialista enfraqueceria a RENAMO, beneficiando a FRELIMO.<sup>826</sup>

Por um lado, o facto de durante o processo de revisão constitucional Joaquim Chissano não ter batalhado publicamente pela alteração do sistema de governação, e por outro lado, o facto de Pascoal Mocumbi ter dito, publicamente, que o sistema presidencialista não estava historicamente esgotado constituem-se como sinais suficientes de que o Presidente da República tinha o interesse em manter o presidencialismo.<sup>827</sup> O pronunciamento de Pascoal Mocumbi evidencia a contradição entre o governo e a bancada parlamentar da FRELIMO em relação ao sistema de governo a adotar no país no âmbito da revisão constitucional. Aqui, nota-se que Pascoal Mocumbi defendia a manutenção do presidencialismo enquanto a bancada parlamentar da FRELIMO mostrava-se favorável ao semipresidencialismo.

Assim, apesar do manifesto antagonismo que caracterizava as relações entre a FRELIMO e a RENAMO na Assembleia da República, em particular, e no espaço público, em geral, o processo de revisão constitucional foi marcado por convergências e consensos muito amplos sobre o sistema político e de governo em Moçambique. O alcance do consenso entre os representantes das 3 bancadas parlamentares na Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República resultou não só do empenhamento dos membros da comissão mas sobretudo da estratégia adotada,

---

<sup>825</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol.40, n.º1 (2002), 69.

<sup>826</sup> Entrevista, Bento Balói, 7 de Junho de 2016, Lisboa.

<sup>827</sup> *Metical*, «Falta de democracia, a quanto obrigas!», 5 de Outubro de 1999, 1-2.

consistindo no estabelecimento de grupos de trabalho mais restritos, envolvendo os deputados de todas as bancadas. O recurso a esta estratégia mostrou-se particularmente fundamental para o alcance do consenso nas questões mais difíceis entre as partes.<sup>828</sup>

No âmbito do anteprojeto de revisão constitucional as 3 bancadas parlamentares alcançaram o consenso sobre a necessidade de redução dos poderes do Presidente da República proposta pela RENAMO. De acordo com o anteprojeto consensualizado, o Presidente da República passaria a ser apenas o chefe de Estado e comandante-chefe das forças de defesa e segurança, enquanto a chefia do governo passaria a ser da responsabilidade do Primeiro-ministro. Este seria empossado e exonerado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia da República.<sup>829</sup> Ao propor a redução dos poderes do Presidente da República a RENAMO procurava alargar as possibilidades de chegar ao poder.

Embora existisse um amplo consenso sobre as questões fundamentais relativas ao sistema político e de governo, a FRELIMO e a RENAMO manifestaram algumas posições divergentes. A RENAMO queria a eliminação de uma alínea que dizia que o Presidente da República tinha o poder de convocar e de presidir as sessões do Conselho de Ministros para debater questões de manifesto interesse nacional, nomeadamente, problemas cruciais pertinentes à defesa e segurança nacionais, ordem pública e política externa. Relativamente ao Conselho de Estado a RENAMO pretendia que também fizesse parte do órgão o líder da oposição e não apenas o segundo candidato mais votado nas eleições presidenciais.<sup>830</sup> Por detrás deste posicionamento da RENAMO estava o facto de que podia dar-se o caso de o líder da oposição (líder do segundo partido mais votado nas eleições legislativas) não ser necessariamente o segundo candidato mais votado nas eleições presidenciais.

Relativamente às iniciativas de lei a RENAMO defendia a posição segundo a qual o Presidente da República deveria deixar de ter iniciativa de lei. Igualmente, a RENAMO propunha que o Presidente da República deixasse de ter a prerrogativa de presidir a sessão da Assembleia da República que tratava da eleição do seu Presidente. Neste ponto, a RENAMO contava com o apoio de alguns deputados da FRELIMO que achavam que o testemunho ao novo Presidente da Assembleia da República deveria ser passado pelo Presidente cessante e, por isso, não sendo

---

<sup>828</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol. 40, nº1 (2002):76.

<sup>829</sup> Assembleia da República, Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição, Ante-Projeto de Revisão da Constituição da República, Maputo, 30 de Junho de 1998.

<sup>830</sup> *Idem*.

necessária a presença do chefe do Estado. Quanto a promulgações e vetos havia deputados das duas principais bancadas que queriam que uma lei devolvida pelo Presidente da República tivesse 2/3 dos votos e não apenas a maioria absoluta para a decisão do Presidente da República ser anulada.<sup>831</sup> A RENAMO manifestou a sua pretensão de mudar a bandeira e o emblema da República.

Em Outubro de 1998, foi lançado o debate público sobre o anteprojeto de revisão da constituição consensualizado entre as 3 bancadas da Assembleia da República. Por insistência da RENAMO o debate público sobre o anteprojeto de revisão da constituição foi estendido ao nível dos distritos. Para a FRELIMO a consulta pública não era legalmente vinculativa, porém, servia para o enriquecimento da proposta de anteprojeto da revisão da constituição. Entretanto, a RENAMO assumia uma visão contrária, argumentando que a consulta pública tinha uma natureza vinculativa.<sup>832</sup>

## 8.2 O Aborto da Revisão Constitucional

Enquanto iniciava a consulta pública sobre o anteprojeto de revisão da constituição, em Outubro de 1998, a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição reuniu-se no mesmo mês para discutir, entre outros assuntos, a marcação da data para o debate e votação parlamentar da revisão constitucional. No encontro, a FRELIMO e a UD propuseram que após a consulta pública o debate parlamentar sobre o anteprojeto de revisão da constituição tivesse lugar na primeira quinzena de Fevereiro de 1999. Porém, a RENAMO manifestou a sua oposição, propondo, primeiro, que o debate e a votação do anteprojeto de revisão da constituição tivessem lugar em Março de 1999. Entretanto, pouco tempo depois o partido liderado por Afonso Dhlakama mudou a sua posição, propondo que o debate e a votação do anteprojeto de revisão constitucional tivesse lugar em Outubro de 1999. Assim, no dia 27 de Outubro de 1998, a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República apresentou o relatório das suas atividades à Assembleia da República. Durante o debate do documento, o Presidente da comissão em referência, Hermenegildo Gamito disse que «a marcação da data para o debate da votação parlamentar da revisão tinha sido uma das poucas áreas em que a comissão não fora capaz de alcançar o consenso».<sup>833</sup> Na mesma ocasião, Raúl Domingos, chefe da bancada parlamentar da RENAMO na Assembleia da República tornou pública a intenção do seu partido ver o debate e a votação do anteprojeto de revisão da constituição

---

<sup>831</sup> Metical, «Diferenças constitucionais», 30 de Setembro de 1998, 1-2.

<sup>832</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol.40, n°1 (2002):76.

<sup>833</sup> Metical, «RENAMO quer atrasar revisão da constituição», 30 de Outubro de 1998, 1.

agendados para depois de Outubro de 1999. Segundo o deputado da FRELIMO, Teodato Hunguana, depois da sugestão da RENAMO do adiamento de debate e da votação para Outubro de 1999, «começamos a ouvir menções ao ano 2000».<sup>834</sup>

Os sucessivos adiamentos do debate e da votação do anteprojeto de revisão da constituição por parte da RENAMO, refletiam o crescente desinteresse do partido liderado por Afonso Dhlakama pela revisão da constituição. Este desinteresse era galvanizado pelo crescente otimismo no seio da liderança da RENAMO em relação ao alcance da vitória nas eleições presidenciais e legislativas previstas para 1999. O otimismo no seio da liderança da RENAMO foi fortalecido pelos resultados das primeiras eleições autárquicas moçambicanas boicotadas pelos partidos da oposição e caracterizadas por uma elevada abstenção eleitoral que atingiu 85%. Aos olhos da RENAMO tal abstenção resultava da sua campanha pelo boicote eleitoral.

Acreditando ter conseguido convencer 85% do eleitorado a não votar nas primeiras eleições locais, a RENAMO fortaleceu a convicção de que o seu eleitorado urbano crescera significativamente. Assim, tendo em consideração a sua forte influência nas regiões rurais, a RENAMO cristalizou a convicção de que estavam criadas as condições necessárias para conquistar a vitória eleitoral em 1999. É no contexto do otimismo em alusão que a RENAMO deixou de ter o interesse pela revisão da constituição, passando a atribuir prioridade ao processo de reforma da legislação eleitoral que era visto como mais importante *vis-à-vis* as eleições gerais de 1999 que se avizinhavam.

No seu discurso por ocasião da abertura da terceira sessão extraordinária da Assembleia da República que teve lugar no dia 31 de Agosto de 1999, Armando Guebuza, chefe da bancada parlamentar da FRELIMO reafirmou a vontade e a intenção do seu partido aprovar durante aquela sessão, sem mais adiamentos, o projeto de revisão da constituição uma vez que o mesmo resultava de consensos entre os principais atores políticos em assuntos fundamentais e não só mas também de um importante apoio financeiro da comunidade internacional.<sup>835</sup>

Afonso Dhlakama interpretou a insistência em convencer a RENAMO a aprovar o projeto de revisão da constituição como sendo um indicador de que no seio da FRELIMO havia o receio de que Joaquim Chissano perderia as eleições presidenciais de 1999. Dhlakama entendia que a FRELIMO receava que o líder do principal partido da oposição ganharia as eleições presidenciais

---

<sup>834</sup> *Idem*

<sup>835</sup> Intervenção do Senhor Armando Emílio Guebuza, Chefe da Bancada Parlamentar da FRELIMO, Assembleia da República, 31 de agosto de 1999, Arquivo da Assembleia da República de Moçambique (Maputo), AR-IV/E-15/31.08.99

de 1999. Neste contexto, o líder da RENAMO entendia que a FRELIMO queria aprovar uma nova constituição que reduzia os poderes presidenciais de modo que, após a vitória nas eleições presidenciais de 1999, Afonso Dhlakama ficasse sem o poder sobre o governo que passaria a estar sob a direção do Primeiro-ministro proposto pelos partidos políticos majoritários na Assembleia da República. Esta interpretação concorreu para que Afonso Dhlakama orientasse a bancada parlamentar da RENAMO no sentido de rejeitar a aprovação do projeto de revisão da constituição durante a terceira sessão extraordinária da Assembleia da República conforme atesta a seguinte declaração de Raúl Domingos:

[...] O argumento que Dhlakama usou internamente no partido para manter o presidencialismo (justificar a reviravolta na posição da RENAMO) foi de que a FRELIMO aceita isto (a proposta da RENAMO no sentido da redução dos poderes presidenciais) porque sabe que vai perder as eleições presidenciais. Portanto, porque a FRELIMO sabe que vai perder as eleições presidenciais aceita a proposta de redução dos poderes presidenciais. Nós queremos governar com os mesmos poderes que eles têm agora. Argumentou ainda que o semipresidencialismo trás uma fragilidade ao poder porque o africano quer saber quem é que manda..., quem é o chefe [...] <sup>836</sup>

Entretanto, para justificar publicamente a sua decisão de rejeitar a aprovação do projeto de revisão da constituição, Afonso Dhlakama apresentou o argumento segundo o qual durante a consulta popular do anteprojeto de revisão da constituição as bases da RENAMO não aprovaram a redução dos poderes do Presidente da República. <sup>837</sup>

Não possuindo os 2/3 de deputados necessários para a aprovação da revisão da constituição e, por isso, precisando da cooperação da RENAMO, a FRELIMO não foi capaz de fazer passar o projeto de revisão constitucional na Assembleia da República. Assim, no princípio de Outubro de 1999, quando faltavam cerca de 2 meses para a realização das segundas eleições gerais, a Assembleia da República viu inviabilizada a revisão constitucional, mantendo-se, assim, a constituição presidencialista então vigente. Portanto, o aborto do processo de revisão da constituição resultou do otimismo que Afonso Dhlakama nutria em relação à possibilidade de alcançar a vitória nas segundas eleições gerais. Este otimismo foi fortalecido pela insistência da FRELIMO em fazer aprovar a revisão da constituição contendo a redução dos poderes do Presidente da República.

---

<sup>836</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 18 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>837</sup> Carrie Manning, «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000», *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol.40, n°1 (2002):76.

### 8.3 A Construção do Acordo sobre a Legislação Eleitoral, 1998-1999

Tendo em vista, em primeiro lugar, evitar a repetição das divergências sobre a legislação eleitoral que levaram ao boicote das primeiras eleições autárquicas, em segundo lugar, assegurar a participação da RENAMO e de todos os partidos da oposição nas eleições gerais previstas para 1999, e em terceiro lugar, promover as condições políticas para a manutenção da democracia e da paz em Moçambique, no segundo semestre de 1998, os doadores internacionais pressionaram o governo apoiado pela FRELIMO no sentido do estabelecimento de uma nova lei eleitoral baseada no consenso com a oposição. O documento denominado «Reforçando a Democracia Sustentável» resultante de um retiro dos doadores, realizado em Agosto de 1998, em Maputo, no âmbito da preparação da reunião do Grupo Consultivo, evidenciava a pressão dos doadores.<sup>838</sup> No dia 16 de Setembro de 1998, durante a abertura da conferência anual do sector privado, em Maputo, presenciada por Joaquim Chissano, Bernard Everett, Alto-comissário do Reino Unido em Moçambique referiu-se às primeiras eleições autárquicas como uma experiência que exigia coragem para a reforma legal que o país precisava.<sup>839</sup> Aliás, os principais doadores internacionais de Moçambique condicionavam a disponibilização da ajuda financeira para as eleições gerais de 1999 ao estabelecimento de uma nova legislação eleitoral que acomodasse os interesses da oposição.

Assim, ciente de que a repetição dos problemas registados no processo que conduziu às primeiras eleições locais poderia não só colocar em perigo a paz e a democracia mas também comprometer negativamente a sua imagem e credibilidade, e tendo presente a condicionalidade imposta pelos doadores para a canalização da ajuda financeira internacional, o governo da FRELIMO decidiu engajar-se no estabelecimento de uma nova lei eleitoral resultante da construção do consenso com os partidos da oposição, embora estes estivessem em minoria na Assembleia da República. Neste contexto, no segundo semestre de 1998, o governo estabeleceu uma comissão interministerial, dirigida por José Abudo, Ministro da Justiça, com a responsabilidade de elaborar a proposta (anteprojeto) de lei eleitoral.

Assim, no dia 22 de Outubro de 1998, o governo apresentou o anteprojeto de lei eleitoral para as eleições gerais de 1999. A principal novidade da lei era o restabelecimento de delegações da Comissão Nacional de Eleições (CNE) ao nível das províncias e dos distritos tal como aconteceu em 1994, respeitando, assim, uma das principais exigências da RENAMO. Segundo a proposta de

---

<sup>838</sup> *Metical*, «Grupo Consultivo/98: o consenso dos doadores», 2 de Setembro de 1998, 1-3.

<sup>839</sup> *Metical*, «Dois dedos de tensão», 17 de Setembro de 1998, 1.



lei eleitoral, a CNE ao nível distrital e provincial seria constituída por 7 membros, nomeadamente, um Presidente nomeado pelo governo e 6 membros escolhidos pelos partidos políticos de acordo com a representação parlamentar. De acordo com a mesma proposta governamental, a CNE ao nível central passaria a ser constituída por 13 membros dos quais 11 seriam indicados pelos partidos políticos com representação parlamentar.

Após a construção do consenso com a RENAMO e com os restantes partidos da oposição, no dia 22 de Dezembro de 1998, a Assembleia da República aprovou por unanimidade a nova lei eleitoral. O novo instrumento legal que iria regular as eleições presidenciais e legislativas previstas para 1999 respondeu satisfatoriamente às principais exigências da RENAMO, nomeadamente, o estabelecimento da CNE ao nível distrital e provincial, assim como a integração dos representantes do partido liderado por Afonso Dhlakama no STAE ao nível central, provincial e distrital. Na sequência da aprovação da nova lei eleitoral, por consenso, no dia seguinte (23 de Dezembro de 1998) a Representação da União Europeia em Maputo anunciou que iria financiar as eleições legislativas e presidenciais de 1999, disponibilizando 25 000 000 ECU, valor que correspondia a 2/3 dos custos totais de todo o processo eleitoral estimados pelo governo moçambicano. Na conferência de imprensa durante a qual foi feito o anúncio da ajuda, Brito e Cunha, Embaixador de Portugal acreditado em Moçambique afirmou o seguinte: «Como União Europeia estávamos a espera que os partidos com assento no parlamento chegassem ao consenso sobre a lei eleitoral. É por isso que em menos de 24 horas a União Europeia respondeu positivamente ao pedido do governo.»<sup>840</sup> Refira-se que a conferência de imprensa em alusão contou com a presença de representantes de 11 países da União Europeia, entre os quais, o Alto-comissário do Reino Unido, o Representante da Comissão Europeia, os embaixadores da Alemanha e da Finlândia. Durante a conferência de imprensa, Javier Puyol, Representante da Comissão Europeia em Moçambique afirmou que ele próprio iria trabalhar plenamente com o governo para garantir o controlo do dinheiro.<sup>841</sup> Igualmente, os EUA concordaram que iriam financiar as eleições.<sup>842</sup> A Noruega, através da NORAD, disponibilizou 2 600 000 \$ para apoiar o processo de preparação das segundas eleições gerais em Moçambique, particularmente nas componentes de recenseamento eleitoral e de assistência técnica.

Assim, poder-se-á concluir que a pressão e o condicionalismo imposto pelos doadores internacionais sobre o governo da FRELIMO concorreu para a abertura do partido governamental

---

<sup>840</sup> *Metical*, «UE cobre 2/3 do custo eleitoral», 24 de Dezembro de 1998, 5-6.

<sup>841</sup> *Idem*

<sup>842</sup> Malyn Newitt, «Mozambique», em *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, org. Patrick Chabal *et al* (London: Hurst and Company, 2002):232.

à construção do consenso com a RENAMO e outros partidos da oposição sobre a nova legislação eleitoral. Igualmente, ao exercer a pressão sobre o governo, procurando garantir que as eleições presidenciais e legislativas de 1999 fossem conduzidas de forma transparente e responsável, através do estabelecimento de uma nova legislação eleitoral baseada no consenso entre os principais atores políticos em Moçambique, os doadores internacionais providenciaram à RENAMO e à oposição as garantias de controlo sobre a lisura do processo que conduziria às segundas eleições gerais. Ao providenciar estas garantias, os doadores contribuíam para a geração do otimismo e da motivação para o engajamento da RENAMO e de toda a oposição no processo eleitoral.

#### **8.4 O Recenseamento Eleitoral**

Em Dezembro de 1998, o partido liderado por Afonso Dhlakama exigiu ao governo a realização do recenseamento de raiz em todo o país. Isto é o registo de todos os eleitores, independentemente de possuírem ou não o cartão de eleitor referente às eleições gerais de 1994 e às eleições autárquicas de 1998. Esta exigência resultava das desconfianças que a RENAMO tinha em relação ao recenseamento eleitoral realizado pelo STAE sob a supervisão da CNE, em 1997. A RENAMO não concordara com os moldes do recenseamento eleitoral de 1997 e, por isso, solicitou a sua anulação e a conseqüente repetição, alegando que o mesmo tinha sido ferido de irregularidades.

Em resposta à exigência da RENAMO, em Fevereiro de 1999, o governo anunciou que no âmbito da preparação das segundas eleições gerais seria realizado um recenseamento de raiz em todo o país, em Julho do mesmo ano. Com esta decisão o governo pretendia manter o consenso com a RENAMO em relação à preparação das segundas eleições gerais previstas para 1999. Igualmente, a decisão resultava da pressão dos doadores internacionais, entre os quais a União Europeia e os EUA no sentido de o governo moçambicano acomodar as exigências da RENAMO e dos restantes partidos da oposição e garantir a sua participação efetiva nas segundas eleições gerais.

É importante sublinhar que o recenseamento eleitoral foi financiado pelos doadores internacionais, entre os quais se destaca a União Europeia que exigiu a informatização do registo dos eleitores. Assim, no contexto da necessidade de assegurar a informatização dos dados do recenseamento eleitoral, no dia 15 de Junho de 1999, a direção do STAE apresentou aos membros da CNE a proposta de integração do sexto elemento na brigada de recenseamento eleitoral. Segundo o STAE, o sexto elemento iria trabalhar estritamente na ficha de informatização dos dados de recenseamento dos eleitores, não interferindo, deste modo, nos trabalhos da brigada de recenseamento. A proposta do STAE não foi acolhida pelos membros da CNE.

Na primeira quinzena de Julho de 1999, os doadores solicitaram um encontro com a CNE. Durante o encontro no qual participaram 9 embaixadores, estes apresentaram a sua preocupação em relação à informatização dos dados do recenseamento eleitoral e a não aprovação do sexto elemento na brigada de recenseamento.<sup>843</sup> No encontro os doadores sublinharam que uma das condições para o financiamento do recenseamento eleitoral tinha sido a informatização dos dados do recenseamento e recordaram a CNE que comparticipavam no processo com 80% dos recursos financeiros.<sup>844</sup> Face à pressão dos doadores, a CNE concluiu que compreendia a preocupação destes, realçando que seriam tomadas medidas viáveis visando assegurar a informatização dos dados do recenseamento eleitoral.

Até ao princípio de Julho o processo de preparação do recenseamento eleitoral dentro dos órgãos eleitorais decorria num contexto de harmonia entre os seus membros, representando os 3 partidos com assentos na Assembleia da República, nomeadamente a FRELIMO, RENAMO e UD. Contudo, isto não significou, necessariamente, a inexistência de posições divergentes entre os membros da CNE sobre o recenseamento eleitoral. É de assinalar o facto de em finais de Abril de 1999, Francisco Marcelino, membro da CNE, em representação da RENAMO ter questionado em sessão plenária deste órgão a validade dos cartões de eleitor de 1994 e de 1997 como documentos que os cidadãos poderiam usar para o seu registo eleitoral. A RENAMO era manifestamente contra a utilização destes documentos.<sup>845</sup> Os membros da RENAMO na CNE defendiam a utilização de outros documentos de identificação pessoal, nomeadamente o bilhete de identidade. Entretanto, no dia 11 de Maio de 1999, após a discussão sobre o assunto, a CNE decidiu que os cartões de eleitor de 1994 e 1997 poderiam ser apresentados pelos cidadãos no ato de recenseamento eleitoral. Para justificar esta decisão, a CNE apresentou o argumento segundo o qual a legislação em vigor não invalidava a utilização dos documentos em referência. Perante a decisão os membros da RENAMO na CNE solicitaram que constasse da ata o seu desacordo.<sup>846</sup>

No dia 7 de Julho de 1999, em conferência de imprensa, Francisco Marcelino, acusou Jamisse Taimo, Presidente da CNE de ser incapaz de produzir consensos e de violar sistematicamente o regimento interno do órgão eleitoral. Para fundamentar as suas acusações, Marcelino citou como exemplos a aceitação da utilização dos cartões de eleitor de 1994 e 1997 como documentos de identificação para o senso eleitoral que se avizinhava e o envio da proposta de calendário do recenseamento eleitoral ao Presidente da República, marcando o início do registo dos eleitores

---

<sup>843</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n°17/CNE/99, de 13/07/1999, 2 e 8.

<sup>844</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 18/CNE/99, de 15/07/1999, 3-4.

<sup>845</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 06/CNE/99, de 22/04/1999, 3.

<sup>846</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 09/CNE/99, de 11/05/1999,5.

para o dia 20 de Julho de 1999, sem o consenso.<sup>847</sup> Na mesma ocasião acusou o diretor geral do STAE de relacionar-se apenas com o Presidente da CNE. Igualmente, referiu que os membros da CNE em representação da RENAMO descobriram que no sul do país havia 40 brigadas a mais e no centro e norte existiam 100 brigadas a menos do que o definido nas deliberações da CNE. Adicionalmente, Marcelino afirmou que a distribuição dos materiais de recenseamento eleitoral iniciaria na região sul do país. Entretanto, Francisco Marcelino sublinhou que a RENAMO não iria abandonar o processo e que através da conferência de imprensa pretendia apenas fazer chegar as suas preocupações à sociedade e aos doadores.

A decisão sobre o calendário referente ao recenseamento eleitoral foi tomada por consenso dentro da CNE na sessão plenária realizada no dia 27 de Maio de 1999. É importante notar que Francisco Marcelino coordenava a Comissão de Organização e Operações dentro da CNE, responsável pela elaboração do calendário eleitoral, em estreita articulação com o STAE. No dia 22 de Abril de 1999, em sessão plenária da CNE, foi aprovado por consenso o número de brigadas a estabelecer no país para efeitos do recenseamento. O facto de a distribuição do material de recenseamento eleitoral iniciar a partir do sul do país era óbvia, tendo em consideração que por lei, o material em referência estava sob a responsabilidade dos órgãos eleitorais centrais, nomeadamente, CNE e STAE, localizados na cidade de Maputo. Assim, a distribuição do material eleitoral seria feita a partir da cidade de Maputo para as restantes províncias do país.

Aparentemente, através da conferência de imprensa acima referida, a RENAMO pretendia, primeiro, captar a atenção dos doadores, procurando garantir a sua maior mobilização para o controlo do processo de recenseamento eleitoral que se avizinhava. Segundo, a RENAMO pretendia construir o ambiente de suspeição sobre o processo como parte da sua estratégia política no contexto eleitoral, tendo em vista assegurar a existência de um argumento que pudesse potencialmente ser usado para justificar as suas possíveis reivindicações em relação ao processo eleitoral. Terceiro, é preciso considerar que as bases políticas da RENAMO eram em certa medida alimentadas pelas clivagens e/ou contradições com a FRELIMO, especialmente em períodos eleitorais. Neste contexto, através da conferência de imprensa a RENAMO pretendia transmitir às suas bases a mensagem de que não existia nenhum consenso ou entendimento com a FRELIMO dentro dos órgãos eleitorais. Portanto, a posição manifestada por Francisco Marcelino deve ser interpretada como a reação da RENAMO ao alargamento dos espaços de consenso com a FRELIMO no seio dos órgãos eleitorais.

---

<sup>847</sup> *Metical*, «Taimo é incapaz de consensos, diz a RENAMO», 8 de Julho de 1999, 5.

No dia 20 de Julho de 1999 arrancou o recenseamento eleitoral em todo o país que decorreria até ao dia 17 de Setembro. Entretanto, no dia 16 de Agosto, enquanto decorria o registo de eleitores, Joaquim Chissano, Presidente da República solicitou à Assembleia da República a alteração pontual à lei do recenseamento eleitoral uma vez que esta se encontrava ferida de inconstitucionalidade.<sup>848</sup> A lei do recenseamento eleitoral determinava que só podiam recensear-se os cidadãos que completassem 18 anos de idade até ao último dia do recenseamento. Este facto entrava em contradição com a constituição que estipulava que podiam recensear-se aqueles que completassem 18 anos de idade até ao dia do ato eleitoral.

Os membros da FRELIMO na Comissão *Ad-Hoc* de Harmonização da Legislação Eleitoral e o seu Presidente Aly Dauto manifestaram-se abertos a proceder a alteração solicitada por Joaquim Chissano. Porém, a bancada parlamentar da RENAMO manifestou-se contra, argumentando que a lei eleitoral foi aprovada por consenso, em Dezembro de 1998, e por isso, era preciso preservá-lo. Iguamente, a RENAMO alegava que tal alteração seria ferida de inconstitucionalidade na medida faltavam menos de 30 dias para o encerramento do recenseamento cuja duração era de 60 dias. Neste contexto os cidadãos que se beneficiariam da referida alteração seriam objeto de discriminação negativa na medida em que teriam menos de 30 dias para se recensearem enquanto o resto da população tivera 60 dias úteis para o registo eleitoral. Ademais, nos casos em que o recenseamento era feito por brigadas móveis, estas não regressariam aos lugares por onde já tinham passado.<sup>849</sup> Segundo a RENAMO ainda que se procedesse à alteração da lei não haveria tempo suficiente para a sua divulgação, considerando, particularmente, as dificuldades de comunicação que existiam no país.

Embora fosse detentora da maioria parlamentar que permitiria responder positivamente à solicitação de Joaquim Chissano, a bancada parlamentar da FRELIMO decidiu pela não alteração da lei do recenseamento eleitoral de forma unilateral. A decisão da FRELIMO visava assegurar a manutenção do consenso com RENAMO e, deste modo, evitar qualquer crise que pudesse comprometer o processo eleitoral que estava em curso.<sup>850</sup>

No dia 17 de Setembro de 1999, em conformidade com o calendário previamente estabelecido teve lugar o encerramento do recenseamento eleitoral. Assim, no dia 2 de Outubro de 1999, a CNE aprovou os dados finais sobre o recenseamento eleitoral, fixando em 7 099 105 o número de

---

<sup>848</sup> *Metical*, «Chissano quis corrigir», 3 de Setembro de 1999, 1.

<sup>849</sup> *Metical*, «A RENAMO rejeita e a FRELIMO não se opõe: os jovens que completam 18 anos de idade entre 17 de Setembro e 3 de Dezembro não vão ser autorizados a votar», 2 de Setembro de 1999, 1-2

<sup>850</sup> *Idem*.

eleitores registados.<sup>851</sup> Este número correspondia a 85% do universo eleitoral estimado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para além da avaliação positiva feita pelos órgãos eleitorais, o recenseamento eleitoral foi igualmente objeto de uma apreciação positiva por parte dos observadores internacionais, nomeadamente o Carter Center e a União Europeia. Num encontro realizado no princípio da segunda quinzena de Setembro, em Maputo, entre a CNE e os observadores da União Europeia, estes referiram que não constataram nenhuma anomalia, excetuando os problemas logísticos verificados. Segundo estes observadores, havia eficiência e profissionalismo dos brigadistas. Os observadores sublinharam que o recenseamento estava melhor organizado do que em 1994. Igualmente, os observadores da União Europeia afirmaram que não receberam nenhuma denúncia de irregularidades pelos fiscais.<sup>852</sup>

### **8.5 A Observação Eleitoral**

As discussões sobre a observação eleitoral nas segundas eleições gerais eram fortemente influenciadas pelo contexto e pelos problemas que caracterizaram as primeiras eleições autárquicas. Durante as primeiras eleições locais os órgãos eleitorais não autorizaram a realização da observação eleitoral. Este facto, entre outros apresentados no capítulo anterior da tese afetaram negativamente a credibilidade das eleições em alusão. Assim, a nova CNE, estabelecida no contexto da necessidade de resgatar a credibilidade dos órgãos eleitorais e do próprio processo eleitoral empenhou-se no sentido de assegurar a abertura à observação das eleições por observadores nacionais e internacionais. A necessidade de, por um lado, assegurar que as eleições de 1999 mereceriam o reconhecimento doméstico e internacional, e por outro lado, o imperativo de acomodar as reivindicações da RENAMO e de outros partidos políticos da oposição à luz das exigências dos doadores internacionais concorreram para que a CNE decidisse aceitar a abertura à observação eleitoral como acontecera durante as primeiras eleições gerais multipartidárias realizadas em Outubro de 1994.

Entretanto, até ao final do primeiro semestre de 1999 a CNE não tinha ainda providenciado a informação sobre a observação eleitoral. Perante esta situação os doadores internacionais exerceram pressão sobre as autoridades governamentais e sobre os órgãos eleitorais com vista a assegurar a abertura do país à observação eleitoral. Foi no contexto desta pressão que, na primeira quinzena de Junho de 1999, os doadores internacionais, nomeadamente, a Noruega, através do seu

---

<sup>851</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 31/CNE/99, de 2/10/1999, 2-3.

<sup>852</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 29/CNE/99, de 21/09/1999, 3.

Embaixador em Moçambique, a União Europeia e o PNUD, através dos seus respetivos representantes no país reuniram-se com os membros da CNE a quem manifestaram a preocupação com a observação eleitoral, questionando se esta teria ou não lugar durante as segundas eleições gerais. Em resposta, a CNE fez saber aos doadores que a observação eleitoral teria lugar nas eleições de 1999, sublinhando que, por isso, o órgão eleitoral estava a elaborar o respetivo regulamento.<sup>853</sup> Na sessão plenária da CNE, realizada no dia 15 de Junho de 1999, a coordenadora da Comissão dos Assuntos Internos e Externos referiu que a CNE estava a sofrer a pressão sobre a observação eleitoral. Por isso, sugeriu que se programasse um encontro de articulação com o governo para discutir os aspetos de ligação entre o Estado e a Comissão dos Assuntos Legais e Deontológicos responsável pela elaboração do regulamento de observação eleitoral.<sup>854</sup> Com esta proposta pretendia-se acelerar o processo de elaboração do regulamento em alusão de modo a dar resposta a pressão que a CNE estava a sofrer dos doadores e não só, mas também de organizações da sociedade civil nacionais.

Na segunda quinzena de Junho, a Comissão das Relações Internas e Externas da CNE reuniu-se com os doadores que financiavam o processo eleitoral entre os quais estava a União Europeia. No referido encontro, os doadores defenderam que era importante que a observação eleitoral decorresse a partir da fase do recenseamento dos eleitores até fase da votação. Os países da União Europeia manifestaram a vontade de receber o convite para a observação eleitoral até ao final do mês de Junho.<sup>855</sup>

No princípio de Julho a CNE aprovou o regulamento de fiscalização (instrumento que regulava a fiscalização do processo eleitoral pelos partidos políticos) e o regulamento da observação do recenseamento eleitoral. Assim, no final da primeira quinzena de Julho a CNE formulou os convites para a observação do recenseamento eleitoral cujo início estava previsto para o dia 20 de Julho de 1999. Os convites foram dirigidos aos observadores internacionais, entre os quais os países da União Europeia e os EUA. Igualmente, foram enviados os convites aos observadores nacionais entre os quais o Fórum de Educação Cívica (FECIV), Associação Moçambicana de Desenvolvimento (AMODE), entre outras organizações da sociedade civil nacionais. No final do registo dos eleitores os observadores, na sua maioria, fizeram uma avaliação positiva sobre o processo.

---

<sup>853</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese nº12/CNE/99, de 15/06/1999, 5.

<sup>854</sup> *Idem*

<sup>855</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese nº 14/CNE/99, de 29/06/1999, 2-3.

Todavia, em relação à observação da votação e da contagem dos votos registaram-se divergências entre a CNE e os doadores. Na segunda quinzena de Outubro de 1999, os doadores defenderam a necessidade de realização da contagem paralela dos votos pelos observadores das eleições. Entretanto, a CNE mostrou-se contrária à pretensão dos doadores argumentando que os observadores não deviam ter um papel de interferência. Ademais, sublinhava a CNE, a contagem dos observadores não teria nenhum efeito legal e, por isso, não se justificava a sua realização.<sup>856</sup> Eventualmente, pelo facto de a lei eleitoral assegurar a presença dos fiscais dos partidos políticos nas mesas de votação, controlando todo o ato eleitoral, incluindo a contagem dos votos, a RENAMO não se engajou na campanha pela autorização da contagem paralela. Outra razão para este posicionamento da RENAMO é que em caso de derrota eleitoral no contexto em que a contagem paralela estivesse autorizada, a RENAMO e o seu líder ficariam sem o espaço de manobra para alegar a ocorrência de fraude como justificação perante as suas bases de apoio e não só mas também perderia a capacidade de fazer demandas ao governo como a partilha de poder político, económico, entre outras.

A FRELIMO rejeitava a contagem paralela dos votos porque tinha receios em relação ao fim para o qual os observadores usariam esta contagem, conforme ilustra a seguinte declaração de Jamisse Taimo, Presidente da CNE: «Eles já vinham com mapas prontos para os locais onde sabiam que a RENAMO ia ter maior número de votação para logo que as eleições terminassem dissessem que o resultado é este e dá vitória à RENAMO para criar o facto político e depois a CNE correr atrás desse facto para confirmar.»<sup>857</sup>

A USAID em Moçambique e o Carter Center são alguns dos doadores que defendiam a realização da contagem paralela dos votos. Igualmente, a proposta de contagem paralela dos votos nas mesas de votação foi apresentada pela AMODE e pelo FECIV. Ao pedido destas organizações da sociedade civil, a CNE respondeu desfavoravelmente, argumentando que a contagem paralela não estava prevista na lei eleitoral.<sup>858</sup> Assim, perante a falta de autorização da CNE, os observadores nacionais e internacionais não realizaram a contagem paralela dos votos. Contudo, o processo de votação contou com a presença de vários observadores entre nacionais e internacionais. Entre os observadores internacionais destacam-se a União Europeia, Carter Center, Commonwealth e os parlamentares da SADC. Ao nível nacional destacam-se a AMODE, FECIV, Mulher, Lei e

---

<sup>856</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 38/CNE/99, de 28/10/1999, 3.

<sup>857</sup> Entrevista, Jamisse Taimo, 30 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>858</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n° 38/CNE/99, de 28/10/1999, 8.



Desenvolvimento (AMULEID), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Aliança da Juventude Cristã (AJC), entre outros.

A União Europeia, através da sua representação, em Maputo, procurou obter da CNE a autorização que permitisse a sua presença no processo de digitalização dos editais de votação ao nível provincial e central. Porém, a CNE não autorizou o pedido da União Europeia porque considerava desnecessária a sua presença na digitalização dos editais conforme ilustra a seguinte declaração de Jamisse Taimo, Presidente da CNE:

[...] A União Europeia queria estar na digitalização ao nível provincial e central. Isto significava que a União Europeia tinha que entrar lá onde mesmo nós como membros da CNE não estávamos. A supervisão tinha gente que sentava lá para ver o que se estava a fazer. Eram os membros da CNE, FRELIMO e RENAMO... A CNE não aceitou a observação da digitalização dos editais ao nível provincial e central porque era desnecessário... Quer dizer nós achávamos descabida uma desconfiança tal pelos órgãos de administração eleitoral [...]<sup>859</sup>

Portanto, a pretensão do representante da União Europeia foi vista com desconfiança pela CNE, particularmente pelos membros deste órgão eleitoral, em representação da FRELIMO.

Todavia, mesmo sem a contagem paralela e sem a permissão da presença de observadores na digitalização dos editais de votação, a autorização concedida pela CNE para a observação das eleições por vários observadores nacionais e estrangeiros, com destaque para a União Europeia, EUA e o Carter Center constituiu-se como uma importante garantia de transparência das eleições e como um mecanismo de prevenção da fraude eleitoral – o maior receio da RENAMO na votação. A presença destes observadores tinha um significado marcadamente especial para a RENAMO que criticara a falta de observação eleitoral nas primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998. Em clima de suspeitas mútuas como era o caso moçambicano, a presença de observadores internacionais tinha o papel de contribuir para a geração da confiança pública na justeza das eleições.<sup>860</sup>

## **8.6 A Campanha Eleitoral: Os Principais Protagonistas Acreditam na Vitória**

Embora a campanha eleitoral tenha iniciado, oficialmente, no princípio da segunda quinzena de Outubro de 1999, a atividade política dos principais partidos políticos, nomeadamente, a

---

<sup>859</sup> Entrevista, Jamisse Taimo, 30 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>860</sup> Krishna Kumar, «The nature and focus of international assistance for rebuilding war-torn societies», em *Rebuilding Societies after Civil War: Critical Roles For International Assistance*, ed. Krishna Kumar (London: Lynne Rienner Publishers, 1997), 7.

FRELIMO e a RENAMO, no âmbito da pré-campanha eleitoral, arrancou no primeiro trimestre do mesmo ano. Não raras vezes, a ação política dos 2 principais partidos políticos moçambicanos elevou a animosidade entre os seus membros e simpatizantes. Por exemplo, em Abril, o Primeiro-secretário da FRELIMO na cidade da Beira acusou a RENAMO de ter planos para liquidar os dirigentes do partido governamental naquela cidade. Poucos dias depois, o Secretário-geral da RENAMO, João Alexandre acusou a FRELIMO de estar a recrutar e a treinar as ex-forças da RENAMO com vista a desestabilizar o partido liderado por Afonso Dhlakama.

As acusações mútuas entre a FRELIMO e a RENAMO acima referidas não encontravam nenhuma correspondência factual. As acusações em referência inseriam-se no âmbito dos esforços dos 2 partidos visando o seu enfraquecimento político mútuo *vis-à-vis* as eleições que se avizinhavam. Neste contexto, a FRELIMO procurava apresentar a RENAMO como um partido de bandidos armados que não conseguia libertar-se da cultura de violência e de destruição. Uma vez que o uso da força já não era uma opção viável para assegurar a manutenção do apoio popular, a RENAMO transportou a polarização da arena política e social criada pela guerra para o período pós-conflito como forma de mobilizar o apoio popular, sobretudo em períodos eleitorais.<sup>861</sup> Neste contexto, a RENAMO procurava, primeiro, apresentar a FRELIMO como um partido que não se habituara à cultura democrática, e por isso, com pretensões de restauração do regime monopartidário. Segundo, a RENAMO pretendia apresentar-se como sendo perseguida pela FRELIMO e, deste modo, ganhar notoriedade política, particularmente no contexto eleitoral e mobilizar a pressão da comunidade internacional (doadores internacionais) sobre o governo da FRELIMO. Terceiro, a RENAMO pretendia apresentar-se como o partido dos pobres, marginalizados e excluídos. Por exemplo, durante a pré-campanha eleitoral, Fernando Mazanga, Delegado da RENAMO na província de Gaza afirmou que «o seu partido não tinha meios materiais e financeiros, por isso apelava aos seus membros para se consciencializarem de que pertenciam a um partido de pobres para pobres.»<sup>862</sup>

A posição da RENAMO contrastava com a FRELIMO que se assumia como um partido rico, conforme ilustra a seguinte declaração do Primeiro-secretário do partido governamental em Gaza: «De falta de meios a FRELIMO não se queixa. O nosso partido é rico porque os seus membros são ricos e contribuem para o partido. Além das contribuições dos membros e simpatizantes, temos um sistema de quotas bem organizado e temos fontes de receita que dão para pagar salários e

---

<sup>861</sup> Carrie Manning, «From armed conflict to civil opposition: post-conflict party development in Mozambique, Bosnia and Kosovo», *Politics and Economics, University of Leipzig Papers on Africa*, n° 61, (2000): 13-14.

<sup>862</sup> *Metical*, «FRELIMO e RENAMO violentam-se em Gaza», 8 de Junho de 1999, 3.

outras despesas.»<sup>863</sup> O Primeiro-secretário da FRELIMO em Gaza aconselhava os outros partidos a seguirem o exemplo do partido governamental de modo a libertarem-se das queixas. A postura de alguns líderes da FRELIMO como foi acima evidenciado, especialmente, no contexto em que grande parte da população moçambicana encontrava-se na situação de pobreza estimulava ainda mais a RENAMO a apresentar-se como o partido dos marginalizados. Com esta postura a RENAMO pretendia obter ganhos políticos nas segundas eleições gerais.

Em Junho, o Delegado da RENAMO na província de Gaza denunciou a existência de práticas de violência física e de perseguição contra os membros e simpatizantes do seu partido, protagonizadas pelos membros e simpatizantes da FRELIMO. Entretanto, o partido governamental negou a existência de instruções das estruturas partidárias no sentido da prática de perseguição e de violência contra os membros e simpatizantes da RENAMO. Todavia, a FRELIMO confirmou a existência de agressões, atribuindo a culpa à própria RENAMO, apresentando o seguinte argumento:

[...] Nos seus encontros, no lugar de fazer política, os membros da RENAMO insultam a FRELIMO e os seus membros, naturalmente, reagem de forma violenta. Em resposta à atitude provocatória da RENAMO, temos às vezes recordado à população que aqueles são os mesmos matsangaissas que nos cortavam os lábios, orelhas, promoviam massacres e queimavam aldeias [...]<sup>864</sup>

Estas declarações revelam a instrumentalização política da história da guerra civil, da violência e do antagonismo entre a FRELIMO e a RENAMO para a obtenção de ganhos políticos nas eleições que se avizinhavam. Igualmente, as declarações acima citadas revelavam a existência de um défice ao nível da reconciliação entre os ex-beligerantes.

Para além de assumir-se continuamente como um partido que combatia contra o marxismo-leninismo, durante a campanha eleitoral, a RENAMO também procurou veicular a mensagem segundo a qual a FRELIMO era um partido associado à corrupção que se registava no país.<sup>865</sup> Aliás, Dhlakama começou a ensaiar este argumento em Fevereiro de 1999, na província de Nampula, durante o seminário de preparação dos quadros da RENAMO para as segundas eleições gerais. No evento, Afonso Dhlakama acusou os dirigentes da FRELIMO de estarem a usar o processo de privatizações para se apropriarem das empresas estatais.<sup>866</sup> Deste modo Dhlakama

---

<sup>863</sup> *Idem.*

<sup>864</sup> *Ibidem.*

<sup>865</sup> *Savana*, «O futuro de Moçambique passa pelo voto à RENAMO, diz Dhlakama na Mafalala, com olhos postos no centro e norte», 19 de Novembro de 1999, 5.

<sup>866</sup> *Metical*, «Dhlakama em pré-campanha», 26 de Fevereiro de 1999, 2-3.

procurava extrair vantagens políticas da crescente preocupação da sociedade moçambicana e da comunidade doadora em relação ao crescimento da corrupção. Aliás, durante a primeira legislatura os doadores ocidentais manifestaram a sua preocupação com o crescimento das práticas de corrupção no sector público, tendo, inclusivamente exigido ao governo uma postura firme no combate ao fenómeno.

Durante a campanha eleitoral, os comícios da RENAMO caracterizados pela afluência massiva dos cidadãos, particularmente, nas províncias do centro e do norte, por sinal, as regiões mais populosas do país, alimentaram o otimismo deste partido em relação aos resultados eleitorais. Este otimismo era alicerçado, primeiro, nos resultados eleitores positivos alcançados em 1994. Segundo, o otimismo resultava da interpretação que a RENAMO fazia sobre a elevada abstenção eleitoral nas primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998. As lideranças da RENAMO e dos partidos da oposição que formaram a coligação RENAMO-União Eleitoral (RENAMO-UE), em 1999, acreditavam que a abstenção eleitoral registada em 1998 sinalizava o desgaste da base de apoio popular à FRELIMO, por um lado, e por outro lado, revelava a aderência dos cidadãos à sua mensagem e o consequente crescimento da simpatia popular pelo principal partido da oposição como alternativa política. Por exemplo, o Delegado da RENAMO em Gaza, província com uma forte influência da FRELIMO, manifestou-se confiante na conquista de assentos parlamentares, sublinhando que «em 1994 o seu partido não ganhou nenhum assento nesta província porque não era conhecido e não tinha quadros. Hoje que estamos enraizados na base e com experiência ganha, a batalha é de dividirmos os assentos com a FRELIMO.»<sup>867</sup> Na mesma perspetiva, durante a sua visita à Gaza, em Setembro de 1999, Afonso Dhlakama manifestou a sua convicção em relação à melhoria dos resultados naquela província, afirmando que «a RENAMO jamais vai sair zero em Gaza». Ainda em Setembro, o jornal «Metical» parecia dar fundamento ao otimismo da RENAMO, escrevendo que a sua sondagem em Gaza em relação às eleições gerais de 1999 apontava a possibilidade de um aumento substancial de votos a favor da RENAMO que em 1994 não conseguira eleger sequer 1 deputado para a Assembleia da República.<sup>868</sup>

A pré-campanha eleitoral da FRELIMO foi marcada pela inauguração de diversas infraestruturas económicas e sociais, entre outros eventos, tendo como protagonista, Joaquim Chissano, Presidente da República e o seu governo. No âmbito da campanha eleitoral iniciada na segunda quinzena de Outubro a FRELIMO apresentou o programa quinquenal que implementaria no país

---

<sup>867</sup> *Metical*, «FRELIMO e RENAMO violentam-se em Gaza», 8 de Junho de 1999, 2-3.

<sup>868</sup> *Metical*, «Dhlakama em Gaza», 9 de Setembro de 1999, 2; *Metical*, «Dhlakama satisfeito», 14 de Setembro de 1999, 6.

caso vencesse as segundas eleições gerais. No seu programa, a FRELIMO sublinhava como prioridade a erradicação da pobreza absoluta. Igualmente, a FRELIMO definiu a redução das assimetrias regionais e o desenvolvimento do empresariado nacional como outra prioridade do seu programa quinquenal. Aliás, o desenvolvimento do empresariado nacional era assumido como um elemento importante para salvaguardar a soberania nacional. O alargamento e a revitalização da rede comercial rural, das redes escolar e de saúde, a construção de novas estradas, o aumento do fornecimento de água e os incentivos à atividade económica foram algumas das ações inscritas visando contribuir não só para o desenvolvimento, mas também para minorar as assimetrias regionais. A manutenção e o aumento das taxas de crescimento da economia eram pressupostos para o cumprimento de tais desideratos.

A FRELIMO fez a campanha eleitoral, manifestando um elevado otimismo em relação ao alcance da vitória com uma elevada margem comparativamente às eleições gerais de 1994. As declarações de Joaquim Chissano, no final de Novembro de 1999, durante o encerramento da campanha eleitoral evidenciam o otimismo que reinava no seio do partido governamental:

[...] A campanha eleitoral que hoje termina mostrou que o voto desta vez vai ser muito mais consciente e premeditado do que em 1994. Na FRELIMO esperamos uma grande vitória. O número de assentos vai aumentar substancialmente e a minha eleição será com uma margem muitíssimo elevada... Teremos muito mais votos [...] <sup>869</sup>

Segundo Joaquim Chissano, a sua confiança assentava nas constatações de tendências feitas no terreno. De facto os comícios dirigidos por Joaquim Chissano foram concorridos, inclusivamente em Sofala, uma província que em 1994 revelara a existência de uma forte influência da RENAMO. O processo de reconstrução de infraestruturas económicas e sociais levado a cabo pelo governo em diferentes locais do país, entre 1995 e 1999 era interpretado pelo partido governamental como um fator que contribuiria para a atração do apoio popular expresso em votos durante as segundas eleições gerais. <sup>870</sup>

Entretanto, se é verdade que a FRELIMO e o seu candidato revelavam sinais de recuperação em regiões anteriormente hostis como Sofala, reforçando, assim, o seu otimismo em relação aos resultados eleitorais, não era menos verdade que a RENAMO também apresentava sinais de crescimento assinalável em Cabo Delgado e em Gaza, províncias dominadas pelo partido

---

<sup>869</sup> *Metical*, «Chissano confiante: se ele ganhar mas o seu partido perder fará governo só com a FRELIMO», 30 de Novembro de 1999, 1.

<sup>870</sup> Entrevista, Bento Balói, 7 de Junho de 2016, Lisboa.

governamental conforme constatava a imprensa independente.<sup>871</sup> Portanto, apesar de existirem divergências entre a FRELIMO e a RENAMO, parece claro que os 2 partidos estavam fortemente motivados quanto à realização das segundas eleições gerais ainda em 1999.<sup>872</sup> Esta motivação resultava da existência das expectativas positivas (otimismo) em ambos os lados relativamente ao resultado das eleições.

Outra característica da campanha da FRELIMO e da RENAMO foi a ausência do recurso sistemático ao discurso de base étnica para a mobilização do voto dos cidadãos. Este facto resultava do seguinte: No contexto do sistema eleitoral de representação proporcional estabelecido em Moçambique, e a partir dos resultados eleitorais de 1994, quer a FRELIMO quer a RENAMO compreenderam que a vitória eleitoral nas eleições presidenciais e legislativas de 1999 só poderia ser alcançada mobilizando o voto em todas as províncias e regiões do país. Isto é, embora nas eleições gerais de 1994, a RENAMO tivesse revelado uma forte influência nas regiões centro e norte de Moçambique, particularmente, em Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, nestas províncias a FRELIMO conseguiu manter uma base de apoio significativa, conforme ilustra a seguinte tabela:

**Tabela n°4:** Percentagem de Votos obtidos pela RENAMO e FRELIMO nas regiões centro e norte de Moçambique nas eleições legislativas de 1994

Província	Percentagem de Votos dos Partidos	
	RENAMO	FRELIMO
Sofala	75,86%	14,21%
Manica	57,87%	27,06%
Tete	49,09%	30,98%
Zambézia	51,98%	31,40%
Nampula	48,42%	30,55%

**Fonte:** Brazão Mazula, *Moçambique: Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994* (Maputo: STAE, 1998), 37. (Adaptado pelo autor)

Nas eleições de 1994 a FRELIMO revelou uma elevada influência nas regiões sul e norte do país, nomeadamente nas províncias de Maputo, Maputo cidade, Gaza, Inhambane, Niassa e Cabo Delgado. Mesmo, assim, nestas regiões a RENAMO conseguiu alcançar um número significativo de votos, permitindo a eleição de seus deputados para a Assembleia da República com a exceção de Gaza, conforme ilustra a seguinte tabela:

<sup>871</sup> *Metical*, «Chissano confiante: se ele ganhar mas o seu partido perder fará governo só com a FRELIMO», 30 de Novembro de 1999, 1.

<sup>872</sup> *Boletim do Processo de Paz em Moçambique*, «Partidos reconhecem urgência», n°23, 9 de Outubro de 1999, 2.

**Tabela nº5:** Percentagem de Votos obtidos pela RENAMO e FRELIMO nas regiões sul e norte de Moçambique nas eleições legislativas de 1994

Província	Percentagem de Votos dos Partidos	
	RENAMO	FRELIMO
Maputo Cidade	8,98%	78,60%
Maputo Província	6,93%	77,32%
Gaza	2,68%	81,42%
Inhambane	12,92%	59,43%
Niassa	32,77%	46,27%
Cabo Delgado	22,63%	57,67%

**Fonte:** Brazão Mazula, *Moçambique: Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994* (Maputo: STAE, 1998), 37. (Adaptado pelo autor)

Os resultados eleitorais de 1994 mostraram que embora a FRELIMO e a RENAMO tivessem as suas regiões de maior influência política, conforme ilustram as tabelas acima apresentadas, nenhum dos partidos detinha o monopólio político nas mesmas. Portanto, nas regiões centro e norte do país caracterizadas pela existência de uma elevada influência da RENAMO, a FRELIMO mantinha uma importante base de apoio popular. Nas regiões sul e norte, onde a FRELIMO revelou uma elevada influência política, a RENAMO foi capaz de conquistar uma base de apoio popular significativa, evidenciando a sua expressão nacional. A partilha significativa de votos entre a FRELIMO e a RENAMO nas regiões sul, centro e norte do país, durante as eleições de 1994 revelaram, particularmente, para o partido liderado por Afonso Dhlakama que as eleições gerais de 1999 não poderiam ser ganhas através da mobilização do voto étnico regional. Esta constatação fez surgir a necessidade de mudança da estratégia de campanha eleitoral seguida pela RENAMO, em 1994, no âmbito da qual o partido privilegiou as regiões centro e norte, dedicando uma atenção bastante marginal à região sul do país.

Portanto, os resultados eleitorais de 1994 cimentaram no seio da FRELIMO e da RENAMO a necessidade de mobilização do apoio popular para além das suas tradicionais fronteiras de influência étnica e regional. Assim, durante a campanha eleitoral de 1999, Afonso Dhlakama e o seu partido dedicaram mais tempo na mobilização dos eleitores na região sul. O facto de Afonso Dhlakama ter escalado a província de Gaza ainda em pré-campanha e posteriormente, em campanha eleitoral, contrariando a prática registada em 1994 confirma a percepção do líder da oposição de que a vitória eleitoral passava pela mobilização do voto para além das fronteiras de influência étnica e regional. É neste contexto que deve ser compreendido o facto de durante a campanha eleitoral de 1999 a RENAMO ter demonstrado a tendência para um discurso menos assente na mobilização do voto a partir das identidades étnicas e regionais, primando, pelo contrário, pela unidade.

No caso da FRELIMO, para além de razões de natureza eleitoral conforme foi acima referido, o seu discurso assente na unidade nacional tinha, adicionalmente, raízes históricas. Como foi demonstrado no segundo capítulo da tese, desde a luta pela independência até ao período pós-colonial, a FRELIMO assumiu-se como um partido com a responsabilidade de construir a nação moçambicana e a sua unidade. Neste contexto o discurso político da FRELIMO foi sempre orientado no sentido de combater as diferenças étnicas e regionais. Esta tendência continua presente na prática discursiva da FRELIMO e dos seus governos.

Embora os discursos de campanha eleitoral da FRELIMO e da RENAMO tenham assentado na unidade e na inclusão, isto não impossibilitou o registo de casos de tentativas de instrumentalização das diferenças étnicas e regionais. Porém, tais casos revelaram-se isolados e raras vezes foram sistemáticos.

A despeito da inexistência de ações sistemáticas de instrumentalização das diferenças étnicas para a obtenção de ganhos políticos, durante a campanha eleitoral foram registados alguns casos de violência protagonizados por elementos da FRELIMO contra membros e simpatizantes da RENAMO e vice-versa. Contudo, de um modo geral, os casos de violência registados durante a campanha não comprometeram seriamente o curso normal do processo eleitoral. Aliás, em finais de Novembro de 1999, o Carter Center emitiu um relatório sublinhando que a campanha eleitoral e o processo eleitoral decorriam de forma satisfatória. Os observadores desta instituição destacaram que o número e a gravidade dos incidentes entre a FRELIMO e a RENAMO revelavam um sinal de diminuição comparativamente às eleições de 1994. Segundo o Carter Center, em alguns casos como no distrito de Matutuíne, província de Maputo, a tensão entre a FRELIMO e a RENAMO terminou com os membros e simpatizantes dos 2 partidos a cantarem e a dançarem juntos.<sup>873</sup>

### **8.7 Da Votação à Proclamação dos Resultados Eleitorais**

No dia 3 de Dezembro de 1999, conforme previa o calendário eleitoral arrancou a votação em todo o país. Contudo, devido aos problemas logísticos e de organização registados no primeiro dia da votação, a CNE, reunida em sessão plenária, no dia 4 de Dezembro, decidiu por consenso alargar a votação até ao dia 5 de Dezembro de 1999. Na mesma sessão surgiram os primeiros sinais de contestação da RENAMO-União Eleitoral quando foi apresentada a carta desta coligação de partidos solicitando a anulação das eleições na província de Tete, particularmente, nos distritos

---

<sup>873</sup> *Metical*, «Carter Center acha que a campanha correu bem», 30 de Novembro de 1999, 2-3.



de Changara, Magoé e Songo. Para justificar o seu pedido, a RENAMO-União Eleitoral apresentou o argumento segundo o qual tinha sido impedida de fazer a campanha eleitoral naqueles distritos. Entretanto, a CNE considerou que o documento apresentado pela RENAMO-União eleitoral era extemporâneo pois a campanha eleitoral terminara e naquele momento decorria a votação. Por isso, a CNE não poderia apreciar o pedido apresentado pela RENAMO-União eleitoral. Igualmente, a CNE referiu que a sua decisão resultava do facto de o órgão eleitoral não possuir a competência para anular a votação. Neste contexto, a CNE concluiu que a reclamação deveria ser remetida ao Tribunal Supremo que desempenhava, igualmente, as funções de Conselho Constitucional.<sup>874</sup>

Durante os primeiros dias de votação, o STAE reportou à CNE o registo de indícios de tentativas de fraude a favor da RENAMO numa das mesas de assembleia de voto na Costa do Sol, cidade de Maputo. No local foram detetados 26 boletins de voto previamente assinalados com a tinta indelével a favor de Afonso Dhlakama, candidato presidencial da RENAMO-União Eleitoral. Após a averiguação, o STAE constatou que tratou-se de uma ação deliberada dos membros da mesa de assembleia de voto.<sup>875</sup> Igualmente, foram reportados casos de tentativa de fraude a favor de Afonso Dhlakama, em Nigissiue, distrito de Murrupula, província de Nampula.<sup>876</sup> Todavia, de modo geral, os incidentes acima referidos não comprometeram negativamente o processo de votação encerrado no dia 5 de Dezembro. Os observadores eleitorais internacionais e nacionais, entre os quais, a União Europeia, Carter Center, FECIV, CCM, AMODE, entre outros, consideraram que o processo de votação tinha sido ordeiro, livre, transparente, e particularmente exemplar se comparado com os processos de votação em outros países africanos.<sup>877</sup>

Entretanto, a fase de contagem dos votos viria a revelar-se, por um lado, repleta de disputas e desconfianças entre a FRELIMO e a RENAMO, e por outro lado, marcada por divergências entre os membros da CNE representando os dois partidos. No dia 7 de Dezembro de 1999, Jamisse Taimo anunciou que a CNE detetara um conjunto de irregularidades cometidas por delegados de lista da RENAMO na província de Nampula. Estes obrigaram os membros das mesas de votação a assinar e a carimbar os editais da RENAMO-União Eleitoral.<sup>878</sup> A RENAMO reconheceu a prática de tal ação, argumentando que fê-lo com o objetivo de produzir mais do que uma evidência dos resultados eleitorais. O Presidente da CNE considerou que tratava-se de um ato ilegal.

---

<sup>874</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n°47/CNE/99, de 03/12/1999, 3.

<sup>875</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n°50/CNE/99, de 05/12/1999, 3.

<sup>876</sup> *Idem*.

<sup>877</sup> *Mozambique Peace Process Bulletin*, «Smooth voting process draws high praise», n°24, Janeiro de 2000, 3.

<sup>878</sup> *Metical*, «CNE acusa RENAMO de irregularidades», 9 de Dezembro de 1999, 3.

Ainda na província de Nampula, durante a contagem dos votos e digitação dos dados dos editais houve tentativas de fraude eleitoral em benefício de Afonso Dhlakama. Os técnicos indicados pela RENAMO retiravam os votos de Joaquim Chissano, permitindo a subida da votação para Afonso Dhlakama, conforme ilustra a seguinte declaração de Jamisse Taimo, Presidente da CNE.

[...] Os funcionários que eram digitadores locais falavam em macua entre eles e não davam o *enter* aos resultados do Presidente Chissano. Então subia o líder da RENAMO. Então aí nós mandamos a equipa do STAE daqui constituída pelos 2 diretores-gerais adjuntos provenientes da RENAMO e da FRELIMO que foram lá resolver o problema. Os computadores tinham uma auditoria que nos permitia saber a hora, quem entrou para o computador e o que foi feito [...] <sup>879</sup>

A tentativa de fraude em Nampula foi confirmada pelo Presidente da Comissão Provincial de Eleições, Teófilo Manuel. Igualmente, foram registadas tentativas de fraude nas províncias de Sofala e Niassa.<sup>880</sup>

Se durante o processo de preparação das eleições a informatização exigida pelos doadores foi um ponto difícil de ser consensualizado devido às enormes desconfianças da RENAMO, a fase de informatização dos dados sobre a votação reacendeu a insegurança e os receios de fraude eleitoral no seio da coligação de partidos da oposição liderada por Afonso Dhlakama. A RENAMO-União Eleitoral acusava os órgãos eleitorais, particularmente o STAE de impedir o controlo da informatização dos dados eleitorais pelos seus técnicos. Por exemplo, no dia 9 de Dezembro, o Diretor-adjunto do STAE na Zambézia, em representação da RENAMO anunciou que o seu partido iria abandonar o acompanhamento do processo eleitoral na província em referência devido ao impedimento acima mencionado. Entretanto, os órgãos da RENAMO ao nível central assumiram uma posição mais moderada, afirmando que o partido continuaria a fazer o acompanhamento do processo eleitoral.<sup>881</sup>

À medida que decorria o processo de apuramento dos votos cresciam as desconfianças entre a RENAMO e a FRELIMO assim como aumentava o afastamento entre os membros da CNE representando os dois partidos. No dia 15 de Dezembro de 1999, enquanto ainda decorria o apuramento dos resultados eleitorais, a RENAMO anunciou em conferência de imprensa que ganhara as segundas eleições gerais em Moçambique. Na ocasião, a RENAMO distribuiu aos jornalistas o mapa dos resultados eleitorais na base do qual anunciara a vitória eleitoral. Estranhamente, o mapa apresentado pela RENAMO atribuía a vitória à FRELIMO nas eleições

---

<sup>879</sup> Entrevista, Jamisse Taimo, 30 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>880</sup> *Mozambique Peace Process Bulletin*, «RENAMO fraud in Nampula count», n.º24, Janeiro de 2000, 5.

<sup>881</sup> *Metical*, «Detenções eleitorais», 10 de Dezembro de 1999,2.

legislativas. Igualmente, os dados apresentados pelo principal partido da oposição atribuíam a vitória a Joaquim Chissano. Eventualmente, o anúncio visava criar um facto político e deste modo exercer pressão sobre os órgãos eleitorais. A FRELIMO desvalorizou o anúncio da RENAMO, sublinhando que só a CNE é que proclamaria o vencedor das eleições. Por sua vez, Jamisse Taimo considerou que só assumiria a responsabilidade pelos resultados que seriam anunciados pela CNE após a conclusão de todo o processo de apuramento que estava em curso.

Entretanto, no mesmo dia a FRELIMO acusou a RENAMO de ter cometido 3 formas de fraude, nomeadamente, a introdução de boletins de voto a favor da RENAMO e do seu candidato, a distribuição de editais falsos com o objetivo de substituir os verdadeiros e a utilização de dinheiro para corromper os agentes. A FRELIMO canalizou as queixas à CNE. No dia seguinte, Raúl Domingos, membro sénior da RENAMO, convocou uma conferência de imprensa durante a qual afirmou que o Presidente da CNE e o Diretor-geral do STAE, respetivamente, tinham sido chamados à sede do Comité Central da FRELIMO a fim de proclamarem a FRELIMO e Joaquim Chissano como vencedores das eleições. Na ocasião Raúl Domingos disse que Joaquim Chissano encontrava-se em Nampula para a manipulação dos resultados eleitorais.<sup>882</sup> Mais uma vez, as acusações da RENAMO não encontraram nenhuma correspondência factual. Joaquim Chissano encontrava-se em Maputo, tendo na mesma data falado aos jornalistas logo após as acusações de Raúl Domingos. Jamisse Taimo e António Carrasco refutaram prontamente as acusações da RENAMO. Aparentemente, a RENAMO procurava exercer pressão sobre os órgãos eleitorais.

No dia 19 de Dezembro, a CNE reuniu-se em sessão plenária durante a qual ficou patente o aprofundamento das divergências entre os membros do órgão eleitoral. No encontro, Jamisse Taimo denunciou «a existência da tendência para o incumprimento da metodologia acordada no tratamento dos dados que priorizava o apuramento dos resultados tendo como base os editais ou as atas das províncias em vez do processamento por mesa.»<sup>883</sup> Neste contexto, o Presidente da CNE propunha que o apuramento dos resultados eleitorais fosse feito em conformidade com o acordo previamente estabelecido no seio do órgão eleitoral. Neste contexto, o Presidente da CNE lançou o apelo para que a Comissão *Had-Hoc* de Informática continuasse o processamento dos dados eleitorais conforme o estabelecido, enquanto a nível de centralização e do apuramento dever-se-ia trabalhar na requalificação dos votos de modo que fossem cumpridos os prazos estabelecidos para o anúncio dos resultados eleitorais finais. A RENAMO opunha-se à esta posição.

---

<sup>882</sup> *Metical*, «Duas acusações de Raúl Domingos», 17 de Dezembro de 1999, 2.

<sup>883</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n.º 55/CNE/99, de 19/12/1999, 2.

No mesmo encontro, através de Francisco Marcelino, a RENAMO solicitou à CNE o adiamento da publicação dos resultados das eleições a nível nacional, alegando, para o efeito, que o técnico indigitado pela RENAMO foi impedido de fazer a supervisão do processamento dos dados do apuramento. A CNE não discutiu o pedido da RENAMO, argumentando que o órgão eleitoral não tinha a legitimidade para prorrogar os prazos ou anular os resultados das eleições. Igualmente, a CNE sublinhou que a decisão sobre o pedido apresentado pela RENAMO era da competência de órgão superiores, nomeadamente, o Tribunal Supremo. Assim, após uma longa discussão entre os membros da CNE, porém, sem que se alcançasse o consenso quanto ao procedimento para o apuramento nacional de acordo com a legislação, o Presidente do órgão eleitoral recorreu à votação. A maioria votou a favor do apuramento e do anúncio dos resultados eleitorais conforme previa a lei eleitoral.<sup>884</sup>

No dia 22 de Dezembro, a CNE reuniu-se em sessão plenária para a análise e aprovação do apuramento nacional das eleições presidenciais e legislativas tendo em vista o seu anúncio público que estava atrasado. A CNE ultrapassara a data prevista pela lei para o anúncio dos resultados das eleições. A meio do processo de análise dos dados do apuramento nacional referentes às segundas eleições gerais, os membros da CNE em representação da RENAMO abandonaram a reunião em protesto contra a não inclusão de mais pontos de agenda por eles apresentados.<sup>885</sup> Com esta decisão a RENAMO pretendia marcar o seu distanciamento em relação aos resultados eleitorais que seriam anunciados dando vitória ao partido FRELIMO e ao seu candidato presidencial.

Entretanto, a reunião da CNE continuou na ausência dos membros da RENAMO. Após a análise e discussão os membros da CNE presentes no encontro assinaram as atas de apuramento final das eleições presidenciais e legislativas que decorreram nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro. Posteriormente (ainda no dia 22 de Dezembro de 1999), através do seu Presidente, a CNE anunciou publicamente os resultados finais das segundas eleições gerais. Os resultados eleitorais atribuíram a vitória à FRELIMO nas eleições legislativas conforme ilustra a seguinte tabela:

---

<sup>884</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n°55/CNE/99, de 19/12/1999, 3.

<sup>885</sup> Comissão Nacional de Eleições, Sessão Plenária, Síntese n°56/CNE/99, de 22/12/1999, 2.

**Tabela n° 6:** Resultados das Eleições Legislativas de 1999

PARTIDOS POLÍTICOS	RESULTADOS ELEITORAIS			
	Número de Votos	Porcentagem de votos %	Número de Assentos Parlamentares	N° de Assentos Parlamentares em 1994
FRELIMO	2 005 713	48,5%	133	129
RENAMO	1 603 811	38,8%	117	112
Outros Partidos	522 799	12,7%	0	9
<b>TOTAL</b>	<b>4 132 323</b>	<b>100%</b>	<b>250</b>	<b>250</b>

**Fonte:** Mozambique Peace Process Bulletin, «RENAMO fraud in Nampula count», n°24, Janeiro de 2000, 2. (Adaptado pelo autor)

Conforme ilustra a tabela acima apresentada, a FRELIMO conquistou 48,5% dos votos, conseguindo subir o número de deputados na Assembleia da República de 129 em 1994 para 133 em 1999. A RENAMO alcançou 38,8% dos votos, conseguindo, deste modo aumentar o número de assentos parlamentares de 112 em 1994 para 117 em 1999. Portanto, apesar da vitória da FRELIMO, os resultados das eleições legislativas de 1999 revelaram um importante crescimento da RENAMO, reduzindo, ligeiramente a diferença do número de assentos parlamentares entre os dois partidos. Deste modo a RENAMO consolidava a sua posição não só como o principal adversário político do partido governamental mas também afirmava-se como potencial alternativa política.

Paralelamente, Joaquim Chissano conquistou a vitória nas eleições presidenciais conforme ilustra a seguinte tabela:

**Tabela n° 7:** Resultados das Eleições Presidenciais de 1999

CANDIDATO PRESIDENCIAL	NÚMERO DE VOTOS	PERCENTAGEM %
Joaquim Chissano	2 339 848	52,29%
Afonso Dhlakama	2 134 255	47,71%
Votos Válidos	4 474 103	90,63%
Votos Inválidos	141 690	2,87%
Votos em Branco	320 955	6,50%

**Fonte:** António Carrasco *at al*, *Eleições Gerais, 1999* (Maputo: STAE, 2001), 42.

A tabela acima apresentada revela que apesar da vitória de Joaquim Chissano, registou-se um crescimento notável da votação em favor de Afonso Dhlakama. Nas eleições de 1999 Afonso Dhlakama conquistou 2 134 255 votos contra 1 666 965 votos conquistados nas eleições de 1994. Pelo contrário, os votos para Joaquim Chissano reduziram de 2 633 740, em 1994, para 2 339 848 nas eleições de 1999. De acordo com a tabela acima apresentada, a diferença entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama foi de 205 593 votos num universo de 4 474 103 votos válidos. Por

um lado, estes números ilustram o crescimento do apoio popular ao candidato presidencial da RENAMO comparativamente às eleições presidenciais realizadas em 1994, e por outro lado, revelam o crescimento de algum descontentamento popular em relação a Joaquim Chissano. Igualmente, os dados acima apresentados sugerem que Afonso Dhlakama foi buscar os votos disponíveis dos candidatos presidências de 1994 que em 1999 estiveram ausentes da corrida eleitoral. Acima de tudo, a estreita aproximação entre a votação de Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama revelava o elevado grau de competição das eleições presidenciais.

### **8.8 As Contestações da RENAMO-União Eleitoral**

Em resultado do descontentamento em relação aos resultados eleitorais anunciados pela CNE, no dia 23 de Dezembro, a RENAMO-União Eleitoral interpôs o recurso junto ao Tribunal Supremo. No âmbito do referido recurso, a RENAMO-União Eleitoral solicitou que o Tribunal Supremo declarasse nulos os resultados eleitorais proclamados pela CNE e ordenasse uma nova contagem dos votos com base nas atas e nos editais. Igualmente, a RENAMO exigiu que a nova contagem dos votos fosse realizada por um corpo de peritos independentes. Para fundamentar a sua solicitação, a RENAMO-União Eleitoral apresentou o argumento segundo o qual os resultados das eleições presidenciais e legislativas proclamados tiveram por base os dados resultantes das disquetes informatizadas pelas comissões provinciais de eleições, contudo, sem respeitar com fidelidade os dados constantes das atas provinciais e dos editais das mesas de voto. A RENAMO-União Eleitoral sublinhou que as referidas disquetes não reproduziam com fidelidade os números constantes das atas e dos editais, falseando, assim, a verdade. A coligação liderada pelo principal partido da oposição considerou que não foram tomados em consideração os votos respeitantes a 938 editais relativamente às eleições provinciais e 1170 editais referentes às eleições legislativas, o que correspondia a 938 000 e 1 170 000 votos respetivamente.<sup>886</sup> No seu recurso a RENAMO-União Eleitoral apresentou um conjunto de 23 alegadas irregularidades para fundamentar a impugnação dos resultados eleitorais apresentados pela CNE.

Reconhecendo as possíveis repercussões negativas do não reconhecimento dos resultados eleitorais pelos principais doadores internacionais de Moçambique, entre os quais a União Europeia e os EUA, as autoridades eleitorais e particularmente, o STAE desdobraram-se em contactos visando esclarecê-los sobre o processo eleitoral conforme evidencia a seguinte declaração de António Carrasco:

---

<sup>886</sup> Acórdão sobre o Recurso ao Tribunal Supremo da Coligação do Partido RENAMO-União Eleitoral, *Boletim da República*, I Série, n.º 1, de 7 de Janeiro de 2000: 9-10.

[...] Nessa altura chegamos à conclusão de que a chancelaria americana em Maputo não conhecia a nossa legislação. Quando eu, pessoalmente, mandei traduzir a lei eleitoral de português para inglês e fui oferecer à chancelaria americana, e pude explicar algumas partes nebulosas que eles tinham... Por exemplo, os americanos nunca se tinham apercebido que a RENAMO estava representada nos órgãos eleitorais até à base. Os americanos não se tinham apercebido que os membros das mesas de voto eram selecionados por concurso público de avaliação curricular porque a RENAMO dizia que todos os membros das mesas de voto eram da FRELIMO e várias outras leituras na própria legislação que os americanos não conheciam porque a legislação estava em português... De facto tudo ficou claro para eles. Passado algum tempo, os americanos passaram publicamente a aceitar os resultados das eleições. Isto é só um exemplo, mas fizemos isto com outras chancelarias como a União Europeia e com as Nações Unidas que estavam mais interessados no processo e eram os maiores financiadores das eleições [...]<sup>887</sup>

Assim, no final de Dezembro de 1999, enquanto ainda corria o recurso submetido ao Tribunal Supremo, os principais doadores internacionais começaram a apresentar o seu juízo final sobre as eleições. A União Europeia declarou que as segundas eleições gerais tinham sido, de modo geral, livres e justas. Esta organização lançou o apelo para que as alegações de fraude e de irregularidades pelos partidos políticos fossem investigadas e resolvidas de acordo com a lei. Para a União Europeia, as eleições realizadas representavam um importante passo na consolidação da democracia, da paz e da estabilidade no país e na região. Igualmente, Bill Clinton, Presidente dos EUA endereçou a mensagem de felicitações a Joaquim Chissano pela vitória eleitoral.<sup>888</sup> Este gesto antes do anúncio do veredito do Tribunal Supremo, por um lado, constituía o reconhecimento dos órgãos eleitos em Moçambique, e por outro lado, revelava o sucesso dos encontros realizados pelos órgãos eleitorais com as representações diplomáticas dos principais doadores internacionais de Moçambique conforme foi acima referido.

No dia 4 de Janeiro de 2000, os juízes do Tribunal Supremo julgaram improcedente o recurso interposto pela RENAMO-União Eleitoral. O Tribunal considerou que o recurso não dispunha de nenhum material probatório e de consistência jurídica para determinar a nulidade dos resultados eleitorais proclamados pela CNE e a recontagem dos votos com base nas atas e editais conforme pretendia a RENAMO-União eleitoral.<sup>889</sup> O acórdão do Tribunal Supremo evidenciou a existência de fragilidades sérias e de lacunas no recurso interposto, nomeadamente, a falta de documentos de suporte e a fraca fundamentação jurídica apresentada pela RENAMO-União Eleitoral. Na

---

<sup>887</sup> Entrevista, António Carrasco, 2 de Setembro de 2014, Maputo.

<sup>888</sup> *Metical*, «Comunidade internacional parece satisfeita», 30 de Dezembro de 1999, 3-4.

<sup>889</sup> Acórdão sobre o Recurso ao Tribunal Supremo da Coligação do Partido RENAMO-União Eleitoral, *Boletim da República*, I Série, n.º 1, de 7 de Janeiro de 2000: 15.

mesma data, o Tribunal Supremo validou os resultados eleitorais proclamados pela CNE, considerando que o escrutínio foi livre, justo e transparente.<sup>890</sup>

A RENAMO-União Eleitoral não aceitou a decisão tomada pelo Tribunal Supremo, sublinhando que só reconheceria os resultados eleitorais após a recontagem dos votos. Segundo Dhlakama, a partir daquele momento as suas reclamações passavam a ser «um caso político entre a FRELIMO e a RENAMO,»<sup>891</sup> sublinhando que sem a recontagem dos votos o país mergulharia em problemas. Deste modo, Afonso Dhlakama revelava, por um lado, o reconhecimento de que estavam esgotadas as vias legais para a satisfação das suas reclamações, e por outro lado, sinalizava a intenção da RENAMO-União Eleitoral persuadir a FRELIMO para a realização de negociações entre as duas partes.

Conhecido o acórdão do Tribunal Supremo, o Embaixador dos EUA em Moçambique, Brian Curran, emitiu uma declaração referindo que o Tribunal Supremo «cumpriu a sua função constitucional dando às reclamações da RENAMO-União Eleitoral a devida consideração.»<sup>892</sup> Na mesma declaração Brian Curran apelou a todos os partidos políticos a aceitarem os resultados eleitorais de forma pacífica. A declaração do Embaixador dos EUA que se seguia às felicitações do Presidente americano dirigidas a Joaquim Chissano no final de Dezembro de 1999 constituíam-se como um sinal claro de desencorajamento do recurso à violência como mecanismo de protesto contra os resultados eleitorais.

Com o objetivo de pressionar a FRELIMO e o seu governo a aceitarem a realização de negociações políticas, a RENAMO-União eleitoral anunciou que os seus deputados não iriam tomar posse na Assembleia da República. Esta ameaça de boicote foi prontamente desencorajada pelos EUA, através do seu Embaixador em Maputo que emitiu uma declaração sublinhando que «a diferença dos resultados eleitorais foi muito pequena. Em reconhecimento deste facto esperamos que a oposição no Parlamento cumpra as suas responsabilidades democráticas e contribua plena e construtivamente para a governação do país e para a consolidação de uma democracia sustentável.»<sup>893</sup> Igualmente, através da declaração acima apresentada o Embaixador dos EUA procurava estimular o otimismo da RENAMO em relação aos resultados positivos do seu engajamento no processo democrático e na manutenção da paz em Moçambique.

---

<sup>890</sup> Acórdão do Tribunal Supremo que Proclama e Valida o Apuramento dos Resultados das Eleições Presidenciais e Legislativas Realizadas nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro de 1999, *Boletim da República*, I Série, nº1, de 7 de Janeiro de 2000, p.19.

<sup>891</sup> *Metical*, «Dhlakama zangado, mas...», 5 de Janeiro de 2000, 3.

<sup>892</sup> *Metical*, «O apelo dos EUA à RENAMO», 5 de Janeiro de 2000, 4.

<sup>893</sup> *Idem*.



Paralelamente, grande parte dos partidos políticos que integravam a coligação RENAMO-União eleitoral defenderam a tomada de posse dos deputados eleitos pela oposição. Neste contexto, na primeira quinzena de Janeiro de 2000, o Conselho Nacional da RENAMO decidiu autorizar a tomada de posse dos deputados da RENAMO-União Eleitoral. Igualmente, o Conselho Nacional da RENAMO reiterou as suas reclamações, tomando as seguintes decisões: primeiro, não respeitar as decisões da CNE e do Tribunal Supremo sobre os resultados eleitorais por considerá-las injustas. Segundo, não reconhecer Joaquim Chissano como Presidente da República eleito. Terceiro, proclamar Afonso Dhlakama como Presidente da República. Quarto, proclamar a RENAMO como vencedor das eleições legislativas, instando o gabinete eleitoral do partido a prosseguir com todas as diligências necessárias para a recontagem dos votos. Quinto, instar Afonso Dhlakama, goradas todas as diligências para a recontagem dos votos, para formar o governo nas províncias ganhas pela RENAMO-União eleitoral.<sup>894</sup> Poucos dias depois, através do seu Secretário-geral, João Alexandre, a RENAMO intensificou as suas ameaças, afirmando o seguinte:

[...] Se a FRELIMO não aceitar a recontagem dos votos através do apelo na Assembleia, e esgotados todos os meios de diálogo, existirão dois governos no país, ambos ilegais... Se a FRELIMO acha que de facto não é possível que venha com as suas propostas, que venha à mesa de conversações, nós estaremos abertos, sempre na tendência de encontrarmos uma plataforma de entendimento que beneficie o eleitorado... Somos pela recontagem dos votos. As contrapropostas só podem vir da parte da própria FRELIMO. Que diga que não é possível a recontagem mas é possível isto ou aquilo [...]<sup>895</sup>

A declaração acima apresentada revela que as reclamações e ameaças tinham como objetivo pressionar o governo da FRELIMO a aceitar a realização de negociações bilaterais para a acomodação dos interesses da RENAMO. O partido liderado por Afonso Dhlakama não considerava a possibilidade de recurso ao uso da força para a satisfação dos seus interesses pelas seguintes razões: primeiro, apesar da derrota, os resultados eleitorais conferiram à RENAMO um lugar importante no espaço político moçambicano, reforçando a sua credibilidade nacional e internacional; segundo, a RENAMO beneficiava de uma atenção substancial por parte da comunidade internacional e o recurso à força poderia comprometer negativamente o reconhecimento internacional, algo que a RENAMO pretendia evitar de modo a apresentar-se como uma alternativa credível de governação democrática; terceiro, a liderança da RENAMO,

---

<sup>894</sup> RENAMO, *Conferência Extraordinária do Conselho Nacional do Partido RENAMO*, Comunicado de 8 de Janeiro de 2000, em *Savana*, 21 de Janeiro de 2000, 15.

<sup>895</sup> *Savana*, «RENAMO-União Eleitoral adverte em caso de não recontagem dos votos: dois governos ilegais, cada um no seu lugar», 14 de Janeiro de 2000, 2.

por um lado, tinha a consciência de que seria difícil mobilizar os seus ex-guerrilheiros para a guerra, e por outro lado, tinha a percepção de que os custos do recurso ao uso da força para a realização dos seus interesses eram manifestamente altos do que o recurso ao diálogo; quarto, a liderança da RENAMO tinha a noção clara de que o recurso ao uso da força seria fortemente condenada pela comunidade internacional que tinha investido elevados níveis de recursos financeiros, técnicos e materiais para a manutenção da paz e da democracia. Igualmente, a comunidade internacional tinha desempenhado um papel importante na persuasão do governo da FRELIMO para a acomodação de uma parte importante das principais reivindicações da RENAMO que precederam a realização das eleições. Em quinto lugar, apesar das reclamações apresentadas a RENAMO nutria o otimismo de que nas eleições seguintes poderia conquistar o poder por via das eleições. Este otimismo era gerado e alimentado pelo crescimento da votação para a RENAMO de eleição à eleição e pelo desgaste da imagem de Joaquim Chissano e da FRELIMO.

Entretanto, a FRELIMO entendia que as exigências da RENAMO eram inaceitáveis e incomportáveis no contexto democrático. Foi em meio a estas divergências que no início da segunda quinzena de Janeiro de 2000 tomaram posse os deputados da Assembleia da República, Joaquim Chissano como Presidente da República e o governo, sendo todos os seus integrantes membros e simpatizantes da FRELIMO. Perante a formação do novo governo sem que as suas reclamações fossem satisfeitas, a RENAMO deu início ao endurecimento da sua posição, recorrendo às estratégias discursivas de instrumentalização das diferenças étnico-regionais. Aparentemente, o recurso ao discurso centrado na polarização étnico regional por parte da RENAMO resultava do conhecimento que este partido tinha sobre a aversão da FRELIMO em relação à qualquer ação que pudesse pôr em causa a unidade nacional. Eventualmente, a RENAMO tinha a convicção de que a necessidade de evitar a colocação da unidade nacional em perigo poderia ajudar a levar o governo da FRELIMO a negociar para a busca de uma solução para as divergências sobre os resultados eleitorais.

No âmbito do endurecimento da sua posição, em finais de Janeiro de 2000, a RENAMO anunciou a decisão de transferir a sede do partido da cidade de Maputo para a cidade da Beira, província de Sofala. Esta decisão foi vista pelo governo como uma ameaça à paz e à estabilidade no país. A preocupação do governo ficou bastante evidente quando o Ministro da Justiça, José Abudo decidiu enviar um ofício à Procuradoria-Geral da República, alegando que a decisão da RENAMO constituía uma violação da lei. A RENAMO explicava que a transferência da sua sede para a cidade da Beira, incluindo o Secretário-geral do partido e toda a sua equipa de trabalho visava

garantir o melhor controlo e auscultação dos problemas do eleitorado do centro e norte do país a serem debatidos na Assembleia da República. Deste modo, a RENAMO lançava, por um lado, o sinal de que estava disposta a formar o seu governo nas províncias do centro e norte do país, e por outro lado, manifestava a disposição de inviabilizar ou perturbar a normal governação do país caso a FRELIMO insistisse em não entrar em negociações bilaterais.

Os receios em relação ao regresso do país à guerra civil levaram à multiplicação de vozes da sociedade civil apelando ao governo da FRELIMO e a RENAMO-União Eleitoral a dialogarem para a busca do entendimento mútuo de modo a preservar a paz e a democracia em Moçambique. Entre as organizações da sociedade civil que exerceram pressão sobre as duas partes em conflito no sentido de optarem pelo diálogo político destacaram-se a Igreja Católica em Moçambique, através da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM). No dia 3 de Fevereiro de 2000, a Igreja Católica em Moçambique, através da CEM emitiu a carta pastoral intitulada «governar é servir a pátria» na qual criticou a violência registada durante a campanha eleitoral e sublinhou que o processo de apuramento dos resultados eleitorais foi ferido de lacunas.<sup>896</sup> Através da carta pastoral a CEM reconheceu a existência de alguns dos principais problemas apontados pela RENAMO como razão para as suas reclamações em relação aos resultados eleitorais. Ainda que a crítica da Igreja Católica se dirigisse às duas partes em divergências, a carta pastoral acima citada, revelava-se contundente em relação ao governo da FRELIMO.

Paralelamente, o CCM desenvolveu contactos com as duas partes visando a busca da solução para a tensão política que se instalara no país. No encontro com Afonso Dhlakama, o CCM, liderado por Lucas Amosse, Secretário-geral, sugeriu que era importante que a RENAMO aceitasse os resultados eleitorais. Porém, Afonso Dhlakama mostrou-se oposto à proposta apresentada, sugerindo que o recurso à violência não estava descartada caso as suas reclamações não fossem satisfeitas.<sup>897</sup> Igualmente, os partidos políticos extraparlamentares, académicos e os órgãos de comunicação social multiplicaram-se em apelos ao diálogo entre as duas partes para resolução do diferendo eleitoral.

A contínua ameaça de inviabilização da governação no país associada aos manifestos sinais de mobilização popular por parte da RENAMO sobretudo nas regiões centro e norte do país para a geração de instabilidade política e social com potenciais consequências económicas e de

---

<sup>896</sup> CEM (Maputo, Moçambique), *Governar é Servir a Pátria*, Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, 03/02/2000, 4.

<sup>897</sup> Entrevista, Lucas Amosse, 10 de Setembro de 2014, Maputo.

segurança, num momento marcado pela grave crise humanitária causada pelas severas inundações no sul país, assim como a crescente pressão da sociedade civil levaram Joaquim Chissano, Presidente da República a iniciar confidencialmente os contactos com a RENAMO, tendo como objetivo a resolução da crise política pós-eleitoral. Os contactos iniciados em Fevereiro de 2000 envolveram Tomás Salomão, Ministro dos Transportes e Comunicações, em representação do governo e Raúl Domingos, em representação da RENAMO.

Aparentemente, para o governo liderado por Joaquim Chissano, a confidencialidade resultava do facto de a publicidade das negociações poder induzir a perceção pública de que o partido governamental e o seu candidato teriam perdido as eleições legislativas e presidenciais de 1999. Igualmente, o governo defendia o secretismo das negociações, eventualmente, devido a falta de consenso no seio da FRELIMO sobre a sua realização. O partido liderado por Afonso Dhlakama aceitara a confidencialidade do diálogo considerando que o mais importante era buscar a resposta para as suas reivindicações do que a publicidade das negociações. As duas partes tornariam públicas as negociações após o alcance do entendimento mútuo.<sup>898</sup>

Durante as negociações Raúl Domingos apresentou a posição segundo a qual para aceitar os resultados eleitorais proclamados pela CNE, a RENAMO deveria indicar os governadores nas 6 províncias onde a RENAMO conquistou mais votos do que a FRELIMO. Igualmente, a RENAMO apresentou outras exigências, nomeadamente, a partilha do poder económico através da integração de seus membros nas estruturas diretivas e administrativas das empresas públicas e a partilha do poder no sector da segurança, nomeadamente, nas estruturas da polícia e dos Serviços de Informação e Segurança de Estado.<sup>899</sup>

Sobre a nomeação dos governadores provinciais, o governo, através de Tomás Salomão apresentou a contraproposta segundo a qual a RENAMO proporia ao Presidente da República, Joaquim Chissano, 9 propostas de nomes de candidatos à nomeação para o cargo de governador provincial em 3 províncias. Isto é, em cada uma das 3 províncias, a RENAMO apresentaria ao Presidente da República 3 nomes dos quais 1 seria escolhido para ocupar o cargo de governador provincial. Igualmente, a FRELIMO apresentaria ao líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, 9 propostas de nomes de candidatos à nomeação para o cargo de governador provincial em outras 3 províncias. Isto é, em cada uma das 3 províncias, a FRELIMO apresentaria ao líder da RENAMO 3 nomes dos quais um seria escolhido por este para ocupar o cargo de governador provincial. A

---

<sup>898</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014, Maputo

<sup>899</sup> *Idem.*

contraproposta apresentada por Tomás Salomão permitia que cada um dos líderes, nomeadamente, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama tivesse uma participação e influência na escolha dos governadores para as 6 províncias.

A contraproposta apresentada pelo governo constituía-se como uma cedência importante em relação às exigências da RENAMO, porém, não mereceu o acolhimento de Afonso Dhlakama. O líder da RENAMO mostrou-se intransigente, exigindo de forma irredutível que o seu partido indicasse os governadores para as 6 províncias onde o seu partido obteve mais votos do que a FRELIMO.<sup>900</sup> A posição de Afonso Dhlakama resultava da falta de consenso no seio da RENAMO sobre a realização das negociações com o governo da FRELIMO. Embora os grupos mais moderados fossem favoráveis às negociações e eventuais cedências, alguns membros das alas mais radicais da RENAMO entendiam que o partido não devia ceder em relação à sua exigência sobre a indicação dos governadores e outros manifestavam-se contra as negociações.<sup>901</sup> A ala mais radical argumentava que a abertura do governo da FRELIMO às negociações constituía um reconhecimento da ocorrência da fraude.

Em finais de Fevereiro de 2000, Afonso Dhlakama anunciou publicamente que o seu partido estava em negociações com o governo, manifestando-se otimista em relação aos respetivos resultados.<sup>902</sup> Este anúncio quebrava o princípio de confidencialidade acordado entre as partes. Na sequência do referido anúncio, nos meses seguintes Afonso Dhlakama foi pressionado pelos órgãos de comunicação social no sentido de providenciar os detalhes sobre as negociações enquanto o governo rejeitava publicamente a existência de contactos com a RENAMO. Em meio à pressão, em Maio de 2000, Afonso Dhlakama reiterou, publicamente, a existência de negociações. Em resposta às revelações de Afonso Dhlakama, Joaquim Chissano rejeitou publicamente a existência das negociações com a RENAMO sobre as reivindicações eleitorais. Eventualmente, com o objetivo de responder às pressões das suas bases de apoio e dos órgãos de comunicação social, no dia 2 de Junho, Afonso Dhlakama anunciou que as negociações conduzidas por Raúl Domingos e Tomás Salomão decorriam no Kaya Kwanga, em Maputo, devendo resultar na indicação dos governadores da RENAMO nas 6 províncias. Entretanto, no dia 5 de Junho de 2000, Joaquim Chissano reiterou publicamente que não existiam negociações entre o governo e a RENAMO. Segundo o Presidente da República, Raúl Domingos apresentou-se ao governo, afirmando, por um lado, que sentia-se perseguido dentro da RENAMO, e por outro

---

<sup>900</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 28 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>901</sup> António Augusto Eduardo Namburete, 6 de Outubro de 2014, Maputo.

<sup>902</sup> *Savana*, «Dhlakama, a propósito dos contactos entre governo e RENAMO: sempre foi nossa tradição dialogar com o governo», 25 de Fevereiro de 2000, 2.

lado, solicitava dinheiro para o pagamento de suas dívidas no valor de 500 000\$. Igualmente, Chissano sublinhou que Domingos solicitou o pagamento de um salário mensal no valor de 10 000\$ para Afonso Dhlakama para além de 1 000 000\$ mensais para a RENAMO.<sup>903</sup>

Na sequência das declarações de Joaquim Chissano, a RENAMO considerou que Raúl Domingos era um traidor que usava as negociações com o governo para resolver assuntos pessoais ao invés de defender os interesses da sua organização política. A partir daquele momento Raúl Domingos perdeu todo o apoio da liderança da RENAMO, culminando com a sua suspensão entre Junho e Julho e posterior expulsão do partido, em Setembro do mesmo ano.<sup>904</sup>

As declarações de Joaquim Chissano marcaram o rompimento das negociações entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. Embora Afonso Dhlakama tivesse o controlo sobre o partido, as declarações de Chissano dividiram a RENAMO entre os defensores do seu líder e os grupos de apoio a Raúl Domingos. Com a RENAMO voltada à gestão da crise interna, no final da primeira quinzena de Julho de 2000, Joaquim Chissano anunciou os nomes dos novos governadores de todas as províncias sem a realização de consultas ao principal partido da oposição.

### **8.8.1 A Violência Pós-Eleitoral**

Na sequência da nomeação dos governadores provinciais, Afonso Dhlakama anunciou que deixaria de engajar-se na mobilização do povo para a manutenção da paz. Esta posição indiciava o início da escalada do conflito pós-eleitoral. Em Setembro de 1999, a RENAMO anunciou para o final do mesmo mês o início de manifestações em todo o país em protesto contra a alegada fraude eleitoral. Outros membros da RENAMO anunciaram que no âmbito dos protestos o partido iria dividir o país a partir do rio Save. Perante estas ameaças, no dia 10 de Outubro, as forças policiais invadiram a sede da RENAMO e a residência de Afonso Dhlakama na cidade da Beira, província de Sofala com o objetivo de apreender as armas em posse dos membros do principal partido da oposição. A ação autorizada pelo governo resultava dos receios de que a RENAMO poderia usar as armas para gerar a instabilidade no país. Esta medida foi interpretada pela RENAMO como sendo uma violação do AGP. Entretanto, Joaquim Chissano apresentou o argumento segundo o qual a validade do AGP, relativamente à posse de armas terminara após a realização das eleições de 1994. Por isso, Chissano sublinhava que as operações de recolha de armas levadas a cabo pela polícia iriam continuar em todo o país uma vez que a RENAMO recusou a integração dos seus homens na polícia.

---

<sup>903</sup> *Metical*, «Raúl Domingos diz que Chissano mentiu», 7 de Junho de 2000, 1.

<sup>904</sup> Entrevista, Raúl Domingos, 29 de Agosto de 2014.

Perante a posição de força assumida pelo governo, ainda na primeira quinzena de Outubro, Afonso Dhlakama reuniu-se com os representantes diplomáticos acreditados em Maputo. Durante o encontro o líder da RENAMO queixou-se da operação da polícia e da interpretação que Joaquim Chissano fazia do AGP. Segundo Dhlakama ainda não existiam as condições para a RENAMO sentir-se defendida sem armas. Afonso Dhlakama disse que não se responsabilizaria pelo que viesse a acontecer e que a partir daquele momento não faria nenhum apelo à paz em Moçambique.<sup>905</sup>

Em alguns círculos de opinião, a posição de Joaquim Chissano foi interpretada como sendo belicista, concorrendo para a escalada da tensão política e da violência ao invés de contribuir para a estabilidade. No contexto destas críticas, o partido FRELIMO emitiu uma recomendação segundo a qual a recolha de armas deveria ocorrer somente nos lugares onde fosse possível fazê-lo sem gerar a instabilidade. Deste modo a FRELIMO procurava corrigir a tendência belicista que revelava estar a gerar mais problemas do que resolvê-los.

Na primeira quinzena de Novembro, a RENAMO realizou as suas manifestações em quase todo o país que resultaram em atos de violência. Durante as manifestações no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado foi registada a morte de 45 pessoas entre as quais 7 eram polícias.<sup>906</sup> Neste distrito a RENAMO envolveu os seus ex-combatentes na manifestação que tentaram tomar à força a administração local. Os manifestantes da RENAMO libertaram todos os presos da esquadra local, raptaram o administrador do distrito, destruíram o mercado e uma central telefónica. Na esquadra local, foram retiradas armas. Entretanto, após as negociações entre os assaltantes da esquadra e o quartel local das FADM as armas foram devolvidas. Igualmente, foram registadas 3 mortes em Balama, 10 mortes em diferentes locais na província de Nampula, 2 mortes em Caia e 2 mortes na cidade da Beira, província de Sofala.<sup>907</sup>

As autoridades policiais realizaram detenções em massa de membros da RENAMO supostamente envolvidos nos protestos e nos atos de violência em Montepuez. Aproximadamente 100 pessoas foram detidas numa cela com uma área de 21m<sup>2</sup>, possuindo apenas 2 janelas pequenas. Em muitos casos, as detenções assumiram um carácter retaliatório na medida em que algumas pessoas foram presas pela única razão de serem membros ou simpatizantes da RENAMO. Devido a superlotação

---

<sup>905</sup> *Metical*, «Dhlakama deu ordens para matar, diz o PR: Dhlakama quer comissão de inquérito», 13 de Outubro de 2000, 1.

<sup>906</sup> Inge Ruigrok, «Mozambique's 2004 general elections», *African Security Review*, Vol. 14, n.º 1 (2005): 44.

<sup>907</sup> *Metical*, «Quinta-feira sangrenta», 13 de Novembro de 2000, 1.

da cela, de 21 a 23 de Novembro, aproximadamente 100 pessoas detidas perderam a vida por asfixia.<sup>908</sup>

A tragédia acima referida não só aumentou a tensão entre a RENAMO e o governo da FRELIMO como também constituía-se como um indicador de que a escalada do conflito estava a sair fora do controlo das autoridades governamentais e do principal partido da oposição. A sociedade civil nacional e a comunidade internacional não só criticaram os atos de violência como também multiplicaram os apelos para que o governo e a RENAMO iniciassem o diálogo político com vista a pôr termo à crise política pós-eleitoral e evitar que o país mergulhasse numa nova guerra civil. Neste contexto, em finais de Novembro, o governo tomou a decisão de iniciar os contactos com a RENAMO para a realização do diálogo político. O objetivo dos contactos era travar a onda de violência, devolver a segurança e a estabilidade política no país. Assim, no dia 20 de Dezembro de 2000, nas instalações da Assembleia da República, em Maputo, teve lugar o primeiro encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama. No encontro, Joaquim Chissano era acompanhado por José Chichava, Ministro da Administração Estatal, Luísa Diogo, Ministra das Finanças, Miguel Mkaima, Ministro da Cultura e Francis Rodrigues, Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. A composição da delegação governamental refletia o interesse desta em discutir as principais reclamações da RENAMO, nomeadamente, a recontagem dos votos, a questão do poder local bem como as questões económicas. Igualmente, a composição da delegação liderada por Chissano visava transmitir a mensagem clara de que a RENAMO estava a dialogar com o governo e não com o partido FRELIMO. Afonso Dhlakama fez-se acompanhar por David Aloni, chefe do gabinete de Afonso Dhlakama e pelo jurista Gulamo Jafar Gulamo.

No encontro, Afonso Dhlakama apresentou as suas questões ao governo, nomeadamente, a recontagem dos votos, a nomeação dos governadores nas províncias onde a RENAMO obteve a maior votação do que a FRELIMO, a situação dos membros da RENAMO detidos em conexão com as manifestações de 9 de Novembro, a partilha do poder nas forças de defesa e segurança, entre outras questões. No final do encontro que durou cerca de 7 horas consecutivas, as duas partes apresentaram um comunicado conjunto lido pelo Ministro da Administração Estatal na presença de Afonso Dhlakama e de Joaquim Chissano. O comunicado expressava a decisão consensual entre as duas partes no sentido do estabelecimento de grupos de trabalho que iriam tratar dos seguintes assuntos: a reflexão sobre o sistema judicial; o processo de consulta para a nomeação de quadros nos órgãos locais do Estado e; o acompanhamento da questão dos detidos e presos em

---

<sup>908</sup> Inge Ruigrok, «Mozambique's 2004 general elections», *African Security Review*, Vol. 14, n°1 (2005): 44.



conexão com os acontecimentos do dia 9 de Novembro de 2000 e subsequentes. Igualmente, concluíram de forma consensual que o Presidente da República, imediatamente, iria empreender ações no sentido de resolver os possíveis tratamentos discriminatórios no seio das forças armadas; o Presidente da República e o Presidente da RENAMO concordaram na necessidade de incentivar a mobilização dos jovens para ingressarem no serviço militar obrigatório, independentemente da sua filiação política ou inclinação partidária; e finalmente, o Presidente da República comprometeu-se em continuar a trabalhar no sentido de dissipar qualquer ato de discriminação de funcionários no aparelho de Estado e de trabalhadores de empresas na base de filiação partidária.<sup>909</sup>

Para Afonso Dhlakama e o seu partido a realização do encontro constituía-se como um importante ganho político na medida em que tinham conseguido forçar o governo a sentar-se à mesa de negociações. A abertura manifestada pelo governo em relação às questões levantadas pela RENAMO durante o primeiro encontro ajudaram a alimentar o otimismo do principal partido da oposição em relação aos resultados do diálogo, conforme ilustram as seguintes declarações de Afonso Dhlakama:

[...] Este ponto da recontagem dos votos não foi muito debatido porque encontramos um ambiente favorável em relação aos outros pontos que foram debatidos. Vimos que não era muito importante neste momento na medida em que em outros pontos houve um diálogo franco e aberto... Como puderam ouvir, o próprio comunicado já diz tudo, o próprio comunicado cria a esperança daquilo que poderá de facto vir a acontecer a partir de Janeiro. O facto de estarmos aqui juntos, hoje, já é um passo em frente... O facto de o governo estar disposto a discutir a possibilidade de consulta ou nomeação de quadros a nível de base no aparelho de Estado, isto já significa a própria reconciliação... O próprio Presidente Chissano diz que se vão verificar os casos de discriminação nas Forças Armadas de Moçambique. Eu estou muito satisfeito por esta afirmação de Chissano [...]<sup>910</sup>

O encontro conferiu um ganho político importante para Joaquim Chissano na medida em que ao concordar com o comunicado conjunto que definia o Presidente da RENAMO e o Presidente da República como as partes do diálogo, Afonso Dhlakama reconheceu implicitamente o governo. Igualmente, o encontro constituiu-se como um ganho político para o Presidente da República na medida em que o mesmo teve lugar sem a intervenção de mediadores ou facilitadores nacionais e

---

<sup>909</sup> Comunicado do Encontro entre Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO, realizado em Maputo, no dia 20 de Dezembro de 2000, Televisão de Moçambique (TVM), 20/12/2000.

<sup>910</sup> Declarações de Afonso Dhlakama na Conferência de Imprensa após o Encontro com Joaquim Chissano, na Assembleia da República no dia 20 de Dezembro de 2000, Televisão de Moçambique (TVM), 20/12/2000.

internacionais. Assim, a realização do encontro projetava a imagem de que o governo liderado por Joaquim Chissano era aberto ao diálogo, à manutenção da paz e da democracia. A seguinte declaração de Joaquim Chissano é ilustrativa disso:

[...] O facto de nos termos encontrado aqui com os nossos colaboradores sem nenhum mediador externo e interno é um bom exemplo ao mundo de que nós podemos resolver os nossos problemas internos. Este é um exemplo de que Moçambique é pela democracia. Esta é a razão do país ser considerado um bom exemplo a nível internacional [...] <sup>911</sup>

As duas partes acordaram sobre a necessidade de continuação do diálogo e, por isso, agendaram o encontro seguinte para Janeiro de 2001. Assim, no dia 17 de Janeiro de 2001, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama voltaram a reunir-se nas instalações da Assembleia da República. Neste encontro as duas partes concordaram no estabelecimento de grupos de trabalho conjuntos para as questões de defesa; questões de administração pública; questões constitucionais; questões económicas e; questões ligadas à comunicação social. Segundo o acordo entre as duas partes, os grupos de trabalho acima referidos deveriam iniciar as suas atividades a partir de 19 de Fevereiro de 2001 e a apresentação dos seus primeiros relatórios teria lugar a partir de 15 de Março do mesmo ano.

A despeito do consenso alcançado na definição dos grupos de trabalho, a segunda reunião entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama foi marcada pela existência de divergências entre as duas partes. Por um lado, Afonso Dhlakama exigia a nomeação dos governadores indicados pela RENAMO nas 6 províncias onde este partido obteve a maioria na votação de Dezembro de 1999, e por outro lado, propunha a realização de eleições antecipadas como forma de resolver a alegada fraude eleitoral. Joaquim Chissano opôs-se às duas exigências apresentadas pelo líder da RENAMO. Estas divergências fizeram com o segundo encontro entre as duas partes fosse manifestamente menos consensual do que o primeiro, conforme ilustram as seguintes declarações de Afonso Dhlakama:

[...] Em resumo devo dizer que as negociações ou o diálogo foi duro, mas como moçambicanos quero garantir a todos que acabaremos por encontrar soluções, porque as soluções só sairão dos moçambicanos. Temos aqui o irmão (Joaquim Chissano) e estou aqui. É difícil porque de facto há diferenças provocadas pelas eleições de 1999, mas garanto que o diálogo vai continuar e teremos soluções para que o país possa voltar a manter a estabilidade [...] <sup>912</sup>

---

<sup>911</sup> Declarações de Joaquim Chissano, na Conferência de Imprensa após o Encontro com Afonso, na Assembleia da República no dia 20 de Dezembro de 2000, Televisão de Moçambique (TVM), 20/12/2000.

<sup>912</sup> Declarações de Afonso Dhlakama na Conferência de Imprensa após o Encontro com Joaquim Chissano, na Assembleia da República, em Maputo, no dia 17 de Janeiro de 2001, Televisão de Moçambique (TVM), 17/01/2001.

A declaração acima apresentada revela que apesar das divergências registadas, o líder da RENAMO continuava a manter o otimismo em relação aos resultados do diálogo com o governo. Igualmente, Joaquim Chissano reconheceu que o segundo encontro com Afonso Dhlakama foi marcado por divergências profundas sobre algumas das exigências da RENAMO, porém, sublinhou o seu otimismo em relação à busca do entendimento baseado no diálogo.<sup>913</sup> No dia 29 de Março de 2001 teve lugar o terceiro encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama. No encontro as duas partes apreciaram de forma positiva o trabalho realizado pelos grupos de trabalho, particularmente, da administração pública e da defesa. Aliás, para o encontro o Presidente da República era acompanhado pelos Ministros da Defesa, Administração Estatal, Trabalho, Finanças, Cultura e Negócios Estrangeiros e Cooperação. Porém, a grande discórdia surgiu quando Afonso Dhlakama insistiu na posição segundo a qual o povo não reconhecia o governo estabelecido porque resultava de uma fraude eleitoral, e por isso, o povo exigia a nomeação imediata dos governadores da RENAMO em 6 províncias onde este partido tinha alcançado a maioria na votação de Dezembro de 1999. O governo argumentava que a satisfação da exigência da RENAMO exigia a revisão da constituição. Neste contexto, o governo defendeu que para a revisão da constituição era preciso fazer o arrolamento de todas as questões de natureza legal a serem submetidas à Assembleia da República para a apreciação e decisão. O governo assegurou que iria dialogar com a bancada da FRELIMO e o líder da RENAMO falaria com a bancada da RENAMO de modo a criar a sensibilidade dos deputados de ambos os partidos no tratamento das questões que seriam remetidas à Assembleia da República.

Entretanto, Afonso Dhlakama e o seu partido insistiram na posição segundo a qual a revisão da constituição deveria ser pontual de modo a permitir, somente, a acomodação da sua exigência – a nomeação dos governadores em 6 províncias. Para justificar a intransigência na sua posição, Afonso Dhlakama apresentou o argumento segundo o qual o país estava mergulhado numa crise política grave, e por isso, o povo queria ver nomeados os governadores da RENAMO até Maio de 2001. De acordo com Afonso Dhlakama, o Presidente da República era o detentor do poder, e por isso, deveria fazer tudo para a nomeação dos governadores. Entretanto, o governo insistiu na necessidade de uma revisão geral da constituição.

O líder da RENAMO considerava que a posição do governo visava criar atrasos permanentes. A meio do encontro que durou cerca de 5 horas, Afonso Dhlakama, manifestou-se aborrecido pela posição assumida pelo governo, e por isso, decidiu abandonar a reunião de forma abrupta. Antes

---

<sup>913</sup> Declaração de Joaquim Chissano na Conferência de Imprensa após o Encontro com Afonso Dhlakama na Assembleia da República, em Maputo, no dia 17 de Janeiro de 2001, Televisão de Moçambique (TVM), 17/01/2001.

de sair da sala, Afonso Dhlakama entregou ao Presidente da República um documento através do qual reiterava a necessidade de uma revisão pontual da constituição para a nomeação dos governadores provinciais.<sup>914</sup> Apesar do abandono protagonizado por Afonso Dhlakama, o Presidente da República reiterou a sua disponibilidade de continuar o diálogo com a RENAMO assim que este partido se mostrasse disponível.<sup>915</sup>

Com o abandono abrupto das negociações, Afonso Dhlakama pretendia exercer pressão sobre o governo no sentido deste nomear rapidamente os governadores provinciais que seriam indicados pela RENAMO, sem que houvesse a realização de uma revisão geral da constituição.<sup>916</sup> Igualmente, Afonso Dhlakama pretendia transmitir à comunidade internacional a mensagem segundo a qual o governo liderado por Joaquim Chissano e apoiado pela FRELIMO não tinha interesse em buscar uma solução negociada para as diferenças que separavam as duas partes, conforme ilustra o seguinte excerto da declaração do líder da RENAMO: «Romper é mais prático. Desta forma, todos, tanto dentro como fora do país, ficam a saber que existe uma crise que ainda não encontrou solução. Assim, as pessoas entendem que há uma crise... Assim, toda a gente vai ficar a saber que esta crise não se vai resolver porque a FRELIMO não quer.»<sup>917</sup> Aparentemente, Afonso Dhlakama tinha a convicção de que o abandono unilateral das negociações poderia gerar uma elevada preocupação dos doadores em relação à estabilidade política e à paz, levando-os a exercer pressão sobre o governo liderado por Joaquim Chissano no sentido de ceder às exigências da RENAMO.

Devido ao otimismo em relação à possibilidade de alcançar o poder nas eleições gerais de 2004 a RENAMO não tinha o interesse de fazer uma revisão geral da constituição pois tal facto reduziria os seus poderes em caso de vitória eleitoral, vendo-se, assim, obrigada a partilhar a governação provincial com a FRELIMO. Esta interpretação é melhor suportada pela seguinte declaração de Afonso Dhlakama, em Julho de 2001, durante um comício por ele dirigido na cidade da Beira: «Quero garantir-vos que a RENAMO já ganhou, e não podemos voltar mais para a guerra. Tenham paciência... Eu quero governar Moçambique, não apenas as 6 províncias... eu sei que tarde ou cedo a FRELIMO terá que entregar o poder.»<sup>918</sup>

---

<sup>914</sup> Documento de Afonso Dhlakama dirigido ao Presidente da República, Joaquim Chissano, Maputo, 29 de Março de 2001, *Savana*, 6 de Abril de 2001, 4.

<sup>915</sup> Declaração de Joaquim Chissano na Conferência de Imprensa após o Encontro com Afonso Dhlakama na Assembleia da República, em Maputo, no dia 29 de Março de 2001, Televisão de Moçambique (TVM), 29/03/2001.

<sup>916</sup> Documento de Afonso Dhlakama dirigido ao Presidente da República, Joaquim Chissano, Maputo, 29 de Março de 2001, *Savana*, 6 de Abril de 2001, 4.

<sup>917</sup> *Savana*, «Dhlakama só volta a ver Chissano se houver maçaroca para a perdiz», 6 de Abril de 2001, 3.

<sup>918</sup> *Savana*, Líder da RENAMO-UE inicia périplo pelo país: tarde ou cedo a FRELIMO entregará o poder - Afonso Dhlakama falando aos beirenses», 6 de Julho de 2001, 4.

O otimismo da RENAMO em relação à conquista do poder por via das eleições é, igualmente, evidenciado pelas seguintes declarações de Afonso Dhlakama, em Agosto de 2001: «Sou jovem e tenho a esperança de um dia governar este país porque tenho fé que o povo vai continuar a acreditar em mim e no meu partido, como solução para conduzir este país para um bom destino... Não me passa pela cabeça voltar à questão da recontagem dos votos que me foram roubados... Isso está esquecido de certeza.»<sup>919</sup> Assim, a rejeição da proposta de revisão geral da constituição por parte da RENAMO era coerente com a posição assumida pelo partido em 1999 quando rejeitou a aprovação da nova constituição que previa a redução dos poderes presidenciais conforme foi referido no início deste capítulo. Afonso Dhlakama argumentava que queria governar com todos os poderes que Joaquim Chissano teve durante o período em que esteve no poder. Segundo Afonso Dhlakama, em África o chefe é quem tem todo o poder. Portanto, estas posições de Afonso Dhlakama expressavam o seu otimismo em relação ao alcance do poder por via eleitoral.

Ao abandonar de forma unilateral as negociações o líder da RENAMO abriu o caminho que determinou o encerramento do diálogo político com o governo da FRELIMO. Portanto, o abandono das negociações por parte de Afonso Dhlakama constituiu-se como um gesto que beneficiou o governo da FRELIMO que era manifestamente contrário às reivindicações e às exigências apresentadas pela RENAMO.

## **8.9 O Impacto das Eleições de 1999 sobre a FRELIMO e a RENAMO**

As segundas eleições gerais realizadas em 1999 geraram impactos diferenciados no seio da RENAMO e da FRELIMO, sobretudo na maneira como os dois partidos passaram a encarar as eleições autárquicas de 2003 e gerais de 2004, conforme será seguidamente demonstrado.

### **8.9.1 A RENAMO**

A despeito das reclamações apresentadas pela RENAMO, os resultados das eleições gerais de 1999 contribuíram para a geração do otimismo do principal partido da oposição em relação à possibilidade de conquista do poder político nos processos eleitorais seguintes, nomeadamente, as eleições autárquicas de 2003 e as eleições gerais de 2004. O otimismo da RENAMO resultava do crescimento da sua base de apoio popular registado nas eleições gerais de 1999. Nas eleições legislativas do ano em referência a RENAMO conquistou 117 assentos na Assembleia da República contra 112 lugares conquistados em 1994. Nas eleições de 1994, a FRELIMO tinha

---

<sup>919</sup>*Savana*, «Guebuza tentou sabotar a minha missão em Tete, mas saiu envergonhado...», Afonso Dhlakama», 24 de Agosto de 2001, 2-4.

mais 17 assentos na Assembleia da República do que a RENAMO. Entretanto, nas eleições legislativas de 1999, esta diferença reduziu para 16. Ainda que ligeira, esta diferença revelava a consolidação da base de apoio popular à RENAMO. Igualmente, nas eleições legislativas de 1999, a RENAMO obteve mais votos do que a FRELIMO em 6 províncias do país, nomeadamente, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Niassa. Tratou-se de um crescimento assinalável comparativamente às eleições legislativas de 1994 no contexto das quais a RENAMO obteve mais votos do que a FRELIMO em 5 províncias, nomeadamente, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula. Estes factos revelavam o crescimento inequívoco da base de apoio à RENAMO.

Paralelamente, as eleições presidenciais de 1999 revelaram um crescimento notável do apoio popular ao candidato da RENAMO, Afonso Dhlakama que conquistou 2 134 255 votos correspondentes a 47,71% contra 1 666 965 votos correspondentes a 33,73% em 1994. Portanto, nas eleições presidenciais de 1999 Afonso Dhlakama registou um crescimento de aproximadamente 500 000 votos correspondentes a 14%. Em 1994, a diferença entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama era de aproximadamente 20%, correspondente a aproximadamente 1 000 000 de votos. Entretanto, nas eleições presidenciais de 1999, a diferença de votos entre os 2 candidatos presidenciais reduziu de forma significativa para aproximadamente 5% correspondentes a 205 593 votos. Nestas eleições, o líder da RENAMO foi capaz de captar grande parte dos votos dos restantes candidatos presidências da oposição que não participaram nas eleições.<sup>920</sup>

O crescimento do apoio popular acima referido cristalizou em Afonso Dhlakama e no seio do seu partido o otimismo em relação aos resultados da sua participação nos processos eleitorais seguintes, nomeadamente as eleições autárquicas de 2003 e as eleições gerais de 2004.<sup>921</sup> Na sequência do crescente otimismo, durante o 4º congresso da RENAMO realizado em Outubro de 2001, na província de Nampula, o principal partido da oposição tomou a decisão de participar ativamente nas segundas eleições autárquicas previstas para 2003 e nas terceiras eleições gerais (legislativas e presidências) previstas para 2004. O congresso decidiu sobre a necessidade de a RENAMO engajar-se no processo de preparação das eleições que se avizinhavam. Igualmente, no âmbito do congresso em alusão Joaquim Vaz foi eleito para o cargo de Secretário-geral da RENAMO, em substituição de João Alexandre.

---

<sup>920</sup> Giovanni M. Carbone, «Continuidade na renovação? Tem years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the FRELIMO-RENAMO party system», *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 43, n.º3 (2005): 421.

<sup>921</sup> *Savana*, «Líder da RENAMO-UE inicia périplo pelo país: tarde ou cedo a FRELIMO entregará o poder, Afonso Dhlakama, falando aos beirenses», 6 de Julho de 2001, 4.

Em Fevereiro de 2002, Afonso Dhlakama reiterou a sua convicção em relação à vitória nas eleições presidenciais, porém, manifestando a sua preocupação com a necessidade de prevenção da fraude eleitoral conforme ilustra a seguinte declaração:

[...] Neste momento a minha luta é contra a fraude. Por isso queremos a revisão do pacote eleitoral para que criemos uma Comissão Nacional de Eleições e um STAE que não funcionem como braço da FRELIMO como tem acontecido. Que criemos uma CNE independente, com um presidente da comissão que não seja nomeado por Chissano, mas sim nomeado dentro dos membros da CNE. O que se quer é que os seus membros não venham da administração estatal, e os seus elementos sejam eleitos pelo partido como forma de garantir a transparência e imparcialidade, porque senão vamos para as eleições a saber que a fraude está feita como aconteceu em 1994 e 1999 [...] <sup>922</sup>

Para a RENAMO a reforma da legislação eleitoral permitiria a criação de condições para a prevenção de fraudes eleitorais, abrindo-se, assim, a possibilidade para a conquista do poder político. Foi neste contexto que a RENAMO decidiu engajar-se no processo de revisão da lei eleitoral. Em Novembro de 2002, após as discussões entre as bancadas da FRELIMO e da RENAMO na Assembleia da República foi aprovada a nova legislação eleitoral. O novo instrumento legal que regularia as eleições de 2003 e 2004 foi bem acolhido no seio da RENAMO. A nova lei eleitoral fixava a contagem dos votos a partir dos resultados de cada mesa de voto, sem que a sua contabilização ficasse dependente de outros órgãos da Comissão Nacional de Eleições. Este arranjo na legislação eleitoral surgia em resposta às reclamações da RENAMO apresentadas em 1999, segundo as quais a CNE e o STAE fizeram a manipulação dos resultados eleitorais ao nível central. Para Afonso Dhlakama a nova lei eleitoral criou as condições para que as eleições decorressem de forma transparente – uma condição importante para a materialização das ambições políticas da RENAMO. <sup>923</sup>

### *As Eleições à Porta e a RENAMO em Crise*

Apesar da decisão de realizar a reforma dos estatutos da RENAMO e da respetiva estrutura com o objetivo de dinamizar o partido tendo em vista os próximos pleitos eleitorais, o 4º congresso da RENAMO foi marcado pela sombra de Raúl Domingos que fora expulso no segundo semestre de 2000. Na reunião do Conselho Nacional da RENAMO, realizada em Fevereiro de 2002, na cidade de Quelimane, província da Zambézia, o novo Secretário-geral da RENAMO, Joaquim Vaz começou a ser contestado devido às suas ligações com Raúl Domingos. As alas mais

---

<sup>922</sup> Savana, «Não temo a ninguém na FRELIMO, Afonso Dhlakama», 22 de Fevereiro de 2002, 5.

<sup>923</sup> Savana, «Dhlakama satisfeito com o novo pacote eleitoral: acabou farsa da FRELIMO», 22 de Novembro de 2002, 5.

conservadoras da RENAMO manifestaram a sua insatisfação pelo facto de Joaquim Vaz assumir a sua amizade com Raúl Domingos. Contudo, a ala mais liberal do partido mantinha o apoio ao novo Secretário-geral. Perante as contestações, Joaquim Vaz recusou-se a tomar posse como novo Secretário-geral. Porém, após a insistência de Afonso Dhlakama aquele acabou assumindo o cargo. Esta situação revelava de forma clara a divisão entre os membros da RENAMO como resultado da expulsão de Raúl Domingos.

Devido às divisões internas o novo Secretário-geral viu o seu trabalho completamente obstruído dentro do partido. Até Julho de 2002, portanto, cerca de 9 meses após a sua eleição, Joaquim Vaz não conseguiu deslocar-se à nenhuma província do país para estabelecer o contacto com as bases do seu partido ao nível provincial e distrital devido a falta de recursos e de apoio de Afonso Dhlakama. Perante a situação multiplicaram-se as vozes contra o novo Secretário-geral do partido acusado de inação para além de aproximação ao Raúl Domingos.

Durante o período em que ocupou o cargo de Secretário-geral, Joaquim Vaz, considerado da ala liberal e intelectual da RENAMO defendeu abertamente o regresso de Raúl Domingos como uma condição importante para a coesão do partido e consequentemente para a vitória nas eleições autárquicas de 2003 e gerais de 2004.<sup>924</sup> Na sequência desta posição, o Conselho Nacional da RENAMO reunido em sessão extraordinária, em Agosto de 2002, na cidade da Beira, decidiu destituir Joaquim Vaz do cargo de Secretário-geral da RENAMO. Se esta decisão contribuiu, por um lado, para satisfazer as exigências das alas mais conservadoras do partido, por outro lado, não concorreu para a construção da coesão no seio da RENAMO. Pelo contrário acentuaram-se as divisões, tendo sido assistida a saída de membros, alguns dos quais juntaram-se ao Instituto para a Paz e Desenvolvimento (IPADE) de Raúl Domingos. Portanto, se por um lado, os resultados eleitorais de 1999 geraram o otimismo no seio da RENAMO em relação ao desfecho das eleições que se avizinhavam, por outro lado, as segundas eleições gerais tiveram como impacto a destruição da coesão do partido liderado por Afonso Dhlakama, limitando a sua capacidade de mobilização de apoio popular e de competição com a FRELIMO que se mostrava muito coesa e organizada sobretudo a seguir ao 8º congresso do partido governamental conforme será adiante demonstrado.

Foi neste contexto que a RENAMO apresentou-se às eleições autárquicas de 2003 e gerais de 2004. As segundas eleições locais tiveram lugar no dia 19 de Novembro de 2003, em 33

---

<sup>924</sup> *Savana*, «Para eleições de 2003/4: vitória da RENAMO passa pelo regresso de Raúl Domingos - Joaquim Vaz, Secretário-geral da perdziz», 19 de Julho de 2002, 2.



municípios. A RENAMO alcançou a vitória em 5 municípios, nomeadamente, Nacala Porto, Ilha de Moçambique e Angoche na província de Nampula, na cidade da Beira e Marrromeu na província de Sofala. Embora a RENAMO tenha conquistado apenas 5% dos 33 municípios, o resultado revelou-se importante na medida em que tratava-se da primeira experiência governativa do principal partido da oposição. A liderança da RENAMO assumiu a vitória nas 5 autarquias como um sinal indicativo da possibilidade do partido chegar ao poder ao nível central nas eleições de 2004.

Embora a RENAMO mantivesse o otimismo em relação ao alcance do poder nas terceiras eleições gerais previstas para 2004, o certo é que as divisões e disputas internas e o seu impacto sobre a capacidade de organização da RENAMO concorreram para a geração da fraca capacidade de mobilização do eleitorado do principal partido da oposição. Assim, nas terceiras eleições gerais realizadas nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2004, Afonso Dhlakama saiu derrotado com 998 059 votos correspondentes a 31% contra 2 004 226 votos correspondentes a 63,7% do vencedor, Armando Guebuza, candidato da FRELIMO.<sup>925</sup> Estes resultados eleitorais revelaram uma redução de pouco mais de 1 000 000 de votos para Afonso Dhlakama comparativamente aos resultados das eleições presidenciais de 1999 nas quais o líder da RENAMO obteve 2 134 255 votos. A enorme redução de votação para Afonso Dhlakama é um indicador da erosão da sua base de apoio. Nas eleições legislativas, a RENAMO viu o número de deputados reduzir de 117 em 1999 para 90 em 2004. Mais uma vez, este resultado evidenciava a erosão da base de apoio à RENAMO.

### **8.9.2 A FRELIMO**

Nas eleições gerais de 1999 a FRELIMO e o seu candidato registaram uma redução de votos. Nas eleições legislativas do ano em referência a FRELIMO obteve 2 008 165 votos contra 2 115 793 votos, em 1994. Embora o número de assentos da FRELIMO na Assembleia da República tenha aumentado de 129 em 1994 para 133 em 1999, a diferença do número de assentos parlamentares entre o partido governamental e a RENAMO reduziu de 17 em 1994 para 16 em 1999. Ademais, nas eleições legislativas de 1999 a FRELIMO obteve mais votos em apenas 5 províncias, nomeadamente, Maputo-província, Maputo-cidade, Gaza, Inhambane, e Cabo Delgado. Estes dados revelavam a erosão da base de apoio ao partido FRELIMO que em 1994 obtivera a maioria em 6 províncias, nomeadamente, Maputo-cidade, Maputo-província, Gaza, Inhambane, Niassa e Cabo Delgado. Nas eleições presidenciais de 1999 Joaquim Chissano obteve 2 339 848 votos contra 2 633 740, em 1994. Em 1999, a diferença de votos entre Joaquim Chissano, vencedor e

---

<sup>925</sup> António Gregório Carrasco, *Eleições Gerais 2004* (Maputo: STAE, 2006): 36.

Afonso Dhlakama, seu principal adversário na corrida presidencial baixou para 205 593 votos contra 966 775 votos em 1994.

Os resultados das eleições gerais de 1999 lançaram um sinal de desgaste do governo liderado por Joaquim Chissano. Tendo em consideração as declarações de Joaquim Chissano durante o encerramento da campanha eleitoral, em Novembro de 1999, segundo as quais ele e o seu partido alcançariam a vitória nas eleições legislativas e presidenciais com uma margem de diferença maior do que a registada em 1994, os resultados das segundas eleições gerais constituíram-se como uma surpresa para o partido governamental.

A redução significativa dos votos de Joaquim Chissano e o aumento notável dos votos de Afonso Dhlakama abriu espaço para que a RENAMO reivindicasse a vitória conforme foi anteriormente demonstrado, tendo, por isso, obrigado o governo apoiado pela FRELIMO a ir à mesa de negociações com o principal partido da oposição. A crescente onda de criminalidade, a elevação dos índices de corrupção no país, o registo de elevados índices de desemprego, nalguns casos causados pelo fracasso das políticas económicas do governo em áreas-chave como a indústria da castanha do caju e o crescimento das desigualdades sociais, não obstante o registo de um crescimento macroeconómico notável no contexto da reconstrução pós-guerra, concorreram para o desgaste do governo liderado por Joaquim Chissano. Aliás, a reunião nacional de quadros da FRELIMO, realizada em Setembro de 2001, reconheceu que para além da pobreza, a corrupção e a criminalidade eram problemas sérios que afetavam o país e por isso os membros do partido governamental deveriam engajar-se ativamente no seu combate.<sup>926</sup>

Os resultados eleitorais de 1999, evidenciando o crescimento e a consolidação da RENAMO no panorama político moçambicano gerou um choque e preocupação no seio da FRELIMO. Se em 1994 poucos consideravam a possibilidade de a RENAMO constituir-se como alternativa política à FRELIMO na governação do país, os resultados eleitorais de 1999 revelaram que Afonso Dhlakama e o seu partido tinham hipóteses reais de chegar ao poder, ou pelo menos constituíam-se como uma ameaça séria ao histórico partido governamental. De certa forma, os resultados das eleições presidenciais de 1999 fragilizaram a posição de liderança de Joaquim Chissano dentro da FRELIMO. A reduzida diferença de votos entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama nas eleições presidenciais de 1999 abria espaço para possíveis contestações, ainda que silenciosas à liderança no seio da FRELIMO.

---

<sup>926</sup> *Savana*, «Reunião de quadros ressalta conflitos de gerações», 21 de Setembro de 2001, 2.

Reconhecendo que os resultados eleitorais de 1999 evidenciavam o desgaste da sua imagem política e do seu governo, situação que potencialmente beneficiaria a oposição, em Maio de 2001, Joaquim Chissano anunciou a sua intenção de não se recandidatar nas eleições presidenciais de 2004. Durante a reunião nacional de quadros da FRELIMO, realizada em Setembro de 2001, na cidade da Beira, os participantes pediram a Joaquim Chissano que se recandidatasse ao cargo de Presidente da República nas eleições presidenciais de 2004. Os quadros da FRELIMO apresentaram o argumento segundo o qual o pedido apresentado vinha do povo. Em resposta Joaquim Chissano manifestou-se disponível a recandidatar-se se o povo assim exigisse, porém, sublinhando o seguinte:

[...] Se de facto o povo moçambicano me solicita para ficar, então não sei como poderia dizer não a uma solicitação do povo... Eu quero que tal seja do consenso do povo moçambicano... Lancei um desafio aos membros do partido e àqueles que formularam este desejo, para que de facto não tenhamos dúvidas de que o povo quer ou não aceitar... O meu desejo é ainda sincero e objetivo, baseado em pensamentos, mas se eu tivesse a demonstração que de facto o povo moçambicano me solicita para eu ficar, então não sei como poderia dizer não a uma solicitação do povo... Lancei uma pergunta aos que defendem a minha recandidatura: Como é que a gente sabe que é a população dessa província que pretende ver a minha manutenção como Presidente da República, e como é que a gente vai ter esta sensação de que é a população de Moçambique? [...] <sup>927</sup>

A declaração acima apresentada revela as dúvidas que Joaquim Chissano tinha em relação à sua popularidade. A declaração evidencia o reconhecimento por parte de Joaquim Chissano de que a sua imagem estava desgastada e, por isso, só aceitaria a recandidatura em 2004 se fossem apresentadas provas inequívocas de que ele ainda gozava de um apoio popular massivo suficiente para alcançar uma vitória clara nas eleições presidenciais que se avizinhavam. Portanto, a declaração de Joaquim Chissano revela que ele tinha a percepção de que os resultados das eleições presidenciais de 1999 evidenciaram a erosão significativa da sua base de apoio popular. Por isso, Joaquim Chissano entendia que a FRELIMO deveria encontrar um outro candidato suficientemente forte para as eleições presidenciais de 2004 para fazer face ao fortalecimento do principal candidato da oposição, conforme ilustra a sua seguinte declaração: «Os nossos adversários querem o poder a todo o custo... O desafio que se nos coloca exige de todos nós o redobrar de esforços e uso das nossas capacidades e inteligência...» <sup>928</sup>

Em Abril de 2002, Armando Guebuza, membro sénior da FRELIMO e chefe da bancada parlamentar da FRELIMO reconheceu que o seu partido estava a enfrentar dificuldades em

---

<sup>927</sup> *Idem.*

<sup>928</sup> *Ibidem.*

arrastar as massas populares como acontecia no passado.<sup>929</sup> Segundo Bernhard Weimer, José Jaime Macuane e Lars Buur após a ascensão de Joaquim Chissano ao poder, em 1986, a FRELIMO começou a transformar-se cada vez mais numa coligação fraca de partido dominante na medida em que o controlo do partido sobre o Estado e a sociedade afrouxou, embora tenha mantido o poder sobre a economia.<sup>930</sup> Esta constatação ajuda a explicar a erosão do apoio à FRELIMO.

A decisão de Joaquim Chissano não se recandidatar em 2004 abriu espaço para que a FRELIMO iniciasse a discussão interna sobre o processo de sucessão, tendo a Comissão Política assumido a responsabilidade de definir o perfil do próximo candidato presidencial que se pretendia «ganhador». Assim, a decisão de Joaquim Chissano constituiu-se como o primeiro sinal de mudanças dentro da FRELIMO no sentido do seu reposicionamento no panorama político moçambicano à luz dos resultados eleitorais de 1999, e tendo em vista a recuperação do terreno ganho pela RENAMO. O objetivo era evitar que a oposição liderada pela RENAMO se transformasse em alternativa política à FRELIMO. Assim, no primeiro semestre de 2001, o Comité Central da FRELIMO, reunido na sua 5ª sessão tomou a decisão de realizar o 8º congresso do partido na cidade da Beira, em Sofala, por sinal uma província de influência da RENAMO. A decisão inseria-se no contexto da estratégia da FRELIMO visando a revitalização do partido nas zonas onde perdera as eleições em 1999.

Em Junho de 2002, a FRELIMO realizou o seu 8º congresso na cidade da Beira, província de Sofala. Após um ano de muitas especulações sobre possíveis sucessores de Joaquim Chissano, o congresso em referência elegeu Armando Emílio Guebuza como Secretário-geral da FRELIMO e candidato presidencial do partido nas terceiras eleições gerais previstas para 2004. Diferentemente do que aconteceu no seio da RENAMO em que a eleição do novo Secretário-geral, Joaquim Vaz constituiu-se como um fator que aprofundou a desunião entre os membros do partido, a eleição de Armando Guebuza permitiu a manutenção da coesão entre os membros da FRELIMO.

Enquanto o Secretário-geral da RENAMO permaneceu cerca de 9 meses após a sua eleição sem estabelecer nenhum contacto com as bases nas províncias e distritos, remetendo o partido à situação de letargia e inação, Armando Guebuza, consciente do desgaste da imagem da FRELIMO e do seu governo, iniciou, imediatamente, um trabalho intenso de revitalização e reorganização

---

<sup>929</sup> Savana, «É Armando Guebuza quem afirma: operação produção e 24 horas», 26 de Abril de 2002, 2.

<sup>930</sup> Bernhard Weimer, José Jaime Macuane e Lars Buur, «A economia política do settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 33.

das estruturas do partido a todos os níveis, nomeadamente, central, provincial e distrital tendo em vista a participação bem-sucedida nas eleições autárquicas de 2003 e eleições gerais de 2004. O novo Secretário-geral iniciou o processo do controlo da FRELIMO sobre o aparato do Estado, promovendo a lealdade de diferentes segmentos da sociedade ao partido. Deste modo, Armando Guebuza procurava assegurar o mais amplo apoio dos cidadãos e da sociedade ao partido FRELIMO.<sup>931</sup>

Perante a desorganização e as divergências no seio da RENAMO, a FRELIMO manifestamente coesa com um elevado grau de organização e capacidade de mobilização popular viu o seu otimismo crescer em relação aos resultados da sua participação nas eleições autárquicas de 2003 e gerais de 2004.<sup>932</sup> Os resultados das eleições autárquicas realizadas no dia 19 de Novembro de 2003 conferiram a vitória à FRELIMO, correspondendo, assim, ao otimismo nutrido pelo partido governamental. Nestas eleições, a FRELIMO alcançou a vitória em 28 municípios contra 5 conquistados pela RENAMO. Se, por um lado, os resultados das segundas eleições locais recompensavam a FRELIMO pelo seu trabalho de reorganização das estruturas partidárias assim como pela mobilização popular sob a direção Armando Guebuza, por outro lado, penalizavam a RENAMO pelas profundas divergências internas e falta de organização demonstradas durante todo o processo que culminou com a realização do escrutínio. Considerando que nas primeiras eleições autárquicas realizadas em 1998, a RENAMO não conquistou nenhum município em virtude de ter boicotado o escrutínio, a conquista de 5 municípios, em 2003, permitiu camuflar o impacto negativo dos problemas internos do partido sobre os resultados eleitorais.

Entretanto, as eleições legislativas e presidenciais realizadas em 2004 colocaram à nu a erosão da base de apoio popular à RENAMO devido não só às contradições internas e a desorganização mas também devido ao processo de reorganização e mobilização da FRELIMO, iniciado em 2002, conforme foi acima referido. Armando Guebuza foi eleito Presidente da República com 2 004 226 votos correspondentes a 63,7% contra 998 059 votos correspondentes a 31,7% para Afonso Dhlakama.<sup>933</sup> Nas eleições legislativas a FRELIMO alcançou a vitória com 1 889 054 votos correspondentes a 62% contra 905 289 votos correspondentes a 29,7% para a RENAMO-União Eleitoral. Assim, a FRELIMO registou um crescimento muito notável de assentos na Assembleia

---

<sup>931</sup> Carrie Manning, *The Making of Democrats: Elections and Party Development in Postwar Bosnia, El Salvador, and Mozambique* (New York: Palgrave Macmillan, 2008), 55; Bernhard Weimer, José Jaime Macuane e Lars Buur, «A economia política do settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização», em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 33.

<sup>932</sup> *Savana*, «Ambiente favorável para a vitória da FRELIMO – Edson Macuácu», 23 de Agosto de 2002, 3.

<sup>933</sup> António Gregório Carrasco, *Eleições Gerais 2004* (Maputo: STAE, 2006), 36.

da República para 160, em 2004, contra 133 alcançados nas eleições legislativas de 1999. Por sua vez, a RENAMO-União Eleitoral registou uma redução significativa do número de assentos para 90 contra 117 conquistados nas eleições legislativas de 1999.<sup>934</sup>

Os resultados eleitorais de 2004 revelaram de forma evidente a erosão significativa do apoio popular à RENAMO e ao seu candidato presidencial e uma estabilidade da FRELIMO. Os dados eleitorais de 2004 revelam que a FRELIMO não registou o crescimento da sua base de apoio popular. Porém, o partido governamental foi capaz de manter a sua base tradicional de apoio. Nas eleições presidenciais, o candidato da FRELIMO perdeu apenas 335 622 votos em relação às eleições presidenciais de 1999. Nas eleições legislativas, a FRELIMO perdeu apenas 119 111 votos em relação às eleições legislativas de 1999.

Pelo contrário, os dados eleitorais revelam que a RENAMO não foi capaz de manter a sua base tradicional de apoio. Nas eleições presidenciais a RENAMO perdeu de 1 136 196 de votos em relação às eleições de 1999. Nas eleições legislativas a RENAMO perdeu 699 181 votos. Conforme foi referido acima, as divergências internas e a fraca capacidade de organização do principal partido da oposição concorreram para a desmobilização do seu eleitorado. Portanto, os dados eleitorais evidenciam que a vitória da FRELIMO resultou da erosão da base de apoio tradicional da RENAMO do que do crescimento da base de apoio popular da FRELIMO. Contudo, é importante sublinhar que a vitória da FRELIMO resultou da sua capacidade de manter o seu eleitorado fiel e mobilizado para as eleições.

## **8.10 Conclusão**

A discussão sobre o processo que conduziu às segundas eleições gerais realizadas em 1999, às segundas eleições locais realizadas em 2003 e às terceiras eleições gerais realizadas em 2004 bem como a análise sobre a manutenção da paz e da democracia a despeito da existência do antagonismo entre o governo da FRELIMO e a RENAMO confirma o argumento segundo o qual a possibilidade de alternância no poder é o que manteve as duas partes com o compromisso de participar na disputa política pelo poder guiados pelas regras de jogo democrático. Esta possibilidade de alternância no poder institucionaliza a incerteza que, por sua vez, providencia os incentivos para a continuidade das partes no jogo político dentro das regras democráticas, em oposição ao recurso à guerra ou à violência para a conquista do poder político.<sup>935</sup> Assim, entre

---

<sup>934</sup> Carrasco, *Eleições ...*, 37 e 39.

<sup>935</sup> Andrew Reynolds e Timothy D. Sisk, «Elections and electoral systems: implications for conflict management», em *Elections and Conflict Management in Africa*, ed. Timothy D. Sisk e Andrew Reynolds (Washington, D.C: United States Institute of Peace, 1998), 16.

1999 e 2004, as eleições gerais e locais foram percebidas pela RENAMO e pela FRELIMO como uma verdadeira oportunidade para o alcance do poder. Isto é, porque a RENAMO e a FRELIMO tinham o otimismo em relação ao alcance vitória eleitoral as duas partes viram-se motivadas a participar no jogo político através de regras democráticas. Esta situação encorajou a continuidade do processo democrático entre 1999 e 2004.

A análise permitiu concluir que apesar de a FRELIMO e a RENAMO possuírem influência em determinadas fronteiras étnicas e regionais no país, nenhuma das partes detinha um monopólio regional que à partida, e por si só, permitisse a conquista da vitória eleitoral. Por isso, para a conquista do poder, por via eleitoral, as duas partes viram-se obrigadas a fazer apelos ao voto baseados na unidade e inclusão nacional, evitando os discursos sistemáticos de instrumentalização política das diferenças étnicas e regionais. Isto é, para a conquista da vitória eleitoral a FRELIMO e a RENAMO precisavam de realizar campanhas eleitorais apresentando discursos e mensagens de apelo à convergência interétnica e inter-regional. Esta situação concorreu para que a competição política entre a FRELIMO e a RENAMO nas eleições legislativas e presidenciais de 1999 e 2004 bem como nas eleições locais de 2003 não se transformasse em competição étnica e regional que pudesse conduzir à violência.

A despeito das derrotas diante da FRELIMO e dos seus candidatos presidenciais nas eleições gerais de 1994 e 1999, assim como nas eleições locais de 2003, a RENAMO foi capaz de obter ganhos crescentes de eleição em eleição conforme atestaram os resultados eleitorais. Assim, a melhoria dos resultados eleitorais da RENAMO de eleição em eleição e a manutenção do poder por parte da FRELIMO concorreu para aumentar gradualmente a confiança das duas partes no sistema político democrático em processo de construção em Moçambique. Portanto, a melhoria dos resultados eleitorais das duas partes contribuiu para aumentar o seu otimismo em relação à possibilidade do alcance da vitória eleitoral nos pleitos seguintes. Foi no contexto deste otimismo que após as eleições gerais de 1994 e 1999, e depois das eleições autárquicas de 1998, a RENAMO propôs a revisão da legislação eleitoral com o objetivo não só de melhorá-la mas também de prevenir a ocorrência de fraude. O principal partido da oposição acreditava que a fraude eleitoral era o principal obstáculo à sua vitória, e por isso, era preciso combatê-la.

A existência do otimismo em relação aos resultados da participação no jogo político democrático concorreu para a elevação dos custos do recurso ao uso da força como mecanismo para o alcance do poder político. Perante à elevação dos custos do recurso ao uso da força e, dada a existência do otimismo acima referido, a participação na disputa política por via das eleições – um dos

elementos importantes da democracia, tornou-se menos onerosa e sobretudo mais atrativa para as duas partes entre 1999 e 2004.

Portanto, a análise dos processos eleitorais em Moçambique entre 1999 e 2004 revela que a existência do otimismo em relação aos resultados da participação no jogo político democrático, por via das eleições contribuiu para a geração da motivação da RENAMO e da FRELIMO para a manutenção não só da democracia mas também para a preservação da paz, ainda que entendida como paz negativa.



## 9. Conclusões Finais

A investigação conduzida no âmbito desta tese de doutoramento procurou responder a seguinte questão principal: Quais foram os fatores determinantes da transição democrática e da manutenção da democracia e da paz em Moçambique, entre 1992 e 2004, tendo em consideração a presença da heterogeneidade étnica, o carácter eminentemente contencioso do processo de democratização em sociedades pós-conflito como foi o caso moçambicano, o profundo antagonismo entre os ex-beligerantes e as fraturas da sociedade, resultantes da guerra civil? Ou melhor, por um lado, perante a ausência das condições que a literatura considera fundamentais para a transição democrática, nomeadamente, a homogeneidade cultural, a existência de uma sociedade civil forte e vibrante, o desenvolvimento económico e de uma cultura democrática enraizada na sociedade, e por outro lado, tendo em conta a presença de condições que a literatura considera como sendo propiciadoras do colapso dos processos de transição democrática e do regresso à guerra, particularmente em sociedades pós-conflito como foi o caso moçambicano, quais foram fatores que contribuíram para a ocorrência da transição democrática e para a durabilidade da democracia e da paz, em Moçambique, entre 1992 e 2004? A investigação foi conduzida tendo os seguintes objetivos gerais: primeiro, identificar e compreender os fatores determinantes das transições democráticas em sociedades pós-conflito e; segundo, compreender o cruzamento entre transições democráticas e a manutenção da paz em sociedades pós-conflito. A investigação teve os seguintes objetivos específicos: primeiro, identificar os fatores que determinaram a transição democrática em Moçambique; segundo, identificar e compreender o contexto e os fatores determinantes do processo de construção da paz em Moçambique; terceiro, descrever as dinâmicas políticas que caracterizaram a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004 e; quarto, compreender o cruzamento entre a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique no período acima referido.

Relativamente ao primeiro objetivo específico, a investigação permitiu concluir que a transição de regime de partido único para a democracia multipartidária em Moçambique processou-se em dois momentos distintos. Primeiro, em meados da década de 1980, o regime de partido único decidiu implementar as medidas de liberalização económica no país. As medidas foram adotadas como resposta à profunda crise económica que o país enfrentava desde o início da década de 1980. As condicionalidades da ajuda económica internacional impostas pelos estados ocidentais e, particularmente pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial, desempenharam um papel importante na decisão das elites políticas moçambicanas no sentido da liberalização da economia. Segundo, teve lugar a liberalização política. Este processo

foi iniciado na segunda metade da década de 1980. As contradições internas no seio da elite dirigente da FRELIMO na sequência da assinatura do Acordo de Nkomati e o surgimento de segmentos no seio do partido demandando uma maior participação na tomada de decisões assim como a maior partilha do poder que estava concentrado na figura do Presidente da República que, simultaneamente, ocupava o cargo de chefe de governo, Presidente da Assembleia Popular e de comandante em chefe das forças armadas contribuíram para a realização das primeiras reformas políticas e constitucionais significativas no país. Assim, a partir do início da segunda metade da década de 1980 iniciou-se o processo de desconcentração de poderes. Tratou-se de um processo relativamente longo que culminou com a adoção da nova constituição em 1990, consagrando a separação dos poderes, a descentralização e a democracia multipartidária.

As pressões das organizações financeiras internacionais acima referidas e dos estados ocidentais que providenciavam a ajuda económica à Moçambique e as mudanças operadas no sistema internacional em resultado do fim da Guerra Fria, marcando o triunfo do liberalismo político e económico concorreram para que as elites políticas tomassem a decisão de introduzir a democracia multipartidária no país, em 1990. Esta decisão foi tomada após o alcance do consenso interno no seio da elite dirigente da FRELIMO durante o 5º congresso do partido em referência, realizado em 1989. A construção do consenso prévio no seio da FRELIMO concorreu para que o processo de transição para a democracia multipartidária não degenerasse em cisões e no surgimento de *spoilers* no seio do partido que poderiam gerar a instabilidade política no país. Portanto, enquanto em outros estados africanos como o Benim e a Zâmbia, a liberalização política resultou de uma forte mobilização popular, o processo que conduziu ao estabelecimento da democracia em Moçambique foi iniciado e liderado pelas elites dirigentes da FRELIMO.

Relativamente ao segundo objetivo específico da investigação no âmbito desta tese foi possível concluir que o início das negociações de paz entre o governo da FRELIMO e a RENAMO que conduziram à assinatura do AGP, em Outubro de 1992, resultou da maturação do conflito registada a partir do final da década de 1980. Apesar da existência de divergências e desconfianças que não raras vezes constituíram-se como verdadeiros obstáculos ao diálogo, o processo de cooperação crescente entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, em Roma, Itália, com o apoio da mediação da Comunidade de Santo Egídio e da observação da comunidade internacional contribuiu para a construção da confiança entre as duas partes. As concessões mútuas entre o governo da FRELIMO e a RENAMO na mesa de negociações evidenciavam a cooperação entre as duas partes. Por exemplo, o governo reconheceu a RENAMO como um ator político e por sua vez o então movimento rebelde reconheceu o governo estabelecido em

Moçambique. A cooperação acima referida contribuiu para gerar o otimismo das duas partes em relação ao resultado do seu contínuo engajamento no processo de negociação. O otimismo concorreu para gerar a motivação do governo da FRELIMO e da RENAMO para continuarem empenhados na busca de uma solução pacífica para o conflito. Igualmente, o otimismo concorreu para o fortalecimento da atitude de cooperação e de colaboração entre as duas partes na mesa de negociações.

O otimismo fortalecido pela existência de garantias credíveis providenciadas pelas terceiras partes, nomeadamente, a comunidade internacional liderada pelas Nações Unidas contribuíram para que as duas partes se engajassem ativamente no processo de implementação do AGP, entre 1992 e 1994 que culminou com a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias em Moçambique, em Outubro de 1994.

A existência de provisões de partilha de poder militar, territorial e político<sup>936</sup> no AGP concorreu para a continuidade da cooperação entre o governo da FRELIMO e a RENAMO durante o período de implementação do AGP. A partilha de poder entre o governo da FRELIMO e a RENAMO ao mais alto nível nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique estendeu-se até 2004. A cooperação e a colaboração entre o governo da FRELIMO e a RENAMO durante a implementação do AGP contribuiu para a maior aproximação entre as duas partes e para o fortalecimento da confiança mútua. Contudo, é importante sublinhar que a confiança não significa a inexistência de divergências entre as duas partes. A confiança significa que as duas partes admitiam que continuariam a existir divergências entre si, porém, entendiam e acreditavam que a sua solução residia no diálogo mútuo. Aliás, o AGP era claro nesta matéria ao sublinhar que todas as divergências entre as duas partes deveriam ser resolvidas na base do diálogo. O facto de o governo da FRELIMO e a RENAMO terem conseguido construir entendimentos em questões complexas durante as negociações de paz, em Roma, fortaleceu a confiança entre as duas partes de que conseguiriam resolver pacificamente as divergências que viessem a surgir no período posterior à assinatura do AGP.

Relativamente ao terceiro objetivo específico de investigação no âmbito desta tese conclui-se que os resultados das eleições presidenciais e legislativas de 1994 permitiram, por um lado, a manutenção da FRELIMO no poder, e por outro lado, providenciaram o reconhecimento da RENAMO ao nível doméstico e internacional como um ator político importante em Moçambique,

---

<sup>936</sup> Neste caso, a partilha do poder político refere-se ao envolvimento conjunto da RENAMO e do governo da FRELIMO na elaboração da legislação eleitoral na base do princípio de consenso e na partilha do poder entre as duas partes nos órgãos eleitorais, nomeadamente, CNE e STAE.

alcançando uma representação notável na Assembleia da República. Na sequência dos resultados eleitorais de 1994 a FRELIMO deixou de ter a capacidade de realizar a revisão constitucional sem a cooperação e a colaboração da RENAMO. Este facto ilustra o lugar importante que o principal partido da oposição passou a ocupar no xadrez político moçambicano.

Os resultados eleitorais de 1994 fortaleceram o otimismo da RENAMO em relação à possibilidade de conquista do poder político através das regras democráticas nas eleições seguintes previstas para 1999. O otimismo da RENAMO resultava não só dos resultados notáveis alcançados em 1994 mas também do desgaste da imagem da FRELIMO e do seu candidato presidencial, Joaquim Chissano às eleições gerais de 1999. O otimismo da RENAMO foi fortalecido pelo sucesso da sua campanha de boicote das primeiras eleições locais caracterizadas por uma elevadíssima abstenção eleitoral. A RENAMO interpretou a abstenção eleitoral como sendo, por um lado, um indicador do desgaste da popularidade do partido governamental, e por outro lado, como o prenúncio do fortalecimento do apoio popular à oposição, sinalizando o desejo do povo pela alternância do poder no país.

O abandono do projeto de revisão da constituição em 1999, sob a alegação de que o povo não queria a redução dos poderes presidenciais revelava a existência de um forte otimismo da RENAMO e do seu líder de que poderia vencer as segundas eleições gerais de 1999. Aliás, o boicote das primeiras eleições locais realizadas em 1998, em Moçambique, resultou, também, do otimismo da RENAMO em relação à conquista do poder nas segundas eleições gerais. A RENAMO não participou nas primeiras eleições locais porque entendia que em caso de vitória teria dificuldades em implementar com sucesso o seu programa de governação nas autarquias devido aos obstáculos que seriam potencialmente colocados pela FRELIMO - detentora do poder central. A RENAMO receava que o fracasso do seu programa de governação local fosse usado pela FRELIMO para fragilizar politicamente o principal partido da oposição à luz das segundas eleições gerais de 1999.

O apoio da comunidade doadora internacional às eleições gerais e sobretudo a sua pressão sobre o governo no sentido de este fazer a revisão da legislação eleitoral de modo a satisfazer as exigências dos partidos da oposição liderados pela RENAMO, incluindo a necessidade de realização da observação eleitoral, como foram os casos não só em 1994, mas também em 1999 e 2004, concorreu para fortalecer a confiança da RENAMO na transparência do processo eleitoral em referência, aumentando, assim, o seu otimismo em relação à possibilidade de chegar ao poder por via das eleições.

Por outro lado, a FRELIMO, vencedora das eleições gerais de 1994 e das eleições autárquicas de 1998 nutria o otimismo em relação à manutenção do poder nas segundas eleições gerais previstas para 1999. O otimismo da FRELIMO resultava, primeiro, do facto de o partido governamental ter implementado um conjunto de programas de reconstrução do país no período pós-guerra civil (a reabertura de estradas, a reconstrução de pontes, escolas, hospitais e de outras infraestruturas económicas e sociais de grande importância) esperando, por isso, o apoio dos eleitores nas segundas eleições gerais. Segundo, pelo facto de estar no poder, a FRELIMO tinha melhores meios e recursos para participar com sucesso nos processos eleitorais. Terceiro, a FRELIMO tinha uma melhor organização e representação em todo o território nacional, assumindo-se como o partido responsável pela independência do país, e por isso, o partido do povo. Quarto, o otimismo da FRELIMO resultava do facto deste partido, por via da maioria parlamentar deter a maioria nos órgãos eleitorais o que permitia o controlo e a influência sobre o processo eleitoral. Quinto, a FRELILIMO entendia que seria possível enfraquecer a RENAMO apresentando-a como um partido de bandidos armados e responsável pelas mortes e pela destruição do país. Eventualmente, foi no contexto deste entendimento que durante a primeira legislatura a FRELIMO, inclusivamente, na Assembleia da República, procurou sistematicamente, apresentar a RENAMO como o partido dos bandidos armados ao serviço de interesses estrangeiros e que não conseguia libertar-se da sua origem. O otimismo da FRELIMO e do seu candidato presidencial em relação às eleições de 1999 foi expresso por Joaquim Chissano no último dia da campanha eleitoral, afirmando que ele e o seu partido iriam ganhar as eleições com uma margem muito maior do que a registada em 1994.

Nas eleições gerais de 1999, Joaquim Chissano foi eleito Presidente da República e a FRELIMO conquistou a vitória nas eleições legislativas. Apesar da vitória do partido governamental a RENAMO subiu o número de assentos na Assembleia da República. Nas eleições presidenciais, Afonso Dhlakama reduziu de forma bastante acentuada a diferença de votos com Joaquim Chissano.

Apesar das reclamações e dos protestos apresentados pela RENAMO em relação aos resultados eleitorais de 1999, a verdade é que os mesmos revelaram um importante crescimento do principal partido da oposição, consolidando a sua posição de potencial alternativa à FRELIMO. Os resultados das eleições presidenciais de 1999 reforçaram o otimismo da RENAMO em relação à possibilidade de conquista do poder político nas terceiras eleições gerais previstas para 2004. Igualmente, o otimismo da RENAMO resultava da constatação segundo a qual a FRELIMO e o seu governo tinham uma imagem profundamente desgastada devido aos problemas como a

corrupção e a criminalidade crescentes, os elevados índices de desemprego, o custo elevado de vida, as políticas económicas fracassadas em áreas fundamentais como a indústria do caju, entre outras dificuldades que afetavam negativamente a sociedade.

Em Março de 2001, a RENAMO, através do seu líder Afonso Dhlakama abandonou as negociações com o governo relativas às reclamações sobre os resultados das eleições de 1999. Posteriormente, precisamente, em Agosto de 2001, a RENAMO decidiu que iria participar nas segundas eleições locais previstas para 2003 e nas eleições gerais de 2004. Esta decisão teve lugar no contexto do otimismo fortalecido pelos resultados eleitorais de 1999 e pelo desgaste da popularidade do governo da FRELIMO. A motivação para decisão tomada pela RENAMO no sentido de, ainda em 2001, começar a preparar a sua participação nas eleições acima referidas resultava do otimismo existente no seio do partido em relação ao alcance do poder por via democrática. No contexto deste otimismo a RENAMO propôs a necessidade de realização da revisão da legislação eleitoral tendo em vista evitar a ocorrência de fraudes nas eleições locais e gerais que se avizinhavam.

Os resultados eleitorais de 1999 constituíram-se como surpresa, gerando um choque e apreensão no seio da FRELIMO. Por um lado, os resultados eleitorais revelaram que tinha reduzido ou pelo menos estagnado o apoio popular à FRELIMO e ao seu candidato presidencial, e por outro lado, evidenciaram um enorme crescimento da base de apoio popular à RENAMO e ao seu candidato presidencial, posicionando-se como uma potencial alternativa ao partido governamental. Reconhecendo que os resultados eleitorais evidenciavam o desgaste da sua popularidade, em Maio de 2001, Joaquim Chissano, anunciou a sua intenção de não voltar a candidatar-se nas eleições de 2004. Esta decisão evidencia o impacto dos resultados eleitorais de 1999 no seio da FRELIMO e as preocupações que os mesmos geram dentro da liderança do partido governamental.

Em resposta ao risco de perder o poder para a RENAMO nas eleições locais e gerais previstas para 2003 e 2004, respetivamente, a FRELIMO iniciou o trabalho tendo em vista a recuperação da sua base de apoio popular em todo o país, sobretudo nas regiões onde o principal partido da oposição alcançara a vitória. Foi neste contexto que durante o 8º congresso da FRELIMO realizado em Junho de 2002, Armando Guebuza foi eleito Secretário-geral do partido e candidato presidencial para as eleições gerais de 2004.

O novo Secretário-geral iniciou, imediatamente, o processo de revitalização das estruturas do partido em todos os níveis, central, provincial e distrital, procurando assegurar a lealdade ao partido e a maior mobilização popular. É neste contexto, que de 2002 à 2004, Armando Guebuza

dedicou-se afincadamente ao trabalho não só ao nível central mas também ao nível das províncias e distritos, apresentando-se, igualmente, como candidato presidencial, procurando lavar a cara da FRELIMO. Um dos principais *slogans* apresentados por Armando Guebuza durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais e legislativas de 2004 foi de que se chegasse ao poder iria «acabar com o deixa-andar». Esta mensagem constituía-se como um reconhecimento da FRELIMO de que existia uma significativa insatisfação popular em relação ao governo liderado por Joaquim Chissano.

Por um lado, a reorganização da FRELIMO e a revitalização de todas as suas estruturas, e por outro lado, a desorganização e as divergências no seio da RENAMO resultantes da expulsão de Raúl Domingos contribuíram para o rápido e profundo enfraquecimento do principal partido da oposição e para a recuperação do partido governamental. Os resultados das eleições locais de 2003, conferindo, por um lado, a vitória à RENAMO em 5 municípios, e por outro lado, à FRELIMO em 28 municípios gerou o otimismo no seio da RENAMO em relação aos resultados das eleições gerais de 2004. Depois do importante choque registado nas eleições gerais de 1999, os resultados das segundas eleições locais permitiram a manutenção da hegemonia da FRELIMO ao nível local. Este facto associado à desorganização e às divergências internas no seio da RENAMO contribuíram para aumentar o otimismo da FRELIMO em relação aos resultados da sua participação nas terceiras eleições gerais de 2004.

Por sua vez, a RENAMO interpretou a sua ascensão ao poder local em 5 autarquias como um indicador da possibilidade de conquista do poder central nas eleições gerais de 2004. Aparentemente, a RENAMO não percebeu que as divergências internas e a desorganização profunda do partido constituíam-se como grandes empecilhos ao crescimento da sua base de apoio popular. Assim, a desorganização e as contradições no seio da RENAMO favoreceram a FRELIMO e o seu candidato nas terceiras eleições gerais.

Assim, relativamente ao quarto objetivo específico de investigação, conclui-se que a manutenção da paz e da democracia em Moçambique, entre 1992 e 2004, resultou da existência do otimismo da FRELIMO e da RENAMO em relação aos resultados da sua participação no processo democrático. O otimismo das duas partes indiciava a existência da institucionalização da incerteza em relação aos resultados eleitorais – uma característica da democracia. Se em 1994, a RENAMO era otimista em relação ao alcance de uma boa representação na Assembleia da República, conquistando o reconhecimento doméstico e internacional como um partido político com uma importante base de apoio popular, nas eleições gerais de 1999 e 2004, o principal partido da

oposição mostrou-se otimista em relação ao alcance da vitória e à conquista do poder político. Este otimismo gerou a motivação para o contínuo engajamento da RENAMO no processo democrático e na manutenção da paz a despeito das profundas divergências com o partido governamental. A existência do otimismo gerou a motivação no seio da RENAMO para a colaboração com o partido governamental em questões-chave como a revisão da constituição e a reforma da legislação eleitoral.

A manutenção do poder central após as eleições gerais de 1994 e a preservação da hegemonia ao nível do poder local, após as primeiras eleições autárquicas de 1998, assim como o processo de reconstrução do país contribuíram para alimentar o otimismo do governo em relação à conquista da vitória nas eleições gerais de 1999 e de 2004, bem como nas eleições locais de 2003. Este otimismo gerou a motivação para o contínuo engajamento da FRELIMO no processo de manutenção da paz (ainda que na sua perspectiva negativa-ausência de guerra) e da democracia (ainda que na sua perspectiva eleitoral).

Portanto, por um lado, a existência do otimismo no seio das duas partes aumentou os custos do recurso ao uso da força (violência) para a conquista e manutenção do poder, e por outro lado, reduziu os custos do recurso ao processo democrático para o alcance do poder. Isto é, ao elevar os custos do recurso à via militar (violência) como mecanismo para o alcance do poder político, o otimismo permitiu tornar o engajamento no processo democrático e de manutenção da paz mais atrativo para a RENAMO e para o governo da FRELIMO.

Relativamente à manutenção da paz e da democracia, entre 1992 e 2004, a despeito da heterogeneidade étnica que caracteriza a sociedade moçambicana, o trabalho permitiu concluir o seguinte: apesar de a FRELIMO e a RENAMO possuírem a influência em determinadas fronteiras étnicas e regionais no país, nenhuma das partes detinha o monopólio regional que à partida, e por si só, permitisse a conquista da vitória eleitoral. Por isso, para a conquista do poder, por via eleitoral, as duas partes viram-se obrigadas a fazer apelos ao voto baseados na unidade e na inclusão nacional, evitando os discursos sistemáticos de instrumentalização política das diferenças étnicas e regionais. Isto é, para a conquista da vitória eleitoral, a FRELIMO e a RENAMO precisavam de realizar campanhas eleitorais apresentando discursos e mensagens de apelo à convergência interétnica e inter-regional. Igualmente, embora com menor relevância, esta atitude da FRELIMO e da RENAMO foi estimulada pelo facto de a constituição da República e a legislação eleitoral interditarem a instrumentalização política das diferenças étnicas. Esta situação concorreu para que a competição política entre a FRELIMO e a RENAMO nas eleições



legislativas e presidenciais de 1999 e 2004 bem como nas eleições locais de 2003 não se transformasse em competição étnica e regional conducente à violência política sistemática e generalizada.

É importante sublinhar que a observação da trajetória histórica de Moçambique, a partir do princípio da segunda metade do século XX, permite constatar o fracasso das tentativas de instrumentalização das diferenças étnicas para a obtenção de ganhos políticos. A análise do processo de formação do nacionalismo, particularmente da criação da FRELIMO, incluindo os conflitos internos que marcaram a dinâmica deste movimento nacionalista e a evolução política no período pós-independência permite concluir que, embora a heterogeneidade étnica seja uma característica marcante de Moçambique, a etnicidade não foi o fator determinante e estruturante dos conflitos registados durante a luta armada e no período pós-colonial.

As clivagens internas na FRELIMO refletiam a competição pelo poder por parte das elites que formaram este movimento nacionalista. Nas suas disputas, as elites procuraram mobilizar o sentimento étnico visando conquistar o apoio popular massivo, porém, sem sucesso. Lázaro Nkavandame, Uria Simango e Joana Simião, são exemplos de líderes provenientes das etnias maconde, ndau e macua, respetivamente, que tentaram conquistar o poder político através da mobilização do apoio popular, tendo como base a instrumentalização das diferenças étnicas no seio da FRELIMO e em Moçambique. Contudo, as suas iniciativas não foram suficientes para a ativação do apoio dos grupos e interesses étnicos que se propunham representar.

Embora seja verdade que houve algumas tentativas de instrumentalização política das diferenças étnicas durante a guerra civil, parece certo que a etnicidade não se constituiu como um fator determinante e estruturante do conflito em Moçambique. O conflito foi a expressão da contradição de interesses, num primeiro momento, entre Maputo e a Salisbúria e, num segundo momento, entre Moçambique e o regime do apartheid na África do Sul. O facto de o recrutamento dos membros da RENAMO, dentro do país ter sido, maioritariamente, baseado na violência, coação e intimidação do que na mobilização baseada na solidariedade étnica revela a ausência da etnicidade como fator determinante do conflito ou, pelo menos, ilustra o papel secundário desempenhado pelas diferenças étnicas. Contudo, não se pretende, deste modo negar a existência de dinâmicas políticas, económicas e sociais internas que produziram uma certa base social de apoio à guerra civil sobretudo a partir da primeira metade da década de 1980. A emergência desta base de apoio deve ser interpretada não só como resultado do fracasso das políticas implementadas pelo novo Estado independente de partido único, gerando impactos negativos ao nível político, económico,

social e cultural, mas também como consequência do início da campanha da RENAMO visando o seu enraizamento social em Moçambique e a endogeneização do conflito, sobretudo à luz da assinatura do acordo de Nkomati, em 1984.

As dificuldades em ativar o sentimento étnico coletivo, em Moçambique, resultaram, primeiro do facto de o poder colonial ter iniciado, tardiamente, a implementação de políticas de base étnica em Moçambique. O poder colonial realizou, em 1950, o primeiro censo no qual procurou conhecer os grupos étnicos da colónia e, em 1960, foram produzidas as primeiras cartas étnicas. Esta ação representou o esforço do Estado colonial com vista a institucionalização das categorias étnicas. Porém, esta ação teve lugar relativamente tarde, numa altura em que o nacionalismo territorial estava a desenvolver-se em Moçambique, facto que impossibilitou a cristalização de antagonismos étnicos entre os moçambicanos. A criação da FRELIMO e a sua preocupação em construir a unidade no seu seio e entre o povo moçambicano, durante a luta armada, recorrendo à revolução na educação e à mobilização política, iniciativas prosseguidas no período pós-independência, bem como a integração de elementos de diferentes grupos étnicos nas estruturas de poder do partido e do Estado contribuíram para a construção do sentimento de pertença à nação territorial.

A inexistência de partidos políticos com projetos secessionistas, incluindo a RENAMO que, politicamente, assumiu-se como um movimento que lutava pela liberalização política e económica e, em defesa do Estado unitário, tal como é conhecido desde a independência, é um exemplo ilustrativo da presença da nação territorial em Moçambique. Durante a guerra civil, a RENAMO assumiu que não procurava uma vitória militar, porém, a transformação das políticas e da sociedade em Moçambique, facto que, claramente, revela a sua defesa ao Estado e à nação territorial.

O caso moçambicano revela que a existência das diferenças étnicas não é por si só um fator conducente ao colapso da democratização e à guerra. Deste modo, o caso moçambicano refuta a abordagem primordialista sobre o papel da etnicidade na geração de conflitos e/ou de guerra. A investigação permitiu concluir que as diferenças étnicas podem contribuir para o colapso da democracia e para a eclosão de conflitos quando estas são objeto de ações sistemáticas de instrumentalização política por parte das elites, causando a ativação do sentimento étnico (ou antagonismo étnico). Assim, a análise do processo de transição democrática e da manutenção da paz no período entre 1992 e 2004 parece confirmar as abordagens instrumentalista e construtivista sobre o papel da etnicidade na geração e alimentação de conflitos.

Portanto, a investigação no âmbito desta tese permitiu concluir que os fatores predominantes na literatura que procura explicar a transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique, nomeadamente, o fim da guerra fria, a queda do regime de Apartheid na África do Sul, o processo de desmobilização e reintegração dos ex-combatentes e, o apoio da comunidade internacional ao processo de implementação do AGP, embora sejam importantes, *de per si*, não fornecem a explicação completa para a manutenção da paz e da democracia em Moçambique entre 1992 e 2004. A investigação permitiu concluir que, adicionalmente, o otimismo e a motivação das partes em relação aos resultados do seu engajamento na manutenção da democracia e da paz jogaram um papel muito importante para a durabilidade da democracia e da paz entre 1992 e 2004.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes Manuscritas

- 1.1. Arquivo da Assembleia da República de Moçambique, Maputo.
- 1.2. Arquivo do Centro de Estudos Africanos (CEA), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique.
- 1.3. Arquivo da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Maputo, Moçambique.
- 1.4. Arquivo da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), Maputo, Moçambique.
- 1.5. Arquivo do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Maputo, Moçambique.
- 1.6. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Portugal.
  - 1.6.1 Fundo Serviços de Centralização e Coordenação de Informações Moçambique (SCCIM)

### 2. Fontes Audiovisuais

- 2.1. Arquivo da Rádio Moçambique (RM), Maputo, Moçambique.
- 2.2. Arquivo da Televisão de Moçambique (TVM), Maputo, Moçambique.

### 3. Fontes Impressas

#### 3.1. Legislação

«Acórdão sobre o Recurso ao Tribunal Supremo da Coligação do Partido RENAMO-União Eleitoral». Em *Boletim da República*, I Série, nº 1, de 7 de Janeiro de 2000.

«Acórdão do Tribunal Supremo que Proclama e Valida o Apuramento dos Resultados das Eleições Presidenciais e Legislativas Realizadas nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro de 1999». Em *Boletim da República*, I Série, nº 1, de 7 de Janeiro de 2000.

Assembleia da República. Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição. *Ante-Projeto de Revisão da Constituição da República*. Maputo, 30 de Junho de 1998.

Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição. «Programa de Actividades». Em *Boletim da República*, I Série, nº 18, 4 de Maio de 1996.

Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição. «Orçamento». Em *Boletim da República*, I Série, nº 18, 4 de Maio de 1996.

Constituição da República Popular de Moçambique. Em *Boletim da República*, I Série, nº 1, 25 de Junho (1975).

Lei nº 9/96, de 22 de Novembro. Em *Boletim da República*, I Série, nº 47, 22 de Novembro de 1996.

Protocolo I dos Princípios Fundamentais, S. Egídio, Roma, 18 de Outubro de 1991. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed. T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Protocolo II dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos, S. Egídio, Roma, 13 de Novembro de 1991. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed. T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Protocolo III dos Princípios da Lei Eleitoral, S. Egídio, Roma, 12 de Março de 1992. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed. T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Protocolo IV das Questões Militares, S. Egídio, Roma, 4 de Outubro de 1992. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed. T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Protocolo V das Garantias, S. Egídio, Roma, 4 de Outubro de 1992. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed. T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Resolução n° 25/95, de 13 de Outubro que cria a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão da Constituição da República. Em *Boletim da República*, I Série, n° 49, 6 de Dezembro de 1995.

Resolução n°26/95, de 13 de Outubro que cria a Comissão *Ad-Hoc* para a Revisão do Hino Nacional. Em *Boletim da República*, I Série, n° 49, 6 de Dezembro de 1995.

### **3.2 Documentos sobre a Intervenção da ONU no Processo de Construção da Paz e da Democracia em Moçambique**

3.2.1 United Nations. *The United Nations and Mozambique, 1992-1995, With An Introduction By Boutros Boutros-Ghali, Secretary-General of the United Nations*. ed. The United Nations, Blue Book Series, Vol.5 (New York: Department of Public Information, 1995).

### **3.3 Periódicos**

3.3.1 Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique, Publicado pelos Parlamentares Europeus para a Africa (AWEPA).

3.3.2 *Jornal Metical*, Maputo, Moçambique

3.3.3 *Jornal Notícias*, Maputo, Moçambique

3.3.4 *Jornal Savana*, Maputo, Moçambique

3.3.5 *Revista Tempo*, Maputo, Moçambique

### **3.4 Outros Documentos**

Anónimo, *Consolidemos Aquilo Que Nos Une: Reunião da Direção do Partido e do Estado com Representantes das Confissões Religiosas, 14 a 17 de Dezembro de 1982*, Coleção Unidade Nacional. República Popular de Moçambique: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

Comissão Nacional do Plano. Direção Nacional de Estatística. *Informação e Estatística, 1975-1984*. S/l.: s/ed., 1985.

Comunicado do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique. «Relançar a ofensiva política e organizacional para a resolução das nossas dificuldades atuais». 31 de Março de 1985. Em *Tempo*, 7 de Abril de 1985.

Comunicado da RENAMO. «Viagem do Senhor Presidente Afonso Dhlakama aos EUA». 8 de Junho de 1994. Em *Savana*, 10 de Junho de 1994.

Declaração de São Tomé, de 15 de Fevereiro de 1985. Em *Tempo*, 3 de Março de 1985.

Declaração dos Presidente do Quénia, Daniel Arap Moi e do Zimbabwe, Robert Mugabe, sobre a Necessidade do Início das Negociações entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, 8 de Dezembro de 1989. Em *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade*, Joaquim Chito Rodrigues (S/l.: ACD Editores, 2006).

Declaração Conjunta entre Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO, Roma, 7 de Agosto de 1992. Em *Acordo Geral de Paz de Moçambique, 1992*. ed.T. Hansma (Amsterdam: African-European Institute, 1993).

Discurso do Presidente Afonso Dhlakama na Sessão de Encerramento do 1º Congresso da Resistência Nacional Moçambicana em Gorongosa, 10 de Junho de 1989. Em Joaquim Chito Rodrigues, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade* (S/l.: ACD Editores, 2006).

Discurso de Afonso Dhlakama no encontro dos partidos políticos em Xai-Xai, 26 de Maio de 1994. Em *Savana*, 27 de Maio de 1994.

Documento de Afonso Dhlakama dirigido ao Presidente da República, Joaquim Chissano, Maputo, 29 de Março de 2001. Em *Savana*, 6 de Abril de 2001.

Extratos do Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao 4º Congresso. Em *Tempo*, 1 de Maio de 1983.

Final Communiqué of the Summit Meeting of the Frontline States held in Harare, Zimbabwe, Tuesday, 25 October, 1994.

Gabinete do Secretário-Geral da RENAMO, Comunicado, 3 de Julho de 1997. Em *Savana*, 4 de Julho de 1997.

Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao 5º Congresso: Por Um Consenso Nacional de Normalização de Vida. Maputo: 1ª edição, Coleção 5º Congresso, 1989.

RENAMO. *Conferência Extraordinária do Conselho Nacional do Partido RENAMO*. Comunicado de 8 de Janeiro de 2000. Em *Savana*, 21 de Janeiro de 2000.

Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Declaração de Afonso Dhlakama sobre a aceitação da proposta de início de negociações diretas com o governo de Moçambique, Dezembro de 1989. Em, *Anatomia de um Processo de Paz, Moçambique: Um Contributo para a Verdade*, Joaquim Chito Rodrigues (S/l.: ACD Editores, 2006).

#### 4. Fontes Orais

Nome		Data de Realização da Entrevista	Local	Instituição e Funções
4.1	Aguiar Mazula	29 de Agosto de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO;  Membro da delegação do governo de Moçambique nas negociações de Paz, em Roma, Itália: 1990-1992;  Ministro da Administração Estatal: 1990-1994;  Ministro da Defesa Nacional: 1995-1999.
4.2	António Augusto Eduardo Namburete	6 de Outubro de 2014	Maputo	Diretor do Gabinete de Imprensa da CNE: 1993-1995;  Assessor do Presidente CNE para a Área de Comunicação Social: 1993-1995;  Membro da RENAMO desde 2004;  Deputado da Assembleia da República pela RENAMO: 2005-2009;  Responsável pelas Relações Exteriores da RENAMO: Até a data da entrevista.
4.3	António Carrasco	2 de Setembro de 2014	Maputo	Diretor-geral do STAE: 1999-2007.
4.4	Bento Balói	7 de Junho de 2016	Lisboa	Assessor Político de Joaquim Chissano, Presidente da República: 2000-2004.
4.5	Brazão Mazula	28 de Agosto de 2014	Maputo	Presidente CNE: 1993-1995.
4.6	Dinis Sengulane	4 de Setembro de 2014	Maputo	Bispo da Igreja Anglicana em Moçambique, Diocese dos Libombos: 1976-2014;  Membro do Conselho Cristão de Moçambique (CCM);  Integrou as equipas do CCM que se engajaram no processo de construção da paz em Moçambique e desempenhou um papel importante na facilitação dos contactos entre a RENAMO e o governo de Moçambique no final da década de 1980;  Liderou o desenvolvimento do Projeto de Transformação de Armas em Enxadas (TAE): 1995-2004.
4.7	Hermínio Morais	3 de Setembro de 2014	Maputo	Membro da RENAMO;  Major-General da RENAMO até 1994;  Chefe da Delegação Militar da RENAMO nas negociações de Paz, em Roma, Itália: 1990-1992.
4.8	Jaime Gonçalves	29 de Setembro de 2014	Maputo	Bispo da Igreja Católica em Moçambique, diocese da Beira: 1976-2012;  Mediador da Igreja Católica nas negociações de paz em Roma, Itália: 1990-1992;  Integrou e liderou as equipas da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) que se



				engajaram nos esforços com o objetivo de aproximar o governo de Moçambique e a RENAMO no sentido de dialogarem para a construção da paz.
4.9	Jamisse Taimo	30 de Setembro de 2014	Maputo	Presidente da CNE: 1999-2000;  Pastor da Igreja Metodista Unida em Moçambique;  Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais: 1997-2007.
4.10	Joaquim Chissano	12 de Setembro de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO: Desde 1963;  Presidente do Governo de Transição: 1974-1975;  Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique: 1975-1986.  Presidente de Moçambique: 1986-2004.
4.11	José Luís Cabaço	6 de Outubro de 2014  e  7 de Outubro de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO;  Ministro da Informação: 1974-1975 e 1981-1986;  Ministro dos Transportes e Comunicações de 1975-1981;  Oficial de Informação da ONUMOZ: 1993-1995.
4.12	Lagos Lidimo	17 de Setembro de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO;  Antigo Combatente da Luta Armada pela Independência de Moçambique;  Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM): 1995-2007.
4.13	Lucas Amosse	10 de Setembro de 2014	Maputo	Secretário-geral do Conselho Cristão de Moçambique (CCM): 1993-2001.
4.14	Mahomed Essak	3 de Dezembro de 2014	Maputo	Colaborador e fundador do Conselho Islâmico de Moçambique;  Secretário-geral adjunto da Comunidade Maometana em Moçambique: 1985-1989.
4.15	Mateus Ngonhamo	4 de Setembro de 2014	Maputo	General da RENAMO até 1992;  Vice-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM): 1995-2007;  Chefe da Delegação Militar da RENAMO nas negociações entre a RENAMO e o governo de Moçambique, em Pretória, África do Sul: 1984.
4.16	Máximo Dias	7 de Novembro de 2014	Maputo	Membro Fundador do GUMO;  Presidente MONAMO.

4.17	Muagi Momade Cabrá	2 de Novembro de 2014	Maputo	Secretário do Sheikh Abubacr, fundador e primeiro Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique: 1972-2000.
4.18	Raúl Domingos	29 de Agosto de 2014 e 18 de Outubro de 2014	Maputo	Chefe da Delegação da RENAMO nas Negociações de Paz, em Roma: 1990-1992;  Chefe de Estado-maior da RENAMO até 1988.  Chefe da Bancada Parlamentar da RENAMO: 1994 e 1999.
4.19	Sheikh Aminuddin Mohamad	3 de Novembro de 2014	Maputo	Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique;  Presidente do Conselho das Religiões em Moçambique;  Colaborador do Sheikh Abubacr, fundador e primeiro Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique.
4.20	Timothy Born	26 de Setembro de 2014 e 2 de Dezembro de 2014	Maputo	Responsável pelo Programa de Desmobilização e Desminagem da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID): 1992-1994.  Responsável pelas Relações entre a USAID e a Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC) em Moçambique: 1992-1994.

## 5. Bibliografia

Abrahamsson, Hans e Anders Nilsson. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*. Maputo: Padriku e CEEI-ISRI, 1994.

Ahanotu, Austin. «Muslims and christians in Nigeria: a contemporary political discourse». Em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*. org. Austin Metumara Ahanotu, 11-69. New York e outras: Peter Lang, 1992.

Ahanotu, Austin Metumara. «Introduction». Em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*. org. Austin Metumara Ahanotu, 1-8. New York e outras: Peter Lang, 1992.

Alden, Chris. «The UN and the resolution of conflict in Mozambique». *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 33, n°1 (1995): 103-128.

Alden, Chris. «The United Nations, elections and the resolution of conflict in Mozambique». Em *War and Peace in Mozambique*. coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio, 67-94. New York: Palgrave Macmillan, 1998).

Alden, Chris. *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiation to Nation Building*. New York: Palgrave, 2001.

Alden, Chris. «Making old soldiers fade away: Lessons from reintegration of demobilized soldiers in Mozambique». *Security Dialogue*, Vol.33, n°3 (2002): 341-356.

Alexander, Gerard. *The Sources of Democratic Consolidation*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2002.

Alonso, Sonia e Rubén Ruiz. «Political representation and ethnic conflict in New Democracies». *WZB Discussion Paper*, n° SP IV 2005-201. Berlin Social Science Center, 2005.

Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

Awortwi, Nicholas. «An unbreakable path? a comparative study of decentralisation and local government development trajectories in Ghana and Uganda». *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 77, n°2 (2011): 347-377.

Aydin, Aysegul. «Where do states go? strategy in civil war intervention». *Conflict Management and Peace Science*, Vol. 27, n°1 (2010): 47-66.

Azevedo, Mario J. *Tragedy and Triumph: Mozambique Refugees in Southern Africa, 1977-2001*. Portsmouth: Heinemann, 2002.

Azevedo, Mário. «The role of the Roman Catholic Church in the politics of the colonial State in Mozambique». Em *Religion, State and Society in Contemporary Africa*. org. Austin Ahanotu, 187-208. New York e outras: Peter Lang, 1992.

Baleira, Sérgio. «Noções concorrentes: estratégias de construção de identidade». Em *Moçambique: Ensaios*. org. Peter Fry, 157-179. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

Barnes, Sam. «Humanitarian aid coordination during war and peace in Mozambique: 1985-1995». *Studies on Emergency and Disaster Relief*, Report n°7. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1998.

Barnes, Sam. «Humanitarian assistance as a factor in the Mozambican peace negotiations: 1990-2». Em *War and Peace in Mozambique*, coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio, 117-141. New York: Palgrave Macmillan, 1998.

Beissinger, Mark e Crawford Young. «Convergence to crisis: pre-independence State legacies and post-independence State breakdown in Africa and Eurasia». Em *Beyond State Crisis?*

*Postcolonial Africa and Post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*. coord. Mark Beissinger e Crawford Young, 19-50. Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, 2002.

Bergh, Lucia van den. *Porque Prevaleceu a Paz: Moçambicanos Respondem*. Maputo: AWEPA, 2011.

Bermeo, Nancy. «Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions». *Comparative Politics*, Vol. 29, n° 3 (1997): 305-322.

Böhmelt, Tobias. «The effectiveness of tracks of diplomacy strategies in third-party interventions». *Journal of Peace Research*, Vol. 47, n°2 (2010): 167-178.

Bossuyt, Jean e Jeremy Gould. «Decentralisation and poverty reduction: elaborating the linkages». *Policy Management Brief*, n°2, European Centre For Development Policy Management (2000).

Bowen, Merle L. *The State Against The Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville e London: University Press of Virginia, 2000.

Bratton, Michael e Nicholas van de Walle. *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Braudel, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

Bremmer, Ian. *The J Curve: A New Way to Understand Why Nations Rise and Fall*. New York e outras: Simon and Schuster Paperbacks, 2007.

Burnell, Peter. «The party system and party politics in Zambia: continuities past, present and future». *African Affairs*, Vol. 100, n°399 (2001): 239-263.

Cabaço, José Luís. «A longa estrada da democracia moçambicana». Em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. coord. Brazão Mazula, 79-114. Maputo: s/ed., 1995.

Cabrita, João. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. New York: Palgrave Macmillan, 2000.

Cahen, Michel. *Mozambique, La Revolution Implosée: Études Sur 12 Ans d'Indépendance, 1975-1987*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1987.

Cahen, Michel. «Mozambique: Histoire géopolitique d'un pays sans nation». *Lusotopie*, n° 1-2 (1994): 213-266.

Cahen, Michel. «O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?». Em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado: Transição Inacabada*. ed. José Magode, 18-39. Maputo: CEEI-ISRI, 1996.

Cahen, Michel. *Os Outros: Um Historiador em Moçambique, 1994*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2004.

Carrasco, António G. Orlando D'Oliveira Comé, Felisberto H. Naife, Helena Garrine, César A. Pereira, Esmeralda Machele, Marcelo Munguanaze e Marc De Tollenaere. *Eleições Gerais, 1999*. Maputo: STAE, 2001.

Carrasco, António Gregório. *Eleições Gerais 2004*. Maputo: STAE, 2006.

Carbone, Giovanni. «Continuidade na renovação? tens years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the FRELIMO-RENAMO party system». *The Journal of Modern African Studies*, Vol.43, n°3 (2005): 417-442.

Carothers, Thomas. «The end of the transition paradigm». Em *Debates On Democratization*. ed. Larry Diamond, Marc F. Plattner e Philip J. Costopoulos, 77-93. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

- Castaño, David. «Abrindo a caixa de pandora: Mário Soares e o início da descolonização». *Relações Internacionais*, n.º. 35, (2012): 065-079.
- Castel-Branco, Carlos Nuno. «Problemas estruturais de industrialização: a indústria transformadora». IESE.  
<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Problemas%20Estruturais%20de%20Industrializacao.pdf>, s/d.
- Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. London: The International African Institute, 1999.
- Chichava, Sérgio. «Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique». *Discussion Paper*, IESE, n.º 01 (2008): 1-17.
- Cline, Sibyl W. *RENAMO: Em Defesa da Democracia em Moçambique*. Washington D.C: Conselho de Estratégia Global dos EUA, 1989.
- Cole, Rowland J.V. «Power-sharing, post-electoral contestations and the dismemberment of the right to democracy in Africa». *The International Journal of Human Rights*, Vol. 17, n.º2, (2013): 256-274.
- Collier, Ruth Berins. *Regimes in Tropical Africa: Changing forms of supremacy*. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- Cooper, Frederick. *Africa Since 1940: The Past of the Present*. Cambridge: University Press, 2002.
- Crocker, Chester. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*. New York e London: W.W. Norton and Company, 1992.
- Dahl, Robert A. *On Democracy*. USA: Yale University Press, 1998.
- Dahl, Robert A. *La Poliarquía: Participación y Oposición*. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.
- Dashwood, Hevina S. e Cranford Pratt. «Leadership, participation and conflict management: Zimbabwe and Tanzania». Em *Civil Wars in Africa: Roots and Resolution*. ed. Taisier M. Ali e Robert O. Matthews, 223-254. Montreal e outras: McGill-queen's University Press, 1999.
- Davidson, William D. e Joseph V. Montville. «Foreign policy according to Freud». *Foreign Policy*, n.º45 (1981-1982): 145-157.
- Davies, John e Edy Kaufman. «Second track citizens diplomacy: an overview». Em *Second Track Citizens Diplomacy: Concepts and Techniques for Conflict Transformation*. ed. John Davies e Edward Kaufman, 1-12. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2002.
- De Brito, Alexandra Barahona e Andrés Malamud. «Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas». Em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva, 203-223. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- De Brito, Luís. «Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO». *Politique Africaine*, Vol. 29 (1988): 15-27.
- De Brito, Luís. «O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique». Em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. coord. Brazão Mazula, 473-499. Maputo: s/ed, 1995.
- DeRouen Jr., Karl, Jenna Lea e Peter Wallensteen. «The duration of civil war peace agreements». *Conflict Management and Peace Science*, Vol. 26, n.º4 (2009): 367-387.
- DeRouen Jr., Karl, Mark J. Ferguson, Samuel Norton, Young Hwan Park, Jenna Lea e Ashley Streat-Bartlett. «Civil war peace agreement implementation and state capacity». *Journal of Peace Research*, Vol.47, n.º3 (2010): 333-346.

De Souto, Amélia Neves. *Caetano e o Caso do Império: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo, 1968-1974*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

De Tollenaere, Marc. «Fostering multiparty politics in Mozambique». Em *Promoting Democracy in Post-conflict Societies*. ed. Jeroen de Zeeuw e Krishna Kumar, 75-96. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

De Walle, Nicolas Van. *African Economies and Politics of Permanent Crisis, 1979-1999*. Cambridge: University Press, 2001.

Diamond, Larry. «Introduction: roots of failure, seeds of hope». Em *Democracy in Developing Countries: Africa*. ed. Larry Diamond, Juan J. Linz e Seymour Lipset, 1-32. London: Adamantine Press, 1988.

Diamond, Larry. «Is the third wave over?». *Journal of Democracy*, Vol. 7, n° 3 (1996): 20-37.

Diamond, Larry. «Promoting democracy in post-conflict and failed states: Lessons and challenges». *Taiwan Journal of Democracy*, Vol. 2, n°2 (2006): 93-116.

Do Rosário, Domingos M. «Alternância eleitoral do poder local – os limites da descentralização democrática: o caso do município da Ilha de Moçambique, 2003-2008». Em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*. org. Bernhard Weimer, 300-329. Maputo: IESE, 2012.

Do Rosário, Domingos Manuel. «Os municípios dos “outros”. alternância do poder local em Moçambique? o caso de Angoche». *Cadernos de Estudos Africanos*, 30 (2015): 135-165.

Donnelly, Mark e Claire Norton. *Doing History*. London e New York: Routledge, 2011.

Egero, Bertil. *Mozambique: A Dream Undone, The Political Economy of Democracy, 1975-84*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1987.

Elischer, Sebastian. *Political Parties in Africa: Ethnicity and Party Formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Fatton, Robert. «Liberal democracy in Africa». *Political Science Quarterly*, Vol.105, n°3, (1990): 455-473.

Fauvet, Paul e Marcelo Mosse. *É Proibido Pôr Algemas nas Palavras: Uma Biografia de Carlos Cardoso*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

Feliciano, José Fialho. «Empresários e memória social: percursos em Moçambique, 1983, 1993». *Economia Global e Gestão*, n° 2 (1996): 23-44.

Fernandes, Tiago Matos. «Descentralizar é fragmentar? riscos do pluralismo administrativo para a unidade do Estado em Moçambique». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77 (2007): 151-164.

Final Report. *Study of Demobilized Soldiers Facing Difficulties in the Reintegration Process*. Prepared for International Organization for Migration. Washington, D.C: Creative Associates International, 1996.

Finnegan, William. *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique*. London: University of California Press, 1992.

Flick, Uwe. *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor, 2002.

Flower, Ken. *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record, Rhodesia into Zimbabwe 1964-1981*. London: John Murray, 1987.

Foddy, William. *Como Perguntar: Teoria da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta editora, 1993.

- Forde, Steven. «Thucydides on ripeness and conflict resolution». *International Studies Quarterly*, Vol. 48, n°1 (2004): 177-195.
- Frankfort-Nachmias, Chava e David Nachmias. *Research Methods in Social Sciences*. London: St. Martin's Press, 1992.
- Funada-Classen, Sayaka. *The Origin of War in Mozambique: A History of Unity and Division*. South Africa: African Minds, 2013.
- Galli, Rosemary Elisabeth. *People's Spaces and State Space: Land and Governance in Mozambique*. Lanham: Lexington Books, 2003.
- Galtung, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Oslo: International Peace Research Institute, 1996.
- Geffray, Christian. *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile*. Nairobi: Éditions Karthala, 1990.
- Gentili, Anna-Maria. «Ethnicity and citizenship in sub-saharan Africa: Ethnicity is never what it seems». Em *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*. ed. Patrick Chabal, Ulf Engel e Anna-Maria Gentili, 35-54. Leiden e Boston: Brill, 2005.
- Gentili, Anna-Maria. «Lessons learned from the Mozambican peace process». *Working Paper, Istituto Affari Internazionali* (2013):1-18.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon. *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, 1992.
- Gonçalves, Fernando. «Ideological shifts, economic imperatives: Southern African states and the Mozambican peace process». Em *The Mozambican Peace Process in Perspective*, ed. Jeremy Armon, Dylan Hendrickson e Alex Vines, 18-25. London: Conciliation Resources, 1998.
- Gonçalves, Jaime. *A Paz dos Moçambicanos*. Beira: s/ed., 2014.
- Graças, Pedro Borges. *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Edições Almedina, 2005.
- Greig, J. Michael. «Moments of opportunity: recognizing conditions of ripeness for international mediation between enduring rivals». *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 45, n°6 (2001): 691-718.
- Guambe, José e Bernhard Weimer. «Eleições autárquicas em Moçambique: o contexto da investigação». Em *Eleitorado Incapturável*. coord. Carlos Serra, 27-41. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- Gunn, Gillian. «Post-Nkomati Mozambique». Em *The Washington Papers: Angola, Mozambique and the West*. ed. Helen Kitchen, 83-104. New York: Center for Strategic and International Studies, 1987.
- Haggard, Stephan e Robert R. Kaufman. «The political economy of democratic transitions». *Comparative Politics*, Vol. 29, n°3 (1997): 263-283.
- Hall, Margaret e Tom Young. *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*. London: Hurst, 1997.
- Hanlon, Joseph. *Mozambique: The Revolution under Fire*. London: Zed Books, 1990.
- Hanlon, Joseph. *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique*. London: Irish Mozambique Solidarity and the International African Institute in association with James Currey and Heineman, 1996.

Harbeson, John W. «Civil society and political renaissance in Africa». Em *Civil Society and the State in Africa*. ed. John W. Harbeson, Donald Rothchild e Naomi Chazan, 1-29. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.

Hartzell, Caroline A. «Settling civil wars: armed opponents' fates and the duration of the peace». *Conflict Management and Peace Science*, Vol.26, n°4 (2009): 347-365.

Hartzell, Caroline e Matthew Hoddie. «Institutionalizing peace: power sharing and post-civil war conflict management». *American Journal of Political Science*, Vol. 47, n°2 (2003): 318-332.

Hartzell, Caroline A. e Matthew Hoddie. «Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements». *Journal of Peace Research*, Vol.40, n°3 (2003):303-320.

Hartzell, Caroline A. e Matthew Hoddie. *Crafting Peace: Power-Sharing Institutions and the Negotiated Settlement of Civil Wars*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2007.

Hartzell, Caroline A. e Matthew Hoddie. «The art of the possible: power sharing and post-civil war democracy». *World Politics*, Vol. 67, n°1, (2015): 37-71.

Have, Paul Ten. *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology*. London: Sage Publications, 2004.

Henriksen, Thomas H. *Mozambique: A History*. London: Rex Collings, 1978.

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

Hobsbawm, Eric. «Introdução: a invenção das tradições». Em *A Invenção das Tradições*. org. Eric Hobsbawm e Terence Ranger, 9-23. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

Hobsbawm, Eric. *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo Desde 1780*. Lisboa: Terramar, 1998.

Hoddie, Matthew e Caroline Hartzell. «Power sharing in peace settlements: initiating the transition from civil war». Em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*. ed. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, 83-105. New York: Cornell University Press, 2005.

Hoile, David. *Mozambique, 1962-1993: A Political Chronology*. London: Mozambique Institute, 1994.

Holloway, David e Stephen John Stedman. «Civil wars and State-building in Africa and Eurasia». Em *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*. Coord. Mark Beissinger e Crawford Young, 161-187. Washington D.C: Woodrow Wilson Center Press, 2002.

Honwana, João Bernardo. *The United Nations and Mozambique: A Sustainable Peace?* Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995.

Honwana, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. S/l.: Promédia, 2002.

Hoove, Lotte Ten e Álvaro Pinto Scholtbach. *Democracy and Political Party Assistance in Post-conflict Societies*. S/l.: Netherland Institute for Multiparty Democracy, 2008.

Horowitz, Donald L. *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley e outras: University of California Press, 2000.

Hottinger, Julian Thomas. «The Relationship Between Track One and Track Two Diplomacy», [http://www.cr.org/sites/default/files/accord16\\_13TheRelationshipBetweenTrackOne\\_2005\\_ENG.pdf](http://www.cr.org/sites/default/files/accord16_13TheRelationshipBetweenTrackOne_2005_ENG.pdf)



- Hume, Cameron. *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices*. Washington: United States Institute of Peace, 1994.
- Huntington, Samuel P. «Will more countries become democratic?». *Political Science Quarterly*, Vol. 99, n°2 (1984): 193-218.
- Huntington, Samuel P. «Democracy's third wave». *Journal of Democracy*, Vol.2. n°2 (1991): 12-34.
- Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. S/L: University of Oklahoma Press, 1993.
- I, Fonkem Achankeng. «Mutual hurting stalemates, ripe moments' and third-party intervention: implications for the Southern Cameroons restoration of statehood' conflict». *The Commonwealth Journal of International Affairs*, Vol. 101, n°. 01 (2012): 53-69.
- Isaacman, Allen e Barbara Isaacman. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Colorado: Westview Press, 1983.
- J, José Augusto Alves de Sousa S. *A Igreja e a Paz em Moçambique, Síntese Histórica: 1979-1994*. Maputo: EdiBosco, 1995.
- Jacobsen, Peter Viggo. «National interest, humanitarianism or CNN: what triggers UN peace enforcement after the Cold War?». *Journal of Peace Research*, Vol. 33 (1996): 205-215.
- Jarstad, Anna K. e Desirée Nilsson. «From words to deeds: the implementation of power-sharing pacts in peace accords». *Conflict Management and Peace Science*, Vol.25 (2008): 206-223.
- Jett, Dennis C. *Why Peacekeeping Fails*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.
- Joshi, Madhav. «United nations peacekeeping, democratic process, and the durability of peace after civil wars». *International Studies Perspectives*, Vol.14, (2013): 362-382.
- Joshi, Madhav. «Inclusive institutions and stability of transition toward democracy in post-civil war states». *Democratization*, Vol. 20, n°4 (2013): 743-770.
- Jouanneau, Daniel. *Le Mozambique*. Paris: Éditions Karthala, 1995.
- Kaplan, Robert D. *The End of the Hearth: From Togo to Turkmenistan, from Iran to Cambodia, A Journey to the Frontiers of Anarchy*. New York e outras: Vintage Books, 1997.
- Karl, Terry Lynn. «Dilemmas of democratization in Latin America». *Comparative Politics*, Vol. 23, n°1 (1990): 1-21.
- Kleiboer, Marieke. «Ripeness of conflict: a fruitful notion?». *Journal of Peace Research*, Vol. 31, n° 1 (1994): 109-116.
- Knight, Derrick. *Mozambique Caught in the Trap*. Oxford: Christian Aid, 1988.
- Kocka, Jürgen. «Comparison and beyond». *History and Theory*, Vol. 42, n°1 (2003): 39-44.
- Kumar, Krishna. «The nature and focus of international assistance for rebuilding war-torn societies». Em *Rebuilding Societies After Civil War: Critical Roles For International Assistance*. ed. Krishna Kumar, 1-38. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.
- Lake, David e Donald Rothchild. «Spreading fear: the genesis of transnational ethnic conflict». Em *The International Spread of Ethnic Conflict: Fear, Diffusion, and Escalation*, ed. David Lake e Donald Rothchild, 3-32. Princeton e New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- Lalá, Anícia e Andrea E. Ostheimer. *Como Limpar as Nódoas do Processo Democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique, 1990-2003*. Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

- Lange, Mathew. *Comparative Historical Methods*. London: Sage Publications, 2013.
- Lefanu, Sara. *S Is For Samora: A Lexical Biography of Samora Machel and Mozambican Dream*. London: Hurts and Company, 2012.
- Lewis, Peter M. «Nigeria votes: more openness, more conflict». *Journal of Democracy*, Vol. 22, n°4 (2011): 60-74.
- Licklider, Roy. «The consequences of the negotiated settlements in civil wars, 1945-1993». *American Political Science Review*, Vol. 89, n°3 (1995): 681-690.
- Lieberman, Evan e Prerna Singh. «The institutional origins of ethnic violence». *Comparative Politics*, Vol. 45, n°1 (2012): 1-24.
- Linder, Wolf e André Bächtiger. «What drives democratisation in Asia and Africa?». *European Journal of Political Research*, Vol.44, (2005): 861-880.
- Linz, Juan J. e Alfred Stepan. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- Linz, Juan e Alfred Stepan. «Towards consolidated democracies». Em *Debates on Democratization*, ed. Larry Diamond, Marc F. Plattner e Philip J. Costopoulos, 3-22. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.
- Lijphart, Arend. *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- Lipset, Seymour Martin. «Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy». *The American Political Science Review*, Vol. 53, n°1 (1959): 69-105.
- Luttwak, Edward. «Give war a chance». *Foreign Affairs*, Vol. 78, n°4 (1999): 36-44.
- MacQueen, Norrie. *Peacekeeping and the International System*. London e New York: Routledge, 2006.
- Magaia, Lina. *Dumba Nengue: Run For Your Life, Peasant Tales of Genocide Mozambique*. London: Karnak House, 1989.
- Mainwaring, Scott. «Transitions to democracy and democratic consolidation: theoretical and comparative issues». *Working Paper*, n°130, (1989).
- Malan, Mark. «Peacebuilding in southern Africa: police reform in Mozambique and South Africa». *International Peacekeeping*, Vol.6, n°4 (1999): 171-190.
- Maltez, Adelino. *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- Mann, Michael. *The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Manning, Carrie. «From armed conflict to civil opposition: post-conflict party development in Mozambique, Bosnia and Kosovo». *University of Leipzig Papers on Africa*, n° 61, (2000).
- Manning, Carrie. *The Politics of Peace in Mozambique: Post-conflict Democratization, 1992-2000*. London: Praeger Publishers, 2002.
- Manning, Carrie. «Conflict management and elite habituation in post-war democracy: the case of Mozambique». *Comparative Politics*, Vol. 35, n°1 (2002): 63-84.
- Manning, Carrie. «Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament, 1994-2000». *Commonwealth and Comparative Politics*, Vol. 40, n°1 (2002): 61-80.

Manning, Carrie. *The Making of Democrats: Elections and Party Development in Postwar Bosnia, El Salvador, and Mozambique*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Manning, Carrie e Monica Malbrough. «Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique». *Journal of Modern African Studies*, Vol.48, n°1 (2010): 143-169.

Mansfield, Edward D. e Jack Snyder. *Electing to Fight: Why Emerging Democracies Go to War?* Cambridge: Belfer Center for Science and International affairs, 2005.

Mapendere, Jeffrei. «Track one and half diplomacy and the complementarity of tracks». *Culture of Peace Online Journal*, n° 2, (2006): 66-81.

Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos. *Metodologia de Investigação Científica*. São Paulo: Atlas, 2000.

Mário, Tomás Vieira. *Negociações de Paz de Moçambique: Crónica dos Dias de Roma*. S/l: ISRI-CEEI, 2004.

Martin, David e Phyllis Johnson. «Mozambique: to Nkomati and beyond». Em *Destructive Engagement: Southern Africa at War*. ed. Phyllis Johnson e David Martin, 1-42. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986.

Martin, Philip. «Coming together: power-sharing and the durability of negotiated peace settlements». *Civil Wars*, Vol.15, n°3 (2013): 332-358.

Mason, T. David e Mehmet Gurses. «When civil wars recur: conditions for durable peace after civil wars». *International Studies Perspectives*, Vol. 12 (2011): 171-189.

Mazula, Brazão. «As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia». Em *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. coord. Brazão Mazula, 25-77. Maputo: s/ed, 1995.

Mazula, Brazão. *Moçambique: Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994*. Maputo: STAE, 1998.

Mazula, Brazão. «Mozambique: The challenge of democratization». Em *Democratic Reform in Africa: The Quality of Progress*, ed. E. Gyimah-Boadi, 183-200. Colorado: Lyanne Rienner Publishers, 2004.

Mazula, Brazão. *Na Esteira da Academia: Razão, Democracia e Educação*. Maputo: Texto Editores, 2006.

M'bokolo, Elikia. *África Negra: História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

McDonald, John. «Further exploration of track two diplomacy». Em *Timing the De-Escalation of International Conflicts*. ed. Louis Kriesberg e Stuart J. Thorson, 201-220. Syracuse N.Y: Syracuse University Press, 1991.

McDonald, John. «The need for multi-track diplomacy: ethnic violence – three theories». Em *Second Track Citizens Diplomacy: Concepts and Techniques for Conflicts Transformation*. ed. John L. Davies e Edward Kaufman, 49-60. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2002.

McDonald, John W. «The Institute for Multi-Track Diplomacy». *Journal of Conflictology*, Vol.3, n° 2 (2012): 66-70.

McMullin, Jeremy. «Reintegration of combatants: were the right lessons learned in Mozambique?». *International Peacekeeping*, Vol.11, n°4 (2004): 625-643.

Minter, William. *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. London: Zed Books, 1994.

- Mondlane, Eduardo. *The Struggle for Mozambique*. S/l.: Penguin books, 1970.
- Moore Jr, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Morlino, Leonardo. *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*. S/l.: Oxford University Press, 1998.
- Munslow, Barry. *Mozambique: The Revolution and its Origins*. New York: Longman, 1983.
- Murteira, Mário. «Empresariado nacional e transição para a economia de mercado na África lusófona». *Economia Global e Gestão*, n° 1 (1996): 7-24.
- Neuman, W. Lawrence. *Social Research Method: Qualitative and Quantitative Approaches*. S/l.: University of Wisconsin, 1997.
- Nevins, Allan. «Oral history: how and why it was born». Em *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*. ed. David K. Dunaway e Willa K. Baum, 29-38. 2ªed. Walnut Creek e outras: Altamira Press, 1996.
- Newitt, Malyn. *A History of Mozambique*. London: Hurst and Company, 1995.
- Newitt, Malyn. «Mozambique». Em *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. org. Patrick Chabal, David Birmingham, Joshua Forrest, Malyn Newitt, Gerhard Seibert e Elisa Silva Andrade, 185-235. London: Hurst and Company, 2002.
- Nuvunga, Adriano. «Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008». Em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*. org. Bernhard Weimer, 281-299. Maputo: IESE, 2012.
- O'Donnell, Guillermo e Philippe C. Schmitter. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- O'Donnell, Guillermo. «Transitions, Continuities, and Paradoxes». Em *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*. ed. Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell e J. Samuel Valenzuela, 17-56. Indiana: University of Notre Dame Press, 1992.
- Okuku, Juma. «Ethnicity, state power and democratization process in Uganda», *Nordiska Afrikainstitutet Discussion Paper*, n°17 (2002).
- Oliveira, Paulo. *Dossier Makwakwa: Renamo, Uma Descida ao Coração das Trevas*. Lisboa: Europress, 2006.
- Omer-Cooper, J.D. *History of Southern Africa*. Oxford: James Currey, 1994.
- Otayek, René. «A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? algumas reflexões a partir de realidades africanas». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 77 (2007): 131-150.
- Pavia, José Francisco. «A multi-track diplomacy na prevenção e resolução dos conflitos em África: o caso de Moçambique». Em *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*. Ed. Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues, 191-232. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012.
- Pereira, João e Yul Derek Davids. «Political reforms in Mozambique: Attitudes to democracy among ordinary people». Em *Measuring Democracy and Human Rights in Southern Africa*. Coord. Henning Melber, 6-18. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2002.
- Pevehouse, Jon C. *Democracy from Above: Regional Organizations and Democratization*. Cambridge: University Press, 2005.

- Pitcher, M. Anne. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- Portelli, Alessandro. «What makes oral history different». Em *The Oral History Reader*. ed. Robert Perks e Alistair Thomson, 32-42. London e New York: Routledge, 2006.
- Preston, Matthew. «Stalemate and the termination of civil war: Rhodesia reassessed». *Journal of Peace Research*, Vol. 41, n°1, (2004): 65-83.
- Pruitt, Dean G. «Whither ripeness theory?». Institute for Conflict Analysis and Resolution. George Mason University. *Working Paper* n° 25, (2005): 1-40.
- Pruitt, Dean G. «Readiness theory and the Northern Ireland conflict». *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, n° 11, (2007): 1520-1541.
- Ramsbotham, Oliver, Tom Woodhouse e Hugh Miall. *Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management and Information of Deadly Conflicts*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- Ratner, Steven R. *Building Peace in Lands of Conflict after the Cold War: The New UN Peacekeeping*. New York: St. Martin's Press, 1995.
- Remmer, Karen L. «New theoretical perspectives on democratization». *Comparative Politics*, Vol. 28, n°1 (1995): 103-122.
- Reynolds, Andrew e John M. Carey. «Debating electoral systems: getting elections wrong». *Journal of Democracy*. Vol 23, n°1 (2012): 164-168.
- Reynolds, Andrew e Timothy D.Sisk. «Elections and electoral systems: implications for conflict management». Em *Elections and Conflict Management in Africa*. Ed. Timothy D. Sisk e Andrew Reynolds, 11-36. Washington, D.C: United States Institute of Peace, 1998.
- Ritchie, Donald A. *Doing Oral History: A Practical Guide*. New York: Oxford University Press, 2003.
- Robson, Colin. *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioners Researchers*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.
- Rocca, Roberto Morozzo Della. *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra*. Maputo: Ciedima, 2012.
- Rodrigues, Joaquim Chito. *Anatomia de Um Processo de Paz, Moçambique: Um contributo para a Verdade*. S/l.: ACD Editores, 2006.
- Roeder, Philip G. e Donald S. Rothchild. «Conclusion: nation-state stewardship and the alternatives to power sharing». Em *Sustainable Peace: Power and Democracy After Civil Wars*. ed. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, 319-346. New York: Cornell University Press, 2005.
- Roeder, Philip G. «Power dividing as an alternative to ethnic power-sharing». Em *Sustainable Peace: Power and Democracy After Civil Wars*. ed. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, 51-81. New York: Cornell University Press, 2005.
- Rostow, Walt. *Stages of Growth: A Non Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- Rothchild, Donald. *Managing Ethnic Conflict in Africa: Pressures and Incentives for Cooperation*. Washington D.C: Brookings Institution Press, 1997.
- Rothchild, Donald e Philip G. Roeder. «Power sharing as impediment to peace and democracy». Em *Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars*. ed. Philip G. Roeder e Donald S. Rothchild, 29-49. New York: Cornell University Press, 2005.

- Rudolph, Joseph. *Politics and Ethnicity: A Comparative Study*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- Ruigrock, Inge. «Mozambique's 2004 general elections». *African Security Review*, Vol 14, n°1 (2005): 35-47.
- Rustow, Dankwart A. «Transitions to democracy: toward a dynamic model». *Comparative Politics*, Vol. 2, n°3 (1970): 337-363.
- Rweyemamu, Anthony. *Nation-building in Tanzania: Problems and Issues*. Nairobi: East African Publishing House, 1970.
- Saul, John S. *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. New York: Monthly Review Press, 1985.
- Saul, John S. e Stephen Gelb. *The Crisis in South Africa*. London: Zed Books, 1986.
- Saul, John S. «Inside from outside? the roots and resolution of Mozambique's Un/civil war». Em *Civil Wars in Africa: Roots and Resolution*. ed. Taisier M. Ali e Robert O. Matthews, 123-166. Montreal e outras: McGill-Queen's University, 1999.
- Schafer, Jessica. *Soldiers at Peace: Veterans and Society after the Civil War in Mozambique*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- Schneider, Carsten Q. *The Consolidation of Democracy: Comparing Europe and Latin America*. New York: Routledge, 2009.
- Schrodt, Philip A., Ömür Yilmaz e Deborah J. Gerner. *Evaluating Ripeness and Hurting Stalemate in Mediated International Conflicts: An Event Data Study of the Middle East, Balkans and West Africa*. Paper prepared for delivery at the Annual Meeting of the International Studies Association, Portland, Oregon. USA. 2003.
- Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- Scott, Catherine V. «Socialism and soft State in Africa: an analysis of Angola and Mozambique». *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 26, n° 1 (1988): 23-36.
- Sengulane, Dinis Salomão. *Vitória Sem Vencidos*. S/l.: s/ed., 1994.
- Serra, Carlos. «Pressupostos, resultados e conclusões». Em *Eleitorado Incapturável*. coord. Carlos Serra, 45-243. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- Sklar, Richard L. «Beyond capitalism and socialism in Africa». *The Journal of Modern African studies*, Vol. 26, n° 1 (1988): 1-21.
- Smith, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. United Kingdom: Blackwell Oxford, 1986.
- Soiri, Lina. «Moçambique: Aprender a Caminhar com a Bengala Emprestada? Ligações entre a Descentralização e Alívio à Pobreza» (1999), IESE, [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastasgovernacao/geral/artigos\\_cientificos\\_imprensa/aprender.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastasgovernacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/aprender.pdf)
- Sousa, Ricardo. «Mudanças multidimensionais em Angola aquando dos acordos de paz de Gbadolite de 1989». Em *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*. coord. Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues, 159-190. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012.
- Spears, Ian S. «Understanding inclusive peace agreements in Africa: the problems of sharing power». *Third World Quarterly*, Vol 21, n° 1 (2000): 105-118.
- Spector, Bertram I. «Negotiation readiness in the development context: adding capacity to ripeness». Em *Approaches to Peacebuilding*. ed. Ho-Won Jeong, 80-100. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

- Sriram, Chandra Lekha. «Making rights real? minority and gender provisions and power-sharing». *The International Journal of Human Rights*, Vol. 17, n°2 (2013): 275-288.
- Stanford, Michael. *The Nature of Historical Knowledge*. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1986.
- Starr, Louis. «Oral history». Em *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*. ed. David K. Dunaway e Willa K. Baum, 39-61. 2ªed. Walnut Creek e outras: Altamira Press, 1996.
- Synge, Richard. *Mozambique: UN Peacekeeping in Action, 1992-94*. Washington: United States Institute of Peace, 1997.
- Taydas, Zeynep, Dursun Peksen e Patrick James. «Why do civil wars occur? understanding the importance of institutional quality». *Civil Wars*, Vol.12, n°3 (2010): 195-217.
- Teorell, Jan. *Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972-2006*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Theuerkauf, Ulrike G. «Institutional design and ethnic violence: do grievances help to explain ethnopolitical instability?». *Civil Wars*, Vol.12, n°1-2 (2010): 117-139.
- Thomashausen, André. «Mozambique: a case study». *Paper Presented at the Conference on Politics of Identity and Exclusion in Africa: From Violent Confrontation to Peaceful Cooperation*. University of Pretoria on 25–26 July 2001.
- Thompson, Paul. «The voice of the past: oral history». Em *The Oral History Reader*. ed. Robert Perks e Alistair Thomson, 25-31. London e New York: Routledge, 2006.
- Toft, Monica Duffy. «Ending civil wars: a case for rebel victory?». *International Security*, Vol.34, n°4 (2010): 7-36.
- Torp, Jens Erik. «Mozambique». Em *Mozambique, São Tomé e Príncipe: Politics, Economics and Society*. org. Jens Erik Torp, L. M. Denny e Donald I. Ray, 3-117. London: Pinter Publishers, 1989.
- Trindade, João Carlos. «Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos». Em *Conflito e Transformação Social: Paisagem das Justiças em Moçambique*. org. Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade, 97-127. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- Tull, Denis M. e Andreas Mehler. «The hidden costs of power-sharing: reproducing insurgent violence in Africa». *African Affairs*, Vol. 104, n°416 (2005): 375-398.
- Turner, J. Michael, Sue Nelson e Kimberley Mahling-Clark. «Mozambique's vote for democratic governance: a land touched by regional conflicts». Em *Post-conflict Elections: Democratization and International Assistance*, ed. Krishna Kumar, 153-175. Colorado: Lyanne Rienner Publishers, 1998.
- Valenzuela, J. Samuel. «Labor movements in transitions to democracy: a framework for analysis». *Comparative Politics*, Vol. 21, n° 4 (1989): 445-472.
- Veloso, Jacinto. *Memórias em Voo Rasante*, 4ª ed. Maputo: JV Editores, 2011.
- Venâncio, Moisés e Stephen Chan. «War and gropings towards peace». Em *War and Peace in Mozambique*. coord. Stephen Chan e Moisés Venâncio, 1-29. New York: Palgrave Macmillan, 1998.
- Vengesayi, C. *Introduction to Educational Research Methods*. Zimbabwe: Open University, 1995.
- Vieira, Sérgio. *Participei, Por Isso Testemunho*. Maputo: Ndjira, 2010.
- Vines, Alex. *Renamo: Terrorism in Mozambique*. London: Indiana University Press, 1991.
- Vines, Alex. «RENAMO's rise and decline: the politics of reintegration in Mozambique». *International Peacekeeping*, Vol. 20, n°3 (2013): 375-393.

Wagner, Robert Harrison. «The causes of peace». Em *Stopping the killing: How Civil Wars End*. ed. Roy Licklider, 235- 268. New York and London: New York University Press, 1993.

Walter, Barbara F. «The critical barrier to civil war settlement». *International Organization*, Vol.51, n° 3 (1997): 335-364.

Walter, Barbara. «Designing transitions from civil war: Demobilization, democratization and commitments to peace». *International Security*, Vol.24, n°1 (1999): 127-155.

Walter, Barbara F. *Committing to Peace: The Successful Settlement of Civil Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

Wehrenfennig, Daniel. «Multi-track diplomacy and human security». *Human Security Journal*, Vol. 7 (2008): 80-89.

Weimer, Bernhard. «Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: mantendo a falta de clareza? conjunturas críticas, caminhos, resultados». Em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*. org. Bernhard Weimer, 76-102. Maputo: IESE, 2012.

Weimer, Bernhard, José Jaime Macuane e Lars Buur. «A economia política do settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização». Em *Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados*. org. Bernhard Weimer, 31-75. Maputo: IESE, 2012.

Weiner, Myron. «Empirical democratic theory and the transition from authoritarianism to democracy». *Political Science*, Vol. 20, n°4 (1987): 861-866.

Weinstein, Jeremy. «Mozambique: fading UN success story». *Journal of Democracy*, Vol.13, n°1 (2002): 141-156.

Weinstein, Jeremy e Laudemiro Francisco. «The civil war in Mozambique: The balance between internal and external influences». Em *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*. ed. Paul Collier e Nicholas Sambanis, 157-192. Washington DC: The World Bank, 2005.

Whitehead, Laurence. «International aspects of democratization». Em *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, ed. Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, 3-46. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1986.

Wuyts, Marc Eric. *Money and Planning For Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot: Institute of Social Studies, 1989.

Young, Crawford. *The Rising Tide of Cultural Pluralism: The Nation-State at Bay?*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.

Young, Crawford. «The end of post-colonial State in Africa? reflections on changing African political dynamics». *African Affairs*, Vol. 103, n°410 (2004): 23-49.

Young, Crawford. *The Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010*. London: The University of Wisconsin Press, 2012.

Yow, Valerie Raleigh. *Recording Oral History: A Practical Guide for Social Scientists*. Thousand Oaks e outras: Sage Publications, 1994.

Yusuf, Moeed e Adil Najam. «Kashmir: ripe for resolution?». *Third World Quarterly*, Vol. 30, n°8 (2009): 1503-1528.

Zartman, I. William. «Ripeness: the hurting stalemate and beyond». Em, *International Conflict Resolution after the Cold War*. ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman, 225-250. Washington D.C.: National Academy Press, 2000.



Zartman, I. William. «The timing of peace initiatives: hurting stalemates and ripe moments». *The Global Review of Ethnopolitics*, Vol. 1, n°1, (2001): 8-18.